

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

GIL CÉSAR COSTA DE PAULA

**A ATUAÇÃO DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES – UNE: DO
INCONFORMISMO À SUBMISSÃO AO ESTADO (1960 a 2009)**

**Goiânia
2009**

GIL CÉSAR COSTA DE PAULA

**A ATUAÇÃO DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES – UNE: DO
INCONFORMISMO À SUBMISSÃO AO ESTADO (1960 A 2009)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás como requisito para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Área de Concentração: Educação.

Linha de pesquisa: Estado e Políticas Educacionais.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Maurides Batista de Macêdo Filha.

**Goiânia
2009**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(GPT/BC/UFG)

Paula, Gil César Costa de.
P324a A atuação da união nacional dos estudantes – UNE
[manuscrito]: do inconformismo à submissão ao Estado (1960
a 2009) / Gil César Costa de Paula. – 2009.
387 f. : il., fig., tab.

Orientadora: Profª. Drª. Maurides Batista de Macêdo
Filha.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás,
Faculdade
de Educação, 2009.

Bibliografia: f. 363-376.

Inclui lista de abreviaturas, figuras e tabelas.
Anexos.

1. Dirigentes estudantis 2. União Nacional dos Estudantes

3. Movimento estudantil – Brasil – 1960 a 2009 4. Inconformismo.

5. Estudantes – Atuação Política 6. Submissão I. Macêdo Filha,
Maurides Batista II. Universidade Federal de Goiás, **Faculdade de**
Educação. III. Título.

CDU: 371.899(81)“1960-2009”

GIL CÉSAR COSTA DE PAULA

**A ATUAÇÃO DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES – UNE: DO
INCONFORMISMO À SUBMISSÃO AO ESTADO (1960 A 2009)**

Tese defendida no Curso de Doutorado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do grau de Doutor. Aprovada em 24 de Agosto de 2009, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Dr^a. Maurides Batista de Macêdo Filha
Prof^a. Orientadora e Presidente da Banca
UFG

Dr^a. Orlinda Maria de Fátima Carrijo Melo
Prof^a. Membro da Banca
UFG

Dr^a. Olga Brites
Prof^a. Membro da Banca
PUC-SP

Dr^a. Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante
Prof^a. Membro da Banca
UCG

Dr^a. Isabel Ibarra Cabrera
Prof^a. Membro da Banca
UFG

Dr^a. Jocyléia Santana
Prof^a. Membro da Banca
UFT

À memória de Jales Rodrigues de Paula, meu Pai.

AGRADECIMENTOS

O trabalho intelectual realiza-se no cotidiano das relações sociais, de trabalho e afetivas, individuais e coletivas.

Ao elaborar este trabalho, visando o doutoramento no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, tive a oportunidade de conviver com vários colegas da 4ª turma de Doutorado, aos quais agradeço pela amizade; aos professores do curso que tive maior contato, em razão das disciplinas cursadas, Doutores Luiz Fernandes Dourado, Nelson Cardoso do Amaral, Sílvia Rosa da Silva Zanolla, Valter Soares Guimarães, Ruth Catarina Cerqueira Ribeiro de Souza, José Adelson da Cruz e Ildeu Moreira Coêlho, meus agradecimentos.

À minha orientadora, Doutora Maurides Batista de Macêdo Filha, minha eterna gratidão, cuja orientação competente é responsável pelos acertos existentes neste trabalho, bem como ao Professor Doutor José Adelson Cruz, por suas sugestões.

Às professoras Doutoras Olga Brites, Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante, Isabel Ibarra Cabrera, Orlinda Maria de Fátima Carrijo Melo pelas relevantes críticas e sugestões apresentadas por ocasião de meu exame de qualificação, e da defesa pública, indispensáveis para o aprimoramento deste trabalho.

À professora Jocyléia Santana dos Santos por sua indispensável e importante participação na banca examinadora.

Aos colegas professores da Universidade Católica de Goiás, especialmente do Departamento de História, Geografia, Ciências Sociais e Relações Internacionais e Departamento de Ciências Jurídicas, pelo intercâmbio de idéias.

À Lúcia Stumpf e Talles de Castro Cassiano, respectivamente, Presidenta e Vice-Presidente da União Nacional dos Estudantes gestão 2007/2009, pela abertura ao diálogo com o autor sobre a atuação da UNE, e à Angélica Dias, Assessora de Imprensa, pela cordialidade na busca e disponibilização de documentos da UNE.

Ao Juiz do Trabalho Édison Vaccari pela leitura atenta e sugestões de melhoria deste trabalho.

Aos colegas servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, com a certeza de que é possível melhorar sempre no atendimento aos jurisdicionados de nosso Estado, por meio do estudo acadêmico.

À minha família, minha mãe e meus irmãos, pelo apoio.

Aos meus filhos, Lígia e Rafael, pela alegria da convivência.

Muito obrigado a todos.

“O objeto das ciências humanas é o ser *expressivo e falante*. Esse ser nunca coincide consigo mesmo e por isso é inesgotável em seu sentido e significado. A máscara, a ribalta, o palco, o espaço ideal, etc. como formas reais de expressão da representatividade do ser (e não da singularidade e da materialidade) e da relação desinteressada com ele. A exatidão, seu significado e seus limites. A exatidão pressupõe a coincidência da coisa consigo mesma. A exatidão é necessária para a assimilação prática. O ser que se auto-revela não pode ser forçado e tolhido. Ele é livre e por essa razão não apresenta nenhuma garantia. Por isso o conhecimento aqui não nos pode dar nada nem garantir, por exemplo, a imortalidade como fato estabelecido com precisão e dotado de importância prática para a nossa vida. “Acredita no que diz o coração, não há garantias do céu”.”

Bakhtin, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. 4ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 395.

RESUMO

DE PAULA, Gil César Costa. **A ATUAÇÃO DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES – UNE: DO INCONFORMISMO À SUBMISSÃO AO ESTADO (1960 a 2009)**. 2009. 387p. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

Este trabalho vincula-se à linha de pesquisa “Estado e Políticas Educacionais”, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás e analisa o significado da participação dos estudantes universitários no Brasil, no período de 1960 a 2009. Parte-se da hipótese de que o advento do Estado Social, que é caracterizado pela constitucionalização dos direitos e garantias fundamentais da pessoa, no século XIX e sua continuidade do século XX, abriu espaço para mediações, que deram novo sentido à questão social, que não passa, na contemporaneidade, pela repressão aos movimentos sociais, especialmente ao Movimento Estudantil e às entidades representativas dos estudantes, nem pela perspectiva de transformação violenta da sociedade, mas pela negociação dos interesses em conflito e pelo estabelecimento de compromissos. Nesse sentido, entende-se que a atuação dos dirigentes da União Nacional dos Estudantes – UNE evoluiu ou metamorfoseou-se do confronto para a negociação, construindo uma política de submissão ao Estado no Brasil, tendo como recorte cronológico o período de 1960 a 2009. A idéia central é a de que a UNE atuou durante o período da ditadura militar como um dos principais elementos de resistência ao autoritarismo, criando, no entanto, no período de redemocratização uma postura de colaboração com os governos denominados democráticos. A metodologia utilizada para demonstrar esta hipótese foi a análise dos depoimentos das principais lideranças e autoridades universitárias no período de 1960 a 2009, tendo como foco a reconstituição histórica apoiada nos discursos dessas pessoas, confrontados entre si, com a literatura sociológica existente e a análise de documentos produzidos pelas entidades estudantis. As imagens construídas pelos sujeitos históricos foram cotejadas com as suas práticas políticas, evidenciando o pêndulo na atuação estudantil que vai do inconformismo à submissão ao Estado no período acima mencionado, resultando na desmobilização das entidades estudantis.

Palavras-chave: dirigentes estudantis; participação; UNE; inconformismo; submissão.

ABSTRACT

DE PAULA, Gil César Costa. **“The Political Participation, Student Movement in Brazil: Dissent and Submission (1960 to 2009)”**. 2009. 387p. Thesis of Doutorado (Program of After-Graduation in Education) – Faculty of Education, Federal University of Goiás, Goiânia, 2009.

This work follows the research method of “The State and Educational Policies” of the after-graduation program in Education of Federal University of Goiás. It addresses the importance of the participation of the university students in Brazil, from 1960 to 2009. The base is the hypothesis is that “The Advent of the Social State”, characterized by the constitutional inclusion of the fundamental personal guarantees and rights in the twentieth and twenty-first centuries, opened space to mediations that brought new light to the social question and does not denote either repression of social movements, especially the Student Movement and student representative institutions, or the perspective of violent transformation of the society, however it amounts to the negotiation of interests in conflict and to the establishment of commitments. Therefore, we believe the role of the União Nacional dos Estudantes – UNE (National Student Union) leaders, evolved or metamorphosed from confront to commitment, producing a policy of submission to the State in Brazil from 1960 to 2009. The main idea which was developed is that the student movement acts as one of the most important elements or resistance against the totalitarianism in the period of the military dictatorship, evolving in the democratization period, into a posture of collaboration with the denominated democratic governments. The methodology utilized in order to demonstrate our hypothesis is based on the analysis of declarations issued by the principal university leadership and authorities from 1960 to 2009, focusing the historical reconstruction anchored on the aforementioned people’s reports, as opposed to the existing sociological literature and the examination of papers which have been assembled by the student unions. The interpretation built by the historical subjects were contrasted with their political practices, illustrating the pendulum in the student action, which vary from dissent to submission to the State in the period previously mentioned, causing the desmobilization of the student unions.

Key-words: student leaders; political participation; student movement in Brazil 1960 to 2009; dissent and submission.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABI	- Associação Brasileira de Imprensa
ANDES	- Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior
ANL	- Aliança Nacional Libertadora
AP	- Ação Popular
ARENA	- Aliança Renovadora Nacional
BID	- Banco Interamericano de Desenvolvimento
BOC	- Bloco Operário Camponês
CA	- Centro Acadêmico
CAPES	- Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior
CCC	- Comando de Caça aos Comunistas
CGT	- Comando Geral dos Trabalhadores
CIA	- Central de Inteligência Americana
CLT	- Consolidação das Leis do Trabalho
CNBB	- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPQ	- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONEB	- Conselho Nacional de Entidades de Base
CONEG	- Conselho Nacional de Entidades Gerais
CPC	- Centro Popular de Cultura
CPI	- Comissão Parlamentar de Inquérito
CREDUC	- Crédito Educativo
DCE	- Diretório Central dos Estudantes
ENE	- Encontro Nacional de Estudantes
ESG	- Escola Superior de Guerra
ESNI	- Escola Nacional de Informações
FASUBRA	- Federação dos Servidores das Universidades Brasileiras
FMI	- Fundo Monetário Internacional
FUNDEP	- Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação Profissional
GTRU	- Grupo de Trabalho sobre a Reforma Universitária
IBAD	- Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	- Instituições de Ensino Superior
IPES	- Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais
JUC	- Juventude Universitária Católica
LC	- Lei Complementar
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MARE	- Ministério de Administração e Reforma do Estado
MCD	- Movimento Contra a Ditadura
ME	- Movimento Estudantil
MEC	- Ministério de Educação e Cultura
MP	- Medida Provisória
MR8	- Movimento Revolucionário 8 de Outubro
OAB	- Ordem dos Advogados do Brasil
OIE	- Organização Internacional de Estudantes
OMC	- Organização Mundial do Comércio
PAC	- Plano de Aceleração do Crescimento
PCB	- Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	- Partido Comunista do Brasil
PCR	- Partido Comunista Revolucionário
PDT	- Partido Democrático Trabalhista
PFL	- Partido da Frente Liberal
PIB	- Produto Interno Bruto
PL	- Projeto de Lei
PMDB	- Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PROUNI	- Programa Universidade para Todos
PSDB	- Partido da Social – Democracia Brasileira
PSTU	- Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	- Partido dos Trabalhadores
RU	- Restaurante Universitário
SBPC	- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SNI	- Serviço Nacional de Informações
STF	- Supremo Tribunal Federal
TENDÊNCIA	- Articulação Política de Atuação no Movimento Estudantil
UCG	- Universidade Católica de Goiás
UDN	- União Democrática Nacional
UDN	- União Democrática Nacional
UEE	- União Estadual dos Estudantes
UFG	- Universidade Federal de Goiás
UIE	- União Internacional de Estudantes
UJS	- União da Juventude Socialista
UNE	- União Nacional dos Estudantes
UNIDADE	- Tendência Política ligada ao PCB
USAID	- Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional
USP	- Universidade de São Paulo
VIRAÇÃO	- Tendência Política ligada ao PCdoB

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Estudantes se reúnem em 1937 para criar a UNE.....	92
Figura 02: Estudantes se mobilizam contra o Regime Militar, pós-1964.....	96
Figura 03: A UNE apresenta suas propostas para a Constituinte – 1986.....	127
Figura 04: Mobilizações Estudantis nos Estados Unidos em 1967	129
Figura 05: Mobilizações Estudantis na Europa 1968	129
Figura 06: Universidade de Sorbonne, Paris, França, maio de 1968.....	130
Figura 07: Repressão ao Congresso da UNE de Ibiúna - 1968	131
Figura 09: Demolição da Sede da UNE – Rio de Janeiro, 1980	138
Figura 10: Repressão ao Movimento Sindical - 1979.....	139
Figura 11: Repressão ao Movimento Goiânia (1981).....	140
Figura 12: Greve Nacional em Defesa da Universidade (1981).....	142
Figura 13: Mobilizações por eleição direta para Presidente da República (1984).....	144
Figura 14: Mobilizações por eleição direta para Presidente da República (1984)	145
Figura 15: Eleição direta para UNE, 1986.....	149
Figura 16: A repressão policial aos estudantes, 10 de Setembro de 1980 em Goiânia.....	158
Figura 17: Protesto dos Estudantes, 1956	203
Figura 18: Relatório da Diretoria – UNE – Gestão 1953-1954.	206
Figura 19: Constituição da UNE, 1958	208
Figura 20: Relatório da Diretoria – UNE, 1960-1961.....	211
Figura 21: Relatório da Gestão – UNE, 1961-1962.....	224
Figura 22: Relatório da Gestão – UNE, 1961-1962.....	225
Figura 23: Reconstrução da UNE, 1979.....	238
Figura 24: Congresso da UNE, 1981	240
Figura 25: Todos contra Maluf, 1984	242
Figura 26: Reconhecimento da UNE, Lei nº 7.395 de 1985.....	245
Figura 27: A UNE contra o Governo FHC, 1994	258
Figura 28: A UNE contra a política educacional de FHC, 2001.....	259
Figura 29: A UNE e a reforma da Universidade, 2004	263
Figura 30: A UNE e as propostas para o Ensino Superior, 2005	265

Figura 32: Documentos do Movimento Estudantil	281
Figura 33: Documentos do Movimento Estudantil	282
Figura 34: Documentos do Movimento Estudantil	283
Figura 34: Reconstrução da UEE-GO, 1984	284
Figura 35: Documento obtido durante o CONEG da UNE em São Paulo-SP, março de 2009.	298
Figura 36: Plenária do Congresso de Reconstrução da UNE	306
Figura 37: A UNE e a proposta de desenvolvimento nacional, 2006	312
Figura 38: A UNE e a comemoração dos 70 anos da Entidade, 2007	314
Figura 39: A UNE e as caravanas nacionais, 2008	315
Figura 40: São Paulo, 22 de Março de 2009: o autor presente no 57º CONEG da UNE e a Presidente da Entidade Lúcia Stumpf.	332
Figura 41: A UNE comemora a proximidade com o Governo – 2008.	334
Figura 42: A UNE e suas propostas para enfrentar a crise mundial, 2009	336
Figura 43: Rua Vergueiro, 2485 – Vila Mariana – São Paulo – SP: 2009 – A Sede da UNE: o imprevisto é característica permanente do Movimento Estudantil	337
Figura 44: Auditório da Universidade Paulista – UNIP: o palco escolhido pela UNE para realizar o CONEG – Março de 2009	341
Figura 45: Bandeiras de Lutas – UNE 2009	342

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – A Evolução da População Jovem Brasileira	30
TABELA 2 – Evolução de Matrículas do Ensino Superior	30
TABELA 3 – Pesquisa Mensal de Emprego	43
TABELA 4 – Criação de Universidades Brasileiras: 1943-1964	95
TABELA 5 – Criação de Universidades Brasileiras a partir de 1971	97
TABELA 6 – Quadro Comparativo Ensino Público x Ensino Privado em (1980)..	104
TABELA 7 – Criação de Universidades Brasileiras: 1980 a 1990	105
TABELA 8 – Criação de Universidades Brasileiras: década de 1990.....	106
TABELA 9 – Expansão do Ensino Superior: 1808 a 1945.....	106
TABELA 10 – Processo de Crescimento de Matrículas no Ensino Superior Público na República Populista	106
TABELA 11 – Evolução do Número de Instituições Privadas de Educação Superior, pela sua Natureza - 1980-1996.....	106
TABELA 12 – Evolução do Número de Instituições Federais de Educação Superior por Natureza - 1980-1996	107
TABELA 13 – Evolução do Alunado no Ensino Superior (1989-2001)	107
TABELA 14 – Evolução de Matrículas do Ensino Superior	108
TABELA 15 – Crescimento das Instituições de Ensino Superior (IES): 1960-1994..	108
TABELA 16 – Aumento Acumulado a Partir de Dezembro de 1979.....	109
TABELA 17 – Percentual Atribuído ao MEC no Orçamento da União (1964/1981) .	110
TABELA 18 – Evolução dos Recursos do MEC em Cr\$ Mil – Orçamento	111
TABELA 19 – Expansão das Instituições de Ensino Superior.....	112
TABELA 20 – Dirigentes da UNE	154
TABELA 21 – Quadro Geral do Ensino no Brasil – 1960/2003	286
TABELA 22 – Quadro Geral do Ensino Superior Público no Brasil	287
TABELA 23 – Quadro Geral do Ensino Superior Privado no Brasil.....	288
TABELA 24 – Instituições de Ensino Superior.....	289
TABELA 25 – Investimentos em Infra-Estrutura	312
TABELA 26 – Instituições de Ensino Superior por categoria, 2004.....	339
TABELA 27 – Instituições de Ensino Superior por categoria, 2007	340

TABELA 28 – Ocupação Atual dos Ex-dirigentes da UNE – 1960/2009	351
TABELA 29 – Ocupação Atual dos Ex-dirigentes da UNE que atuaram no Estado de Goiás.....	352
TABELA 30 – Universidades Federais criadas no Governo Lula	355
TABELA 31 – Despesa pública total com educação e relação com o PIB – Brasil, 2000 a 2005	356

SUMÁRIO

RESUMO	6
ABSTRACT	7
LISTA DE ABREVIATURAS	8
LISTA DE FIGURAS.....	10
INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1 - MOVIMENTO ESTUDANTIL E JUVENTUDE.....	28
1.1 - O jovem na sociedade atual – interpretações	28
1.2 - A atuação política das classes médias na conjuntura brasileira.....	42
1.3 - Os significados da participação política dos estudantes universitários	46
1.4 - A motivação da participação estudantil na percepção dos dirigentes e autoridades universitárias	61
CAPÍTULO 2 - “A UNIVERSIDADE E A UNE PÓS-1964”	86
2.1 - A construção da UNE	113
2.2 - As lutas da UNE na perspectiva da direção estudantil	157
2.3 - O movimento estudantil no discurso dos dirigentes e autoridades universitárias.....	169
CAPÍTULO 3 - UNE: DO ENFRENTAMENTO AO ESTADO AUTORITÁRIO À SUBMISSÃO.....	194
3.1 - Os acontecimentos históricos anteriores ao movimento de 1964	195
3.2 - O processo político e a conspiração civil-militar	216
3.3 - A atuação dos governos militares pós-1964.....	229
3.4 - A nova república de Tancredo a Sarney (1985 a 1989)	243
3.5 - O governo Collor (1990 a 1992)	246
3.6 - Do governo FHC a Lula – 1994 a 2009	257
3.7 - A discussão da reforma da universidade.....	263
3.8 - A posição da UNE na discussão da reforma universitária.....	289
3.9 - A atuação da UNE – inconformismo e submissão ao estado.....	293
3.10 - A UNE na atualidade (2009): as várias faces de uma entidade	332
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	359
REFERÊNCIAS	362

APÊNDICE	376
ANEXOS.....	382
ANEXO 1 – Questionário utilizado no Projeto Memória do Movimento Estudantil da UNE.....	383
ANEXO 2 – Questionário utilizado no Projeto da Universidade Católica de Goiás – o Movimento Estudantil em Goiás – 30 anos de história: 1960 a 1990.....	385
ANEXO 3 – Questionário das entrevistas sobre o Movimento Estudantil realizadas em março de 2009	386

INTRODUÇÃO

A Tese de Doutorado que se inicia, está estruturada de forma a desvelar o significado da participação política dos estudantes universitários brasileiros no período de 1964 a 1985 e 1986 a 2009, tendo em vista que há confronto, no primeiro período de atuação estudantil sob a ditadura militar e submissão no segundo período de redemocratização.

Sobre o título do trabalho atendi à sugestão da banca de qualificação, e da banca de defesa pública, modificando-o de “O Movimento Estudantil Brasileiro Coordenado pela UNE e as Políticas Públicas para o Ensino Superior – Da Dialética do Inconformismo à Participação no Estado – 1960 a 1992”, para “A ATUAÇÃO DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES – UNE: DO INCONFORMISMO À SUBMISSÃO AO ESTADO (1960 a 2009)”, por entender que melhor se adequa à problemática proposta.

Quanto ao recorte cronológico, este se justifica porque fica claramente evidenciado o contraponto entre a atuação da UNE, de caráter conflituoso com o Estado, período de 1960 a 1985, e de participação na gestão da organização da burocracia estatal a partir de 1986, perdurando até 2009, termo final da análise, valendo ressaltar que desde sua criação, em 1937, a UNE possibilitou o surgimento de lideranças políticas que, após atuarem como seus diretores, passam a atuar na política partidária.

Cumprido evidenciar, de início, que participei do Movimento Estudantil no período de 1981 a 1985, tendo ocupado os cargos de Diretor e Presidente do Centro Acadêmico de Ciências Sociais, de 1981 a 1982 e Diretor e Presidente do Diretório Central dos Estudantes da UFG de 1983 a 1985, tendo sido ainda Presidente da Comissão de Reconstrução da União Estadual dos Estudantes de Goiás – UEE-GO, em 1985. Participei, também, de todos os Congressos Nacionais realizados pela União Nacional dos Estudantes – UNE no período.

Como representante estudantil, eleito, fui membro do Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa e do Conselho Universitário da UFG, de 1981 a 1985.

Ao escrever este trabalho para fins de Doutorado, 24 anos depois de ter atuado na forma descrita anteriormente, procuro manter o distanciamento necessário à realização do trabalho científico, sem esquecer da frase de um dirigente do Partido Comunista do Brasil, ao qual pertenci no referido período, que disse: “o que interessa

não é o que é importante para a universidade, mas o que é importante e favorece o Partido”. Assim, ao abordar o tema desta tese quero deixar registrado que a vivência no Movimento Estudantil, no passado, é elemento motivador por sua escolha.

Entendo que o Movimento Estudantil Brasileiro, coordenado nacionalmente pela UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES – UNE tem sido objeto de diferentes trabalhos de pesquisa, enfocando a participação política dos estudantes universitários ao longo da história do Brasil.

Diversos autores, como POERNER (2004), IANNI (1968), FORACCHI (1965) e ARAÚJO (2007), abordam esta participação de diferentes perspectivas, tendo o estudante como agente político importante no processo de transformação da sociedade.

A literatura sociológica, por sua vez, tem discutido os movimentos sociais em diferentes perspectivas conforme, por exemplo, TOURAINE (1984), que diz que há uma diferenciação entre a abordagem sobre o Movimento Estudantil, segundo a qual o ator deve sobrepor-se às meras reivindicações e mesmo negociações políticas para se afirmar como produtor da situação social, capaz de por em questão a própria ordem social constituída, procurando transformar as relações de dominação exercidas sobre os principais recursos culturais, a produção e o conhecimento, e aquele enfoque proposto por esse autor que é no sentido de analisar as lutas sociais, e os conflitos como mecanismos de modificação de decisões, como fatores de mudanças das forças políticas em sentido amplo.

Nas sociedades complexas, segundo MELUCCI (2001), deve-se considerar seriamente a dimensão cultural dos conflitos e a ação inovadora dos movimentos sociais. Nesse entendimento, não existem atores conflituais por essência, a ação tem características temporais, pode envolver atores diversos.

É interessante assinalar que os movimentos sociais não são homogêneos, refletindo em seu interior a diversidade de posicionamentos políticos existentes na sociedade. No estudo que desenvolvi sobre a atuação da UNE de 1960 a 2009, interessou-me compreender a orientação ou motivação de seus dirigentes em dois períodos históricos distintos: sob o autoritarismo e na redemocratização, entendendo que há uma mudança substancial em sua orientação: indo do conflito ao conformismo, e à colaboração com os setores políticos que dominam a estrutura do Estado Brasileiro, onde procurei explicar esse processo. A análise é centrada no discurso dos dirigentes, consubstanciada na sua entidade maior, que é a União Nacional dos Estudantes – UNE, procurando compreender a cultura política dessas lideranças, que são articuladas com os partidos políticos de esquerda, sobretudo, o Partido Comunista do Brasil e o Partido dos Trabalhadores, conforme analisa GOHN (2005).

O estudo da atuação da UNE neste trabalho é original desde a sua problemática, pois há constatação de que a produção científica que aborda os estudantes universitários tem enfoques teóricos e metodológicos diferentes do que utilizei neste trabalho. A propósito do tema, diversos estudos abordam a atuação dos estudantes sob a ótica dos movimentos sociais. O que se buscou realizar, foi a análise da atuação da UNE como entidade burocrática que dirige as entidades dos estudantes no plano nacional, tendo como referência os discursos de seus dirigentes.

Em outro sentido, trabalho de mestrado recentemente defendido na Universidade de São Paulo aborda o sentido do Movimento Estudantil contemporâneo na área de saúde, partindo do entendimento de que os movimentos estudantis nessa área, na década de 1990 estão marcados por discussões técnicas e corporativistas, focalizadas nas preocupação com a profissão e o mercado de trabalho. (REIS, 2007)

Na perspectiva da análise do ME como forma de atuação política da juventude pode-se ainda mencionar a tese de doutorado defendida na USP em 2006, sob o título de: “O discurso do protagonismo juvenil no Brasil (SOUZA, 2006), na qual a autora entende que o apelo ao protagonismo ou à posição de principal ator político da juventude tem como objetivo motivar os jovens à integração. Por sua vez, neste trabalho, entendo que a UNE, por meio de seus dirigentes, tem se colocado como entidade atuante na defesa dos interesses estudantis e do País, desde a sua criação em 1937, conforme depoimentos de seus diretores e de documentos produzidos e divulgados por ela. Porém, o acento ou ênfase no conflito ou na negociação com o Estado dependerá, no contexto maior, dos compromissos partidários que são assumidos pelos dirigentes dos partidos que hegemonizam o controle da UNE.

Muito embora a produção historiográfica e sociológica não abordem esta realidade, a exemplo de recente dissertação defendida por Flávia de Angelis Santana (2007, p. 9) intitulada Atuação política do movimento estudantil no Brasil: 1964 a 1984, no programa de pós-graduação em história social da Universidade de São Paulo, que procurou reconstituir a importância do papel político dos estudantes no cenário brasileiro no período mencionado, sem, entretanto, mostrar as contradições que analiso nesta tese.

Os referidos trabalhos acadêmicos dão fundamento para a afirmação de que o estudo em questão sobre a atuação dos dirigentes da UNE é essencialmente inovador, pois questiona a abordagem tradicional que idealiza a atuação estudantil,

atribuindo maior relevância política a esta atuação do que efetivamente se pode constatar na análise histórica. Diante desta afirmação, indaga-se como problema geral: Como se dá a relação política da UNE como o Estado decorrente de sua atuação na conjuntura política brasileira, no período de 1960 a 2009?

Relacionadas a esta problemática geral estão as seguintes questões específicas: Qual o papel desempenhado pela UNE na formulação de projetos de construção da sociedade brasileira? Ela atua como protagonista ou agente? Qual a concepção de Estado e de Universidade que perpassam tais projetos? Colocados esses problemas, a hipótese de pesquisa que servirá como base para o desenvolvimento do trabalho de doutorado é a seguinte: o advento do Estado Social, no século XIX e sua continuidade do século XX, entendendo como Estado Social aquele que se preocupa com o atendimento dos direitos e garantias constitucionais dos cidadãos, abriu espaço para mediações, que deram novo sentido à questão social, que não passa, na contemporaneidade, pela repressão aos movimentos sociais, especialmente ao Movimento Estudantil e às entidades representativas dos estudantes, nem pela perspectiva de transformação violenta da sociedade, mas pela negociação dos interesses em conflito e pelo estabelecimento de compromissos.

Nesse sentido, a atuação dos dirigentes da União Nacional dos Estudantes – UNE, evoluiu ou metamorfoseou-se do confronto para a negociações políticas com o Estado, construindo uma política de submissão ao Estado no Brasil, tendo como recorte cronológico o período de 1960 a 2009.

Uso a expressão metamorfose, dialética do mesmo e do diferente para evidenciar as transformações históricas desse processo, sublinhar o que suas principais cristalizações comportam, ao mesmo tempo, de novo e de permanente, ainda que sob formas que não as tornam imediatamente reconhecíveis, nos termos da abordagem de Castel (1998).

A palavra metamorfose não é, pois, uma metáfora empregada para sugerir que a perenidade da substância permanece sob a mudança dos atributos. Ao contrário: uma metamorfose faz as certezas tremerem e recompõe toda a paisagem social. Entretanto, ainda que fundamentais, as grandes mudanças não representam inovações absolutas quando se inscrevem num quadro de adaptação às novas situações políticas.

A metamorfose, como categoria de análise que utilizo para compreender e explicar a atuação dos dirigentes estudantis significa que há uma mudança do sentido dessa atuação, consubstanciada no discurso dos seus principais atores, que muda conservando muito de sua essência, como forma de transmitir a imagem de continuidade das lutas históricas dos estudantes e uma suposta independência em relação ao Estado.

Utilizo a categoria de inconformismo entendendo que tal palavra tem muitas significações, é um termo polissêmico e denota envolvimento ideológico, uma vez que os atores políticos que se insubordinam em determinada conjuntura histórica podem fazê-lo por diferentes determinações. A consciência que cada indivíduo desenvolve é um produto social, dependendo do conjunto de relações sociais que este estabelece na sociedade para a satisfação de suas necessidades e sua reprodução como indivíduo e como produtor. Nesse intercâmbio de idéias nasce a linguagem, por meio da qual o homem manifesta a sua consciência do real, que pode ou não ser uma tradução fiel do movimento da realidade, valendo-me do pensamento de Marx e Engels expresso na obra *A Ideologia Alemã* (2009).

Neste sentido, o ato ou ação de se inconformar pode, também, adquirir diversas formas, desde a rebeldia, até alterações comportamentais, pertinentes à forma de vestir ou de manifestações artísticas e culturais, que não se traduzem em ações coletivas contestatórias, na perspectiva de transformação da sociedade por meio da ação política.

Vale ainda ressaltar que as lutas no interior da sociedade, tendo como premissa a conquista do Estado, geralmente, sob a forma de luta entre democracia e ditadura, são formas ilusórias de se camuflar a luta de classes que permeiam as propostas de mudança da sociedade, nem sempre pretendendo a construção de novas relações sociais de produção, mas uma adequação do regime político aos interesses do grupo que busca a conquista do poder de Estado.

A submissão, que utilizo como categoria de análise neste trabalho, significa não apenas a imposição da vontade de um grupo político sobre o outro pelo uso da força. A submissão se dá pela crença na legalidade dos estatutos estabelecidos como formalmente corretos, na perspectiva de Weber (2004), ou seja, na existência de regras jurídicas aceitas pela coletividade e de um projeto político de construção de uma sociedade diferente e, possivelmente, melhor do que aquela vivenciada no momento histórico atual.

Pode também significar a imposição por um grupo, por meio da violência, de sua vontade política, nesse caso o poder é exercido sem legitimidade, pelo medo.

No primeiro caso, temos uma dominação que se legitima pela adesão dos indivíduos, que acreditam nas idéias propagadas pelos líderes, que deste modo, têm autoridade perante os dirigidos. No segundo caso, a imposição, pelo uso da força física e pelo trabalho de coerção ideológica, conduz à submissão, entendida como dominação autoritária.

Estas categorias são importantes para compreender e explicar a hipótese que formulo. Apresento, buscando o seu entendimento, um panorama das diferentes abordagens teóricas sobre a participação política da juventude. Em seguida, relaciono este processo com o desenvolvimento da Universidade no Brasil e a construção do Movimento Estudantil, a partir da criação da UNE, em 1937. Entendo que a UNE articula, no âmbito nacional, as reivindicações da juventude universitária, segmento de classe média, cujas aspirações de melhoria do ensino se interpenetram com as propostas de mudança social. A sua atuação, cuja radicalidade não é inerente ao jovem, mas conjunturalmente determinada segundo o conteúdo das ações empreendidas pelo Governo Federal, que no período posterior ao golpe de 1964, volta-se contra as lideranças dos estudantes, com o fechamento de suas entidades. É o momento do confronto que vai desembocar nas ações violentas por parte do Estado e dos estudantes, inclusive com a luta armada.

O movimento estudantil constitui-se como movimento social (GOHN, 1997), a partir do fundamento ideológico da esquerda tradicional, cujas lideranças vinculam-se aos principais partidos políticos que monopolizam o controle da União Nacional dos Estudantes – UNE, no período de 1960 a 2009, ou seja, o Partido Comunista do Brasil - PCdoB e o Partido dos Trabalhadores - PT, ambos com discurso nitidamente marxista, valendo-se de conceitos como classes sociais, estado, revolução e ideologia, que serão analisados no decorrer deste estudo a partir dos depoimentos e documentos, produzidos pelo próprio movimento.

Os conceitos, ideologia e atuação política, a partir de Marx, Gramsci, Adorno e Horkheimer, são importantes para a compreensão do desenvolvimento da sociedade capitalista e da mercantilização do ensino superior, com reflexos na atuação dos estudantes universitários e em sua percepção de mundo, a partir dos depoimentos das lideranças estudantis daquela época. Entretanto, o enfoque deste trabalho está voltado para a compreensão da ação estudantil, no sentido proposto por Max Weber (2004), em sua obra Economia e Sociedade, na qual procura explicitar os sentidos das ações sociais.

As entrevistas com as lideranças e autoridades universitárias, que vivenciaram o período enfocado, foram utilizadas como parte de um procedimento metodológico, buscando a reconstituição do passado, através dos discursos e dos documentos escritos, das versões e interpretações sobre a história da UNE.

Entendo que as lideranças estudantis têm uma compreensão do movimento que transcende a sua atuação individual concreta, proveniente da auto-imagem construída pelo movimento: falam no presente, colocando-se como continuadores de um processo que está em seu próprio modo de ver o mundo, muito embora não tenham vivido o período histórico anterior ao qual se reportam.

Nesse aspecto, pode-se afirmar que há um “discurso padrão”, que retrata a imagem construída pela direção da UNE sobre a atuação dessa entidade, que é transmitido oralmente e por meio dos documentos escritos que são produzidos no decorrer de sua história. Nem sempre essa imagem corresponde ao movimento real da história.

Esse padrão discursivo unifica o movimento em sua atuação nacional, ou seja, observa-se nos depoimentos de ex-lideranças estudantis goianas a mesma percepção que se encontra em ex-estudantes que lideraram o movimento em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro etc. Pode-se afirmar que o conteúdo da fala retrata a imagem construída para o movimento a partir da militância política e partidária. O regional espelha o nacional no aspecto discursivo e da atuação política e reflete as diretrizes nacionais do movimento.

É importante registrar, consoante propõe HALBWACHS (2006), que os estudantes atribuem a si mesmos a origem do discurso, como se neles se originassem as idéias e reflexões, aquilo que foi inspirado pelo grupo político a que pertenceram, reproduzindo um discurso padronizado nacionalmente pelas organizações partidárias.

No tratamento das fontes orais, houve o cuidado de confrontar os diversos depoimentos entre si e destes com outras fontes documentais, atentando para o fato de que toda fonte histórica deriva da percepção humana, daí sua subjetividade, razão pela qual nenhum depoimento tomado isoladamente pode conduzir à verdade do fato histórico investigado, e ainda ressaltando que os indivíduos participam, durante a sua existência, de uma classe social, que unifica a suas experiências e constrói a sua consciência, como um fazer histórico (THOMPSON, 2004).

Esse processo de narrar o passado através dos depoimentos, quando as lideranças estudantis e autoridades universitárias dão os seus testemunhos concernentes aos fatos que vivenciaram ou pensam ter vivenciado, já que a memória

às vezes não é capaz de trazer aos dias atuais todos os fatos vivenciados, sendo forçoso reconhecer que muitas lembranças ou idéias não são originais, foram formadas ou inspiradas no convívio com outras pessoas, obtidas através dos meios de comunicação e, assim, incorporadas à memória individual, mesmo que de forma inconsciente, deve ser realizado com cuidado e atenção. (HALBWCHS, 2006)

No tratamento dos conteúdos dos textos provenientes dos depoimentos procurei ter em mente que o entrevistado é um ser expressivo e falante e que esse ser nunca coincide consigo mesmo e por isso é inesgotável em seu sentido e significado. Ele, o entrevistado, é livre, no instante em que se abre e concede o depoimento, ele se auto-revela, não podendo ser forçado ou tolhido. Ele é livre e não há garantia alguma de que diz aquilo que realmente aconteceu no período histórico narrado. Assim o entrevistador deve ter em sua referência que é preciso esforço imaginativo ao analisar os discursos, adotando a máxima segunda a qual deve-se acreditar no que diz o coração, sabendo que não há garantias do céu (BAKHTIN, 2006, p. 395).

Na análise dos discursos constantes das entrevistas com os dirigentes das entidades estudantis devemos ter em mente que sua compreensão implica em um juízo de valor sobre o texto (FIORIN, 2006, p. 6). Os enunciados presentes nos depoimentos existem em relação entre si dialógicamente. Para compreendê-los devemos perceber que eles podem ser consensuais, polêmicos, de divergência, convergência, de aceitação, negação, recusa, acordo ou desacordo.

Considerando ainda, segundo Fiorin (2006, p. 25 e 27), que os depoentes se situam no âmbito de uma sociedade dividida em classes sociais, com interesses divergentes, os enunciados devem ser vistos como o espaço de luta entre vozes sociais, o que significa a existência de contradição. Por isso existe nesse contexto, um destinatário imediato do discurso, aquele com quem se fala, no caso o pesquisador, mas também um superdestinatário, que varia de uma época para outra de um grupo social para outro: ora ele é a Igreja, ora o Partido, ora a Ciência, ora a Correção Política.

O que está contido nos depoimentos dos dirigentes necessita ser interpretado à luz da teoria existente sobre a atuação das entidades burocráticas, nos termos weberianos, uma vez que, de acordo com Orlandi (1996, p. 9, 14 e 31), não há sentido sem interpretação. Assim, os textos oriundos das entrevistas são dotados de sentidos, que partem em diferentes direções, produzindo múltiplos efeitos de sentidos. Diferentes versões, diferentes formulações constituem novos produtos significativos.

Nesse processo interpretativo, percebe-se que a formulação discursiva se constitui na relação com o interdiscurso (a memória do dizer, representado nas formações ideológicas). O lugar do sentido, lugar da metáfora, é função da interpretação, espaço da ideologia. Não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia (ORLANDI, 1996 p. 31). Nesse sentido, há a instauração do confronto, porque o real possui ordens diferenciadas, a da história e a da linguagem. Neste trabalho busquei compreender a relação entre elas, captando o sentido atribuído pelos dirigentes em seu discurso e em sua atuação concreta, com o cuidado de perceber que o discurso não é uma unidade fechada pois ele tem relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginários), com suas condições de produção (os sujeitos e a situação), com o interdiscurso: a memória do dizer. (ORLANDI, 1996 p. 54)

É importante lembrar Foucault (1996 p. 10), quando diz que a análise dos discursos deve ter em mente que eles – os discursos – não são simplesmente a tradução das lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por quê, pelo quê, se luta, o poder do qual se quer apoderar. Neste aspecto, esse autor ainda continua a análise salientando que se deve ter em vista que o comentário do texto permite a construção de novos discursos mas deve, utilizando-se a técnica adequada, dizer o que estava articulado no texto primeiro. Alerta também que a noção de pertencimento a um determinado grupo social se dá pela partilha de um só e mesmo conjunto de discursos, o que se poderá se verificar no corpo deste trabalho.

No contexto dessa pesquisa constato que as entidades dos estudantes passaram por um processo de hegemonização, por parte dos partidos políticos de esquerda (em especial o Partido Comunista do Brasil – PCdoB, e o Partido dos Trabalhadores – PT), no qual a doutrina vale sempre como o sinal, a manifestação de uma pertença prévia – pertença de classe, de status social, ou de raça, de nacionalidade, ou de interesse, de luta, de revolta, de resistência ou de aceitação (FOUCAULT, 1996 p. 43).

O Sistema de Educação, nesse processo, se constitui numa maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo. Entremeando este sistema existe um processo de educação política conduzido pelas entidades estudantis que, por meio de um discurso unificado ou unificador, conduz a ação estudantil.

Lembrando aqui o trabalho da professora Orlinda Carrijo Melo (1997, p. 39) – *Alfabetização e Trabalhadores – o contraponto do discurso oficial*: “temos falas confrontadas, que se confirmam, se repetem, se complementam, se justapõem, no espaço do contraditório em que se articulavam os interlocutores” – no caso, desta tese, os dirigentes das entidades estudantis.

Uma diferença deve ser ressaltada: a origem da fala, a matriz não é o Estado, mas o Partido Político, que conduz o movimento dos estudantes. No entanto, ao estabelecer negociações com o Estado, tendo como objetivo a ascensão aos cargos públicos, os dirigentes assumem o discurso do Estado.

O lugar dos dados estatísticos nesta tese, que se encontram nas tabelas, é o de situar o processo de desenvolvimento das Universidades Brasileiras e do Contingente Estudantil. Por esse motivo, é imprescindível a sua utilização como referencial para entendimento desse processo, principalmente em virtude da natureza conflitual e contraditória dos discursos.

Outro recurso para desvendar o passado, neste trabalho, é a utilização de fotografias pertinentes ao Movimento Estudantil, entendendo que as imagens representadas nas fotografias não são apenas documentos para ilustrar o texto, mas o integram, como partes constitutivas da realidade que se pretende conhecer. (MARTINS, 2008)

Estas questões metodológicas são importantes para o trabalho com as fontes, tendo em vista a natureza do material utilizado na pesquisa, constante de documentos orais e escritos e compreensão da representação ou reconstrução que os entrevistados fazem de sua atuação e do conjunto da atuação da UNE no passado, bem assim os significados que atribuem à participação individual e coletiva nesse movimento.

O que proponho é um tratamento centrado na análise dos discursos dos dirigentes da UNE, procurando compreender o que motiva a participação destes estudantes. Para tanto, um certo distanciamento do objeto se faz necessário, para se construir uma abordagem crítica e segura.

À passagem do autoritarismo para a redemocratização no Brasil, no período enfocado, corresponde, no conteúdo da atuação dos estudantes universitários, uma transição do inconformismo para a submissão e à colaboração na administração do Estado, com a assunção de cargos na administração pública, configurando o que para MARCUSE (1969), é a aceitação da dominação racional – burocrática, via administração.

Assim, é importante explicitar, a partir dos pressupostos estabelecidos, o significado da participação política da juventude universitária, que se organiza em um movimento social específico, articulando suas lutas com outras organizações e movimentos da sociedade brasileira, e também a percepção que as lideranças têm deste processo, de forma consciente ou inconsciente.

De outro lado, a propósito da orientação ideológica desse movimento, é importante também indagar seu leque de alianças e o conteúdo de suas pautas de lutas, reivindicações relativas à melhoria do ensino superior e outras pertinentes à sociedade em geral.

No que se refere à metodologia, as entrevistas utilizadas foram gravadas com dirigentes da UNE, compreendendo o período de 1960 a 2009, bem como depoimentos de autoridades universitárias, além dos documentos orais, documentos escritos foram obtidos juntos às entidades estudantis, e são provenientes de dois arquivos: o primeiro da Universidade Católica de Goiás e o segundo da União Nacional dos Estudantes.

O arquivo da Universidade Católica de Goiás originou-se do projeto que coordenei a propósito da História do Movimento Estudantil em Goiás – 1960 a 1990, cuja problemática era diferente da que tratamos neste trabalho, uma vez que o objetivo daquele projeto era a história do Movimento Estudantil Goiano, enquanto que nesta tese pretendemos analisar a história da UNE, com base nos depoimentos de seus dirigentes. Os roteiros das entrevistas encontram-se anexos para melhor elucidação do leitor. Este arquivo, que se encontra na Coordenação de Assuntos Estudantis da UCG, reúne centenas de documentos e entrevistas de ex-dirigentes do Movimento Estudantil em Goiás, que tiveram projeção nacional.

Também foram utilizadas as entrevistas constantes do Projeto Memória do Movimento Estudantil, coordenado pelas Professoras Carla Siqueira, Angélica Muller e Ana Paula Goulart, sediado no Rio de Janeiro, que, gentilmente, disponibilizaram as entrevistas com os ex-presidentes da UNE, que presidiram a entidade de 1960 a 2009, antes mesmo de sua liberação na internet. Ainda em março deste ano realizei entrevistas com dirigentes da UNE e ex-lideranças do movimento com o objetivo de esclarecer dúvidas de questões levantadas na qualificação.

O trabalho está estruturado em três capítulos, a saber:

No capítulo primeiro, Movimento Estudantil e Juventude, são apresentadas as interpretações teóricas sobre a juventude brasileira. No segundo, A Universidade e a UNE pós-1964, analisa-se a origem e o desenvolvimento da Universidade brasileira e a

história da UNE, que acompanham, condicionam e são condicionadas reciprocamente no recorte cronológico proposto. Também é analisada a relação estreita entre a formação da Universidade brasileira e as mobilizações estudantis que as defendem, criticam e conciliam, com seus dirigentes, ainda que, em seus discursos, neguem essa tendência à submissão aos interesses hegemônicos no Estado.

Por fim, o terceiro capítulo, A UNE: do enfrentamento ao Estado Autoritário à submissão, procura demonstrar como as categorias de Patrimonialismo e Dominação Burocrática, no sentido proposto por Max Weber (2004), se articulam para explicar e entender as políticas públicas para o ensino superior e a relação da UNE com o Estado que, durante o período de predomínio militar, 1964 a 1985, que era de inconformismo, e passa, na fase de redemocratização, a partir de 1986, a se configurar como participação nos partidos da ordem democrática burguesa. Nesse aspecto, a análise dos depoimentos das lideranças estudantis torna-se crucial para desvendar o real significado da participação política estudantil até 2009.

CAPÍTULO 1

MOVIMENTO ESTUDANTIL E JUVENTUDE

O estudo do Movimento Estudantil Brasileiro - sua dinâmica e sua importância para ser bem entendido, deverá se apoiar num referencial teórico que alcance a extensão de sua realidade histórica, e das políticas educacionais formuladas pelo Governo Federal. Neste aspecto, consideramos que a participação política da juventude universitária possui uma especificidade muito grande, já que advém de uma camada social proveniente da classe média (REBELO, 1983, p. 40), e se compõe de uma faixa etária muito nova, confrontando-se com as políticas educacionais do governo, em virtude de tais políticas priorizarem os interesses do mercado.

Procuraremos, neste capítulo, realizar uma discussão teórica acerca do tema, relacionando três elementos básicos para o seu entendimento, quais sejam: 1º) a forma como a juventude vem sendo estudada pela sociologia, 2º) a origem social dos estudantes e 3º) o significado da sua atuação em movimento político organizado, em confronto com o Estado, representado pelos sucessivos governos federais.

1.1 - O jovem na sociedade atual – interpretações

A literatura sociológica tem discutido o significado da atuação política da juventude. Na Europa esta preocupação pode ser assim sintetizada, em estudo realizado em Portugal:

Neste trabalho considera-se então que, na sociedade portuguesa, ser adulto é representado socialmente e de forma hegemônica como um estatuto a atingir com a obtenção de estabilidade na vida profissional, financeira e familiar. Contudo, pressupõe-se que essa representação, que tem como base um conceito estático, objectivo, disciplinador, estandardizado e linear (na maior parte das vezes promovida através de instituições como a escola, a família e o trabalho), não se coaduna com a realidade das actuais trajectórias complexas, múltiplas, e destandardizadas dos jovens. (SOUSA, F. C., 2009. p. 12)

É interessante salientar que a visão padronizada dos jovem pode ser percebida em diferentes épocas históricas na atuação da juventude estudantil, desde a criação de sua entidade nacional, a UNE.

Nesse enfoque padrão os estudantes são caracterizados como agentes políticos que atuam na defesa de causas de conteúdo democrático e progressista, sem considerar a atuação concreta da juventude. Trata-se de um padrão de discurso, como se vê:

Esta representação do adulto enquanto estático é muitas vezes entendida pelos jovens, e actualmente por alguns adultos, como uma representação negativa que define um estatuto, uma meta a atingir por objectivos definidos no tempo – “já é tempo de te portares como um adulto”, o tempo da inserção numa profissão estável, de casar, de ter filhos e “de assentar” – é uma representação que implica a aquisição de responsabilidades – profissionais, financeiras e familiares. É a representação de uma fase de vida caracterizada por rotinas, por ter de agir por obrigação e não por prazer, por ter problemas, deixar de ter paciência para novas idéias e tendências, ter menos tempo para estar com os amigos e para as actividades de lazer, ser adulto pressupõe posturas e atitudes sérias e formais. A representação emancipada e positiva sobre o que é ser adulto substitui a definição de passagem para a vida adulta e de estabilidade pela idéia de percurso e aprendizagem para a auto-realização pessoal, profissional e afectiva – a idéia de aquisição de experiências e conhecimento, da possibilidade de agir de um modo mais ponderado, a possibilidade de errar, dizer não e desistir, o aumento das capacidades de reflexão, compreensão e criatividade, a possibilidade de aumentar o carácter empático/assertivo, conciliador, tolerante e cooperante. Impera nesta representação a necessidade de preservar os tempos de sociabilidade com o grupo de amigos, os tempos livres e tempos de lazer que não são mais entendidos como contraposição a tempos presos. O trabalho, as novas formas de conjugalidade, a vida familiar, doméstica e até mesmo o nascimento do primeiro filho – até então considerado como um dos aspectos fundamentais para o jovem adulto assumir a passagem para a vida adulta – são entendidos, segundo esta “nova ética de vida”, como desafios, fontes de prazer e lazer, de bem-estar, de qualidade de vida, de desenvolvimento e de realização pessoal. (SOUSA, F. C., 2009. p. 12)

Existem nesse estudo dois marcos referenciais distintos: no primeiro a juventude é caracterizada como uma etapa de transição para a vida adulta e a assunção de responsabilidades. Na segunda, ao ingressar na vida chamada adulta, o jovem deve assumir os compromissos com trabalho, família e sua própria forma de ver a vida, que, na atualidade, prende-se a valores ligados à qualidade de vida e ao lazer.

Em nosso país, que é um país de jovens, a sua importância transcende às lutas meramente em defesa de direitos próprios, tendo um engajamento real, na defesa dos direitos da sociedade como um todo. Conforme já é de entendimento geral, o Brasil é um país de jovens. Existem, segundo o Censo do IBGE relativo ao ano 2000, 34 milhões de jovens no país. Esta vasta e poderosa força humana está distribuída no Brasil nos mais diversos ramos de atividades produtiva e intelectual, sendo que o jovem operariado industrial e a juventude estudantil compõem por seu peso numérico e importância social, as forças de vanguarda da massa juvenil.

Dados do IBGE, constante da pesquisa intitulada População Jovem no Brasil (Rio de Janeiro, 1999), revelam o seguinte:

TABELA 1. A Evolução da População Jovem Brasileira

Ano	População de 15 a 24 anos de idade				
	Total Absoluto	Variação		Participação em relação à população total	Taxa de crescimento (%)
		Absoluta	Relativa (%)		
1940	8 246 733			20,1	
1950	10 489 368	2 426 352	27,2	20,3	2,4
1960	13 413 413	2 924 048	27,9	19,2	2,5
1970	18 539 088	5 125 672	38,2	19,9	3,3
1980	25 089 191	6 550 103	35,3	21,1	3,1
1991	28 582 350	3 493 159	13,9	19,5	1,2
1996	31 088 484	2 506 134	8,8	19,8	1,7

Fonte: Censo demográfico 1940-1970. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1950-1973, Censo demográfico 1980. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, t.4, n.1, 1983; Censo demográfico 1991. Características gerais da população e instrução. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, n.1, 1996; IBGE, Contagem da População 1996, microdados.

Há um grande contingente de jovens no Brasil, como demonstra a tabela acima. É este grupo social que será disputado pelos partidos políticos que atuam no ME. Os jovens que entram nas universidades por meio de vestibular, passam por outro processo de recrutamento: são conquistados pelos partidos e tendências políticas.

Aldo Rebelo dá um perfil do estudantado brasileiro na década de 1980:

1,5 milhão de universitários espalhados, ao lado de aproximadamente 15 milhões de secundaristas de milhares de escolas de 1º e 2º graus, formam o grosso contingente estudantil, incluindo-se aí, os alunos de escolas técnicas e militares nos seus mais variados graus. (REBELO, 1983, p. 40)

Atualizando os dados, o quadro é o seguinte:

TABELA 2 – Evolução de Matrículas do Ensino Superior

ANO	QUANTIDADE DE MATRÍCULAS ESTIMADAS	CRESCIMENTO ESTIMADO %
1950	44. 000	
1960	96.691	119.75
1964	142.000	46.85
1970	425.478	199,63
1980	1.377.286	223,70
1994	1.594.668	15,78

Fonte: Evolução de matrículas do Ensino Superior, de acordo com Cunha (1983, p. 254.) e Rossato (1998, p. 120).

O crescimento do número de estudantes matriculados no ensino superior provoca uma ampliação da estrutura organizacional do Movimento Estudantil, tendo em vista que cada curso deve contar com um Centro Acadêmico e cada universidade com um Diretório Central dos Estudantes.

Esta juventude, conforme salientamos anteriormente, tem marcado sua atuação pela defesa de ideais comuns no conjunto da sociedade:

Mesmo considerando contradições de classe e de outros níveis, é perfeitamente possível destacar dois elementos comuns e invariavelmente presentes da trajetória e nos momentos mais diversos da luta da juventude no Brasil: uma ardente vocação democrática combinada com um profundo sentimento patriótico. A aversão à tirania e à opressão nacional estiveram sempre presentes como elo de ligação e traço comum de todos os grandes movimentos dos quais tenham participado com algum peso, os jovens de nosso país. (REBELO, 1983, p. 41)

O sentido pois das lutas da juventude não é o de mero conflito de gerações, mas de uma categoria social específica: o jovem estudante tem uma condição singular na sociedade, (BRITO, 1968, p. 12) é singular porque a condição estudantil, sendo transitória e precária, os estudantes afinal existem plenamente só na medida em que se identificam com a sociedade global, portanto não constituem uma classe propriamente dita.

No entanto, a juventude estudantil tem a sua peculiaridade circunscrita ao fato de que vive desligada num mundo extraterritorial: o mundo universitário.

Este aspecto que individualiza, que distingue os jovens estudantes de outros grupos sociais, é salientado por Bordieu e Passeron:

Sem dúvida os estudantes vivem, e o sabem, num tempo e num espaço originais. O parêntese aberto pelos estudos os exime momentaneamente dos ritmos da vida familiar e profissional. O único calendário imposto deve sua estrutura ao ciclo de Estudos. (BOURDIEU; PASSERON, 1968, p. 61)

Que é então o jovem? E quais os motivos de sua inquietação e envolvimento político?

Para Marialice Foracchi, estas respostas devem ser buscadas a partir da inserção dos jovens na estrutura de classe do país. Segundo esta autora:

Até o século passado, ser jovem não era grande problema, nem para os próprios jovens, nem para a sociedade em que vivia. Não havia ruptura ou conflito entre uma geração e outra, de modo que o jovem procurava identificar-se com o adulto o quanto podia, assimilando seus maneirismos, seu modo de vestir-se, sua atitude diante da vida. Era um adulto precoce. Tinha diante de si

a imagem antecipada do que seria dentro de alguns anos. Isso acontecia porque a sociedade quase não sofria modificações de uma geração para outra. A experiência dos mais velhos, acumulada como tradição e sistematizada em princípios que cabia às escolas transmitir, revirava o caminho desses jovens e dava resposta às suas inquietações. As eventuais rebeliões e manifestações de rebeldia não chegaram a ameaçar a sociedade; incorporaram-se à tradição, enriquecendo-a. (FORACCHI, 1982, p. 28)

Em sua definição, o que é o jovem? Considerando os estudos realizados, a evolução fisiológica, os comportamentos ditados pela cultura (sexo, casamento, etc.), os estudos, o trabalho, a evolução dos meios de comunicação, os direitos de participação política, a maioridade legal e a responsabilidade civil e criminal, adotamos a idade mínima de 16 anos e a máxima de 25 anos para definir a idade do jovem. A partir dos 16 anos os jovens já podem votar, podem inscrever-se para filiação em partido político, podem incluir-se nas Forças Armadas em caso de guerra, etc. Aos 25 anos o jovem, no geral, já concluiu seus estudos de formação, tem condições de obter um emprego com profissão mais definida e mesmo de casar e/ou constituir sua família. Pode, portanto, constituir-se em um cidadão autônomo. Por essas razões parece razoável fixar essa faixa etária como jovem.

Com fundamento nos dados do IBGE, do ano de 2000, pode-se traçar um retrato do jovem brasileiro, como se vê:

Os jovens de nosso questionário têm mostrado, no geral, uma imagem coerente com a história da juventude brasileira. São participativos nas questões da sociedade e da vida em geral 80% deles. Quando essa participação é conduzida para o campo político, temos uma drástica redução, pois 45% têm atitude e 34% têm comportamento de participação em relação à política. Isso confirma o que é de domínio público: o profundo desgaste das instituições políticas, dos políticos e seus partidos, mas não toma a juventude apática e indiferente.

A análise dos dados da pesquisa do IBGE relativo ao ano 2000, conforme exposto acima, parte do princípio de que a juventude brasileira é marcada pela participação política de caráter progressista, sendo esta a sua caracterização de coerência. Novamente vemos a imagem construída sobrepondo-se à realidade.

Os jovens pesquisados mostram uma atitude negativa em 89% diante da realidade existente. Estão inconformados com o *status quo*, portanto não aceitam as coisas como estão, 95%, sendo que para 71% deles, revolução significa mudança, e 90% dizem ter um bom motivo para trabalhar e lutar pela revolução, dos quais 50% indicam o "problema social" e 20% "país melhor" como principais motivos.

Quando o envolvimento político é mais leve, a presença dos jovens é inversamente proporcional ao tamanho das cidades, mas quando o envolvimento político é mais "pesado", mais intenso, que contempla o

enfrentamento de interesses amplos e profundos, a presença dos jovens evolui proporcionalmente ao tamanho das cidades, sendo mais forte nas capitais. Isso poderia estar relacionado ao fato de que o anonimato dos jovens das grandes cidades funcionaria como liberação para essas ações e atitudes mais "fortes". Nas pequenas cidades, ao contrário, o envolvimento e a ação política por caminhos tradicionais, normais e institucionais, estariam favorecidos pela identificação, pela proximidade familiar ou de vizinhança. Outra explicação poderia ser a de que os jovens das grandes cidades já não acreditam nos meios tradicionais para a solução dos problemas sociais, eis que, conforme vimos anteriormente, os mais altos índices de atitudes negativas encontram-se nas grandes cidades e, destacadamente, nas regiões Sul e Sudeste onde se encontram, coincidentemente, as maiores concentrações urbanas. Vimos também que 77% dos jovens têm atitude revolucionária e que ela está presente nos jovens indistintamente das regiões geográficas e tipos de cidade. (Fonte: IBGE, 2008)

A atitude revolucionária da juventude é percebida em sua pesquisa, assim, a atitude revolucionária existe em 72% dos entrevistados em diferentes intensidades, sendo que ela inexistente em 28% deles. À constatação de sua existência percebemos que ela não só existe, como é intensa, eis que temos 63% dos entrevistados com média ou alta atitude revolucionária.

A atitude revolucionária é mais acentuada nos jovens do que nos maduros, já que 77% dos jovens contra 71% dos maduros têm essa atitude, sendo que ela não só é mais frequente como é mais intensa e consistente nos jovens.

As regiões geográficas do Brasil não influenciam a atitude revolucionária nos jovens, que, no geral, têm essa atitude mais acentuada do que os maduros nas diferentes regiões.

O cruzamento da variável tipo de cidade com a variável atitude revolucionária mostrou que não há associação entre ambas, ou seja, a atitude revolucionária não é influenciada pelo tipo de cidade. O cruzamento das variáveis mostrou, porém, que os jovens se mantêm com uma atitude revolucionária mais acentuada também nos diferentes tipos de cidade. Os índices de atitude revolucionária evoluem proporcionalmente ao tamanho das cidades, o que mostra uma tendência já observada de que a exigência de exposição do jovem a seus próximos sociais na prática de atos mais intensos que contrariem interesses estabelecidos deve funcionar como uma espécie de freio a suas atitudes, jamais, porém, à eliminação delas.

As atitudes políticas dos jovens são mais intensas do que as dos maduros, já que pudemos observar um percentual menor dos jovens e maior dos maduros nas atividades menos intensas e um percentual maior dos jovens e menor dos maduros nas atividades consideradas mais intensas.

A inquietação dos jovens também é abordada pela autora:

A inquietação dos jovens era julgada como uma crise de crescimento da qual se combinaram fatores biológicos e psicológicos. O organismo, nessa etapa da vida, passa por uma transformação biológica profunda: é o início da maturidade. A personalidade, por sua vez, sofre modificações decisivas. O jovem se empenha na conquista de uma maneira de ser que o afirme como pessoa sob o ponto de vista da participação social, também ocorrem algumas mudanças significativas. Espera-se dos jovens, dos imaturos, dos adultos e dos velhos determinadas atitudes, e os jovens devem corresponder a essas expectativas. Logo, as responsabilidades sociais estão distribuídas segundo as idades. (FORACCHI, 1982, p. 26)

Ora, o jovem, sem dúvida nenhuma, é um ser em transição. Socialmente suas responsabilidades não se equivalem nem às do imaturo, nem às do adulto. Não se sabe muito bem o que esperar do jovem, a não ser que ele assuma, progressivamente, os deveres de um adulto bem comportado. Mas ao mesmo tempo não se reconhece nele o adulto. Este ser em transição consegue engajar-se nos processos de contestação da realidade.

Uma vez que:

O jovem, não tendo nenhum compromisso firmado, isto quer dizer, não tendo nenhuma profissão, nem tendo família para sustentar, não defendendo nenhum interesse de classe, pode fazer amplas críticas ao mundo em que vive. Mas, ao mesmo tempo, por não estar vinculado a nada, suas críticas não chegam a ameaçar a estabilidade social. (FORACCHI, 1982, p. 30)

Por este fato, a atuação da juventude não consegue ir além dos limites impostos pela sociedade, daí porque tão-somente assume consequências práticas, quando aliadas às outras classes sociais.¹

O jovem estudante tem que se ligar a algum agrupamento político para dar consequências à sua práxis política.

Ele é visto pela família e pela sociedade como um investimento; ele pode realizar através do estudo e do trabalho o sonho de ascensão social da família e ao mesmo tempo dar continuidade ao funcionamento da sociedade, através da execução de seus papéis profissionais. Porém, ao desenvolver a sua consciência ele pode se constituir em elemento atuante no sentido de transformar a realidade social. Conforme diz Octávio Ianni:

¹ – Considera-se que atuam politicamente todos aqueles que atuam no sentido de encaminhar reivindicações que transcendam aos interesses individuais.

A história do regime político capitalista tem sido a história do advento político da juventude. Em cada país em que se desenvolve o sistema capitalista de produção, os jovens assumem importância crescente no campo da ação política para instaurar-se ou durante o seu desenvolvimento, o capitalismo transforma de maneira tão drástica as condições da vida dos grupos humanos que a juventude se torna rapidamente um elemento decisivo dos movimentos sociais, em especial das correntes políticas de direita e de esquerda. (IANNI, 1968, p. 225)

Estes jovens, que em sua maioria - no caso dos estudantes universitários - provêm das camadas médias - desenvolvem uma atuação política que colide com sua origem social:

jovens procedentes de diversas camadas sociais desenvolvem atuações políticas geralmente incompatíveis com os interesses de suas classes. Essa é uma das contradições das sociedades estruturadas em termos da democracia burguesa. Nelas o processo de incorporação dos grupos imaturos não é automático e espontâneo. Ao contrário, ele se realiza por meio de mecanismos complexos, que nem sempre apanham plenamente o indivíduo. Isto faz com que haja fases da vida do jovem nas quais ele se encontre como que desvinculado, isto é, em processo de ajustamento com relação à polarização dos interesses e idéias de sua classe. É nessa ocasião que o imaturo pode ser alcançado, como tem sido, por doutrinas políticas contraditórias com os interesses de sua classe, ou com a preservação da conjuntura presente, desenvolvendo-se, então, o comportamento radical. (IANNI, 1968, p. 226)

Por outro lado, José Medina Echevarria alerta para o fato de que nem sempre este comportamento radical é despertado:

Entretanto, é inegável que a juventude acadêmica represente num momento dado a reserva mais considerável dos futuros quadros dirigentes..., a juventude acadêmica constitui potencialmente o núcleo decisivo da futura elite de um país, entendendo esta palavra com o estreito caráter neutro que hoje possui na Sociologia. (ECHEVARRIA, 1968, p. 194)

Quanto ao desenvolvimento do caráter radical da atuação do jovem, Echevarria se contrapõe ao pensamento de Ianni, uma vez que não dá como predeterminada a radicalidade do jovem. Este autor destaca a situação do jovem que, ao nascer, encontra o mundo estruturado, com as instituições sociais organizadas e a ideologia correspondente também solidificada, deste modo:

O simples fato “nascer” determina que se entra num mundo já velho, ainda que este seja o resultado da revolução mais recente. Esse confronto a que se encontra forçada a juventude, decisivo para a mudança social - nem sempre, nem necessariamente, deve ter consequências de protestos ou rebelião. (ECHEVARRIA, 1968, p. 195)

A controvérsia sobre a juventude continua. É ainda Octávio Ianni quem mostra algumas interpretações do tema, citando Eisenstadt:

Na base dos conflitos entre gerações haveria uma discrepância entre a estrutura da família e o sistema social global. Dessa maneira, a explicação para a emergência dos conflitos da juventude com a ordem social presente se reduz a inadequações funcionais de componentes dos sistemas sociais particulares e global. Segundo esta perspectiva, o comportamento inconformado do jovem se restringe a uma crise específica de uma idade social das pessoas, perdendo-se de vista as determinações estruturais do todo. (EISENSTADT, 1964, Apud, IANNI, 1968, p. 227)

Para Sigmund Freud, a revolta é assim encarada:

A revolta contra a ordem social tem sido encarada como manifestação da revolta original, contra os pais. Tratar-se-ia de um processo fundado em condições psicossociais e peculiares às possibilidades de expressão da libido. (FREUD, ... Apud, IANNI, 1968, p. 229)

Outro autor, Leopold Rosenmayr, também traz a sua contribuição:

O termo juventude designa um estado transitório, uma fase da vida humana, cujo início é muito claramente definido pela aparição da puberdade; quanto ao fim da juventude, varia segundo os critérios e os pontos de vista que se adotam para determinar se os indivíduos são jovens. Por juventude compreendemos não somente uma fase da vida, mas também os indivíduos concretos que pertencem aos grupos de idade definidos como jovens. A juventude é também situada historicamente: (Rosenmayr, 1968, p. 134) pelo fato de que não se pode pensar em adolescência e em juventude em geral sem examinar sua transformação social e cultural, é preciso concluir pela necessidade de estudo diferencial da juventude. Ela não é idêntica nos diversos sistemas sociais ou políticos, nos diferentes estágios de desenvolvimento econômico e nas diferentes camadas sociais. (ROSENMAYR, 1968, p. 137)

A relação dos jovens com os valores e sua atuação política é explicada por Rosenmayr (1968, p. 137):

Os jovens não são apenas relativamente abertos para os valores, eles têm necessidade de certa identificação com os ideais, de uma ligação a esses ideais, a fim de superar sua agitação e satisfazê-la. Eles têm necessidade de força e estão prontos a obtê-la nas imagens, nos símbolos, nos modelos ou nos ídolos, para os quais se voltam ou para os quais são dirigidos.

Quanto à atuação política:

A plasticidade relativa dos adolescentes explica porque os movimentos políticos, frequentemente, se interessavam especialmente por eles - sabiam que é durante adolescência que se formam as convicções e que se pretendiam durar, era preciso atrair a juventude para seu campo. (ROSENMAYR, 1968, p. 136)

Porém, o ponto de vista que adotamos é de que o jovem ao ingressar no convívio social passa por um processo de socialização, via escola, família, grupos de amigos, onde suas idéias e convicções vão sendo formadas de tal forma que nem todos desenvolvem ou mantêm uma atuação política consequente, politicamente orientada. Octávio Ianni dá uma explicação válida:

Naturalmente, determinadas evoluções do comportamento de muitos jovens introduzem em nossas reflexões elementos novos, aparentemente perturbadores, mas na realidade fundando ainda mais rigorosamente as reflexões desenvolvidas até aqui. De um lado, há os indivíduos que abandonaram as posições políticas da juventude, por outro lado, aqueles que jamais desenvolvem uma atuação política radical, agindo, ao contrário, sempre em termos das possibilidades abertas ou preservadas pelas gerações anteriores. De fato, há pessoas que à medida em que se tornam adultas, afastam-se dos ideais juvenis, acomodando-se em posições reformistas, quando não conservadoras congruentes com os interesses de sua classe. (IANNI, 1968, p. 238/240)

Nessa interpretação, portanto, a rebeldia juvenil é uma condição a ser adquirida, que depende do processo de conscientização do jovem. Em nosso caso, na análise do movimento estudantil brasileiro, levamos esse aspecto em consideração: o jovem estudante como um indivíduo humano, histórico, social e economicamente situado.

Não se trata de um revolucionário permanente e nem de um conservador de plantão - mesmo que estes existam - e sim, de um agente do processo histórico.

Por outro lado, conforme Ianni (1968, p. 240):

Há aqueles que entram no período da adolescência sem apresentar qualquer tendência a desenvolver uma atuação política radical. São indivíduos que, ou não manifestam qualquer sintoma de inconformismo, ou passam a assumir atitudes que, ainda que socialmente reprovadas, não possuem a menor significação política. Em consequência do modo pelo qual são apanhados no processo de socialização, ou melhor, particularmente devido aos mecanismos de controle da sociedade adulta, uma grande parte da juventude não apreende, sob nenhuma forma, as contradições fundamentais do sistema social. (IANNI, 1968, p. 240)

As técnicas de controle e transformação do comportamento humano, nesses casos, alcançam sua plena eficácia evitando que o jovem vislumbre as profundas inconsistências do sistema econômico e sócio-cultural.

Em suma, o jovem que não se rebela, não realizou a conscientização da condição alienada do homem na sociedade capitalista: ou porque foi amplamente envolvido e integrado pela ordem estabelecida, ou por não ter condições intelectuais para formular a própria condição real. (IANNI, 1968, p. 240)

O autor argumenta convincentemente sobre a formação da personalidade juvenil. O jovem “tende” a dedicar-se às lutas sociais de conteúdo progressista; aqueles que não o fazem, não conseguiriam ainda assimilar uma visão realista da sociedade, não percebendo a origem dos problemas sociais e não conseguem, pois, ir além de uma consciência alienada², desse modo da realidade concreta que o cerca. Conforme o autor:

No processo de totalização da personalidade em desenvolvimento na adolescência, o jovem organiza intelectualmente a sociedade global em termos concretos, totalizando a sua personalidade com base numa nova e muito mais ampla visão do mundo. (IANNI, 1968, p. 242)

O jovem se depara, portanto, com um mundo que necessita ser conhecido e para o qual ele deve dar uma explicação; contudo, o mundo pré-existente já delimita funções que devem ser preenchidas pelo jovem:

Sabemos que, dentre outros mecanismos que operam nas relações entre gerações, o grupo dos adultos atribui à juventude a função de preservar e renovar, segundo o sistema presente de valores, instituições e ideais coerentes com o “*status quo*”. Ela é preparada para realizar o que os “velhos” não teriam conseguido concretizar. O radicalismo surge então como uma revolta contra o estabelecido, que necessita ser direcionada politicamente, caso contrário, poder-se-ia cair numa postura de mera contestação, ou no famoso conflito de gerações. A revolta juvenil é orientada em algum sentido: ela possui um conteúdo, uma forma e uma destinação. O seu conteúdo, no caso dos estudantes - tem sido caráter político, contestatório das estruturas do país. Quanto à forma, ela tem se revestido das mais variadas manifestações - greves, passeatas, plebiscitos, enfrentamentos com a polícia - dependendo das circunstâncias, do conteúdo da mensagem política e do destinatário, ou elemento contra o qual é realizada a ação política. Essa radicalidade é, então, produto de uma conjuntura específica e reflete problemas sentidos pelos jovens.³ (IANNI, 1968, p. 232)

Conforme Ianni:

Como vemos, o jovem radical é um produto “natural” do sistema social em que se encontra imerso. O seu radicalismo produz-se exatamente no momento em que ele próprio descobre que o seu comportamento é tolhido, prejudicando, e, muitas vezes deformado institucionalmente. Em consequência da relação do trabalhador com as condições e o produto do seu trabalho, fenômeno que começa a ser descortinando na juventude, e devido às contradições entre os valores universais da cultura e as possibilidades reais apresentadas à ação, o adolescente vislumbra, tanto as inconsistências estruturais do sistema, como as alternativas concretas apresentadas à sua consciência. (IANNI, 1968, p. 238)

² - Alienação, no sentido aqui adotado, tem origem marxista, onde aliena-se o indivíduo, os meios de produção e os produtos do trabalho. Conforme o dicionário filosófico: “Marx evoluiu de uma teoria geral da alienação que faz desse conceito o fundamento teórico da explicação da história e da sociedade para uma concepção que a vê como fenômeno social e histórico concreto que deve ser explicado e fundamentado”.

³ - Por conflito de gerações entende-se o choque entre as gerações novas e as antigas, originado, normalmente, a partir da discrepância dos valores adotados por cada uma das gerações. É uma forma simplista de explicar a rebeldia juvenil, uma vez não considera as suas raízes sócio-políticas.

Como elemento que ingressa no mundo, proveniente de uma determinada classe social,⁴ ele tem que, num primeiro instante, integrar-se ao grupo, para em seguida, optando por uma atuação política, ressocializar-se mediante o desenvolvimento de uma consciência crítica.

Ou seja:

Somente quando o indivíduo aprende intelectualmente a condição de trabalhador alienado é que se cria o revolucionário. No instante em que a consciência das contradições inerentes à situação se estrutura, o jovem passa a canalizar politicamente a sua atuação, transformando-se em agente dinâmico da história". (IANNI, 1968, p. 236)

Conforme desenvolvido o raciocínio, estabeleci uma distinção entre algumas interpretações sobre o fenômeno da atuação do jovem na política estudantil. Nesse entendimento o jovem pode ou não desenvolver uma atuação política na sociedade, tanto no campo da esquerda quanto da direita, o que pode ser comprovado historicamente no envolvimento dos jovens com o partido nazista na Alemanha Hitlerista. Além disto, consideramos um equívoco afirmar que a rebeldia do jovem seja produto do choque de gerações.

Adota-se uma postura teórica de considerar a juventude como um setor da sociedade. Neste sentido, o jovem é determinado no aspecto da faixa etária, das práticas sociais, dos estudos, dos relacionamentos por grupos de amigos, etc - mas ele é também e, talvez, principalmente, situado historicamente: o jovem não é o mesmo em todas as sociedades e em todos os tempos.

A juventude é uma fase da vida, mas é também um setor social ou grupo que possui interesses comuns em dada sociedade e época histórica, relativas às suas solicitações ou demandas por educação e cultura.

Sobre a atuação no Movimento Estudantil, vejamos o depoimento do ex. estudante de jornalismo Enzo Lisita:

Comecei em 1980, calouro de Direito na UFG. No mesmo ano, abandonei o curso, a imaturidade não me permitiu continuar em um ambiente que de fato era muito pesado, composto por professores da extrema-direita, alguns

⁴ - Classe social, segundo Lenine: "chama-se classes, a vastos grupos de homens que se distinguem, 1º, pelo lugar que eles ocupam num sistema historicamente definido de produção; 2º, pela sua relação (na maior parte do tempo fixada e consagrada pelas leis), com meios de produção; 3º, pelo seu papel na organização social do trabalho, e, 4º, pelos modos de obtenção e a importância da parte das riquezas sociais de que eles dispõem. Em síntese, as classes são grupos de homens em que um pode se apropriar do trabalho do outro devido ao lugar diferente que ele ocupa numa estrutura determinada da economia social - Lenine - Uma Grande Iniciativa - in V. I. Lenine - Obras Escolhidas - Tomo 2 - São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980.

inclusive acusados de fazer parte da comunidade de informação da ditadura militar. No mesmo ano comecei a fazer o curso de História da UCG, participei do boicote as mensalidades devido ao alto preço.

Nunca tive cargos em entidades, mas participei de diversas manifestações, estive no cerco que a polícia fez aos estudantes durante a manifestação do 7 de setembro de 1980, oportunidade em que, do alto de um prédio em construção, fotografei um oficial da PM e mais três ou quatro soldados espancando o fotógrafo do jornal Opção, fotos que ocuparam a primeira página do jornal Folha de Goiás do dia seguinte.

As divergências no interior do ME, apontadas a seguir pelo depoente, são interessantes para se perceber que, embora com um discurso unificador, o movimento não é monolítico, como se vê:

Por volta de 1982 a 1983 descrente com os rumos do movimento comecei a distanciar-me. Foi para o que os dogmáticos do movimento chamam de "porra loucas". Participei de duas anti-chapas ao DCE da UFG, Deus e Nada, cujos slogans eram "Só Deus salva o DCE" e "Nada salva o DCE". Depois disto entrei no mercado de trabalho, casei-me, tive duas filhas e etc, etc, etc.

Estive em dois congressos da UNE, 1980, Piracicaba e 1981, Cabo Frio; um de Direito, Recife em 1980. Já na fase "porra louca", fui a um ENECOM, em Salvador. (LISITA, E., 2009)

Sobre a sua motivação pessoal e a respeito da intervenção dos partidos políticos no Movimento, diz ele:

Muito subjetiva esta resposta, mas fazia parte da minha formação como pessoa, de ver o regime político em que vivia o país ser derrotado e a vontade do jovem de mudar. (...)

Naquele momento talvez fosse compreensível, devido a clandestinidade em que viviam e a própria repressão da ditadura. Hoje vejo como negativa. O movimento estudantil virou instrumento para carreiristas e quinta coluna de partidos. Isto levou o movimento estudantil a distanciar-se da massa universitária, com um discurso distante dos anseios da universidade e já superado. (LISITA, E., 2009)

Evidencia-se, assim, aquilo que salientei acima: a juventude existe de uma forma específica em cada país. Interessa-nos definir aqui de que juventude falamos - a classe média⁵ e ainda estudantil, de nível universitário. A importância desta definição teórica é muito grande, uma vez que é a partir dela que podemos entender as reivindicações estudantis, sem conflito com o Estado, bem como os constantes

⁵ - A definição do termo "classes médias" é extraído de Nicos Poulantzas Pequena Burguesia - geralmente denominada de classes ou camadas médias - surge em função de determinadas necessidades do próprio desenvolvimento econômico do capitalismo. Tradicionalmente, é composta de elementos ligados à pequena produção e ao comércio, como artesãos e pequenos empresários. À medida em que aumenta o processo de concentração e centralização de capitais - esta classe tende ao desaparecimento, à proletarianização; por outro lado, a chamada nova classe média é formada pelos burocratas e profissionais liberais. Esta nova classe média tende a se desenvolver com o capitalismo, através, principalmente, da burocracia. Zentino, R.B. (org), As Classes Sociais na América Latina.

ascensos e descensos do Movimento Estudantil. Passaremos, em seguida, a uma descrição do papel político que tem sido assumido pelas camadas médias ao longo de nossa história. Na parte final deste capítulo, relacionam-se os três elementos que - a meu ver - constituem-se em referencial para o entendimento do movimento estudantil: partindo da análise do papel do jovem de classe média e a sua investidura na função de estudante. Vê-se, pois, o estudante universitário a partir de sua origem social e influenciado por sua condição de jovem, ou de família, e as relações sociais por ele estabelecidas vão moldando sua personalidade.

Estudo o jovem que tem origem social conforme já exposto nas classes médias - em sua maioria - e que se torna estudante a partir do que passa a compor uma categoria social que tem uma atuação política organizada, que é o movimento estudantil.

O Ex-Presidente do Centro Acadêmico da Faculdade de Direito da UFG, hoje Professor do Departamento de Ciências Jurídicas da UCG João Carvalho de Matos, apresenta uma posição interessante quanto à motivação para atuar no ME, segundo ele:

Meu ingresso, no movimento estudantil, ocorreu através do Grêmio Estudantil Professor “Américo Antunes”, Colégio Estadual de São Luiz de Montes Belos, do qual fui diretor de Esportes – e, posteriormente, presidente da AEM-Associação Estudantil Montebelense, 1964/65.

Nosso ingresso, no curso de direito –UFG, deu-se em 1980.

Logo, no início das aulas, Eu e outros colegas como Aguiar Jesuíno, Gilmar Mota, tivemos contatos com Luciano Fortini, Lídia Maria Trindade, Marcos Antonio Calil, José Portela, David Isaias, Ismar Pires que articulavam a reativação do Centro Acadêmico XI de Maio, o qual fora fechado, pelo regime militar.

Abraçamos a bandeira e passamos a ter uma participação ativa, com reuniões e uma campanha de corpo-a-corpo com todos alunos, até mesmo junto àqueles que eram tidos como de “extrema direita”.

Marcada a eleição, fui surpreendido com a escolha do meu nome, como candidato à presidência. David Isaias e José Portela integravam a chapa; mas, de repente, resolveram formar uma outra chapa, com o David, na presidência. Fomos para a luta e a nossa chapa, num universo de 659 votantes, foi vitoriosa com uma frente de 120 votos.

Nesse período, início dos anos 1980, havia dificuldade na livre organização das entidades, valendo destacar ação das autoridades universitárias no sentido de frustrar a articulação das entidades, segundo ele:

O Diretor do Curso de Direito Prof. Cid Albernaz e o Vice-Diretor Prof. Licínio Leal Barbosa usaram de todos os meios para impedir a eleição. O Diretor chegou ir de sala, em sala, levar ao conhecimento dos alunos que a entidade não tinha o reconhecimento da Universidade... Quando ele, deixava a sala, pedíamos licença ao professor e dirigíamos aos alunos fazendo-os entender que o Centro Acadêmico era uma entidade dos estudantes e não um apêndice da Universidade. Os alunos entenderam a mensagem e compareceram maciçamente à votação. A posse ocorreu, no saguão, pois o auditório não foi cedido.

Tivemos muito apoio da imprensa.

Ganhamos a confiança dos alunos, pois procuramos desenvolver um trabalho voltado pela melhoria do ensino, como implantação do Núcleo de Prática Jurídica. Passamos a promover palestras, seminários, tanto de cunho jurídico, como de temas de cunho político: cuja temática era a redemocratização do País; curso de oratória, etc. (CARVALHO, J., 2009)

A atuação, conforme este relato, estava voltada para o atendimento das reivindicações dos estudantes pertinentes à melhoria da qualidade do ensino. A luta pela redemocratização também era parte do movimento, como se vê:

A minha motivação maior foi, desde o ginásio, por ensino para todos, e contra o regime militar. O nosso ideal político sempre foi por um regime democrático.

Durante a nossa participação, como universitário e presidente do Centro Acadêmico, não assumimos compromissos com nenhum partido político ou tendências - embora fôssemos filiado ao MDB, pelo qual fomos Vereador à Câmara Municipal de São Luiz de Montes Belos, 1970/1976.

Resistimos todas as pressões: direita, centro e esquerda.

Na faculdade de Direito, os partidos políticos não exerceram influências, como exercem atualmente, nos Centros Acadêmicos e DCEs.

O Centro Acadêmico XI de Maio, promoveu o primeiro debate sobre constituinte, com a participação de representantes de todos os partidos políticos e outros segmentos da sociedade.

Na minha época, pelo menos, na Faculdade de Direito-UFG, o movimento tinha como bandeiras de lutas, a melhoria do ensino e, no campo político, a redemocratização do País.

A Entidade congregava membros de todas as tendências políticas, sem o domínio deste ou daquele partido político, legalizado ou não. (CARVALHO, J., 2009)

A convivência do ME com os partidos políticos, segundo o relato acima, era de independência, sem uma hegemonia de um grupo político-partidário, o que virá a se concretizar no período posterior.

Passa-se, em seguida a uma análise da atuação das classes médias na política brasileira, salientando que mesmo aqueles que não têm procedência nas denominadas classes médias, aspiram a ascensão social que o incluam em tal classe.

1.2 - A atuação política das classes médias na conjuntura brasileira

A análise da estrutura social - e de sua história - a partir da relação entre as classes sociais, tem causado controvérsias entre os sociólogos e historiadores, sobretudo no que se refere ao conceito - classes e as suas frações ou segmentos: as classes médias, por exemplo.

Marx (1978), ao estudar o golpe de Estado de Luís Bonaparte, em 1851, na França, faz uma descrição do comportamento desse setor social caracterizando-o como um ator político sem projeto próprio, subordinado à grande burguesia.

No Brasil, as classes médias representam parcela significativa da força de trabalho como se vê na tabela a seguir:

TABELA 3 – Pesquisa Mensal de Emprego							
RENDIMENTO MÉDIO REAL	RE	SA	BH	RJ	SP	POA	TOAL
VARIAÇÃO TRIMESTRAL 1998/1997(%)							
PESSOAS OCUPADAS	14,4	11,3	2,0	1,4	5,9	1,2	3,9
SETOR DE ATIVIDADE:							
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	14,4	-0,9	-0,5	-9,1	9,3	-0,8	4,3
CONSTRUÇÃO CIVIL	5,7	9,1	1,7	-2,9	-1,9	-0,8	-1,8
COMÉRCIO	1,0	5,5	6,7	6,9	1,6	0,3	2,0
SERVIÇOS	6,7	12,2	0,9	2,3	5,3	-0,1	3,6
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO:							
EMPREGADOS COM CARTEIRA ASSINADA	8,2	10,3	0,5	1,5	5,0	4,2	3,5
EMPREGADOS SEM CARTEIRA ASSINADA	16,2	1,3	0,7	4,9	4,3	-2,3	3,2
CONTA PRÓPRIA	5,5	9,4	9,9	1,0	5,0	-6,7	3,2

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Em termos quantitativos ela se equipara com a classe operária, fato conhecido, mas que pode assumir um novo significado no âmbito da política brasileira atual e futura. Ambas, quantitativamente, se apresentam como as forças majoritárias do país.

Esta classe tem especial interesse na ampliação de vagas nas universidades, pois o curso superior continua a ser uma forma de buscar a ascensão social e a obtenção de posições no mercado de trabalho, de tal modo que muitos dirigentes estudantis se originam desta classe.

Os dados atuais divulgados pelo IBGE, constantes do documento “A nova Classe Média”, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, em agosto de 2008 apresenta o seguinte panorama:

Classe Média (Classe C)

Em primeiro lugar, e mais importante para os objetivos do estudo a classe média. Este grupo atingia 44,19% da população no começo da série em abril de 2002 passa para 51,89% em abril de 2008 a última observação disponível, configurando um aumento de 17,03% da importância da classe média. Se fixarmos o período inicial para depois da instabilidade de 2002 e da recessão de 2003 e passarmos para abril de 2008. Ou seja, um crescimento de quase 4% ao ano acima do crescimento populacional do grupo de referência. (FGV, 2008)

Para a análise estatística a classe média é definida pelo potencial de consumo, tal como no chamado Critério Brasil, no qual a classe média é aquela chamada de classe C. Esta estratificação é implementada a partir do impacto de bens sobre medidas de acesso a bens duráveis e seu respectivo número (TV, rádio, lava-roupa, geladeira e freezer, vídeo-cassete ou DVD), banheiros, empregada doméstica, e nível de instrução do chefe de família. (FGV, 2008)

Durante toda a história Republicana do país, a pequena burguesia tem tido um papel vacilante, não constituindo um projeto político próprio: em certas circunstâncias pende para o assalariado, mas na maioria das vezes atua na defesa dos interesses dos grandes proprietários, imaginando que coincidem com os seus próprios.

Assim foi durante a primeira república, da mesma forma nas décadas de 1940 e 1950, mudando, contudo, o seu peso eleitoral com o avanço da industrialização, o setor de serviços, o terciário se desenvolve, ao lado do crescimento da burocracia - o que faz aumentar enormemente o peso político dessas classes - em função, principalmente, do processo eleitoral. Durante os períodos de governos “democráticos”, onde a rotina eleitoral é mantida, todos os que almejam o poder por essa via devem cultivar as classes médias. Mesmo quando as regras do jogo democrático são rompidas – conforme se verá ao analisar a conjuntura política pós-1964 - o apoio ou o consentimento das camadas médias é importante.

Os interesses econômicos e culturais dessa classe faz com que o jovem se envolva em movimentos reivindicatórios, a exemplo do Movimento Estudantil, conforme mostra Marialice Foracchi:

Na qualidade de força ponderável da sociedade brasileira do presente, a classe média vem, progressivamente, afirmando-se como fator determinante da redefinição dos valores tradicionais. E, assim sendo, a reforma institucional e, em particular, a reforma da universidade, se impõe como a sua meta mais desejada; não em razão de qualquer argumento de ordem nacional ou consciente, mas em virtude do próprio impulso de crescimento a que ela se encontra submetida. (FORACCHI, 1965, p. 961)

Depreende-se do trecho acima que as classes médias, não tendo um projeto nacional, atuam reprimidas pelas circunstâncias econômicas e políticas.

O fato dessa classe, em sua maioria, não ser proprietária dos meios de produção, mas apenas de uma profissionalização ou especialização técnico-científica que a habilita e diferencia do restante do agrupamento social, faz com que ela valorize a universidade, que é vista como meio de ascensão social.

O Movimento Estudantil, conforme a análise, é composto majoritariamente de jovens de classe média. Estes dois elementos - a juventude e sua origem social - podem contribuir no sentido de explicar os motivos de debilidade do mesmo, uma vez que será um movimento episódico, circunstancial e conjuntural, como as próprias reivindicações das classes médias, sem, contudo, se transformar em um movimento político da classe média. Explicando melhor: é um movimento em que os seus participantes têm sua origem nas classes médias, mas cujas reivindicações transcendem em amplitude o universo políticos das classes médias, uma vez que essas classes não têm por si um projeto político definido, de tal forma que o movimento estudantil tende a estruturar-se como um movimento contestatório, e, em alguns momentos, dando uma viragem em direção à mudança estrutural da universidade, que é vista como arcaica. Porém, tal mudança tem que ser antecedida de outra maior: a transformação da própria sociedade brasileira.

J. A. Guilhaon Albuquerque (1977, p. 144), dá uma explicação desse direcionamento da juventude estudantil, que de certa forma choca-se com os ideais de sua classe:

Por sua vez, o movimento estudantil no Brasil, cada vez que seja capaz de ressurgir das próprias cinzas, dificilmente poderia ser dominado por reivindicações de “classe média”, no sentido de um modelo de proprietário - produtor-independente. Pois isso corresponderia a um lugar que as classes médias brasileiras jamais ocuparam e parece ainda mais inviável que venha a ocupar. (ALBUQUERQUE, J., 1977)

Desta forma, o movimento estudantil forma suas próprias lideranças com programas de atuação nacionalmente definidos, em cada período histórico, direcionados pela UNE - União Nacional dos Estudantes, que tem sua diretoria integrada, majoritariamente, por estudantes que militam em partidos de esquerda.

Os partidos políticos nacionais influenciam gradualmente a atuação dos jovens estudantes, buscando a adesão deles em suas fileiras, como multiplicadores de suas idéias no âmbito da universidade e no seio da sociedade, até mesmo como candidatos nas eleições.

Pode-se então afirmar, que o jovem de classe média, ao ingressar na universidade, ao “constituir-se”⁶ em estudante, tem diante de si várias alternativas, entre elas, a de romper com os laços ideológicos que o prendem à sua classe de

⁶ – Considera-se que a “condição” de estudante deve ser constituída como uma opção jovem, uma vez que o mesmo não nasce predestinado a sê-lo, e somente a partir de exigências sociais e de ordem familiar, é que ele vai lutar no sentido de assumir tal condição, o que implica em investir tempo e dinheiro em estudos e livros.

origem, sendo que o ME representará o canal por meio do qual o jovem poderá superar os limites sociais a ele impostos, caminhando numa direção de atuação política radical, contestatória do sistema sócio-econômico pré-existente e das políticas elaboradas pelo Governo Federal para a educação em geral e o ensino superior particular.

Passa-se, a seguir, à análise do ME no sentido da participação política da juventude estudantil.

1.3 - Os significados da participação política dos estudantes universitários

Será discutido nesta parte, o “papel”, ou o significado, da participação política dos jovens universitários em um movimento organizado. Com isso, visamos entender a sua situação atual que sem dúvida alguma é - visualmente - de crise, no que tange à participação da massa estudantil.

A respeito do protagonismo da juventude é importante destacar que a atuação dos jovens muda a sua orientação, do ponto de vista de sua motivação, ao longo do período analisado neste trabalho. Para ilustrar este aspecto veja-se como o assunto vem sendo abordado:

A grande maioria dos textos que se propõem a definir o protagonismo juvenil o fazem, inicialmente, lembrando a sua origem etimológica: a palavra protagonista deriva do termo francês *protagoniste*, que, por sua vez, deriva do grego *prōtagōnistēs*, e que significa aquele que “combate na primeira fila; que ocupa o primeiro lugar; personagem principal” (MACHADO, 1990, p. 447). Em francês, o vocábulo foi documentado no século XIX, em italiano, no século XVIII e em inglês, na segunda metade do século XVII (CUNHA, 1966, p. 641). Em português, seu primeiro registro data de 1858 (HOUAISS e VILLAR, 2001). Já a forma protagonista foi registrada em língua portuguesa em 1615 e parece ter sido formada com os vocábulos gregos *prōtos* (primeiro, principal) e *agōnistēs* (lutador, competidor). Conforme Houaiss e Villar (2001), o termo grego *agōnīdzomai* significa “concorrer em jogos públicos, lutar, disputar o prêmio; combater” e deriva de *agōnōnos* ou “assembléia, reunião, assembléia para os jogos públicos: jogo, concurso, luta, combate; ação militar, batalha, luta judiciária, processo” (p. 2316). O vocábulo agonia refere-se à “luta nos jogos públicos; luta em geral” (HOUAISS e VILLAR, 2001, p. 2316).

O protagonismo dos dirigentes do Movimento Estudantil é objeto de questionamento neste trabalho, pois nem sempre os dirigentes das entidades que representam os estudantes interferem nos acontecimentos políticos no interior da universidade e da sociedade com efetiva importância. Muitas vezes, os dirigentes, são conduzidos pelos partidos políticos aos quais se encontram vinculados.

Hobsbawm (2008), acentua, à página 431 de sua obra “A era dos extremos”, o aparecimento no cenário político mundial da ação dos estudantes nos seguintes termos:

Nos florescentes países do capitalismo industrial, ninguém mais levava a sério a clássica perspectiva de revolução social por insurreição e ação de massa. E no entanto, no auge mesmo da prosperidade ocidental, no núcleo mesmo da sociedade capitalista, os governos de repente, inesperadamente e, à primeira vista, inexplicavelmente se viram diante de uma coisa que não apenas parecia a velha revolução, mas também revelava a fraqueza de regimes aparentemente firmes. Em 1968-9, uma onda varreu os três mundos, ou grande parte deles, levada essencialmente pela nova força social dos estudantes, cujos números se contavam agora às centenas de milhares mesmo em países ocidentais de tamanho médio, e logo se contariam aos milhões. Além disso, seus números eram reforçados por três características políticas que multiplicavam sua eficácia política. Eram facilmente mobilizados nas enormes usinas de conhecimento que os continham, deixando-os ao mesmo tempo mais livres que os operários em fabricas gigantescas. Eram encontrados em geral nas capitais, sob os olhos dos políticos e das câmeras dos meios de comunicação. E, sendo membros das classes educadas, muitas vezes filhos da classe média estabelecida, e – quase em toda parte, mas sobretudo no Terceiro Mundo – base de recrutamento para a elite dominante de suas sociedades, não eram tão fáceis de metralhar quanto as classes mais baixas.

Quanto ao protagonismo da juventude veja-se como se posiciona Souza (2006):

Originalmente, a palavra protagonista designava, portanto, o principal competidor dos jogos públicos, mas também de uma assembléia, reunião, luta judiciária ou processo. Isto é, a idéia de luta (*agōnía*) e a idéia de um espaço público – onde se travam as lutas corporais ou verbais – encontram-se na formação inicial do vocábulo. Hoje em dia, os autores que escrevem sobre protagonismo juvenil e o definem lembrando da sua origem etimológica concorrem para uma peculiar operação discursiva: uma assepsia da palavra, em que permanece a idéia de espaço público – e, portanto, de política -. Porém de um espaço público transformado em cenário, em que não existe luta (*agōnía*) e em que os lutadores são substituídos pelos atores sociais. Assim, o jovem protagonista é invariavelmente lembrado como o “ator principal” no cenário público, posição de destaque que supõe algum tipo de ação política. Contudo, uma ação política despida da luta e transformada em atuação social. Numa palavra, a tese que este trabalho pretende defender é a de que o discurso atual prescreve à juventude uma “nova forma” de política, que ocorre mediante a atividade/atuação individual e que contribui para a integração dos jovens. O apelo ao protagonismo ou à posição principal presta-se, sobretudo, para motivar os jovens à integração. (SOUZA, 2006)

Constata-se que a atuação do jovem como ator principal na ação política tem se modificado não só no Movimento Estudantil como também em outras áreas.

No que se refere ao objeto de estudo dessa pesquisa, conforme Ivônio Barros (1986, p. 87), o movimento tem perdido sua força nos últimos anos, a partir da reconstrução da UNE (União Nacional de Estudantes), diz o autor:

... depois de três décadas, onde figurou como importante personagem do drama político brasileiro, o movimento estudantil vive hoje sua maior crise (...) nos últimos cinco anos os estudantes vêm perdendo, paulatinamente, a direção

e a iniciativa das lutas universitárias, contudo, além da simples constatação da crise, há que se aprofundar um pouco mais nesse problema, que adquire importância por tratar-se da crise de um segmento fundamental da vida política universitária. (BARROS, 1986)

Por outro lado, essa crise, continua o autor:

Se dá, não como consequência de uma crise de toda a universidade, ou seguindo um refluxo político da sociedade, ou provocada por forte repressão policial militar. A crise do movimento estudantil convive com um acelerado processo de crescimento político das instituições universitárias, com a retomada das lutas pela autonomia universitária, pela transformação da universidade em defesa do ensino público e gratuito. (BARROS, 1986)

O ME que se analisa é o existente no período de 1960 a 2009, a partir de um retrospecto histórico. Para tanto, fizemos uma reflexão inicial sobre as interpretações teóricas sobre o jovem e as classes médias, entendendo que o estudante sintetiza estas duas condições.

Consoante mencionei na introdução, na análise dos discursos utilizo o referencial teórico de FOUCAULT, 1999, além de BAKHTIN, ORLANDI E MELO. Nos depoimentos presentes neste trabalho, procuro expor o próprio discurso do entrevistado naquilo que tem pertinência com o ME, deixando que o ator ou dirigente do ME diga o que tem para dizer, sem interferência minha, como pesquisador, deixando o discurso aparecer na complexidade que lhe é peculiar. (FISCHER, 2001)

Este procedimento pode causar ao leitor certa dificuldade, em virtude do grande número de entrevistas que foram utilizadas, no total 39 depoimentos foram analisados, para reconstituir a história do ME. Acredito que tal dificuldade deve ser relevada, em face da importância do trabalho de pesquisa, no qual o depoimento revela-se original e inteligível, sem emendas ou censuras.

A heterogeneidade discursiva que se encontra nos depoimentos não esconde a unidade do conteúdo motivacional da ação dos dirigentes da UNE, mesmo em épocas distintas, falam como se vivessem a mesma realidade histórica, fato que procuro explicar no decorrer deste trabalho. É importante salientar que cada um dos entrevistados estabelece relações sociais em seu tempo e lugar, a partir dos quais constitui sua imagem do movimento e de sua própria atuação.

Neste sentido, pode-se dizer, nos termos propostos por Bakhtin (2008), que existem inúmeras vozes num mesmo discurso, ou seja o que diz o dirigente estudantil é a síntese, muitas vezes, das relações que ele estabelece no interior do movimento e da sociedade, com a mediação do partido político ao qual pertence.

Deixando o depoimento falar por si, mas ao mesmo tempo tentando interpretá-lo, procuro saber quem fala, conforme perfil que estabeleço ao final de cada um dos depoimentos dos entrevistados, localizando-o no tempo histórico, dizendo qual a sua formação política e acadêmica, o cargo que ocupou no ME e qual a sua atuação atual, de tal modo que possamos estabelecer o lugar da fala e quem fala, conforme a seguir exponho.

Assim para compreender o ME e suas fases é necessário ouvir as vozes dos ex-dirigentes das entidades estudantis e de ex-autoridades universitárias. O depoimento de um ex-líder estudantil, descortina com precisão o entendimento predominante - nas organizações de esquerda - acerca do ME. Segundo Altino Dantas (1980, p. 32), que presidiu a UNE no período de julho de 1965 a julho de 1966, a questão se coloca da seguinte forma:

O movimento estudantil de há muito, possui clareza teórica sobre o seu papel, parcela de pequena burguesia que é, pois a presença operária e de outros explorados da população é praticamente nula, evidentemente não compõe as classes fundamentais da sociedade, o que lhe retira qualquer papel de vanguarda no enfrentamento entre explorados e exploradores. Embora disso se tenha clareza, por várias vezes se tem incorrido em graves erros de tentar, o movimento estudantil, dar tônica ou pretender a direção da luta geral do povo brasileiro. Até mesmo, por vezes, alguns setores estudantis tentam desempenhar o papel de vanguarda da luta de classes. Grave erro, que por vezes tem causado grandes prejuízos. Talvez possamos encontrar aí, um dos componentes do vanguardismo que provocou o desvio militarista dos anos 68/72.

A crítica ao comportamento vanguardista deve ser vista com cautela, pois, como explicar, então, a atitude progressista que os estudantes, enquanto tal, têm tomado? Refletindo as flutuações da pequena burguesia, assustada pela violenta proletarianização que ela sofre no processo de avanço do capitalismo, por um lado. Por outro, enquanto estudante, os elementos dessa camada se vêm temporariamente descompromissados com os interesses de suas classes. Esses fatores, e outros, aliados ao acesso do conhecimento que lhes proporciona um aguçado senso crítico da sociedade em que vivemos, levam os estudantes a assumirem, normalmente, as posições mais progressistas, se colocando ao lado das classes fundamentais.

A socióloga Marialice Foracchi (1965, p. 3), faz afirmação semelhante:

O estudante não é, contudo, o agente humano que, por excelência, conduz o processo de transformação social. Sua atuação só adquire expressão renovadora quando associada com outras forças de renovação. Sua força só ganha vitalidade quando integra a um processo já desencadeado.

Por outro lado, esta autora apresenta a forma como se dá este envolvimento do estudante com a atuação política:

Na sociedade brasileira, a mobilização dos recursos educacionais de nível superior é definitivamente marcada pela estrutura de classes. Não é sem razão que o estudante universitário se considera a si próprio privilegiado, usufruidor exclusivo de oportunidades inexistentes para a maioria dos jovens. Tais representações o incitam, no entanto, a desenvolver uma modalidade de atuação social que busca ultrapassar os fatores responsáveis pela natureza privilegiada do ensino superior. (FORACCHI, 1965, p. 6)

Ora, a revolta estudantil então, é uma revolta contra o privilégio, de forma que como elemento de classe média - isto vai significar uma postura diferente da sua classe, ou uma aparente contradição, visto que ao lutar pelo ensino superior público e gratuito para todos cabe perguntar: todos, inclusive aqueles que pertencem à burguesia?

A propósito do assunto, Marx (1982), na crítica ao Programa de Gotha, ao falar da educação popular, critica a proposta do partido operário alemão pertinente ao ensino público para todas as classes, pois, entende que sempre haverá um componente classista na educação.

Esta passagem de crítica ao Programa de Gotha tornou-se citação cotidiana em obras teóricas sobre a Educação Superior, na década de 1980, merecendo uma ressalva: Marx, apenas de forma marginal, fez menção ao ensino para criticar as propostas dos sociais-democratas que propugnavam ensino público para todos, sem perceber que o fundo social do Estado, composto pelos impostos, nessa proposta, vai custear ricos e pobres.

Porém, sem perceber esta “sutileza”, o Movimento Estudantil assume em nosso país o lema “Ensino Público e Gratuito para Todos”.

Outro autor, Nelson Werneck Sodré (1983, p. 124), também segue na mesma linha de análise:

Não é de surpreender, portanto, que o problema da universidade venha apresentando aspectos de conflito. As massas universitárias sob pressão das condições objetivas, foram colocadas no centro da luta ideológica; sendo a universidade a c pula do aparelho de transmissão sistemática da cultura, tornou-se arena da referida luta; assim os universitários ao mesmo tempo em que se agitam em face de problemas futuros de trabalho e disputam ensino mais eficiente e qualitativamente diverso daquele que lhes é ministrado normalmente, agiram-se ainda em face dos problemas universitários e do trabalho futuro. São numericamente crescentes portanto, e progressivamente conscientes, as massas estudantis que participam dos acontecimentos políticos no país; contra elas se vêm lançando, aliás, em paradoxo aparente - não são, os estudantes privilegiados? - as autoridades repressoras buscando marginalizar os universitários, destruir-lhes as organizações específicas, proibir-lhes a atividade política.

Outro autor, na mesma linha afirma categoricamente:

O movimento estudantil, apesar de originariamente representar setores da classe média, pode se constituir (e se constitui) como um segmento social auxiliar à luta dos trabalhadores pela transformação radical da sociedade de exploração. (ANTUNES, 1983, p. 5)

Esta posição apresenta a visão adotada pelos militantes do Partido dos Trabalhadores. Por outro lado, o Comitê Central do PCdoB elaborou documentos em 1968 onde expõe a seguinte concepção:

Ao contrário do proletariado, os estudantes não representam uma força homogênea e estável. Provêm de diferentes classes e camadas sociais e renovam-se periodicamente com o término dos cursos e o ingresso de novas turmas. Não se deve confundir a possibilidade que, em determinados momentos, têm os estudantes de se colocar à vanguarda de certas lutas, com a possibilidade que eles não têm de ser a força dirigente da revolução. Em virtude das condições históricas, sociais e políticas, os estudantes podem refletir, e refletem, muitas vezes, antes que outros setores, os anseios populares, lançando-se a lutas pioneiras em favor de aspirações nacionais e democráticas (...) o movimento estudantil é parte integrante do amplo movimento democrático e de libertação nacional. (PC do B, 1981)

A explicação para a radicalidade dos estudantes advém de sua própria condição de “classe média”, os seus limites são os da sua classe, a atuação política para ser consequente tem de extrapolar essa condição.

A radicalidade, é então explicada por Marialice Foracchi (1965, p. 39):

O seu radicalismo político se reveste de feitiço especial quando se atenta para a atuação das classes médias urbanas nos contextos brasileiro e latino-americano. Estas camadas se orientam para o encaminhamento de um tipo de transformação social que Daniel Lerner designa como a revolução das frustrações crescentes. Não se pretende com isso, afirmar que a classe média tenha qualquer papel específico de vanguarda revolucionária ou que substitua na sociedade latino-americana as atribuições clássicas de um partido operário. Sendo numericamente maciça e socialmente frustrada da sua aspiração de ascender socialmente pelas vias institucionais (profissionalização de nível superior, por exemplo), esta camada defronta-se com a resistência das camadas superiores, radicalizando-se, assim, o seu comportamento político. Repudiando os recursos de mobilidade social existentes no sistema, ela força este à criação de novos canais de mobilidade ou leva à ampliação dos já existentes. O estudante é, por excelência, o agente humano desse processo.

Dois outros autores, Serenito Moretti e Sulamita de Brito, enfatizam a peculiaridade do Movimento Estudantil Brasileiro e sua atividade reivindicatória.

O posicionamento de Moretti (1985), p. 26:

Particularmente no Brasil, como em muitos países da América Latina, o movimento estudantil anuncia, no decorrer de sua história, uma colaboração diferente dos movimentos Norte-Americanos ou de países europeus. Enquanto que estes, movidos mais pelo espírito anarquista que caracteriza o jovem moderno dos Estados Unidos da América e da Europa, o Movimento Estudantil Brasileiro, tal como é entendido e conhecido hoje, passa a existir somente a partir da criação da União Nacional dos Estudantes, em 1937, quando alcança a centralização da UNE nas lutas estudantis - é movido de uma profunda decepção quanto à maneira como o Brasil foi conduzido no passado e de uma violenta revolta contra o modo pela qual ele é dirigido no presente e de uma entusiástica disposição de governá-lo de outra forma no futuro. Por outro lado, todos esses movimentos de caráter essencialmente político não procederam da instituição universitária. São sim consequentes, em princípio, da reação do universitário desiludido, que, nos primeiros meses em que ingressou na universidade - após ter enfrentado rigorosas eliminatórias do vestibular - percebe que frequenta uma instituição arcaica, que conserva todos os defeitos e vícios (...).

Passam então do espaço privado da universidade para as ruas (...) nesta altura dos acontecimentos, o movimento que antes era reivindicatório, passa a ter uma conotação estritamente política, ganhando as manchetes nos jornais e ameaçando a estabilidade governamental.

Estes aspectos da politização das lutas é enfatizado pela autora seguinte:

Assim, os movimentos estudantis organizados - como por exemplo, a UNE no Brasil, o Zenga Kuren no Japão ou a UNEF na França - oscilam entre uma preocupação sindicalista que visa a defender e a melhorar as condições da vida estudantil (o que não se deve só entender economicamente, mas que inclui, também, a crítica da pedagogia universitária, das relações humanas entre os docentes e os discentes (...), e uma preocupação política e que reconhece que a situação estudantil e universitária depende de uma totalidade que só pode ser atingida quebrando com os limites artificiais da universidade. (BRITO, 1968, p. 44)

Até aqui, estão alinhados um conjunto de concepções que têm em comum o fato de admitir que a atuação política do estudante tende a ser radical, no sentido de ser questionadora das instituições universitárias e das próprias estruturas sociais do país. Em seguida, em outro sentido, o de compreender a práxis política estudantil, limitada por sua condição social, o estudante passa, então, a ser visto de uma forma mais objetiva, sem idealizações quanto ao seu papel, sendo a universidade vista como um meio de propiciar uma profissionalização - ou pelo menos um diploma - que auxilia no processo de ascensão social, realizando, assim, as aspirações de sua classe de origem. É o que se verá em seguida.

É Darcy Ribeiro quem introduz um enfoque diferente à discussão até aqui realizada. Ao mesmo tempo em que o estudante tem uma participação combativa ao nível político, ele é um indivíduo que tem um projeto de vida pessoal, conforme diz Darcy Ribeiro:

Mesmo a militância estudantil, tida como a grande bandeira de nossa rebeldia e combatividade, pela generosidade com que a juventude universitária se empenha nas lutas pela liberdade e pelo progresso, fez menos, provavelmente, do que poderia ter feito se estivesse comprometida numa luta efetivamente revolucionária. De fato, a militância estudantil não chega, sequer, a consolidar um número considerável de pessoas nas posturas radicais da juventude. A imensa maioria de nossos estudantes, quando diplomados, tornam-se cidadãos dóceis e profissionais eficazes na defesa da ordem vigente com todas as suas desigualdades e injustiças. Uma análise maliciosa até poderia considerar treinamento que os donos do poder se permitem proporcionar às novas gerações, na etapa de formação, para melhor prepará-los para o exercício de futuras funções de custódia. (RIBEIRO, 1978, p. 32)

Nesta mesma linha de raciocínio, diz Luiz Antônio Cunha:

A procura do diploma como instrumento de ascensão social é uma prática antiga no âmbito das famílias das camadas médias do Brasil. Muitas vezes, toda uma família investia em um de seus membros para que o escolhido pudesse ter o tempo e os recursos necessários para o ingresso, a permanência e a conclusão de um curso superior, na esperança de ele “arrastará” todos os demais no seu sucesso. (CUNHA, 1979, p. 238)

Essa busca do diploma, entretanto, não ocorreu sempre com a mesma intensidade, variando a demanda do ensino superior com as transformações da economia, e com as mudanças políticas, facilitando ou dificultando a realização dos projetos de ascensão social por outras vias.

A partir de 1964, intensificou-se o processo econômico de concentração de propriedade, capital, renda e mercado, devido à política econômica adotada a partir daí, houve, então, grande quantidade de falências de pequenas empresas durante a recessão a partir do primeiro semestre daquele ano. Com isso ficaram mais dificultadas as possibilidades de ascensão da classe média, via poupança, investimento e reprodução de capital e através da instalação de pequenas empresas, de exercícios de profissão liberal. Em consequência, a demanda do ensino superior aumentou de modo que o crescimento das matrículas resultou insuficiente diante de uma procura cada vez maior.

No período 1964 a 1968, o número de candidatos às escolas superiores cresceu 120%, taxa superior à elevação do número de vagas, que foi de 56% no mesmo período.

Fica claro, que o estudante deseja o ensino superior como uma forma de valorização profissional e de auto-afirmação diante da sociedade, como diz Marialice Foracchi:

O essencial é que o curso universitário parece constituir, por si mesmo, um objeto de valorização especial e que, por conseguinte, a escolha, qualquer que seja, representa um passo decisivo, representa o acatamento às decisões que transcendem a esfera puramente pessoal. (FORACCHI, 1965, p. 181)

Também Américo Antunes confirma esse desejo de ascensão via universidade dos estudantes:

... assim a universidade e o diploma passam, gradativamente, a ser o canal por excelência para a ascensão, um bom passaporte para o emprego nas empresas ou mesmo no aparelho do Estado. Daí, a pressão por mais vagas da classe média, forçando uma ampliação da universidade pelo governo. (ANTUNES, 1983, p. 8)

Estas explicações, para o significado de ser estudante, estão bem distantes de uma concepção muito difundida no meio da “esquerda” brasileira de que o estudante teria um papel natural de ser vanguarda das lutas sociais, que seu protagonismo é inerente à sua condição de jovem, que sua radicalidade seja inata.

O que se tenta demonstrar, então, é que o estudante, antes mesmo de assumir tal condição, é jovem - normalmente de classe média - que tem na universidade a oportunidade de adquirir um título (o diploma de ensino superior) que o habilite a exercer uma profissão. Portanto, o que ele deseja da universidade é um instrumento que lhe dê condições de “ganhar a vida”, melhorando-a, com um título que lhe confira um “status” superior aos não portadores dele.

A análise do Movimento Estudantil, para ser realista, tem, necessariamente, que considerar o estudante como um indivíduo que enfrenta os problemas decorrentes de pertencer a uma classe determinada e que deve constituir - via capacitação - uma situação social melhor.

As consequências deste comportamento ou destas aspirações estão presentes no movimento por eles organizado, como a falta de continuidade nas lutas, o esvaziamento das entidades e mesmo a apatia, com que nos deparamos na atualidade: o estudante deseja, logo após estar algum tempo na universidade, deixar de ser estudante, pois isto significa ser dono de si, do seu próprio destino, assumir posições de mundo, investindo em novos papéis - como profissional.

A sua revolta é circunstancial, e se volta - regra geral - contra as péssimas condições de ensino que são encontradas na universidade para dar um salto e desenvolver uma consciência crítica, sobre a ligação que há entre tais problemas imediatos da universidade e a estrutura social global, é necessário percorrer um longo caminho, onde as forças políticas que atuam no meio universitário podem representar o papel essencial.

Porém, é conveniente ressaltar que a universidade abriga dentro de si uma infinidade de aspirações e de concepções políticas e ideológicas, onde a unidade de pensamento somente é constituída em momentos em que a instituição se vê ameaçada, como um todo. Vejamos como Darcy Ribeiro faz uma tipificação dos estudantes universitários para ilustrar essa diversidade de opiniões a que estou me referindo:

Previamente é preciso reconhecer a existência de três tipos distintos de estudantes, cada qual buscando a universidade por objetivos próprios, todos legítimos, embora de peso diferente do ponto de vista da sociedade e da universidade.

Primeiro, há um tipo de estudante universitário consumidor, que procura na universidade certo grau de ilustração intelectual ou certas oportunidades de convivência social. É o caso dos jovens que, antes de assumir obrigações de trabalho, querem elevar seu nível de qualificação mediante a frequência a alguns cursos universitários, estando condenados, na estrutura universitária vigente, a buscar os canais de uma formação profissional para abandoná-la no meio do caminho. Seu fracasso é só aparente, pois levam para a vida prática certa versatilidade proporcionada pela universidade. (RIBEIRO, 1978, p. 149)

Também é o caso das jovens casadoiras somente a buscar um parceiro na universidade, e do jovem de recursos, cujo grupo social espera que seus membros tenham algum verniz universitário. (RIBEIRO, 1978, p. 149)

Essa primeira categoria de jovem, segundo o autor, tende a não estabelecer vínculos de atuação política, o seu interesse é pragmático, ou seja, concluir o curso superior e dar seguimento à sua vida social e profissional, mas sem maiores compromissos com o ambiente universitário:

A segunda categoria é representada pelo estudante de tipo profissionalista, em busca de uma habilitação legal e formal para o exercício de uma profissão liberal. Frente a ele aumenta a responsabilidade da universidade, pois quando formado será portador de um título por ela conferido, que lhe abrirá caminho para uma atividade exigente de um mínimo de qualificação para ser exercida responsavelmente. (RIBEIRO, 1978, p. 149)

Já a segunda categoria busca uma formação profissional adequada, que capacite o estudante para o mercado de trabalho. É mais exigente quanto à qualidade do ensino que lhe é oferecido.

A terceira categoria é representada por dois tipos de estudantes, de perfil acadêmico: o técnico profissional e o universitário. Com estas expressões são designados os estudantes com interesse maior pelos estudos e capacidade intelectual acima do comum, desejosos de alcançar nível proeminente no campo escolhido, seja como futuro docente universitário; frente a tais estudantes a responsabilidade da universidade aumenta mais. (RIBEIRO, 1978, p. 149)

Desta terceira categoria podem se originar os profissionais com melhor bagagem científica, já que procuram envolver-se nas atividades de pesquisa e vislumbram a possibilidade de desenvolverem atividades intelectuais do ponto de vista profissional.

Acredito que esta caracterização do estudante - a partir dos seus objetivos na instituição, tem certa validade conquanto que não a universalizemos, ou seja, como qualquer tipificação ele é passível de erros, de se constituir uma visão do objeto estudado de forma estereotipada. Contudo, é razoável admitir que tais tipos existam e, inclusive, muitos outros diferentes e não incluídos na caracterização apresentada, mas o que é fundamental retermos, é que o estudante como categoria social específica não está predestinado a rebelar-se.

O que o jovem estudante almeja, a princípio, é a sua própria realização enquanto profissional, conforme os autores analisados até aqui testemunham. Esta é uma característica do estudante, a sua vontade de realizar-se, tornar-se algo, produzir uma nova condição social, de sua existência individual.

É o que salienta Habermas:

A competência funcional, ambição de ascendência, disposição de adaptar-se, caracterizam o comportamento estudantil cuja tônica é utilitarista e profissional, orientado por planos precisos de assunto e tempo. Ao que tudo indica, a observação é válida para a maioria dos estudantes superiores. (HABERMAS; FRIEDEMBERG, ... p. 115/116)

Obviamente que o autor faz uma referência genérica, contudo, o que é de se notar é que há uma tendência em tais autores de demonstrar que o fator motivador do estudante - ao ingressar na universidade - é de caráter profissional, e que sua atuação política - quando chega a desenvolvê-la, reflete circunstâncias concretas vividas por ele, conforme salienta Habermas:

Considerando-se o grau de informação e atividade política, o grupo dos estudantes ocupa posição especial, profundamente marcante. E distingue-se mais acentuadamente dos grupos de mesma idade dos jovens profissionais do que da média da população em geral. (HABERMAS; FRIEDEMBERG. p.116)

De tal forma que, mesmo acentuando o aspecto (realista) dos compromissos que devem ser assumidos pelo estudante - é preciso que ele se torne um profissional e dê retorno ao investimento realizado por sua família - obviamente que ele está mais predisposto à participação política.

Em suma, tentei, durante este capítulo, demonstrar as várias concepções sobre a juventude, dentro de uma visão sociológica, com o intuito de formar uma concepção própria a ser utilizada para a análise do movimento estudantil. À medida em que se evolui na leitura acerca do tema, compreende-se a necessidade de

enfocar, ainda, a questão da participação das classes médias na política brasileira, uma vez que o movimento estudantil, para nós, sintetiza as duas condições: trata-se: 1º) de um movimento político onde os agentes sociais são jovens e 2º) se originam - majoritariamente - nas classes médias urbanas. Mesmo quando isto não ocorre, compreende-se que as aspirações dos jovens - enquanto estudantes - são dominadas por sentimentos de classe média expresso na necessidade de titulação acadêmica, como forma de ascender socialmente, galgando cargos e funções no mercado de trabalho.

Entende-se que a rebeldia estudantil não é inata ao jovem, mas que é introjetada em sua consciência a partir do contato com a realidade exterior, donde se conclui que, em uma situação ideal, a nível da sociedade e da universidade, a sua tendência a se revoltar seria reduzida, conforme Lipset:

Geralmente quando a sociedade, a universidade, os estudantes, aproveitam integralmente os recursos intelectuais à sua disposição, numa atmosfera de liberdade intelectual e quando dispõe de recursos adequados representados pela presença de um corpo docente, bibliotecas e subsídios para os estudantes, verifica-se que os estudantes não costumam se envolver em atividades políticas e se dedicam, outrossim, a atividades acadêmicas e profissionais relacionadas à preparação para uma futura carreira. (LIPSET, ... p. 135)

Ora, a intensidade com que o movimento estudantil se aglutina e a forma como ele se dinamiza está ligado às condições de funcionamento da universidade e aos problemas vivenciados pela sociedade. Portanto, a mobilização estudantil não é natural, ela é criada a partir de determinados problemas que podem ser estruturais ou conjunturais. Percebe-se que a orientação política que é dada ao movimento reflete, quase sempre, um posicionamento frente a estes problemas, sendo, consequentemente uma ressonância das grandes questões políticas nacionais e, como tal, ligadas aos partidos nacionais, como bem salienta Marialice Foracchi:

... as esquerdas disputam, entre si, a liderança do movimento estudantil, até recentemente, e é conveniente atentar para o fato de que todas essas facções do movimento político universitário se encontram, em maior ou menor grau, ligada a correntes nacionais e reproduzem, a seu modo, a orientação predominante no processo político. (FORACCHI, 1965, p. 228)

Esta ligação do ME com os partidos políticos é exatamente o que vai levar o movimento a politizar-se, daí a necessidade que se percebe de estudar também a conjuntura política nacional, no sentido de situar o tema estudado.

Esta ligação é reafirmada por vários autores, como demonstramos a seguir, com o intuito de fundamentar adequadamente nossa conclusão.

Para Marialice Foracchi:

A politização da massa estudantil só pode ser compreendida como expressão da eficiência do trabalho partidário; e que sem cobertura partidária consistente, a vanguarda estudantil não pode desenvolver atuação organizada, sistemática e coerente. (FORACCHI, 1965, p. 232)

Nesta mesma perspectiva, Kravetz e Griset também pontificam:

(...) só a existência de um partido revolucionário é garantia da possibilidade de um trabalho revolucionário no meio estudantil, mas isso visando a todos os estudantes naquilo que eles têm de estudantes. (KRAVETZ; MARX; GRISET, 1968, p. 106)

Por outro lado, Gláucio Soares também enfatiza esta necessidade da atuação partidária, mas relacionando-a conforme os autores acima citados, aos partidos de esquerda:

A grande mobilização feita pelos partidos políticos é uma consequência da participação intensa. Assim, poder-se-ia esperar que os estudantes mais atuantes são os que pertençam a partidos políticos, em comparação aos mesmos atuantes. Como os esquerdistas são mais ativos do que os da direita e de centro, a conclusão lógica é que mais esquerdistas foram mobilizados pelos partidos políticos. (SOARES, 1986, p. 257)

A explicação para este fenômeno, que leva a uma certa dependência do ME em relação aos partidos políticos, é dada a partir do momento em que se percebe que a solução dos problemas da universidade depende do equacionamento dos problemas nacionais. Daí porque o ME somente tem vitalidade quando faz a ligação entre os problemas de ensino e as grandes questões da política nacional. Esta visão, contudo, é mais latente nas lideranças, sobretudo da esquerda.

Neste particular, torna-se imprescindível à compreensão do ME uma análise do conflito dialético que se estabelece na formulação das políticas educacionais para o ensino superior no período de 1960 a 2009 e correspondente reação do movimento estudantil e a percepção que suas lideranças têm destas políticas, o que será objeto do 3º capítulo deste trabalho.

Retomando a discussão sobre a influência dos partidos políticos, vemos que esta ponderação tem acatamento em Marialice Foracchi, uma vez que para ela: “O movimento estudantil, sozinho, é, ao mesmo tempo, autônomo, incontrolável e impotente”. (FORACCHI, 1965, p. 46)

Portanto, para a autora:

Não há como se iludir e o ME alimenta poucas ilusões: sabe que a plena consecução dos seus objetivos, mesmo quanto à universidade, só será possível com a transformação da sociedade. (FORACCHI, 1965, p. 50)

Este entendimento de que há uma estreita vinculação entre as lutas da universidade e as travadas pelo conjunto das forças políticas que atuam na sociedade, tem consequências importantes a serem destacadas:

a) somente com a solução dos problemas estruturais da sociedade, vale dizer, com a transformação do sistema sócio-econômico é que poderemos ver resolvidos os problemas específicos da universidade. A própria história do ensino superior no Brasil bem demonstra tal vinculação, uma vez que cada governo determina uma série de prioridades onde sucessivamente tem se excluído o setor educacional (IANNI, 1986) de sorte que, a partir desta concepção, a prática do ME deve-se orientar no sentido da transformação revolucionária da sociedade; (FORACCHI, 1965, p. 66)

Esta vinculação estratégica entre os problemas nacionais, de natureza estrutural, com aqueles que dizem respeito à universidade à qualidade do ensino é adotada pela UNE, na formalização de seus documentos originados de suas instâncias de deliberação, tais como: Diretoria, Congresso, Conselho Nacional de Entidades Gerais e Conselho Nacional de Entidades de Base, respectivamente CONEG e CONEB.

b) ao priorizar as lutas gerais (normalmente vinculadas à conjuntura política nacional) o ME tem incorrido num sério dilema: não consegue mobilizar os estudantes sob a motivação de tais bandeiras, donde se conclui que é necessário motivá-los a partir da realidade concreta por eles vivenciada; (FORACCHI, 1965, p. 66)

Quando essa estratégia se concentra nos problemas nacionais, o movimento perde um pouco de sua força. Para aglutinar os estudantes a UNE procura elaborar pautas de reivindicações que contemplem os dois planos de atuação: Nacional e da Universidade.

c) a atuação dos partidos políticos, embora a saibamos muito importante, tem gerado uma situação onde as facções políticas substituem a liderança e o conjunto dos estudantes. Torna-se óbvio, a urgência em re-equacionar a relação entre tais forças e as entidades estudantis; (FORACCHI, 1965, p. 66)

Os partidos políticos procuram controlar as entidades dos estudantes, como forma de transmissão de suas propostas políticas. Esse processo, quando exarcebado, leva ao aparelhamento das entidades, ou seja, elas respondem ao comando dos partidos e não dos estudantes.

d) por outro lado, se o ME tem compreendido tal vinculação universidade-sociedade, a sua ação fica sempre aquém do necessário, em virtude de representar um setor da sociedade que, conforme já foi aqui levantado, não possui um projeto político próprio, e vale acrescentar, nem condições de efetivá-lo, caso o tivesse. (FORACCHI, 1965, p. 66)

Os estudantes, enquanto categoria social, articulados em entidades que devem representá-los, isoladamente não têm condições de proporcionar a mudança estrutural da sociedade. Em virtude desse fato é necessário o estabelecimento de alianças com outros setores da sociedade, inclusive com movimento operário.

O movimento é um fenômeno que se estrutura sobre esse setor social vacilante ao qual temos denominado de classe média⁷, conforme Marialice Foracchi:

A práxis estudantil seria, portanto, a expressão radical da práxis pequeno-burguesa e sua relativa importância, enquanto movimento de massa, resultaria, basicamente do fato de que os limites do projeto de transformação da sociedade, contidos na luta pela reforma universitária, confundem-se com os interesses que a pequena-burguesia, conscientemente ou não, defende na sociedade brasileira. Esses limites são traçados pela força das pressões que ela sofre, por um lado das camadas tradicionais, e, por outro, pela debilidade das suas identificações com o proletariado urbano. Em síntese, o movimento estudantil representa, na sociedade brasileira, a radicalização do conflito que se instala entre os setores emergentes da classe média e os setores resistentes à modernização das classes dominantes. (FORACCHI, 1965, p. 42)

Portanto, para tornar-se plenamente avançado e progressista, o ME deve ultrapassar a condição social de seus próprios agentes, o que evidentemente representa um passo de imensa envergadura no que tange à aceleração da consciência dos militantes estudantis.

Mais uma vez recorre-se a Foracchi, no sentido de esclarecer e respaldar o que afirmo. Segundo a autora:

Desvincular o estudante universitário da sua condição de classe, enfatizando suas responsabilidades intelectuais e suas atividades com a "intelligentzia" progressista e suas tarefas revolucionárias, é tão ineficaz quanto negar sua origem pequena-burguesa e sua eventual identificação com a ideologia de classe. Nesse desvio, que não é só de perspectiva, mas sobretudo de estratégia, laboram quase todas as facções ativas do movimento universitário. (FORACCHI, 1965, p. 246)

⁸ - No caso das classes ou camadas médias, utiliza-se os termos como sinônimos, uma vez que a toda estrutura de classes corresponde uma estratificação das mesmas. O que ressaltamos de novo aqui, diz respeito à ação política dessas classes, conforme Gyorgy Luckács: "mas a pequena burguesia, como classe de transição onde interesses das duas classes simultaneamente se ocultam, passa a sentir-se acima das oposições das classes em geral". In LuKács, Gyorgy - A Consciência de Classe, extraído do livro Estrutura de Classes e Estratificação Social - Octávio Guilherme Velho - Organizador, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 8ª edição, 1979.

Quanto ao papel reservado à classe média devido à sua incapacidade de se identificar com os oprimidos, acaba optando por apoiar as classes dominantes.

Em síntese, o ME espelha a ação política da classe média universitária, porém, a depender do momento político e do trabalho realizado pelos partidos políticos, seria possível - ao contrário do que diz a autora - se originar uma ação mais ampla que defenda os interesses dos setores marginalizados e não da classe média.

e) por último, gostaríamos de acentuar que o presente estudo, para ser completo, deve passar por uma análise da conjuntura política nacional no período de 1964/1990. Tal análise se faz imprescindível considerando-se que o ME é extremamente conjuntural, ou seja, surge e se vitaliza a partir de determinadas questões que estejam postas no cenário político nacional. Podemos afirmar que cada período histórico cria o seu próprio movimento estudantil. (FORACCHI, 1965)

Além disso, a evolução do ensino superior - em qualidade e quantidade - também influencia bastante a estrutura, organização e as lutas estudantis. Exemplo disso é a enorme diferença entre o ME, em 1962, quando tínhamos cerca de 150 mil universitários no país, e a situação em 1990, com 1 milhão e meio de estudantes e ainda em 2004 com 2 milhões e 500 mil universitários considerando todas as faculdades e universidades.

Estes dados, aliados aos anteriormente analisados, podem, sem dúvida, conduzir ao entendimento do movimento estudantil.

O Movimento Estudantil é parte dos movimentos sociais brasileiros, caracterizando-se pela juventude de seus integrantes, aliando-se a estes na defesa da Universidade e nas lutas gerais da sociedade, durante o período estudado. Com esse entendimento torna-se necessário proceder a uma breve exploração sobre a abordagem teórica a respeito dos movimentos sociais.

1.4 – A motivação da participação estudantil na percepção dos dirigentes e autoridades universitárias

Pesquisas recentes, cujos resultados são analisados na obra Retratos da Juventude Brasileira (ABRAMO e BRANCO, 2005), apontam a existência de 34 milhões de brasileiros na faixa etária de 15 a 24 anos, com fundamento no censo de 2000 do IBGE.

Nessa pesquisa entende-se como juventude pessoas que estão na mesma faixa etária, por exemplo aquela citada anteriormente que, em função do momento histórico em que nasceram estão fadadas a passar a vida juntas atravessando as mesmas dificuldades políticas e econômicas, sendo de esperar que vivenciam os estágios de suas vidas de forma semelhante, participando da vida política do país, engajando-se no mercado de trabalho e constituindo família.

Os ideais dos jovens têm mudado, conforme o momento histórico e a inserção concreta da juventude na sociedade, na Universidade e no mundo do trabalho, sendo marcantes os contrastes entre suas opiniões no período posterior a 2ª Guerra Mundial, com a polarização entre capitalismo e socialismo, com as manifestações de 1968 e a repressão que se segue na década de 1970. A partir da abertura política, no início dos anos 1980 e com a redemocratização a partir de 1985, coincidem com a desilusão com a via política da revolução socialista, marcada ainda pelo desmonte do denominado Socialismo Real e o fim da União Soviética, e de seus aliados em toda a Europa Oriental.

A postura ideológica da juventude, evidenciada nos dados da pesquisa mencionada, é bastante diferente daquela existente nas décadas de 1960 a 1980, conforme se vê na amostragem constante do quadro relativo a valores de referência, (ABRAMO e BRANCO, 2005, p. 388). Os valores mais importantes de uma sociedade ideal são:

- 1º - Solidariedade – 55%
- 2º - Respeito às diferenças – 50%
- 3º - Igualdade de oportunidades – 46%
- 4º - Temor a Deus – 44%
- 5º - Justiça social – 41%
- 6º - Dedicção ao trabalho – 37%
- 7º - Respeito ao meio ambiente – 36%
- 8º - Religiosidade – 29%
- 9º - Liberdade individual – 27%

A amostra contemplou 24 Estados da União e Distrito Federal, foram entrevistados 3.501 jovens, de 198 municípios, em áreas urbanas e rurais (ABRAMO e BRANCO, 2005, p. 24).

Trabalho recente de doutorado defendido na área de sociologia da Universidade de Brasília destaca as mudanças na abordagem da juventude, onde pode-se destacar uma alteração significativa que vai da rebeldia e comprometimento com causas sociais para uma atuação paltada pelo individualismo e pela violência, nas palavras da autora:

Para dar conta do fenômeno a ser estudado era necessário voltar no tempo até as origens do conceito para compreender de que tipo de fenômeno se tratava. Segundo alguns autores a juventude surgiu a partir da Revolução Industrial. As transformações nos modos de produção, a urbanização e a necessidade de mão-de-obra qualificada mudaram as funções e percepções da e sobre a juventude. Era necessário que eles estudassem entre o período da infância e da vida adulta em vez de seguirem diretamente ao labor praticamente assim que aprendessem a andar. A sociedade passou, então, a conceder aos jovens uma espécie de moratória social que pode ser definido como um tempo legítimo para realizar os estudos. Surge a categoria de estudante que recobre, hoje, uma diversidade muito grande de situações. (OJALA, 2008, p. 9 e 10)

Esta chamada moratória social corresponde ao período de estudos, no qual o jovem é preparado para exercer os papéis de adulto na sociedade e no mundo do trabalho.

Diante da realidade do mundo moderno a atuação dos jovens varia de um tempo para o outro, de país para país e entre as regiões. Os jovens em áreas urbanas vivem de uma maneira, em campo rural de outra. Jovens negros podem ter estilos de vida diferentes, as jovens mulheres podem viver diferentemente dos homens. Inúmeras podem ser as respostas dos jovens aos desafios presentes no mundo contemporâneo que é intrinsecamente diferentes das décadas anteriores em termos de mudanças tecnológicas, de valores, formas de sociabilidade e ideologias. Perante esta realidade é possível observar e analisar os modelos de comportamento dos jovens. (OJALA, 2008, p. 9 e 10)

No estudo sobre a juventude deve-se ter em mente que a realidade da vida dessa parcela da população muda conforme a região, o país, e sobretudo, a classe social. Não se pode falar em jovem apenas no sentido abstrato, tendo como referência a faixa etária comum, deve-se perceber a sua inserção concreta na sociedade.

A diferença de atuação da juventude no passado com os fatos que ocorrem nos dias atuais é assim salientada pela autora:

Nas décadas passadas, a juventude aparecia nas ruas reivindicando mudanças sociais. Hoje, as notícias destacam as incidências de jovens envolvidos com a violência. As tradicionais arenas de sociabilidade juvenil, como praças, ruas, centros comunitários passaram a ter uma alternativa. Os encontros e desencontros ocorrem simultaneamente no espaço virtual. O espaço virtual, entretanto, não tem apenas um efeito negativo de propagação de violência. Os sites de relacionamento, como o chamado de Orkut de acordo com o nome de seu criador turco, tem milhares de usuários cadastrados. Outras comunidades similares existem no mundo inteiro. O mundo virtual serve como um novo espaço de contatos sociais. (OJALA, 2008, p. 10 e 11)

Esta parcela que pode se dedicar aos estudos universitários constitui-se uma minoria, haja vista que ocorre um aumento expressivo de vagas nas instituições de ensino superior privadas, em cursos noturnos, que recebem grande número de estudantes que são trabalhadores.

Há evidências que uma parcela de jovens brasileiros, mesmo que minoritária, tenha uma vivência caracterizada pelos estudos universitários do dia-a-dia, esforços para planejar a sua vida e se preocupar com o futuro do país. Quanto à categoria “estudante” entende-se que esta inclui uma variedade grande de situações diversas. Como Claude Grignon tem mostrado no seu estudo, a vida estudantil envolve vários aspectos, desde o financiamento dos estudos até moradia, transporte, alimentação e saúde. Não se pode esquecer também as condições e hábitos de trabalho, relação com o meio de origem e o meio estudantil, cultura e lazer que pertencem ao cotidiano estudantil. Tudo indica que as instituições de ensino exercem um papel de socialização entre os jovens no mundo moderno. (OJALA, 2008, p. 10 e 11)

As análises sociológicas da juventude, nos anos 1960, têm em alguns casos, conforme, por exemplo IANNI (1968), frequentemente associado a juventude à possibilidade de inovação e construção do futuro renovado, as novas gerações realizando o que as antigas não conseguiram, contrastando com a realidade que surge da pesquisa citada.

É importante ressaltar que os jovens na sociedade não constituem uma classe social ou grupo homogêneo, nem se dedicam sempre à atuação política progressista, transformadora, mas são indivíduos históricos concretos, que vivem e pensam conforme as circunstâncias de seu tempo histórico, social, político e econômico. (CARRANO, 2000, p. 12)

Sobre o aparecimento da juventude, como campo de investigação, é interessante a contribuição de Savage (2009). Pode-se constatar a presença do jovem em diversas épocas históricas, porém ele vai significar uma categoria social específica no século XIX, período no qual os jovens eram deixados à própria sorte, sem uma política pública de assistência, organizando-se em gangues nas metrópoles por todo o mundo. Em 1898 é publicada na Inglaterra a obra *Juvenile Offenders*, de W. Douglas Morrison, na qual se constatava que a criminalidade juvenil estava afetando todas as nações.

Nos Estados Unidos, em 1899, foi publicada uma lei denominada de Lei do Juizado de Menores que definia como delinquente qualquer criança com menos de 16 anos que violasse qualquer dispositivo legal do município ou do estado.

Na Alemanha, em 1933, a juventude hitlerista congregava mais de cem mil membros, e se não conseguiu a adesão de jovens vinculados às organizações comunistas e social-democratas, foi capaz de arregimentar os jovens associados à direita e aos grupos protestantes, para os quais o comunismo era abominável e os nazistas eram a escolha menos pior, segundo Savage (2009, p. 286).

Além deste fator, receio do comunismo, os jovens aderiram ao nazismo devido às pressões dos amigos e familiares, crença na ideologia pregada pelo Partido Nazista e pelo desejo de pertencer a uma comunidade de jovens, de tal modo que no final de 1933 a Juventude Hitlerista contava com 3,6 milhões de filiados.

Percebe-se que o termo juventude é datado historicamente, e não abstratamente, nas décadas de 1940 e 1950 vai também significar um grupo de consumidores que tem um potencial quase inesgotável, explorado pelo marketing dos publicitários, o que tende a mudar nos anos seguintes.

O jovem possui múltiplas identidades, ou seja, estabelece uma rede de relações que vai moldando sua ideologia e seus anseios. Nesse sentido, no período de 1960 a 1970, há uma forte identificação enquanto “estudante”, com o envolvimento e participação nas lutas políticas, em oposição ao regime militar que, em contraste, nos anos 80 e 90, se caracteriza por uma dispersão de sua atuação enquanto categoria, coincidente com o período que denominamos como de redemocratização, cujo foco passa a ser a política parlamentar. (MISCHE, 1997)

A percepção desse estudante, como indivíduo histórico concreto e não romantizado, como entendo que ocorre na obra de POERNER (2004), pode ser revelado a partir dos depoimentos das antigas lideranças do Movimento Estudantil e de profissionais ligados ao ensino superior, que apresentam os diferentes motivos para a sua própria participação no movimento e tenta compreender o que motiva os estudantes universitários a participarem do movimento organizado da categoria.

Para o pensador francês ALAIN TOURAINE (2009), o discurso interpretativo dominante, ao longo de decênios anteriores, buscou nas lembranças do passado as armas para combater as novas idéias, difundindo o pensamento de que houve uma perda de sentido na realidade histórica atual, fruto da falência dos sistemas econômicos socialistas, caminhando para um novo conservadorismo.

Segundo ele, hoje o cenário social não está vazio, e são as ideologias do passado que mergulham o cenário atual na obscuridade. Neste sentido, a análise dos depoimentos que seguem abaixo, deve levar em consideração o fato de que muitos dos entrevistados estão presos às suas idéias, formuladas no período de suas atuações políticas.

Nesse sentido, veja-se a opinião do Ex-Deputado Federal pelo Estado do Tocantins, Edmundo Galdino:

Na fase mais difícil eu não cheguei a militar, isso já foi da outra geração. Eu já iniciei em 1979, quando começamos a participar do Movimento Estudantil Secundarista, e claro que já havia toda uma história de lutas, história de conquista, sobretudo daquela feita no período da Ditadura Militar muitos foram

cassados, torturados e assassinados. Nos tivemos como fonte de inspiração a história dos Movimento Estudantil do final da década de 60 e do início da década de 70. Claro que quando nos iniciamos ninguém tinha tido experiência, nos começamos praticamente do zero, no final de 70, a anistia não havia sido conquistada, ainda estava em fase de conquista e somente depois que o Movimento já tinha dado seus primeiros passos com seus erros e suas debilidades a que passamos a ter contato com outras lideranças que militavam nesta fases mais difíceis e essas experiências foram importantes para todos nos. Agora, o que me motivou a participar foi exatamente o interesse pela questão social, pela questão coletiva, a consciência de que não bastava apenas a luta pela resolução do problema individual até mesmo porque sozinho dificilmente seria possível. Essa idéia da luta, de buscar saídas conjuntas, de buscar alternativas em comum foi exatamente essa consciência que me levou a ter uma participação mais associativa consequentemente despertando para o Movimento Estudantil. Evidentemente eu diria que o Movimento Estudantil e a escola mais sadia, mais pura, a mais correta, que qualquer cidadão deve iniciar seus primeiros passos na vida pública. (GALDINO, E., 1991)

Na opinião registrada acima, percebe-se que a motivação desse ator histórico dá-se com o fundamento na experiência do Movimento Estudantil nos anos anteriores e objetiva contrapor-se ao regime militar.

A inspiração da militância desse participante do Movimento Estudantil é a história recente de atuação dos estudantes na época da resistência armada ao regime militar, a áurea de heroísmo parece contaminar os novos militantes.

A partir deste histórico heróico vai se edificar a consciência da necessidade da atuação coletiva.

Por sua vez, o ex-diretor da UNE, Romualdo Pessoa Campos Filho, explica a sua adesão ao movimento da seguinte forma:

É preciso dizer que quando entrei na Universidade em 1980, o M.E. estava num período de ascensão, o ano anterior, teria sido a reconstrução da UNE, portanto, era um momento que fortalecia-se as entidades e ate mesmo a nível de país, podemos dizer que dava-se o início a um processo de democratização decorrente, logicamente da luta que fora travada nos anos anteriores e que continuava a ser travada. Portanto, eu entrei dentro desse contexto, agora logicamente que quando eu entrei na universidade não tinha ate então, nenhum contato com o M.E., havia terminado o 2º grau no interior, me desloquei ate então para Goiânia para entrar na universidade, não tinha, ate posso dizer, um nível de consciência política formada, foi exatamente o contato com a universidade que levou a que eu pudesse conhecer as idéias políticas que havia no M.E. ou própria efervescência do M.E. e a turma que eu tinha quando entrei na universidade era uma turma bastante crítica, questionadora e exatamente a partir daí tive contato, com outros colegas que já tinha militância no movimento secundarista e que eu pude aos poucos participar das atividades, e ainda em 80, eu participei do Congresso da UNE em Piracicaba e quando retornei já me engajei nas eleições do centro acadêmico. Em 1980, mesmo eu já participava da diretoria do centro acadêmico de história e a partir daí então, fui cada vez mais me envolvendo no M.E. e adquirindo uma consciência política assimilando idéias socialistas e cada vez mais solidificando minhas opiniões em torno de uma determinada concepção de mundo e de luta pelo socialismo. (FILHO, R. 1993)

No período em que concedeu a entrevista Romualdo já era professor universitário e destacou os principais eventos dos quais participou, bem como de outros períodos históricos que não vivenciou, mas que tem conhecimento por estudar sobre eles, assim:

Quando eu participei do centro acadêmico em 80, 81 e 82 depois fui para a diretoria do DCE seguindo para a diretoria da UNE, em 84 eleito diretor da UNE e vice-presidente da Região Centro Oeste e fui ainda diretor da UNE em 86. Quando sai fui eleito mais uma vez para a diretoria da UNE até 1988. Então, na verdade o M.E. tinha naquela época, eu acredito que ainda continua ter, condições históricas que nos vivemos hoje são diferentes, mas que naquela época levava a que nos envolvêssemos com mais ardor as lutas que eram travadas. A própria falta de democracia parece que nos forçava a assumir uma postura mais crítica, mais acirrada no que se refere a defesa de nossos objetivos, e nossas reivindicações, e eu acredito que quanto mais forte esteja o M.E. propicia a que um número maior de pessoas possam crítica, se envolver e atuar ao M.E., ele contribuiu para formação da consciência política não apenas para quem está nas entidades, mas também para todos aqueles que de uma forma ou de outra contribui com a luta, e de uma forma e de outra auxilia as entidades estudantis, é claro que, o potencial do M.E. naquela época era muito maior, então, isso fazia com que o número maior de estudantes se interessasse em participar das entidades. Como eu já disse o nível de irradiações das lutas também contribuía para isso. Então acredito que exatamente estas questões que me levaram a digamos assim a aderir ao M.E. (FILHO, R. 1993)

É nesse processo de entrada na universidade que Romualdo desenvolve sua percepção sobre a importância da atuação política, o ME funciona para ele como uma escola política, tendo galgado postos dirigentes nas entidades de base (CAS), no DCE, UEE e na própria UNE, da qual foi vice-presidente da regional centro-oeste.

Como contraponto, o professor Juarez Barbosa apresenta sua posição em relação ao que teria motivado a participação estudantil nas décadas de 1960, 1970 e 1980, da seguinte forma:

Eu acho que essa mobilização, ela foi muito mais conjuntural do que propriamente estrutural. Havia, é verdade, uma certa preocupação de caráter estrutural que eram as bases ideológicas dos Movimentos Estudantis. Mais conjuntural na medida em que esses movimento se realizavam ao sabor dos acontecimentos. Hora era um passe de ônibus que era negado, hora era um direito de ver, de assistir a um cinema, com desconto, que era negado, né? Hora eram as mensalidades escolares... Mais ao lado desses acontecimentos puramente conjunturais (...) também as grandes conquistas para os problemas brasileiros, por exemplo, a questão da Reforma Agrária, a questão do retorno ao Estado Constitucional brasileiro, a constituição fosse realmente... tivesse as características do Estado Democrático. Depois a luta pelo retorno da legalidade constitucional. A própria criação dos partidos políticos exigiu muito a participação do Movimento Estudantil. Os estudantes é que realmente lotavam as praças, os salões e discutiam as questões, e, mesmo o Congresso nacional, quando a política era de massa e se discutia os problemas, a presença dos estudantes era maciça. Então, entendo que não pode se dizer nos anos tais, tais e tais, que se esquecer que a perspectiva histórica desses anos. Na verdade, os estudantes sempre estiveram engajados numa luta de mudanças (...). (BARBOSA, J., 1991)

Nesse depoimento do professor Juarez Barbosa, percebe-se uma característica marcante do ME que é seu caráter conjuntural: as mobilizações irrompem em determinadas circunstâncias históricas, às vezes como reação a uma medida impopular do governo, às vezes no sentido propositivo, como nas campanhas desenvolvidas pela UNE, no caso citado a campanha pela alfabetização.

O geógrafo Wilson Batista Ferreira, que atuou no Movimento Estudantil de 1979 a 1985, tendo sido Vice-Presidente Regional da UNE, dá sua opinião sobre o assunto, deste modo:

Eu sou filho de camponês, tive uma formação precária, acadêmica, não tenho tradição político-partidária e nunca tive e me ingressei na luta estudantil por conta desse desejo, até de resolver a minha própria vida pessoal. Uma pessoa pobre, um cidadão pobre e que teve acesso ao saber científico e que descobriu um dia, o que o mundo é pra todo mundo. Que ele não existe para algumas pessoas, ele existe pra todos. Eu queria fazer parte desse mundo, e a melhor forma de fazer parte desse mundo ainda, é através da ação política, ... é aí que nos formamos cidadãos, participemos do mundo, lutando. O movimento estudantil era a expressão de toda minha vida. Era expressão da luta por justiça social, porque eu me sentia sempre um injustiçado na sociedade, e me sinto como todo cidadão, pois vivemos diante da injustiça. E eram formas, de eu canalizar este desejo de justiça pra mim e pra todos. Era através do movimento estudantil. (FERREIRA, W., 1992)

No depoimento de Wilson Ferreira, chama a atenção a sua origem social, é filho de camponês e vislumbra no acesso à universidade a possibilidade de melhoria de sua condição social. A militância política vai despertar a percepção de que os problemas individuais necessitam de uma solução coletiva, o que o leva a engajar-se na luta política.

Sobre a motivação do estudante universitário em participar no movimento estudantil é interessante, ainda, registrar o depoimento da professora Alda Maria Borges Cunha:

A forte motivação do M.E. na minha época, principalmente na Universidade Católica, mas não apenas que, também na Federal, acho que isto aconteceu, eu posso dizer isto sem receio, foi muito uma inserção a partir de igreja, então vai ter dois momentos bem claros nesta minha militância: o primeiro momento impelido muito para o movimento interno de igreja, né, que eu participava da JUC, então a entrada na universidade ela se faz acompanhar logo depois, deste movimento de organização estudantil, Juventude Universitária Católica em que a grande tônica coincidia um pouco com aquilo que era bandeira da UNE na época: que era a Universidade ligada aos grandes problemas nacionais. (CUNHA, A., 1993)

O aspecto político do engajamento do estudante é visto por ela como definidor daquele estudante que tinha a capacidade de vincular o conteúdo de seu curso com a atuação profissional futura, como se vê:

Então a discussão nossa era uma discussão forte de relacionar o curso com o que seria a dimensão social deste curso, que na época a gente chamava de ideal histórico, qual era o ideal histórico deste curso, eu queria até ter organizado aqui um pouco a terminologia que a gente usava, uma dela vai ser: o engajamento, era um termo fundamental para nós, alguém ser engajado, ter engajamento era a gente ser capaz de relacionar, o curso, a própria escolha profissional, a situação profissional posterior, como alguma coisa ligada profundamente a questão do povo, aquilo que agente chamava de povo de nação, de grandes problemas da realidade nacional, era a inserção social, o termo inserção também era muito acompanhado deste de engajamento, engajado, fazer engajamento, era fazer uma opção de utilizar o seu diploma num país de analfabetos, o analfabetismo era muito discutido entre nós na época, como alguma coisa que a gente devia, tinha uma dívida social com a população então era muito comum entre nós a discussão por exemplo das características de subdesenvolvimento. (CUNHA, A., 1993)

Alda Cunha apresenta um ingrediente significativo à atuação política da juventude universitária da sua época, ou seja, a influência da Igreja, que aglutina os estudantes para uma atuação política no ME.

Os depoimentos acima apresentados comprovam nossa posição no sentido de compreender que a participação política da juventude no Movimento Estudantil é motivada por diferentes fatores, que podem se originar da condição de classe do estudante, e sua formação ideológica, de seu envolvimento com outras organizações, anteriormente ao ingresso na Universidade.

O jovem participa do Movimento Estudantil como uma opção pessoal, motivada por fatores sociais, econômicos e políticos, com significativa influência dos partidos políticos que atuam na universidade, dominando a estrutura burocrática das entidades estudantis.

As diversas teorias que tentam explicar o significado da atuação dos estudantes não priorizam o fato de que não existe o movimento estudantil organizado sem a vinculação de suas lideranças com os partidos políticos. Muito embora sejam provenientes de diversas classes sociais, o elo de ligação entre o jovem e a entidade estudantil é sempre aquele dirigente que passou por um processo de recrutamento pelas organizações partidárias.

A respeito da influência dos partidos políticos no Movimento Estudantil, vejamos depoimentos de alguns de seus dirigentes, iniciando pelo ex-presidente da UNE Javier Alfaya que afirma:

Que correntes políticas e ideológicas estavam presentes no movimento estudantil nesse momento?
Bem, com muita força na UFBA e à nível nacional, tinha o PCdoB, ao qual eu me liguei já nessa época.

O PCdoB dirigia uma corrente estudantil que foi fundamental na reconstrução do movimento estudantil: a Viração. Esse nome é definitivo e marcante na história do movimento universitário. E havia uma outra corrente que se chamava Caminhando, que era ligada também ao PCdoB. Porque o PCdoB, por razões de segurança, em função de proteger-se contra perseguição da polícia, armou clandestinamente duas estruturas. Essas duas estruturas, que eram as duas do PCdoB, acabaram dirigindo duas correntes de movimento estudantil, que se articulavam e acabaram depois tendo divergências. A Caminhando tinha a sua base principal em São Paulo, e Viração era muito forte no restante do Brasil. (ALFAYA, J., 2004)

Este grupo político, denominado de “Viração”, ligado ao PCdoB, vai controlar a UNE por muitos anos, conforme o depoente:

Caminhando tinha também ramificações no Rio de Janeiro e em outros lugares. Estas eram duas grandes correntes do PCdoB, mas havia outras tantas correntes. Uma outra corrente, na época clandestina, com muita força também se chamava AP, que era APML: Ação Popular Marxista Leninista.

Chama-se, em Salvador, se eu não me engano, de Nova Ação. E havia também as correntes trotsquistas todas, como a Liberdade e Luta e outras. As correntes estudantis ganhavam nomes diversos, mas a matriz do pensamento político era trotsquista. Tinha a Quarta Internacional, como nós ou eles mesmos se autodenominavam. As correntes estudantis ganhavam denominações diversas em função de conteúdos políticos programados com estratégicos diferenciados. No caso da Bahia, havia Combate, havia Liberdade de Luta, havia Viração, havia Nova Ação, havia o PCB, que tinha muita força em plano nacional, a partir de São Paulo basicamente e do Rio também, e o PCB que tinha muita força na corrente histórica, já vinha de antes, de 1968, que na Bahia se chamou Sangue Novo. Esse nome foi dado a uma plataforma que concorria ao DCE e acabou batizando a corrente política. As correntes, que eu me lembre assim de supetão, eram essas que havia. Havia também, é claro, correntes mais conservadoras, mas eram minoritárias. Eu me lembro que, no Congresso da reconstrução da UNE, a única direita presente era gaúcha. Eram Getulistas, se a gente podia chamá-los de direita. Mas eles se apresentavam como os mais conservadores. Eles mesmos se auto-colocavam numa posição hostil à esquerda. Então, mesmo que eles não fossem propriamente de direita, e não eram, no universo sectário que predominava no movimento estudantil, se eles não eram um de nós eram contra nós. (ALFAYA, J., 2004)

Javier Alfaya, que presidiu a UNE em 1982, dá uma idéia do funcionamento das tendências dos partidos políticos no ME da sua época.

Segundo ele, as organizações que se estruturam para conduzir o ME atuam seguindo as diretrizes partidárias. O partido político cria a tendência política como estratégia para transmitir aos estudantes a suas idéias, livrando-se da perseguição que o regime militar realizava sobre o partido.

Percebe-se no depoimento acima que a existência de correntes políticas atuando no Movimento Estudantil é encarada com naturalidade por seus dirigentes. Em sentido diverso, veja-se o depoimento de Vladimir Palmeira:

Como é que você avalia o movimento estudantil hoje?

É um horror. Eu acho que o movimento estudantil é um movimento manipulado pelos partidos políticos, um desrespeito com os estudantes. Eles não tratam do universo dos estudantes. O movimento estudantil mudou muito. Em dez anos, quando eu voltei para o Brasil depois do exílio, passei um ano na cadeia, dez no exílio, tinha decuplicado o número de estudantes universitários no Brasil. Multiplicaram-se as escolas privadas, que, em geral, são uma porcaria. Você tem uma massa estudantil que não quer saber de nada, quer saber do diploma e, muitas vezes, não quer nem saber da profissão. Então, você nunca vê greve, por exemplo, por melhorias numa escola privada comum, por pior que sejam as condições de ensino. Você vê greve por aumento da mensalidade. Aumentou mensalidade, eles entram em greve. Então, criou-se um pessoal estudantil que, em geral, não tem muito interesse pela profissão. Ao contrário de nós, que tínhamos interesse pela profissão. Isso desestimula. (PALMEIRA, V., 2005)

A falta de memória histórica do ME, é assinalada por ele como um dos problemas para a continuidade das ações estudantis, deste modo:

Em segundo lugar, o movimento estudantil é um movimento de memória curta. A tradição se rompe rapidamente, bem diferentemente do movimento operário. A tradição de 1968 se rompeu. Alguns acharam que aquilo era uma pura maluquice e outros nunca quiseram travar luta reivindicatória. Desde que eu voltei, eu chegava na universidade, ia debater lá no DCE, e falava-se sobre coisas da política externa. Não tinha nada sobre o estudante, ou era política nacional ou internacional, como era comum. Eu acho que o movimento passou a ser instrumento de ação dos partidos políticos, legais ou ilegais, e que tratam os estudantes como um instrumento para os objetivos partidários. Você falou que, na época, você não tinha muita consciência da dimensão do movimento estudantil. Hoje, como você avalia a experiência que vocês tiveram naquele período?

Eu acho ótima. Acho que a gente foi parte de uma mudança muito geral. Não pelo o que fizemos como movimento estudantil, mas como pessoas. O ano de 1968 é um prisma. Nós começamos a amar de forma livre, quebramos preconceitos, quebramos a estrutura familiar, mudamos os horizontes culturais e, além disso, brigamos por um mundo diferente. (PALMEIRA, V., 2005)

A idéia de um Movimento Estudantil sempre combativo e progressista é questionado por ele, que entende que este movimento, passa por diferentes fases em sua história, desta forma:

Hoje em dia, tem uma reconstrução errada dessa época. O pessoal faz porque todo mundo foi ficando velho e de direita. Então dizem: "os estudantes sempre lutaram pela democracia". Como diria Daniel Aarão Reis, coisa nenhuma, nós lutávamos pelo socialismo. Nós, a vanguarda estudantil, lutávamos pelo socialismo, não pela democracia. E acho que foi um grande momento.

Marcou uma transição. No mundo, como já ensinava o velho Marx, você faz as coisas e elas não resultam do jeito que você queria. A sua marca na história não é exatamente aquilo que você espera. Eu esperava, como outros, marcar a história para ter socialismo no Brasil, não teve. Em compensação, fizemos um ano que virou um ano mágico da história do mundo. O ano de 1968 mudou a vida de todo mundo, ainda que não tenha havido revolução. Tem um ano na Europa, no século XIX, ano de 1848, foi também um ano de revoluções perdidas, mas que marcou a história. Ninguém fala da Europa sem falar de 1848. 1968 não teve nenhuma

revolução que triunfou fácil. Na França, onde a revolução avançou mais como uma possibilidade concreta, paralisou-se e, no entanto, mudou muito o mundo. A gente pode dizer que, de certa forma, houve uma ruptura em 1968. Apesar de não ter havido revolução. E eu acho que foi ótimo. Eu não critico as gerações de hoje, faço questão de dizer que as gerações de hoje estão numa boa, que cada geração tem que agir conforme o mundo. A geração de hoje é alienada, mas vai fazer o quê? Política hoje é o que? Trabalhar com Severino Cavalcanti? A política atrai muito pouco. Eu acho que a maioria de nós, jovens daquela época, se fosse hoje, não faria política. Estaria fazendo movimento cultural, sei lá, tentando atuar nas suas próprias profissões. Mas aquele foi um momento que deu um desafio muito grande para a gente. Eu acho que quem participou de 1968 tem sempre um nível de felicidade por ter participado. Eu me sinto muito bem. (PALMEIRA, V., 2005)

Percebe-se no depoimento acima que a existência de correntes políticas atuando no Movimento Estudantil é encarada de forma crítica por Vladimir Palmeira, que considera exagerada a ingerência partidária nesse movimento.

Fica evidente neste discurso a diversidade de situações vivenciadas pelo movimento estudantil e por sua direção. É bem perceptível a existência de fases distintas na história da atuação dos estudantes, porém a compreensão que se percebe nesse excerto é a mesma, neste particular, que são encontrados em outros depoimentos, ou seja, existiu um período heróico do movimento, década de 1960 e uma fase atual de compromissos com o Estado.

No período de oposição ao governo militar, o ME se caracterizava por um discurso nitidamente de insubordinação contra o autoritarismo. Os dirigentes do ME eram escolhidos entre os quadros dos partidos políticos de esquerda tendo, necessariamente que reproduzir este discurso de confrontação com o Estado.

Sobre o assunto, veja-se também a opinião do ex-Presidente da UNE Rui Cezar:

Você poderia detalhar esse panorama? Como estava o movimento estudantil? Quais eram as reivindicações para além da luta contra a ditadura? Como essa questão da luta contra a ditadura se colocava e como eram os grupos político-ideológicos dentro do movimento?

Estou traçando ainda o cenário da Bahia, porque foi no ano seguinte que eu tomei conhecimento do cenário nacional. Estou falando de 1977, basicamente da nossa iniciação na universidade. Havia atividades reivindicatórias dentro das unidades de ensino, e elas tinham que ser bem específicas, porque qualquer palavra de ordem mais ampla poderia soar como uma provocação ao regime militar. Discutia-se e parecia interessante aos centros acadêmicos, que estavam começando a se reconstruir – todos tinham sido fechados pelo Decreto 477 e pelo AI-5 –, que era possível trabalhar reivindicando melhores condições de ensino, reivindicando estágio em medicina. Queríamos mais professores e, no caso do jornalismo, nós queríamos um jornal-laboratório. Eram reivindicações muito específicas dentro de cada unidade. Quando se passava para o âmbito da universidade como um todo, as reivindicações eram por mais vagas para a universidade, pelo ensino público gratuito. Lutávamos, também, por liberdade de expressão dentro da universidade, pela reorganização das entidades estudantis em todas as unidades – essas eram as principais idéias. (CEZAR, R., 2005)

Sobre os partidos políticos clandestinos que atuavam no Movimento Estudantil de sua época, ele ressalta que os mesmos não podiam aparecer públicamente, motivo pelo qual criavam as tendências políticas:

Havia os movimentos, os partidos não podiam aparecer. Em Salvador, a gente tinha o Movimento Nova Ação, que era muito atuante, e o Viração, ao qual de alguma forma eu fui me coligando, fui participando da periferia desse movimento. Eu era muito inquieto, muito indisciplinado, meio artista, não conseguia obedecer às regras. E havia uma regra que eu não conseguia obedecer, que era assim: não se podia namorar, porque alguém podia prender e torturar a sua namorada. No movimento estudantil, os militantes não podiam estabelecer relacionamentos fixos, porque era muito comum os companheiros e as companheiras serem presos e torturados em busca de informações. Então, os namoros eram clandestinos.

Nós também estávamos numa época de exercício da liberdade de expressão na questão comportamental, na busca da experimentação na questão da sexualidade. Eu me lembro que, no Carnaval, a gente se encontrava na Praça Castro Alves, num verdadeiro exercício de liberdade, pois ali se encontravam todas as tribos políticas, intelectuais e todas as idéias acerca das possibilidades de expressão da sexualidade. (CEZAR, R., 2005)

Rui Cezar destaca um aspecto que merece registro: o ME se concentra no ano de 1977, início da reconstrução posterior ao golpe militar, nas reivindicações do centro acadêmico. Trata-se de uma estratégia para ganhar o apoio dos estudantes e, ao mesmo tempo, evitar conflitos com a ditadura militar. A partir das reivindicações específicas, procura-se desenvolver junto aos estudantes a convicção de que para a solução dos problemas da universidade é fundamental acabar com o autoritarismo.

Os partidos políticos que atuavam no ME eram ligados aos movimentos de esquerda, ou seja, tinham em comum a concepção de que era necessário transformar a sociedade numa perspectiva revolucionária.

Sobre a atuação política, envolvendo os partidos clandestinos ou legais diz ele:

As reuniões pequenas eram clandestinas, embora não fossem reuniões de partido, mas de movimento estudantil. A gente se reunia cada vez num apartamento diferente, de alguém que o cedia. Para chegar, havia uma senha: uma pessoa ficava encostada num poste, com um jornal aberto. Se estivesse com o jornal ao contrário, você saía correndo. Se estivesse com o jornal aberto, do lado certo, você chegava perto e dizia uma senha. Dizia, por exemplo: "O céu está azul." E a pessoa dizia assim: "Mas os pássaros estão voando." Daí você podia seguir, entrar no apartamento e participar da reunião. Se ela dissesse outra coisa, você tinha que sair dali, porque o negócio não estava bom para o seu lado. Havia todas essas táticas. Nas primeiras manifestações que começaram a ressurgir, a gente tinha notícias de São Paulo, do Rio de Janeiro, Minas, Bahia e Pernambuco. Eram os Estados que, de alguma forma, começaram a sinalizar movimentos mais consistentes. Para sair na rua, em passeata, havia toda uma estratégia que era montada na época. Nós começamos a usar pequenos rádios e a sair com lenços de proteção contra gás lacrimogêneo e também com bolinhas de gude para jogar e derrubar a polícia montada. (CEZAR, R., 2005)

Havia uma estratégia para enfrentar a repressão, o que demonstra uma preparação profissional dos militantes do Movimento Estudantil, segundo ele:

Os nossos batedores iam à frente para avisar qual o melhor caminho. Quando vinha a tropa de choque, a gente desviava e ia por outro lugar. Num determinado momento, em 1978, numa passeata com uns 300 estudantes, nós fomos desviando e saímos de uma rua, entramos em outra, entramos num túnel, um pequeno túnel. Daí a polícia fechou a saída e a entrada, e apanhamos muito. Acho que foi a vez em que eu apanhei mais na minha vida, foi uma batalha danada. Algumas prisões foram feitas. Nós juntávamos grupos comunitários da cidade, advogados, deputados do extinto MDB (Movimento Democrático Brasileiro), que depois virou o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Na época, só havia dois partidos permitidos, o MDB e a Arena (Aliança Renovadora Nacional). Havia democratas que nos apoiavam. Eu me lembro que o Ulysses Guimarães nos visitou, numa dessas manifestações, e chegou a correr de um cachorro, que mordeu e rasgou toda a calça dele. Outro que também participou – dos velhinhos – foi o Teotônio Vilela, que também chegou a sofrer um pouco dessas ações. Mas tudo começou a ficar rápido e efervescente. De repente, a polícia já não conseguia impedir tanto. Era como se fosse uma bola de neve. (CEZAR R., 2005)

A retomada da autonomia das entidades estudantis descrita da seguinte forma:

Em Salvador, o movimento começou a crescer, e nós ganhamos as eleições para o Diretório Central dos Estudantes. As diretorias anteriores eram meio oficiais, ligadas à universidade, embora com pessoas bastante consistentes, ligadas ao movimento estudantil. Nós ganhamos essa eleição. E, antes de ganhar a eleição, no ano de 1977, houve uma tentativa de reconstrução da União Nacional dos Estudantes. Esse encontro ocorreu em São Paulo, na PUC. Foi um encontro nacional de estudantes para discutir a reorganização da UNE. Foi uma tentativa muito complicada, pois a polícia invadiu a universidade e atirou umas bombas que queimaram vários estudantes. Duas meninas ficaram gravemente queimadas e, durante muitos anos, tiveram que fazer enxertos na perna. Nós as visitávamos no hospital. O encontro não se realizou, não chegou nem a começar. Havia artistas e pessoas até muito conhecidas da mídia, mas o encontro foi fortemente reprimido. Nós saímos de São Paulo com a notícia de que haveria uma outra tentativa e que isso seria avisado por uma comissão nacional de estudantes. Então, nós começamos a articular os Estados e, em seguida, marcou-se a reunião em Minas Gerais. A tentativa em Minas Gerais foi em 1978. Essas datas todas eu vou ter dificuldades de lembrar. Em 1977, a PUC foi invadida em São Paulo. Em 1978, em Minas, e muitos estudantes foram presos na segunda tentativa. (CEZAR, R., 2005)

Os depoimentos trazidos acima evidenciam diferentes entendimentos sobre a influência dos partidos políticos e tendências políticas no interior do Movimento Estudantil. Pode-se afirmar que se caracterizam em três linhas básicas: a primeira tem como natural a participação dos partidos políticos; a segunda que percebe que, embora justificável a atuação dos partidos políticos tende a ser excessiva, e a terceira que entende que os partidos políticos terminam por dominar as entidades dos estudantes.

Neste trabalho parte-se do pressuposto que o ME não existe sem a intervenção partidária, entretanto, ao longo de sua história, como demonstra-se no próximo capítulo, os partidos políticos tendem a controlar a organização burocrática das entidades dos estudantes, tendo como meta o controle da UNE.

Para demonstrar esse argumento vou utilizar os depoimentos de ex-presidentes da UNE, apresentando dois aspectos principais: a descrição que fazem das principais atividades de suas gestões frente à entidade e o sentimento que experimentam quando terminam seus mandatos.

Nesse sentido, veja-se o depoimento de Clara Araujo, que presidiu a UNE de 1982 a 1983:

Eu diria que foi uma gestão marcada por dois aspectos. De um lado, o aspecto da luta pela legalização da UNE, que envolvia a luta pela democratização. No caso do movimento estudantil, a luta pela democratização passava também – além das questões das eleições etc. – pelo reconhecimento da UNE como entidade legal. Essa foi uma das marcas da minha gestão. E, para esse reconhecimento, eu diria que foi importante o apoio do então governador Leonel Brizola, do Rio de Janeiro, porque o prédio da UNE havia sido derrubado. A UNE, então, não tinha sede no Rio. A sede formal, política, era em São Paulo. Ela funcionava de favor, num Centro Acadêmico. Ela não tinha sede, na realidade. E o reconhecimento da UNE passava também por ter o seu reconhecimento legal, jurídico. Então, foi durante minha gestão que nós encaminhamos o processo de legalização da UNE, quer dizer, nós entramos com esse processo. Isso fazia parte da afirmação da UNE. A luta pelo reconhecimento oficial da entidade passava pela necessidade de termos uma sede, a antiga havia sido destruída. O governador Leonel Brizola foi uma figura realmente importante nesse processo, porque ele cedeu o prédio da antiga Faculdade de Direito (da atual UERJ), que fica ali na Rua do Catete. A parte da frente do prédio estava completamente destruída, mas tinha uma parte atrás. Mais importante do que o espaço físico, propriamente, foi o significado político desse gesto. O governador de um estado importante, ao ceder legalmente um prédio à UNE, reconhece publicamente a entidade como entidade oficial dos estudantes. (ARAUJO, C., 2005)

A dependência da UNE em relação ao Poder Público vai se constituindo a partir de sua reestruturação material, com apoio dos governos estaduais, no caso específico deste depoimento o Governo do Rio de Janeiro, como se vê:

A inauguração do prédio (como sede da UNE) foi um fato político muito importante. Vieram personalidades de todos os estados, os principais políticos da época vieram para a inauguração. A Rua do Catete foi fechada. Foi realmente um grande ato político. Então, esse processo, essa luta pela legalização da UNE, a ameaça de expulsão do Javier, que tinha estimulado essa luta, foi uma das marcas da minha gestão. Nós conseguimos o prédio, e isso foi um reconhecimento importante. Entramos com o processo de legalização formal, enfim. Conseguimos reunir toda a documentação e dar entrada na legalização da UNE. Ao mesmo tempo, foi o início da articulação pela democratização. Até então, era um processo meio difuso, mas o então governador [de Minas Gerais] Tancredo Neves, juntamente com Ulysses Guimarães [deputado federal], começou a articular uma frente

que resultou na campanha Diretas Já. Naquele ano de 1983, que foi o ano maior da minha gestão, esse processo foi um processo de articulações. Ainda não havia os atos públicos na rua, mas já começavam, então, as articulações dos atos políticos percorrendo o Brasil – o Ulysses Guimarães sendo uma figura importante e a UNE com uma participação muito intensa. Nesse período, também começaram as manifestações, os atos públicos. (ARAUJO, C., 2005)

Clara Araujo, no início da década de 1980, nos relata a articulação do ME e da UNE com os partidos da ordem burguesa de oposição especialmente o PMDB, por meios dos quais os governos dos estados são conquistados em 1982. O ME inicia neste período uma fase de dupla articulação: no plano federal opõe-se ao Estado autoritário, nos estados-membros começa a participar dos governos estaduais, com se vê:

Ainda não era aquela onda das Diretas Já, mas eram os primeiros atos. Por exemplo, o governador Franco Montoro promoveu um grande ato em São Paulo. Em Minas Gerais, o governador Tancredo Neves começou a articular. A UNE, então – quer dizer, a nossa gestão – foi marcada também, em termos políticos, pela luta a favor da legalização e do reconhecimento da entidade, mas, ao mesmo tempo, pela luta a favor da democratização, participando dessa articulação. A UNE participou de todo o processo durante 1983. Todos os partidos mais comprometidos com a democratização, junto com a ABI (Associação Brasileira de Imprensa) e a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) – que eram as entidades da sociedade civil – começaram a articular uma grande frente, percorrendo os principais estados. No início, realizando atos internos; depois, atos públicos. A presença da UNE foi um dado importante. Em termos das lutas mais específicas dos estudantes, eu diria que a principal questão que marcou minha gestão foi essa pauta das mensalidades das escolas particulares. Nós tínhamos muitas manifestações, era uma luta muito grande em relação a isso, e os estudantes tinham uma participação grande nas manifestações. (ARAUJO, C., 2005)

No depoimento acima, Clara Araujo, apresenta uma síntese de sua visão das principais lutas desenvolvidas em sua gestão, com ênfase especial na campanha pela redemocratização do País.

Em relação aos seus sentimentos, após deixar o comando da UNE, assim se expressa:

Eu gosto de dar aula. Gosto de ser professora, e acho que a área de ciências sociais, particularmente, permite debater a realidade. Essa é uma forma que eu tenho, também, de continuar um compromisso meu, um certo ideário, de esquerda mesmo. Eu vivo essa situação, as mesmas reivindicações que eu vivia quando estudante, relacionadas com infra-estrutura etc. Agora, eu vivencio como professora: as condições precárias para que você possa dar aula, a ausência de qualquer infraestrutura que permita alguma coisa mais criativa; enfim, tudo isso é uma experiência. Mas acho que a maior é a experiência do debate, de estar na sala de aula debatendo. A universidade tem isso que as outras áreas não têm. A universidade é uma área de debate, por excelência. (ARAUJO, C., 2005)

A concepção de universidade presente no depoimento acima é de um centro de debate, o que leva à idéia de universidade enquanto centro de eventos culturais e de debates livres com a comunidade universitária, um pouco distante da realidade concreta da universidade brasileira atual.

E a UERJ, que é a universidade em que eu dou aula, tem um lado interessante e positivo, que é ter um vínculo comunitário, quer dizer, um espaço onde ocorrem muitas iniciativas de fora da sociedade, que vão para dentro da universidade. Essa minha convivência com os estudantes mais ligados ao movimento estudantil é uma convivência marcada pela ambiguidade, eu diria. Quando você está vivendo a situação de estudante, você tem um olhar; quando você está vivendo a situação de professora, você tem um outro olhar. São experiências distintas. Então, hoje, questões ou formas de perceber coisas que eu tinha quando era estudante – acho que pelo amadurecimento, pelo fato de estar em outro espaço –, já percebo de outra forma. E existem algumas expectativas interessantes. Alguns estudantes vêm me cobrar, por exemplo: “Como é, professora? Foi presidente da UNE e como fica a presença na sala de aula?” Sou uma pessoa que faz questão de dar aula no horário, terminar aula no horário. Digo para os alunos que eu não gosto que eles entrem a qualquer hora na sala. Existe um horário para começar, horário para terminar. Existem certas questões que têm que ser observadas, quer dizer, não dá para entrar sem pedir licença. Tem uma série de coisas e, muitas vezes, algumas reivindicações que o próprio Centro Acadêmico coloca das quais eu discordo, e eles vêm me cobrar, por eu ter sido presidente da UNE, por ter participado do movimento estudantil. Digo a eles que não é só porque estou do outro lado, mas eu vejo com outro olhar, tenho uma outra opinião, até por conta de ter vivido essa experiência. (ARAUJO, C., 2005)

O olhar da ex-presidente da UNE, agora como profissional, enxerga outros aspectos da atuação estudantil que sua percepção de mundo enquanto militante não atentava, as reivindicações dos estudantes muitas vezes se esbarram nas micro-relações professor-aluno, ou seja, o movimento combate inimigos externos à universidade, mas se esquece de que é preciso desenvolver a atividade de ensino em sala de aula.

Segundo ela:

Esse outro espaço no qual estou vivendo me dá possibilidades de olhar por aspectos que eu não olhava quando era estudante. E era normal que eu não olhasse. Existe uma certa associação entre o fato de eu ter sido do movimento estudantil e certas concessões que eles esperariam que eu fizesse. Só que eu tento mostrar que essas concessões vão até o lugar que hoje eu tenho, que eu ocupo. Eu falo para eles que eu fiz movimento estudantil de fato, mas tranquei a matrícula na universidade durante o período em que vim para a UNE, porque eu era da UFB e eu tive que deixar a faculdade para ir para São Paulo e depois vir para o Rio de Janeiro. Mas, quando eu era do Centro Acadêmico, do DCE e da UEE, nunca perdi uma matéria. Eu frequentava os cursos, eu trabalhava, porque meu pai, na época, não tinha muita condição. Eu trabalhava, fazia estágio na universidade, era estudante e era militante do movimento estudantil. Eu

não perdia a matéria. Não quer dizer que eu fosse fantástica. Eu mesma achava que, se não fosse boa aluna, isto ia ter uma repercussão negativa. Eu participava ativamente das aulas. Só tranquei, quando não pude mais. Depois, retomei e terminei. (ARAUJO, C., 2005)

Em sua opinião o estudante que é militante do movimento deve dedicar-se ao estudo das matérias pertinentes ao seu curso, sem descuidar das aulas, como se vê:

Então, não tem que achar que ser estudante-militante é não ter certos compromissos – eu não concordo. E não concordo porque não vivi essa experiência dessa forma. Quando não pude mais estudar, porque o movimento não permitiu, eu tranquei. Tranquei durante dois anos e depois retornei. Acho que tem esse lado. Agora, tem outro lado que eu acho muito bom. Por exemplo, eu me ressinto disso, eu sinto pelo fato de as entidades estudantis não terem um diálogo mais próximo por meio, por exemplo, dessa prática de passar nas salas de aulas para conversar e ouvir os estudantes. Eu falo para os estudantes do Centro Acadêmico que eu gosto quando eles passam na sala, quando vão lá colocar questões, e eu também dou minhas opiniões. Acho isso uma coisa muito boa, podendo dialogar, estando nesse outro espaço. Acho que é uma coisa muito rica. Para mim, é uma coisa enriquecedora. Enfim, continua sendo uma forma de lidar com o movimento estudantil. (ARAUJO, C., 2005)

Como se vê a ex-presidente da UNE, ao término do seu mandato, procura reorganizar a sua vida pessoal e profissional, mantendo o vínculo com a Universidade e refletindo sobre a atuação do Movimento Estudantil, que marcou profundamente a sua visão de mundo.

Claudio Langone apresenta a articulação nacional da UNE, em seu mandato, que coloca em questão a nomeação de Jarbas Passarinho para Ministro da Justiça, fato interessante em virtude dessa pessoa ter servido ao regime militar, mas também por demonstrar o entendimento de que seria possível influenciar o governo eleito na composição de seu ministério.

Segundo ele:

Era um material muito criativo em função de todo o histórico. Eu acho que a gente consegue consolidar uma relação mais forte da UNE com os movimentos de curso de base, porque esses movimentos eram vistos pelas nossas grandes lideranças como despolitizados, e a gente conseguiu quebrar um pouco isso. Nesses movimentos se discutia bastante a questão da produção de conhecimento, a formação do profissional e a oportunidade no mercado de trabalho. Era preciso que a UNE tivesse uma agenda pró-ativa e não afastasse esses movimentos. Acho que a gente conseguiu fazer bem isso. Nós fizemos um seminário muito importante e rico sobre a reestruturação do movimento estudantil, que foi mais para o fim da gestão, e o congresso de Campinas, que foi o 41º, com um tom forte anti-Collor. (LANGONE, C., 2005)

A gestão descrita acima se caracteriza basicamente pela reestruturação da UNE e pelo início da campanha contra o governo do ex-presidente Fernando Collor.

No aspecto do sentimento que o depoente experimenta ao concluir seu mandato, assim ele o exprime:

Todos os ex-presidentes da UNE dizem que tem um enorme trauma com a saída da UNE. Para mim, esse trauma foi um pouco maior, porque eu saí do interior do Rio Grande do Sul direto para a entidade. Eu não vim para o congresso para ser presidente. Havia uma possibilidade pequena, mas eu não trabalhava com essa idéia. Estava no último semestre da faculdade de engenharia e, de repente, passei a circular no cenário nacional convivendo com grandes figuras, pensadores.

A gente, na época da LDB (Lei de Diretrizes e Bases), se envolveu muito. Tínhamos uma convivência muito forte com o Flores Fernandes, que era um grande amigo da UNE e uma série de outras figuras. Isso, para a gente que é guri, em geral, está entre 20 e 25 anos, é uma experiência muito forte. E, de uma hora para outra, você interrompe isso e volta para o seu ninho. Tem gente que não volta, segue na política, interrompe o curso. Eu fiz a opção de voltar para o meu estado, seguir militando na política e saí da UNE decidido a trabalhar. A minha forma de ser engenheiro químico, depois de passar pela UNE, era trabalhar com meio ambiente. Passei, então, a tentar trabalhar a minha militância política articulada com a minha formação profissional, que era uma coisa que eu já vinha discutindo no âmbito do movimento estudantil. Então, eu fiz um corte abrupto com o movimento. Eu saí do circuito nacional, acompanhei pouco a UNE, principalmente nos primeiros meses depois de sair. (LANGONE, C., 2005)

A saída da militância é traumática porque a vida do estudante que chega à direção da UNE se modifica bastante, tanto em relação à sua percepção de mundo, quanto à sua própria condição individual, não é mais um simples estudante, mas uma personalidade que passa a encarnar o passado da UNE, segundo ele mesmo:

Depois, passei a acompanhar bem à distância e acho que foi melhor.

E ter que reconstruir a vida e a militância depois de passar pela UNE, a menos que queira ficar como um satélite orbital em torno do movimento, como um dirigente político que fica acompanhando congresso, fazendo negociação. Eu tinha uma decisão radical de não fazer isso, porque no congresso eu fui eleito para o mandato de um ano e fiquei quase dois, um ano e oito, nove meses. E, no congresso de Campinas, teve uma proposta na mesa que nunca foi divulgada, que era um grande acordo em torno da minha reeleição para a presidência. Se eu topasse ser candidato, as forças retirariam as candidaturas e nós teríamos, da Convergência Socialista ao MR-8, um acordo pela reeleição. E eu tomei a decisão de que não dava para fazer isso, porque eu não gosto de velhinhos na frente de entidades. A gente tem que renovar. Tinha uma dificuldade grande naquele congresso de Campinas, porque nós tínhamos, abaixo do nome da diretoria, todos os membros da executiva como potenciais candidatos. Havia uma respeitabilidade de todas as forças com a minha condução, era muito difícil eu sair da mesa do congresso. As experiências foram traumáticas, foi um congresso que teve tumulto. (LANGONE, C., 2005)

É bastante curiosa esta noção da necessidade de renovação, uma vez que os dirigentes da UNE, por permanecerem muitos anos atuando no ME, acabam “envelhecendo” enquanto militantes, afinal atuam por 6 ou 7 anos até chegar à UNE.

Depois, teve esse episódio, a gente saiu com a vitória da chapa da Patrícia, que também foi parelha, que termina como todas. Um desafio importante, porque agora era inversão da hegemonia, e era preciso que o PT, que estava a três anos à frente da diretoria, concordasse com a proporcionalidade como minoria, para testar o princípio da proporcionalidade. Eu tive uma homenagem muito legal dos companheiros da diretoria no fim do congresso, como um presidente que conseguiu dialogar com todas as forças, coisa que se mantém até hoje nas relações do movimento estudantil. Eu, então, saí, terminei a universidade e decidi reconstruir a minha militância política trabalhando em meio ambiente. Fui para Porto Alegre para trabalhar como técnico na Secretaria de Meio Ambiente. Trabalhei em controle de poluição, e consegui ficar um ano sem fazer política, só um ano. Em um ano de militância, eu já era dirigente da secretaria, o subsecretário.

Depois, fui secretário municipal de Meio Ambiente, assessor especial do prefeito Raul Pontes, secretário estadual e secretário executivo no Ministério do Meio Ambiente. Tenho uma militância governamental nessa área desde 1993. Eu saí em 1991 da UNE. (LANGONE, C., 2005)

Pode-se perceber que no depoimento de Langone é bem transparente a afetividade do ex-presidente da UNE pela entidade, e as dificuldades que enfrenta na retomada de sua vida pessoal e profissional, longe dos holofotes proporcionados pela exposição na mídia, fruto de sua condição de liderança nacional dos estudantes.

Outra ex-presidente da UNE, de 1991 a 1992, que tem uma percepção diferente da Universidade em relação aos depoimentos anteriores, mostra preocupação com a articulação da UNE com entidades ligadas à Produção Científica, nesse sentido, Patrícia De Angelis, faz uma síntese de sua gestão da seguinte forma:

Vou começar com as coisas assim. O jornal, de novo. Acho que o jornal Nossa Voz foi muito importante. Ele foi tanto uma principal ação, como uma das principais dificuldades, porque as condições para mantê-lo não eram fáceis. Eu acho que nós fizemos uma espécie de UNE itinerante, sem as condições da UNE itinerante de hoje, que foi de ônibus para todos os cantos que eu conheço desse país. Era ônibus para Minas Gerais, Uberlândia, para tudo que é lado. Foi bem interessante tentar chegar em vários lugares e várias escolas. Fizemos um seminário da UNE, encontros de DCEs, encontros de diretórios acadêmicos.

Uma aproximação importante com a SBPC, com o encontro anual da SBPC. Fizemos alguns materiais falamos sobre essa questão da ciência e tecnologia, materiais importantes. Nós não tínhamos a revista, que é um veículo fundamental que vocês tem hoje. É muito legal a revista da UNE. Mas nós não tínhamos condições financeiras de ter um material desse tipo. Então, nós tínhamos, distribuíamos na forma de boletins. Uma das coisas que tinha no DCE era um boletim dos diretórios acadêmicos, que era direcionado para o público de diretório acadêmico. Houve uma pressão forte com a questão do governo, uma intervenção. A intervenção na LDB

acho que foi uma das principais lutas políticas da gestão, de tentar intervir mais diretamente na questão da elaboração da LDB. Houve uma série de golpes no meio da aprovação da LDB, e a gente tentando acompanhar os processos políticos. Ao mesmo tempo, a gente tentava garantir certa mobilização estudantil em função disso. Nós fizemos um acampamento na frente da UNE para acompanhar as votações da LDB do congresso nacional. (DE ANGELIS, P., 2005)

Patrícia De Angelis demonstra, o que segundo ela, é uma perspectiva inovadora da atuação da UNE que é a da articulação SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), entidade respeitada no Brasil por seu empenho no desenvolvimento científico e tecnológico do país. Preocupa-se também, com a publicação do informativo da UNE – Nossa Voz – órgão tradicional de comunicação da entidade com os estudantes. Mostra preocupação ainda com a discussão da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), com uma postura mais propositiva.

Segundo ela:

E tiveram algumas situações pontuais na questão do governo com a relação do corte do Creduc, um acompanhamento mais direto das universidades particulares, dos alunos que estavam sofrendo direto com isso. Nós tínhamos também aquele negócio, na época, como está hoje renascendo, da reforma universitária, de “nós queremos toda a verba pública nas escolas públicas, nas universidades públicas”. Havia os alunos que estavam estudando com o Creduc, porque não tinham vaga nas universidades públicas. Então, nós precisávamos lutar pelo Creduc. Foi uma das desavenças com o pessoal da Convergência, na época. Eles mesmo ficavam muito divididos. Eles eram a favor disso, mas a força principal deles estava nas universidades particulares, era onde eles tinham mais gente. Então, dizer que você era contra o Creduc era o fim. Foi uma coisa bem complicada. A gente organizou discussões nas universidades, nos diretórios, para organizar o pessoal em Brasília. A gente fez uma manifestação que acho que tinha umas dez pessoas só, mas a gente fez um monte de barulho. A gente foi no Ministério da Educação, porque é muito difícil mobilizar alunos que não têm nem dinheiro para nada, que estão numa situação calamitosa. E os caras estavam cortando o Creduc direto. Então, nós fizemos uma passeata em Brasília em apoio aos estudantes. Eu me lembro mais disso. Eu devo está esquecendo alguma coisa, certamente. (DE ANGELIS, P., 2005)

Os fatos mais relevantes da gestão de Patrícia De Angelis, conforme a sua visão, podem ser sintetizados na luta pela manutenção dos estudantes nas universidades particulares e a oposição contínua ao Governo Collor.

Em relação à sua saída da UNE expressa o seguinte sentimento:

Eu fiquei um ano no Rio para conseguir um reingresso na UFF. Fiz algumas cadeiras, fiz umas duas, três. Eu estava tendo uma situação pessoal meio complicada. Fiquei um tempo e decidi voltar para Porto Alegre. Quando eu volto para Porto Alegre, eu ainda tinha algumas cadeiras para completar, para finalizar o curso que eu tinha trancado e finalizei o curso, trabalhando junto, numa situação, até familiar, meio complicada. Conclui o curso de graduação e

logo ingressei no mestrado. Basicamente, foi isso. Eu tinha passado num concurso da prefeitura, Eu passei para um concurso para professor e isso me permitiu, então, montar o meu apartamento. Não precisar mais morar com meus pais foi muito importante. Consegui estabilizar e encaminhar uma carreira profissional mandando currículos, e foi por aí que eu fui engatando numa carreira universitária. (DE ANGELIS, P., 2005)

Assim, ao término do mandato, a ex-liderança procura reorganizar sua vida, com a especial dedicação ao aspecto profissional, que continua vinculado à Universidade.

Por último, veja-se o depoimento de Lindberg Farias, presidente da UNE de 1992 a 1993, que mantém o discurso padrão de perceber no estudante universitário a figura de um protagonista político, porém, ao longo de seu depoimento apresenta uma versão diferente para a atuação da UNE no movimento contra o ex-presidente Collor, no qual sobressai a percepção de que a entidade é envolvida pelos partidos políticos, como se vê:

Não, não teve tanta força. O que teve força foi a greve que a gente fez. A gente fez uma greve que parou o país no dia 4 de maio, vale dizer que essas mobilizações também, sendo sincero com a história, tinha necessidade de mobilizar contra a mensalidade escolar, mas tinha uma necessidade política nossa, pois nós estávamos apanhando muito desses que nós considerávamos a direita: as elites do país. Eles diziam: “Agora pronto, já jogaram ali o papel deles no [impeachment do] Collor, agora vamos matar...” Eu tinha uma perfeita consistência que nós tínhamos que ter a massa na rua, pois se não tiver o povo com a gente, a está liquidado, os caras vão... Então, estávamos muito ansiosos para colocar gente na rua e nós fomos correndo no negócio da mensalidade escolar, que era uma bandeira que existia e conseguimos fazer uma grande mobilização. Conseguimos fazer uma greve no dia 4 de maio [de 1993], mas uma greve que parou o país. Nós paramos até a USP e parar a USP não é brincadeira não! Paramos tudo. Foi outra demonstração da nossa força também naquela época, mais ligada à educação, o que eu acho uma pena porque a gente não teve nenhuma vitória concreta ali na educação. Nós éramos muito, muito radicalizados, eu era muito radicalizado, o PCdoB, digamos assim. O PCdoB hoje é muito mais leve, mas na época, não. (FARIAS, L., 2005)

Lindberg Farias, que se notabilizou e ganhou projeção nacional durante a campanha pelo afastamento do Ex-Presidente Collor, em 1992, apresenta com humor, uma mudança de posição do PCdoB em sua época que merece registro, de uma postura mais radical este partido torna-se mais flexível, com uma relação de proximidade com o Estado.

Segundo ele:

Acho que é por isso que a Convergência Socialista gostava de mim: “Esse cara gosta de confusão, gosta de barulho e tal...” Entendeu? Porque eu acho que se a gente tivesse ali com o governo Itamar, poderia ter conseguido uma lei, ter conseguido alguma coisa que melhorasse mais as questões das universidades públicas. E com isso, a gente fez um grande movimento contra, mas não

conseguiu chegar à vitória concreta. Acho que a gente podia chegar, ter exigido coisas mais concretas para ter obtido mais vitória, porque hoje eu sei que o movimento estudantil... Eu estava agora conversando com o pessoal do sindicato dos professores porque a gente estava na negociação sobre aumento: “Aqui não pode dar, mas a gente pode dar isso e isso, tudo bem?” Ai eles iam para a assembléia falando só o que tinham tirado. Eu disse: “Não pessoal, para vocês ganharem força, vocês tem que é dar vitórias”. No movimento estudantil, é a mesma coisa. Eu vivi um momento de vitória, a vitória sobre o Collor em que o movimento cresceu muito. Você tem que saber viver de vitórias, tem que saber ter conquistas e eu acho que é muito o que essa geração tem que fazer agora: conquistas reais dos estudantes para os estudantes sentirem que a entidade pode ajudar a melhorar a vida deles. (FARIAS, L., 2005)

Em seu depoimento, Lindberg Farias apresenta uma visão geral de seu mandato, com destaque para as atividades desenvolvidas após a campanha vitoriosa pelo afastamento de Fernando Collor da Presidência da República, mostrando que esse evento influenciou bastante no crescimento da representatividade da UNE.

No que diz respeito aos seus sentimentos, após o final de sua gestão, diz o seguinte:

Eu acho fantástico! Vocês podem fazer uma coisa que [a mini-série] *Anos Rebeldes* fez para a minha geração, o que é verdade, pois a história tem um peso muito forte. O que foi *Anos Rebeldes*? Foi um pouco o resumo da história de um determinado momento da vida política do país que envolvia a juventude, que envolvia a vida da juventude. Rapaz, eu quando tive conhecimento da história da UNE, muito garoto ainda, fiquei encantado. É uma história maravilhosa de resistência e de entrega. A UNE é isso, a Une são as camisas do [Che] Guevara, é a lembrança do Honestino [Guimarães], essa coisa toda, a UNE é isso! Eu que talvez a UNE seja a entidade do país que mais belas recordações traz em sua história, não existe outra entidade no país que possa emocionar tanta gente, dizer que teve tanta coisa. E sabe o que é isso? Porque as coisas vão passando e fica sempre essa chama nos jovens. Muita gente tem uma visão pessimista do jovem, mas acho que, daqui a pouco, a UNE vai estar com tudo na rua, com uma outra causa, outra bandeira. Diziam isso antes de mim: “Ah, morreu, foi só na ditadura...” Foi o quê? Estava lá depois! Daqui a pouco vem de novo! A juventude é maravilhosa, eu acredito muito no sonho, na idéia generosa do mundo, hoje nós vivemos um choque da campanha do individualismo em que a pessoa tem que cuidar só da sua vida. (FARIAS, L., 2005)

Farias destaca um aspecto interessante que tem relevância nos estudos sobre a juventude que é a da tendência ao individualismo, cada vez mais evidente na década de 1990 e presente nos dias atuais com maior ênfase.

Mesmo assim, olha, surge aí aos montes os jovens que querem usar a camisa do MST [Movimento dos Sem-Terra], que gostam do Guevara. Então, isso aí! Nós estamos vivendo um momento da história do mundo que não é fácil, que é a época do [presidente norte-americano] Bush e da guerra. Um momento muito à direita contra qualquer projeto coletivo de mundo, mas eu ainda acho que a história da UNE vai ser cada vez... Eu olho para o futuro da UNE cada vez mais bonito e só tenho orgulho de ter pertencido à UNE. Falaram uma vez, para me

gozar, dizendo o seguinte: “Pô, mas que drama rodrigueano!” E eu disse: “Quando eu morrer, quero que botem a bandeira da UNE no meu caixão.” – “Que drama!” Mas é isso, é uma coisa muito forte na vida da gente. Eu aqui, estou na prefeitura de Nova Iguaçu, eu às vezes fico pensando: “Cuidado para não perder a característica de briga, de guerra, da boa batalha, da causa justa.” “Estou reformando meu gabinete, estão mexendo no meu gabinete e eu vou por lá umas fotos do Guevara, uma bandeira da UNE para ficar olhando o tempo todo para não esquecer do caminho, é isso”. (FARIAS, L., 2005)

No depoimento acima é de todo evidente o sentimento de afeição das ex-lideranças da UNE por sua entidade, que marcou profundamente a formação de suas concepções políticas e suas visões de mundo.

O jovem que ascende à presidência ou à diretoria da UNE torna-se, em geral, uma personalidade de destaque nacional, que pode ter continuidade na vida partidária, como candidato aos cargos eletivos ou na burocracia do Estado.

Fica, sempre, conforme os depoimentos, uma nostalgia do passado, época que se identifica e se confunde como a mais relevante de suas vidas, o que me leva a pensar sobre a memória, tantas vezes mencionada nos depoimentos como ausente ou silenciada, nos termos da poesia de Carlos Drummond de Andrade, na análise do crítico literário Afonso Romano de Sant'Anna, para quem a poesia é memória organicamente organizada, e como memória, ela colige, restaura, repete, imagina e inventa a vida que parece ser ou é, e a vida que poderá ou poderia ser, conforme Sant'Anna (2008). Os dirigentes do ME produzem ou guardam uma memória do movimento que precisa ser registrada, entendendo que o silêncio foi produzido pelo discurso imposto por parte do Estado Autoritário, que era monofônico, instaurado pela força.

O enfoque que proponho, tendo como fundamento o que foi exposto até aqui, é de buscar compreender a atuação da UNE tendo como elemento central a ação de seus ex-dirigentes, lembrando que os movimentos sociais são analisados sob diferentes perspectivas, conforme Tarrow (2009), a saber:

O ato irredutível que está na base de todos os movimentos sociais, protestos e revoluções é a *ação coletiva de confronto*. A ação coletiva pode assumir muitas formas—breve ou sustentada, institucionalizada ou disruptiva, monótona ou dramática. A maioria delas ocorre no interior de instituições, através de grupos constituídos que agem em nome de objetivos que dificilmente causariam estranheza. A ação coletiva torna-se de confronto quando é empregada por pessoas que não têm acesso regular às instituições, que agem em nome de exigências novas ou não atendidas e que se comportam de maneira que fundamentalmente desafia os outros ou as autoridades. A ação coletiva de confronto é a base dos movimentos sociais não por serem estes sempre violentos ou extremos, mas porque é o principal e quase sempre o único recurso que as pessoas comuns têm contra opositores mais bem

equipados ou estados poderosos. Isto não significa que os movimentos não fazem outra coisa senão confrontar: eles formam organizações, elaboram ideologias, socializam e mobilizam seus membros, e estes se engajam em autodesenvolvimento e na construção de identidades coletivas. Alguns movimentos são profundamente apolíticos e focalizam suas próprias dinâmicas internas ou as de seus membros. Mas mesmo tais movimentos, como nos lembra o sociólogo Craig Calhoun, relacionam-se com as autoridades de modo conflitivo por serem elas responsáveis pela lei e pela ordem e por estabelecerem as normas para a sociedade (1994b:21). Os organizadores usam o confronto para explorar oportunidades políticas, criar identidades coletivas, reunir pessoas em organizações e mobilizá-las contra oponentes mais poderosos. Muito da história da interação movimento-Estado pode ser visto com um dueto de estratégia e contraestratégia entre os ativistas e os detentores do poder.

O meu enfoque, portanto, está centrado na atuação das organizações que são constituídas como instrumentos de aglutinação de pessoas, no caso os estudantes, para a defesa de seus interesses ou de grupos políticos e partidários. Assim, quando me refiro ao ME estou tratando da atuação da UNE, como organização burocrática, nos termos da análise de Weber (2004).

CAPÍTULO 2

“A UNIVERSIDADE E A UNE PÓS-1964”

A Universidade surge no Brasil em 1920 com a criação da Universidade do Rio de Janeiro.

Surge cedo em outros países da América, como São Domingos, México, São Marcos (Peru), São Felipe (Chile), Córdoba (Argentina), e algumas outras.

Um importante marco histórico da atuação dos estudantes se constitui a partir do congresso realizado em Córdoba, na Argentina, em 1918, no qual os estudantes latino-americanos se organizam para defender a universidade, a democracia e a soberania de seus países.

Em diversos documentos do Movimento Estudantil há sempre referências a este congresso, razão pela qual fiz questão de trazer a este trabalho o inteiro teor do manifesto que foi divulgado ao final daquele evento.

O manifesto constitui-se no pronunciamento estudantil frente ao autoritarismo dos estados nacionais em relação às universidades e às sociedades dos respectivos países de origem dos estudantes ali representados. Faz um diagnóstico da situação mundial no período posterior à Primeira Guerra Mundial (1914-1918), e os encontros dos trabalhadores com os seus governos nessa fase.

A importância e atualidade do movimento estudantil de Córdoba, podem ser avaliadas pela leitura do documento a seguir transcrito:

REFORMA UNIVERSITARIA DE 1918

La Juventud Argentina de Córdoba a los hombres libres de Sudamérica

Manifiesto de Córdoba

21 de junio de 1918

Tomado de Federación Universitaria de Buenos Aires

Hombres de una República libre, acabamos de romper la última cadena que, en pleno siglo XX, nos ataba a la antigua dominación monárquica y monástica. Hemos resuelto llamar a todas las cosas por el nombre que tienen. Córdoba se redime. Desde hoy contamos para el país una vergüenza menos y una libertad más. Los dolores que quedan son las libertades que faltan. Creemos no equivocarnos, las resonancias del corazón nos lo advierten: estamos pisando sobre una revolución, estamos viviendo una hora americana.

La rebeldía estalla ahora en Córdoba y es violenta porque aquí los tiranos se habían ensoberbecido y era necesario borrar para siempre el recuerdo de los contrarrevolucionarios de Mayo. Las universidades han sido hasta

aquí el refugio secular de los mediocres, la renta de los ignorantes, la hospitalización segura de los inválidos y —lo que es peor aún— el lugar donde todas las formas de tiranizar y de insensibilizar hallaron la cátedra que las dictara. Las universidades han llegado a ser así fiel reflejo de estas sociedades decadentes que se empeñan en ofrecer el triste espectáculo de una inmovilidad senil. Por eso es que la ciencia frente a estas casas mudas y cerradas, pasa silenciosa o entra mutilada y grotesca al servicio burocrático. Cuando en un rapto fugaz abre sus puertas a los altos espíritus es para arrepentirse luego y hacerles imposible la vida en su recinto. Por eso es que, dentro de semejante régimen, las fuerzas naturales llevan a mediocrizar la enseñanza, y el ensanchamiento vital de organismos universitarios no es el fruto del desarrollo orgánico, sino el aliento de la periodicidad revolucionaria.

A juventude Latino Americana convoca a população de seus países para resistir aos governos autoritários da região, como se vê:

Nuestro régimen universitario —aún el más reciente— es anacrónico. Está fundado sobre una especie de derecho divino; el derecho divino del profesorado universitario. Se crea a sí mismo. En él nace y en él muere. Mantiene un alejamiento olímpico. La federación universitaria de Córdoba se alza para luchar contra este régimen y entiende que en ello le va la vida. Reclama un gobierno estrictamente democrático y sostiene que el demos universitario, la soberanía, el derecho a darse el gobierno propio radica principalmente en los estudiantes. El concepto de autoridad que corresponde y acompaña a un director o a un maestro en un hogar de estudiantes universitarios no puede apoyarse en la fuerza de disciplinas extrañas a la sustancia misma de los estudios. La autoridad, en un hogar de estudiantes, no se ejercita mandando, sino sugiriendo y amando: *enseñando*.

A crítica ao regime universitário expressa nesse documento é bastante acentuada, equipara o poder que possui a autoridade universitária às divindades, sendo até então inquestionáveis. O manifesto busca estabelecer um novo sistema de administração universitária, que possua mecanismos de participação democráticos, do seguinte modo:

Si no existe una vinculación espiritual entre el que enseña y el que aprende, toda enseñanza es hostil y por consiguiente infecunda. Toda la educación es una larga obra de amor a los que aprenden. Fundar la garantía de una paz fecunda en el artículo conminatorio de un reglamento o de un estatuto es, en todo caso, amparar un régimen cuartelario, pero no una labor de ciencia. Mantener la actual relación de gobernantes a gobernados es agitar el fermento de futuros trastornos. Las almas de los jóvenes deben ser movidas por fuerzas espirituales. Los gastados resortes de la autoridad que emana de la fuerza no se avienen con lo que reclaman el sentimiento y el concepto moderno de las universidades. El chasquido del látigo sólo puede rubricar el silencio de los inconscientes o de los cobardes. La única actitud silenciosa, que cabe en un instituto de ciencia es la del que escucha una verdad o la del que experimenta para crearla o comprobarla.

A crítica ao governo é estendida à administração da universidade, que é considerada arcaica por estes dirigentes, na forma a seguir:

Por eso queremos arrancar de raíz en el organismo universitario el arcaico y bárbaro concepto de autoridad que en estas casas de estudio es un baluarte de absurda tiranía y sólo sirve para proteger criminalmente la falsa dignidad y la falsa competencia. Ahora advertimos que la reciente reforma, sinceramente liberal, aportada a la Universidad de Córdoba por el doctor José Nicolás Matienzo no ha inaugurado una democracia universitaria; ha sancionado el predominio de una casta de profesores. Los intereses creados en torno de los mediocres han encontrado en ella un inesperado apoyo. Se nos acusa ahora de insurrectos en nombre de un orden que no discutimos, pero que nada tiene que hacer con nosotros. Si ello es así, si en nombre del orden se nos quiere seguir burlando y embruteciendo, proclamamos bien alto el derecho a la insurrección. Entonces la única puerta que nos queda abierta a la esperanza es el destino heroico de la juventud. El sacrificio es nuestro mejor estímulo; la redención espiritual de las juventudes americanas nuestra única recompensa, pues sabemos que nuestras verdades lo son —y dolorosas— de todo el continente. ¿Que en nuestro país una ley —se dice—, la ley de Avellaneda, se opone a nuestros anhelos? Pues a reformar la ley, que nuestra salud moral lo está exigiendo.

O perfil idealizado da juventude é apontado no texto na forma abaixo:

La juventud vive siempre en trance de heroísmo. Es desinteresada, es pura. No ha tenido tiempo aún de contaminarse. No se equivoca nunca en la elección de sus propios maestros. Ante los jóvenes no se hace mérito adulando o comprando. Hay que dejar que ellos mismos elijan sus maestros y directores, seguros de que el acierto ha de coronar sus determinaciones. En adelante, sólo podrán ser maestros en la república universitaria los verdaderos constructores de almas, los creadores de verdad, de belleza y de bien.

Los sucesos acaecidos recientemente en la Universidad de Córdoba, con motivo de la elección rectoral, aclaran singularmente nuestra razón en la manera de apreciar el conflicto universitario. La federación universitaria de Córdoba cree que debe hacer conocer al país y a América las circunstancias de orden moral y jurídico que invalidan el acto electoral verificado el 15 de junio. Al confesar los ideales y principios que mueven a la juventud en esta hora única de su vida, quiere referir los aspectos locales del conflicto y levantar bien alta la llama que está quemando el viejo reducto de la opresión clerical.

Manifestam-se contra a opressão que percebem na ação das autoridades que administram as universidades, incluindo o clero, e apontam o caminho das lutas e mobilizações dos estudantes como instrumentos necessários à mudança desse estado de coisas, assim:

En la Universidad Nacional de Córdoba y en esta ciudad no se han presenciado desórdenes; se ha contemplado y se contempla el nacimiento de una verdadera revolución que ha de agrupar bien pronto bajo su bandera a todos los hombres libres del continente. Referiremos los sucesos para que se vea cuánta razón nos asistía y cuánta vergüenza nos sacó a la cara la cobardía y la perfidia de los reaccionarios. Los actos de violencia, de los cuales nos responsabilizamos íntegramente, se cumplían como en el ejercicio de puras ideas. Volteamos lo que representaba un alzamiento anacrónico y lo hicimos para poder levantar

siquiera el corazón sobre esas ruinas. Aquellos representan también la medida de nuestra indignación en presencia de la miseria moral, de la simulación y del engaño artero que pretendía filtrarse con las apariencias de la legalidad. El sentido moral estaba obscurecido en las clases dirigentes por un fariseísmo tradicional y por una pavorosa indigencia de ideales.

A crítica à rotina dos processos decisórios na universidade é bastante violenta, considera tais processos como imorais, como se vê:

El espectáculo que ofrecía la asamblea universitaria era repugnante. Grupos de amoraes deseosos de captarse la buena voluntad del futuro rector exploraban los contornos en el primer escrutinio, para inclinarse luego al bando que parecía asegurar el triunfo, sin recordar la adhesión públicamente empeñada, el compromiso de honor contraído por los intereses de la universidad. Otros —los más— en nombre del sentimiento religioso y bajo la advocación de la Compañía de Jesús, exhortaban a la traición y al pronunciamiento subalterno. (¡Curiosa religión que enseña a menospreciar el honor y deprimir la personalidad! ¡Religión para vencidos o para esclavos!). Se había obtenido una reforma liberal mediante el sacrificio heroico de una juventud. Se creía haber conquistado una garantía y de la garantía se apoderaban los únicos enemigos de la reforma. En la sombra los jesuitas habían preparado el triunfo de una profunda inmoralidad. Consentirla habría comportado otra traición. A la burla respondimos con la revolución. La mayoría representaba la suma de la represión, de la ignorancia y del vicio. Entonces dimos la única lección que cumplía y, espantamos para siempre la amenaza del dominio clerical.

O direito positivo é considerado pelos estudantes, conforme o texto abaixo, como instrumento de dominação e contra ele se rebelam, como se vê:

La sanción moral es nuestra. El derecho también. Aquellos pudieron obtener la sanción jurídica, empotrarse en la ley. No se lo permitimos. Antes de que la iniquidad fuera un acto jurídico, irrevocable y completo, nos apoderamos del salón de actos y arrojamos a la canalla, sólo entonces amedrentada, a la vera de los claustros. Que esto es cierto, lo patentiza el hecho de haber, a continuación, sesionado en el propio salón de actos la federación universitaria y de haber firmado mil estudiantes sobre el mismo pupitre rectoral, la declaración de huelga indefinida. En efecto, los estatutos reformados disponen que la elección de rector terminará en una sola sesión, proclamándose inmediatamente el resultado, previa lectura de cada una de las boletas y aprobación del acta respectiva. Afirmamos, sin temor de ser rectificadas, que las boletas no fueron leídas, que el acta no fue aprobada, que el rector no fue proclamado, y que, por consiguiente, para la ley, aún no existe rector de esta universidad.

O documento faz questão de destacar a natureza idealista e desinteressada, no sentido material, da crítica dos estudantes, ou seja, não almejam empregos ou posições, mas sim a mudança do regime de administração da universidade, assim:

La juventud universitaria de Córdoba afirma que jamás hizo cuestión de nombres ni de empleos. Se levantó contra un régimen administrativo, contra un método docente, contra un concepto de autoridad. Las funciones públicas se ejercitaban en beneficio de determinadas camarillas. No se reformaban ni planes ni reglamentos por temor de que alguien en los

cambios pudiera perder su empleo. La consigna de «hoy para ti, mañana para mí», corría de boca en boca y asumía la preeminencia de estatuto universitario. Los métodos docentes estaban viciados de un estrecho dogmatismo, contribuyendo a mantener a la universidad apartada de la ciencia y de las disciplinas modernas. Las elecciones, encerradas en la repetición interminable de viejos textos, amparaban el espíritu de rutina y de sumisión. Los cuerpos universitarios, celosos guardianes de los dogmas, trataban de mantener en clausura a la juventud, creyendo que la conspiración del silencio puede ser ejercitada en contra de la ciencia. Fue entonces cuando la oscura universidad mediterránea cerró sus puertas a Ferri, a Ferrero, a Palacios y a otros, ante el temor de que fuera perturbada su plácida ignorancia. Hicimos entonces una santa revolución y el régimen cayó a nuestros golpes.

A perspectiva de uma mudança na Universidade Latino Americana é destacada no texto nos termos que se seguem:

Creímos honradamente que nuestro esfuerzo había creado algo nuevo, que por lo menos la elevación de nuestros ideales merecía algún respeto. Asombrados, contemplamos entonces cómo se coaligaban para arrebatar nuestra conquista los más crudos reaccionarios. No podemos dejar librada nuestra suerte a la tiranía de una secta religiosa, ni al juego de intereses egoístas. A ellos se nos quiere sacrificar. El que se titula rector de la Universidad de San Carlos ha dicho su primera palabra: «Prefiero antes de renunciar que quede el tendal de cadáveres de los estudiantes». Palabras llenas de piedad y de amor, de respeto reverencioso a la disciplina; palabras dignas del jefe de una casa de altos estudios. No invoca ideales ni propósitos de acción cultural. Se siente custodiado por la fuerza y se alza soberbio y amenazador. ¡Armoniosa lección que acaba de dar a la juventud el primer ciudadano de una democracia universitaria! Recojamos la lección, compañeros de toda América; acaso tenga el sentido de un presagio glorioso, la virtud de un llamamiento a la lucha suprema por la libertad; ella nos muestra el verdadero carácter de la autoridad universitaria, tiránica y obcecada, que ve en cada petición un agravio y en cada pensamiento una semilla de rebelión.

Conclamam, ao final, a juventude universitária para combater a tirania, buscando instrumentos democráticos de gestão da universidade, como se vê:

La juventud ya no pide. Exige que se le reconozca el derecho a exteriorizar ese pensamiento propio en los cuerpos universitarios por medio de sus representantes. Está cansada de soportar a los tiranos. Si ha sido capaz de realizar una revolución en las conciencias, no puede desconocerle la capacidad de intervenir en el gobierno de su propia casa. La juventud universitaria de Córdoba, por intermedio de su federación, saluda a los compañeros de América toda y les incita a colaborar en la obra de libertad que inicia.

Enrique F. Barros, Horacio Valdés, Ismael C. Bordabehere, presidentes — Gumersindo Sayago — Alfredo Castellanos — Luis M. Méndez — Jorge L. Bazante — Ceferino Garzón Maceda — Julio Molina — Carlos Suárez Pinto — Emilio R. Biagosh — Angel J. Nigro — Natalio J. Saibene — Antonio Medina Allende — Ernesto Garzón.

Fonte: FMM Educación, disponível em:
<<http://www.fmmeducacion.com.ar/História/Documentoshist/1918universidad.htm>>

Como pode-se perceber o Manifesto de Córdoba tornou-se um marco na organização dos estudantes Latino Americanos, ao fazer um diagnóstico da situação política dos países da região, criticar a falta de democracia na universidade e propor que os cargos diretivos sejam eleitos, de tal forma que não exista a interferência externa sobre a universidade, defendendo, portanto, a autonomia universitária.

Vale destacar que os ex-dirigentes da UNE desconhecem tal documento, pelo menos é o que se percebe em seus depoimentos constantes deste trabalho, muito embora nos questionários não exista uma pergunta específica sobre esse ponto.

No Brasil, o reflexo desse movimento se fará sentir com a criação da UNE, em 1937. Nesse particular, a utilização de imagens neste trabalho tem a finalidade de trazer à tona os fatos e atores históricos pertinentes ao assunto estudado. Nesta mesma linha já mencionamos MARTINS (2008), e ressalto ainda o trabalho de Boris Fausto (2009), no qual este último reconstitui um fato histórico relativo a um crime ocorrido na cidade de São Paulo, em 1938, cuja narrativa apóia-se em documentos de diferentes espécies, com ênfase nas imagens da época.

Ao reconstituir-se a atuação da UNE procurei, a partir das fontes citadas, analisar os depoimentos dos dirigentes e das autoridades universitárias, buscando em arquivos do ME registros textuais e de imagens que auxiliem na compreensão da atuação dos estudantes.

Ao falar sobre o uso de imagens na reconstituição dos fatos históricos, KRACAUER (2009), afirma que o tempo não é fotografado, mas que a fotografia é uma representação do tempo. Comparando-a com a memória diz que esta última é lacunar, não englobando a totalidade de um fenômeno espacial nem a totalidade do seu percurso temporal. Para ele, a memória não se ocupa de datas, pula sobre os anos ou dilata a distância temporal, já a imagem apreende o que é dado, a memória conserva aquilo que diz alguma coisa para o ator. Nesse sentido, a última imagem de um indivíduo é sua própria história. A fotografia oferece um suporte para a memória, mas é a memória que determina a escolha das imagens trazidas pela fotografia.

A linguagem humana oferece uma variedade de valores, uma riqueza de significados que desafia o pesquisador, no emaranhado do dizer, do calar, do consentir e do resistir, que precisa ser confrontada com outras fontes, como a fotografia, a imagem, tudo o que for obtido pela pesquisa e trazido ao texto, conforme a seguir:

Figura 01: Estudantes se reúnem em 1937 para criar a UNE



As fotos que foram obtidas do Portal da UNE são acessíveis por meio do site da UNE.

Fonte: Portal da UNE – 2009.

A respeito do surgimento da Universidade Moderna na América Espanhola podemos constatar o seguinte:

Na América Espanhola as primeiras universidades surgiram ainda no século XVI. Até mesmo as colônias da América Inglesa, cujo processo de colonização se deu *a posteriori* da América Portuguesa, tiveram experiências universitárias ainda no século XVII. No caso do Brasil, este acontecimento só será ensaiado com a criação das primeiras instituições de ensino superior (não universitárias) no início do século XIX, e a primeira universidade só será criada na primeira metade do século XX, a Universidade de São Paulo (USP). Enquanto as instituições universitárias mais antigas completam seu primeiro milênio, e na América Espanhola já somam quase meio milênio, nossas instituições de ensino superior datam pouco mais de meio século. No entanto, para melhor entendermos alguns aspectos do nosso ensino superior, é importante que compreendamos algumas influências da universidade no contexto latino-americano, a fim de desvendar as particularidades presentes em nossas instituições.

As universidades latino-americanas, segundo Wanderley (1983), foram...

[...] pensadas para formar os filhos da burguesia, serão pressionadas a atender aos reclamos de mobilidade social dos filhos da classe média, transformando-se no lugar apropriado para conceder a permissão para o exercício das profissões, através do reconhecimento dos títulos e diplomas conferidos por órgãos de classe e governamentais. Três traços marcaram a idéia de universidade: comunidade, imunidade e universalidade [...](WANDERLEY, 1983: 71).

A influência da Igreja Católica é percebida, por ele, da seguinte forma:

Durante os séculos XVI e XVII, as instituições universitárias latino-americanas sofrem forte influência do clero e da Igreja Católica, prevalecendo no seu interior, como no caso das universidades tradicionais européias, todo tipo de desconfiança contra a ciência moderna e tudo que com ela tivesse relação ou derivação. Somente ao longo do século XVIII e XIX, com a consolidação do Estado Nacional, é que houve a gradativa influência das idéias liberais na formação das novas lideranças e das instituições latino-americanas.

Com os movimentos de independência vitoriosos, o modelo absolutista de universidade vai dando lugar ao modelo napoleônico francês, da Universidade Imperial. Esta se caracterizava, em linhas gerais, pela proteção do Estado como condição inerente à sua própria natureza, e a serviço deste era posta, rompendo com a autonomia característica das antigas instituições. Este modelo inovava por criar faculdades para as diferentes profissões, outorgando os títulos necessários para o seu exercício, com reconhecimento atestado pelo Estado.

O grande salto qualitativo das universidades latino-americanas na busca de uma identidade institucional teve um marco importante nos movimentos que desencadearam os processos de reforma das universidades, a partir da Reforma Universitária de Córdoba, na Argentina. (WANDERLEY, 1983: 71).

O manifesto de Córdoba, que já mencionado anteriormente, é salientado por ele, nos seguintes termos:

A Reforma Universitária de Córdoba teve início com a publicação de um documento político elaborado pelos estudantes, denominado "Manifesto de Córdoba", lançado na cidade de Córdoba em 1918. Surge, então, nessa cidade, o movimento reformista que iria influenciar movimentos da mesma natureza em toda a América Latina" (WANDERLEY, 1983: 24). A contribuição do movimento reformista para o processo de modernização das universidades latino-americanas foi, doravante, inquestionável. Porém, convém ressaltar que não foram em todos países que tal movimento decorreu da organização autônoma dos seus atores políticos. Em alguns casos, como o brasileiro, a reforma da universidade foi fruto de processos tecnocráticos, uma defesa da universidade como instrumento de formação de recursos humanos, condicionados à lógica utilitarista de prover as necessidades científicas e tecnológicas da administração pública e privada. (PAULA, 2008)

Quanto ao Ensino Superior no Brasil, já no final do Império já haviam seis estabelecimentos de Ensino Superior no país, mas nenhuma universidade: foram criadas as faculdades de Medicina do Rio (1808), Escola Politécnica do Rio (1820), Direito do Recife (1824), Faculdade de São Paulo (Direito 1827), e Escola de Minas de Ouro Preto (1875). Houve ainda a tentativa de criação de três Universidades, em Manaus em 1912 e em Curitiba porém ambas tiveram vida efêmera, e uma em São Paulo.

Durante o ano de 1931 é intenso o debate sobre a necessidade de criação de uma verdadeira universidade, sendo lançado o manifesto dos pioneiros, no qual, dentre outras questões, educadores, como Anísio Teixeira, defenderam a necessidade de se construir uma universidade que estivesse voltada para a elaboração da cultura.

Em 1935 é criada a Universidade do Distrito Federal. Antes porém em 1934 é realmente criada uma instituição digna do nome de universidade (Universidade de São Paulo), para muitos, de fato a primeira do Brasil.

Com o Estado Novo de 1937 todas estas instituições sofrem grande repressão por parte do governo. Sobre o papel do Estado na articulação da cultura durante o período posterior à Revolução de 1930, deu-se por meio da criação de um

aparato burocrático, mediante a centralização administrativa, com a criação do Ministério da Educação, no qual foram alocados intelectuais de diversas correntes políticas e ideológicas, com o objetivo de organizar a cultura, na ótica do Estado Novo de Getúlio. Vale dizer, enaltecendo o novo governo e suas realizações, consoante expõe Bastos (2006, p. 123).

Até a década de 1960 há um impulso na criação de universidades, como em Brasília e em Goiânia. A forma mais comum de constituição das novas universidades é através da justaposição ou aglutinação das faculdades isoladas que foram criadas desde o século XIX.

No estado de Goiás foram criadas duas Universidades: a Católica e a Federal. A primeira, denominada nos dias atuais de UCG, foi criada em 1959, mediante a aglutinação de sete instituições-Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; Faculdade de Ciências Econômicas; Escola de Serviço Social; Escola de Enfermagem e Faculdade de Direito. O Arcebispo de Goiânia, Dom Fernando. Designou o padre Paulo de Tarso Nacca, para ser o primeiro reitor da Universidade Católica de Goiás, que veio a administrá-la no período compreendido entre 1959-1962.

A segunda Universidade, a UFG, foi criada no dia 14 de dezembro de 1960, com a reunião de cinco escolas superiores que existiam em Goiânia: a Faculdade de Direito, a Faculdade de Farmácia e Odontologia, a Escola de Engenharia, o Conservatório de Música e a Faculdade de Medicina. Os estudantes tiveram um importante papel na criação dessa Universidade, eles criaram em 1959, a Frente Universitária Pró-Ensino Federal, com mobilizações defendendo a criação da Universidade Federal. Esta forma de criação de Universidades vai se repetir ao longo do tempo.

No quadro abaixo, apresenta-se um panorama da criação das universidades no Brasil, no recorte cronológico de 1940 a 1964, para a contextualizar o período no qual enfocarei a atuação da UNE.

Percebe-se um grande incremento na criação de Universidades Públicas no período, dentro de um processo maior de afirmação do Estado Nacional. Desde a era Vargas, com a revolução de 1930, os dirigentes do Estado brasileiro pretendiam organizar a chamada “nação”, entendendo que o Brasil carecia de uma estruturação de sua cultura e do sistema de ensino superior. Um elemento importante na estruturação do Estado era a criação de uma universidade genuinamente nacional, o

que ocorrerá na década de 1930. Nos anos posteriores, sobretudo a partir do final da 2ª Guerra Mundial e com a redemocratização a partir de 1946, pretendeu-se criar um sistema nacional de ensino voltado para a aceleração do crescimento econômico, cujo o marco legal é a constituição de 1946, conforme se vê a seguir:

Temos o seguinte de 1943 até 1964:

TABELA 4 – Criação de Universidades Brasileiras: 1943-1964				
ANO	UNIVERSIDADES			
	FEDERAIS	ESTADUAIS	MUNICIP.	PARTICULARES
1943	Universidade Rural do Rio de Janeiro	-	-	-
1946	Universidade Federal da Bahia Universidade Federal de Pernambuco	-	-	Pontifícia Católica de São Paulo Pontifícia Católica do Rio de Janeiro
1947	Universidade Federal Rural de Pernambuco	-	-	-
1948	Universidade Federal do Paraná	-	-	Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul
1950	-	Universidade Estadual do Rio de Janeiro	-	Pontifícia Católica do Paraná
1951	-	-	-	Pontifícia Católica de Pernambuco
1952	-	-	-	Universidade Mackenzie
1953	-	-	-	Universidade Católica de Petrópolis Universidade Sagrado Coração
1954	Universidade Federal do Ceará	-	-	-
1955	-	-	-	Pontifícia Católica de Campinas
1957	Universidade Federal do Pará	-	-	-
1958	-	-	-	Pontifícia Católica de Minas Gerais
1959	-	-	-	Universidade Católica de Goiás
1960	Universidade Federal de Goiás Universidade de Santa Maria Universidade de Juiz de Fora Universidade da Paraíba Universidade Fluminense Universidade do Rio Grande do Norte Universidade de Santa Catarina	Universidade Regional de Cariri	-	Pontifícia Católica de Pelotas
1961	Universidade Federal de Alagoas Universidade Federal do Espírito Santo	-	-	Universidade Católica de Salvador
1962	Universidade Federal do Amazonas Universidade Federal de Brasília	-	-	-
1964	-	Universidade Estadual de Montes Claros	-	-

Fonte: LIMA (2007).

A evolução do Ensino Superior tem algumas características peculiares, consubstanciadas no período colonial pelo receio de Portugal em que o desenvolvimento da universidade poderia ameaçar o domínio sobre a colônia.

A universidade deveria limitar-se à formação das elites dominantes.

Por outro lado, as funções que exigiam melhor preparo técnico - científico eram preenchidas por elementos cultos, vindos de Portugal, com destaque para os próprios religiosos.

Assim a cultura erudita aparece, ostensivamente, como um traço de classe, privativa das classes dominantes.⁸ O Ensino Superior durante muitas décadas até por volta de 1940 é um privilégio quase absoluto das classes possuidoras.

Esta divisão somente sofrerá uma melhora a partir da década de 1950, à medida que o processo de industrialização exigir uma demanda maior de mão-de-obra e quadros dirigentes habilitados técnica e cientificamente.

É centrado no período posterior a 1964, que vou analisar a expansão do Ensino Superior e sequencialmente, do movimento estudantil universitário que acompanha esse processo.

Figura 02: Estudantes se mobilizam contra o Regime Militar, pós-1964



Os estudantes realizaram diversas manifestações de rua Contra a Ditadura Militar no período posterior ao golpe, Sobretudo no ano de 1968.

Fonte: Portal da UNE – 2009.

⁹ - SODRÉ, Nelson Werneck. Síntese de História da Cultura Brasileira. São Paulo, Difel Editora; 11ª edição, 1983.

A universidade que se expande a partir de 1964 tem como característica essencial ser paga e privada; além do que são criadas inúmeras faculdades e escolas particulares isoladas e poucas verdadeiras universidades.

Veja-se o desenvolvimento deste processo posterior a 1964.

Como o golpe de 1964 a modernização do país passou a ter importantes elementos dentro do modelo de desenvolvimento adotado. Um desenvolvimento atrelado ao capital multinacional e associado. Ao lado da modernização das indústrias se colocava também o problema da universidade como a fazer dela auxiliar deste processo de desenvolvimento.

No período de 1960 a 1964 há um grande incremento na criação de Universidades Federais: ao todo são criadas 12 instituições dessa espécie, demonstrando o interesse dos governos da época no desenvolvimento do Ensino Superior Público. A partir da década de 1970, há uma mudança significativa, como se vê na tabela abaixo:

TABELA 5 - Criação de Universidades Brasileiras a partir de 1971				
ANO	UNIVERSIDADES			
	FEDERAIS	ESTADUAIS	MUNICIP.	PARTICULARES
1971	Universidade Federal do Piauí	-	-	Universidade Ibirapuera Universidade São Judas Tadeu Universidade Form. Educação e Cultura
1972	-	-	-	Universidade de Alfenas Universidade Paranaense Universidade Tiradentes Universidade Gama Filho
1973	-	-	-	Universidade de Mogi das Cruzes Universidade Fortaleza
1974	Universidade do Acre	-	Universidade de Taubaté	Universidade Amazônia Universidade Oeste Paulista
1975	-	Universidade Estadual do Ceará	-	Universidade Metodista de Piracicaba Universidade Santa Úrsula
1976	-	Universidade Estadual Paulista - J.M.Filho	-	Universidade Salgado de Oliveira
1977	-	Universidade Sudoeste da Bahia	-	-
1979	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Universidade Federal Rio de Janeiro - UNIRIO	-	-	-

Fonte: LIMA (2007).

Nessa tabela, percebe-se que a partir de 1971, há uma inversão de uma tendência: a expansão no Ensino Superior Público é substituído, gradativamente, pela expansão das instituições particulares.

A repressão política generalizada a partir de então se fez sentir com mais vigor sobre os estudantes e o conjunto da comunidade universitária, professores e funcionários. Ao lado da repressão, o governo formula uma nova política educacional.

Para elaborar esta política a diretoria de Ensino Superior do MEC contratou o professor norte-americano Rudolf Atcon. Ele foi convidado sob o pretexto de reformulação estrutural da universidade brasileira. O relatório de Atcon serviu de base para os acordos MEC-USAID, tendo sido elaborado em 1968, tornando-se uma orientação dos EUA para toda América Latina.

Segundo tal relatório, seria dever dos americanos dar a máxima atenção e mesmo interferir na instituição universitária. Propunha a criação e a manutenção dos serviços de consultoria para as universidades estatais e sua transformação em fundação privada, eliminando a interferência dos estudantes na administração. Além disto, propunha a cobrança de matrículas crescente durante um período de 10 anos, de modo a transformar as universidades em escolas pagas.

Para se perceber a influência do professor Rudolf Atcon, basta citar que ele chegou a ser secretário executivo do Conselho de Reitores (CRUB), presidindo o conselho na ausência de seu presidente. É também uma amostra do controle exercido pelos norte-americanos sobre a política educacional brasileira.

Por outro lado, os acordos firmados com a USAD, tinham o objetivo de possibilitar esta ingerência dos EUA no planejamento de nosso Ensino Superior através de assessoria como forma de garantir uma influência ainda maior sobre os responsáveis pela educação no Brasil; os acordos previam a concessão de 40 bolsas de estudos nos Estados Unidos para elementos que ocupassem chave na administração do país.

Um dos itens do acordo previa a constituição de uma equipe de planejamento do Ensino Superior. Tal equipe deveria ter a participação de técnicos brasileiros e americanos, sendo que em 1967, os americanos compunham a maioria da comissão, podendo evidentemente direcionar seus resultados.⁹

Em 1968 é divulgado um outro relatório, denominado Relatório Meira Mattos que se originou de uma comissão especial, criada pelo Decreto 62024, de 29 de dezembro de 1967 e constituída pelo General Carlos Agapito da Veiga.

¹⁰ – ARANTES, Aldo. Universidade Brasileira. mimeografado, Goiânia, 1982.

Tal relatório reclama uma reforma radical na educação brasileira, a qual deveria atingir a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Conselho Federal de Educação (CFE), ajustando-o a nova função normativa geral que lhe atribuía a reforma administrativa em andamento.

Do ponto de vista ideológico e político a sugestão trazida pelo relatório é a intromissão direta dos setores empresariais na educação.

A ênfase que é dada é na função instrumental da educação, colocando-a como um instrumento que objetivaria proporcionar a aceleração do desenvolvimento econômico, o progresso social e de expansão de oportunidades. Em suma, vincula a educação ao “imperativo” do progresso técnico e científico econômico do país.

Entre os pontos considerados essenciais do relatório destacam-se os seguintes:

- 1) haveria um clima de falência da autoridade no seio das universidades, sendo indicada a urgência em se recompor a disciplina e a ordem administrativa.
- 2) colocava a necessidade de se discutir e alterar o conceito de autonomia e liberdade de cátedra.
- 3) para eles inexistia uma liderança democrática, autêntica e combativa, consciente de suas responsabilidades para o país e apta a lutar por idéias próprias. De sorte que propunha a eliminação das entidades existentes e a criação de outras, controladas pelo governo.

Quanto as eleição de reitores e diretores de estabelecimento de ensino superior, estas deveriam passar para a órbita da presidência da república.¹⁰

O MEC constituiu ainda em 1968 um grupo de trabalho para a reforma universitária (GTRU). O relatório apresentava as seguintes recomendações:

- a) a expansão de vagas no Ensino Superior é desejável e necessária;
- b) entretanto, essa expansão não deve prejudicar o atendimento das demandas de escolarização nos níveis inferiores mais prioritários;
- c) a expansão do Ensino Superior deveria se efetivar com o menor custo possível.

Para atingir tais objetivos: expansão e baixo custo propunham-se tomar as seguintes medidas:

- a) departamentalização meio pelo qual se diminuiria os gastos, centralizando nos departamentos os professores de áreas afins;
- b) matrícula por disciplina (crédito), o que possibilitaria que um mesmo professor pudesse dar aulas para alunos de diferentes cursos;
- c) institucionalização do curso básico e que uniformizaria a instrução inicial, garantindo uma influência ideológica muito grande.

¹¹ - TAVARES, José Nilo. Gênese da Reforma que não houve. PUC; Rio de Janeiro, 1978.

- d) unificação do vestibular por região e o ingresso por classificação, com o intuito de eliminar a figura do excedente que trazia grandes problemas ao governo.
- e) fragmentação do grau acadêmico de graduação, criando-se a pós-graduação, como uma forma de tornar mais importante tal título (CUNHA, 1979, p. 180).

O conjunto de tais relatórios vai redundar na famosa “Reforma Universitária de 1968”, materializada na lei 5.540/1968, onde se procurou institucionalizar os princípios que estavam contidos nas idéias da USAID. Esta reforma vai ser implementada sob a oposição dos setores que compõem a universidade e vigora até os dias atuais.

Referida Lei estabeleceu as normas de organização e funcionamento do Ensino Superior e sua articulação com o Ensino Médio, fixando o departamento como a unidade acadêmica básica, conforme dispõe seu art. 11, letra “b”. Na escolha de seus dirigentes fixou a competência do respectivo governo, conforme previsto no art. 16, para efeito de nomeação dos Reitores.

No que se refere à representação estudantil nos conselhos superiores, estabeleceu, em seu art. 38, § 3º, o percentual máximo de $\frac{1}{5}$ (um quinto) de representantes eleitos pelos estudantes. Em relação às entidades estudantis possibilitou, por meio do art. 39, a organização de diretórios para congregar o corpo do membro discente.

Posteriormente, com a edição da Lei nº 6.680, de 16 de agosto de 1979, a representação estudantil foi atrelada à direção da universidade, obrigando às entidades que submetessem seus estatutos e regimentos à aprovação da direção da universidade.

Em 1985, com edição da Lei nº 7.395, de 31 de outubro, ficou estabelecido que a UNE seria a entidade representativa do conjunto dos estudantes universitários do país. Esta lei assegurou também, a existência das UEEs, DCEs, CAs, sem vinculação funcional e burocrática às instituições de ensino superior. Sua edição coincidiu com o início do Governo de José Sarney, na denominada Nova República.

Esta reformulação do Ensino Superior objetivava conter a demanda de jovens que buscavam a universidade, ampliando as ofertas de vagas na rede privada de ensino. Porém ao se ampliar o ensino pago não se democratiza o acesso a ele, ao contrário reforça-se o privilégio.

A expansão das vagas se faz majoritariamente nas instituições particulares, pagas reforçando os próprios mecanismos de distinção de classe de nossa sociedade criando ainda uma diferenciação ou hierarquização entre as próprias instituições, uma vez que aqueles que dispõem de maiores recursos podem se desenvolver melhor, formando uma elite. Era como se houvesse uma faculdade para a elite, e uma outra, precária para os assalariados.¹¹

¹² - MARTINS, Carlos Benedito. Ensino Pago. Um retrato. São Paulo, 1981.

O governo durante este processo de expansão não só se exime da responsabilidade direta de desenvolver a rede pública como também criava estímulos como as isenções de impostos, para que a iniciativa privada se desenvolvesse nesse plano. A expansão do ensino é financiada, então, pela própria clientela, a medida que os recursos são oriundos das mensalidades que são pagas. A regra geral desta expansão, por sua vez, não é criação de universidades, mas sim de faculdades isoladas, que em muitos casos são verdadeiras arapucas, tendo muitas que funcionam mesmo sem autonomização ou reconhecimento do governo federal, através do C.F.E. Nestas instituições estudam cerca de 44,8% do alunado de ensino superior no Brasil. (MENEZES, 1983)

Cabe frisar que a expansão pela privatização nada tem a ver com uma real democratização do ensino superior uma vez que ela somente amplia as oportunidades educacionais de uma camada média que enfrentava problemas econômicos decorrentes da concentração de capital financeiro pelo modelo de desenvolvimento adotado; a abertura de mais vagas não altera essencialmente o caráter elitista da instituição, uma vez que as classes trabalhadoras continuam a ser excluídas.

Este aspecto da educação como um privilégio é importante para se entender a atuação da UNE e a hipótese com a qual trabalho. A elitização do ensino é uma realidade que caminha juntamente com a sua massificação. Ora, se a expansão do ensino se realizada através da privatização é evidente que ela se torna excludente, somente aqueles que podem pagar tem acesso ao ensino/mercadoria. Mesmo quando os setores de mais baixa renda têm condições de ingressar e se manter na universidade eles enfrentam maiores dificuldades na aprendizagem os mecanismos de discriminação social que existem dentro da própria sociedade (como a diferenciação de classes, se reproduz no interior da própria universidade).

O que a reforma universitária de 1968 tentou enfrentar, foi por um lado o problema dos excedentes, que significaria uma demanda maior do que a que a universidade conseguiria absorver. Entre 1964 e 1968 há um crescimento de 212% de excedentes em relação ao número de vagas, sendo que o número absoluto de excedentes em 1968 tingia a cifra de 125 mil.

A pressão exercida pelos excedentes em sua maioria proveniente das classes médias colocava em choque a própria política educacional do governo. Daí a reformulação ocorrida e a tentativa de expansão da rede superior de ensino (à custa da iniciativa privada).

Por outro lado, a reforma de 1968, atingiria violentamente a comunidade universitária com medidas repressivas. Na lógica dos militares era necessário estabelecer a ordem e a tranquilidade entre estudantes, operários e militares, na visão do ex-presidente Castelo Branco.

A universidade é encarada como um foco de rebelião e de oposição ao governo, daí a necessidade de controlá-la presente na reforma do governo.

Durante todo este período que vai de 1968 a 1986, é a lei 5.540/1968, (Lei da Reforma Universitária), que dirige os rumos da educação brasileira.

Para a efetivação de pressões visando intimidar as manifestações o governo edita o AI-5, e para as universidades baixa o decreto-lei 477, atribui às autoridades universitárias e as autoridades educacionais (MEC), o poder de desligar e suspender estudantes envolvidos em atividades que fossem consideradas subversivas, isto é perigosas a “segurança nacional”. Durante o tempo de suspensão (três anos), os estudantes atingidos ficariam impedidos de se matricular em qualquer outra escola de nível superior do país. Prevvia ainda a demissão de professores e funcionários que fossem surpreendidos nas mesmas atividades “subversivas”, impedindo-os de trabalhar no ensino superior brasileiro durante cinco anos. O AI-5 por sua vez atinge os professores de forma direta, com demissões e aposentadorias.¹² As garantias jurídicas contra a violência policial são suspensas, instaurando-se um clima de terrorismo cultural dentro da Universidade. Todo o processo de votação pelo Congresso Nacional e implantação da reforma universitária transcorre nesse período de maior ação repressiva.

A possibilidade sempre presente de demissões e de processo sobre os professores faz com que estes vivam, em clima constante de pânico, ausentando-se do embate político.

As consequências da reforma universitária de 1968, aliada a política adotada em relação a universidade é o que veremos em seguida.

Os principais problemas que afligem a universidade brasileira na atualidade, como a falta de verbas, a ausência de autonomia e o autoritarismo que foi implantado a partir dos sucessivos governos militares, também serão analisados.

¹³ - Este terrorismo contra a Universidade é descrito minuciosamente pelo livro: O livro negro da USP - controle ideológico na universidade, onde a Associação de Professores da USP mostra as consequências nefastas do terror sobre a universidade. São Paulo: Brasiliense, 1979.

Ao se analisar a situação vivenciada pela universidade de nosso país em 1980 e 1990, deve-se fazer um balanço de sua evolução nos pontos anteriormente citados.

Pode-se, inicialmente, constatar que a política de expansão do sistema de ensino superior com um mínimo de custos, levou a um estrangulamento das universidades públicas, favorecendo, em contrapartida, ao crescimento das instituições particulares; entre os problemas já diagnosticados¹³ no ensino superior, além da privatização, temos uma lista muito grande:

- a) professores mal remunerados;
- b) carência de equipamentos, laboratórios e bibliotecas;
- c) deficiências na formação profissional dos alunos;
- d) descontinuidade das pesquisas;
- e) discriminação social no acesso a universidade;
- f) sistemas antidemocráticos de administração e escolha de quadros dirigentes;
- g) crise financeira e pedagógica do ensino privado;
- h) excesso de controle burocrático nas universidades;
- i) pouca clareza na prevalência do sistema de mérito na seleção e promoção de professores, bem como na avaliação do desempenho docente.

Fonte: Relatório MEC, 1985

No que diz respeito à relação entre ensino público e ensino privado, constata-se que a estratégia adotada pela reforma de 1968 no sentido de desenvolver o ensino superior é a responsável por sua falência.

Ao estimular a expansão pela privatização, o governo na prática é conivente com a deterioração do ensino e com sua fragmentação em faculdades isoladas.

Ao se pensar o sistema de ensino superior brasileiro somos levados a pensar em termos de universidade, mas no entanto, a realidade é que, na década de 1980, 70% dos estudantes universitários estudam em estabelecimentos isolados, sejam eles públicos ou privados, e as próprias universidades tiveram, em sua origem, faculdades superiores isoladas.

Estabelecendo um quadro comparativo entre o ensino superior público e o privado, pode-se constatar que o ensino privado é responsável por 60,8% do total de alunos de nível superior. Este fato tem repercussão na atuação do ME, tendo em vista que as instituições privadas criam obstáculos para a livre organização das

¹⁴ - Há um diagnóstico feito por uma comissão nomeada pelo ministro da educação, em 1985, senador Marco Maciel, ver a respeito o Relatório final: uma nova política para a educação superior brasileira gráfica do MEC Brasília 1985.

entidades estudantis. Em determinadas instituições é necessário permissão da administração superior para que as entidades possam realizar suas atividades no interior de tais instituições.

Veja-se o quadro a seguir:

TABELA 6 - Quadro Comparativo Ensino Público x Ensino Privado em (1980)

	<u>E. Público</u>	<u>E. Privado</u>
Total de alunos	39,2%	60,8%
Total de professores	57,9%	42,1%
Divisão por áreas de conhecimento		
C. Biológicas e Saúde	56,7%	43,3%
C. Exatas e Tecnológicas	42,7%	57,3%
C. Humanas e Sociais	25,4%	74,6%
C. Agrárias	86,3%	13,7%
Letras	34,1%	68,2%
Artes	49,4%	50,6%
Alunos em cursos de licenciatura	30,7%	69,3%

Fonte: TRAMONTIN, Raul e BRAGA, Ronaldo. **o Ensino Superior Particular no Brasil**; traços de um perfil. Apud MENDES, Candido e CASTRO, Cláudio Moura (Org.), Qualidade, Expansão e Financiamento do Ensino Superior Privado S. Paulo Educator, 1984.

Percebe-se, já nesse período, a ampliação de vagas nas instituições de ensino de ensino superior privadas, reflexo da política educacional do Estado Nacional de abertura para o mercado.

Aqui se consolida aquela tendência que apontei anteriormente: o ensino superior transforma-se num rico filão econômico a ser explorado pela iniciativa privada, em moldes capitalistas, com o objetivo de obter lucro.

Vale destacar que a Constituição Federal do Brasil prevê a obrigatoriedade e gratuidade do ensino apenas para o nível fundamental, deixando o ensino superior aberto à iniciativa privada. É curioso o fato de que mais de 57 Emendas Constitucionais já foram aprovadas pelo Congresso Nacional, mas nenhum parlamentar ousou propor a obrigatoriedade da União custear o ensino superior, demonstrando a força das instituições de ensino superior privadas nesse lucrativo mercado-educacional.

A educação institucionalizada, segundo Mészáros (2008), serviu nos últimos 150 anos para fornecer conhecimentos à mão-de-obra necessária à expansão do sistema capitalista e à transmissão de valores que legitimam os interesses dominantes, internalizando nos indivíduos a aceitação da dominação cultural e da subordinação hierárquica.

A partir de 1980, tem-se o seguinte panorama de criação de universidades:

TABELA 7 - Criação de Universidades Brasileiras: 1980 a 1990				
ANO	UNIVERSIDADES			
	FEDERAIS	ESTADUAIS	MUNICIP.	PARTICULARES
1981	-	Universidade Estadual do Maranhão	-	-
1982	Universidade Federal de Rondônia	-	-	-
1985	-	-	-	Universidade de Ribeirão Preto Universidade São Francisco Universidade Reg. Do Ne. Do Est. - UNIJUI Universidade Brás Cubas
1986	-	Universidade Estadual do Piauí	-	Universidade Santa Cecília dos Bandeirantes Universidade de Guarulhos Universidade Católica de Santos
1987	-	Universidade Oeste do Paraná	-	-
1988	-	-	-	Universidade de Marília Universidade Luterana do Brasil Universidade Paulista Universidade Estácio de Sá
1989	Universidade Federal de Roraima	-	-	Universidade Região da Campanha Universidade Cruz Alta
1992	-	-	-	Universidade Veiga de Almeida Universidade Reg. Integ. Alto U. Missões Universidade Vale do Paraíba Universidade Cidade de São Paulo
1993	-	-	-	Universidade Cruzeiro do Sul Universidade Santa Cruz do Sul
1994	Universidade São Paulo	Universidade Estadual do Tocantins	-	Universidade Bandeirantes de São Paulo Universidade Grande Rio Universidade São Marcos Universidade Santo Amaro Universidade Católica Dom Bosco Universidade Castelo Branco

Fonte: LIMA (2007).

Acentua-se o processo de privatização, com a criação de diversas universidades particulares, conforme dados acima.

A privatização é fato concreto nesta fase, representada na tabela acima: há de fato uma explosão no crescimento das instituições de Ensino Superior Privadas, quase sempre deficientes na sua estruturação, gerando demandas dos estudantes pela melhoria da qualidade de ensino e por democracia na gestão destas organizações.

Na década de 1990, tem-se o seguinte quadro:

TABELA 8 - Criação de Universidades Brasileiras: década de 1990				
ANO	UNIVERSIDADES			
	FEDERAIS	ESTADUAIS	MUNICIP.	PARTICULARES
1992	-	-	-	Universidade Veiga de Almeida Universidade Reg. Integ. Alto U. Missões Universidade Vale do Paraíba Universidade Cidade de São Paulo
1993	-	-	-	Universidade Cruzeiro do Sul Universidade Santa Cruz do Sul
1994	Universidade São Paulo	Universidade Estadual do Tocantins	-	Universidade Bandeirantes de São Paulo Universidade Grande Rio Universidade São Marcos Universidade Santo Amaro Universidade Católica Dom Bosco Universidade Castelo Branco

Fonte: LIMA (2007).

Para se ter uma idéia mais clara a respeito da evolução do ensino superior no país, vejamos alguns dados de sua expansão a partir de 1808, conforme tabelas a seguir:

TABELA 9 - Expansão do Ensino Superior: 1808 a 1945		
PERÍODO	QUANTIDADE DE ESCOLAS DE ENSINO SUPERIOR CRIADAS	CRESCIMENTO ESTIMADO (%)
Até a proclamação da República	14	7,14
Da proclamação da República até a Revolução de 1930	86	1,40
Da segunda República até 1945	95	7,13

Fonte: LIMA (2007).

TABELA 10 - Processo de Crescimento de Matrículas no Ensino Superior Público na República Populista		
ANO	INSTITUIÇÕES	% DE MATRÍCULAS
1954	Escolas e Universidades públicas	59,7%
1964	Escolas e Universidades públicas	61,3%

Fonte: LIMA (2007).

TABELA 11 - Evolução do Número de Instituições Privadas de Educação Superior, pela sua Natureza - 1980-1996				
ANO	UNIVERSIDADES	FEDERAÇÕES E INTEGRADAS	ESCOLAS ISOLADAS	TOTAL
1980	20	19	643	682
1990	40	74	582	696
1996	64	132	515	711

Fonte: LIMA (2007).

TABELA 12 - Evolução do Número de Instituições Federais de Educação Superior por Natureza - 1980-1996

ANO	UNIVERSIDADES	FEDERAÇÕES E INTEGRADAS	ESCOLAS SOLADAS	TOTAL
1980	34	-	22	66
1990	36	-	19	55
1996	39	-	18	57

Fonte: LIMA (2007).

TABELA 13 - Evolução do Alunado no Ensino Superior (1989-2001)

ANO	FEDERAIS	ESTADUAIS	MUNICIPAIS	PRIVADAS	TOTAL
1989	315.283	193.697	75.434	934.490	1.518.904
1990	308.867	194.417	75.341	961.455	1.540.080
1991	320.135	202.315	83.286	959.320	1.565.056
1992	325.884	210.133	93.645	906.126	1.535.788
1993	344.387	216.535	92.594	941.152	1.594.668
1994	363.543	231.936	94.971	970.584	1.661.034
1995	367.531	239.215	93.794	1.059.163	1.759.703
1996	388.987	243.101	103.339	1.133.102	1.868.529
1997	395.833	253.678	109.671	1.186.433	1.945.615
1998	408.640	274.934	121.155	1.321.229	2.125.958
1999	442.562	302.380	87.080	1.537.923	2.369.945
2000	482.750	332.104	72.172	1.807.219	2.694.245
2001	502.960	357.015	79.250	2.091.529	3.030.754

Fonte: LIMA (2007).

Pode-se extrair desses dados uma conclusão importante: além de deter o maior número de alunos em termos absolutos, a rede privada de ensino é a responsável pela maior parte dos alunos matriculados nos cursos de Ciências Humanas e Licenciatura, cursos que por suas características exigem menores investimentos em equipamentos e laboratórios.

Este crescimento pulverizado em instituições isoladas fragiliza o Movimento Estudantil que tem dificuldade em organizar-se nacionalmente, uma vez que muitas instituições particulares criam obstáculos à livre organização estudantil.

À fragmentação das instituições de Ensino Superior Privadas, percebe-se uma descontinuidade na ação da UNE, que tem dificuldade em chegar à sala de aula e falar diretamente com o aluno, enfraquecendo sua atuação política.

Veja-se como se deu o crescimento das matrículas no Ensino Superior e o correspondente crescimento do número de instituições de ensino superior:

TABELA 14 - Evolução de Matrículas do Ensino Superior

ANO	QUANTIDADE DE MATRÍCULAS ESTIMADAS	CRESCIMENTO ESTIMADO %
1950	44.000	
1960	96.691	119,75
1964	142.000	46,85
1970	425.478	199,63
1980	1.377.286	223,70
1994	1.594.668	15,78

Fonte: LIMA (2007).

TABELA 15 - Crescimento das Instituições de Ensino Superior (IES): 1960-1994

ANO	NÚMERO DE IES
1960	260
1968	441
1972	756
1974	843
1976	865
1987	861
1994	873

Fonte: LIMA (2007).

Isto é explicável pelo fato de que tais cursos apresentam um baixo custo de manutenção propiciando uma alta lucratividade para o investidor. O raciocínio adotado pelas instituições de ensino que são criadas obedecem a lógica do lucro e não qualquer outro critério didático - científico.

As faculdades particulares têm conseguido se desenvolver e ter grandes lucros.¹⁴ Houve no período 1964 a 1984 uma completa inversão, enquanto que em 1964 o ensino particular representava 40% do total e o público 60%, em 1984 as escolas particulares abocanhavam 63% do total de matrículas. Um estudo realizado pela fundação Instituto de Pesquisa Econômica, que funciona em anexo a Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo USP, na década de 1980, tendo como referencial os índices de aumento das anuidades das Faculdades Campos Sales de São Paulo, apresenta o seguinte quadro:

Relação entre anuidades versus salários pagos aos professores.

¹⁴ - Extraído do Jornal Universidade jornal publicado pela UNE para o IV Seminário Nacional de Reforma Universitária, nº 7, junho de 1985, p. 3.

TABELA 16 - Aumento Acumulado a Partir de Dezembro de 1979

	Anuidades	Salários
03/80	53%	43%
09/80	89%	85%
03/81	164%	148%
03/82	446%	303%
09/82	687%	428%
03/83	1006%	606%
09/83	1648%	934%
03/84	2680%	1445%
09/84	4581%	2271%
03/85	7985%	4216%

Fonte: Jornal Universidade, da União Nacional dos Estudantes UNE; nº 02, junho de 1985, pg. 03.

Percebe-se então que o lucro das empresas de ensino é extraído, sobretudo dos salários, que são reajustados em nível sempre inferior ao das anuidades. Por outro lado, ainda devemos ressaltar que o número de professores em tais estabelecimentos é menor que o das instituições públicas.

Conforme visto no quadro I, mesmo contando com 60,8% do total de alunos as faculdades particulares respondem com apenas 42,1% do total de professores. Isto demonstra o grau de exploração dos professores da rede privada, que recebem salários menores que os da pública, além de terem uma sobrecarga de atividades em sala-de-aula. Este fato explica o porquê de que 75% da pesquisa realizada no país se originam da rede pública, mesmo sendo numericamente menor. Salvo exceções, as instituições privadas são agências de formação de mão-de-obra deficiente, existindo algumas que podem ser consideradas como mercado de diplomas, fato este evidenciado na década de 2000, em todo o país, com absoluto predomínio das instituições de ensino superior privadas.

O mercado domina o setor educacional superior.

Outro aspecto que prejudica o ensino superior público, aliado aos anteriores, é o corte de verbas efetivado pelo governo no orçamento do MEC, que tem caído vertiginosamente nos últimos anos, como demonstra o quadro a seguir:

TABELA 17 - Percentual Atribuído ao MEC no Orçamento da União (1964/1981)

ANO	%
1964	9,74%
1965	11,07%
1966	9,7%
1967	8,71%
1968	7,74%
1969	8,69%
1970	7,33%
1971	6,78%
1972	5,62%
1973	5,21%
1974	4,95%
1975	4,31%
1976	4,66%
1977	5,58%
1978	4,17%
1979	5,90%
1980	5,29%
1981	4,86%

Fonte: Senado Federal Subsecretaria de Orçamentos Brasília 1985.

O decréscimo de verbas para o orçamento do MEC e consequentemente das universidades federais gerou um colapso das mesmas.

Os cortes nos orçamentos prossegue a partir de 1980/1981, a ponto dos reitores através do seu conselho o CRUB (Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras) lançar um manifesto em defesa da universidade.¹⁵

Neste, os reitores fizeram um diagnóstico da crise da universidade, enfatizando os aspectos que dizem respeito as dotações orçamentárias e aos salários pagos a professores e funcionários, considerados, então, muito baixos. Ao relembrar a importância das instituições de ensino superior para o país, advertem sobre os riscos da sua expansão e mesmo conservação, reivindicando ao final o aumento de seus orçamentos.

O CRUB apresentou um quadro que torna inquestionável, o descompromisso do governo com a manutenção do ensino público.

Veja-se o quadro que adota o referencial de 100, a partir de 1980 para demonstrar o decréscimo dos valores atribuídos ao orçamento do MEC, deflacionando os valores a cada ano.

¹⁶ - O CRUB lançou este manifesto como forma de apoiar a greve nacional dos IES Autárquicas em 1984. Ver o texto: O Conselho de Reitores em Defesa das Universidades Brasileira Brasília 1984.

TABELA 18 - Evolução dos Recursos do MEC em Cr\$ Mil – Orçamento

Período	Tx. de Inflação	Deflator	Valor Corrente	Valor Constante	Índice 1980 - 100
1980	----	1,00	6.372,955	6.373,995	100,00
1981	106,80	2,07	14.912,087	7.203,906	113,00
1982	100,00	4,14	25.910,548	6.258,586	98,20
1983	211,00	12,87	42.402,440	3.294,672	51,69
1984	170,00	34,75	65.874,00	2.410,318	37,82
1985	170,00	93,82	132.044,200	1.407,421	22,08
1985	170,00	93,82	198.678,700	2.117,658	33,22

Fonte: Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras CRUB e Brasília 1984.

Portanto para cada 100 mil aplicados na Universidade em 1980, tinha-se em 1985, 33, 22; uma perda de quase 70% do poder real de compra e manutenção nos orçamentos das IES públicas. Este quadro demonstra o drama vivido por estas instituições que não tem como manter nem mesmo o padrão de crescimento e de qualidade de cinco anos atrás. Quais seriam as principais consequências geradas por este estrangulamento de verbas? Pergunta-se: com um orçamento para 1985, equivalente a 35% do que deveria ser em 1980; o que acontece com as universidades? Os equipamentos de laboratórios se deterioram pela falta de condições de manutenção e inúmeras experiências científicas se interrompem, as bibliotecas se desatualizam em livros e, sobretudo em periódicos, os hospitais-escola deixam de atender condignamente a população e grupos de pesquisa formados há 20 anos são obrigados a deixarem de existir.

Esta situação crítica já havia sido denunciada em 1984, quando a Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro alertava que o montante de recursos para custeio e manutenção atribuído ao conjunto das instituições de ensino superior em 1984, representava a ínfima parcela de 1/15 de suas reais necessidades.¹⁶ A consequência dessa redução drástica nos recursos é o colapso da produção científica, em inúmeras universidades vários projetos são paralisados. Os hospitais escolas tiveram que ser desativados ou passaram a funcionar precariamente.

A redução nos orçamentos provocou um achatamento salarial, para professores servidores. Ao lado da redução de verbas um outro problema aflige o país e a universidade: a crise econômica que se acentua a partir de 1981, perdurando até os dias atuais.

¹⁷ - Estas denúncias são apresentadas no Jornal Universidade nº 01 editado pela UNE, em fevereiro de 1985, cuja matéria é intitulada: Da multiplicação de vagas a falência do modelo p. 4 e 5.

Além de provocar a redução de verbas, cria o problema de restringir o mercado de trabalho aos profissionais recém-formados. O próprio número de matrículas no ensino superior tem uma queda entre 1981 e 1984, em virtude da falta de condições para a manutenção dos alunos e o pagamento da mensalidade. (A queda em São Paulo nos estabelecimentos particulares em 1981 foi de 25% nas matrículas).¹⁷

O sonho de acesso ao ensino superior às camadas assalariadas é liquidado pela crise e pela reforma de 1968. O que o governo procurou realizar a partir deste período foi adaptar a universidade ao modelo de desenvolvimento econômico adotado, onde se privilegiou a aliança com o capital multinacional e as grandes corporações nacionais. Dentro da concepção adotada, o desenvolvimento brasileiro se faria à custa de inversões de capital multinacional, ficando a universidade com a responsabilidade de formar pessoal capacitado a ocupar determinadas funções na hierarquia ocupacional.

Como este modelo privilegiou os grandes grupos econômicos, ficou delegada a responsabilidade pela expansão do ensino superior, daí a crescente privatização dessa rede de ensino. Com a falência do modelo vai falir também a universidade, como demonstra sua crise atual.

É interessante observar que durante o período de 1968 até 1980 houve a criação de várias universidades, fato que não vai se repetir durante a década de 1980, no chamado governo da Nova República.

Vejam-se alguns dados mais recentes sobre a expansão das instituições de ensino superior, com evidente predomínio das instituições particulares:

TABELA 19 - Expansão das Instituições de Ensino Superior

INSTITUIÇÕES	ANO					
	2000	2001	2002	2003	2004	2005
PÚBLICAS	176	183	195	207	219	236
PRIVADAS	1.004	1.208	1.442	1.652	1.801	2.074
TOTAL	1.080	1.391	1.637	1.859	2.020	2.310

Fonte: MEC/INEP, 2005.

¹⁸ - Estas denúncias são apresentadas no Jornal Universidade nº 01 editado pela UNE, em fevereiro de 1985, cuja matéria é intitulada: Da multiplicação de vagas a falência do modelo p. 4

2.1 – A construção da UNE

Neste tópico discorre-se sobre a construção da UNE desde a sua organização em 1937. O movimento estudantil anterior à criação da UNE, é representado por esporádicas manifestações da juventude universitária, que podem ser explicadas pela desarticulação dos estudantes, em virtude da pulverização das instituições de ensino superior então existentes.

A primeira dessas manifestações segundo Arthur Poerner data de 1710, ainda no período colonial quando o Rio de Janeiro foi invadido por mais de mil soldados franceses, sob o comando de Jean François Duclerc. As tropas invasoras foram acoissadas pelos estudantes e tiveram que capitular, transformando-se assim na primeira presa dos estudantes brasileiros.

Também no movimento pela independência do Brasil se registra a participação de estudantes, através da inconfidência mineira, onde teve no período que a precedeu a participação de universitários como José Joaquim Maia que chegou a escrever em 1786 ao ministro dos Estados Unidos na França Thomas Jefferson, procurando interessá-lo numa revolução brasileira com vistas a libertação do domínio português. Destacada participação no movimento da inconfidência mineira teve o estudante José Álvares Maciel, que contribuiu no sentido de esclarecimento e politização do movimento.

Durante o período colonial o que se pode afirmar é que os estudantes atuavam isoladamente ou em pequenos grupos, como associações secretas, especialmente fundadas por estudantes provenientes da universidade de Coimbra. Não havia uma organização e articulação nacional do movimento.

Destaca-se ainda a participação dos estudantes a partir de 1808 pela criação de universidade no país, nas campanhas abolicionistas e contra o absolutismo do imperador, o que contribuiu para que Pedro I abdicasse ao trono, em 7 de abril de 1831.

Da fase regencial (entre 1831 a 1840) há indícios da participação de estudantes embora sem grande destaque e individualmente na revolução farroupilha em 1835, no Rio Grande do Sul, e na Sabinada, em 1837, na Bahia. Foram criadas pelos estudantes a partir de 1850 várias associações de caráter cultural científico, como o ensaio filosófico paulistano, o ateneu, a Arcádia Paulista, a Associação Culto a Ciência e o Instituto Acadêmico, todas em São Paulo.

Encontra-se novamente a juventude universitária envolvida com as campanhas pela Abolição da Escravatura e pela República, principalmente na Faculdade de direito de São Paulo, onde ilustres alunos como Afonso Pena, Rodrigues Alves, Rui Barbosa e Castro Alves se opõem a monarquia.

A própria escola militar da Praia Vermelha espelha o animo dos estudantes, onde, por exemplo, o cadete Euclides da Cunha é expulso em virtude de suas idéias Republicanas.

Na época seguinte, quando da rebelião de Canudos os estudantes também se pronunciam através de um manifesto escrito e dirigido a toda nação pelos acadêmicos de Direito da Bahia, onde repudiam o que consideram “um massacre cruel, contra prisioneiros indefesos e manietados em Canudos”.¹⁸

Este é o último ato da participação política da juventude brasileira no século XIX.

No século XX, logo no início, em 1904, ocorre uma série de rebeliões militares, tendo a frente a juventude militar, como nos movimentos denominados revolta dos Sargentos (1916), a Revolta do Forte de Copacabana, em 1922, a Revolução Paulista de 1924, a marcha da Coluna Prestes e a Revolução de 1930. Estes movimentos são protagonizados por grande número de cadetes, logo estudantes. Nesta fase, no início do século XX, há um predomínio da parcela fardada da juventude estudantil.

Como destaque da participação dos universitários tem-se em 1909 e 1910 a campanha civilista de Rui Barbosa, que se identificou com ideais de uma política mais progressista, ganhando assim o apoio dos estudantes. Também na campanha nacionalista de Olavo Bilac, iniciada em 1915 houve a participação estudantil.

Durante a Revolução de 1930 há algumas passeatas e manifestações sem grandes consequências, na segunda República os estudantes participaram da Revolução Constitucionalista de 1932. Anteriormente, é organizada em São Paulo uma associação estudantil denominada a “Bucha”, na Faculdade de Direito. Esta organização de ajuda mútua entre seus membros é uma cópia de associação semelhantes existentes na Alemanha, *BURSCHENSCHAFT* (União de Estudantes), de conteúdo extremamente conservador, segundo Luís Fernando Messeder dos Santos:

Fundada em 1831 na Faculdade de Direito de São Paulo (FDSP), retomando a experiência das congêneres e precursoras entidades universitárias dos Estados Alemães, a associação secreta estudantil *Burschenschaft* (União de Estudantes) reuniu em seus quadros os nomes que iriam protagonizar a cena política e intelectual brasileira ao longo do Império e da Primeira República.

¹⁹ - Esta primeira fase, anterior a criação da UNE se baseia POERNER (1979).

Definindo-se como uma agremiação de finalidades essencialmente beneficentes, voltada para o auxílio dos estudantes mais carentes, um grupo que jamais se esquivou de empenhar-se na política em prol da fração de classe dominante a qual pertencia, reuniu-se sob as normas de ação entitárias - que guardam grande similaridade com aquelas prevalecentes na maçonaria - numa esfera estreita de sociabilidade formada através da cooptação. Com efeito, seus dirigentes foram, entre outros, *Francisco Otaviano*, *Visconde de Ouro Preto* (*Afonso Celso de Assis Figueiredo*), *Rui Barbosa*, *Assis Brasil*, *Barão do Rio Branco* (*José Maria da Silva Paranhos Junior*), *Pinheiro Machado*, *Afonso Arinos* (*pai de Afonso Arinos de Mello Franco*), *Pedro Lessa*, *Bernardino de Campos*, *Davi Campista*, *Melo Franco* (*tio de Afonso Arinos de Mello Franco*), *Antonio Carlos*, *Altivo Arantes*, *Vergueiro Steidel* e *José Carlos de Macêdo Soares*, e tantos outros que por hora seria oneroso citá-los; que tiveram ali um espaço de sociabilização intelectual e política na São Paulo onde dominava o *bacharelismo* liberal. (SANTOS, L., 2002)

A importância que se dá aos títulos acadêmicos, como instrumentos de valorização social e profissional, é salientada nesta nota da seguinte forma:

Detentores de títulos acadêmicos “irrepreensíveis”, nos seus quadros deparamo-nos com *Prudente de Moraes*, *Afonso Pena*, *Campos Sales*, *Rodrigues Alves*, *Wenceslau Brás*, *Artur Bernardes* e *Washington Luís*, apenas para citar aqueles que chegaram a chefia do Executivo Federal. *Epitácio Pessoa* e *Nilo Peçanha* malgrado não participassem da confraria, exerceram seus mandatos cercados de *bucheiros*. *Nilo*, a propósito, foi grão mestre na maçonaria.

Atuando num campo bem diferente, *Fagundes Varela*, *Castro Alves*, *Bernardo Guimarães* e *Alvares de Azevedo*. Notabilizados pela sua produção, participaram da sociedade secreta na fase mais literária.

Durante o longo período no qual exerceram o domínio político, os *Bucheiros* jamais descuraram de influir nas instituições culturais, posto que se fizeram representar de maneira efetiva, ao longo de toda sua trajetória individual e coletiva, na imprensa e em outras agências onde pudessem intervir tendo em vista a dominação cultural.

Na Primeira República, representaram o principal centro ativo de comando político, com influência decisiva na formação dos quadros da classe dirigente, alcançando, mediante um convívio altamente hierarquizado e organizado, um alto grau de homogeneidade e autoconsciência, resultando e refletindo na sua ação dentro dos seus partidos. (SANTOS, L., 2002)

Esta entidade possui uma atuação importante na política brasileira, de seus quadros saíram vários políticos de expressão nacional inclusive futuros chefes do poder executivo federal como *Prudente de Moraes*, *Artur Bernardes*, *Washington Luís* que, embora atuantes no meio universitário em benefício dos estudantes carentes, desenvolvem uma atuação na sociedade, após a fase de realização de seus estudos marcado pelo conservadorismo.

Numa visão menos particularista, os *bucheiros*, são parte ativa do fenômeno *bacharelismo*, que orientou a sua ação de maneira particular, reproduzindo as condições que lhes deram origem, através do contínuo fortalecimento da instituição secreta a qual pertencem. No seu *modus operandi*, o diploma obtido e o status de integrante da *Bucha* potencialmente alçava-os a qualidade de

dirigentes da comunidade paulista e brasileira, dando conformação a suas ações e garantindo a perpetuação das posições alcançadas. Nos parlamentos e nos mecanismos de Estado a sua intervenção já estava garantida.

A ação conjunta da *Bucha* com o fenômeno bacharelesco resultou na conquista da direção política naquelas instituições acima mencionadas, e também nos jornais, grêmios estudantis, clubes literários e ligas nacionalistas, onde seus intelectuais produtores e reprodutores da cultura e do pensamento adequado às suas finalidades encontravam-se. Mediante esses órgãos, usados direta ou indiretamente como veículos, exerceu-se a direção cultural sobre o conjunto da sociedade brasileira.

A figura do bacharel, profissional formado pela universidade, exerce grande liderança na sociedade e é dotado de força política, como se vê:

O fenômeno social permitiu perceber a organização do país por aqueles que eram parte da sua intelectualidade. Exemplar é a proposição de Gizlene Neder: A intelectualidade no Brasil na virada do século era composta, basicamente, de juristas e bacharéis. Dominando um campo de saber bastante abrangente, eles possuíam formação humanística, o que lhes permitia atuar de forma expressiva no processo de ideologização presente na construção da ordem burguesa no Brasil. Formados pelas Faculdades de Direito, desempenhavam atividades na administração pública, nos foros, na vida política, em cargos legislativos, nas escolas (ensinavam latim, português, história e geografia, etc.) e, jornais, na literatura e etc.

Considera-se, por essa vertente, a magistratura dentro da acepção de Antonio Gramsci, como uma profissão que incorpora em sua atividade especializada uma categoria de intelectuais ligados à classe dominante e a serviço do Estado, movimentando ativamente o mundo ideológico numa posição distante da periferia. (SANTOS, L., 2002)

Esta organização estudantil, que congrega sobretudo bacharelandos, vai ter um papel importante na formação da liderança política nacional, de caráter mais conservador.

São intelectuais, usando a expressão consagrada de Gramsci (2004), orgânicos, a atuação no meio estudantil obedece ao interesse maior de desenvolver, após a conclusão do curso superior, uma carreira política à frente do Estado.

Os eventos de iniciação nessa entidade são descritos da seguinte forma:

Vale aqui pontuar a inaudita participação de Oswald de Andrade, que também vivenciou a iniciação *bucheira*. Sua descrição do fato, ocorrido entre 1917 e 1918, é cinematográfica:

Encontro no velho Viaduto do Chá um grupo de estudantes, onde estão Jairo de Góes e Julinho Mesquita. Digo-lhes qualquer coisa rindo. Quando penetro na Rua de São Bento, por onde vinha, e vou sentar-me para tomar alguma coisa, a uma mesa da Leitaria Campo-Belo, vejo aboletar-se a minha frente um dos estudantes. Está agitado. E exige de mim um juramento de segredo. Estranho. Mas ele não se convence de que eu ignoro o que o fez me seguir. E assim, de chofre, me faz membro da Bucha, isto é, da Buchenschaft [sic] paulista, sociedade secreta da Faculdade de Direito que dirige os destinos políticos e financeiros de São Paulo e cuja chave é a Festa da Chave. Levam-me a assistir uma sessão num subterrâneo do Liceu de Artes e Ofícios, na Luz, que está coberto de emblemas e ameaças. Há dirigentes mascarados e sem máscara. Entre eles Altino Arantes, presidente do Estado, e outra personalidade. Só sai besteira.

No documento que assinei para o colega, reservei-me o direito de não participar das atividades da Bucha. Fui, no dia seguinte, consultar o arcebispo Dom Duarte Leopoldo sem dizer o nome da sociedade secreta e ele, com certeza, bucheiro também, me respondeu: - De sociedades secretas que são conhecidas das autoridades não é pecado participar.

Mais tarde Paulo Duarte e um grupo de estudantes e, depois, na Revolução de 30, o general Góes Monteiro, puseram a público e às escâncaras a existência e os segredos da Bucha. (SANTOS, L., 2002)

Figuras de destaque da política nacional surgem nesse período e atuam à frente da “Bucha”, como podemos ver na Festividade da Chave, evento que consagra o “Chaveiro”, chefe da entidade, como se vê:

A Festa da Chave, uma das principais cerimônias, onde o cargo de *Chaveiro* era retransmitido anualmente dentro da Faculdade de Direito, contava com a presença das maiores autoridades paulistas. Aberta ao público, nem todos sabiam o real significado do evento. Isso, por exemplo, ocorreu na do ano de 1916:

Realiza-se hoje, às 10 horas em ponto, com excepcional brilho, na Faculdade de Direito de S. Paulo, a tradicional “Festa da Chave”.

Foram convidados para essa solenidade academica, os exmos. Srs. Presidente e vice-presidente do Estado, secretários do Interior, Fazenda e Justiça e Agricultura; senadores, deputados, juizes e outras pessoas gradas. No saguão da Faculdade, tocará uma secção da banda da Força Pública.

O salão nobre acha-se ornamentado de flôres.

Receberá os convidados à porta, uma comissão de academicos, composta dos Srs. Lysippo Fraga, Affonso Paes de Barros, Cid Prado, Jair Góes, Cyro de Freitas Valle e Francisco Alves dos Santos.

Entre os presentes no evento destaca-se a figura de Julio Mesquita Filho, que assumira, posteriormente, o controle do jornal “O Estado de São Paulo”, como se vê:

Em nome da congregação falará o Exmo. Sr. Dr. Frederico V. Steidel. Em seguida o bacharelado Julio Mesquita Filho entregará a chave ao quartanista Abelardo Vergueiro Cesar. Em nome do 5º anno falará o bacharelado Marcelo B. da Silva Telles; em nome do 4º anno, o quartanista Pereira Lima.

A notícia revela que *Júlio Mesquita Filho*, um dos fundadores da Liga Nacionalista, que então dirigia a *Revista do Brasil* ao lado de seu pai, e que viria a assumir a presidência do jornal *O Estado de São Paulo* a partir da morte deste, em 1927, foi *Chaveiro* da *Burschenschaft*. Cabe comentar o caráter emblemático que essa publicação possui em relação à condição e à posição de classe dos *bucheiros*. (SANTOS, L., 2002)

Estes rituais de iniciação dos estudantes na associação “A BUCHA” são semelhantes àqueles de inclusão em sociedade fechadas de estudantes existentes na Alemanha e nos Estados Unidos. É interessante notar que seus membros tornaram-se figuras de destaque no âmbito universitário e serviu à formação de lideranças para a política brasileira, como se vê:

Em relação a questão da organização ideológica e cultural, naquele momento histórico imediatamente posterior à proclamação da Independência, a magistratura, além de ser uma profissão que incorporava em sua atividade especializada uma categoria de intelectuais ligados à classe dominante e a serviço do Estado, ativamente movimentava o mundo ideológico numa posição distante da periferia. Longe de possuir uma concepção renovadora do Direito, a classe dirigente brasileira encontrará nessas Faculdades o elemento fundamental para a manutenção da ordem, instrumentalizando a burocracia para firmar uma ideologia de controle social através do Estado, determinando ao sistema burocrático e legal uma conformação destinada a criar e manter um certo tipo de cidadão distante da “periculosidade social”.

Futuro expoente do mundo jurídico, Miguel Reale, não participou dessa agremiação, por considerá-la de caráter político, assim:

Miguel Reale revela essa transformação que se operou na *Burschenschaft*. Reale, jurista que assumiu por duas vezes a reitoria da Universidade do Estado de São Paulo, nunca pertenceu a *Bucha*. Em obra autobiográfica, ele afirma que: De início, uma sociedade de cunho mais literário, como a obra de Álvares de Azevedo o demonstra, a Bucha foi adequada a finalidades prevalentemente políticas, sendo o fulcro da pregação Republicana e do federalismo. Formava-se assim nas Arcadas, uma confraria que, como toda sociedade secreta, logo se degenerou numa cadeia de privilégios, que começava na Faculdade pela seleção dos catedráticos e terminava nos ‘acordos café com leite’. Esse autor observou que na década de 1920, a maioria dos estudantes contentava-se com questões formais, sem confrontos de ideologia, pertencendo as camadas sociais dominantes. Quanto aos lentes, refere-se àqueles seguidores de Krause: Anarquistas não havia, e contavam-se no dedo os socialistas ou simpatizantes do chamado ‘socialismo de cátedra’, no fundo redutível a um leque de medidas assistenciais, nos moldes do humanismo krausista, que provinha de João Teodoro, na década de 1870 até João Arruda, passando por Pedro Lessa. (SANTOS, 2002)

Como se vê a Associação Estudantil “A Bucha” reuniu importantes personalidades do mundo acadêmico e político no Brasil.

Por outro lado, de caráter mais político são criadas duas organizações em 1934: A juventude comunista e a juventude de integralista, tendo ambas como ponto de apoio a juventude universitária.

No ano seguinte, nos comícios e na campanha da Aliança Nacional Libertadora ocorre uma grande repressão contra os estudantes envolvidos.

A partir de 1º de junho de 1937, como manifesto lançado por José Américo de Almeida candidato as eleições presidenciais em 1938, começa uma nova campanha com envolvimento estudantil.

Os estudantes, acreditando no candidato fundam uma organização destinada a participar da campanha presidencial: é a frente democrática da mocidade. Com o golpe de Vargas e a instalação do Estado Novo esta entidade é eliminada. Esta entidade precedia uma organização semelhantes a que será adotada pela UNE, a partir de 1937, assunto ao qual passamos imediatamente.

No final do Estado Novo, em 1937 é criada a UNE. A sua criação é simultaneamente, uma conquista do estudante e uma iniciativa do Estado. Neste período autoritário tem uma série de iniciativas no sentido de cooptar os setores organizados da sociedade, principalmente através do corporativismo. A UNE é, portanto uma entidade de caráter democrático e independente, mas no momento de sua criação contou como aval, ou mesmo a simpatia de Getúlio Vargas.¹⁹

Este ponto é polêmico, muitos entrevistados não têm conhecimento do fato e negam qualquer envolvimento da UNE com o Governo Vargas.

A respeito do histórico de criação da UNE e do seu significado veja-se o que diz, Carolina Ruy:

O 1º Congresso Nacional dos Estudantes, iniciado em 11 de agosto de 1937, na Casa do Estudante do Brasil, marcou a criação da União Nacional dos Estudantes. Nesta ocasião estavam presentes e militantes da União da Juventude Comunista, criada em 1925 pelo PCB, grupos que já revelavam uma polêmica que acompanhou toda a história da entidade: a UNE deveria servir aos interesses dos estudantes, estritamente, ou ser um meio de organização para atuação dos estudantes na política nacional? (RUY, C. 2008)

Sobressai neste depoimento, a vinculação estreita da UNE, desde a sua criação, com os partidos políticos, já que tem o aval do Governo Vargas para sua instalação, por um lado e, por outro, há representação política do Partido Comunista Brasileiro e de sua juventude no congresso de criação da Entidade, uma dubiedade que será marcante em sua atuação.

Segundo a avaliação de Arthur Poerner, historiador, a necessidade de participação política dos estudantes e defesa das riquezas nacionais foi o que realmente impulsionou a criação da UNE, tanto que uma de suas maiores campanhas, iniciada em 1948, foi pelo monopólio brasileiro sobre o petróleo, que levou à criação da Petrobrás em 1953. Mas demorou alguns anos, a partir da fundação, para a entidade tomar corpo e ganhar força. Para o jornalista Marco Antonio Coelho, na época da fundação a UNE não tinha a expressão que passou a ter posteriormente, “Os Congressos estudantis reuniam no máximo cem pessoas”, diz ele. “Antes da UNE havia outras associações estudantis, como a CBDU (Confederação Brasileira de Desportes Universitários), o Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito, de São Paulo e a própria Casa do Estudante no Rio de Janeiro como a UDE (União Democrática Estudantil), formadas pela esquerda, também havia grupos ligados à Igreja Católica”. Só a partir da II Guerra, com as manifestações e a tomada da sede, a UNE ganhou expressão e reconhecimento nacional. Até a tomada do Clube Germânia, no ensejo das manifestações pela entrada do Brasil na 2ª Guerra ao lado dos Aliados, e contra o afundamento de navios brasileiros em território nacional pelos alemães, em 1942, a UNE era sediada na Casa do Estudante. (RUY, C. 2008)

²⁰ - Este manifesto é integralmente transcrito em POERNER (1979, p. 71), citado por mim no primeiro capítulo.

A relação do Movimento com o Governo Federal é assim comentada pela autora:

O presidente Getúlio Vargas, por sua vez, apesar de ter se interessado pela organização estudantil e de ter até recebido dos estudantes uma solicitação de pelo reconhecimento da entidade como “único órgão representante oficial dos estudantes do Brasil”, reagiu às manifestações referentes à II Guerra, criando em 1º de abril de 1943, da conservadora “Juventude Brasileira”, nos moldes da juventude fascista de Mussolini, que instalou na sede da UNE.

Ato que levou o então presidente da entidade, Hélió de Almeida a renunciar como forma de protesto. “Era uma época muito complicada porque Getúlio já tinha tomado algumas posições no sentido da participação na guerra do lado dos aliados. De um lado a gente era contra o governo autoritário, mas ao mesmo tempo esse governo tomou uma posição correta em relação a guerra. Havia uma certa oposição lá dentro do Congresso e os estudantes começaram a assumir uma atitude contra o governo do Getúlio”.

A relação da UNE com o governo Vargas foi ambígua até a entidade decidir em 1945 romper definitivamente com o Estado Novo. (RUY, C., 2008)

A respeito do significado da Criação da UNE e das lutas dos estudantes anteriores à sua criação diz a referida autora:

A criação da UNE, em 1937, deu organicidade e continuidade aos movimento sociais que já vinham sendo realizados pelos estudantes universitários brasileiros desde a época do Brasil colonial. Entre a luta pela entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos aliados, nos anos 40, até o debate acerca do Prouni (Programa Universidade Para Todos) e sobre a Reforma Universitária, já nos marcos do governo Lula, se desenrolou uma história de lutas e conquistas. Nos últimos anos a entidade conseguiu realizar os maiores Congressos de sua história. Agora prepara-se para chegar aos 70 anos com força e fôlego para seguir adiante por mais e mais décadas.

No Brasil as primeiras faculdades foram fundadas relativamente tarde, se compararmos com outros países americanos, as primeiras surgiram já no século 16, no México e no Peru. No século 17, quando surgiu a primeira faculdade nos Estados Unidos (Harvard), na América Latina já existiam 13 universidades. (RUY, C. 2008)

O percurso da atuação dos estudantes em diversos episódios na história brasileira é assim descrito por ela:

Os primeiros grupos de estudantes universitários começaram a mudar a cara das cidades em que se instalaram e tiveram grande participação na vida urbana que se formava no Brasil. São cursos de medicina em Salvador e Rio de Janeiro e de direito em Olinda e São Paulo, no século 19. Desde então, a influência dos estudantes na vida social e política foi uma constante.

A cidade de São Paulo, por exemplo, ganha uma injeção de ânimo com a fundação da faculdade direito em 1827, que atraiu jovens estudantes do interior, do Rio de Janeiro e de outras províncias. Eles introduziram modas, novos hábitos, boemia e criaram a necessidade de tavernas, livrarias, questionaram cresças e tabus, contestavam o tiveram grande projeção como é o caso de: Fagundes Varela, José de Alencar, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e Castro Alves.

A campanha pela república se desenvolveu praticamente ao mesmo tempo em que o abolicionismo. Muitos estudantes consideravam que os escravos seriam abolidos como consequência da Proclamação da República. Nesta época surgiram diversos

clubes Republicanos acadêmicos, nos quais destacaram-se nomes como: Júlio de Castilhos, Julio de Mesquita, Clóvis Bevilacqua, entre outros. A Abolição e a Proclamação da República em 1889, acalmaram por um tempo os ânimos dos estudantes. (RUY, C. 2008)

Dos eventos históricos de destaque na historiografia brasileira a abolição e a república, segundo a depoente, contaram com a participação dos estudantes. Vale registrar que tais acontecimentos não são considerados pela moderna historiografia como eventos de massa, pois, efetivamente, não tiveram grande participação popular.

Ainda no século 19, os estudantes da Faculdade de Direito da Bahia, dirigiram um documento à Nação em que expressara, indignação quanto à ação militar em Canudos (1893 a 1897). Os estudantes diziam, no documento, que (...) consideram um crime a jugulação dos míseros conselheiristas aprisionados (...) e que (...) O Brasil Republicano só há de prosperar quando estiverem consolidados certos hábitos, indispensáveis ao seu desenvolvimento normal; colocando que naquele momento a história da República atravessava um período de consolidação dos costumes (Rocha Pombo. História do Brasil, v. X, p. 431). Segundo o escritor e jornalista Arthur Poerner, este documento foi um dos primeiros manifestos estudantis do Brasil.

No início do 20 ocorrem manifestações esporádicas, principalmente dos jovens de escolas militares como a Revolta da Vacina, em 1904, a Revolta dos 18 do Forte (1922), a Revolução Paulista (1924), que se desdobra na Coluna Prestes. A derrota destes movimentos que se opunham à oligarquia que governava o Brasil canalizou forças, em 1930 conseguiram derrubar a República Velha quando Getúlio Vargas tomou o poder, em um governo que se estendeu até 1945. (RUY, C., 2008)

A juventude Hitlerista, que na Europa, sobretudo na Alemanha, arregimentou milhares de jovens, tem o apoio de parte da nossa juventude, demonstrando a plasticidade da consciência juvenil, que pode ser influenciada por diferentes ideologias.

A relação dos estudantes com o governo de Getúlio Vargas é assim descrita pela autora:

Sentindo-se traídos por Getúlio Vargas, dois anos depois, muitos estudantes que defendiam o liberalismo econômico, voltaram-se também contra o seu governo e tiveram forte participação na guerra civil de São Paulo, conhecido como Movimento Constitucionalista, contra o regime inaugurado em 1930. Este movimento, durou de janeiro de 1932, com a realização de um grande comício na Praça da Sé, na capital paulista, até maio daquele ano, quando estudantes e populares atacaram redações de Miragaia, Martins, Dráusio e Camargo. Suas iniciais serviram, posteriormente, para designar o movimento paulista: MMDC. O levante paulista foi derrotado, mas Getúlio convocou uma assembléia constituinte que, dois anos depois, em 1934, promulgou uma nova Carta Magna. Naquela época já eram muitos os grupos políticos que defendiam ideologias distintas. Como reação contra a revolução socialista que, vitoriosa na Rússia, em 1917, que pairava como um espectro sobre as repúblicas capitalistas, a década de 1930 assistiu a diversas formações de grupos de uma direita radical. No Brasil a Juventude Hitlerista era ligada ao partido nazista, que no Brasil, antes de 1937, chegou a ter quase três mil membros. Multiplicaram-se os conflitos entre estudantes democratas e de

esquerda contra seus colegas militantes do movimento integralista. Neste contexto, juventude da ala progressista criou, no início de 1935, a Aliança Nacional Libertadora (ANL). (RUY, C., 2008)

É importante assinalar que a criação da UNE tem como referência anterior o impacto do manifesto estudantil elaborado em 21 de Junho de 1918, na Universidade de Córdoba, cujo o título é *La Juventud Argentina de Córdoba a los Hombres Libres de Sudamérica*, formalizado pela Federação Universitária de Buenos Aires. Neste manifesto faz-se uma crítica acirrada ao sistema universitário argentino, extensível aos demais países da América Latina, segundo qual o regime universitário, da época, estaria fundado sob uma espécie de direito divino do professorado universitário.

A juventude universitária propõe, nesse documento uma reforma universitária que assegure a liberdade de pensamento, contra o que acreditavam ser uma tirania na direção das universidades, fundamenta na aliança da oligarquia política com a Igreja.

Nesse documento, que constantemente é mencionado nas análises históricas sobre o processo de reforma universitária, os dirigentes da Federação Universitária de Buenos Aires constroem uma auto-imagem sobre a condição de ser estudante que vai perdurar por muitos anos no imaginário dos dirigentes estudantis na América Latina, segundo eles:

La juventud vive siempre en trance de heroísmo. Es desinteresada, es pura. No ha tenido tiempo aún de contaminarse. No se equivoca nunca en la elección de sus propios maestros. Ante los jóvenes no se hace mérito adulando o comprando. Hay que dejar que ellos mismos elijan sus maestros y directores, seguros de que el acierto ha de coronar sus determinaciones. En adelante, sólo podrán ser maestros en la república universitaria los verdaderos constructores de almas, los creadores de verdad, de belleza y de bien.

(<http://www.fmmeduccion.com.ar/história/documentoshist/1918universidad.htm>)

Merece destaque a referência à atuação dos estudantes na Hungria, em 1906, onde pretendiam estabelecer uma Universidade Livre para os trabalhadores, partindo da idéia de criar uma nova ética, uma nova moralidade, no lugar da religião e da metafísica, conforme relato de LUKACS (2009).

A criação da UNE, conforme já mencionado, se dá sobre o impacto das mudanças verificadas a partir da década de 1930, dentro do projeto de construção do estado nacional, proposto por Getúlio Vargas.

Durante a fase posterior, de 1938 a 1942 as atividades principais da UNE consistiram na organização das federações estudantis nos estados; na resistência contra o registro da imprensa estudantil (76 jornais e revistas em 1940), no Departamento da Imprensa e Propaganda - DIP. Órgão da Presidência da República que exercia a censura aos meios de comunicação. Houve ainda, protestos contra o aumento abusivo das tarifas de transporte e das taxas escolares, e estabeleceram-se relações com entidade internacionais, principalmente a Confederação Internacional dos Estudantes e a União dos Estudantes da América.

Mas o fato de maior destaque neste período, foi a luta contra o nazi-fascismo, durante a Segunda Guerra Mundial, e contra o próprio Estado Novo. A repressão política interna fez despertar a necessidade de se combater não apenas o autoritarismo dos países do eixo, mas também o próprio governo Vargas, ao ponto de que no final da guerra tivesse colocado um aparente paradoxo: o Brasil lutava na guerra contra o nazi-fascismo, mas internamente existia uma ditadura, daí porque se desenvolver também após o término da guerra uma intensa campanha pela redemocratização da sociedade.

É a partir de março de 1945, com a vitória aliada garantida no plano externo, que se iniciam as grandes mobilizações. Os estudantes passam a apoiar a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, realizando um comício em Recife, este comício é dissolvido a bala por ordem do Interventor Federal de Pernambuco Etelvino Lins.

Neste incidente é assassinado pela polícia o estudante Demócrito de Souza Filho, primeiro secretário da União dos Estudantes de Pernambuco - UEP. A partir desse acontecimento a UNE declara guerra ao Estado Novo, realizando várias manifestações no país, contra o autoritarismo. Conquistam uma vitória parcial: é decretada a anistia, ainda em 1945.

Este período marca também uma cisão no ME, os setores ligados ao PCB, que seguem a orientação de Luís Carlos Prestes apóiam Vargas, por considerar necessárias as outras candidaturas (General Eurico Dutra e Brigadeiro Eduardo Gomes), por outro lado um grande número de estudantes aderiam a UDN União Democrática Nacional – UDN. E em julho de 1945, a UDN obtém um grande êxito ao conduzir a presidência da UNE o estudante udenista José Américo Coutinho Nogueira, que em 1962 seria candidato ao governo de São Paulo.

Com a queda do Estado Novo, após o governo provisório de José Linhares, assume o presidente eleito Eurico Dutra. Neste governo, há uma onda de repressão contra o Movimento Estudantil, o que faz com que ocorra uma reaproximação entre os estudantes comunistas e udenistas.

Os estudantes udenistas decepcionados com esse partido e não sendo comunistas, ingressam no Partido Socialista Brasileiro (PSB); iniciando a fase de hegemonia do partido socialista.

Sendo então dirigida por “socialistas”, de 1947 a 1950, a UNE se destaca na luta pela defesa do patrimônio territorial e econômico do Brasil, e no período da campanha do petróleo, pela criação do monopólio estatal e pela criação da Petrobrás.

A partir do término da hegemonia socialista na UNE em 1949, com a presidência de José Frejat, iniciou-se uma fase nova na UNE: os estudantes direitistas conseguem chegar à presidência da entidade, com o estudante mineiro Olavo Jardim Campos.

O grande articulador da direita era Paulo Egydio Martins, que era presidente da União Metropolitana de Estudantes do Rio de Janeiro. (Paulo Egydio será governador de São Paulo e Ministro no governo de Castelo Branco). O suporte ideológico para a ação da direita é dado pelo Departamento de Estado Norte-Americano, que enviou ao Brasil a estudante Helena Rogers, cuja missão era combater a infiltração comunista na UNE.

A hegemonia direitista da UNE, corresponde à infiltração norte-americana na entidade. Esta fase direitista abrange o período de 1950 a 1956, e se caracteriza por um decréscimo da participação estudantil. Os estudantes não eram chamados a se mobilizarem, em virtude do peleguismo instalado na direção das entidades. Esta fase é importante no sentido de demonstrar que não é somente a esquerda os progressistas que atuam no Movimento Estudantil. (MARTINS, 1987)

A idealização que é feita pela esquerda, colocando o estudante como um progressista por natureza é desfeita a partir desse período. Fica evidente que a criação de um estereótipo do estudante como esquerdista e progressista é uma atitude equivocada. A motivação do estudante para participar ou não politicamente, como vimos no primeiro capítulo, segue os mais diferentes impulsos. (O que se demonstra pela gestão da UNE de 1951).

Esta fase de controle da UNE pela direita somente termina em 1956, com a presidência de José Batista de Oliveira Júnior, que era presidente da União Municipal do Estudantes do Rio de Janeiro, entidade atuante e respeitada. Sua gestão a frente da UNE significou a retomada da entidade pelas forças de esquerda do ME. No ano seguinte, 1958, assume a presidência Marcos Hensi, que marcou sua atuação por campanha contra a empresa norte-americana American Can, que ameaçava destruir a indústria nacional de lataria; realizou também, sob sua direção, o 1º seminário nacional de Reforma do Ensino. Foi substituído ao término de seu mandato em 1958 pelo

estudante baiano Raimundo Eirado, cuja gestão notabilizou por campanha desenvolvida contra Roberto Campos, em virtude de acordos assinados por este com o governo da Bolívia, visando aplicar recursos da Petrobrás no Altiplano Boliviano, para atender a interesses da Gulf Petrolun. Em julho de 1959 foi substituído pelo estudante João Manuel Conrado que deu prosseguimento a gestão anterior.

Em 1960 a presidência da UNE é assumida pelo baiano Oliveira Guanaís, período que iria coincidir com a campanha presidencial. A fase posterior, iniciada em 1961 será uma das mais importantes para a UNE, marcando a hegemonia católica no ME.

Em 1961, com a ascensão do goiano Aldo Arantes à presidência da UNE inicia-se uma fase de predomínio da juventude católica no ME (CUNHA, 1985).²¹

É nesta gestão de Aldo Arantes, que a entidade assume uma grande liderança nacional. São realizados seminários nacionais sobre reforma universitária em 1960 e 1961, na Bahia e Paraná, onde se elaboram Cartas Políticas, dando uma orientação ao movimento. A partir de gestão de Aldo Arantes é deflagrada uma greve nacional pela reforma da universidade; conhecida como greve do 1/3, porque se reivindicava a participação dos estudantes na proporção de 1/3 dos órgãos colegiados das universidades. Apesar de ter sido a maior e mais bem organizada greve estudantil do período, seus frutos concretos foram poucos, tendo, sobretudo uma importância política ao colocar na ordem do dia a discussão sobre a universidade. Outro acontecimento importante dessa gestão é o movimento pela legalidade, que contou com o apoio da UNE.²²

Deve-se salientar que em períodos anteriores a 1960, os grupos políticos de matriz conservadora já existiam, porém, é a partir de 1964 que passa a existir hegemonia da esquerda na UNE.

Com a renúncia de Jânio Quadros, o seu sucessor legal seria João Goulart, porém os militares tentaram impedir-lhe a posse. De modo que a UNE e o PTB, mais o governador Leonel Brizola criam a chamada cadeia da legalidade com transmissão radiofônica a partir do Rio Grande do Sul, procurando assegurar a posse de Jango, o qual vai ocorrer através de uma solução de compromisso representada pela adoção do parlamentarismo.

A gestão seguinte, eleita pelo 25º Congresso Nacional dos Estudantes, foi encabeçada pelo líder estudantil católico mineiro Vinícius Caldeira Bradt, que deu prosseguimento à luta pela reforma universitária.

²¹ – CUNHA, Luiz Antônio. Universidade Temporã. Rio de Janeiro, 1985.

²² – Há uma obra que trata diretamente da origem das organizações católicas, que são a Ação Popular (AP), e a Juventude Universitária Católica. Estas organizações terão grande influência na UNE a partir de 1961. Ver a respeito Lima, Haroldo e Arantes, Aldo História da ação popular da JUC ao PCdoB. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1984.

A última gestão antes do golpe é liderada pelo estudante paulista José Serra também militante católico, da Ação Popular - AP. A eleição de José Serra demonstrou a força da AP como organização, uma vez que segundo seu depoimento, o congresso que o elegeu contara com aproximadamente mil delegados, e ele obteve 95 por cento dos votos, contra uma chapa de direita.²²

A ação da Diretoria liderada por Serra estava baseada em quatro pontos básicos: primeiro, a luta pela defesa da ampliação das liberdades democráticas; em segundo, defendiam a adoção pelo governo de medidas que guardassem os interesses nacionais; em terceiro se colocava a luta pela reforma universitária e mais amplamente a reforma do sistema de ensino, visando democratizar o acesso às escolas e a sua adequação à realidade do desenvolvimento do país; em quarto e último lugar, colocava-se a defesa de autodeterminação dos povos e de uma política externa independente para o país.

Estas propostas foram silenciadas a partir do golpe de 1964, cujo o significado é indicado por Schwarz (2009), como destinada a garantir o capital e o continente contra o socialismo.

É na gestão de Altino Dantas Júnior (1964 a 1965) que ocorreram as principais tentativas de reorganizar a UNE e resistir ao golpe. A primeira iniciativa dos militares foi promover um incêndio no prédio que sediava a entidade na praia do Flamengo, no Rio de Janeiro. Por outro lado, a 28 de Outubro de 1964, o Congresso Nacional devidamente expurgado dos parlamentares mais progressistas aprovou, por 126 votos a favor, 117 contra e 5 abstenções o projeto de lei que extinguiu a União Nacional dos Estudantes com sede em Brasília e controlado pelo governo através do MEC. Esta lei tornou-se conhecida como Lei Suplicy em virtude de ser este o nome do ministro da Educação a época (SERRA, J.. 1979).²³

Com o golpe de 1964 a UNE, como todo o movimento popular e sindical é desmantelado, em virtude da oposição frontal que tais setores sociais faziam à quebra da legalidade.

Ao análise da atuação dos estudantes a partir de 1964, demonstra que este não é o único setor da sociedade civil que vai resistir ou pelo menos se opor ao autoritarismo. São várias entidades sindicais e populares que enfrentam o

²³ - Este episódio é analisado no segundo capítulo desta Tese (CF). Há também um depoimento de Aldo Arantes em Coletânea editada pela UNE, intitulada: História da UNE depoimentos de ex-dirigentes São Paulo Editorial livramento, 1980, p. 13 a 21.

²⁴ - (C. F.) Depoimento de José Serra, in História da UNE depoimento de ex-dirigentes. p. 23 a 30.

governo militar e que sofrem contundentes agressões do mesmo. Contudo a relação governo-movimento estudantil não possui uma dinâmica invariável em todo o período que se estuda.

Nos momentos em que há uma “descompressão política” para usar uma expressão de Golbery do Couto e Silva, há uma flexibilização das relações entre os dois oponentes. É o mesmo processo que ocorre com relação ao conjunto da sociedade civil.

De modo que o ME oferece uma resistência ao governo, sem, contudo ser o único setor e mesmo sem ter a hegemonia do processo que se desenvolverá futuramente indo do golpe à constituinte de 1986, cujas as propostas são apresentadas no documento a seguir:

Figura 03: A UNE apresenta suas propostas para a Constituinte – 1986



Fonte: Portal da UNE – 2009.

A UNE defende suas propostas em relação à conjuntura nacional e à universidade nessa edição de seu jornal no ano de 1986. Continuando a narrativa histórica percebe-se que há períodos em que a relação é extremamente conflituosa e radicalizada pela repressão policial e pela alternativa seguida durante os anos de 1967 a 1970, que é a da resistência armada. Mas há também fases de mobilizações de rua, a partir de 1977 a 1979, com a retomada e a reconstrução da UNE. Uma vez conquistada a anistia, abre-se um intenso período de atividades reivindicatórias que irão culminar na democratização da sociedade a partir de 1982, com as eleições majoritárias nos estados.

Este processo tem seguimento com a campanha pelas diretas em 1982, com a criação da Nova República em 1985 e com a constituinte em 1986 a 1987.²⁵ Ocorreu então, uma polarização da ação do governo por um lado e por outro a luta dos estudantes que é analisada neste tópico. O golpe de 1964 atingiu brutalmente as entidades estudantis. Logo no início, ainda em 1964 é dissolvida a UNE. A repressão policial atinge diretamente as entidades criando pânico entre os ativistas do ME que são obrigados a deixar o país.

Durante o período de 1965 a 1966 há uma tentativa de manter viva a UNE principalmente através do trabalho dos Centros Acadêmicos (CAs) e Uniões Estaduais de Estudantes (UEEs). Cria-se, neste momento, sobre a inspiração da UNE o movimento contra a ditadura (MCD) que, por falta de uma orientação definida, acaba se desestruturando em 1966.

No plano internacional, a UNE participa em 1965, no Uruguai, de um encontro de entidades latino-americanas promovido pela UIE, União Internacional de Estudantes. Ainda em 1967 há participação da entidade no IX Congresso da OIE, realizado em Vilan Bator, capital da República Popular da Mongólia. Percebe-se nessa fase uma atuação de resistência a ditadura no plano interno e de solidariedade em nível internacional, ocorrendo manifestações da juventude universitária em diversos países contra os seus respectivos governos, consoante imagens abaixo:

²⁵ - (C. F.) Depoimento de Altino Dantas Júnior in História da UNE - depoimento de ex-dirigentes. p. 32 a 47. É mister ressaltar que o depoimento desse líder estudantil foi fornecido a UNE por escrito, uma vez que o mesmo encontrava-se preso no presídio político de São Paulo. (Abril de 78).

Figura 04: Mobilizações Estudantis nos Estados Unidos em 1967



Protesto nos Estados Unidos contra a Guerra do Vietnã.

Fonte: Marc Riboud, 1967.

Os estudantes tiveram uma importante participação na luta contra a Guerra do Vietnã, com várias mobilizações nos Estados Unidos.

Figura 05: Mobilizações Estudantis na Europa, 1968



Revolta em Paris durante o Maio de 1968.

Fonte: Bruno Barbey, 1968.

Os estudantes vão à luta – enfrentado, nas ruas, as forças armadas nos Estados Unidos, contra a Guerra e, na França, lutam pela reforma da Universidade.

Figura 06: Universidade de Sorbonne, Paris, França, maio de 1968



Em destaque, nas colunas do prédio acima, da Universidade Sorbonne em Paris, cartazes com as imagens de Marx, Lénin e Mao Tsé Tung, ideólogos que influenciam a juventude em 1968.

Foto: Henri Cartier-Bresson.

Fonte: Coleção Folha Grandes Fotografos (Revoluções, nº 7 – 2009).

Nesse processo, a gestão seguinte, de José Luis Guedes, eleita em congresso, semi-clandestino, realizado em Belo Horizonte, no convento dos padres franciscanos, dirigire a UNE no período 1966 a 1967. No programa debatido e aprovado, consta o boicote à Lei Suplicy e ao projeto de reforma da universidade.

Nessa gestão realizam-se manifestações contra a ditadura e um dia nacional de protesto, promovidos em conjunto com estudantes secundaristas. O período seguinte, de 1967 a 1969, é marcado pelo ascenso do ME, em vários países do mundo. No Brasil, é a ditadura, e na gestão de Luís Raul Machado, o ano de 1967 se inicia para o ME, com um seminário nacional para se debater os acordos MEC-USAID.

Este seminário foi organizado a partir de discussões nos estados, com teses publicadas pelo grêmio da Filosofia da USP. Este programa, ou tese para debate continha uma visão da universidade seus problemas e perspectivas e da situação política do país, onde se responsabilizava a ditadura pelo caos reinante na universidade e na sociedade.

Enquanto na França, acontece o maio de 1968, no Brasil, 1968 marca o refluxo do Movimento Estudantil, há uma explosão do movimento que se verifica a partir de 1968, com a morte de Edson Luís de Lima Souto, assassinado pela polícia no restaurante Calabouço no Rio de Janeiro, marcando uma nova fase para o ME.

A partir desse episódio ocorrem várias manifestações contra a ditadura no país. O próprio enterro de Edson Luís é uma manifestação contra o governo, uma vez que se realiza um cortejo com o corpo sendo levado num carro do corpo de bombeiros pelas ruas do Rio de Janeiro.

Por outros estados, a notícia se espalhou, principalmente através de manchetes de jornais, de mostrar uma foto de Edson Luís morto dentro do restaurante Calabouço. Em Goiás, os estudantes se manifestam em Goiânia e são reprimidos pela polícia, que chega a atirar nos estudantes que se protegem dentro da catedral.

Há manifestações na cidade de São Paulo, diversas no Rio de Janeiro e no Nordeste. São milhares de estudantes que vão às ruas protestarem e pedir o fim da ditadura. A resposta do governo é a repressão.

Em 1968, ocorre o fatídico Congresso de Ibiúna. Iniciou em São Paulo, onde todo o Congresso é dissolvido, e seus participantes são presos. Muitos são condenados à prisão ou expulsos do país.

Figura 07: Repressão ao Congresso da UNE de Ibiúna - 1968



Fonte: Veja (Arquivo Digital), 2009.

Na verdade nem todos foram presos, mas 900 estudantes foram detidos pela polícia e responderam a processo. Algumas lideranças entram a partir daí na ilegalidade, muitos deles são exilados ou entram na luta clandestina contra o Regime Militar, inclusive por meio da guerrilha urbana. O ano de 1968 tornou-se um mito para o ME, pois influenciou a cultura de toda uma geração. Foi um ano deflagrador de uma série de lutas sociais políticas e culturais, conforme Soto e Zappa (2008).

A 30ª gestão da UNE, encabeçada por Jean Marc Von der Weid, dirigirá a UNE de abril de 1969 a setembro de 1969. Esta é a última gestão da UNE antes de sua dissolução. É considerada a mais dramática da existência da entidade, tendo funcionado precariamente até 1973 com assassinato de seu último presidente Honestino Guimarães e de mais três diretores Gildo Macêdo Lacerda, Humberto Câmara e José Carlos da Mata Machado.

Antes disso, dois diretores haviam abandonado o ME pela luta armada: sendo um, José Genoíno, que foi detido em 1972, no início da guerrilha do Araguaia, e a Elenina Rezende, assassinada pelo Exército, depois de presa em combate na região.

Com a repressão, o que se verifica neste período, a partir de 1969 é um distanciamento completo entre a liderança e o conjunto do movimento, o que vai redundar no vanguardismo a partir de 1970, no período do governo Médici.

Anteriormente, no capítulo segundo, viu-se a escalada repressiva do governo Médici, e a direção da UNE sofre profundamente com isso. De abril de 1969 a agosto de 1970, duas gestões se sucedem na UNE, a primeira liderada pela vice-presidente Dora Rodrigues de Carvalho e a segunda pelo também vice-presidente José Generino Neto.

É uma fase de descenso e de desorganização do ME., provocada pela ação repressiva do governo. Esta gestão, que cobre o período de 1969/1970 é marcada por algumas iniciativas como a campanha contra a tortura e contra o AI-5. Foi, contudo, um período de desorganização onde a liderança era obrigada a se afastar do meio estudantil devido à repressão. A última gestão antes da reconstrução em 1979, é liderada por Newton Miranda Sobrinho, que presidirá a UNE de julho de 1971 a julho de 1973. O 31º Congresso que elegeu esta diretoria é realizado na mais rigorosa clandestinidade, no segundo semestre de 1971. Metade dessa diretoria é presa e submetida a torturas. O grupo restante promove uma série de atividades até 1975, quando é dissolvida a UNE.

Entre as atividades então desenvolvidas destacam-se: luta contra o ensino pago, defesa dos direitos humanos, luta contra as prisões, torturas e assassinatos de presos políticos e reorganização das entidades estudantis. Este elenco de bandeiras políticas são frustradas pela ação do governo. Com a prisão de vários de seus diretores restando apenas três membros, a UNE deixa de existir como entidade organizada em 1973.

Sem condições de convocar a realizar um novo congresso esta é a única alternativa encontrada por seus dirigentes, que sobreviveram a repressão policial. Nota-se, neste período que se desenvolve logo após o movimento de 1964, que a ação do governo se volta contra o movimento popular e contra o Movimento Estudantil. Em todo este período há uma continuidade na repressão. O acontecimento mais duro é vivido a partir de 1970, quando o setor de linha dura representado por Médici assume o controle do governo. A repressão com o argumento de combater a subversão elimina fisicamente os opositores do regime. É uma fase de centralização excessiva dos poderes, sendo que o executivo militarizado assume o comando do país.

Ao país da propaganda oficial, com seus slogans Brasil ame-o ou deixe-o, corresponde uma sociedade civil paralisada, amedrontada pelo governo. O ME, somente irá se recuperar a partir de 1977, devido a certas medidas tomadas no governo de Ernesto Geisel. A reconstrução do movimento somente ocorrerá em 1979, no Congresso de Salvador, como se verá em seguida.

O período Médici marcou, como vimos, o declínio das manifestações estudantis, com a desarticulação das entidades e perseguições das lideranças que eram empurradas para a oposição clandestina. As mais singelas tentativas de retomar as lutas reivindicatórias nas universidades eram prontamente reprimidas.

Durante os anos de 1968 e 1969, ocorreram centenas de manifestações, que variavam desde a queima de bandeiras dos Estados Unidos, até passeatas e invasões de reitorias. Porém o período que se segue a 1970 é de estagnação política.

Desse torpor, o ME somente começaria a despertar depois de 1974, ocorrendo as primeiras manifestações de rua em 1976.

Com a política de distensão iniciada por Geisel, criaram-se condições mais adequadas para que ocorram as retomadas das manifestações estudantis.

Contudo, é com o Congresso da UNE realizado em 1979, na cidade de Salvador que a Entidade é reorganizada.²⁵

²⁵ - Há uma descrição detalhada destas manifestações catalogadas a partir de jornais, desta por João Roberto Martins Filho, no Livro "Movimento Estudantil e Ditadura Militar" op. cit. p. 151/166.

Na mesa diretora do Congresso foram realizadas importantes manifestações. Em 1975, são realizadas greves no Rio Grande do Sul, São Paulo, Brasília, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Ainda em 1975 outra luta importante foi travada pelos estudantes. Desta vez, na Bahia, onde os estudantes da Universidade Federal fizeram uma greve de 30 dias contra o jubileamento.

Estas manifestações são importantes como uma quebra no gelo que havia sido jogado sobre os estudantes. O seu significado maior está em que possibilitou a oportunidade para reorganização do ME. Neste processo surgem as primeiras tendências políticas que irão atuar no ME e os primeiros Diretórios Centrais de Estudantes, desvinculados da burocracia universitária e independente do governo.

A luta por mais verbas para a universidade, contra o ensino pago, pela democratização da universidade, são os pontos comuns da plataforma dessas tendências. Com relação a conjuntura nacional há divergência muito acentuada: alguns setores defendem uma luta restrita ao âmbito da Universidade, enquanto outros apontam a derrubada do regime como prioridade.

Continuando suas atividade em 16 de outubro de 1976, os estudantes conseguem realizar em São Paulo, nos Barracos da USP, o II Encontro Nacional de Estudantes; que reuniu 281 delegados e mais de 500 observadores de 40 escolas de 8 estados brasileiros (São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia, Brasília, Rio de Janeiro e Pernambuco).

Neste encontro retirou-se como única deliberação a campanha pelo voto nulo nas eleições de 1976. Já em 1977, as passeatas dos estudantes de um lado e de outro a forte repressão policial, marcaram este ano.

A Universidade de Brasília é ocupada por forças policiais, 8 estudantes e operários são presos nas manifestações de 1º de maio. Em Minas Gerais, durante a realização do III Encontro Nacional dos Estudantes (IIIº ENE), são presas 850 pessoas. O III ENE é transferido então para a PUC-SP, que também é invadida pela polícia, com um saldo final de 500 detidos, 41 estudantes enquadrados na LSN e dezenas de feridos.

No ano seguinte, em 1978, crescem as manifestações não só estudantes, como de vários outros segmentos como os professores e médicos residentes. Os trabalhadores também retomam as lutas, ocorrendo a primeira greve pós-1964, no ABC, por aumento salarial.

Para o ME, especificamente, o ano foi importante em termos de organização cresce o número de centros acadêmicos e DCE's, é eleita a diretoria da UEE-SP, e a comissão Pró-UNE intensifica os preparativos para a realização do congresso de reconstrução da entidade, conforme havia decidido o IV Encontro Nacional de Estudantes.

A posição do governo frente ao ressurgimento da UNE é apresentada pelo Ministro Petrônio Portela que enviou telex aos reitores com a posição do governo.

Para ele, o Congresso de Salvador era ilegal, mas não seria proibido. Comunicava que a reunião da Comissão de Reconstrução da UNE marcada para os dias 29 e 30 de maio em Salvador seria ilegal, não tendo o apoio nem a autorização do ministério. No mesmo teor, é divulgada uma nota pelo ministro da Comunicação Social, Said Farah, no dia 18 de maio. O governo não proíbe, mas não apóia.

Com este quase consentimento é realizado o Congresso de Salvador.

No cenário político há um crescimento das manifestações populares, com a volta dos exilados, o crescimento das organizações populares e sindicais. Vários setores voltam a atividade política, como os professores, os sem terra.

De medida concreta o governo reforma a CLT, extingue o AI-5, substituindo-o pelas salvaguardas nacionais, e intervém nos sindicatos dos metalúrgicos do ABC e dos professores de Brasília.

Enfim, pode-se afirmar com certeza, que as medidas concretas tomadas pelo governo Figueiredo estavam longe de atender as reivindicações da maioria da população que reivindicava elevação salarial, melhoria nas condições de vida, reforma agrária e liberdade democráticas.

É nesse contexto que ressurge a União Nacional dos Estudantes.

As principais decisões tomadas no Congresso foram:

- a) Constituição de uma diretoria provisória que deveria encaminhar eleições diretas para a UNE no ano seguinte (1980);
- b) Definição das instâncias de deliberação da entidade, em 3 níveis, a saber:
 - 1º Congresso Nacional de Estudantes (composto por delegados eleitos);
 - 2º Conselho Nacional de Entidades de Base (composto pelos CAS e Das);
 - 3º Conselho de Entidades Gerais (composto por DCEs e UEEs);
- c) Aprovação de um plano de lutas; composta de seis itens:
 - 1º contra o ensino pago;
 - 2º por mais verbas para a educação;
 - 3º pela anistia ampla geral e irrestrita;
 - 4º por uma assembléia nacional constituinte;
 - 5º contra a devastação da Amazônia;
 - 6º campanha de filiação de entidade a UNE.

(Fonte: Jornal Nossa Voz, UNE, 1979)

Por último, 04h15min da manhã, ao término do Congresso, definiu-se a primeira Diretoria da UNE após sua reconstrução. Esta diretoria provisória deveria encaminhar o programa definido pelo Congresso e preparar as eleições diretas para a entidade no ano seguinte. (Conforme relato encontrado na revista “A volta da UNE”, de 1979).

A composição desta gestão de reconstrução foi efetivada com base em entidade geral que já haviam sido reorganizadas. Ficou composta pelas seguintes entidades, que deveriam indicar seus representantes:

- 1º) UEE-SP
- 2º) DCE-UFBA
- 3º) DCE-UFPE
- 4º) DCE-UFMG
- 5º) DCE-PUC-RJ
- 6º) DCE-UFRGS
- 7º) DCE-UnB
- 8º) DCE-UFPA

A reconstrução da UNE marca uma vitória dos estudantes brasileiros. É um símbolo da luta, da resistência da própria sociedade contra o autoritarismo. A partir de então, os estudantes contariam, como em 1937, com uma organização e um centro aglutinador de nível nacional.

O ressurgimento da UNE é parte do movimento nacional de reorganização das entidades representativas da sociedade civil, em nosso país.

Por este motivo, é que não se pode compreender a existência do ME, desvinculando-o da conjuntura política concreta na qual ele atua, distanciando do conjunto do movimento popular no país, longe da política nacional é uma mera abstração. É a ação do próprio poder central, a União, que gera os acontecimentos de ascenso e descenso do movimento.

Figura 08: A volta da UNE, 1979.



Fonte: Revista História Imediata - 1979.

A revista acima forneceu importantes elementos sobre a história do ME e sobre o congresso de reconstrução da UNE, o exemplar que utilizei foi cedido por Lúcia Stumpf, Presidente da UNE, gestão 2007-2009.

No ano de 1980, o Governo Militar realiza a demolição da sede da UNE no Rio de Janeiro, mostrando que a Ditadura continuava viva, conforme imagens a seguir, que retratam a violência e a força do Estado Autoritário se sobrepondo à negociação sem possibilidade de convivência da UNE sob o Estado governado pelos militares, como se vê:

Figura 09: Demolição da Sede da UNE – Rio de Janeiro, 1980.



Fonte: Márcio Goldzweig - 1980.

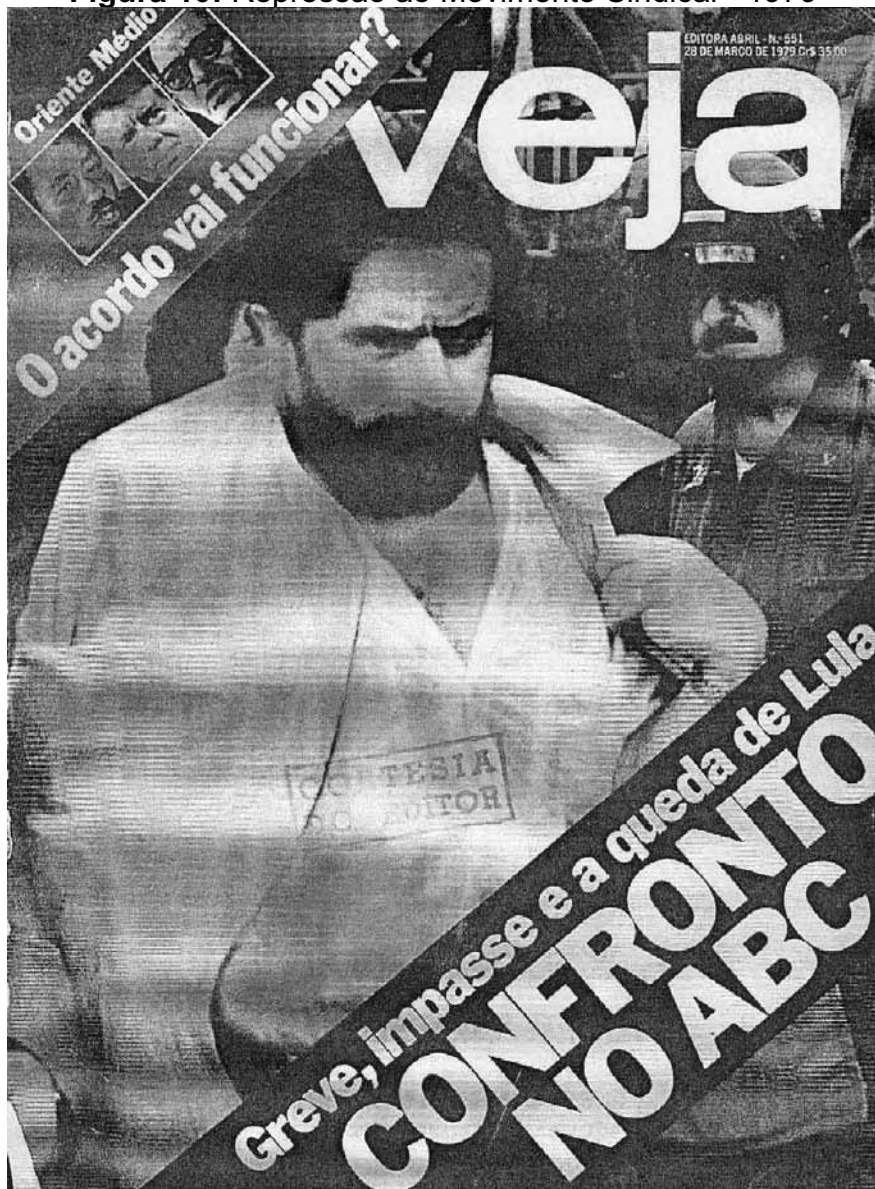
Os estudantes tentaram negociar e resistir à ação da Polícia Militar, entretanto, o regime agiu sem vacilar, a sede da UNE foi demolida, tornando-se um ato que teve a simbologia de demonstrar a intransigência do Governo Militar.

É com este entendimento que se analisa o desenrolar do movimento. A sua dinâmica a partir da reconstrução até os dias atuais oferece uma alternância de altos e baixos, de mobilização e estagnação, sem paralelo em sua história.

Durante os anos de 1979 a 1980 o centro das atividades estudantis foi a luta pela anistia e pela redemocratização do país. Conquistada a anistia sobressaiu a luta pela Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana.

Não somente o ME sofre a repressão do Governo Militar, também o Movimento Operário é atingido, conforme imagem abaixo:

Figura 10: Repressão ao Movimento Sindical - 1979



A repressão do Regime Militar atinge, também, o Movimento Sindical, com a prisão de Lula, na época, 1979, Presidente do Sindicato do ABC Paulista.

Fonte: Veja (Arquivo Digital), 2009.

No ano de 1981, com a realização do 32º Congresso da UNE em Cabo Frio, inicia-se um processo de organização e reestruturação das entidades, ano em que ocorrem diversos protestos dos estudantes no País, que são reprimidas pelos governos estaduais, como se pode ver na ilustração abaixo.

Figura 11: Repressão ao Movimento Goiânia (1981)



Na foto acima, o estudante Romualdo Filho é reprimido pela Polícia Militar, durante uma manifestação de rua dos estudantes.

Fonte: Arquivos do Jornalismo Francisco Messias²⁶ (Comunicação Interativa)

O Congresso de Cabo Frio, é realizado em meio a grandes dificuldades, uma vez que o governador Chagas Freitas manda cortar a água da região e não cede qualquer local público para alojamento. Vencendo estas e outras dificuldades o Congresso aprova um extenso plano de atividades divididas em três planos:

No plano internacional aprova manutenção da filiação da UNE a UIE (União Internacional dos Estudantes), moção de solidariedade a luta do povo polonês, contra a intervenção imperialista, nos assuntos internos da Polônia; moção de apoio aos povos de El Salvador, do Oriente Médio, do Cone Sul e da África Austral; e ainda propõe a luta pela Paz Mundial, pelo desarmamento e pela autodeterminação dos povos.

²⁶ O Jornalista Francisco Messias atuou na década de 1980, organizou um arquivo com fotos e documentos escritos, no ano de 2008, para a tendência viração, ligada ao PCdoB, visando a realização do encontro: "Viração – 25 anos depois, ocorrido em Goiânia, 2008".

No cenário político-nacional, a UNE propôs e foram deliberados os seguintes pontos:

- Apoio as deliberações da I CONCLAT (Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras);
- Luta pela constituinte livre e soberana, precedida do fim do regime militar;
- Congelamento da dívida externa brasileira;
- Luta pela realização da reforma agrária radical;
- Luta contra o desemprego;
- Pela liberdade e autonomia sindical e lutar pela unidade das oposições, com o lançamento de candidaturas com base num programa mínimo que atenda aos interesses nacionais e populares.

Por último definiram-se as lutas educacionais e a estruturação da UNE, onde ficou deliberado o seguinte:

- Subsídios para as escolas pagas;
- Nada além de 34% de aumento de anuidades;
- Mínimo de 1/5 de participação nos órgãos colegiados;
- Eleições diretas para todos os cargos de direção das universidades, e reestruturação da UNE, criando os cargos de 1º tesoureiro e o Departamento Feminino.²⁷

Fonte: Jornal do DCE-UFG, 1981.

A atuação estudantil durante o ano de 1981 seguiu a tentativa de implementar tal programa de lutas. É realizada ainda este ano uma greve nacional dos estudantes para defesa da universidade, que irá terminar de forma inglória, sem a obtenção dos pontos reivindicados. Este é o ano de meu ingresso na UFG e no ME, como calouro já participei das eleições do Centro Acadêmico, eleito para o cargo de Diretor de Esportes. Foi uma eleição muito disputada, com a articulação de três chapas, com integrantes das tendências ligadas ao PCdoB, PT e PCB.

A eleição do Centro Acadêmico coincidiu com a eleição do DCE, para a qual três chapas concorreram: uma composta por estudantes ligados ao PCdoB, outra de estudantes ligados ao PT e uma terceira de estudantes que se intitulavam anarquistas. Foi vencedora a chapa liderada por Denise Carvalho, vinculada ao PCdoB.

Sobre as mobilizações veja-se as imagens a seguir:

²⁸ - Jubilamento é o desligamento do estudante da Universidade, caso exceda o tempo máximo permitido para a conclusão do curso. É meio de pressionar o estudante para que ele abandone a atividade política dedicando-se ao estudo exclusivamente.

Figura 12: Greve Nacional em Defesa da Universidade (1981)



Assembléias realizadas na Praça Universitária, em Goiânia, no ano de 1981, durante greve nacional deflagrada pela UNE.

Fonte: Arquivos do Jornalista Francisco Messias (Comunicação Interativa), 2008.

Durante o ano de 1982 o ponto principal da atuação estudantil são as eleições majoritárias marcadas para 15 de novembro. A posição da UNE é definida no Conselho Nacional de Entidades de Base (CONEB) realizado em Belo Horizonte em julho de 1982. Aprovou-se a posição de defender a unidade das oposições contra o partido do governo. O lema salientado seria: vote nas oposições contra o PDS. No que tange a universidade a luta era contra a sua autarquização e transformação em fundação. Os estudantes participaram ativamente da campanha eleitoral de 1982, principalmente apoiando a legenda do PMDB.²⁸ Mas é importante ressaltar que essa participação era desorganizada, sendo conduzida muito mais partidariamente do que através das entidades estudantis.

²⁹ - As deliberações do Congresso, bem como uma avaliação política do mesmo estão contidas no Jornal do DCE/UFG nº 03 de dezembro de 1981.

Realizadas as eleições estas mostraram o desagrado popular com o governo, o que ficou manifestado pela votação obtida pelas oposições, superior a do partido do governo. O ano de 1983 é marcado por várias manifestações contra a política educacional do governo. Luta-se contra o aumento abusivo nas escolas particulares, contra a privatização do ensino e a imposição de dirigentes nas universidades. Em dezembro desse ano, é realizado o 35º Congresso da UNE, onde se aprovou um conjunto de medidas a serem encaminhadas pelo ME. O programa aprovado é dividido em dois tópicos básicos: conjuntura nacional e lutas educacionais. Em relação a conjuntura nacional são aprovadas as seguintes lutas:

1. Imediata revogação das medidas de emergência no Distrito Federal;
2. Saudação e solidariedade ao Congresso Nacional por ter rejeitado os decretos 2024; 2036 e 2045, que propunham o arrocho salarial para os trabalhadores;
3. Realização de uma campanha nacional pela soberania e independência nacional, com a revogação dos acordos firmados com o FMI e a suspensão do pagamento da dívida externa;
4. Libertação imediata dos padres franceses, posseiros e jornalistas;
5. Pela revogação da LSN;
6. Convocação da Assembléia Nacional Constituinte;
7. Por eleições diretas para presidência da República.

Fonte: Boletim do Centro Acadêmico de Ciências Sociais – UFG, 1982.

No aspecto da universidade, aprovou-se basicamente a luta por recursos públicos para as escolas públicas, ampliação de suas vagas e criação dos cursos noturnos. No que diz respeito a democratização da universidade, aprovaram-se as eleições diretas para os cargos eletivos, o reconhecimento e legalização das entidades estudantis e pela participação de 1/3 nos órgãos dirigentes das universidades.

Em 1984, é realizado o maior Congresso da UNE à época, que tem a hegemonia do PCdoB que consegue eleger a maioria dos integrantes da diretoria da UNE e aprovar a proposta polêmica de apoio à Tancredo Neves, que seria candidato à Presidente da República por meio do Colégio Eleitoral, conforme se vê a seguir.

Figura 13: Mobilizações por eleição direta para Presidente da República (1984)



Jornal do DCE – UFG, com notícias da realização do Congresso da UNE de 1984, o maior até então organizado. Neste congresso a UNE decide apoiar Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. O Jornal do DCE, cuja a 1ª página encontra-se acima, é o veículo oficial de divulgação dessa entidade, com periodicidade mensal. As matérias dizem respeito às principais reivindicações da época.

Fonte: Arquivos Coordenação de Assuntos Estudantis UCG (CAE), 2008.

A UNE nesta fase de 1981 a 1986, conta com uma grande organização e com uma estrutura bem montada a partir de base em todos os estados. Porém muitas das reivindicações apresentadas anteriormente (nos anos de 1981/1983) como visto não saem do papel.

Nesse período é intensa a atuação das entidades estudantis, como se pode ver nas ilustrações a seguir.

Figura 14: Mobilizações por eleição direta para Presidente da República (1984)



Mobilizações em Goiânia, com passeata saindo da Praça Universitária, indo até a Praça do Bandeirante, onde, tradicionalmente eram realizadas as manifestações populares contra o Regime Militar.

As passeatas eram organizadas para percorrer as principais avenidas da cidade, para dar maior visibilidade ao movimento.

Fonte: Arquivos do Jornalista Francisco Messias (Comunicação Interativa), 2008.

Com o avanço da redemocratização, a partir de conquista dos governos estaduais pela oposição, inicia-se um período de definhamento do ME.

Sob a ditadura fora este movimento o mais ativo, mas nas condições de abertura ele fica na dependência dos grandes partidos. Todas as campanhas desenvolvidas são dirigidas pelos setores da oposição burguesa, principalmente o PMDB. É com esta direção que se inicia em 1983 a campanha por eleições diretas para presidente da República. A UNE apoia a campanha pelas eleições diretas.²⁹

O V Conselho Nacional de Entidades de Base (CONEB), da UNE aprova um leque de propostas para a situação política em 1984:

- Eleições diretas para Presidente da República com amplas liberdades, boicote ao colégio eleitoral e fim do regime militar;
- Desmantelamento de todos os órgãos de repressão política;
- Liberdade e autonomia sindical;
- Punição dos responsáveis pelas torturas, assassinatos e corrupção;
- Rompimento dos acordos com o FMI e;
- Pela reforma agrária radical.

Este programa é alterado no Congresso da UNE realizado em outubro de 1984. As decisões tomadas pelo V CONEB refletiam a maioria conquistada nesse encontro pelos estudantes ligados ao partido dos trabalhadores (PT). A proposta de boicote ao colégio eleitoral que é aprovada será fruto de grande controvérsia no meio estudantil, uma vez que a Emenda Dante de Oliveira que restabelecia eleições diretas para Presidente da República será derrotada no Congresso Nacional, graças às pressões exercidas pelo Governo Federal. De forma que, ao término de 1984 a UNE propõe um plano de emergência para a universidade, composto de 15 itens.³⁰

Este programa propunha em linhas gerais o aumento das dotações orçamentárias para as universidades e a democratização das suas decisões. Mas o que vai realmente polemizar e agitar o meio estudantil é a posição a ser defendida frente à sucessão presidencial. Um grupo, ligado ao partido dos trabalhadores mantém a proposta de boicote ao colégio eleitoral, enquanto que a maioria (elementos ligados ao PCdoB, PCB e MR-8, propõem o apoio ao candidato oposicionista Tancredo Neves), como forma de fazer frente ao candidato do PDS, Paulo Maluf.

O programa aprovado é no sentido de canalizar esforços para a eleição de Tancredo Neves, na campanha Muda Brasil. As bandeiras de luta são as mesmas definidas, anteriormente pelo II CONEB, com a novidade de se definir o apoio ao “candidato das oposições”, Tancredo Neves.

²⁹ - Ver o Boletim do Centro Acadêmico de Ciências Sociais, UFG, de 04 de Setembro de 1982.

³¹ - Ver Jornal Nossa Voz - UNE Órgão Oficial, nº 5, agosto de 1984.

Com o advento da Nova República, e com a posse de José Sarney em lugar de Tancredo Neves, muda o relacionamento do governo com o ME. A UNE apóia e acredita nos fins da Nova República, pressionando pelo cumprimento dos pontos definidos como prioritários pela “Aliança Democrática”.³¹

O MEC, por iniciativa do ministro Marco Maciel, forma uma comissão de alto nível para analisar e propor uma reestruturação do ensino superior. Contudo, as recomendações da comissão embora justas, não saem do papel.

O ano de 1985 marca, por outro lado, uma conquista importante para o ME: é obtido o reconhecimento e legalidade da UNE e das Entidades Estudantis do Brasil. O projeto de lei que recebe o nº 7.395 de 31 de outubro de 1985, estabelece que a UNE é a entidade representativa do conjunto dos estudantes das instituições de ensino superior existentes no país, as UEEs nos estados e os DCEs e CAs no âmbito das universidades.

E ainda confere aos próprios estudantes a prerrogativa de organizar, fiscalizar e participar das entidades estudantis, sem qualquer intervenção estatal³². Na prática, é o reconhecimento legal de uma situação que já existia há muitos anos, mas que sem dúvida é importante para a estruturação definitiva das entidades.

Outro evento importante para o ME é a realização nesse ano em São Paulo, com a participação do Ministro da Educação Marco Maciel, e várias autoridades e políticos, do IV Seminário Nacional de Reforma Universitária. A partir desse seminário a UNE elabora uma proposta para a reestruturação da universidade que será encaminhada em 1986. A pauta de reivindicações que será encaminhada neste ano tem seis pontos fundamentais, a saber:

- 1º) criação de cursos noturnos nas universidades;
- 2º) expansão do número de cursos e de vagas nessas universidades;
- 3º) garantia de melhores condições de ensino nas escolas particulares;
- 4º) mais verbas para as universidades públicas;
- 5º) democratização dos estudos das universidades;
- 6º) revisão e modificação dos currículos, com participação dos estudantes, da comunidade universitária e da sociedade.

Esta pauta de reivindicação é entregue ao governo, via ministério da educação, mas o assunto que vai polarizar as atividades da UNE e da sociedade brasileira em 1986 são as eleições majoritárias, que corresponderão também a eleição dos deputados constituintes.

³² - Ver Jornal Nossa Voz - UNE nº 06, outubro de 1984.

³³ - Estes pontos estão alinhavados no 2º capítulo desta Tese.

A articulação do ME em Goiás com a UNE se dá por meio do partido que dirige a mencionada entidade, a partir de suas direções nos estados. As orientações traçadas pela cúpula partidária são implementadas por meio do congresso da UNE e de sua diretoria, que tem representantes (Vice-Presidentes), nas regiões. Esses Vice-Presidentes articulam-se com as entidades nos estados transmitindo e fazendo cumprir as orientações nacionais. Desse modo, tem-se uma unidade na atuação das entidades e uma unificação do discurso.

Tendo em vista a eleição para a Assembléia Nacional Constituinte³³, ou Congresso Constituinte, a UNE realiza em setembro desse ano um seminário nacional para elaborar propostas para a constituinte. O seminário contou com a participação de mil e quinhentos representantes estudantis de todos os estados brasileiros. A partir dos debates ocorridos, com a presença de muitos representantes do pensamento universitário do país, retirou-se uma larga lista de reivindicações para ser levada a Assembléia Nacional Constituinte.

Os pontos aprovados são:

- 1º) A educação compreenderá a formação geral do indivíduo para que possa tornar-se sujeito consciente do contexto social, político e econômico onde se vive segundo os princípios da democracia e da soberania nacional;
- 2º) A pesquisa científica fará parte integrante do processo educacional, pois busca a aquisição de novos conhecimentos e permite a liberdade de criação, processo fundamental para a independência científica e tecnológica do país;
- 3º) Será fixado um imposto de 5% sobre a remessa de royalties e assistência técnica ao exterior pelas multinacionais, destinado a pesquisa científica. Além disso, será fixado um índice de 2% do PIB para o mesmo fim;
- 4º) Adequação dos currículos às condições reais de cada região e do país;
- 5º) Democratização do conselho federal da educação, mediante a participação de representantes da comunidade universitária;
- 6º) Gestão democrática das escolas;
- 7º) Autonomia universitária, liberdade de cátedra;
- 8º) Carreira única para o magistério superior, isonomia salarial e ingresso somente mediante concurso.

Este detalhado programa para a universidade e o ensino em geral é defendido pela UNE.³⁴ A constituinte, contudo sofre pressões dos empresários do ensino que conseguem garantir que a iniciativa privada continue a lucrar com o ensino.

³⁴ - Ver Lei nº 7.395, de 31 de outubro de 1985.

³⁵ - Ver Jornal Nossa Voz UNE, nº 09, abril de 1986.

Mesmo a definição de que os recursos públicos somente seriam aplicados na rede pública não é obtida. Continuou a serem concedidos recursos a entidades educacionais particulares. Até o ano de 1986, é esta a trajetória da UNE. Nesse ano, realiza-se a primeira eleição direta para a escolha da sua diretoria:

Figura 15: Eleição direta para UNE, 1986



Fonte: Projeto Memória – UNE, 2009.

O resultado final das eleições deu vitória a chapa encabeçada por Gisela Mendonça, ligada ao PCdoB. Todas as campanhas e manifestações que os estudantes participam a partir do início da década de 1980, são conduzidas pelos partidos ligados à ordem burguesa estabelecida, são os partidos oficiais, como o PMDB.

Os estudantes entram como massa de manobra desorganizados e sem poder de influências nos rumos do movimento. Este é o dilema central do ME: não consegue reeditar sua atuação passada e caminha sem direção no presente. Não se

pode reviver o passado, é bom lembrar que o ME, para ocupar nos dias atuais um papel de importância, devem compreender seus dirigentes que a sociedade muda e com ela a universidade e, sobretudo, a clientela que a mantém viva, ou seja, os estudantes, os professores e os funcionários.

O discurso da década de 1960 não mobiliza os estudantes nas décadas de 1980 e 1990. O discurso político utilizado na década de 1960, quando transposto sem atualização para as décadas seguintes, não possui a possibilidade de mobilizar os estudantes, e não existe ação política sem discurso, já que é este, com sua linguagem peculiar que mobiliza, motiva a ação, dando-lhe um sentido compartilhado pelos atores políticos. Este discurso representa um sistema de pensamento que é elaborado em várias instâncias, tais como o estado, o partido, as entidades da sociedade civil. Vai prevalecer o pensamento do grupo que conseguir, por sua atuação política, hegemonia no movimento concreto, na sua atuação cotidiana, por meio de documentos, palavras, gestos, e símbolos.

A linguagem e a ação como elementos de troca de sinais têm autonomia e interdependência, mas não são simétricas, vale dizer que um sujeito procura convencer o outro, segundo um princípio de influência, para que este aja segundo seus interesses. No momento em que não é possível conduzir a ação alheia, torna-se necessário gerenciar esta relação, mediante acordos, pontos de convergência aceitos pelas partes, conforme Charaudeau (2008).

A proletarianização acentuada da sociedade brasileira faz com que aqueles indivíduos outrora de classe média sejam levados a uma situação onde todos os membros da família devem trabalhar, tendo como meta a manutenção de seus componentes, tentando ascender socialmente pelo trabalho e pelo estudo.

Coloca-se então, sobretudo nas escolas particulares, o problema de conciliar trabalho com os estudos. O tempo escasso limita a participação nas atividades, propriamente políticas e estudantis.

Segundo Simon Schwartzman (1996), há uma mudança de comportamento dos estudantes, no mesmo sentido do que se afirma anteriormente, o que o leva a fazer as seguintes considerações:

Quem são, hoje, os estudantes e professores das universidades latino-americanas? O que é feito do jovem acadêmico, as vezes poeta, muitas vezes radical, quase sempre boêmio, que marcava sua presença nas principais cidades da região? O que resta dos antigos professores, que davam aulas solenes, se vestiam com formalidade, e impressionavam seus concidadãos

pelo prestígio de uma cátedra universitária? Se eles não existem mais, ou estão desaparecendo, quem está em seu lugar, na versão de fim de século da universidade latino-americana? (SCHWARTZMAN, 1996)

A politização da atuação dos estudantes é fato característico das universidades latino-americanas, ainda que não necessariamente pelo viés da esquerda, segundo ele:

Deste os movimentos da Reforma de início do século, mas na verdade desde muitos antes, a politização estudantil era a marca mais visível das universidades latino-americanas. Cultos, filhos de famílias abastadas, e sem muitas responsabilidades, os estudantes ensaiavam, desde a escola, os diferentes papéis que pretendiam jogar quando formados, na política, na vida intelectual e na vida profissional. Enquanto não concluíam seus estudos, recebiam da sociedade um *sursis* que os livravam das obrigações e responsabilidades da vida adulta que a quase totalidade dos jovens não universitários assumiam ao final da adolescência, e lhes permitiam experimentar por alguns anos com a cultura, a política, as artes, a literatura, a idéias generosas, a crítica contundente, e a liberdade de costumes e comportamentos. Brunner observa que a principal característica destes estudantes talvez fosse, no passado, sua própria raridade e exclusividade, como membros de um pequeno grupo de eleitos, uma situação que iria se alterando profundamente nas décadas mais recentes. (SCHWARTZMAN, 1996)

A imagem de rebeldia que caracteriza o jovem durante as décadas de 1960 e 1970, vai aos poucos cedendo espaço para uma juventude menos preocupada com a coletividade e mais atenta aos seus próprios interesses, como futuro trabalhador, que tem na universidade o meio de obter uma posição de destaque no mercado de trabalho, conforme se vê:

Não se sabe a profundidade que a idéias e perspectivas destas lideranças tinham e relação ao conjunto de estudantes, e tampouco conhecemos muito de outras atitudes e posicionamentos – mais conservadores, mais profissionais, mais orientados para as artes e estilos de vida alternativos – que coexistiam com as formas mais vocais e visíveis de mobilização estudantil, como intelectualidade de esquerda. O monopólio de representação exercido pelas organizações estudantis, como a União Nacional de Estudantes do Brasil, davam uma aparência de unanimidade pouco convincente para quem conhece algo do conservadorismo das elites tradicionais da região. É provável que a variedade fosse maior do que se presume, e a profundidade, menor. A de prestígio nas suas sociedades, e as eventuais veleidades políticas ou literárias da juventude ficavam restritas a pequenos grupos, e não deixavam muitos traços na vida adulta. (SCHWARTZMAN, 1996)

No período pertinente às décadas de 1970 e 1980 a atuação dos Estudantes não tem o mesmo sentido da década de 1960, inclusive, por uma mudança na mentalidade da juventude, conforme o autor:

A partir dos anos 70 e 80, os estudantes universitários passam a ser descritos menos em função de SUS conhecimentos, aspirações e possibilidade de ingresso no mercado de trabalho, e mais como parte de uma cultura específica, a cultura jovem dos tempos atuais. Duas características desta cultura costumam ser assinaladas. Primeiro, a extensão do tempo de juventude. Antes, ela terminava para todos os efeitos aos 18 ou vinte anos, quando as jovens mulheres já deveriam estar casadas, e os homens, trabalhando, ou claramente encaminhados a uma profissão, carreira ou emprego estável, hoje, os casamentos se dão muito mais tarde, quando ocorrem, a vida estudantil continua facilmente até os 30 anos, e a estabilidade profissional é mais tardia ainda, também quando ocorre. (SCHWARTZMAN, 1996)

Esta extensão do período da juventude faz com que até por volta de 30 anos ainda se tenha estudantes que estão na universidade sem a preocupação dos adultos, com família e filhos, deste modo:

A segunda característica da juventude é sua grande exposição e incorporação da cultura “pop”, que vai desde a predileção pela música de rock e por determinados esportes até a adoção da vestimentas e estilos de vida consagrados pelos meios de comunicação de massas. Esta difusão entre os jovens da cultura “pop”, se explica, em parte, pela facilidade de entendimento e incorporação de seus conteúdos; depois, pelo seu caráter democrático, já que quase todos têm acesso à música, ao vestuário e outros símbolos que marcam esta cultura; e terceiro, e talvez mais importante, pelo caráter hedonista desta cultura do consumo aqui e agora, da sensação imediata, e da falta de compromissos ou perspectivas de futuro. (SCHWARTZMAN, 1996)

Sobre a cultura da juventude, com a mudança do perfil do estudante, que se torna um trabalhador, diz ele:

A cultura de juventude é bastante real, e se explica, em grande parte, pelos desajustes entre o sistema educacional e o mercado de trabalho, ou, mais amplamente para os dias de hoje, pelas dificuldades de incorporação das novas gerações aos mercados de trabalho em todo o mundo. Mas há que olhar esta questão incorporação das novas gerações aos mercados de trabalho em todo o mundo. Mas há que olhar esta questão com certa cautela. Se para o estudante tradicional que aspira a um emprego prestigiado ou a uma profissão liberal as perspectivas profissionais são mais difíceis hoje do que no passado, um número crescente de estudantes de novo tipo entra no ensino superior já trabalhando e fazendo seus cursos à noite crescente de instituições privadas, levando à extraordinária expansão dos cursos de administração, contabilidade e processamento de dados havidos nos últimos anos por toda a região. Estes jovens já não aspiram a ser “doutores” no sentido tradicional, mas a ter, pelo menos, um conjunto básico de habilidades que lhes permitam ganhar a vida nos novos mercados de trabalho. (SCHWARTZMAN, 1996)

A aspiração ao mercado de trabalho muda de significado, não se trata de obter títulos acadêmicos para construir uma carreira intelectualmente bem articulada, mas tão-somente de obter um lugar no processo produtivo que assegure a sobrevivência material.

Sabemos pouco sobre estes estudantes, além de que trabalham, vêm de famílias de classe média e média baixa, e entram nas universidades com mais idade do que os jovens que seguem a sequência tradicional, da escola secundária à universidade e depois ao mercado de trabalho. Em que medida eles participam, também, desta “cultura da juventude”, se ela se explicar, pelo menos em parte, pela profissionalização tardia? O fato de os estudantes combinarem o estudo com o trabalho indica uma insatisfação com a atividade estudantes sugerem um quadro muito distinto da imagem convencional dos jovens estudantes ociosos e sustentados pelas famílias. Estes estudantes são mais propensos a se mobilizar para a defesa de interesses concretos, como o acesso a restaurantes subsidiados ou pelo controle governamental das mensalidades escolares, do que a grandes causas de interesse nacional. Em sua pesquisa sobre o movimento estudantil, Guillón de Albuquerque chama a atenção para a “ação societal” que caracterizava o movimento no seu período áureo, significando com isto que as lideranças estudantes se estruturavam como partidos políticos e movimentos sociais. Nos anos 80 e 90, esta ação societal perdeu lugar para ação individual que, no máximo, chega a manifestações coletivas de insatisfação e frustração, mas nunca à politização articulada do passado. (SCHWARTZMAN, 1996)

A articulação societal ou coletiva, cede o lugar a manifestações coletivas de insatisfação com aspectos pontuais da realidade do país ou da universidade, que tendem a se resolver, muitas vezes com atitudes individualistas.

Outro problema existente é a intervenção partidária no ME, que se não existe sem ela, tampouco funciona bem com ela. Note-se que quase todos os ex-presidentes da UNE eram vinculados a algum partido político, muitos deles enfrentaram a ditadura militar e seus organismos de repressão como o DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social, sobretudo a partir de 1968, conforme assinala Frei Betto (2009), nos seguintes termos:³⁵

O casarão vermelho é um animal sinistro; o apetite, insaciável; a voracidade, incontida. As paredes grossas, pesadas, não permitem que do lado de fora se ouça o deglutir ávido, envelhecido, desse enorme Moloch erguido, solene, no centro de São Paulo. Largo General Osório, 66. Mais um algarismo idêntico e tem-se o número da Besta. Suas pequenas bocas sugam o enxame de capturados, ração cotidiana à venerável deusa da Segurança Nacional. Dentro do edifício construído por Ramos de Azevedo nos primórdios do século XX, dentro do mastodonte inspirado na arquitetura inglesa, dentro do que outrora serviu de armazém e escritório à Estrada de ferro Sorocabana, cujos trilhos passam suas costas, aqui dentro ecoam gritos de dor, e manivelas rodam, rodam, rodam, eletrizam correntes, provocam espasmos em corpos esgarçados de homens e mulheres amarrados à cadeira do dragão, dependurados no pau de arara, atirados às masmorras. O prédio vermelho sedia, desde 1935, o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), a polícia política. As paredes externas parecem tingidas pelo sangue de tantos seviciados, como se corpos enxágües, transpirados de dor, borrifassem a fachada.

³⁶ – Parte-se da análise das posições políticas dos presidentes da UNE porque é este o cargo mais importante da entidade, e a corrente política que o domina é - invariavelmente, a que detém a hegemonia do ME.

Veja-se o quadro abaixo:

TABELA 20 – Dirigentes da UNE

Gestão	Período	Presidente	Partido	Estado
		Ana Amélia Queiróz		
1ª	1937/1938	Carneiro de Mendonça. (presidente da casa do		RJ
	1939	estudante do Brasil) Valdir Ramos Borges (1º		RS
		Presidente oficial)		
2ª	1939/1940	Trajano Pupo Neto		SP
3ª	1940/1942	Luiz Pinheiro Pais Leme		
4ª	1942/1943	Hélio de Almeida		RJ
5ª	1943/1945	Hélio Moto		SP
6ª	1943/1945	Tarnier Teixeira		
7ª	1945/1946	Ernesto da Silveira		
8ª	1946/1947	José Bonifácio Coutinho Nogueira	UDN	
9ª	1947/1948	Roberto Gusmão	Socialista	SP
10ª	1948/1949	Genival Barbosa Guimarães		
11ª	1949	Paulo Egydio Martins	Arena	SP
12ª	1950	Rogê Ferreira	PSB	SP
13ª	1950	José Frejat	PSB	MA
14ª	1950/1952	Olavo Jardim Campos	UDN	
15ª	1952/1953	Luis Carlos Goelver	UDN	
16ª	1953/1954	João Pessoa de Albuquerque	UDN	
17ª	1954/1955	Augusto Cunha Neto	UDN	
18ª	1955/1956	Carlos Veloso de Oliveira	UDN	
19ª	1956/1957	José Batista de Oliveira Júnior	Progressista	
20ª	1957/1958	Marcos Heusi	JUC	SC
21ª	1958/1959	Raimundo Eirado		BA
22ª	1959/1960	João Manuel Conrado		SP
23ª	1960/1961	Oliveiros Guanais		BA
24ª	1961/1962	Aldo Arantes	JUC	GO
25ª	1962/1963	Vinícius Caldeira Brant	AP	
26ª	1963/1964	José Serra	JUC/AP	SP
27ª	1965/1966	Antônio Xavier Altino Dantas		SP
28ª	1966/1968	José Luiz Guedes	AP	MG
29ª	1968/1969	Luís Travassos	JUC	SP
		Milton Santos		
30ª	1969/1970	Jean Marc		RJ
		Dora R. Carvalho		CE
		José G. Neto		
31ª	1971/1972	Newton Sobrinho	AP	SP
			AP depois	
32ª	1971/1973	Honestino Guimarães	Ação Popular	GO

			Marxista-Leninista (APML)	
33 ^a	1979/1980	Rui César	PCdoB	BA
34 ^a	1980/1981	Aldo Rebelo	PCdoB	AL
35 ^a	1981/1982	Javier Alfaya	PCdoB	BA
36 ^a	1982/1983	Clara Araújo	PCdoB	BA
37 ^a	1983/1984	Acildon Paes Leme	PCdoB	SP
38 ^a	1984/1986	**Renildo Calheiros	PCdoB	PE
39 ^a	1986/1987	***Gisela Mendonça	PCdoB	MG
40 ^a	1987/1988	Valmir Santos	PT	PA
41 ^a	1988/1989	Juliano Coberlini		
42 ^a	1989/1991	Cláudio Langone	PT	RS
43 ^a	1991/1992	Patrícia De Angelis		RS
			PCdoB	
44 ^a	1992/1993	Lindberg Farias	depois PSTU	PB
			depois PT	
45 ^a	1993/1995	Fernando Gusmão	PCdoB	PE
46 ^a	1995/1997	Orlando Silva Júnior	PCdoB	BA
47 ^a	1997/1999	Ricardo Capelli	PCdoB	RJ
48 ^a	1999/2001	Wadson Ribeiro	PCdoB (UJS)	MG
49 ^a	2001/2003	Felipe Maia		
50 ^a	2003/2005	Gustavo Petta	PCdoB	SP
51 ^a	2006/2007	Gustavo Petta	PCdoB	SP

*Fonte: História da UNE: Depoimentos de ex-dirigentes e Jornal Nossa Voz.

**O Congresso que deveria eleger nova diretoria em 1985 é adiado em função das eleições municipais desse ano.

***Gisela Mendonça é a única eleita diretamente, exceto o Rui César que também foi eleito, por ser a gestão de reconstrução.

A análise do quadro mostra o predomínio da esquerda sobre a UNE. A partir de sua reconstrução, o Partido Comunista do Brasil, PCdoB, tem o monopólio de sua direção.

Esta dominação sobre a estrutura do ME pode ser entendida no quadro teórico do sociólogo Max Weber, ao falar em dominação do tipo legal ou burocrática, onde o exercício do poder depende da existência de aparato jurídico e de um mandato conferido ao dirigente para que este exerça a sua atividade de comando sobre a organização, conforme analisa Weber (2004).

Ao se falar em crise do ME tem-se que analisar a política adotada por esse partido durante o período em questão. O PCdoB adotou na década de 1970 o caminho da luta armada, organizando a guerrilha do Araguaia.

Porém, a partir de 1982, na década seguinte, passa a se orientar por uma política de frente ampla que permanece até 1985. Esta política de alianças com os partidos burgueses provocou um arrefecimento da combatividade do ME. O caminho da negociação com o governo substitui a luta de rua. Pode-se dizer que foi uma política de colaboração de classe.

O predomínio desse partido na direção do ME, a sua política e a implementação prática da mesma, provocou o aliado aos fatores anteriores e a crise do ME. No período de 1987 a 1990, há um esmaecimento do Movimento Estudantil Universitário, ganhando maior destaque o Movimento Secundarista, segundo Poerner (2004, p. 297):

Entre 1987 e 1989, com a UNE esvaziada e paralisada por grandes divisões internas, o cenário das lutas estudantis foi tomado pelos secundaristas, que, com seus *jingles* roqueiros e suas mochilas, saíram às ruas das grandes capitais para exigir a redução das mensalidades e a melhoria do nível de ensino. Com idades entre 12 a 18 anos, a chamada geração-mochila queria, ainda, o fim das restrições à atuação e à existência dos seus grêmios - restrições que persistiam, apesar da Lei do Grêmio Livre, de 1985, também do Deputado Aldo Arantes -, meia-passagem nos ônibus, reformas nas escolas e professores, mas salas de aula.

Somente no final da década de 1980 há uma retomada do movimento com a campanha pelo afastamento de Collor da presidência, conforme Poerner (2004).

Este movimento Fora Collor marca a retomada do Movimento Estudantil Universitário no país. Merece destaque um trabalho interessante, consubstanciado em tese de doutorado defendida na New School for Social Research, da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, por Ann Mische (1997), enfocando a passagem da atuação estudantil no início da década 1990, para a condição de cidadãos, com o processo de afastamento de Collor do Governo.

Destaca ainda que aqueles oriundos das camadas mais ricas estão logicamente bem distantes do militante político contestador. Os estudantes querem apenas o diploma como uma satisfação a ser dada à família e que proporcione bons empregos no mercado de trabalho.

Este perfil do estudante universitário da década de 1990 é salientado por diversos autores neste trabalho, conforme, por exemplo, Schwartzman (1996).

2.2 – As lutas da UNE na perspectiva da direção estudantil

A representação que tem os próprios dirigentes dos estudantes é ilustrativa da imagem que constroem sobre a importância de suas atividades. Veja-se a opinião do Ex-Diretor da UNE Romualdo Pessoa Campos Filho, ao falar sobre a atuação estudantil no período de 1960 a 1990:

Em minha opinião são períodos diferentes, períodos histórico, momentos políticos diferenciados e que logicamente isto refletiu-se nas principais bandeiras levantadas pelo ME. Portanto, nos anos 60, período de crescimento ou expectativa que o Brasil trilhasse por um caminho democrático e o golpe de 64 reverte exatamente essa expectativa, portanto, nesse momento de 62 a 64 prevaleceu a luta em defesa do Estado Democrático, no momento em que João Goulart assume o poder e até mesmo sendo necessário que a juventude fosse às ruas para garantir sua posse. A partir de 64, como perseguição que vai existir contra o movimento democrático organizado e vai atingir o ME. Tornou-se necessário uma resistência que faz com que a juventude seja o alvo principal do movimento preciso da ditadura militar que se estabelecia. (CAMPOS FILHO, R., 1993)

Vale destacar que o entrevistado atuou na década de 1980, portanto, sua visão das décadas anteriores é fruto de suas leituras e vivências no ME e no partido ao qual se encontrava vinculado à época, refletindo as concepções desse partido, como se vê:

Na década de 70, nós deparamos também com fases distintas quando no início vamos vivenciar um dos períodos mais repressivos da história do país, na época em que governa o país o Gen. Emílio G. Médici e a Ditadura de Medice se abate como força sobre as entidades estudantis, sobre as lideranças estudantis, é um período em que a perseguição política vai acentuar gradativamente e que lideranças estudantis são presas, torturadas, assassinadas e vários líderes tem seus cartazes de procurados afixados em vários lugares do Brasil. Então foi um período de muita repressão e que levou a formação de vários grupos de organização revolucionários de esquerda, organizações essa que se empenham de maneira diferenciadas na resistência da ditadura militar, seja na guerrilha rural ou seja na guerrilha urbana, ou até mesmo na própria necessidade do exílio para fugir da perseguição. Então os anos 70, tiveram esse aspecto em que foi o período que a ditadura militar vai exercer uma repressão mais profunda. (CAMPOS FILHO, R., 1993)

Romualdo destingue em sua análise da história do ME, fases muito bem demarcadas, que podem ser caracterizadas como de resistência ao golpe 1964, reconstrução na década de 1980 e redemocratização a partir de 1990. Esta cronologia do movimento é hoje a cronologia adotada pela UNE.

Final dos anos 70 e início dos 80, já vai haver exatamente dentro dessa questão política, já vai existir uma transformação a partir do momento em que há um desgaste do próprio regime militar, desgaste a partir da luta travada nas ruas pelos movimentos organizados e também em função das próprias contradições existentes no Regime Militar, a partir do desmoronamento do chamado Milagre Econômico e da desmascaramento da política que era exercida pelos militares. Então final dos anos 70 e início dos anos 80 o processo começa a se acentuar a necessidade de abertura política, a necessidade de conquistar um espaço democrático e de crescimento do movimento popular não apenas do ME que durante essas 3 décadas, resistiram a repressão policial do regime, mas também começa a se organizar outros setores, a classe operária, movimento camponês, movimento popular de modo geral. E os anos 80, vai então trazer uma característica diferenciada. Então, quer dizer, são períodos distintos, são momentos históricos vividos pelo nosso país diferenciados, e que claro, requer de nossa parte uma análise dialética. (CAMPOS FILHO, R., 1993)

Figura 16: A repressão policial aos estudantes, 10 de setembro de 1980, em Goiânia



Passeata estudantil é reprimida pela polícia em Goiânia em 1980. O então estudante de jornalismo Enzo Lisita fotografou do alto de um prédio a ação da polícia e cedeu as imagens ao Jornal Opção, sem ficar com os créditos da imagem, por receio da repressão policial. (LISITA, E., 2009)
O Jornal Opção possuía uma orientação editorial progressista, o que motivou o depoente a fornecer as fotos para publicação, já que ele tinha uma atuação no Movimento Estudantil identificada com a chamada esquerda.

Fonte: Jornal Opção, 1980.

No que se refere à Universidade, as bandeiras de lutas são relacionadas à melhoria da qualidade do ensino, destinação de mais recursos para as Universidades Federais e democratização do processo de escolha de seus dirigentes:

Agora, no que se refere ao problema da universidade, nos anos que a bandeira de luta dos estudantes ou as reivindicações levantadas pelos estudantes nesses períodos, elas não vão mudar substancialmente, prevalece a luta do ensino público e gratuito, a necessidade de destinação de mais verbas para educação, pela democracia e pela liberdade. E nos dados estatísticos mostram que a partir do golpe de 64 a destinação de verbas para educação vai se reduzindo drasticamente, vamos perceber também que o número de universidades e faculdades privadas vai se inverter em relação a universidades públicas, e tudo isso reflete na política que começa a ser desenvolvida e vai sendo desenvolvida a partir de 1964. Portanto, as bandeiras e lutas que os estudantes vão travar especificamente no que se refere ao ensino, a educação e a universidade, elas vão se modificar durante esse período. O aspecto mais essencial que vai caracterizar esses 3 períodos é exatamente o aspecto político, histórico em que cada um desses movimentos, o país vai passar por situações diferenciadas em que acentuasse o fascismo, acentuasse a repressão aos movimentos organizados, principalmente ao movimento estudantil que é quem vai resistir mais nesse período e que tudo isso deve ser levado em consideração quando opinamos a respeito da mobilização estudantil durante essas 3 décadas. (CAMPOS FILHO, R., 1993)

Utilizo essa longa citação por entender que ela é um paradigma do entendimento histórico predominante na liderança estudantil, oriunda das organizações políticas de esquerda. Além disso ela é, esquematicamente, interessante para a compreensão de uma certa cronologia das lutas desenvolvidas pela UNE no período de 1960 a 2009, sendo que no capítulo seguinte, farei uma análise do confronto dialético que se estabelece entre a atuação da UNE e o Estado, tendo como paradigma as políticas formuladas para o Ensino Superior, procurando compreender em que medida esta confrontação produz inconformismo ou submissão e os mecanismos político-ideológicos que são utilizados neste processo, que, muitas vezes, não é percebido pelas lideranças estudantis.

Esta imagem da atuação estudantil constitui-se num padrão para a liderança estudantil interpretar o representar o passado, mesmo aquele que não foi vivenciado por eles próprios.

Hannah Arendt, ao discorrer sobre a ação política afirma que:

No momento da ação, para nosso desconforto, revela-se, primeiro, que o “absoluto”, aquilo que está “acima” dos sentidos – o verdadeiro, o bom, o belo -, não é apreensível, porque ninguém sabe concretamente o que ele é. Não há dúvida de que todo mundo tem dele uma concepção, mas cada um o imagina concretamente como algo inteiramente diferente. Na medida em que a ação depende de pluralidade dos homens, a primeira catástrofe da filosofia ocidental,

que em seus últimos pensadores pretende, em última instância, assumir o controle da ação, é a exigência de uma unidade que por princípio se revela como impossível, salvo sob a tirania. Segundo, que para servir aos fins da ação qualquer coisa serve como absoluto – a raça, por exemplo, ou a sociedade sem classes e assim por diante. Tudo é igualmente conveniente, “qualquer coisa serve”. A realidade parece oferecer tão pouca resistência à ação quanto o faria a mais louca teoria proposta por qualquer charlatão. Tudo é possível. Terceiro, que, ao aplicar-se o absoluto – justiça, por exemplo, ou o “ideal” em geral (como em Nietzsche) – a um fim, antes de mais nada se faz com que sejam possíveis ações injustas, bestiais, porque o “ideal”, a justiça mesma, já não existe como padrão de medida, mas se converteu num fim realizável, produzível, no mundo. Em outras palavras, a realização da filosofia abole a filosofia, a realização do “absoluto” abole o absoluto do mundo. E assim, finalmente, a realização ostensiva do homem simplesmente abole os homens. (ARENDT, 2008, p. 43-44)

Há portanto, uma absolutização dos dirigentes estudantis em relação à importância do movimento na década de 1960, traduzida pela ênfase que dão a esse período, o que desperta questionamentos sobre a veracidade deste fato, como se evidencia em Tariq Ali, que afirma:

Por que a década de 1960 ainda desperta tanta desconfiança e tanto ódio? Por que políticos, prelados, peritos e professores menosprezam uma época que pouco significa para as novas gerações? Será que os fatos daquele tempo ainda provocam lembranças inquietantes – políticas, sexuais, sociais, culturais-? Que põem em xeque o conformismo de hoje? Será que se teme que a nova geração possa ir além do passado e ameaçar a nova ordem com “vitórias maravilhosas”? Seja qual for a razão, os anos 1960 se recusam a recuar. Ao primeiro sinal de “problema” – estudantes que se manifestam contra empréstimos universitários, sindicalistas que defendem o Estado de bem-estar social, manifestantes antibélicos que protestam contra a ocupação do Iraque e da Palestina -, algum jornalista ocioso sempre procura a pasta daquela época.

Costumo ser destinatário da eterna pergunta chata. Como tal coisa se compara aos anos 1960? Ora, não se compara. Cada geração é única. O que ela diz e como age é determinado pela época em que vive. Nos anos 1960, houve heróis e vilões dos dois lados da linha. A maioria dos heróis de hoje é anônima – camponesa, operários, favelados desempregados de todos os continentes cuja raiva às vezes explode para nos lembrar que todos os velhos problemas ainda persistem. Os vilões são os mesmos e dominam a maior parte do mundo.

Há também outras razões para esse interesse. Há a nostalgia, que é improdutiva e distorcida e reduz os anos 1960 a um estilo de vida, ignorando o lado político. Muitos jovens são atraídos por aquele período por outra razão. Querem a verdade, que raramente obtêm na escola ou nos principais meios de comunicação. Quem foram os Panteras Negras? Foram mesmo eliminados pela repressão do Estado? E o Weather Underground? Era de eliminados pela repressão no Uruguai, os estudantes insurretos de Paris e de Lahore, o massacre da Cidade do México... Os livros de história se calam. (ALI, 2008, p. 20)

A liderança da UNE no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 tem uma maior clareza das debilidades do Movimento Estudantil, conforme se pode ver no depoimento do estudante Cláudio Langone, que presidiu a entidade de 1989 a 1991:

A grande dificuldade da nossa gestão foi estrutural, porque nós tínhamos uma diretoria muito qualificada. Nós conseguimos estabelecer um padrão bastante civilizado de relação política, que resultou numa relação de amizade entre os membros da diretoria até hoje. E isso era muito minimizado, apesar de muito importante. Nós tínhamos uma certa obsessão em nos livrar dos grilhões da UNE, porque ela não tinha tanta expressão como voltou a ter na época do *impeachment*. Toda vez que a gente falava com alguém sobre a UNE, a referência era o fantasma do passado, da UNE gloriosa de 1968. Isso era paralisante para a entidade. A gente precisava dar uma cara nova para ela. Precisávamos consolidar minimamente uma estrutura profissional, ter um planejamento, estruturar campanhas, trabalhar a questão da universidade, estabelecer relações para fora do campus, a fim de consolidar a entidade e tratar desses temas novos, que eu acho que foram além do início eleição do Collor. Foram o plebiscito, o seminário de reforma universitária e todas essas campanhas que deram um outro corte de juventude, que hoje já são muito fortes, mas que sempre tiveram dificuldade para entrar além de uma agenda marginal, que era a campanha contra o serviço militar obrigatório, a questão ambiental, racial e o tema das drogas, que a gente discutiu em várias universidades. (LANGONE, C., 2005)

Nessa fase a direção da entidade percebe que precisa atualizar o seu discurso, para tanto, busca uma pauta de reivindicações que consiga a adesão da massa estudantil, na forma seguinte:

Nós fizemos, na época, uma campanha contra a nomeação do Jarbas Passarinho a ministro da Justiça. Era um material muito criativo em função de todo o histórico. Eu acho que a gente consegue consolidar uma relação mais forte da UNE com os movimentos de curso de base, porque esses movimentos eram vistos pelas nossas grandes lideranças como despolitizados, e a gente conseguiu quebrar um pouco isso. Nesses movimentos se discutia bastante a questão da produção de conhecimento, a formação do profissional e a oportunidade no mercado de trabalho. Era preciso que a UNE tivesse uma agenda pró-ativa e não afastar-se esses movimentos. Acho que a gente conseguiu fazer bem isso. Nós fizemos um seminário muito importante e rico sobre a reestruturação do movimento estudantil, que foi mais para o fim da gestão, e o congresso de Campinas, que foi o 41º, com um tom forte anti-Collor. (LANGONE, C., 2005)

Os estudantes utilizam a criatividade em suas manifestações, conforme se pode ver abaixo:

No congresso de Campinas, o material foi um anúncio classificado que dizia: "Vende-se universidade, procurar na casa da Dinda". E a gente conseguiu mesmo os telefones da "casa da Dinda". Acabamos obrigando-os a trocar todos os telefones, porque eram verdadeiros. A campanha surtiu um efeito danado, e tivemos um espaço grande de discussão da reestruturação da UNE no congresso. Infelizmente, as principais propostas de reestruturação não foram aprovadas, mas foi uma discussão rica. Tinha a questão de eleição direta, que sempre foi um debate grande, mas tinha uma série de outras questões estruturais, nós tínhamos documentos muito consistentes em relação a isso, mas a bipolarização impediu que o congresso se dedicasse fortemente a isso. A gente foi aprendendo depois que, se quiséssemos tratar grandes questões de

mudanças estruturais no movimento, era bom fazê-lo em eventos que não fossem eleitorais, porque sempre acabam criando polarizações para a consolidação de blocos que desviam dos grandes temas. Assim, se consegue eleger uma diretoria, ganha a UBES, os milhares de estudantes que estavam no congresso vão embora, e a diretoria fica com problema. (LANGONE, C., 2005)

Percebe-se uma maior compreensão dos problemas enfrentados pelo Movimento Estudantil, inclusive inicia-se uma crítica ao mito do que foi o Movimento Estudantil na década de 1960, que já enfatizei em meu próprio entendimento.

Na fala de Patrícia De Angelis, percebe-se a idéia de direcionar a atuação da UNE para questões relacionadas à ciência e ao debate acadêmico, inclusive, com a publicação da revista da UNE, assim:

Nós não tínhamos a revista, que é um veículo fundamental que vocês tem hoje. É muito legal a revista da UNE. Mas nós não tínhamos condições financeiras de ter um material desse tipo. Então, nós tínhamos, distribuíamos na forma de boletins. Uma das coisas que tinha no DCE era um boletim dos diretórios acadêmicos, que era direcionado para o público de diretório acadêmico. Houve uma pressão forte com a questão do governo, uma intervenção. A intervenção na LDB acho que foi uma das principais lutas políticas da gestão, de tentar intervir mais diretamente na questão da elaboração da LDB. Houve uma série de golpes no meio da aprovação da LDB, e a gente tentando acompanhar os processos políticos. Ao mesmo tempo, a gente tentava garantir certa mobilização estudantil em função disso. Nós fizemos um acampamento na frente da UNE para acompanhar as votações da LDB do congresso nacional. (DE ANGELIS, P., 2005)

As demandas pertinentes ao Crédito Educativo – CREDUC – que tocam de perto os estudantes carentes são importantes na mobilização da UNE em 1991, dando um foco à entidade, para além das questões políticas gerais:

E tiveram algumas situações pontuais na questão do governo com a relação do corte do Creduc, um acompanhamento mais direto das universidades particulares, dos alunos que estavam sofrendo direto com isso. Nós tínhamos também aquele negócio, na época, como está hoje renascendo, da reforma universitária, de “nós queremos toda a verba pública nas escolas públicas, nas universidades públicas”. Havia os alunos que estavam estudando com o Creduc, porque não tinham vaga nas universidades públicas. Então, nós precisávamos lutar pelo Creduc. Foi uma das desavenças com o pessoal da Convergência, na época. Eles mesmo ficavam muito divididos. Eles eram a favor disso, mas a força principal deles estava nas universidades particulares, era onde eles tinham mais gente. Então, dizer que você era contra o Creduc era o fim. Foi uma coisa bem complicada. A gente organizou discussões nas universidades, nos diretórios, para organizar o pessoal em Brasília. A gente fez uma manifestação que acho que tinha umas dez pessoas só, mas a gente fez um monte de barulho. A gente foi no Ministério da Educação, porque é muito difícil mobilizar alunos que não têm nem dinheiro para nada, que estão numa situação calamitosa. E os caras estavam cortando o Creduc direto. Então, nós fizemos uma passeata em Brasília em apoio aos estudantes. Eu me lembro mais disso. Eu devo está esquecendo alguma coisa, certamente. (DE ANGELIS, P., 2005)

No depoimento acima pode-se perceber uma posição mais propositiva da direção da UNE, porém vinculada à solução negociada das reivindicações dos estudantes.

Por sua vez, o Ex-presidente da UNE, no período de 1992 a 1993, Lindberg Farias, destaca o motivo que levou os estudantes a pintar a cara de verde e amarelo na campanha “Fora Collor”, como se vê:

Verde amarelo porque era o debate sobre o Brasil. Na primeira passeata, quando eu cheguei lá na [Avenida] Paulista com a turma da USP, quando cheguei em frente ao MASP [Museu da Arte de São Paulo], – o MASP virou o nosso símbolo – eu disse: “Cara, não acredito! Uma loucura!” Aí tinha o André Bezerra – aquele outro cara da UNE da época que jogava comigo direto em Brasília – que era a pessoa que ficava vendo tudo comigo, ele disse: “O que é isso?” Subiu um negócio, era uma coisa tão impressionante e aquilo foi tomando... Eu me lembro que eu desci do carro de som no meio da Avenida Brigadeiro Luis Antonio e a gente não sabia nem por aonde ir, paramos lá no Largo São Francisco e eu disse: “Qual o telefone da Direção Nacional do PT?” Pois se o Lula era a liderança, vamos chamar o Lula e peguei uma fichinha... uma coisa fantástica! Peguei uma fichinha e liguei, a [ex-prefeita de São Paulo Luísa] Erundina estava falando no orelhão comigo porque nós tínhamos uma relação com a Erundina porque ela era paraibana. E acabou o Lula e a Erundina indo lá no final do ato, ele foi só no final porque o movimento acabou surgindo com uma cara muito contra partido. Rapaz, esse negócio da Argentina... tem umas manifestações na Argentina muito parecidas com aquilo porque aí os caras pintaram a cara... A cara pintada não surgiu na primeira passeata, surgiu depois porque nós ficamos muito preocupados, pois o Collor depois de chamou o povo para sair de verde e amarelo no domingo. Ele disse numa declaração, respondendo a passeata... Eu me lembro, mas é engraçado você se saber que isso nos dias... (FARIAS, L., 2005)

A preparação do movimento contou com a colaboração dos Partidos com representação no Congresso Nacional que se opunham ao Governo Collor, que de certa forma, arregimentaram os estudantes:

A passeata do dia 11 [de agosto], sexta feira, eu fui à Brasília ser recebido pelo presidente do Senado, você vê que o PSDB [Partido da Social Democracia Brasileira] gosta disso. Na época, um diretor da UNE que era do PSDB, o Eduardo Saron – que hoje inclusive eu vi na televisão que ele estava tomando conta de um instituto cultural do [Banco] Itaú – falou o seguinte: “Lindberg, precisamos fazer uma relação institucional com o Parlamento brasileiro”, ele estava certo. Ele levou a gente para conversar com o presidente do Congresso e nós completamente perdidos, chegamos lá em Brasília e não tínhamos noção de nada do que era aquele movimento, aquilo tudo, o que estava significando para o país e nada, era a sexta-feira depois da primeira passeata... Aí eu cheguei e disse ao Saron: “Puxa, o negócio aqui é forte.” Aí tinha uma bateria de jornalistas, era câmera, jornalista de tudo que era lado, então, eu dei um toque assim numa moça e disse: “Moça, onde é a sala do presidente do Senado?” A moça respondeu e ficava olhando para mim pensativa: “Quem você é?” A visita ao presidente do Senado levantou uma bateria de televisões, de rádio... foi naquele momento que eu vi e que a gente sentiu o tamanho do negócio, o tamanho da história em que a gente estava... Porque até ali a gente estava lá fizemos aquela passeata, entendeu? E ali nós sentimos, foi engraçado também o senador Mauro Benevides... (FARIAS, L., 2005)

Este fato não é admitido pela história oficial da UNE. Segundo a entidade ela teria articulado o movimento, não dependendo da atuação dos partidos acima mencionados. Porém, nesse depoimento, pode-se perceber que a UNE não é protagonista principal desse movimento, mas capitaliza em seu nome o sucesso do movimento contrário ao governo de Collor. A surpresa demonstrada por Farias, evidência que o desdobramento dos eventos foram conduzidos pelos partidos de oposição a Collor.

Os eventos foram se precipitando e a direção da UNE, por meio de seu presidente, começou a participar mais efetivamente do processo de mobilização que levaria ao confronto com o governo Collor:

Essa foi outra cena engraçada, pois a gente só se deu conta da vida real da política, quando eu fui lá encontrar o senador Mauro Benevides com essa imprensa toda aí. Eu estava certo que ia conversar com ele e eu apertei a mão dele, mas ele estava preocupado e eu disse: “Como vai, senador?” E ele: “Muito bem, muito bem, muito bem...” E eu querendo conversar, mas não estava acostumado com esse mundo da real *politique*, da encenação, da foto... Tem uma foto histórica em que eu estou fora da foto porque eu não tive paciência durante a entrega do pedido do *impeachment* em que foi o Barbosa Lima [presidente] da ABI, a OAB, o [Jair] Meneguelli [presidente] da CUT, Marcelo [Lavenere, presidente] da OAB e eu. Fomos entregar ao [deputado federal] Ibsen Pinheiro e, na hora que fomos entregar ao Ibsen, foi juntando tanto senador... Era uma disputa milimétrica de espaço do meu lado e um cara que eu adoro, Darcy Ribeiro, estava do meu lado.

A bandeira de luta de “Fora Collor” é disputada pela UNE com os partidos políticos, como se vê:

Era uma disputa geral: você dava uma respirada, cara virava o pé e ganhava meio palmo, era um empurra-empurra... Só empurravam para sair na foto... e eu fui ficando tão irritado com aquilo tudo, que larguei e disse: “Não vou ficar nesse negócio com um bando de senador enlouquecido. Hoje é uma foto histórica e eu não estou lá por isso, porque eu não aguentei esse tipo de coisa. Então, no domingo, em resposta ao Collor, – porque o Collor chamou na quinta – nós chamamos uma passeata para as pessoas irem de preto... Para ser sincero e justo com a história, ninguém chamou as pessoas para irem de preto eu ia chamar e não chamei porque eu viajei para Brasília nesse dia, nós fomos de avião e estava no avião, não sei como, o Sérvulo da Cunha, um cara da OAB-SP, um cara fantástico – ele estava trabalhando no Ministério da Justiça agora há pouco tempo com o [ex-ministro] Marcio Tomas Bastos – eu disse: “Sérvulo, eu vou chamar o povo para ir de preto no domingo”. E ele disse: “Não faça isso, é isso que o Collor quer, que as pessoas vão de preto para ele se apropriar do verde e do amarelo.” E o Sérvulo é uma figura muito esperta, mas depois eu fiquei com raiva disso porque tinha potencializado aquilo e foi muita gente de preto e, se eu tivesse chamado ali ia muito mais. Então, eu fiquei um tempo danado, mas nunca falei isso para ele. Fiquei pensando: “Oh, conselhinho errado que me deram na vida!” Então, eu fiquei nessa entrevista e fiquei me segurando para... (FARIAS, L., 2005)

A influência de personalidades de mundo político-partidário no movimento é assinalada por Farias, algo que outros ex-dirigentes da UNE não admitem, como se vê:

Mas, cara, eu estava no Rio nesse dia, minha irmã estudava Medicina lá – sei lá, já era médica – e eu dormi na casa dela em Copacabana. Quando eu sai de casa cedo, – porque nós tínhamos marcado concentração ali no Rio também – estava todo mundo na padaria, todo mundo de preto! Eu digo: “Opa!” Liguei para São Paulo e o pessoal todo de preto... Aí depois nós tentamos nos apropriar do verde e amarelo, pois nós não queríamos que o preto fosse a nossa cor, mas aquilo foi uma resposta importante, pontual. Nós pegamos o verde e amarelo e, se a gente ficasse no preto, contra o verde e amarelo a campanha toda ia ser ruim, então, nós voltamos ao verde amarelo ali. E aí começou a surgir a cara pintada por acaso, foi um pessoal de um colégio em São Paulo que levou... porque essa juventude que estava indo para a rua, não queria ser mais um, um a mais em uma festa que... No palanque, todo mundo faz discurso e eles tão lá. Então, o que mudou? As nossas passeatas não eram comícios como eram antigamente, eram passeatas, a turma ia andando, o cara pintava a cara, pois não queria só escutar o discurso... Ele fazia um verdadeiro jogo de palavras de ordens divertidíssimo que ia divertindo também as pessoas que estavam ali e isso gerou outras. Não sei se você lembra: “*Rosane, Rosane... foi PC [Paulo César Farias] quem pagou suas calcinhas, né?*” Tinha de tudo, essa aí era horrível, meio preconceituosa. Mas tinha de tudo: “*PC, PC, você vai para a cadeia e o Collor com você!*” (FARIAS, L., 2005)

A mobilização dos estudantes para as passeatas era construída pela a articulação de diversos setores da sociedade civil, com apoio da mídia televisiva, que proporcionava a cobertura jornalística necessária para a dar repercussão ao eventos:

Olha, a gente montava uma estrutura, a primeira passeata foi isso: nós dividimos o pessoal secundarista nas principais escolas e conseguimos alguns carros de som. A primeira passeata foi a mais difícil e foi essa que estourou, deu 20 mil pessoas já na primeira. E a primeira foi a grande largada, não teve como a imprensa toda não noticiar, foi capa em todos os jornais, foi um *boom* no país, ninguém esperava aquilo. Só que as outras que a gente marcava já tinha uma... Então, isso nos ajudava muito, nós montamos e aí conseguimos com os sindicatos os carros de som. Os secundaristas jogaram um grande papel nesse negócio também, o movimento secundarista foi decisivo, era muita gente... Agora o que isso acaba nos ajudando? Isso virou uma pauta nacional, então, o dia da passeata em São Paulo virava um acontecimento, a CPI em Brasília tentava marcar um depoimento mais importante e coincidiu com a passeata. Então, eu me lembro que a gente marcou a outra passeata, quando a gente marcou em São Paulo, foi quase capa de jornal: “UNE chama outra passeata”. e isso nos ajudava muito nós tínhamos quase que uma mídia espontânea fantástica porque nós estávamos vivendo um momento de crise política no país e isso nos ajudou muito, pois as passeatas iam crescendo de forma impressionante. (FARIAS, L., 2005)

A mobilização envolveu estudantes universitários e secundaristas, como se vê:

Teve uma que eu fui no Vale do Anhangabaú [São Paulo]... Eu fiquei apaixonado pelo Vale do Anhangabaú, tinha uma coisa que eu achava fantástica que era o Vale do Anhangabaú quando haviam as grandes passeatas. A Polícia Militar sempre bota a passeata para baixo, eu perguntei ao comandante da Polícia Militar e ele disse: “Tem mais de 500 mil, pelo amor de

Deus!” E se você contar a foto do comício que a gente fez no Vale do Anhangabaú, nós fizemos a passeata indo até ali, quando tinha comício a gente esperava... Era a gente que fazia a presença, o número, a foto do *impeachment* é superior e muito à foto da passeata, do comício pelas “Diretas Já”, sabia disso? Nas fotos aéreas, é impressionante como tomava ali tudo. Então, nós temos essas fotos inclusive, vocês podem pegar as fotos do *impeachment*. É uma coisa assim impressionante, eu adorava falar no Vale do Anhangabaú, era uma coisa fantástica! Sabe que uma vez eu cheguei de um congresso de estudantes lá no Paraguai – aí já era outra coisa, já tinha passado o *impeachment* e o Suplicy era candidato – e ia ter um comício no Anhangabaú e tinham me chamado e eu peguei um avião de volta. Falar no Anhangabaú né, não é qualquer coisa. Então, são símbolos muito fortes naquela época. Mas a gente montava uma estrutura de operação nas principais escolas e nas principais universidades, mas com o decorrer do tempo, só era marcar, só era marcar que já vinha todo mundo, a turma saía. (FARIAS, L., 2005)

A participação de estudantes secundaristas vai tornar o movimento ainda mais amplo, são jovens de 12 a 13 anos de idade que são mobilizados. Nessa faixa etária não pode-se afirmar que a participação tenha ocorrido motivada por convicção política, conforme o depoimento:

Eu me lembro de uma carta que eu tenho guardada, uma carta fantástica de uma mãe que escreveu para a gente – não escreveu para a gente não, escreveu para um jornal – e eu guardei isso que ela dizia o seguinte: “A escola só liberava do colégio quem os pais dessem uma autorização.” Vários colégios tinham isso porque, em dia de passeata, criava aquele frenesi, os garotos de 12 anos: “Vamos na passeata!” E os colégios diziam o seguinte: “Não, tem que ter a autorização da mãe.” Mas eles pulavam os muros, tinha uma rebelião inteira que pulavam os muros.. E aí tem essa carta linda de uma mãe que o filho que a desrespeitou, pulou o muro e foi para a passeata. E ela deu uma bronca no filho, foi dormir com aquilo na cabeça e escreveu uma carta linda dizendo que ele estava certo por ter pulado o muro e por aquilo tudo ele estava lutando por um Brasil decente, por um Brasil melhor. Então, as passeatas, no fundo, viraram isso, entendeu, ninguém segurava mais, não tinha mais jeito, era uma onda, era uma onda... A imprensa, como é que se comportou? Existia um problema grande do Collor com São Paulo, tinha aquela ameaça da *Folha de São Paulo* em determinado momento, a imprensa de São Paulo, *Folha* e o *Estado*, que começaram... Eu me lembro que, na primeira passeata, os jornais deram a capa. O *Globo*, no dia da primeira passeata, foi o único jornal que tirou da capa, não saiu na capa. No outro dia, vieram correndo: “Demos uma barrigada e precisamos entrevistar vocês.” (FARIAS, L., 2005)

A influência dos meios de comunicação, sobretudo da Rede Globo, que tinha um conflito político com Leonel Brizola, é apresentada nos seguintes termos:

Tinha uma história, foi o Brizola que tentou dizer isso de início: “A [TV] Globo está fazendo o movimento.” [A mini-série] *Anos Rebeldes* nos ajudou, mas quem acharia que *Anos Rebeldes* poderia despertar uma mobilização como aquela? Não foi só *Anos Rebeldes*, mas fomos nós que soubemos utiliza-lo bem e, nesse momento, o Globo tentou dar – eu senti – uma seguradazinha. Depois não, depois aí todo mundo entrava, todo mundo cobria. O que eu via, no início

também, mesmo nos jornais de São Paulo, *Folha* e *Estado*, tentavam tirar o nosso peso, tentavam esconder a UNE, entendeu? No mundo editorial, o *Estado*, hoje já não é mais assim. Na época, me lembro que um dia depois da passeata – tinha uma faixa da Causa Operária “Aliança da Juventude Revolucionária” – eles colocaram: “Quem é essa tal da Aliança da Juventude Revolucionária?” Esse era o editorial do *Estado*: “O que é essa tal AJR?” Aquilo apavorava São Paulo. A Aliança da Juventude Revolucionária... E nós estávamos fazendo outro movimento.

O depoente tenta descaracterizar a influência dos partidos políticos de esquerda no movimento utilizando o seguinte discurso:

Eu escrevi um artigo na época que dizia: “Nossas bandeiras não são vermelhas, nossa bandeira é azul, da UNE. Nós queríamos fazer um movimento para tranquilizar.” Aquilo não era coisa de partido de esquerda, o movimento era uma coisa mais ampla. No começo eles tentavam nos tirar, quando viram que a gente estava com muita força, que nós é que estávamos à frente do processo todo. Em especial, eu tinha mais facilidade, até pelo linguajar, eu passava mais tranquilamente e tal. Eles discurso muito pesado: “Nós, companheiros, lutamos contra o neoliberalismo...” Eu fazia também propositadamente e politicamente, um discurso mais leve que refletia um pouco aquela frente que nós estávamos vivendo, era um discurso contra a política do governo Collor, que falava de muita corrupção, então, era isso. (FARIAS, L., 2005)

Passado o brilho que o movimento adquiriu com a campanha fora Collor, a realidade se empõe à sociedade: os problemas sociais continuam sem solução e o novo governo passa a ser cobrado, na forma a seguir:

Acabado o *impeachment*, todos quiseram nos matar, nós viramos os dinossauros da [série de TV] *Família Dinossauro*. Eu me lembro até de uma reportagem na [revista] *Veja* que dizia: “Camarada Babyssauo” — que era eu... Porque, depois de tirado o Collor, tinha um novo governo Collor, mas nós éramos o símbolo da esquerda e os caras contra a privatização. Nós só resistimos porque conseguimos engatar uma outra luta de massas que foi das mensalidades escolares da universidade pública, se nós não estivéssemos nisso, nós tínhamos morrido, tínhamos ficado meio desmoralizados. (FARIAS, L., 2005)

Pode-se perceber que no final da década de 1980 e início da década de 1990, há uma retomada das mobilizações estudantis, que após o afastamento do Presidente Collor, se desarticula, sendo que suas lideranças passam a exercer cargos no Estado, assumindo posições de destaque no cenário político, porém não mais de forma contestatória, mas sim de conformismo com a situação política e educacional do país.

A participação dos dirigentes estudantis no Estado efetiva-se sob a forma de acesso aos cargos públicos eletivos ou de livre nomeação (cargos em comissão), como Ministros de Estado, Secretários Estaduais e Municipais e ainda como diretores

de órgãos da administração pública, efetivando a continuidade de suas carreiras políticas, agora no exercício da dominação burocrática, vinculada à administração, conforme Weber (2004).

A prática política decorrente do exercício de cargos públicos pelos ex-dirigentes da UNE, configura-se como uma forma de dominação patrimonial, no sentido weberiano, pois utilizam a máquina pública em benefício próprio ou de seu partido político.

A própria forma de organização das entidades estudantis lembra a estrutura sindical: existe uma entidade de âmbito nacional (UNE) entidades estaduais (UEE's) e setoriais (DCEs) e Centros Acadêmicos. O partido político que domina a estrutura dessas organizações regionais e setoriais controla a entidade nacional, uma vez que a escolha dos dirigentes da UNE é feita no seu congresso, a partir dos delegados que são escolhidos em cada curso.

A estrutura organizativa da UNE é similar a do partido comunista: existe um comando nacional, direções regionais e locais refletindo a concepção Leninista de organização do partido, conforme se vê na obra de Lenin, "O que fazer"? A organização como sujeito político (2006), onde este autor afirma que a tática de seu partido consiste em rejeitar o apelo imediato pela tomada do poder política do Estado, optando pela organização do partido. Para essa tarefa atribui papel fundamental ao jornal do partido, que deve ter circulação nacional.

A UNE, por sua vez, procurou organizar informativos de alcance nacional, tais como o jornal "Nossa Voz" e a revista "Movimento", para transmitir suas orientações ao Movimento Estudantil em todo o país. O Discurso é composto por palavra de ordem que indicam um comprometimento com o interesse coletivo, que é superado pela prática da negociação, da barganha pelos espaços visíveis, concretos e imaginários na estrutura da administração pública. O dirigente estudantil profissional, transmuda-se em burocrata político-profissional, cuja ascensão aos postos de comando não tem relação com o mérito profissional, mas sim com a escolha do partido, que emprega seus quadros em benefício próprio. Eles se tornam dirigentes partidários e gerentes na administração pública, situações que se condicionam reciprocamente como instrumento de dominação.

2.3 – O Movimento Estudantil no discurso dos dirigentes e autoridades universitárias

Os antigos dirigentes das entidades estudantis têm uma percepção padrão da atuação dos estudantes à frente das organizações estudantis.

Este discurso padrão pode ser constatado em diversos depoimentos, como se verá a seguir. O fundamento teórico que utilizo para tentar explicar esta uniformidade do discurso encontra-se na obra de Eric Hobsbawm, *A invenção das tradições*, 2008, onde constata o renomado historiador britânico que referidas tradições se constituem enquanto um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas, de natureza ritual ou simbólica, que visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, implicando numa continuidade em relação ao passado. O objetivo dessa tradição inventada é a invariabilidade, sendo que o passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas, normalmente formalizadas, e repetitivas. Esta formalização está presente nos discursos e nos documentos da UNE.

Estas tradições inventadas lançam mão de velhos elementos, criam novos acessórios ou linguagem para renovar o vocabulário simbólico, mantendo a continuidade histórica, por meio da referência constante a um passado glorioso. No discurso dos ex-dirigentes da UNE percebe-se essa continuidade no conteúdo de suas falas, onde a entidade aparece sempre atuando na defesa de causas progressistas e nobres. Mudam as circunstâncias históricas, porém a motivação é sempre idealizada, nunca admitindo o interesse individual e partidário como móvel da ação, conforme analiso em seguida.

Segundo Pedro Wilson, nos anos sessenta, todo o Movimento Estudantil era organizado: universitário e secundarista. UNE/UEE/CA ou das UBES/UGES/Grêmios Estudantis:

Havia uma crescente politização do estudantado que significava participação direta e indireta das lideranças na vida política regional e nacional. A principal luta era por uma educação pública de qualidade. Havia toda uma luta pela reforma universitária e secundarista e por uma LDB voltada para os interesses nacionais. A reforma educacional era uma das chamadas reformas de base constante no ideário nacionalista e progressista da época. Além, como medidas de modernização do Brasil e um desenvolvimento para o povo. Crescia muito a migração rural - urbana e surgiam as grandes cidades com seus problemas, como favelas e marginalização social. Outras bandeiras da época eram a favor das riquezas nacionais (petróleo, minérios, energia, Amazônia, produção para o mercado interno). Havia também uma

forte gritaria contra as multinacionais/imperialismo americano do norte. Havia ainda bandeiras a favor da cultura popular, alfabetização com o método Paulo Freire, movimento de alfabetização da Igreja (MEB) e de Prefeituras populares como Recife e João Pessoa. Havia toda uma efervescência política. (GUIMARÃES, P. W., 1991)

A imagem contida no depoimento acima é de que havia um grande envolvimento da juventude nas mobilizações populares no país. Segundo ele, os motivos para tal mobilização eram:

A Mobilização Estudantil do ano 1960, 1970 e 1980 deu-se pelos seguintes motivos:

- a) a crescente conscientização política;
- b) a luta em defesa das riquezas nacionais;
- c) a busca da educação como instrumento de ascensão social;
- d) a tomada de consciência dos problemas nacionais (analfabetismo, exploração das migrações nordestinas e rurais, corrupção política, entreguismo);
- e) o sentimento nacionalista da juventude;
- f) a faixa etária de fácil apelo e ação;
- g) a disponibilidade da juventude;
- h) o surgimento de grupos que influenciavam a juventude, como partidos, igrejas, lideranças políticas e culturais e que disputavam suas adesões;
- i) a existência de uma polarização no mundo: capitalismo e socialismo. Influência da Revolução cubana e de outros movimentos terceiro-mundistas de libertação; renovação na Igreja com o Vaticano II, influências intelectuais de Paris e havia um espectro geral de mudanças pela América Latina que atingia muito o mundo estudantil, principalmente com a influência da análise marxista;
- j) a resistência militar, lutas por democracia, liberdade, cidadania;
- k) a luta por anistia ampla, geral e irrestrita, diretas já, eleições livres, direitos humanos, liberdade política e sindical e na universidade. (GUIMARÃES, P. W., 1991)

Sobre as mobilizações diz Pedro Wilson:

Os limites para as mobilizações dos estudantes já foram situados. A conjuntura é extremamente desmobilizadora. Estudar para depois ficar desempregado. Ir às reuniões de entidades para ouvir o quê? A mídia eletrônica altamente manipuladora e marginalizadora. Os partidos, a maioria do campo democrático popular sem bússolas ou reafirmando princípios, dogma ultrapassados pela história dos acontecimentos, discursos repetitivos de lideranças fazem com que a juventude fique ainda mais alheia a realidade. Se não houver ousadia, recreação, reinvenção, abertura, renascimento político e cultural, a apatia pode persistir.... (GUIMARÃES, P. W., 1991)

Pedro Wilson apresenta, no depoimento acima, uma síntese dos principais motivos que levaram à participação dos Estudantes Universitários, destacando-se o seu sentimento nacionalista e a influência do pensamento marxista na formação ideológica dos militantes do Movimento Estudantil. A participação estudantil, em sua opinião, alia

preocupações com o ensino existente nas Universidades, questionando a sua qualidade, com preocupações com os problemas sociais do país, como o analfabetismo e a corrupção política.

Deve-se salientar que esse depoente já ocupava, à época da entrevista, importante cargo público, como deputado federal pelo PT, além de ser um dos seus expoentes no estado de Goiás e no panorama nacional.

Para o Professor Pedro Célio:

(...) nós tivemos movimentos importantes, como por exemplo, o movimento da biblioteca, na Universidade. Essa biblioteca, aqui da Faculdade de Direito era precaríssima. Acabou que nosso movimento deu uma extensão aí pra mais de 3.000m² e aquisição de não sei quantos mil títulos de livros. E era o que os estudantes queria: condições boas para estudar, para ter um ensino melhor. Naquela época, coisa de época, os estudantes brigavam contra a implantação do Sistema de Crédito Educativo. Você pode olhar que hoje o da Federal não tem e é louco para ter e o da católica é louco pra ter, é claro. Mas acontece que o Crédito Educativo era como uma espécie de antecipação do ensino pago. Era uma visão um pouco ideológica que a gente tinha. Havia, na época, uma facilidade do Movimento Estudantil ideologizar tudo. Ideologizava tudo: o problema de biblioteca, restaurante, de Crédito Educativo, de Assistência Estudantil. (CÉLIO, P., 1991)

Pedro Célio apresenta uma faceta interessante da atuação da esquerda no ME: a estratégia de vincular a solução dos problemas da universidade específicos, com os problemas gerais do país.

Desse modo, o raciocínio por dedução é o seguinte: mobilizam-se os estudantes em função de suas necessidades imediatas, como a melhoria do ensino e, simultaneamente, tenta-se envolvê-los na luta contra o Governo Federal, em última instância o responsável pelas deficiências do ensino existente na universidade.

Esses movimentos todos eram as reivindicações principais. A maioria deles todos tinha uma auréola, uma diretriz que era a melhoria do ensino. Dessa maneira a gente tinha uma facilidade com o grosso do estudantado, né? Essa era a conversa geral dos estudantes: professores despreparados que entravam sem concurso. O regime militar teve esse outro problema que ele desorganizou o serviço público. Fez um clientelismo muito grande. Atrapalhou a democracia, mesmo. Estão a mobilização contra professores que não davam aula direito, contra o autoritarismo dos regimentos universitários. E daí, é o que eu disse. A politização desses movimentos era muito mais evidente e muito mais fácil. Daí pra se ligar isso com o regime autoritário não era difícil. De modo que as nossas bandeiras políticas ficavam mais fáceis. Era a Anistia e liberdade democrática, no início. (CÉLIO, P., 1991)

Essa conjuntura política, em sua opinião, impõe limites à atuação dos estudantes, como se vê:

Os limites à mobilização dos estudantes, segundo ele, parte desse clima de desilusão que percorre o país e que está ficando um pouco longo, já, né? Especialmente após a Constituinte e a eleição presidencial. Eram as duas grandes bandeiras. A transição ganhou um símbolo, um carimbo, um caráter de conservadorismo. E antes delas, durante a transição toda, a saída do regime Militar, a esperança, a fé e a mobilização foram muito intensas e os benefícios da melhoria da vida do povo, do país, não aconteceram no mesmo grau, né? Foram muito menores. E aí a frustração. Acho que esse nível de frustração se abate, generalisadamente, né?

Por outro lado, eu acho que o Brasil, por conta e em decorrência dessa primeira observação, o Brasil ainda não delineou um Projeto Nacional para o país. Nós não temos esse projeto nacional e os estudantes sabem disso. Esse projeto não aparece em propostas de um desenvolvimento, de uma democratização, de tirar a miséria do país; isso não aparece. E não aparece também na forma de lideranças que impulsionem à mobilização estudantil e crie símbolos que agitem essa mobilização. Eu acho que esse é o grande empecílio se a gente considerar que o Movimento Estudantil é um movimento político. É um movimento que eu quero crer que ele tem razões e tem qualidades. Eu tenho lembranças do Movimento Estudantil quando ele faz protesto político. (CÉLIO, P., 1991)

Do ponto de vista de classe ele vai se definir como classe média, da seguinte forma:

Sou uma pessoa filha de funcionário público. Ele é migrante rural do interior de Minas, do Triângulo. Veio para Goiânia com a família toda: os pais dele, os irmãos dele, os tios dele e ele com minha mãe e já dois filhos. Eu já fui o 3º que nasci aqui. Aqui, meu pai é elemento semi-analfabeto, da roça e consegue entrar no serviço público aqui. Então, eu sou aquele tipo classe média, né, que ascendeu do êxodo rural, numa realidade agrária dessa aí. Acho que continuo nesta mesma faixa. Trabalho de assalariado pro Estado pro Estado, né? Sou um assalariado do Estado, pessimamente remunerado. (CÉLIO, P., 1991)

A mobilização estudantil nas décadas de 1960 a 1980 em sua opinião referem-se a períodos históricos e políticos diferenciados e que refletiu-se nas principais bandeiras levantadas pelo ME. Portanto, nos anos 1960, período de crescimento ou expectativa que o Brasil trilhasse por um caminho democrático e o golpe de 1964 reverte exatamente essa expectativa, portanto, nesse momento em que João Goulart assume o poder e até mesmo sendo necessário que a juventude fosse às ruas para garantir sua posse. A partir de 1964, como perseguição que vai existir contra o movimento democrático organizado e vai atingir o ME, tornou-se necessária uma resistência que faz que com que a juventude seja o alvo principal do movimento repressivo da ditadura militar que se estabelecia.

Essa fase da história é constituída por dois grandes momentos, na conjuntura na política brasileira: o período posterior ao golpe de 1964 que vai até 1985, é constituído por diversas etapas de repressão aos movimentos sociais organizados, sobretudo o Movimento Estudantil. Nessa caracterização da conjuntura política acredito que esse depoimento é confluyente com minha perspectiva histórica.

Sobre os enfrentamentos com a Ditadura Militar, afirma:

Na década de 70, nós nos deparamos também com fases distintas quando no início vamos vivenciar um dos períodos mais repressivos da história do país, na época em que o governo do país, o General Emílio G. Médice e a Ditadura do Médice se abate como força sobre as entidades estudantis, sobre as lideranças estudantis, é um período em que a perseguição política vai acentuar gradativamente e que lideranças estudantis são presas, torturadas, assassinadas e vários líderes tem seus cartazes de procurados afixados em vários lugares do Brasil. Então foi um período de muita repressão e que levou à formação de vários grupos de organização revolucionários de esquerda, organizações essas que se de maneiras diferenciadas na resistência da ditadura militar, seja na guerrilha rural ou seja na guerrilha urbana, ou até mesmo na própria necessidade de exílio para fugir da perseguição. Então os anos 70, tiveram esse aspecto em que foi o período que a ditadura militar vai exercer uma repressão mais profunda. (CÉLIO, P., 1991)

Os anos de 1970 são caracterizados por Pedro Célio como os mais duros, em virtude do agravamento da repressão política, que atinge a sociedade brasileira, sobretudo os dirigentes estudantis.

Falando, no presente, de um tempo passando, no qual ele não atuou mas em relação ao qual tem uma opinião formada, ele diz:

Final dos anos 70 e início dos anos 80, já vai haver exatamente dentro dessa questão política, já vai existir uma transformação a partir do momento em que há um desgaste do próprio regime militar, desgaste a partir da luta travada nas ruas pelos movimentos organizados e também em função das próprias contradições existentes no Regime Militar, a partir do desmoronamento do chamado Milagre Econômico e da desmascaração da política que era exercida pelos militares. Então, final dos anos 70 e início dos anos 80 o processo começa a se acentuar a necessidade de conquistar um espaço democrático e de crescimento do movimento popular não apenas do ME, que durante essas 3 décadas, resistiram à repressão policial do regime, mas também começa a se organizar outros setores, a classe operária, movimento campones, movimento popular de modo geral. E os anos 80, vai então trazer uma característica diferenciada. (CÉLIO, P., 1991)

A periodização histórica apresentada por este entrevistado mostra uma representação do passado que extrapola a sua atuação concreta, pois, vai além do seu período como estudante, consoante pode-se verificar:

Então, quer dizer, são períodos distintos, são momentos históricos vividos pelo nosso país diferenciados, e que claro, requer de nossa parte uma análise dialética. Agora, no que se refere ao problema da universidade, nos anos que a bandeira de luta dos estudantes ou as reivindicações levantadas pelos estudantes nesses períodos, elas não vão mudar substancialmente, prevalece a luta do ensino público e gratuito, a necessidade de destinação de mais verbas para a educação, pela democracia e pela liberdade. E nos dados estatísticos mostrar que a partir do golpe de 64 a destinação de verbas para a educação vai se reduzindo drasticamente, vamos perceber também que o número de universidades e faculdades privadas vai se inverter em relação à universidade pública, e tudo isso reflete na política que começa a ser desenvolvida a partir de 64.

Ele salienta as diferenças de atuação do ME em períodos históricos determinados. Nessa análise fica evidenciada a percepção do profissional da área de ciência política, o lugar da fala nesse caso é do meio acadêmico, uma vez que o depoimento é registrado quando ele já é professor universitário, como se vê:

Portanto, as bandeiras e lutas que os estudantes vão travar especificamente no que se refere ao ensino, a educação e a universidade, elas vão se modificar durante esse período. O aspecto mais essencial que vai caracterizar esses 3 períodos é exatamente o aspecto político, histórico, em que cada um desses movimentos, o país vai passar por situações diferenciadas em que acentuasse o fascismo, a repressão aos movimentos organizados, principalmente ao movimento estudantil que é quem vai resistir mais nesse período e que tudo isso deve ser levado em consideração quando opinamos a respeito da mobilização estudantil durante essas 3 décadas. (CÉLIO, P., 1991)

No depoimento acima fica evidenciado que o Movimento Estudantil constrói uma identidade ou uma auto-imagem em cada época histórica. Esta auto-imagem nos parece a síntese de diferentes determinações, em parte é fruto da experiência política concreta do dirigente estudantil, formada na luta cotidiana e nos debates no meio universitário. De outro lado, é produto da transmissão oral que existe no interior das entidades, onde os antigos dirigentes repassam os seus conhecimentos e lembranças históricas para novos atores do ME. E, por último, acredito que há uma grande influência das leituras e publicações que existem sobre o movimento.

Durante o período da Ditadura Militar, os enfrentamentos políticos assumem diferentes formas, conforme expresso no depoimento acima transcrito.

Por sua vez o Professor Athos Magno, representa o passado do movimento da seguinte forma:

- Bem... eu atuei no Movimento Estudantil em Minas Gerais, em Belo Horizonte, entre 1967 e 1969, início de 69, em termos de movimento de massa, porque nós...eu, inclusive, tivemos que passar a abandonar o movimento e entramos

na clandestinidade, de forma que o período em que eu participei mais intensamente foi muito curto, cerca de dois anos, embora antes de 67 eu tivesse também alguma participação. Eu fui em 1968 presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais. Eu era estudante de medicina em Belo Horizonte, na Faculdade de Medicina da Universidade Federal e em 1968, quando eu cursava o segundo ano, eu fui eleito presidente. Em geral os presidentes do DCE eram eleitos quando estavam no quinto ano, mas eu fui eleito no segundo ano, porque o movimento já estava com um grau de radicalização muito grande e as lideranças mais antigas estavam todas procuradas e algumas entrando na clandestinidade, de maneira que as lideranças mais novas foram chamadas a ocupar o lugar das lideranças mais antigas. (E SILVA, A. M. C., 1991)

A organização das entidades estudantis na década de 1970, segundo Athos Magno, se dava de maneira semelhante ao que temos hoje, ou seja, a UNE no topo do comando, as UEEs nos estados e os DCEs nas universidades. Na base, em cada curso, existia o Diretório Acadêmico, hoje denominado de Centro Acadêmico, para se distanciar do antigo diretório de curso criado pela Ditadura Militar na reforma educacional de 1968.

O movimento se organizava principalmente..., havia uma presença grande da União Nacional dos Estudantes que acompanhava as manifestações, os movimentos;... havia uma presença grande da União Estadual dos Estudantes, a UEE, mas em Minas Gerais a grande força era o DCE da Universidade Federal. A grande força. Havia o DCE da Universidade católica, mas o DCE da Federal, da qual eu era presidente é que realmente liderava o Movimento Estudantil, como era o caso da União Metropolitana dos Estudantes no Rio de Janeiro e da União Estadual dos Estudantes em São Paulo. As três entidades fundamentais nestes Estados, era o DCE de Minas Gerais, a UEE de São Paulo e a UNE do Rio de Janeiro. E era no meu entendimento, o triângulo, a base do movimento estudantil no Brasil se dava aí, tendo que considerar naturalmente alguns movimentos muito expressivos no Nordeste e no Rio Grande do Sul e em Brasília. Mas o eixo era Minas, São Paulo e Rio de Janeiro. E nós tínhamos a organização também a nível de Faculdade. Então havia os Diretórios acadêmicos em cada Faculdade: Medicina, Filosofia, etc., e em Belo Horizonte as duas faculdades com maior expressão no movimento era a medicina e a filosofia. Eram as que se destacavam em termos de participação. Então os diretórios acadêmicos eram a base do movimento e através desse diretório se dava a ligação, digamos assim, com a sociedade, não somente em termos políticos, mas também em termos sociais, organização de festas, que havia em cada um desses diretórios. E então era isso, era UNE, UEE, DCE e Diretório Acadêmico. Mas o mais forte era o DCE e Diretório Acadêmico na cidade. (E SILVA, A. M. C., 1991)

Este quadro de organização do Movimento Estudantil é comprovado por outros depoimentos, ficando demonstrado que em cada fase este movimento se articula, ora com entidades livres, e em outros momentos sem as entidades organizadas, já que a repressão política impossibilita a livre manifestação dos estudantes.

A respeito da mobilização durante as décadas de 1960 a 1980 afirma:

A mobilização estudantil no período de 1960 a 1980 modificou-se segundo ele: Olha, eu comecei a refletir muito sobre isso quando eu estava exilado no Chile na época de Salvador Allende. O movimento estudantil no Chile na época de Salvador Allende, ele era relativamente fraco... relativamente fraco, ou em outras palavras, talvez mais próprias, ele tinha relativamente pouca expressão na sociedade. Então comecei a refletir sobre isso e acho que a questão é a seguinte: na década de 60 o movimento camponês no Brasil, ele foi liquidado. As ligas camponesas que eram grande movimento, ele foi liquidado pelo regime... lideranças foram assassinadas e o movimento foi desarticulado. O movimento operário ele estava apenas se rearticulando. Ele não era expressivo. (E SILVA, A. M. C., 1991)

A grande expressão que o Movimento Estudantil adquiriu em 1960 e 1970 é explicada por ele devido à debilidade do movimento operário e camponês:

De forma que um país em que o movimento camponês foi aniquilado, o movimento operário estava apenas iniciando a sua rearticulação, o movimento em bairro, etc..., não existia o movimento pelos direitos do cidadão, não existia... Então a única força que conseguiu se articular rapidamente por características próprias foi o movimento estudantil. Então pelo fato dele ser a única força, ele ocupou um vazio que deu a ele essa ocupação, características de vanguarda nacional. Então os estudantes tiveram muita força porque eles eram a voz da sociedade que não podia se fazer sentir. Em segundo lugar o jovem naquela época, ele estava também num clima de protesto contra uma ditadura brutal, mas ele estava também num clima mundial: a guerra do Vietnã, tavam dando uma surra nos Estados Unidos; os protestos da juventude em Paris, os jovens estudantes em Paris, e no mundo inteiro que tinham duas frases lapidares, que podiam marcar o movimento que era a primeira: sejamos realistas, exijamos o impossível, e a segunda era: é proibido proibir. (E SILVA, A. M. C., 1991)

Discorrendo sobre o movimento na década de 1990, ele faz a seguinte diferenciação dos períodos anteriores:

Por isso que o movimento estudantil hoje aparece menos do que naquela época e ao mesmo tempo hoje, há os movimentos de libertação nacional estão em crise. Os Estados Unidos não estão apanhando do Vietnã, ele está batendo no Iraque. O imperialismo norte-americano não está desmoralizado como estava naquela época. Então o movimento de libertação nacional e socialista está na defensiva e os jovens conquistaram tantos espaços no mundo e tanta liberdade, que o desafio não é assim tão premente como foi naquele tempo que era proibido até usar um cabelo comprido... né? E que o movimento de libertação assim...da independência da mulher, que estava então no início...então não há hoje esta mística de se lutar por algo de forma tão forte como era naquela época.

Falando no período correspondente à sua entrevista, ele salienta a diferença entre a concepção da juventude naquela época em relação a que predominava quando ele atuou no ME, da seguinte forma:

E as pessoas hoje são menos messiânicas do que naquele tempo, ou seja, a influência religiosa naquele tempo, o messianismo, de morrer, dar a vida, o sangue, caídos... que brotasse a semente da Redenção, isso tem muito de messianismo e muito de religiosidade. Mesmo que sublimar, os jovens hoje são

mais práticos, são mais científicos, são mais laicos, de forma que não se pensa assim de forma tão gratuita, de morrer para criar algo. É... se pensa mais,... não há tanto, hoje não é mais tanto como naquele tempo, naquela época havia mais..., havia muito assim, um compromisso..., até a decisão de morrer para que o povo vivesse bem. E hoje o compromisso é mais com a vida e as contribuições e construções do dia-a-dia. Então o quadro hoje, a nível nacional e mundial é muito diferente. Mesmo porque hoje nós não temos uma ditadura militar, nós temos um governo que foi eleito pelo povo. Por mais que você não queira ele é a expressão desse povo. (E SILVA, A. M. C., 1991)

A influência do pensamento marxista-leninista é acentuada por ele, essa corrente ideológica serve para fundamentar a ação dos partidos de esquerda, que entram para a luta armada na década de 1960.

Olha... naquela época, naquela época nós tínhamos os operários que estavam começando o movimento, nós tínhamos camponeses desarticulados e esse grande setor do movimento estudantil era basicamente gente de classe média ou pequenos burgueses, radicalizados, idealistas, com grande vontade de mudar, tentando assumir o Marxismo-Leninismo, mas no fundo mesmo, com resistência ao marxismo, e com grande aceitação do Guevarismo e do Castrismo - Fidel Castro. Então, era a classe média radicalizada, embora nos julgássemos vanguarda da revolução proletária no Brasil. E todos os grupos no meu entendimento eu os incluo nesse movimento de pequenos burgueses radicalizados. (E SILVA, A. M. C., 1991)

Pode-se perceber que as influências políticas e ideológicas sobre o movimento diferenciam-se bastante: na fase da Ditadura os pensadores de esquerda têm grande prestígio, o que não ocorre na década de 1990 e início de 2000, em virtude do fim do chamado socialismo real, com o desmoronamento da antiga União Soviética.

Por sua vez, Dom Antônio Ribeiro de Oliveira, então Arcebispo de Goiânia, apresenta a sua visão do movimento da seguinte forma:

- O Movimento Estudantil, como todo movimento jovem, ele tinha um caráter bastante agressivo, mas, por isso mesmo muito interessante, porque despertava a Sociedade, ele fez o povo pensar sobre as grandes teses da educação, e levou para a rua uma tradição imensa da sociedade e do Poder Público, não como eu já falei da criação das Escolas Públicas, mas sobretudo, para que, de fato, o Ensino se tornasse mais possível, acessível às classes populares, e o Movimento Estudantil, ele se diversificou muito, ele começou muito na linha de Grêmios Estudantis Culturais, Grêmios Acadêmicos, foi se tornando muito politizado, foi se chegando no final da década de 60 como uma força de pressão sobre a sociedade, chegava-se a dizer que o poder estudantil era o quarto poder da República, tal qual a força que esse movimento se evoluiu. E foi um benefício para a sociedade. (OLIVEIRA, A. 1992)

O Professor Júlio César Pacheco Duarte distingue as fases do Movimento Estudantil no período estudado, da seguinte forma:

- O período até 1979 se caracterizou por ser um movimento que assume em virtude da repressão oficial um caráter de substituição, ele substitui as entidades e partidos que podiam dar combate ao regime militar..., e a partir da forte opressão, ele angariava possibilidades de combater de ação, mais ou menos de voluntarismo diante de uma situação que ninguém concordava só que estava todo mundo impossibilitado de agir, daí então um período de meta geral contra o regime que todo mundo concordava que estava posicionado à esquerda do Regime Militar que estava instalado e então teve uma certa facilidade, entre aspas, de ação que não existia de fato, grandes diferenças. A questão central era combater o Regime, retirar o Regime, e instalar a democracia no país, era coisa comum, desde a Causa Operária, de extrema esquerda, até o ultra-voluntarismo de outro lado, era comum a todo mundo combater o regime militar. (DUARTE, J., 1992)

Júlio César enfatiza o processo de reconstrução do movimento a partir de 1979 e a influência das organizações políticas de esquerda neste processo, no qual a tática do partido ou da tendência é que condiciona a direção do movimento.

É importante destacar que o depoente participou do Movimento Estudantil, tendo ligação com o partido dos trabalhadores, estabelecendo o seguinte entendimento sobre a atuação dos estudantes:

Posteriormente a 79, quando começa a abertura e a reconstrução, entra um período em que o ME passa por várias dificuldades, de redimensionar o seu discurso. Agora não só combater a Ditadura, mas se nós temos entidades que são estudantis, eles devem ter uma política própria para sua área, e foi um dos problemas que o ME enfrentou e uma das causas do discenso do movimento. Então, a partir de 79, quando se inicia a reconstrução dessas entidades, da mesma forma que se reconstrói numa dimensão não se pensa o movimento e a política continua sendo de 68. De combate à ditadura, liberdades democráticas, e uma série de reivindicações gerais, que não eram incorretas mas eram insuficientes para que o ME tivesse ações e se revitalizasse por conta própria, e daí o que acontece: tem o breve período de continuidade de sua significação, só que na medida em que se consegue conquistar as ditas liberdades democrática concedidas pelo Regime, o movimento começa a se debilitar cada vez mais e a gente vai ver que essa incapacidade de gerar uma nova política pro movimento, principalmente, por parte das tendências que atuaram no ME, que de uma certa forma ou de outra eram as posições que determinavam o ritmo que o movimento e as entidades andavam, é que dificilmente a gente acha hoje, uma análise de Universidade e do ME sistematizada e bem elaborada que colocava as questões em seus devidos lugares, todas indistintamente, avaliações de Universidade, de Movimento Estudantil, estavam condicionadas à tática que a tendência ou agrupamento, ou partido político tinha para o ME. (DUARTE, J., 1992)

Como se vê no depoimento acima, o movimento dos estudantes até o início da década de 1980, assume o papel de principal elemento de oposição aos Governos Militares. Na década de 1990, com a retomada do movimento operário, o ME vai, gradativamente, perdendo a sua centralidade.

Esta percepção do grau de importância do ME, comparado com o Movimento Operário, parte de um ex-dirigente, que tem formação acadêmica em história, e no momento da entrevista, professor universitário.

Percebe-se que, ao relatar os acontecimentos, o entrevistado, narra fatos vividos e ouvidos, o que leva à necessidade de cautela no tratamento dos relatos, sendo importante confrontar depoimentos dos estudantes com aqueles colhidos de autoridades universitárias, de modo a se avaliar a veracidade das informações apresentadas.

Neste sentido a professora Maria do Rosário Cassimiro, ex-Reitora da UFG, tem a seguinte perspectiva sobre a participação política da juventude:

- A participação dos estudantes, a participação política, ele sempre existiu, e é uma tradição no mundo inteiro, é um fenômeno no mundo inteiro. É uma participação contestatória, porque é próprio da idade a contestação. A contestação - para os mais jovens - ela se volta, é dirigida para as autoridades imediatas, os pais, os professores, os Reitores. É imatura porque pega o jovem numa idade muito pequena, é o jovem mesmo, num processo de amadurecimento que ainda não começou, e é por isso que se diz que todo jovem é um incendiário e depois com o tempo se torna um bombeiro, ele vai percebendo que é mais importante construir, que contestar, mais importante reformar que protestar. (CASSIMIRO, M. R., 1992)

É interessante o posicionamento da professora Cassimiro, ex-reitora da UFG, na década de 1980, pois representa uma concepção bastante arraigada em nossa sociedade que vê o jovem como contestador enquanto estudante, mas que percebe sua absorção pelo sistema de dominação existente, tão logo ingresse no mercado de trabalho:

Então, eu costumo dizer que nós precisamos de reformadores e não de protestadores, porque os que protestam não constroem. Não constrói de uma maneira elítica, mas de qualquer maneira, mesmo para os reformadores, o protesto puro e simples é importante, porque ele pode despertar os reformadores para muita coisa. E mesmo quando o jovem protesta, e posteriormente ele se torna bombeiro, aquele aprendizado de protesto que ele teve, depois ele usufrui na sua sedimentação cultural, patriótica, para ajudá-lo no seu processo de construção da sociedade. De maneira que eu acho que a participação política dos estudantes e sua vivência política são muito importantes. (CASSIMIRO, M. R., 1992)

No depoimento acima é perceptível os significados da atuação estudantil ao longo da história. Para essa professora, a atuação radical do estudante é, apenas, momentânea: mas necessária, ao se formar e ingressar no mercado de trabalho ele tenderia a se conformar com a situação de desigualdade social existente no país.

Por sua vez, Osmar Pires, Ex-Presidente do DCE da UFG e Ex-Diretor da UNE reconstrói a história da UNE, segundo sua memória, e seus estudos sobre o assunto, desta forma:

Bom, quando a UNE entrou na fase de ilegalidade e clandestinidade, a partir de 1970, ela inexistia, no mundo estudantil. As tímidas tentativa, que ocorriam de reconstrução da UNE Foram reprimidas violentamente, inclusive um encontro na Universidade de São Paulo, em que os estudantes discutiram a retomada da UNE, o Cel. Erasmo Dias que era o Secretário de Segurança de São Paulo, invadiu a Universidade e, inclusive provocou problemas seríssimos: duas estudantes que foram agredidas e que ficaram deformadas porque parece que foi um lança-chama usado nas duas estudantes e elas ficaram totalmente deformadas; além das prisões e espancamentos. Isso me parece que foi em 1976.

É interessante a fala abaixo, porque já existe uma percepção de que o Regime Militar, que ainda reprimia com violência, permite, pela força das circunstâncias, a reorganização da UNE, deste modo:

O Movimento só conseguiu força para reorganizar a UNE e, a partir de 78. E, em 1979 foi o Congresso de reconstrução da UNE, em Salvador, na Bahia. A partir de então, a UNE continuava sendo ilegal, mas não era mais clandestina. Ela foi tolerada pelo Regime. Foi a partir de então que eu começo a participar. Eu participei da campanha pra primeira eleição pra UNE, 1980. E em 1981 eu fui eleito presidente do DCE da Universidade Federal e, em 1982 eu fui eleito pra Diretoria da União Nacional dos Estudantes. Foi a terceira gestão após sua reorganização. (MARTINS, O. P., 1992)

A reorganização da UNE, segundo Osmar Pires, se efetiva com espelho no que a entidade foi no passado na gestão de Aldo Arantes, em 1962. Este hábito de olhar o presente pela ótica do passado será uma característica do ME até os dias atuais.

A partir desse momento, a UNE retoma: uma bandeira, que ela havia levantado com a gestão do Aldo Arantes, era a discussão em profundidade da situação da Universidade, tentando entender como situar: a crise da Universidade na crise brasileira e quais as propostas poderiam fazer com que a Universidade realizasse um ensino, de acordo com os interesses da maioria da população. Então nós fizemos o Seminário da Comunidade Universitária, para discutir a reestruturação da Universidade. (MARTINS, O. P., 1992)

A articulação dos estudantes com as outras categorias que compõem a universidade é destacada da seguinte forma:

Até então, a UNE levava esse movimento sozinha. Não havia a participação organizada nem dos funcionários através de entidades e nem dos professores através das suas entidades, porque inexistiam essas entidades. Era apenas os estudantes organizados. Mas, em 1982 já era diferente; existia a ANDES, Associação Nacional dos Docentes e existia a FASUBRA,

Federação das Associações dos Servidores da Universidade. Então, não cabia mais à UNE levar esse movimento sozinha, foi então que surgiu o primeiro Seminário integrado da Comunidade Universitária para discutir a reestruturação da Universidade.

A retomada, em 1982, dos seminários sobre a universidade demonstra uma preocupação dos dirigentes da UNE em debater a qualidade do ensino e as políticas educacionais do Governo Brasileiro, assim:

Foi então, também que a UNE retomou sobre os destinos da Universidade. Então, nós fizemos uma ponte, entre o primeiro e o segundo seminário realizados pela UNE, em 1982, com uma discussão da Universidade desse período. E nesse período, as mudanças foram muitas. A Universidade que antigamente, até a década de 60, era pública e gratuita, na década de 80 já não era mais pública e gratuita. Nenhuma instituição universitária pública foi fundada durante todo o período do Regime Militar. Todas as Universidades criadas foram particulares ou Escolas isoladas. As universidades públicas eram, portanto, minoria dentro do quadro geral da Universidade, a maioria dos estudantes da universidade não estavam mais nas grandes Universidades Públicas. Esses estudantes estavam disseminados com um número quase que sem fim de pequenas instituições de ensino particular, escolas isoladas. (MARTINS, O. P., 1992)

Osmar Pires também destaca a mudança no contingente de estudantes universitários no país, fato que é sempre lembrado pelos dirigentes da UNE para justificar as dificuldades de atuação no presente:

Se em 1960 existiam cerca de duzentos mil estudantes, praticamente todos na Universidade Pública, em 1980 a situação era completamente inversa, a maioria dos estudantes estavam nas escolas particulares, onde a democracia não existia. Se nas públicas já não existia, nas particulares menos ainda. Existiam guardas que vigiavam entrada e saída dos estudantes. Tinham instituições particulares com cães adestrados para perseguir algum estudante que, por acaso, fizesse algum movimento contrário àquela situação repressiva; a UNE não tinha acesso a essas escolas; a manifestação dos estudantes era proibida. Discutir os rumos do ensino então, nem se fala. Era aquela história, estudante era pra estudar (?). Foi essa a situação que a UNE discutiu a reestruturação, juntamente com a ANDES e a FASUBRA. E foi possível resgatar a contribuição histórica da UNE. (MARTINS, O. P., 1992)

Vê-se, com clareza, no depoimento acima os diversos momentos e lutas enfrentadas pelo Movimento Estudantil, inclusive as principais reivindicações dos estudantes. Pode-se questionar a ênfase dada ao papel dos estudantes no período correspondente a década de 1980, uma vez que outras entidades da sociedade civil, principalmente do meio operário e popular começaram a ser organizadas, com uma diminuição da influência das entidades estudantis a partir de 1985.

Convém fazer uma observação no que se refere à criação de Universidades no período do Regime Militar, o depoimento acima não corresponde à realidade, uma vez que, conforme dados constantes da tabela 19, de 1960 a 1964 foram criadas 12 Instituições do Ensino Superior (IES), de 1971 a 1979 foram criadas 4 e de 1982 a 1994 apenas 3. Estes dados demonstram que a nova república não foi pródiga na criação de universidades, como era a expectativa na época.

O Médico Valdi Camárcio dá seu depoimento sobre a mobilização estudanti, apresentando as suas diferenças de atuação ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980, salientando que sua atuação se dá na década de 1980, portanto, a visão que tem das décadas anteriores é construída pelas leituras e vivências com ex-militantes daquele período. O local de sua fala é de um profissional da área de medicina, bem sucedido e com grande atuação partidária no PT, como se vê:

- Eu acho que em 60, no início, principalmente do começo de 60, nós tivemos vários movimentos e formação de estudo dos jovens que organizavam ele e o início do aparecimento de várias entidades, de várias organizações, inicialmente clandestinas, né? Mas, no início do Governo, quando ainda no Governo de João Goulart, logo após a de Jânio Quadros. Houve uma possibilidade de organizar-se mais a sociedade e o Movimento Estudantil teve seu auge. Se organizou, apareceu e foi uma cultura que influenciou em todos os setores da sociedade. Quer dizer, a gente se lembra que a UNE, o Centro Popular de Cultura da UNE formou o CPC da UNE, foi o exemplo para os anos 60 e 70 e continua até hoje lembrando. Então, como uma forma de participação que os estudantes conseguiram colocar através da sua entidade, determinar um rumo para a cultura e, fundamentalmente para a Educação.

Nos anos 70 nós tivemos uma baixa violenta no Movimento Estudantil não conseguiu, no período de 71,72, até 75. É, foi um período um tanto difícil. O que mobilizou a sociedade brasileira nesse período foi a anistia e o Movimento Estudantil não o principal, não foi o principal movimento nesse período, na luta pela anistia. Foi a Faculdade que conseguiu se mobilizar através de entidades da sociedade civil, da Igreja Católica. Conseguiu se mobilizar e os estudantes não foram tão representativos, assim, nesse movimento. (CAMÁRCIO, V., 1992)

O crescimento dos movimentos populares a partir de 1980 é enfatizado por ele, bem como a ampliação dos partidos políticos:

Mas a mobilização maior que houve no Movimento Estudantil desse época, foi a luta pela anistia. A década de 80, para dizer que foi uma década em que o Movimento Estudantil, na minha análise, já que não estava mais participando, apenas como observador, eu acho que o movimento ele ficou atrás do movimento social e político.

Movimento social que eu falo, lógico que o Movimento Estudantil é um movimento social, mas o movimento dos trabalhadores, Movimento Sindical, o Movimento Popular, foi o grande crescimento desse encontro, que começou na década de 70 e na década de 80, a organização sindical, a organização popular

é que culminou fora do movimento político, a mobilização social. O Movimento Estudantil, sempre nesse período, foi um movimento fraco e nunca puxando o desenvolvimento. (CAMÁRCIO, V., 1992)

Valdi Camárcio acentua o papel que os partidos políticos legalizados assumem a partir da década 1980, diminuindo a influência das entidades do Movimento Estudantil:

Eu acho também que na década de 80, com a reorganização dos partidos políticos, os partidos políticos tomaram frente, então, quer dizer, foi logo em 80,81, quando foi liberado, vários partidos políticos, na fundação dos partidos e apareceu e todo mundo entrou nos partidos e normalmente mais uma vez, eu acho que foi outro motivo. Quer dizer, a organização dos trabalhadores e a organização dos partidos políticos deixaram o Movimento Estudantil em segundo plano. (CAMÁRCIO, V., 1992)

Evidencia-se no trecho acima o caráter conjuntural do Movimento Estudantil, que enfrenta lutas específicas em cada época analisada.

O advogado e professor universitário Licínio Leal Barbosa, ex-diretor da Faculdade de Direito da UFG, cujo depoimento pode ser considerado representativo dos dirigentes universitários da época, apresenta a seguinte visão do movimento:

-Nos anos 60, a criação e institucionalização e consolidação da Universidade Federal de Goiás, no plano regional e a mudança da Capital Federal, no âmbito nacional. Nos anos 70, a resistência à ditadura militar, inclusive com movimentos clandestinos de estudantes de Goiás e do Brasil. O ex-secretário de Justiça, no Governo Santillo, Prof. Carlos Alberto Guimarães, participou desse movimento, e foi preso em São Paulo (interior), durante a realização de um congresso estudantil de âmbito nacional. Era, então, aluno da Faculdade de Direito da UFG. E foi meu aluno. Nos anos 80, a luta pela retomada da democracia no país, com as campanhas das *Diretas Já* e da Anistia ampla, geral e irrestrita. Movimentos plenamente vitoriosos. (BARBOSA, L. L., 1992)

No depoimento do professor Licínio é de se destacar a sua visão do panorama político nacional e sua articulação com o aspecto regional, ficando evidente que as iniciativas nacionais repercutem no Estado.

Deve-ser salientado que este professor ocupou diversos cargos de direção na universidade, sendo a sua fala uma percepção do ME a partir de seu exterior, uma vez que ele não foi militante estudantil.

Por sua vez o advogado e ex-presidente da UNE Aldo Arantes apresenta a seguinte percepção do Movimento Estudantil, na qual diferencia os movimentos ocorridos na América Latina daqueles dos países desenvolvidos:

- Olha gente (?) a participação do estudante na arena política, eu acho que desenvolveu sua visão, (?), explicar isso por uma razão. Agora (?), mas, acho diferenciada a participação do jovem dos países do terceiro mundo, aqui a América Latina, da participação do jovem num país propriamente desenvolvido, porque (?) uma das coisas que caracteriza a participação da juventude nos países latino-americanos e no Brasil é que, nesses países, em geral a tônica da participação dos estudantes é da esquerda, em virtude dos Estados Unidos. E, porque os estudantes participaram, até ontem eu falava, inclusive, no debate, por exemplo o Fidel Castro era líder estudantil. Quer dizer, era toda uma geração, o Guevara era líder estudantil, toda uma geração de jovens latino-americanos revolucionários, que participaram de um modo decidido, no processo político latino-americano, aqui no Brasil, também (?). Então, qual teria sido a razão que teria movido esses jovens à participação política? Eu entendo que as razões estão relacionadas com a própria contradição vividas pela sociedade latino-americana. Quer dizer, é uma situação de miséria e de fome, a desigualdade social (?) que o estudante deu acesso a um nível de conhecimento mais elevado e ao mesmo tempo, ele teve uma atitude, digamos assim, pela própria característica dele, porque de custo econômico e custo exatamente da sociedade mais justa. Isso por exemplo passa por condições concretas dos países latino-americanos? Sim. Identifica com os interesses das camadas oprimidas desses países. Quer dizer, então vê, a custo da justiça social, num país de injustiça, de opressão e de uma minoria, quando monopoliza a terra, uma minoria (?), quando monopoliza o povo, a cultura e o saber à custa da democracia, se dificulta o engajamento pela transformação social dentro dos interesses das camadas oprimidas, na América Latina. (ARANTES, A., 1991)

Aldo Arantes, em seu depoimento, coloca o jovem como sujeito, por excelência, das mudanças sociais. A estandarização do jovem como revolucionário vem da década de 1960, período no qual esse entrevistado presidiu a UNE.

E, aí, eu acho que, tenho a impressão de que, para além das forças supranacionais, eu tenho a impressão de que a análise concreta da participação da juventude (?) desse processo se tiver, digamos assim, razões de ordem material de interesse mais diretamente ligado aos estudantes eu acho relevante, mas, não é só isso. Eu tento arranjar que não é nem principalmente isso. Eu acho que o problema da utopia de fazer da ação política um instrumento não só para o povo, é que movimenta esse sentimento utópico da juventude, eu acho que é isso aí, eu tenho a impressão de que é um evento que nós teremos de analisar, teremos que apontar. Apontar é que nós fazemos uma constatação.

Os estudantes na América Latina, sempre estiveram na história. O processo político na América Latina é um papel destacado. E, no Brasil, esta situação não é diferente. Se nós analisarmos a participação dos estudantes, eles participaram de toda a luta de solução dos problemas do Brasil. Participaram na luta pela abolição da escravatura, Castro Alves, quer dizer, era estudante e, através da sua poesia, toda a contribuição tremenda de sua poesia, toda contribuição tremenda no processo exatamente de formar uma consciência crítica contra, quer dizer, o sistema escravista no Brasil, naquela época. (ARANTES, A., 1991)

O estudante universitário, na concepção contida no depoimento supra transcrito, é um militante devotado às causas progressistas da nação, entendimento predominante entre alguns setores da esquerda brasileira. Este pensamento não condiz

com a realidade do Movimento Estudantil, sobretudo, a partir da redemocratização da sociedade brasileira, início de 1985 a 1990, quando as lideranças estudantis começam a participar dos partidos políticos tradicionais e ascendem a cargos de direção na estrutura burocrática do Estado.

O professor Colemar Natal e Silva, ex-reitor da Universidade Federal de Goiás, cujo depoimento fez-se questão de transcrever, em virtude de representar a perspectiva de uma autoridade universitária que foi responsável pela estruturação da Universidade Federal de Goiás, apoiado pelos estudantes apresenta a seguinte opinião:

1) A sua pesquisa começou perguntando sobre o movimento estudantil na minha época. Como Professor Universitário respondo que o movimento estudantil na minha época estava intimamente ligado à ela.
Particpei das reivindicações então levantadas.
Tive a ventura de analisar o seu mérito e de discutir o valor das pretensões.
Nos meus pronunciamentos sempre considerei que falar a mocidade estudiosa era um gênero sagrado da oratória, como o definiu Renan.
É o descobrimento de um horizonte imenso que é a vida.
A sua indagação envolve a história e dado o largo espaço existente mencionado.
Tive a oportunidade de dar a eles estudantes toda uma série de reivindicações por eles postuladas. (SILVA, C. N., 1992)

O professor Colemar faz uma síntese das lutas estudantis relacionando-as ao contexto de sua época:

Aliás remontando a fase mais remota que se seguiu a criação das Universidades de São Paulo e de Recife, encontram os jovens participando da luta pela proclamação da República em pleno vigência do Império como regime de Governo.
Registra a História que o Presidente do Conselho de Ministros sugeriu ao Imperador D. Pedro II que coibisse a pregação Republicana, o que ele não quis fazer dizendo: deixe a mocidade falar o que sente.
Avançando outro período então mais distanciado postulavam os jovens uma campanha memorável: "O Petróleo é nosso".
Implantada a Universidade Federal de Goiás, criei e instalei o Departamento de Educação e Cultura que inspiram a soma de outras realizações de manifesta utilidade para a comunidade universitária.
Criei a Rádio Universitária, e logo depois a Imprensa Universitária e a Televisão também Universitária, todas elas objetivando um papel realmente eficiente na dinâmica dos cometimentos culturais, demonstrando humanidade e ainda a instrução.
Nasceu daí o Centro de Estudos Brasileiros, e também o Centro de Estudos Latino-Americano e outras associações no gênero. (SILVA, C. N., 1992)

Dentre as reivindicações dos estudantes ele destaca as campanhas do petróleo e a instação da Universidade Federal de Goiás, da qual ele se tornou Reitor.

Criei e instalei o Restaurante Universitário.
Institui 60 bolsas de estudos aos estudantes, ainda houve outros movimentos de criação, alguns dos quais no largo enunciado de realizações estão funcionado a contendo.

Nos anos 60, 70, 80 a mobilização estudantil gerou lutas reformistas, alegando os estudantes que a nossa Universidade estava no modelo clássico praticado entre os europeus.

Quanta a marcha de intervenção e vivência políticas não exerci atividade partidária em atuação intensa e ampla.

Quanto a vinculação partidária fui fundador e um dos dirigentes do partido Social Democrático, mas nunca me fiz político atuante. (SILVA, C. N., 1992)

As características específicas do Movimento Estudantil são destacadas por ele:

Tenho uma biblioteca de obras preciosas em cultura social e econômica, por ter sido Professor de Ciências das Finanças que fui por muitos anos na Universidade.

Politicamente apoiei Jânio Quadros que se elegeu com enorme votação para Presidente da República que desmereceu renunciando-a inexplicavelmente.

Quanto a comparação entre a época antiga e atual, ela terá de se fazer dentro de um conjunto diferente e melhor caracterizada do que foi a anterior.

O movimento estudantil atualmente é exercido pelos Diretórios Acadêmicos de cada unidade escolar dentro da Universidade.

Respondidas e de certo modo fundamentadas encerro as indagações, para o desfecho final.

No estado atual da civilização humana sob o impacto progressivo e vertiginoso da ciência e da técnica cuja novas conquistas atingiram a todos os órgãos de ensino, pode se admitir que a missão da sua gestão para juventude estudantil adquiriu novas dimensões e de mais relativo relevo as suas finalidades ampliando sob alguns aspectos, e reformada sob outros na conjuntura social de nossos dias, tem mais expressiva significação. (SILVA, C. N., 1992)

É importante destacar que o professor Colemar Natal e Silva foi o primeiro Reitor e o instalador da Universidade Federal de Goiás e seu depoimento, o registro de suas opiniões é relevante pois auxilia na compreensão da imagem construídas pelos estudantes, nas décadas de 1960 a 1980, sobre a universidade, por uma autoridade universitária.

Por sua vez o professor Joel Pimentel de Ulhôa, Reitor da UFG no período de 1985 a 1989, dá o seguinte testemunho sobre a participação política dos estudantes:

O movimento estudantil, pela própria natureza dele de movimento, é muito dinâmico e para analisá-lo é necessário situá-lo dentro dos vários contextos históricos; a partir de 1964, ele tem apresentado modulações e características, de acordo com a situação histórica porque passou o Brasil nesse período. Num primeiro momento, ao período que antecedeu ao movimento de 64, o Movimento Estudantil teve uma participação extraordinariamente ativa. Num processo de aceleração do processo histórico, participando com as forças progressistas da discussão dos problemas mais importantes daquela época, - a discussão das grandes Reformas: Bancárias, Universitárias, a Reforma Agrária, enfim, o Movimento Estudantil, teve um participação progressista e um patamar de liderança, ajudando, inclusive a puxar na sociedade, as discussões e aprofundá-los. (ULHÔA, J. P., 1991)

A importância do Movimento Estudantil na luta contra a Ditadura é acentuada por ele da seguinte forma:

Durante o processo Ditatorial, o Movimento Estudantil, exerceu uma influência muito grande, na manutenção da chama viva, de defesa da Democracia. Não só no interior das Universidade, das escolas em geral, mas no seio da sociedade, como um fator estimulante do debate que então eram as mais importantes, as questões políticas, propriamente ditas, e fundamentalmente a questão do poder e a questão da Ditadura, e consequentemente da Democracia; mantidas vivas, graças ao Movimento Estudantil, e me parece que isso é reconhecido nacionalmente. Depois do Movimento de 1964, no Processo agora da nova República – ou de abertura, eu creio que o Movimento apresenta, algumas modulações. Num primeiro momento, logo após, no início do processo de abertura, também os estudantes tiveram uma participação ótica naquilo que então, eram considerados as bandeiras fundamentais, ou seja, a volta do Poder Civil, as eleições Diretas, e a reascensão, pela sociedade civil de um projeto Democrático de sociedade, em termos bem concretos, inclusive na definição dos Partidos. Passada essa fase de euforia – implantada a nova República, também o Movimento Estudantil como todos os seguimentos da sociedade, sofreu ou sofre de uma certa ressaca. (ULHÔA, J. P., 1991)

Superada a Ditadura tem-se o que ele denomina de ressaca, uma fase de pouca atuação dos estudantes.

Uma ressaca de Ditadura, e nota-se, que, apesar de lideranças inteligentes, ativas e dinâmicas, ele passa por um momento, eu diria, nos últimos 20 anos, mais pobres – a Bandeira continuam sendo, são eu diria – as históricas. Bandeiras que são, retomados de um passado de há muito enterrados no processo (?) da consciência política Nacional. Voltaram a fazer parte, como fatores essenciais, da vitalidade do Movimento, algumas das postulações que tiveram presentes no final da década de 1940, e no início da década de 50. Como as questões do ônibus, do restaurante universitário, enfim, bandeiras tipicamente corporativas, e a vitalidade política do movimento eu acho que de uns tempos para cá, como tem acontecido em geral com o Brasil, nesse processo que eu estou chamando de ressaca de Ditadura, o Movimento Estudantil, realmente perdeu muito de sua vitalidade. (ULHÔA, J. P., 1991)

Ele faz uma diferenciação pertinente à atuação dos estudantes na década de 1980, como se vê:

Hoje, eu sinto que ele, com está acontecendo com toda Universidade brasileira em geral, está muito apático, a margem da discussão mais viva, que os processos historicamente mais significativos, e de interesse nacional hoje, a mesma participação dos estudantes nas questões ligadas à educação, por exemplo, na constituinte, foi muito pouco significativa. Como foi muito pouco significativa, a participação dos Docentes da Universidade e do setor educacional em geral, - e isto, me parece uma característica bastante lamentável – da sociedade brasileira hoje. Uma, apatia muito grande e eu creio que poderia dizer do Movimento Estudantil uma descrença muito grande – não apenas nos valores tradicionais da nacionalidade, valores que enriqueceram os debates da década de 60, 70 mas, inclusive, uma distância muito grande quanto ao futuro e portanto uma falta de perspectiva, uma falta de vitórias políticas, o que transforma o Movimento hoje, uma certa caricatura do que ele foi no passado recente. (ULHÔA, J. P., 1991)

A respeito da diferença da atuação estudantil no período pós 1964 até 1985 e a partir da redemocratização diz ele:

Num primeiro momento, ou seja, no momento da Ditadura, a participação se justificava, quase que num movimento de defesa daquilo que era fundamental então, dos princípios das liberdades das condições de uma Sociedade Democrática, mais livre. E o movimento se torna um movimento forte, a partir do momento em que as forças – apesar dos antagonismos internos, as forças se somavam porque diante do Movimento Estudantil se colocava pela frente, um poder muito grande e que ameaçava a todos de uma destruição total.

Então, apesar das dimensões internas, o movimento ganhou uma força e uma unidade muito grande, quase que como uma nação de proteção a esse poder da Ditadura que abafava a toda a nacionalidade. (ULHÔA, J. P., 1991)

No processo de abertura política a atuação dos estudantes perde a sua vitalidade, segundo ele:

E o movimento conseguiu então, ganhar uma grande vitalidade. Passada no entanto, essa fase com o processo de abertura agora, o estímulo à participação, talvez tenha deixado de ocorrer, num nível político tão agudo, e aquilo que seria necessário hoje para o Brasil, das respostas concretas, aos problemas emergentes da nação, que exige uma certa criatividade, uma certa capacidade de produzir algo novo, como respostas a esses problemas e que foi inibido durante o processo revolucionário, que realmente massacrava todas as energias mais vivas da nação. Este estímulo deixou de existir, hoje nós estamos mais numa sensação de pequenez, eu acredito que isso ocorra com o movimento estudantil, ou da impotência diante da grandeza dos problemas, da impossibilidade que temos de produzir respostas criativas, porque fomos realmente massacrados, e nossa criatividade foi obscurecida nesse período da Revolução de 1964, e lutar, e ter estímulos então para uma participação ativa, sem essa convicção de que nossa ação vai gerar algum fruto, realmente é algo muito difícil, que aconteça somente o andamento da história e provavelmente nos próximos anos é que isso voltará a acontecer quando o movimento estudantil e também todo o Brasil readquirir confiança nas energias que tem para construir a sua história. Enquanto isso, não acontecer, enquanto estivermos vivendo a ressaca da Ditadura, realmente nós teremos poucos estímulos. (ULHÔA, J. P., 1991)

A atuação que ganha a presença dos dirigentes que se originam no ME é político-partidária, como assinala ele:

Então, ao contrário do que seria de se esperar – de nós buscarmos no futuro – ou voltados para o futuro, as energias estimuladoras de nossa ação, nós estamos buscando no passado, velhas e antigas bandeiras já enterradas, e que não tem nada de novo, não trazem nada de novo, não mobiliza, então nós caímos nessa apatia generalizada. O que estaria estimulando os estudantes a participar – eu não creio que dentro da Universidade, dentro do ME, eu não vejo nada porque não há uma participação efetiva, mas eu vejo fora então, a Universidade – que antes era o palco mobilizador das energias da juventude e que se transformou nessa coisa morna, envelhecida que está aí, ela deixou de ser esse palco. Hoje, o palco da expressão das lideranças estudantis, passou a ser o mundo político-partidário. E aí, acho uma derivação muito positiva do Movimento Estudantil. (ULHÔA, J. P., 1991)

A opinião apresentada pelo Professor Joel Ulhôa, é esclarecedora sobre a dinâmica do Movimento Estudantil no período do autoritarismo e da redemocratização, que é o cerne de nossa tese. Sem dúvida, dos depoimentos apresentados até aqui, é o que mais se aproxima do que se procura demonstrar ou seja, o Movimento Estudantil não possui uma atuação uniforme ao longo do período estudado.

Durante a sua gestão como reitor da UFG, de 1985 a 1989, teve contato com as entidades estudantis, sendo a primeira administração eleita após o fim do regime militar.

As lideranças estudantis, a partir da redemocratização iniciada em 1985, centram a sua atuação no mundo político-partidário, deixando em segundo plano as lutas específicas da Universidade.

A respeito do conflito de concepções políticas existentes no Movimento Estudantil é de se destacar o posicionamento do jornalista João Salame Neto, que atuou no movimento no período de 1980 a 1989, segundo ele:

(...) Existiam casos absurdos, por exemplo, pessoas que tinham concepções ideológicas diferentes – digamos: um defender a Soviética e outro ser contra, numa diretoria de entidade – quem não defendesse a União Soviética, já não era bem aceito no dia-a-dia da entidade, eram pessoas, na prática, excluídas. Esses erros por um lado, e por parte da própria militância, uma boa parte dos militantes eram péssimos alunos, que eu acho um equívoco também acho que o militante, do Movimento Estudantil não tem condições de ter uma frequência plena, como tem o estudante que está lá só para isso, e acho que o Movimento ensina muita coisa, fora da sala de aula, para aquele que se forma enquanto profissional. Mas, alguns companheiros não compreendiam isso e absolutizavam isso também; eu, hoje volto à Universidade e me deparo com companheiros, (eu me formei a quase quatro anos) que entraram antes de mim na UFG, e que estão até hoje fazendo Movimento Estudantil, isso de certa forma descredibiliza o movimento, porque acho que o movimento estudantil é algo passageiro, na vida do militante. Então, esse fatores, a própria forma que as entidades se estruturam, que é comum também em outras entidades da sociedade, passada as eleições as pessoas se afastam. (NETO, J. S., 1991)

Sobre o exercício da dominação partidária e burocrática sobre as entidades estudantis diz ele:

As tendências transformam as entidades em aparelhos. Eu considero que o militante político que é eleito para a direção de uma entidade, digo isso porque a força política que eu pertenci fez muito isso, ele tem direito como qualquer estudante de levar suas posições políticas, para o interior da entidade, para o interior do Movimento; mas, o que a gente via era as entidades servirem de local de reunião dos Partidos Políticos, serem utilizadas para fazer finanças para os Partidos Políticos, e coisas dessa natureza. Por outro lado, eu acho que contribuía muito também o próprio reflexo do movimento em geral, foi sofrendo, porque muitos setores que atuam no movimento estudantil afastaram muito nesse processo de transição, que da realidade ao meu ver, não deu um processo de desmoralização, foi uma conquista, de luta de ampliação do espaço

democrático; mas, se apostou muito no projeto do PMDB; Tancredo Neves, do próprio Sarney e que eram projetos equivocados e a realidade hoje está demonstrando isso, isso desgostou muito o Movimento Estudantil, a gente apostou muito. Em vários lugares, por exemplo, a UNE era uma entidade quase que ficava na ante-sala, do Governo, apoiando esse processo de transição que as classes dominantes fizeram, do regime governado pelos militares para o regime atual. (NETO, J. S., 1991)

A opinião do jornalista João Salame Neto, cujo excerto citei, evidencia um aspecto interessante a respeito das divergências ideológicas existentes no movimento estudantil na década de 1980, que transcendem a realidade do ensino superior brasileiro e da própria conjuntura nacional: trata-se das divergências existentes em relação ao socialismo, que se acreditava existir naquele período.

É relevante destacar sua opinião sobre o colaboracionismo das lideranças estudantis, representadas pela UNE, que procuram solucionar os problemas existentes na Universidade com acordos com os governos “democráticos”.

Pode-se afirmar que os depoimentos apresentados traçam um panorama da atuação da UNE no período de 1960 a 2009, demonstrando nossa hipótese de que há um giro do inconformismo para a colaboração, correspondendo à oposição ao Regime Militar de 1960 a 1985 e de colaboração e de participação nos governos “democráticos” de 1986 a 1990.

Felipe Maia, que presidiu a UNE, entre 2001 e 2002, dá o seguinte depoimento sobre as atividades da entidade no período que vai de 1990 a 2001:

O congresso que me elegeu foi em Goiânia, em junho de 2001 – o maior congresso da UNE até então. Os congressos da UNE, da metade de 1990 para 2000, foram gradativamente crescendo, porque o número de estudantes universitários no país, nesse período, cresceu muito e as regras de eleição de delegados para o congresso não foram alteradas. Assim, aumentou o número de participantes, o movimento cresceu e os congressos começaram a ficar muito grandes. O congresso em que fui eleito tinha mais de cinco mil pessoas; foram seis ou sete chapas a disputar a eleição, além de dois blocos principais e um terceiro já sem muita força. A nossa chapa chamava-se “Agora só falta você” e era composta por nós, pela UJS, por um pessoal ligado ao PPS, outro ligado ao PTB do Rio Grande do Sul (que diferentemente do PTB nacional fazia oposição ao Fernando Henrique), tinha o pessoal do PDT do Brizola e outros grupos menores de universidades. (MAIA, F., 2004)

Interessante que a principal proposta desde dirigente para assumir a presidência da UNE estava vinculada a uma posição extra-universidade: a oposição ao Governo FHC, bandeira de luta na época, principalmente do PT e PCdoB. Parece evidente nesse caso, a superposição dos portidos políticos sobre os interesses dos estudantes, como se vê:

A bandeira da nossa chapa era construir uma ampla unidade contra o neoliberalismo e contra o governo Fernando Henrique Cardoso. Esse era o mote, dizíamos o seguinte: “Com todo mundo que for contra o Fernando Henrique, contra o neoliberalismo, nós topamos compor. Precisamos unir todo mundo contra esse projeto.” O outro grupo chamava-se “Rompendo a massa”, movimento de oposição nucleado pelas correntes da esquerda do PT e pelo PSTU. Eles diziam: “Olha, contra o Fernando Henrique tudo bem, mas só pode participar dessa aliança quem for da esquerda revolucionária”, ou seja, não era só a esquerda, era a esquerda revolucionária, porque qualquer outra aliança prejudica os objetivos mais estratégicos da revolução. E nós dizíamos: “Tudo bem, nós também nos consideramos esquerda revolucionária, mas a revolução não está para amanhã, não está na ordem do dia, para chegar lá, primeiro é preciso lutar contra o neoliberalismo, então vamos juntar quem topa derrotar o Fernando Henrique e depois a gente vê como é que faz, discute e disputa.” Essa foi a polêmica principal que marcou aquele congresso: deve-se fazer a aliança? Não deve? Que tipo de aliança fazer? Havia muita diferença de programa também, de luta entre as duas chapas, essa turma – até por essa visão deles – sempre pensou que o lance da UNE era só ocupar reitoria e fazer greve. Essa era uma visão muito radicalizada do movimento e que levava ao sectarismo. As pessoas que não tinham o nível de consciência necessário para fazer uma ocupação de reitoria, não tinham a mínima chance de participar do movimento. (MAIA, F., 2004)

Ele faz uma crítica ao radicalismo do PSTU, por entender que este partido apresenta propostas que são inviáveis, deste modo:

Eles não dialogavam com aquela massa que está na universidade, a qual, na maioria, não participava do movimento. Se você já vem com uma agenda muito radical ou muito extremista, aí é que essa turma não participa mesmo! Eles criticavam a bienal da UNE, falavam que fazer a bienal de cultura era jogar dinheiro e tempo fora, que não levava a lugar nenhum porque não era luta política radicalizada. Em contrapartida, dizíamos que a cultura é um elemento importante, uma forma diferente de fazer política; ela permite pessoas que não se envolvem em outro tipo de luta. Precisamos atacar com várias armas; não podemos usar uma estratégia só, porque o conjunto dos estudantes é muito diversificado; as pessoas têm interesses diferentes; precisamos dialogar com todos. Eles chegavam a dizer que o estudante, por vontade própria, tinha que se filiar à UNE e, quem não quisesse, que se filiasse a uma outra entidade. Essa forma de pensamento evidencia uma dificuldade de entender o movimento e a UNE como representante de todos os estudantes, independente do seu partido político ou de sua ideologia. Ainda assim, eles tinham força, a chapa deles alcançou quase 20% dos votos. A nossa chapa foi vitoriosa no congresso com 60% dos votos, mas 20% também é uma votação significativa. (MAIA, F., 2004)

A composição das próprias chapas que disputavam o controle da UNE no congresso que elegeu Felipe Maia dão uma idéia da influência dos partidos políticos:

Houve outras chapas menores: uma da direita, muito pequenininha; do PSDB e do PFL; e teve também uma chapa do grupo da Articulação do PT, com desempenho muito fraco. Esse congresso marcou a decadência da Articulação no movimento estudantil. Depois desse congresso, a Articulação teve dificuldade para se recuperar, foi um período em que eles perderam muita militância, perderam base, a maioria dos militantes foi cooptada para participar de governos. O PT ganhou muitas prefeituras e tirou muita gente da base.

Houve também uma chapa no grupo trotskista do PT chamada 'Trabalho', que divergia da aliança da esquerda do PT com o PSTU – eles concordavam com o programa em geral, mas não em se aliar com o PSTU e não concordavam em dividir a UNE. Isso era um negócio interessante. Diziam que o programa devia ser radical, mas a UNE não podia ser dividida, tinha que ser de todos os estudantes de fato. Havia esses matizes no movimento e o congresso refletiu um pouco isso. (MAIA, F., 2004)

Gustavo Petta, que presidiu a UNE, entre 2002 e 2004, dá o seguinte depoimento sobre as atividades da entidade no período de sua atuação:

Foi um congresso histórico por vários motivos. Numericamente, foi o maior congresso da história da UNE.

Tivemos a participação de um grande número de representantes, entre 10 e 15 mil estudantes, tivemos representantes de dois terços dos cursos existentes no país, número muito significativo num congresso.

Portanto, um crescimento, inclusive, da participação de estudantes do ensino privado, que passaram a ter uma participação mais efetiva no congresso da UNE, não só a partir do congresso que elegeu o Felipe, mas nesse, em que se consolidou ainda mais. E também por ter sido o primeiro congresso depois da eleição do Lula. Teve uma importância simbólica grande. Primeiro congresso, por exemplo, que teve a participação dos ministros da Educação, dos Esportes, da Ciência e Tecnologia, vários ministros passaram pelo congresso para participar do debate. Tínhamos um novo ambiente. Mas eu acho que a principal pauta foi, exatamente, qual deveria ser a posição da UNE diante dessa mudança do cenário político. E o que prevaleceu foi o seguinte: é preciso ter, como principal mote, a manutenção da autonomia da entidade, porque só dessa forma a entidade consegue representar os estudantes e, em alguns momentos, como já aconteceu na nossa história, o interesse de diversos segmentos da sociedade; a UNE já fez isso muitas vezes, e ainda faz. É preciso manter essa independência. Agora, é preciso entender, também, que temos mais possibilidade de ter avanços e conquistas e que, portanto, era preciso ser mais propositivo. Foi isso que prevaleceu no congresso. Essa idéia de independência, autonomia, de proposição e de diálogo. Mantendo, logicamente, o que é a principal característica do movimento, a sua força de mobilização e pressão em relação aos governos. (PETTA, G., 2004)

Do mesmo modo, o congresso que elegeu Gustavo Petta, em 2002, vai polemizar sobre a questão política nacional e a relação com o PT, agora no governo, com a eleição de Lula:

Foi esse o ambiente do congresso. Houve, lógico, polêmicas. Com outros setores do movimento, que já achavam que o movimento deveria ter uma posição igual a que teve com o governo FHC, de oposição sistemática. Houve uma posição minoritária em torno disso. Mas houve maioria significativa, de mais de 70%, que mesmo estando em chapas separadas, votou pelo mesmo caminho, pelo mesmo eixo político e programático para a gestão. As chapas foram distintas por questões de disputas mesmo, mas na questão central, no programa, votaram de maneira conjunta. E o norte foi esse, propor uma reforma do ensino superior para o país passar a desenvolver campanhas voltadas para os interesses do país, como a do Projeto Rondon que está sendo desenvolvido, ampliar e consolidar o projeto Memória do Movimento Estudantil, que é importantíssimo para essa gestão que está sendo construída e estamos aqui, construindo-o um pouco; diversificar a atuação e manter essa diversificação, tanto no meio cultural, como no meio esportivo e em outras áreas de pesquisa como os PET (Programas Especiais de Treinamento), que existem nas universidades. (PETTA, G., 2004)

Parece-me que com o Governo de Lula em seu início, a UNE acredita que as forças populares chegaram ao poder, inclusive com a presença de vários de seus ex-dirigentes na estrutura burocrática do Estado.

O que se espera de uma entidade da sociedade civil é que sua relação com o Estado seja pautada pela independência e autonomia de sua gestão, não importando qual o partido político detenha o controle da máquina burocrática estatal. Esta postura tem sido, ao longo da história, o traço de distinção entre aqueles denominados, no meio sindical, de pelegos e aqueles que se apresentam como combativos e independentes do Estado.

Nesse aspecto, a ascensão dos dirigentes do Partido dos Trabalhadores ao Governo Federal, com a eleição de Lula vai produzir um fato interessante: os militantes dos movimentos sociais, inclusive do ME tornam-se, repentinamente, gestores do Estado que não passa por nenhuma transformação em sua estrutura e funcionamento, mantendo o mesmo estilo de fazer política dos governos anteriores, que eram combatidos pelo PT.

Cria-se o mito de que é possível exercer o poder de Estado sem mudar substancialmente a forma e o conteúdo das instituições que compõem o Estado, fazendo-me lembrar do que dizem Adorno e Horkheimer (2006), quando afirmam que o mito converte-se em esclarecimento, e a natureza em mera objetividade, de modo que o preço que os homens pagam pelo aumento de seu poder é a alienação daquilo sobre o que exercem o poder. O governante comporta-se como o ditador comporta-se com os homens, apredendo a manipulá-los, ocorrendo nesse processo uma metamorfose, na qual a essência das coisas revela-se sempre a mesma, como substrato da dominação.

O discurso utilizado pelo PT ao assumir o controle do Estado vai mudando à medida em que é necessário estabelecer alianças com diversos partidos anteriormente combatidos pelo próprio PT.

No ME, inicia uma fase de estreitamento de laços da UNE com o Estado, objeto do próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

UNE: DO ENFRENTAMENTO AO ESTADO AUTORITÁRIO À SUBMISSÃO

Neste capítulo será abordada a relação da União Nacional dos Estudantes com o Estado na formulação das políticas públicas para o ensino superior, a partir do pressuposto de que a natureza desta relação é constituída pelo confronto, de 1964 à 1985 e, a partir daí de colaboração ou participação nos governos que se sucedem até 2009.

No período de 1960 a 2009, o Estado Brasileiro é administrado sob a forma de diferentes regimes políticos, que se alternam entre a Democracia e a Ditadura, nos termos analisados por Doebling (2008), onde o autor define a democracia como um regime no qual existe a participação popular na formação do governo, por meio do processo eleitoral e a Ditadura como o regime no qual são suprimidas as liberdades e os direitos políticos de cidadania.

Para compreender a relação da UNE com o Estado no período proposto, faz-se necessária uma análise sobre as características do gerenciamento do Estado, ou seja, dos governos que se sucederam neste lapso de tempo.

A sustentação histórica desta análise foi buscada em autores como SKIDMORE, em suas obras “Brasil: de Getúlio a Castelo (2007), Brasil: de Castelo a Tancredo (2004), e O Brasil visto de fora (2001)”, bem como em Dreifuss (2006), na obra “1964: A Conquista do Estado”, procurando dar aporte teórico quando necessário, com outros autores que menciono no decorrer da tese.

A investigação histórica sobre os eventos ocorridos no Brasil, desde 1930, período ao qual retorno na perspectiva de compreender a ação dos estudantes, centrada na ótica dos dirigentes das suas entidades, foi objeto de estudo de diversos historiadores e sociólogos. Ao utilizar os autores que menciono não adoto as suas posições políticas ou ideológicas, busco, tão-somente, a narrativa dos acontecimentos da política nacional como substrato da atuação da UNE. Saliente-se que são autores reconhecidos internacionalmente e que suas obras mereceram contínuas reedições, dada a aceitação pelo público brasileiro. Cumpre ainda registrar que não existe análise do discurso sem narrativa, e que toda enunciação verbalizada do homem é uma pequena construção ideológica, segundo Bakhtin (2004). Desse modo, mesmo que seja às vezes cansativo, procuro discorrer sobre a história do país como recurso metodológico para encaminhar o leitor na jornada de compreensão do meu objeto de estudo, qual seja, a ação dos dirigentes estudantis que comandam a UNE.

3.1 – Os acontecimentos históricos anteriores ao movimento de 1964

Para analisar a relação do Estado brasileiro com a UNE e os possíveis confrontos entre estes atores políticos, deve-se retroceder na história de modo a compreender-se as características desse Estado, que considero patrimonialista.

O entendimento do período histórico vivido por João Goulart não pode ser realizado pelo estudo apenas do momento em que ele governou e foi deposto. As raízes das contradições vivenciadas na época e o sistema político do qual era participante, devem ser buscadas em período bem mais distante, no tempo. É o que se depreende da leitura de Thomas Skidmore (2007, p. 17):

Comecei este livro numa tentativa de investigar as causas da queda do ex-presidente João Goulart, a 1º de abril de 1964. O projeto inicial teve logo que ser ampliado, porque achei impossível explicar o sistema político em que Goulart trabalhava, sem examinar as origens desse sistema na década seguinte à revolução de 1930 e o processo de redemocratização que pôs fim à ditadura de Vargas em 1945.

O movimento de 1930 é descrito por Skidmore nos termos seguintes:

Em novembro de 1930, o líder civil de um movimento armado de oposição, Getúlio Vargas, tornou-se Presidente do Brasil em caráter provisório. Os militares mais graduados, dez dias antes, haviam deposto o governo legal do Presidente Washington Luiz (1926/1930). Com isso impedindo-o de dar posse ao candidato (Júlio Prestes), que, pelos resultados oficiais, havia derrotado Vargas na eleição presidencial de maio. Pela primeira vez, desde a Proclamação da República em 1889, o candidato do governo não conseguia chegar à Presidência. (SKIDMORE, 2007, p.21)

Até aqui não se evidencia com maior precisão quais seriam os atores políticos que promoveriam o movimento de 1930, mas Juarez Brandão Lopes dá uma pista:

Em outubro de 1930, a Revolução substituiria no poder os fazendeiros e comerciantes de café, cujo interesse era antes quase hegemônico, por uma composição mais heterogênea onde, ao lado de funções da oligarquia, aparecia o tenentismo, vinculado às classes médias urbanas. (LOPES, 1976, p. 143)

Por sua vez, Skidmore vai detalhar, em seguida, os setores que atuam no cenário político em 1930:

Uma compreensão da política brasileira depois de 1930 requer uma análise mais detalhada da coalizão heterogênea que fez a revolução de 1930. A divisão básica a ser estudada é entre os partidários revolucionários e não revolucio-

nários, da mudança do poder. Se bem que, mesmo os revolucionários, como grupo, não tiveram programa algum definitivo, podem se distinguir duas posições principais. Primeiro havia os constitucionalistas, que desejavam implantar os ideais liberais clássicos - eleições livres, governo constitucional e plenas liberdades civis. A posição constitucionalista liberal era mais forte no Estado de São Paulo e encontrava seu apoio mais seguro na pequena, mas crescente, classe média de poucas cidades maiores. O seu precursor mais ilustre durante a República Velha, foi Rui Barbosa, cuja mal-sucedida campanha contra o candidato governista em 1910 constituiu o ponto alto da oposição liberal à máquinas partidárias estaduais que manipulava a sucessão presidencial. Ao romper a era de Vargas, a posição constitucionalista liberal era melhor representada pelo partido democrático de São Paulo, organizado em 1926 e contrário ao candidato do governo em 1930, Júlio Prestes. Em segundo lugar, havia os nacionalistas semi-autoritários, cujas preocupações principais eram a regeneração nacional e a modernização. Seus adeptos estavam querendo experimentar formas políticas não democráticas, de molde a obter as modificações sociais e econômicas sobre as quais falavam de modo vago, porém apaixonado.

Os grupos políticos que se chocam no processo histórico em 1930, vão se confrontar em todo o período posterior à chamada revolução de 1930, como se vê:

Os principais propositores desta posição em 1930, eram os tenentes, que haviam ensaiado uma série de revoltas abortadas em 1921 e 1924 no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Rio Grande do Sul.

Sua insatisfação com a República Velha era mais profunda do que a cansada pelo fracasso desta em preencher os ideais constitucionalistas liberais delineados na constituição de 1891. Eles esperaram uma mudança fundamental, ainda que imprecisamente articulada, na administração pública, na assistência social e ao nível da consciência nacional. Além disso, temiam recorrer a eleições cedo demais depois da revolução, porque sabiam que as tradicionais máquinas políticas estaduais, sem dúvida, manipulariam quaisquer eleições em benefício próprio. Em suma, a doutrina tenentista era elitista e anti-política. Esses ambiciosos oficiais jovens desejavam forçar o surgimento do Brasil como nação moderna, e acreditavam que isso poderia ser conseguido a curto prazo, só com um quadro de tecnocratas apolíticos, totalmente não comprometidos e dotados de um senso inflexível de missão nacional. Depois da revolução, o ponto de vista tenentista ficou melhor representado pelo Clube 3 de outubro - dia da revolta de Vargas - um organização fundada em 1931, que incluía tanto militares quanto civis da mesma opinião. Se bem que os tenentes, como grupo, começaram a perder influência depois de 1932, e virtualmente desapareceram depois de 1934, foi a posição identificada com a sua ala mais militante que Vargas abraçou depois de 1937. (SKIDMORE, 2007, p. 27 a 32)

A forma como Skidmore aborda a questão acima, leva a que faça uma referência a Edgar de Decca (1978), uma vez que este autor - não se quer aqui polemizar - analisa a revolução de 1930 a partir da ótica dos seus perdedores. Nesta visão do processo histórico, em síntese, 1930 representaria uma contra-revolução onde os setores economicamente dominantes combateram a possibilidade de uma mudança radical das estruturas do país. Utiliza-se a análise de Skidmore com certas reservas, uma vez que considero a política como exercício cotidiano das lutas entre as classes e

grupos sociais, daí porque 1930 pode ser explicável por meio dos conflitos de interesses entre elas, e não apenas por facções rivais. Os partidos e grupos apresentados pelo autor - mesmo que desordenadamente, refletem interesses de grupos ou frações de classes existentes na sociedade brasileira à época.

Mas, continuando, Skidmore fala da esquerda, dos trabalhadores e das classes médias no período:

Com exceção dos tenentes, os adeptos de mudanças radicais estavam fragmentados. A pouca industrialização no Brasil e o seu patrimonialismo não tinham produzido nenhum movimento de massas, ou mesmo uma liderança política unificada de esquerda. O movimento sindical (de proporções extremamente modestas em 1930) estava destroçado por lutas entre anarquistas e trotsquistas, comunistas e radicais. (SKIDMORE, 2007)

O Bloco Operário Camponês - BOC - não conseguiu exercer nenhuma influência significativa nos acontecimentos de 1930. O Partido Comunista desdenhou a revolução, chamando-a de luta entre duas facções da burguesia nacional, luta entre dois bandos de exército. Por outro lado, encenando a descrição dos atores políticos em 1930, o autor faz referência às classes médias, que segundo ele:

O grupo que sentia mais profundamente estar separada da política de elite no Brasil, antes de 1930, concentrava-se na população urbana, pequena mas em crescimento. Era a classe média, como posição econômica mais próxima dos padrões de comportamento classista da Europa Ocidental no século dezanove, embora bem distanciada desses pequena mas em crescimento. Era a classe média, como posição econômica mais próxima dos padrões de comportamento classista da Europa Ocidental no século dezanove, embora bem distanciada desses padrões pela mentalidade política. Eram empregados do comércio, da indústria leve, nas profissões liberais e na burocracia. Ainda que esse grupo não tivesse, de modo algum, articulado plenamente uma mentalidade de classes que os pudessem colocar em oposição consciente à economia de exportação dominada pela agricultura, constituía, afinal, o maior grupo isolado de adeptos do constitucionalismo liberal. O seu mais importante baluarte nacional era a cidade de São Paulo. (SKIDMORE, 2007)

Quanto ao objetivo desse setor, diz o autor:

O principal objetivo político da classe média, tal como expressa pelo constitucionalismo liberal, era uma representação mais autêntica: o voto deveria ser honestamente supervisionado e as urnas apuradas honestamente. Se a exigência de alfabetização fosse tornada obrigatória, isso significaria um aumento de poder político para os eleitores da classe média, que tinham nas cidades suas reservas política naturais. Nos meses que se seguiram à revolução, os constitucionalistas liberais bombardearam Vargas com exigências para que reformassem o sistema eleitoral. Enquanto os adiamentos se sucediam, cresciam as suspeitas contra as desculpas do presidente, e eles colocavam a responsabilidade nos tenentes e seus agentes em torno de Vargas. (SKIDMORE, 2007)

O comportamento político das classes médias é acentuado por dois outros autores - Francisco Weffort e Juarez Brandão Lopes - tendo uma orientação familiar à apresentada acima. Começa-se por Weffort (1978, p. 115):

Os movimentos de classes médias, capazes de abrir a crise política da ordem vigente e, portanto, de afetar seu equilíbrio de conjunto, serão, contudo, incapazes de ir além da esfera política onde nasceram. Aí se encontram algumas de suas mais conhecidas limitações. É sabido que no Brasil como na Argentina, estas classes tiveram que manter-se ao nível de uma reivindicação de participação: reivindicam o voto universal e secreto, a moralização dos costumes políticos, enfim, medidas de efetivação das tendências liberais - democráticas inscritas na própria legalidade oligárquica. Mas não conseguem formular uma perspectiva própria em relação ao processo de produção. Por outro lado, sua postura política oscilará sempre entre a linha insurrecional de um rechaço radical das instituições políticas, que caracteriza alguns dos momentos gloriosos do radicalismo e do tenentismo, e as alianças com grupos da oligarquia que levarão a uma perspectiva de modernização institucional mas que inevitavelmente conduzirão à frustração de suas expectativas originais de transformação das estruturas políticas.

Por sua vez, Juarez Brandão Lopes vai relacionar o surgimento das classes médias ao processo de urbanização do país, conforme se vê:

A urbanização que se assentava na industrialização que já se operava no setor público, provocam a emergência de novos grupos sociais urbanos, relativamente desvinculados da estrutura de poder da sociedade tradicional: novas classes médias e massas populares. As camadas médias prendem-se, assim, à urbanização, às várias ondas crescentes em que esta se dá no Brasil, e no período mais recente, basicamente, no processo de burocratização, tanto no setor público como no privado. As formas concretas do desenvolvimento brasileiro tornam essa camada heterogênea, diferenciam-na segundo as várias partes do país e marcam o seu modo de ser. (LOPES, 1976, p. 145 e 155)

Quanto à mentalidade desse setor da sociedade, diz o autor:

Disto tudo - condições todas vinculadas às formas pelas quais se formavam as camadas médias e à rapidez do processo - resulta a posição sócio-política conservadora de seus membros, o uso que fazem das teias tradicionais de influência política (as panelinhas de que já tratamos e das quais eles participam, quaisquer que sejam as suas origens sociais e a sua ação política), guiada pelo moralismo entre eles prevalecente e manipulada em larga medida por liderança carismática, em fenômeno equivalente ao populismo. (LOPES, 1976, p.147)

E conclui:

Resulta, portanto, de todas aquelas condições não desenvolver-se nas camadas médias, consciência e ação comuns próprias. Noutras palavras, no plano político, a ação de seus membros não é de classe, mas de massa. (LOPES, 1976, p.156)

Detive-me nesta análise sobre o papel das classes médias na década de 1930, por considerar a sua atuação ilustrativa em relação ao Movimento Estudantil. Conforme se observa, a revolução de 1930, mesmo não produzindo uma mudança radical das estruturas econômicas do país, vai alterar as relações políticas que se dão na sociedade brasileira.

Durante os anos subsequentes ao movimento de 1930, a política nacional volta a ser mais dinâmica, iniciando um processo de revitalização, tanto pelas forças que se situam à direita quanto à esquerda do espectro político. A articulação das forças de direita, que tem consequências graves no retrocesso político que vai ocorrer em 1937, é descrito por Skidmore:

Os radicalistas estavam igualmente ativos na direita. Desde 1932, um movimento fascista chamado integralismo vinha por igual ganhando força. O líder integralista Plínio Salgado, usava os aparatos do fascismo europeu - camisas verdes, desfiles de milícias, violência contra os radicais da esquerda - para explorar a crescente suspeita da classe média de que talvez os problemas econômicos e políticos da depressão só puderam ser resolvidos com o recurso aos métodos extremistas da direita. Por outro lado, à esquerda, uma facção do partido comunista, a ala legalista, organizou um movimento de frente popular, chamado aliança nacional libertadora, ou ANL, se bem que o movimento dependesse maciçamente da organização do PC, conseguiu agrupar grande número de perplexos eleitores da classe média, preparados para suplementar o seu anterior liberalismo com uma dose do progressismo simbolizado pelo fascínio de Luis Carlos Prestes, presidente honorário da ANL. Mesmo comunista, o papel de Prestes na ANL era atrair os eleitores que ainda o admiravam como o corajoso comandante da coluna Prestes, que havia dramatizado a causa dos tenentes da década de 20, escapando com sucesso aos exércitos federais no interior brasileiro durante dois anos e meio. Subitamente parece que a esquerda havia ganhado vida. Mais de 1600 sedes locais da ANL haviam brotado até fins de maio de 1935. Os elementos progressistas dentro da classe média estavam finalmente se unindo aos sindicatos trabalhistas militantes para apoiar um programa radical, a plataforma da ANL, anunciada em fevereiro, pedia o cancelamento das dívidas imperialistas, a nacionalização das empresas estrangeiras e a liquidação dos latifúndios. (SKIDMORE, 2007)

Porém, a dinamização do processo político é interrompida a partir de 1937 com o golpe dado por Getúlio Vargas, instaurando o Estado Novo, quando Vargas consegue, manipulando um extremo contra outro, arrebanhar o apoio dos militares e das classes médias para a implantação de um governo autoritário, preconizando a perda de influência das idéias liberais. O Estado Novo vai representar uma ruptura do processo iniciado em 1930, no qual o jogo político e a representação popular tenderia a se consolidar.

Conforme o autor citado, Thomas Skidmore, o Estado Novo é uma continuidade do poder pessoal de Vargas:

Com o golpe de novembro de 1937, Vargas começou a segunda metade do seu domínio de quinze anos. Deveria durar até que os militares forçassem a sua retirada, em outubro de 1945. A implantação do Estado Novo, versão brasileira atenuada do modelo fascista europeu, enfatizava e confirmava a divisão há muito tempo existente entre as duas principais posições inerentes ao movimento revolucionário de 1930. Desde a queda de Washington Luís, naquele ano, a política nacional havia consistido numa série de acordos precários entre os constitucionalistas liberais e os nacionalistas autoritários presididos por políticos oportunistas, muitas vezes representando as oligarquias locais do tipo antigo, ou por idealistas que se sentiam atraídos por acusar as direções. (SKIDMORE, 2007, p. 53)

Continuando, o autor faz uma análise do Estado Novo:

O Estado Novo, na sua forma não-diluída, entre 1937 e 1943 (quando Vargas começou a preparar-se para a volta às eleições) representou um hiato do desenvolvimento da política brasileira (partidária, organizada em linhas classistas ou ideológicas), uma política que, em si mesma, só havia começado a tomar forma no Brasil em começo da década de 30. Todos os grupos de alguma significação haviam sido desbaratados e suprimidos. Os comunistas e radicais de esquerda sofreram a repressão mais brutal. Os integralistas desapareceram devido a repressão, em parte, porque a lógica do seu autoritarismo era minada pela forma de ditadura mais brasileira, de Vargas.

Em suma, o Estado Novo era um estado híbrido mas dependente de apoio popular organizado na sociedade brasileira e sem qualquer base ideológica consistente. Vargas esperava assumir, para seu próprio proveito político, a direção das mudanças sociais e do crescimento econômico do Brasil. A despeito das roupagens corporativistas, e seu estado novo era uma criação altamente pessoal. (SKIDMORE, 2007)

Obviamente que do meu ponto de vista, o Estado Novo³⁶ não pode ser interpretado como uma criação pessoal de Vargas. É o conflito que o próprio autor descreve, entre partidários de várias alternativas para o desenvolvimento do país - democratas ou autoritários - que vão conduzir ao golpe de Getúlio, 1937. Mas somos obrigados a admitir que, dada as características da política brasileira já analisadas sob o conceito de clientelismo, o poder pessoal do chefe do executivo nacional assume proporções gigantescas, como a própria centralização do Estado.

Isto fica ainda mais evidenciado quando percebe-se que as transformações pós-30 não foram tão significativas, segundo Maria do Carmo Campelo de Souza (1983, p. 41): “Vargas não introduziu no campo transformações econômicas de monta, manteve-se a federalização política da autoridade baseada na máquina coronelista”.

³⁷ – Considera-se o Estado em termos de representação política, onde os setores hegemônicos na sociedade organizam a sua dominação via Estado. A propósito é conveniente, para compreender o papel do Estado, recorrer a leitura de Lênin, sobretudo a conferencia intitulada sobre o Estado in Obras Escolhidas de V.I. Lênin, tomo 01, São Paulo: Editora Alfa Omega, 1980.

De forma que, mesmo não considerando que haja um distanciamento muito grande entre as classes e sua representação no Estado, não resta dúvida que um regime político fechado, como o existente até 1946, possibilita o domínio político de um líder como Vargas, mas é claro que estruturando-se sobre uma bem montada máquina político-administrativa, conforme salienta Skidmore:

Havia outros trunfos com os quais Vargas jogava nas suas negociações com os políticos estaduais. Para aqueles que nutriam ambições nacionais, a benção de Vargas era quase indispensável depois de 1935, e uma condição *"sine qua non"* depois de 1937. Com a responsabilidade federal crescendo rapidamente em tantos campos, como ficara comprovado pelos atos do governo provisório de 1930-34; e pela constituição de 1934, qualquer político brasileiro que quisesse ajudar a dirigir os destinos de seu país, tinha que entrar, ou na política nacional, ou na administração federal. É obvio o poder da manobra que Vargas havia alcançado. (SKIDMORE, 2007, p. 59)

A queda do Estado Novo somente ocorreria em 1945. Como o Brasil participa, ao lado dos Estados Unidos, da 2ª Guerra contra países do Eixo, inicia-se internamente uma campanha popular pelo restabelecimento democrático. Vargas se vê diante de uma constrangedora situação: participa pela luta contra o nazi-fascismo no exterior e internamente mantinha no Brasil uma ditadura. Havia ainda os compromissos econômicos com os Estados Unidos, uma vez que:

O governo americano já havia se comprometido com a ajuda ao desenvolvimento econômico do Brasil em 1940, colocando à disposição empréstimos a longo prazo do Export-Import Bank, em troca de suas bases no Brasil. O primeiro grande compromisso foi um empréstimo de 20 milhões de dólares para a nova Companhia Siderúrgica Nacional. Esse apoio ao investimento público da indústria básica, em um país subdesenvolvido, refletia uma mescla de motivos, do ponto-de-vista norte-americano. Por um lado, demonstrava o desejo da administração New Deal, de Roosevelt, de dar substância econômica à política de boa vizinhança. Ao mesmo tempo, representava uma tentativa de realizar antigas ambições americanas de maior penetração comercial na América Latina através de novas e heterodoxas medidas de ajuda governamental dos Estados Unidos aos programas de industrialização dirigidos pelo Estado. A boa vontade americana era, indubitavelmente, acrescida pelo conhecimento de que Vargas havia negociado ativamente com a Alemanha Nazista a ajuda para a montagem de uma indústria siderúrgica. (SKIDMORE, 2007, p. 67)

Portanto, a redemocratização que se inicia em 1946 tem causas econômicas, além das políticas. Ao lado da influência das idéias que são divulgadas contra o autoritarismo, encontra-se também a ligação entre a economia brasileira e os empréstimos oriundos dos Estados Unidos. A própria industrialização do Brasil é explicada por esse fator:

Em suma, a industrialização do Brasil, entre 1930 e 1945, foi produto de dois fatores: substituição espontânea das importações, resultado do colapso da capacidade de importação com a manutenção da procura interna através do programa de auxílio ao café, e o deslocamento de investimentos particulares do setor de exportação para a produção industrial destinada ao mercado interno, e a intervenção estatal direta e indireta. (SKIDMORE, 2007, p. 70)

O período que se inicia em 1945 é, segundo Maria do Carmo Campelo de Souza (1983, p. 64), determinada por fatores políticos internacionais:

A conjuntura dos últimos anos do Estado Novo foi essencialmente determinada por fatores políticos internacionais que se refletiram internamente, tornando dominante a contradição entre fascismo e democracia e não, como frequentemente é entendido, a contradição entre interesses ligados à agricultura de exportação e interesses vinculados à industrialização nacional. Os problemas políticos do pós-guerra, ligados à disputa pela hegemonia mundial sob forma de luta entre as democracias e o nazi-fascismo, foram o real foco e ponto de conflito fundamental na conjuntura da redemocratização brasileira.

Continuando, Souza acrescenta que com a queda do Estado Novo não se produz grandes mudanças na situação política do país:

A restauração democrática de 1945, causada muito mais por eventos internacionais que por dimensões econômicas internas graves que estabelecessem sério conflito de classes, não produziu uma substituição radical de grupos do poder, embora exigisse uma reformulação político-institucional. (SOUZA, 1983, p. 64)

Em suma, a redemocratização do período de 1946 a 1964 é vista, em geral, como produto do processo político internacional de certa forma menosprezando as lutas políticas que acontecem no interior do próprio país. Este período é visto, ainda, como uma fase excepcional da vida política do país, em virtude do fato de que o autoritarismo tem sido predominante. Conforme Schwartzman (1996, p. 115):

Com exclusão das experiências eleitorais frustradas de 1930 e 1934, o período de 1945/1964 foi o único da história política brasileira em que o país experimentou um sistema de participação política de massas. É possível assim assumir uma perspectiva histórica de longo prazo e afirmar que este foi um período excepcional, explicado, talvez, pela onda de liberalismo democrático que passou a imperar em toda a América Latina após a segunda guerra.

Nesse período, no ano de 1956, ocorre uma movimentação nacional promovida pela UNE, com o apoio dos estudantes secundaristas, conforme documento a seguir:

Figura 17: Protesto dos Estudantes, 1956



Fonte: Projeto Memória – UNE, 2009.

Percebe-se que existe uma atuação conjunta dos estudantes universitários e secundaristas na defesa de seus direitos no ano de 1956.

Por outro lado, continuando a reconstituição histórica, vislumbra-se a medida que a guerra evoluía em favor dos aliados, Vargas foi se preparando para a nova atmosfera política que seria criada por uma vitória aliada. Ficava cada dia mais patente - e os oficiais brasileiros o sabiam - que era uma anomalia lutar pela democracia contra o nazi-fascismo no plano internacional e ao mesmo tempo conviver com uma ditadura internamente. Outro fator, que leva a deposição de Vargas são as suas propostas de alteração das leis eleitorais. E também a mudança que Vargas efetiva na chefatura de polícia do DF, substituindo o chefe de polícia, João Alberto, pelo seu irmão Benjamim Vargas.

Esta decisão foi comunicada por João Alberto ao então ministro da guerra Góes Monteiro, pois havia entre eles um acordo informal de que se um deixasse o cargo, o outro faria o mesmo. Mas Góes não apenas não se demitiu, como articulou um golpe para depor o presidente, com o apoio de Eurico Dutra, que vai ao Palácio dar o ultimato à Getúlio: ou retira a nomeação que efetuara (de seu irmão), ou seria deposto pelo exército.

Vargas não acredita que os militares fariam o que anunciava. Grande engano. A crise política é solucionada pelo tradicional arbitro das contendas políticas no Brasil - as forças armadas depõem o presidente - a pretexto de garantir a restauração democrática.

O período seguinte, 1946/1950, sob o governo Dutra, caracteriza-se um processo de redemocratização representado pela constituinte de 1946. No campo econômico, distingue-se duas fases:

No primeiro período, ensaiou-se o retorno dos princípios do liberalismo do *laissez-faire*, uma política que foi abalada pelo rápido esgotamento dos recursos brasileiros de divisas do resultante déficit na balança de pagamentos em 1937. A reintrodução de controles cambiais, em junho de 1947, marcou o começo da transição para o segundo período, com o aceleração da industrialização espontânea e uma indicação para formas rudimentares de planejamento geral dos postos federais. (SKIDMORE, 2007, p. 96)

Interessante notar que Vargas, tão logo Dutra é empossado, já articula a sua eleição que se daria ao término do governo Dutra em 1950. Tão grande é a procura de Vargas - que fora eleito em 1945 senador por dois estados - Rio Grande do Sul e São Paulo - que ele passa a ser a personalidade central do período.

O presidente recém-deposto é mais solicitado que o recém eleito.

Vargas estabelece uma trajetória e uma estratégia bastante clara, para vencer as eleições: manter a lealdade dos tradicionais caciques políticos do interior através do PSB, ao mesmo tempo que conseguia força eleitoral nas cidades, por meio do PTB. (SKIDMORE, 2007, p. 103)

O resultado dessas eleições é inquestionável. Vargas recebe quase maioria absoluta dos votos, tendo recebido 3.849.040 votos, representando 48,7% do total de votos, demonstrando a eficácia de sua tática e a capacidade de sua máquina eleitoral.

Contudo, mesmo com esse resultado avassalador, os grupos que se opõem a Getúlio não esperaram nem a sua posse para iniciar seus ataques contra ele.

A UDN, chefiada pelo Deputado Aliomar Baleeiro, tenta impedir a posse do eleito, argumentando que a constituição rigidamente interpretada determina que o candidato vencedor receba maioria absoluta nas eleições presidenciais. Este posicionamento recebe o apoio do Jornalista Carlos Lacerda.

A campanha ganha os jornais, o Estado de São Paulo, por exemplo, faz advertências sobre os riscos em conceder um mandato a Vargas, afirmando que o mesmo conduziria o país a uma nova ditadura.

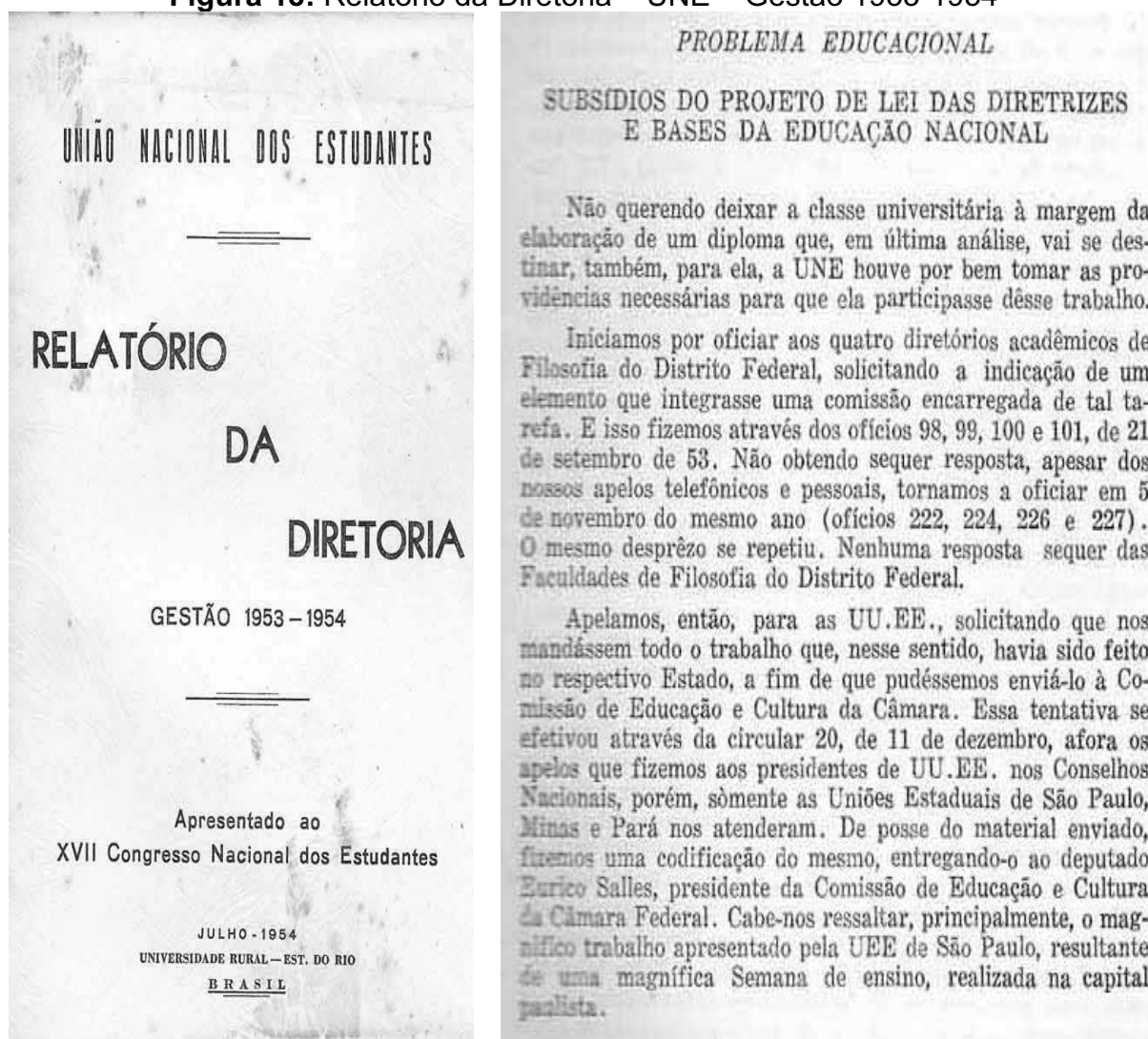
Vargas é empossado, contra a vontade destes setores. A UDN perde esta batalha, mas continuará - como se verá - a conspirar contra o governo.

A oposição ao governo Vargas abrange amplos setores. No setor civil, era liderada pela UDN e pelos partidos minoritários, da direita e centro-direita, tais como o Partido Republicano, o Partido Libertador e o Partido Democrata Cristão. A maioria dos integrantes da UDN havia combatido ferozmente a volta de Vargas em 1950. A volta de Vargas ao poder - pela via eleitoral - representou uma derrota e uma humilhação para os elementos vinculados a esse partido, pois foram eles os principais articuladores da volta do processo eleitoral direto - e agora com a eleição de Vargas, eles consideraram que houve uma perversão do processo democrático.

Vargas adota uma política econômica de caráter nacionalista, criando inclusive a Petrobrás, com o intuito de aliviar a tensão crescente no Balanço de pagamentos, substituindo por fontes internas de suprimentos de petróleo, uma vez que a importação desse produto estava consumindo as divisas do país.

A situação política de Vargas, em 1953, é extremamente grave. Ele enfrenta a oposição da direita, a indiferença do centro e a neutralidade - teoricamente - do exército.

Nesse quadro político a UNE posiciona-se, conforme o relatório de sua diretoria, na defesa do Projeto de Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, conforme documento abaixo:

Figura 18: Relatório da Diretoria – UNE – Gestão 1953-1954

Fonte: Projeto Memória – UNE, 2009.

Como se vê a UNE centra a sua atuação, no período de 1953 a 1954, na discussão do Projeto de Lei que iria estabelecer as bases da educação nacional, procurando interferir na sua tramitação no Congresso Nacional.

No congresso, a composição era heterogênea: o PSD ainda tinha a maioria parlamentar com 112 elementos, seguido pela UDN, com 81, o PTB com 51 e o PSP com 24. As restantes 36 cadeiras estavam divididas entre oito partidos menores. Este período e a queda de Getúlio, coincidem com o que ocorreria em 1964, com a deposição de Jango, uma vez que:

Dadas as semelhanças entre a queda de Vargas e a deposição de Goulart na década de 60, os anos 50 requerem exame mais atento à atribulada presidência de Vargas, que no período de 1952/54 foi marcada pelo aprofundamento da polarização política. O principal apoio político do presidente provinha do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro, fundado sob a

égide de Vargas, em 1945). Seguiu em linhas gerais a orientação dada pelos partidos socialistas democráticos europeus e chegou a ser o principal partido de esquerda, mas era marcado pelo personalismo e seu matiz ideológico variava de um estado para outro. O presidente lançou ambicioso programa de investimentos públicos, frustrado, entretanto, pelo insucesso econômico causado pela vertiginosa queda dos preços do café no mercado internacional e pelo aumento da inflação internamente. Determinado a executar seu programa econômico nacionalista e ao mesmo tempo melhorar os salários dos trabalhadores, Vargas, agora populista, viu-se forçado, em 1953, a adotar um programa anti-inflacionário altamente impopular. Como se a crise econômica não fosse suficiente, ele também enfrentou uma conspiração militar, pois sua política, de cunho nacionalista e populista, provocara indignada reação entre os oficiais anti-comunistas que, em 1953, haviam empalmado a liderança militar. Estes ficaram essencialmente contrariados, no início de 1954, com a proposta de um elevado aumento do salário mínimo, enquanto os proventos dos militares continuavam a encolher. (SKIDMORE, 2007, p. 23)

Neste embate pelo aumento do salário mínimo dos trabalhadores, o ministro do trabalho, João Goulart, é demitido por Vargas, que se verga às pressões. Os seus adversários picham Jango dizendo que o mesmo pretendia organizar no Brasil uma República Sindicalista e que ele facilitava a penetração, nos sindicatos, dos Agentes do Comunismo Internacional.

É claro que esta campanha difamatória tem como objetivo afastar João Goulart da Presidência, uma vez que não surtiu efeito a implantação do Parlamentarismo, rejeitado pela população em plebiscito. Acusar esse governo de comunista, naquela conjuntura, tinha um significado importante, pois havia uma dualidade ideológica no plano internacional, com a divisão do mundo em dois blocos: o capitalista, tendo à frente os Estados Unidos, e o socialista com a direção da União Soviética. O medo do comunismo assombra a elite conservadora no Brasil nessa época e vai ser o instrumento justificador do golpe militar em 1964.

Nesse quadro de crise política, em 1958, a UNE publica o seu documento de organização institucional, no qual estabelece a suas atribuições, na forma a seguir:

Figura 19: Constituição da UNE, 1958



CONSTITUIÇÃO DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES

U. N. E.
RIO DE JANEIRO
1958

- 3) estimular a confraternização de suas entidades-membros;
- 4) incentivar as relações amistosas entre as organizações estudantis de todo o mundo;
- 5) participar das campanhas nacionais que visem à prosperidade da Pátria ou o bem-estar do povo;
- 6) lutar no sentido de ser estabelecida uma verdadeira democracia como processo de organização do Estado, baseada no princípio de representação popular;
- 7) lutar pelo respeito às liberdades fundamentais da pessoa humana;
- 8) pugnar pela equiparação de direitos e deveres de todos perante a lei sem distinção de raça, cor, sexo, riqueza, posição social, credo político ou religioso;
- 9) reivindicar maior justiça social possibilitando a todos idêntica oportunidade no alcançar uma existência melhor e mais digna;
- 10) tudo fazer pela estrita observância dos princípios estabelecidos na Constituição Brasileira;
- 11) concorrer ativamente, para a efetivação de uma paz sólida e duradoura;
- 12) manter a tradição de lutas da mocidade na preservação de nossa independência e pela defesa das riquezas nacionais;
- 13) pugnar especialmente, em favor da gratuidade e melhoria do ensino superior;
- 14) cooperar com as entidades representativas dos estudantes secundários e também com todas as organizações juvenis do país;
- 15) zelar pela moralidade do ensino, pela elevação do nível cultural da classe e difundir os preceitos de deontologia profissional.

Nós, os representantes dos estudantes brasileiros, reunidos em Congresso Constituinte, em Baurú, Estado de S. Paulo, invocando a proteção de Deus, aprovamos a seguinte

CONSTITUIÇÃO DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES

TÍTULOS I

DA ORGANIZAÇÃO DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES

Disposições preliminares

Art. 1.º A UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES é a entidade máxima de representação e coordenação dos corpos discentes dos estabelecimentos de ensino superior do país.

Parágrafo único. Todo poder, regulado por esta Constituição, emana dos Estudantes e em seu nome será exercido.

CAPÍTULO I

DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES

Art. 2.º A Capital Federal é a sede da União Nacional dos Estudantes.

Art. 3.º Compete à U.N.E:

- 1) manter a unidade estudantil em torno da solução de seus problemas.
- 2) prestar assistência social-médica, odontológica, jurídica, econômica e cultural — ao estudante brasileiro;

SEÇÃO I

DA UNIÃO ESTADUAL DOS ESTUDANTES

Art. 4.º A União Estadual, órgão máximo de representação e coordenação dos Estudantes dos estabelecimentos de ensino superior dos Estados, reger-se-á pela Constituição que adotar, observados os princípios fundamentais estabelecidos nesta.

Parágrafo único. A União Estadual é dirigida por poderes escolhidos nos termos do disposto nas respectivas Constituições.

Art. 5.º A União Estadual se reserva todos os poderes que, implícita ou explicitamente, não lhe sejam vedados por essa Constituição.

Art. 6.º A União Metropolitana equivale às Uniãos Estaduais.

Art. 7.º Compete à União Estadual:

- 1) coordenar as atividades estudantis no Estado;
- 2) representar os interesses estudantis junto aos poderes públicos estaduais e municipais;
- 3) procurar incluir no orçamento do Estado verbas para os seus Congressos e demais despesas;
- 4) orientar suas atividades no sentido de dar cumprimento às finalidades da União Nacional dos Estudantes;
- 5) fazer-se representar nos Congressos e Conselhos Nacionais;
- 6) apresentar à Diretoria da U.N.E. relatórios semestrais de suas atividades;
- 7) prestigiar as entidades representativas do estudante secundário do Estado;
- 8) exercer todos os poderes que não forem privativamente atribuídos à U.N.E.

Fonte: Projeto Memória – UNE, 2009.

Nesse documento pode-se verificar que havia a preocupação da UNE em participar das campanhas nacionais em defesa do país e de sua população, bem como prestar assistência aos estudantes. Constata-se ainda a forma como se organizava as entidades estaduais, denominadas de UEEs.

Na conjuntura política, as críticas contra o governo de Vargas voltam à tona, quando Jango, como vice-presidente da República, deve assumir - com a renúncia de Jânio Quadros - a Presidência da República.

Ocorre ainda um episódio que vai acelerar as pressões contra Vargas: é o assassinato ou a tentativa de eliminar Carlos Lacerda. O crime não se consuma; Lacerda é apenas ferido, mas um oficial da força aérea que fazia a sua segurança é morto. A força aérea usou a sua comissão de inquérito, que apurou o envolvimento do chefe da guarda pessoal do presidente como mandante do crime. Além desse fato, vieram à tona outros escândalos do governo, o que propiciou argumentos para que os generais do exército exigissem a renúncia do presidente.

Entre a alternativa de renúncia e a de sacrificar a própria vida, Vargas recorre à segunda como forma de afastar os seus inimigos. O seu suicídio representa uma reação surpreendente para seus oponentes, já que com ele, uma onda de simpatia por Getúlio envolveu o país. Lacerda, o jornalista da Cruzada, cuja coragem havia organizado a oposição, precisou esconder-se e pouco depois deixaria o país, à espera de que a fúria do povo amainasse. Caminhões de entrega do jornal oposicionista “O Globo” foram queimados pela multidão enfurecida, que se lançou ao assalto do edifício da Embaixada dos Estados Unidos.

Durante a sua campanha, os anti-Getulistas tinham concentrado o fogo de ataque na pessoa de Getúlio, que através de seu ato final de sacrifício, neutralizou as vantagens políticas e psicológicas que seus oponentes haviam acumulado. Na morte, como na vida, os atos de Getúlio foram cuidadosamente calculados para produzir o máximo de efeito político, conforme menciona Skidmore (2007, p. 203).

O desenlace do governo Vargas deixa uma herança difícil de ser resolvida pelo seu sucessor:

Por um lado, a questão do nacionalismo econômico e a definição das áreas em que seria aceitável a participação do capital multinacional e por outro, como resolver a questão social consubstanciada na definição do valor do salário mínimo. As condições políticas em que Juscelino assume o governo, após ser eleito, não são nada confortáveis. De imediato é necessário garantir a posse através de um golpe preventivo. No panorama dos partidos ainda perduram as divisões deixadas por Getúlio, contudo, sua posse é assegurada pelo Marechal Lott.³⁷ (SKIDMORE, 2007, p. 26)

³⁸ - Skidmore, levanta problemas relativos a relação do Brasil com o capital estrangeiro e com a área trabalhista ou sindical, onde os problemas principais se referem à questão salarial. Skidmore, 2007, p. 26.

O período de Kubitschek tornou-se marcante por suas realizações no campo econômico, com seu célebre plano de metas, onde prometia 50 anos de desenvolvimento em cinco (1956 a 1961), período correspondente ao seu governo. Neste período há uma expansão extraordinária da produção industrial. Entre 1955 e 1961, a produção industrial cresceu 80%, a preços constantes, com as porcentagens mais altas registradas pelas indústrias de aço (100% indústrias mecânicas, 125% indústrias elétricas, 380% de comunicação e 600% transportes. De 1957 a 1961, a taxa de crescimento real foi de 7% ao ano e, aproximadamente, 4% per capita. Para a década de 1950, o crescimento per capita efetivo do Brasil foi aproximadamente três vezes maior que o do resto da América Latina, conforme Skidmore (2007, p. 204).

O governo JK, contudo, ao desenvolver a economia do país, principalmente as indústrias, o fez com base no capital estrangeiro. Este fato gera um aprofundamento da dependência externa do país, o que vai interferir na política brasileira durante a década de 1960. Os interesses estrangeiros procuraram dirigir o desenvolvimento brasileiro, ajustando-o às próprias necessidades de divisão internacional do trabalho que se efetivou a partir do fim da 2ª grande guerra (1939-1945), tendo o Brasil entrado como um consumidor de tecnologia estrangeira e exportador de matérias primas conforme Bandeira (1977, p. 18). Juscelino, ao tentar acelerar o desenvolvimento do país, vai enquadrá-lo dentro do sistema financeiro internacional como um grande tomador de empréstimos. Nesse período, o Brasil se abre definitivamente ao capital multinacional que aqui instala inúmeras indústrias.

Nos anos de 1960 e 1961 a UNE concentra a sua atuação nos debates sobre as questões educacionais e também no apoio às lutas dos trabalhadores. Nesse período ocorreu a campanha da legalidade, durante a qual a UNE participou ativamente, tendo Leonel Brizola como líder do movimento que se opunha ao afastamento de JK. O nacionalismo foi utilizado no discurso dos dirigentes da época como fundamento do apoio ao governo e aos planos de desenvolvimento então implementados, conforme documento a seguir:

Figura 20: Relatório da Diretoria – UNE, 1960-1961

SETOR NACIONAL

A) — *Seminário de Estudos do Nordeste*

Dando sequência ao exame e interpretação do Problema Nacional, a UNE, com a colaboração da UEP, realizou, de 18 a 26 de março, na cidade do Recife, o Seminário de Estudos do Nordeste. Ao reconhecer a importância e significação do Nordeste no processo de desenvolvimento econômico nacional, uma vez que na referida região habita uma população de mais de 20 milhões de brasileiros em precárias condições de vida, a UNE não mediu esforços para a realização do conclave, que contou com a participação de delegações estudantis dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, que formam a região geo-econômica do nordeste brasileiro, contando também com a colaboração de técnicos, cientistas e estudiosos da nossa realidade.

O Seminário foi orientado pelo seguinte temário: O Nordeste na Economia Nacional — Universidade e Região — Industrialização e Estrutura Agrária — Recursos Naturais da Região — Planejamento Educacional para o Nordeste — Condições de Existência do Homem do Nordeste.

Todos estes problemas, básicos e fundamentais para a explicação sociológica do Nordeste, foram amplamente debatidos e examinados, chegando-se a conclusões objetivas, que denotam o despertar da consciência universitária brasileira para a salvação das populações nordestinas do atraso e do subdesenvolvimento.

C) — *A Greve dos Trabalhadores Brasileiros pela Paridade de Vencimentos entre Cíveis e Militares*

A diretoria da UNE, em consonância com as resoluções do XXIII Congresso Nacional dos Estudantes, e com a intenção de reforçar a União Operário-Estudantil, participou ativamente do movimento grevista dos portuários, marítimos e ferroviários pela paridade de vencimentos entre cíveis e militares. Mais uma vez, as portas da "Casa da Resistência Democrática" foram abertas aos operários brasileiros, que lutavam por uma justa reivindicação salarial. A sede da UNE abrigou, com orgulho e destemor, nas horas mais dramáticas, o Comando da Greve, ameaçado de repressão policial pelo já conhecido déspota Armando Falcão, então Ministro da Justiça, cognominado pelos estudantes de "Falcão Negro". Participando de todas as assembléias realizadas no período da greve, pronunciando-se publicamente, interferindo em conjunto com a UBES e outras entidades de classe junto a parlamentares e autoridades governamentais, a UNE lutou insistentemente no sentido de que o grave problema dos operários fosse solucionado satisfatoriamente, como aconteceu dentro de poucos dias, com a vitória da greve.

E) — *A UNE e a Petrobrás*

A sensacional e desagradável notícia do relatório do Mr. Link, concluindo pela inexistência de outros lençóis petrolíferos além dos já localizados no recôncavo baiano, mobilizou a vigilância nacional contra essa flagrante tentativa de lógro à política do monopólio estatal do petróleo, já consubstanciada como vitória inalienável do povo brasileiro.

Em carta dirigida ao General Idílio Sardenberg, presidente da Petrobrás, a UNE e a UBES fizeram sentir sua desconfiança naquele relatório, visto ser o seu autor um agente dos trustes e monopólios norte-americanos. Apelou, em seguida, para o espírito nacionalista do presidente da Petrobrás, solicitando o afastamento do sacripanta Mr. Link, já repudiado pela consciência nacionalista do povo brasileiro.

As razões motivadoras dessa tomada de posição não são outras senão aquelas que sempre nortearam a entidade máxima dos universitários brasileiros e que se fundamentam no anseio de emancipação da economia nacional, para um Brasil soberano em todos os seus ângulos e para a felicidade do seu povo.

Fonte: Projeto Memória – UNE, 2009.

Conforme se vê nos documentos acima a atuação da UNE estava direcionada para as questões nacionais, com destaque para as lutas educacionais, o apoio às reivindicações dos trabalhadores e na defesa da Petrobrás.

Em 1960, a UDN lança como seu candidato o ex-prefeito e ex-governador de São Paulo à sucessão de Juscelino. A UDN queria Jânio Quadros porque ele professava idéias que convergiam com as propostas da UDN, ou seja: a intransigência com a corrupção, a suspeita com obras faraônicas, a preferência pela livre empresa, etc, em suma, um governo bem conservador como o próprio partido que o estava

lançando. Mas, o que mais atraía em Jânio era sua capacidade de arrebanhar votos, como demonstrava sua rápida ascensão na política paulista. A atuação de Jânio baseava-se na sua coragem como anti-político, a amador honesto que oferecia a possibilidade de uma transformação radical aos detentores do antigo estilo, os quais se apegavam aos hábitos pós-1930 e não podiam se adaptar às necessidades de um Brasil moderno. (SKIDMORE, 2007, p. 232)

Contudo, ao assumir o poder, Jânio realiza uma política confusa, senão contraditória: primeiro, no plano internacional, ele se aproxima de Cuba, tendo condecorado a Che Guevara com a ordem do Cruzeiro do Sul, a mais alta condecoração brasileira oferecida a estrangeiros. Esta aproximação com Cuba irrita os líderes da UDN. Em segundo lugar, Jânio vacilava em adotar as medidas de austeridade econômica, ao estilo do FMI. Em terceiro lugar, ele não conseguia manter um relacionamento proveitoso com o Congresso Nacional, iniciando um atrito que somente seria resolvido com seu pedido de renúncia, aceito sem maiores problemas pelos membros do Congresso Nacional.

Com sua renúncia, assume um presidente temporário, sendo que o poder efetivo estava nas mãos dos três ministros militares - o General Odílio Denys, da Guerra; o Brigadeiro Grun Mon, da Aeronáutica e o Almirante Silvio Heck, da Marinha. O vice-presidente João Goulart - em viagem comercial à China, é o sucessor de Jânio.

Interessante notar que para os setores direitistas, a renúncia de Jânio representava uma nova derrota, uma vez que o que haviam ganho pela intervenção do exército em 1945, o que haviam perdido na eleição de Getúlio em 1950, ganho outra vez pelos militares em 1959, outra vez perdido em 1955 (tanto pela eleição, como pelo golpe de Lott) e, aparentemente, ganho pelas urnas em 1960, estava agora novamente perdido com a renúncia de Jânio. (SKIDMORE, 2007, p. 256)

Os setores conservadores, representados sobretudo pela UDN, vem em zigue-zague tentando tomar o poder por qualquer via: eleitoral ou não. A sua mentalidade se coaduna bem com o que Afonso Arinos diz dos Republicanos brasileiros:

A mentalidade Republicana era federal em primeiro lugar; em segundo, anti-partidária no sentido nacional. Aliás, esta última atitude decorria, até certo ponto, da primeira. Nunca se deu, desde o Império, um revezamento espontâneo e natural dos partidos no poder, e isto porque faltava, em nosso país, a força impulsionadora da regularidade de tal funcionamento: a realidade do sufrágio. (ARINOS, 1974, p. 54)

Ora, à medida em que através do processo eleitoral não conseguem chegar ao poder - e quando conseguem é por tempo muito limitado - estes setores conservadores começam a imaginar uma forma não democrática de ascender ao poder, via golpe militar.

Então acontece a queda de Jânio, que segundo Mário Victor (1965, p. 7), teria sido ultimado pelas contradições de seu próprio governo. Com isso, coloca-se o problema da sucessão, onde os setores conservadores, a própria junta militar citada anteriormente, tentam impedir a sua posse, divulgando um manifesto que diz, entre outras coisas, que Jango é um agente do comunismo internacional e que não poderia assumir o governo. Vejam-se alguns trechos do manifesto:

No cumprimento de seu dever constitucional de responsáveis pela manutenção da ordem, da lei e das próprias instituições democráticas, as forças armadas do Brasil, através da palavra autorizada de seus ministros, manifestavam a S. Ex. o Sr. Presidente da República, como já foi amplamente divulgado, a absoluta inconveniência, na atual situação, do regresso ao país do vice-presidente Sr. João Goulart. (VICTOR, 1965, p. 347)

E continua:

Na Presidência da República, em regime que atribui ampla autoridade e poder pessoal, o chefe de governo, Sr. João Goulart, constituir-se-á, sem dúvida alguma, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o país mergulhado no caos, na anarquia da luta civil. As próprias forças armadas, infiltradas e domesticadas, transformar-se-iam, como tem acontecido noutros países, em simples milícias comunistas.

Essas passagens dão uma idéia do conservadorismo e do abuso de poder das forças armadas através de seus chefes.

O manifesto teve efeito contrário ao esperado. Com ele, organizou-se o movimento pela legalidade, a partir do Rio Grande do Sul, onde Brizola era governador, de um movimento político para dar posse a Jango. Tal movimento tem como espinha dorsal o PTB e grupos aliados de esquerda, como também entidades civis - como União Nacional de Estudantes - e ainda oficiais das forças armadas, os quais acreditam que o acatamento da constituição, ou seja, garantir a continuidade da legalidade, seria o mesmo que dar posse a Jango, garantindo a preservação do processo democrático.

João Goulart assume, depois de firmar um acordo que prevê a alteração da Constituição da República, instaurando, casuísticamente, o parlamentarismo. É uma solução de compromisso que reduz os poderes do presidente, pois o que eles

pretendiam atingir, por detrás de Goulart, era a estrutura sindical, onde repousaria a força de seu partido, o PTB. Tanto nesse embate, quanto na sua queda, o que os setores conservadores pretendiam, era suprimir qualquer possibilidade de representação operária na política brasileira. (BANDEIRA, 1977, p. 34)

Jango assume o governo e encontra dificuldades em vários terrenos: o desenvolvimento econômico estava quase falido em virtude da estrutura do país, como por exemplo, a produção de energia elétrica, inadequada. Em São Paulo, as indústrias tinham que recorrer a geradores a Diesel (SKIDMORE, 2007, p. 9), em virtude de racionamento de água e eletricidade.

O total de estradas pavimentadas no país era de aproximadamente mil quilômetros. As linhas ferroviárias eram poucas e com um agravante: As bitolas eram diferentes em algumas regiões.

Quanto ao sistema educacional era um pouco melhor. Mesmo assim, menos de 10 por cento dos alunos matriculados no primeiro grau concluía o curso primário, e apenas 15 por cento dos estudantes secundários conseguiam ir até o fim dos cursos. Por sua vez as universidades, recebendo grande dotação orçamentária, abrigaram, no entanto, uma clientela de origem social do tipo classe média, em virtude do fato de estudarem, anteriormente em escolas particulares, tinham melhores condições de disputar as vagas nas universidades federais que eram públicas e gratuitas.

No referente à tecnologia, havia o predomínio de grupos multinacionais, como Brown Boveri (geradores), Bayer (medicamentos), Bosch (equipamentos elétricos), Coca-cola (refrigerantes) e Volkswagen (veículos). Nem a própria moeda utilizada no Brasil era impressa no país, sendo utilizado os serviços da American North Company ou de Thomas Larue LTD, Inglaterra.

No campo da saúde, havia um par de contrastes entre a cidade e o campo, sendo que os últimos eram completamente desassistidos. Ainda havia o problema da terra, da necessidade de se proceder a uma Reforma Agrária.

No aspecto político, o governo de João Goulart era caracterizado principalmente, pela falta de unidade e diretriz política. Ele dividia sua atenção com os conservadores (PSD e UDN), esquerdistas (Frente Parlamentar Nacionalista, integrada por elementos rebeldes da UDN, PSD, PTB, PPSB E PSP), comunistas e dirigentes sindicais. Em virtude de sua heterogeneidade via-se, periodicamente, diante de graves crises políticas (VICTOR, 1965, p. 9).

Nesta situação, econômica, social, política é que atua o presidente João Goulart. Além disto, ainda haveria conflitos no campo internacional, com atritos com os Estados Unidos, conforme afirma Moniz Bandeira:

As concessões de Santiago Dantas abstendo de votar a expulsão de Cuba da OEA e condenando o marxismo-leninismo, não minorou o agastamento dos Estados Unidos, onde os Jornais responsabilizaram o Brasil pelo seu relativo insucesso em Punta Del Leste. (BANDEIRA, 1977, p. 49)

Além dessa tentativa de permanecer neutro nos conflitos entre Cuba e Estados Unidos, havia também problemas de ordem econômica relativos a aplicação de capitais estrangeiros no Brasil.

É necessário, pois uma ampla conspiração civil e militar para depor esse presidente, que apesar da difícil situação com a qual se deparou, tinha boa sustentação popular, conforme o plebiscito pelo presidencialismo demonstrou. Como então, seus inimigos conseguiram expulsá-lo do governo e do país? Skidmore dá uma resposta convincente:

A explicação mais imediata é que seus obstinados adversários civis haviam conquistado a simpatia dos militares, no entanto, o trabalho de persuasão dos civis foi dispensável, pois em 1963 se haviam convencido de que Goulart estava levando o Brasil para um estado socialista que extingiria os valores e as instituições tradicionais do país. (SKIDMORE, 2007, p. 21 e 22)

Estas idéias estavam contidas em um memorando que o presidente logo circulou nos quartéis de todos os estados brasileiros e sustentaram que o Presidente devia ser deposto antes que suas ações (nomeação de militares, decisões financeiras, etc.), enfraquecessem a própria instituição militar (...) os conspiradores sustentaram idéias marcadamente anticomunistas desenvolvidas pela ESG (Escola Superior de Guerra) segundo o modelo do National War College dos Estados Unidos. No Brasil a ESG já era um centro altamente influente de estudos políticos através de seus cursos de um ano de duração frequentados por igual numero de civis e militares destacados em suas áreas de atividade.

Da doutrina alí ensinada constava a teoria da guerra interna, introduzida pelos militares no Brasil por influência da Revolução Cubana. Segundo essa teoria, a principal ameaça vinha não da invasão externa, mas dos sindicatos de trabalhadores esquerdistas, dos estudantes e professores universitários.

Esse processo de conspiração, que, como visto, tem sua origem mais remota na década de quarenta, ainda quando Vargas governou e é deposto em 1945, tem o seu desdobramento nas crises de 1954, 1962, com a renúncia de Jânio, e antes com o suicídio de Vargas. Em seguida surge a tentativa de impedir a posse de Jango. Em todos estes embates, ao final, a direita tem perdido. No entanto, em 1964 a conspiração ganha terreno, se articula ideológica, política e militarmente no sentido de tomar o poder.

Jango é deposto e expulso do país, sem oferecer, e sem condição para tanto, qualquer resistência mais significativa.

No próximo tópico será analisado o processo político e a conspiração que leva ao movimento de 1964, com a deposição de Jango.

3.2 – O processo político e a conspiração civil-militar

O processo político que vai de 1930 ao princípio da década de 1960, é extremamente conturbado. Se há um *continuum* histórico este é apresentado pela presença marcante de sucessivos governos autoritários. A Revolução de 1930 inaugura uma fase diferente, não muito nova, nas relações políticas no país: há uma pequena abertura para a participação popular, pela via do voto direto, (especialmente em 1934), que é contudo interrompido com o Golpe de Estado em 1937. Daí até 1945, com a deposição de Vargas, “Manu Militari” a participação popular é excluída. Novamente, em 1945, inicia-se um processo de redemocratização, que dá como fruto, inclusive uma constituição razoavelmente avançada. A partir de 1951, com o retorno de Vargas tentando mostrar uma face populista o processo retorna ao seu leito natural até que em 1954 há um novo retrocesso, com as pressões que levam Vargas ao suicídio.

Contudo, esta saída de Vargas e da vida para a história como ele diz - impede que os setores que fazem oposição ao seu governo galguem o poder. A UDN, que se opõe a Vargas desde 1946, atinge parcialmente seu objetivo, porem não o essencial e tomar o poder. Com a morte de Vargas, a partir de 1955 é eleito Juscelino para o período 1956-1961, pelo PSD, nova derrota da UDN.

A partir então, um grande debate é acentuado e que já provem do período de Vargas 1937-1945 sobre o caminho a ser erguido pela industrialização e o desenvolvimento do país.

Inicia-se um período de crises políticas que vai ter seu desfecho com um novo pronunciamento dos militares em 1964.

Quanto à interpretação dessa crise, que desemboca no movimento civil-militar de 1964, não há entre os seus estudiosos um consenso. Conforme Lamounier e Meneguello, a questão seria assim colocada (LAMOUNIER, 1986, p. 36 e 46): Não há uma interpretação consensual da crise do início dos anos sessenta, que tem na renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961, o seu primeiro sinal dramático, e que levaria no início de 1964 ao colapso do regime instituído pela constituição de 1946. Quanto as interpretações temos: num breve retrospecto, uma tese consensual e pelo menos quatro interpretações. A tese consensual é que o sistema partidário de 1945, embora mais importante do que os seus antecessores históricos, não resistem a crise econômica e social e entrou em agudo processo de desinstitucionalização já ao final dos anos cinquenta.

As quatro interpretações são: 1) a hipótese economicista do esgotamento do modelo baseado na substituição de importações; 2) a hipótese do dualismo tradicional e moderno; na qual os partidos em geral são colocados entre as sobrevivências arcaicas; 3) a hipótese de debilidade congênita, que vê a crise como uma gradativa perda de legitimidade devida a insuficiência dos recursos controlados pelos partidos e ou do acesso destes aos processos decisórios fundamentais; 4) a hipótese do esvaziamento do centro, segundo a qual a crise teria tido um epicentro bem definido, o PSD.

Acredito que o autor coloca muito a complexidade de se analisar a crise política nesse período. Porém resume a quatro hipóteses apenas e sua explicação, o que exclui outras porventura existentes. Não se pode esquecer que os governos de Juscelino, Jânio e Jango se debateram com problemas que tinham, uma origem manifestadamente econômica: como desenvolver o país e levar, conseqüentemente, ao desenvolvimento social.

É também de fundamental significação o relacionamento do Brasil com o capital internacional. Veja-se em seguida, como relacionar algumas tentativas de compreensão teórica do movimento de 1964, bem como apresentar um quadro dos agentes sociais que atuam na política dessa época, fazendo ainda uma análise da participação dos Estados Unidos.

A intervenção militar de 1964 foi descrita, pelos seus protagonistas como uma ação salvacionista, onde cumpria uma função essencial a denominada “Ideologia de Segurança Nacional”. Esta doutrina elaborada pela ESG, tendo como grande teórico Golbery do Couto e Silva (1981, p. 34 e 52), é um conjunto de enunciados que prevêm

um estado forte e aliado aos Estados Unidos. Segundo ele “seria necessário sacrificar o bem-estar em proveito da segurança, uma vez que: os povos que se negavam a admiti-lo aprenderam, no pó da derrota, a lição merecida”.

Além disto, o autor propõe que o nordeste brasileiro se transforme numa base militar norte-americana, que segundo ele: “O nordeste é um amplo e inigualável porta-aviões que permitirá aos comboios norte-americanos que demandam a África e a Europa, a segurança da travessia oceânica, na parte mais estreita e, portanto, menos vulnerável ao atlântico”.

Quanto ao Estado, ele vê como normal o processo de centralização política com o fortalecimento do Executivo Federal, uma vez que sua histórica indica uma sucessão que parece interminável, e fases de centralização e fases de descentralização política.

Na sua relação com o capital multinacional e na sua opção de desenvolvimento, Golbery considera que o Brasil tem um destino traçado: engrandecer ao lado, ou abaixo talvez, dos Estados Unidos.

Segundo ele:

É que na hora presente só há uma escolha: engrandecer-se ou perecer. E para não perecer é necessário aceitar aquele sábio conselho de Washington: Deveis ter sempre em vista que é loucura o esperar uma nação favores desinteressados de outra, e que tudo quanto uma nação recebe como favor terá de pagar mais tarde com uma parte de sua independência. (SILVA, 1983, p. 62)

Este elogio à servidão internacional é uma comprovação de uma escolha sobre os caminhos possíveis ao desenvolvimento brasileiro. Esta disputa em torno de opções ao desenvolvimento econômico do país vem desde o princípio da década de 1960, conforme Octávio Ianni:

A crise política e econômica que caracterizou os governos de Jânio Quadros e João Goulart (1961 a 64), apresentava três facetas particularmente importantes. Em primeiro lugar, ela exprimia o agravamento dos antagonismos entre diferentes estratégias ou opções políticas de desenvolvimento. Em segundo lugar, ela exprimia o aprofundamento dos antagonismos entre os poderes da República, em especial o executivo e o legislativo. E, em terceiro lugar, a medida que se estendia e aprofundava a crise política e econômica, politizaram-se ainda mais as populações urbanas e rurais, acentuando-se as contradições entre as classes sociais. (IANNI, 1986, p. 217)

Quanto ao aspecto da independência externa ele é focado detalhadamente por Maria Helena Moreira Alves (1985, p. 21 e 23) que relaciona esse processo de dependência a um tripé econômico representado pelo capital privado nacional associado ao internacional, tendo o apoio do Estado, o desenvolvimento do capitalismo local e no caso o brasileiro fica assim ligado ao capitalismo mundial, sendo que o controle do processo permanece nas mãos de protagonista e instituições internas e externas a nação. Essa situação será agravada após o golpe militar de 31 de março de 1964.

É nessa relação, entre interesses nacionais e internacionais e associados, que se pode compreender a crescente dependência econômica do Brasil, desde a década de 1950, agravada no período pós-1964. Neste particular, a ideologia de Segurança Nacional, que se viu anteriormente, se constitui num instrumento de legitimação, da penetração de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente.

A intervenção dos militares em 1964 é a culminância de um processo de instabilidade política que vem de décadas anteriores, e como normalmente acontece, os militares intervêm argumentando que se trataria de uma ação salvacionista, uma vez que para eles, o governo deixava de se comportar adequadamente em termos constitucionais justificando a própria intervenção como sendo dentro dos limites da lei.³⁸

É interessante destacar o sentido muitas vezes messiânico da atuação das forças políticas de esquerda no período anterior ao golpe de 1964, quando imaginavam estar próxima a revolução socialista. Nesse sentido merece destaque o comentário de Francisco Oliveira, em sua obra “noiva da revolução elegia para uma re(li)gião”, 2008, na qual discorre sobre a atuação das esquerdas na cidade de Recife no século XX, afirmando que aquela cidade era uma invenção de tais forças políticas, que eram comandadas pelo PCB. Este partido foi desarticulado pela repressão em 1964, como consequência do golpe militar, que atingiu os bancários, portuários e estudantes. O objetivo da elite orgânica³⁹ consistia em se estabelecer no poder do Estado e realizar mudanças econômicas, administrativas e políticas que seus interesses exigiam.

Na articulação do golpe jogou um importante papel entidades como o IPES (Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) que se constituem num verdadeiro partido de burguesia e de estado-maior para a ação ideológica, política e militar.

³⁹ - René Armand Dreifuss faz uma exaustiva análise do movimento civil-militar de 1964, demonstrando que foi um bem articulado movimento e não um mero golpe de Estado ocorrido em março de 1964. Destaca também o papel do capital privado nacional e sua associação com o capital monopolista internacional, ver Dreifuss, René Armand, 1964: A Conquista do Estado - Ação Política, Poder e Golpe de Classe. 6ª ed. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2006.

⁴⁰ - É um termo utilizado por Dreifuss, op cit, p. 281.

Entre seus objetivos Dreifuss (2006, p. 184), estava a realização das seguintes atividades:

1. Publicação e divulgação
2. Educação
3. Trabalho sindical
4. Assistência social
5. Atividades econômicas
6. Levantamento de conjuntura
7. Estudos
8. Editorial
9. Escritórios de Brasília
10. Integração

O IPES era um grupo de ação sofisticado, bem preparado e equipado, tratava-se do núcleo de uma elite orgânica em empresarial, agindo como a vanguarda de sua classe. Por sua vez o IBAD era um canal financeiro de fundos multinacionais para o IPES. Destacavam-se entre as corporações que faziam depósitos nas contas de rede IBAD/ADEP/PROMOTION S/S (outras entidade que preparam o clima do Golpe), a Texaco, Shell, Esso Brasileira, Standard Oil of New Jersey, Texas Oil, Co-Gulf Oil, Bayer, Ciba, Gross, General Eletric, IBM, Remington Rand, Coty, Coca-Cola, Standard Brands, Cia de cigarros Souza Cruz, Belga Mineira, U.S. Steel, Hanna Mining Corp, Bethlhem, Steel, General Motors, Wills Overland e IBEC. (DREIFUSS, 2006, p. 185).

Este complexo IPES/IBAD colocava presença política, ideológica e militar do bloco do poder multinacional e associado em toda área relevante de conflito e disputa. Desde a década de cinquenta era grande o ascenso do movimento popular, com uma atuação de estudantes intelectuais, políticos e militantes de partidos, que tentavam infundir entre as massas algumas noções de interesses de grupo ou de classe. É contra esses setores que o golpe é articulado. O período imediatamente anterior ao golpe é descrito por Raimundo Pereira (1983, p. 15):

Enquanto cresciam os votos para os partidos do conservador PSD, caíam dos 44% em 1945, para 18,3% em 1962, e os da direita UDN, desabaram de 27,4% em 13,2% no mesmo período. E isso apesar de a reação e através de entidade como o IPES, IBAD, DEP, e Promotion S/A, financiadas inclusive com dinheiro americano, ter gasto no apoio aos candidatos mais conservadores, somas jamais vistas, como disse René Dreifuss, o historiador que teve a cesso a parte da documentação dos golpistas de 1964. (PEREIRA, 1983, p. 15)

Por sua vez, Moniz Bandeira (1997, p. 78), afirma que:

Naqueles anos o país vivia uma crise econômica profunda: a taxa de crescimento do PIB declinava, o desemprego crescia, a dívida externa consumia o equivalente a perto de 50% das exportações e a inflação embicava

para o ritmo de 90% anuais. De outra parte, estendia-se a mobilização política e sindical: sucediam-se greves, os comícios, campanhas pelas reformas de bases e contra o capital estrangeiro; e mesmo facções radicalizadas da burguesia, como do então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, falavam em organizar Brasília para marchar sobre o Congresso Nacional, e prepararam-se grupos para realizar as reformas na lei à marra. O golpe militar de 1964 foi uma resposta a essa situação.

Porém, o movimento popular, especialmente o sindical, tinha um nível muito baixo de organização. Segundo Moniz Bandeira, a percentagem média de filiados era de apenas 25%, enquanto que as forças de direita estavam em plena efervescência, tendo a sua disposição recursos financeiros abundantes, inclusive nas eleições de 1962 foram muitos os que receberam financiamento para suas candidatura, ao todo houve um investimento nessas eleições de US\$ 5 milhões segundo o Embaixador Lincoln Gordon. (BANDEIRA, 1977, p. 68/69)

Era grande o interesse norte-americano em derrubar o governo Jango, em virtude do fato de que em seu governo alguns interesses econômicos privados dos EUA estavam enfrentando dificuldades, uma vez que seu cunhado, Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, havia desapropriado os bens da Companhia Telefônica Nacional. Subsidiária da ITT (International Telephone e Telegraph). Além disto, há uma infiltração dos EUA no movimento sindical, como nos mostra Moniz Bandeira: (BANDEIRA, 1977, p. 69/70)

Seus tentáculos (dos EUA), alcançaram o proletariado, com o esforço de constituição da resistência democrática dos trabalhadores livre (REDERS-TRAL), no Rio de Janeiro, e do movimento sindical democrático MSD, em São Paulo, que mantinham estreitos contatos com a AFL-CIO- (Central Operária dos Estados Unidos) e funcionavam com base nas confederações dos trabalhadores do comércio e em transportes terrestres, filiados a confederação internacional dos sindicatos livres e a Orit. A criação desses movimentos é resultado de velha tentativa da CIA para influir nas atividades sindicais do país, principalmente de São Paulo, aonde segundo informe que chega a Goulart, o secretário do trabalho do governador Carvalho Pinto, Augusto Marzagão, acusado de cooperar com o serviço secreto dos Estados Unidos, já em 1959, promovia encontros entre representantes norte-americanos e líderes sindicais brasileiros, como Dante Pelacini, Francisco de Oliveira, Olavo Preciali, Lourival Pontal e muitos outros.

Também no meio rural é percebida a penetração dos EUA, através da IBAD, especialmente em Pernambuco, onde é formada uma entidade diversionista denominada Serviço de Proteção e Orientação Rural de Pernambuco o SORPE. O objetivo fundamental de tais organizações era combater o potencial revolucionário

existente no nordeste brasileiro. A CIA age no sentido de cooptar não só os dirigentes do movimento operário sindical e do movimento camponês, mas atinge amplo setor da sociedade incluindo empresários, vereadores, deputados estaduais, federais, governadores de estado, jornalistas, donas de casa etc. Enfim todos aqueles que pudessem organizar o povo no movimento civil e militar que logo seria desfechado.

Segundo dados fornecidos a uma CPI, instaurada na época, era grande o número de generais e coronéis que atuavam em todo o Brasil dentro do complexo de corrupção eleitoral e política, que o IBAD montou, tanto é que João Goulart intervém fechando esse órgão.

Fica patente então que os Estados Unidos patrocinam o golpe de 1964, tendo como auxiliar as frações da burguesia brasileira para as quais:

A noção de pátria não ultrapassava os limites da propriedade privada, da mesma forma que para o imperialismo norte-americano suas fronteiras se estendiam até onde se encontravam explorações da Standard Oil, Laboratórios Johnson e Johnson, Usinas Band and Shaves, empreendimentos industriais e financeiros. E num país como o Brasil, onde o capital era predominantemente estrangeiro e o trabalho nacional, as lutas de classes aprofundaram a contradição antiimperialista e com ela se identificaram. Assim, com o recrudescimento das greves e da agitação social, que a inflação condicionava as pressões para acelerar a queda do governo trabalhista de Goulart aumentaram, tanto no Brasil como nos Estados Unidos. (Dreifuss, 2006, p. 142)

Interessante mostrar que os setores do bloco nacional reformista, como a UNE, mantinham ilusões quanto ao papel de uma ausente burguesia nacional, que no seu entender deveria defender o processo democrático, porém o que ficou evidente é que dado o nível de internacionalização de nossa economia, não há uma divisão tão rígida, segundo afirma Dreifuss (2006, p. 142):

Contrariando tais expectativas, a burguesia nacional assistiria passivamente e até mesmo apoiaria a queda de João Goulart, condenando na prática a sua alternativa socioeconômica distributiva e nacionalista e ajudando, a despeito de sua própria condição a ancorar fortemente o brasileiro a estratégia global das corporações multinacionais.⁴⁰

⁴¹ - Há uma discussão quase tradicional sobre a revolução brasileira, onde se sobressaem duas concepções, uma que afirma existir duas etapas na luta pelo socialismo, que seria nacional-democrático e antiimperialista, a primeira fase e somente depois socialista, e outra que não vê tais fases. A esse respeito se traça uma discussão entre o PT (Partido dos Trabalhadores) e PCdoB (Partido Comunista do Brasil) especialmente a partir de 1982.

Essa polêmica surge a partir de interpretação da Revolução Russa, conforme se estuda as idéias de V.I. Lênin. Este autor afirma que: a peculiaridade do momento atual na Rússia consiste na transição da primeira etapa da revolução que deu o poder a burguesia por faltar ao proletariado o grau necessário de consciência e de organização, para a sua segunda etapa, que deve colocar o poder nas mãos do proletariado e das camadas mais pobres do campesinato. (ver V.I. Lênin sobre as tarefas do proletariado na presente revolução e Lisboa Editorial Avante, 1978, p. 10).

O equívoco que se comete quanto ao papel da burguesia nacional tem sua origem nas interpretações equivocadas sobre a revolução brasileira ou pelo menos de sua teorização. Muitos elementos de esquerda o PCB e o PCdoB, fazem uma análise equivocada da Revolução Russa e do pensamento de Lenine (Dreifuss, 2006, p. 38), onde consideram que o processo de mudança social brasileiro passaria pelas mesmas etapas percorridas pela Rússia czarista. Para tais setores a burguesia nacional trai os seus princípios, como se o capital tivesse pátria.

Convém lembrar uma passagem de um texto de Florestan Fernandes (1987, p. 49): “Ninguém serviu a ditadura contra a vontade. A regra geral, nos planos civil e militar: as elites das classes dominantes serviram-se da ditadura e do congresso”.

A explicação dada por Nelson Werneck Sodré (1984, p. 89), segue nesta mesma direção dos autores de esquerda, comentados na nota anterior.

Considera que o fenômeno de militarização que se desenvolveu amplamente na América Latina relaciona-se com as lutas pelas reformas internas das estruturas do país e a luta contra o imperialismo. A militarização da política, que assume a forma de ditadura militares é o recurso utilizado pelas classes dominantes no sentido de evitar as mudanças no status-quo. É a partir da intervenção militar que o autor pretende entender o golpe de 1964. As tropas militares estariam vinculadas a ordem privada e representam o poder dos grandes proprietários e pretendem estabelecê-las como ordem pública.

Fiz questão de fazer uma nota explicativa que pudesse dar uma visão da polêmica, que perpassa ainda hoje a esquerda brasileira, mostrando a sua origem teórica.

Esta interpretação, predominantemente nas esquerdas, pelo simplismo, uma vez que não percebe que entre as classes e sua representação no Estado podem existir mediações e mesmo um descompasso, uma que o Estado pode em determinado momentos não representar toda a classes, mas apenas alguma de suas frações, como Marx, já demonstrou no Dezoito Brumário de Luis Bonaparte.

É necessário se considerar o que coloca Simon Schwartzman (1981, p. 25):

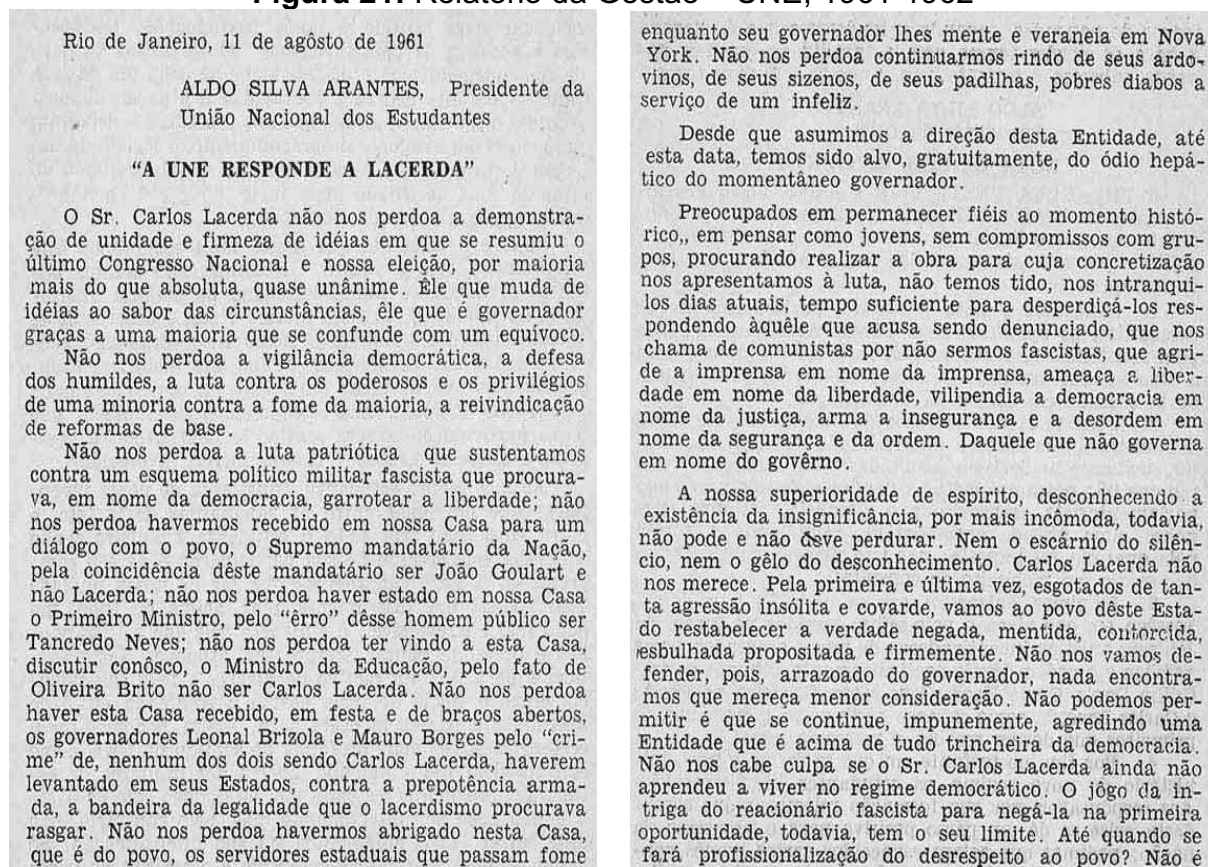
Nenhuma análise: da evolução política brasileira seria possível sem levar em consideração o papel nela desempenhado pelo setor militar. O comportamento político dos militares deve ser visto e entendido em termos característicos da instituição militar e suas relações com o sistema político como um todo, antes que em termos de uma suposta representação de interesses classistas via forças armadas. Isso não significava evidentemente que não seja possível, muitas vezes determinar o componente classista ou estamental de um grupo militar específico e que esse componente não tenha uma força explicativa considerável.

O aspecto levantado pelo autor no que diz respeito às características intrínsecas as forças armadas não podem ser menosprezadas. Porém, por maior que seja o distanciamento entre as classes proprietárias e o Estado, as ações deste, via governo, foi a partir de 1964 no sentido de privilegiar o grande capital e a penetração de recursos estrangeiros.

Para outra autora, Maria do Carmo Campelo de Souza (1983, p. 142), 1964 é explicável pelo declínio eleitoral dos grandes partidos conservadores em função da mudança sócio-econômica. Dessa forma a direita age em bloco, através do golpe, para edificar uma situação política mais confortável. Estas são algumas das interpretações correntes sobre o acontecido em 1964. Acredito, sem cair no ecletismo, que seja possível senão conciliá-las todas, pelo menos complementá-las mutuamente. Elas se somam no sentido de evidenciar aspectos parciais de uma totalidade maior que é o processo histórico e seu desaguamento numa ditadura militar.

No ano de 1961 a UNE participa da Campanha da Legalidade, que tinha como objetivo garantir a continuidade do processo democrático, entrando em choque com o governador Carlos Lacerda, conforme se vê:

Figura 21: Relatório da Gestão – UNE, 1961-1962



Fonte: Projeto Memória – UNE, 2009.

A UNE se articula com a UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas) promovendo o enfrentamento das forças políticas que tentavam desestabilizar o governo, na forma a seguir:

Figura 22: Relatório da Gestão – UNE, 1961-1962

NOTA OFICIAL CONJUNTA

A UNE, UBES, UNETI, UME e AMES, entidades integrantes da Frente de Resistência Democrática, no momento em que o Brasil começa a superar a difícil crise política que vem atravessando, vem a público para reafirmar que

1. Saudamos o povo brasileiro, particularmente os estudantes, os operários e as Forças Armadas legalistas pela resistência imposta ao golpe que se intentou contra a Democracia brasileira e, neste momento, pela vitória desta cruzada em defesa da Constituição;
2. Confiamos nos destinos da nação diante desta demonstração da força e da vitalidade da vontade popular, acatando as decisões assumidas pelo Congresso, mesmo que não possamos evitar a denúncia de que a emenda parlamentarista, improvisada e simplista, foi uma manobra, uma atitude acomodaticia, repudiando a forma pela qual ela foi imposta; por isso mesmo, consideramos necessário um plebiscito de consulta;
3. Exigimos, outrossim, que os culpados pelo desassossego em que viveu o país sejam punidos na forma da lei, sem anistias incentivadoras de novos atentados à paz pública e à ordem legal; particularmente, citamos os srs. Odílio Denis, Silvio Heck, Grus Moss, Cordeiro de Farias e Carlos Lacerda como cabeças deste golpe e, portanto, os primeiros que devem receber a merecida pena;
4. Por fim, no instante em que se forma o novo ministério do novo regime, os estudantes brasileiros vêm aos responsáveis por sua formação relembrar que espera desta crise se dê um passo positivo para o progresso da nação; pedimos que sejam esquecidos certos nomes conservadores e reacionários que vêm sendo citados nas listas de candidatos a primeiro-ministro, e que se forme valores, desgoverne-se um Estado, intranquelize-se uma população que exige paz para poder progredir.

Até quando o governador, como governador, não passará de um agitador barato?

Fonte: Projeto Memória – UNE, 2009.

A UNE confiava no apoio da população ao governo, fato que poderia evitar um golpe das forças conservadoras. Os eventos que se seguirão, mostram que a avaliação da conjuntura política não era realista.

À esquerda havia um amplo leque de partidos lutando entre si, sem qualquer força real de mobilização. Porém, a medida em que prosseguia o governo de Goulart estes segmentos partidários aumentaram sua influência, e ganharam confiança em seu poder de mobilizar a massa, sem, contudo, perceber que estavam mais fracos que seus inimigos. (SKIDMORE, 2007, p. 19)

A esquerda se repartia (se devorava), entre vários grupos, como o Partido Comunista do Brasil, PCdoB, muito pequeno e pouco influente, com alguma penetração no meio estudantil e sindical. O Partido Comunista Brasileiro, PCB, sob a direção de

Prestes pregava prudência. A Ação Popular (AP), com força decrescente no meio estudantil. A UNE, sob direção dos comunistas prega a luta pela democracia e pelas reformas, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), também dirigido por comunistas pressiona Jango por melhorias salariais com o recurso das greves, as ligas camponesas protestam contra o latifúndio. Um outro grupo, denominado de populista de esquerda, com Miguel Arraes e Leonel Brizola fazem muito barulho, mas pouco organizam em termos concretos.

O movimento popular, no que pese o seu avanço durante o governo Jango, ainda era débil. Como salienta Francisco Weffort, não obstante tenha crescido no período Goulart a importância política das organizações sindicais e estudantis, pesaram sobre elas limitações diversas. Anote-se de início, que toda a atividade que conseguiram desenvolver restringiu-se quase sempre a setores minoritários dos agrupamentos sociais que representavam. Os sindicatos exemplificaram claramente este fato: a minoria sindicalizada da classe, aceita em geral, a liderança dos companheiros mais eficientes na esfera sindical, mas isto não significa que aceite a orientação política correspondente.

Ela distingue entre ação sindical e ação política, votando, por exemplo em um comunista para dirigente do sindicato mas conforme ocorreu com a maioria da classe operária em 1960, em Jânio Quadros para Presidente embora apóiem, os comunista outro candidato. (WEFFORT, 1978, p. 20)

A situação é ainda pior no meio estudantil uma vez que aí se processa uma renovação muito ampla de suas bases. A mobilização dos trabalhadores, no sentido de darem apoio ao governo contra o golpe foi infrutífera, segundo Moniz Bandeira:

A greve geral, convocada pelo CGT, restringiram-se assim a algumas áreas dos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara, terminando por se voltar contra o governo, pois a paralisação dos transportes coletivos dificultou a mobilização popular. As ruas do Rio de Janeiro ficaram vazias.

Era a consequência da política de conciliação, da perspectiva nacional-reformista, das ilusões democráticas não só de Goulart como de vasto seguimento da esquerda, que não avaliara devidamente o caráter de classe do Estado e o papel das forças armadas no seu conjunto e não se armava, material e ideologicamente para enfrentar o golpe de estado.

Os trabalhadores sem um programa de reivindicações políticas próprias, não se bateram e se deixaram violentar, sem a menor resistência. Se esta era a situação do movimento popular que tinha mais retórica do que força efetiva, qual foi o comportamento das classes médias?

Florestan Fernandes (1982, p. 22), diferencia dois setores, um setor moderno vinculado às grandes empresas e à tecnocratização do poder estatal, o primeiro setor apóia o golpe e se mantém fiel aos governos militares, enquanto o segundo passa para a oposição legal e a desobediência civil.

Por sua vez Weffort (1978, p. 115), vai salientar quem em países como o Brasil, e de resto toda a América Latina, as classes médias se constituem a sombra da economia de exportação e a ela permanecem ligadas gerando conseqüentemente uma dependência das classes dominantes. Daí o seu apoio ao golpe.

O temor das classes médias em relação ao governo Jango, em razão do crescimento do movimento sindical-popular é uma das explicações possíveis para o seu apoio ao golpe.

Skidmore (2007, p. 360), dá um quadro do seu comportamento em 1964:

A classe média da região centro-sul, por exemplo, temia perder sua posição junto ao novo proletariado pelo qual os conselheiros radicais de Jango se achavam com direito de falar. Poderia o Brasil vir a se tornar uma nova Cuba, onde a classe média tinha sido obrigada a emigrar ou ficar reduzida a impotência?

Tampouco estava a classe média preparada para aceitar sem luta a imposição de um regime sindicalista que a reduzisse a um papel inferior. Esse receio correspondia na área civil a preocupação dos militares de que uma falange sindical pudesse superá-los, arvorando-se a supremo arbítrio do processo político.

Este temor movimenta as classes médias que hipotecam apoio a um iminente golpe militar, realizando a 19 de março de 1964 uma passeata em São Paulo, com cerca de 500 mil pessoas, na defesa da família, da propriedade e dos valores cristãos.

O quadro, então, era de um movimento sindical-popular cupulista, sem penetração no seio de suas respectivas categorias e com uma liderança esquerdista dividida e distanciada da realidade, menosprezando as classes dominantes. Por sua vez, as classes médias, que numericamente já era considerável, pende para os setores conservadores, dando uma base de massa ao golpe.

Leôncio Basbaum (1983, p.125), dá uma amostragem da situação, em 1964:

As classes empresariais estavam agora unidas, açulando as forças armadas abertamente, incitando-as a derrubar o governo, enquanto essas forças de direita estavam unidas as forças de esquerda brigavam entre si, disputando uma hipotética hegemonia, como se disputassem os ovos de uma galinha que ainda nem havia nascido, e exigindo cada vez mais de Jango, tiravam-lhe o apoio popular, enfraquecendo-o: a esquerda fazia, na realidade, o jogo da direita. Havia além disso, a pressão do governo americano, o sindicalismo destruído pela corrupção, um congresso corrompido pelo IBAD, e por fim, as forças armadas, ofendidas em seus brios, pela subversão da hierarquia tolerada pelo governo, e preocupada com a segurança nacional.

O palco está quase armado: faltam os protagonistas do drama a ser encenado os militares e a direita, que possui uma ampla organização militar, como demonstra Moniz Bandeira: “Com efeito, as forças de direita, no interior, estavam armadas e adestradas para combater até o exército”. (BANDEIRA, 1977, p. 124/251)

Em Goiás, os latifundiários revelaram que tinham condições de enfrentar os camponeses, quer com a ajuda do exército e da força pública, quer sem ela. Francisco Falcão, presidente da Associação dos Fomecedores de Cana de Pernambuco, declarou, publicamente, que não precisava da solidariedade da Associação Comercial do Estado, mas, sim dos seus recursos financeiros para comprar armas, pois, o Brasil, conforme sua opinião estava em plena guerra revolucionária.

E em Alagoas comerciantes e latifundiários mobilizaram um exército particular de dez mil homens, sob a supervisão do próprio secretário de segurança, Coronel João Mendonça, todos treinados para sabotagem e luta de guerrilhas. Dos 28 grupos empresariais organizados no Estado, 22 contavam com pelo menos 150 homens e 1500 litros de combustível cada um. Para cada metralhadora foram distribuídos mil tiros. E a esse estado à maioria de fazendeiros e comerciantes se somaram 1900 produtores de açúcar, contando cada qual com pelo menos 5 homens armados. O governador Luis Cavalcante apoiava o empreendimento que seria uma estratégia global pois Alagoas, pela sua situação geográfica, constituía, como Estado-Tampão, uma cunha entre Pernambuco e Sergipe, cujos governadores, Miguel Arraes e Seixas Dória, se identificaram com o programa de reformas. A organização desse exército clandestino, com *Know-How* da CIA, custou cerca de Cr\$ 100 milhões. E, em todo o nordeste havia formação do mesmo tipo. Diariamente, o piloto de um avião particular fazia vôos de reconhecimento, ao longo das divisas do Estado de Alagoas, estabelecendo contato com grupos guerrilheiros, organizados por outros latifundiários da região. (DREIFUSS, 2006)

Além desses grupos para-militares o autor aponta a participação do próprio exército que se envolve diretamente no golpe sendo a principal alavanca para derrubar o governo leal de Goulart.

Soma-se a estas forças, a participação dos Estados Unidos, que contribui ideológica, econômica e militarmente com derrubada do governo. Pode-se então, sintetizar o período que analisamos, até a derrubada do governo de João Goulart, nos pontos seguintes:

a) Todos o período que antecede ao movimento de 1964, são determinados por choques entre forças políticas que representam diferentes setores da sociedade como, os trabalhadores, as classes médias e as diferentes frações da burguesia, seja ligada ao mercado nacional, seja associada ao capital multinacional.

b) Estes choques entre tais frações conduzem o país a uma contínua instabilidade institucional, representada pela constante intervenção dos militares na política. Pode-se afirmar que há um *continuum* autoritário e apenas alguns períodos democráticos.

c) A intervenção militar que em 1930/1937 e 1945 é momentânea, sendo substituída logo a seguir por governos civis, assume a partir de 1964 um caráter duradouro: os militares organizam o Estado como uma corporação militar, a sucessão à frente do mesmo é feita inter-pares sem consulta a sociedade civil. Discorre-se sobre esse aspecto no tópico seguinte “A atuação dos governos militares pós-1964”.

d) O movimento popular-sindical incluído o Movimento Estudantil, demonstra uma descontinuidade em sua atuação. A cada novo período, um novo movimento: não há uma organização estruturada, ascendente no seio de suas respectivas categorias.

e) A queda do governo ocorre com razoável apoio de massas, não sendo pois um simples golpe militar, mas um movimento civil-militar que neutraliza o dispositivo popular de João Goulart e diminui o apoio militar às políticas populistas por ele adotadas. A partir de 1964 instala-se um governo forte, capaz de assegurar a aplicação de uma política econômica anti-popular, por um lado, e por outro romper com o nacionalismo adotado no governo anterior. Ocorre então a supressão da liberdade democrática o arrocho de salário: “crescer o bolo para dividir”, como afirma o ministro Delfim Neto, é uma prática decidida no nível do governo sob orientação multinacional. A internacionalização da economia brasileira atinge proporções assustadoras. Este quadro será melhor descrito no ponto a seguir, onde se fará uma análise do período Castelo (1964) a Tancredo (1985).

3.3 – A atuação dos governos militares pós-1964⁴¹

Castelo Branco ao assumir o governo defrontou-se com um quadro geral que pode-se denominar de desanimador: alta galopante dos preços, com o risco de uma hiperinflação, estagnação econômica, crise na balança de pagamentos, desordem político-social, com a deterioração das expectativas e a virtual paralisação dos investimentos. Os objetivos estipulados pelos militares que depuseram Jango se

⁴² - A redação desta parte “A atuação dos governos militares pós-1964”, está baseada em Thomas Skidmore, em seu livro “Brasil de Castelo a Tancredo”, 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. Quando houver uma referência diferente, será indicada.

consubstanciam em dois itens básicos: frustrar os planos dos comunistas de conquistar o poder e preservar as instituições militares, por um lado, e por outro restabelecer a ordem de modo que se pudessem executar reformas legais. (Em contraposição as reformas propostas por Jango).

A partir do golpe haverá uma sucessão de militares no poder. Logo após o mesmo, ocorre a publicação do Ato Institucional, que dá plenos poderes ao Presidente da República. Os militares julgavam que sem poderes legais, e de caráter excepcional não seria possível a consecução dos objetivos propostos pelo movimento. É de ressaltar que o próprio Castelo Branco foi eleito pelo Congresso Nacional a 11 de Abril, dentro das novas regras estabelecidas. Houve por parte dos militares uma preocupação em revestir os seus atos de alguma legalidade, ainda que duvidosa.

O Ministério formado por Castelo é uma composição entre militares e a UDN, tendo importantes figuras udenistas como o senador Milton Campos (MG), como Ministro da Justiça, e Juarez Távora, que fora candidato a Presidência (derrotado), em 1955, como ministro dos transportes e obras públicas, além de outros.

Esta composição de forças, que prova a argumentação anterior, vem demonstrar a aliança civil-militar que protagonizou o golpe e que vem de décadas anteriores.

O novo governo agia como já salientei, dentro de uma legalidade forçada, mas acreditava que sendo revolucionário poderia criar suas próprias leis. A repressão posterior ao golpe assume proporções gigantescas, estima-se que entre 10.000 e 50.000 pessoas foram detidas para averiguações, sendo que muitas permaneceram presas.

No plano legislativo ou parlamentar cassou os direitos e mandatos eleitorais de 441 pessoas, dentre estes existiam três ex-presidentes; seis governadores de estado, e cinquenta e cinco membros do legislativo federal.

A medida em que prosseguia o governo, as suas divisões internas se faziam sentir: os setores de linha dura pressionavam pelo uso de maior autoridade por parte do governo. Quanto ao problema econômico, os Estados Unidos da América que haviam apostado na Revolução, dá uma ajuda no valor total de 872 milhões de dólares, repassado via USAID (Agencia dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional). Durante o ano de 1965 o Fundo Monetário Internacional, realiza acordos com o Brasil, liberando a quantia de 126 milhões de dólares, sendo que o Banco Mundial também anuncia novos acordos. A participação de capital estrangeiro aumenta consideravelmente no período, bem como o assessoramento de americanos junto aos órgãos governamentais. Estes fatos revelam uma das faces do movimento militar: a

aliança com o capital multinacional. As promessas feitas pelo governo Castelo no sentido de institucionalizar a revolução, vale dizer restabelecer o jogo democrático, cai por terra com a edição do segundo Ato Institucional o AI-2, que deveria durar até 15 de março de 1967 (coincidindo com o fim do mandato de Castelo). O objetivo de tal instituto, portanto estabelecia que a partir deste momento as eleições majoritárias para presidente e governadores seriam realizadas indiretamente. O primeiro pelo Congresso Nacional e o segundo pelas Assembléias Legislativas dos Estados. Além disto, o AI-2 dava poderes ao Presidente da República para cassar os mandatos de todas as autoridades eleitas, bem como suspender por 10 anos os direitos políticos de qualquer cidadão. Por último abolia todos os partidos políticos existentes. Com novo sistema partidário composta pela Aliança Renovadora Nacional-ARENA, (formada por militares da UDN e PSD), e Movimento Democrático Brasileiro MDB (que tem como esqueleto políticos do PTB e PSD).

Este bipartidarismo forçado vai em médio prazo significar uma fonte de contestação e de derrotas para o governo. O resultado do governo Castelo (1964 a 1967) é bastante sombrio; no plano político intensificou os poderes arbitrários relegados ao executivo, reduzindo enormemente os poderes e atribuições do legislativo e judiciário.

No aspecto econômico há um saneamento das finanças com a estabilização econômica, sobretudo devido aos acordos. E, no campo social há um processo crescente de achatamento salarial e de menosprezo, de repressão às suas manifestações.

Este governo sacrifica a democracia em seu próprio nome, fala pela nação ao mesmo tempo em que aumenta nossa dependência externa.

Os parceiros norte-americanos cobram a sua parte: acordos econômicos são firmados, beneficiando interesses americanos, pactos de cooperação militar, onde o Brasil se submete a direção dos EUA, também fazem parte desse ajuste entre os dois países.⁴²

Os traços políticos, econômicos e sociais desse governo são aprofundados, ou melhor, piorados pelos governos que o sucederão, como se verá em seguida.

Costa e Silva vai conduzir seu governo durante um período em que há o acirramento das lutas entre forças policiais e opositoras ao regime, redundando em sangrentos embates entre os mesmos.

⁴³ - Ver a respeito o livro: Las empresas transnacionales e y el Brasil, especialmente a nota introdutória de Richard Barnett, onde há uma análise muito adequada do papel do capital estrangeiro no Brasil e sua relação com a ditadura dos militares.
México Facultad de Ciencias Políticas y Sociales e Universidad Nacional Autónoma, 1978.

Quanto a composição do novo governo, não há nenhuma ligação com o anterior e principalmente devido aos atritos entre Castelo e Costa e Silva, já que o primeiro não o queria como sucessor. Os ministros militares são conservadores e linhas-duras: Augusto Rademaker para a Marinha, Márcio de Souza e Melo para a Aeronáutica, e como ministro do Exército o general Aureliano de Lyra Tavares.

A área econômica foi dominada por tecnocratas, tendo como figura predominante o economista Antônio Delfim Neto. Muda-se o governo, mas dá-se continuidade a política econômica anterior.

Logo em 1968, Costa e Silva se vê as voltas com protestos contra o seu governo: os trabalhadores lutam contra o controle (arrocho) de seus salários, os estudantes protestam contra a proposta de reforma da universidade apresentada pelo governo. A própria igreja, através de líderes progressistas como o arcebispo de Olinda, no Recife, atacam as políticas do governo, devido ao seu caráter antipopular.

Por sua vez, a direita também se movimenta, utilizando-se de entidade com o CCC (Comando de Caça aos Comunistas).

O governo Costa e Silva, combinou então uma política que se compunha de medidas tais como a repressão política e a busca de capitais externos e um crescente arrocho salarial dos trabalhadores.

Porém, em 1969, já em agosto o presidente começa a enfrentar sérios problemas de saúde, tendo recebido recomendações médicas no sentido de suavizar o ritmo de seus trabalhos, o que ele não fez em vista da amplitude dos mesmos.

Como os militares não confiavam no vice-presidente, Pedro Aleixo, que seria, nos termos da constituição de 1967, artigo 78, o seu substituto em caso de impedimento do presidente, a solução encontrada pelos militares foi o estabelecimento de uma Junta Militar, composta pelos três ministros militares, designados pelo alto comando das forças armadas.

Abre-se assim, com uma Junta Militar substituindo o presidente impedido definitivamente, a sucessão presidencial.

O candidato do exército era Albuquerque Lima, crítico da política econômica do governo e tido como nacionalista. O critério de seleção era claro: somente os generais de quatro estrelas, poderiam concorrer o que eliminou a citada candidatura.

Havia, ainda, o general e ministro do exército Lyra Tavares; o chefe do estado maior das forças armadas, general Aufranio Carlos Muricy. E também o general Emílio Garrastazu Médici, que se recusava a aceitar a candidatura. Mas a partir de uma consulta realizada entre oficiais das três armadas, muda de opinião.

O resultado é o seguinte:

1. Médici;
2. Orlando Geisel;
3. Muricy; e
4. Syzeno.

Médici então aceita a missão de governar o país, convidando para vice-presidente em sua chapa o almirante Augusto Rademaker.

Com o fato de que o presidente Costa e Silva fora dado como incapacitado fisicamente para retornar ao cargo, a sucessão se planifica com a escolha dos nomes acima citados pelo Alto Comando das Forças Armadas.

O Congresso Nacional é então reaberto, para que os parlamentares possam eleger os novos mandatários do país com uma nova constituição, extremamente autoritária, conhecida como a constituição de 1967, com a emenda de 17 de outubro de 1969. No dia 25 de outubro o Congresso, cassado, tolhido e sob constante ameaça de fechamento, elege, com a abstenção do MDB, os dois militares para exercer o cargo máximo na República Brasileira.

Inicia-se um novo período, que como os dois anteriores representará uma caminhada rumo ao autoritarismo extremado: a repressão policial, a eliminação física dos opositores, a tortura, passam a ser gestos cotidianos do governo.

Uma noite escura cai sobre o país, ou antes, desaparecem os pequenos pontos de luz que eram representados pelas promessas de institucionalizar ou redemocratizar a sociedade brasileira.

O general Emílio Garrastazu Médici era um militar desconhecido do grande público, tendo ocupado importantes postos no sistema militar como, por exemplo, durante o governo Castelo Branco, em que foi adido militar em Washington/EUA, e chefe do Serviço Nacional de Informações SNI.

A equipe de governo por ele composta era essencialmente de administradores, homens ligados a iniciativa privada. Durante o seu mandato, tenta-se conciliar uma política que tem dois pontos básicos: desenvolvimento econômico e estabilidade política.

Ao mesmo tempo em que incentivava um grande crescimento da economia o governo utilizava-se largamente da repressão, contra todos os opositores, do regime. É este o período das grandes campanhas promocionais do governo, onde tentam vender uma imagem de um presidente popular, que inclusive dava grande apoio ao futebol, como durante a conquista do tricampeonato de futebol da copa de 1970.

É a época do Brasil: ame-o ou deixe-o, um ufanismo de direita que obriga centenas de intelectuais, artistas e cientistas a deixar o país, temerosos de repressão. Por volta de 1971 a 1972 a oposição armada ao governo já havia sido desbaratada. Porém a utilização de meios militares para conduzir a política ainda se mantém até o fim desse governo.

O projeto Brasil nunca mais, da igreja católica, arquidiocese de São Paulo, dá uma amostragem da amplitude da ação repreensiva do Estado, principalmente através do estudo dos inquéritos policiais militares onde se percebe que em 179 ações penais, os réus provinham de seis setores específicos: eram militares, sindicalistas, estudantes, jornalistas e religiosos. Em suma os setores sociais que com maior vigor se opõem ao regime militar.⁴³

Entretanto, o boom do crescimento econômico que se verifica a partir de 1971, consegue ganhar apoio em importantes setores da sociedade, especialmente a classe média. Verifica-se o maior índice de crescimento econômico desde a década de 1950: o PIB subiu à média anual de 10,9 por cento (entre 1968 e 1974). A inflação permaneceu estabilizada em torno de 17%.

Os trabalhadores continuavam com seus sindicatos fechados ou sob rígido controle do governo.

A estratégia de crescimento econômico e estabilidade política conseguem êxito, porém para que se efetive ela depende do estímulo constante na economia dos investimentos de capitais estrangeiros, beneficiando uma diminuta parcela da sociedade. A contra face desta estratégia é a exclusão sistemática dos trabalhadores da cidade e do campo do processo político.

O núcleo dirigente deste processo é representado pelas facções da burguesia nacional e associada com o capital internacional, grandes latifundiários e as altas patentes militares. Ocorre então uma hipercentralização das decisões no

⁴⁴ - A descrição da ação dos governos militares e os usos da tortura ocorridos são documentos no livro Brasil nunca mais, fruto de uma larga pesquisa de igual nome. Ver Brasil nunca mais, prefácio de S. Paulo, Evaristo Arns, Petrópolis, Editora Vozes, 5ª edição, 1985.

executivo que por sua vez é controlado pelos militares.⁴⁴ O poder estatal passa a se constituir na mais alta expressão do poder econômico da burguesia financeiro-industrial multinacional e associada.

Muda-se a concepção de relações econômicas com o mercado internacional: a independência econômica e política é substituída por uma nova noção: a interdependência econômica, política, cultural e militar, onde todos os países da América Latina se aglutinam sob a direção hegemônica dos Estados Unidos.⁴⁵ Inclusive, desde 1968 que os acordos militares com os Estados Unidos eram renovados automaticamente, impondo por meio deles a obrigatoriedade do Brasil não contratar com nenhum outro país acordo ou tratado militar em separado.

Em síntese, o governo Médici representa o apogeu e a negação dos ideais pregados pela revolução de 1964: aqueles que nela acreditaram vêm-se traídos, e os que a ela sempre se opuseram percebem que seus reais objetivos haviam sido atingidos o poder central é hipertrofiado, com uma centralização absurda que elimina até o sentido da federação, as liberdades democráticas são suspensas, o Legislativo e o Judiciário transformados em pseudo poderes.

A herança do governo Médici é um país politicamente aniquilado e uma sociedade civil sem participação, amedrontada. O desenvolvimento econômico, esteio do governo também será questionado uma vez que ele não representa uma melhora das condições de vida do conjunto da população. O endividamento externo continua como a grande fórmula dos ministros da área econômica para projetar o desenvolvimento da economia.

O resultado é que com o crescimento do bolo, o povo fica mais pobre, os trabalhadores com seus salários ainda mais defasados. É em última palavra, um período que exclui da política e dos frutos do desenvolvimento econômico a parcela mais numerosa da sociedade brasileira: os trabalhadores, da cidade e do campo.

A ascensão de Ernesto Geisel à Presidência da República representou a volta ao poder dos elementos ligados ao ex-presidente Castelo Branco. (O grupo Castelista). A trajetória anterior de Geisel difere da de Médici e enquanto que este era um militar que galgava inúmeros postos na hierarquia castrense, Geisel teve a

⁴⁵ - A análise da política econômica pós-1964 é extraída do livro de Figueiredo, Vilma - Desenvolvimento Dependente Brasileiro, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978, onde a autora faz a relação entre política autoritária e desenvolvimento econômico.

⁴⁶ - Ver a esse respeito Ianni, Octávio. O colapso do populismo no Brasil, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2ª edição, 1971.

oportunidade de dirigir uma importante estatal, como a Petrobrás, tendo sido também membro do Superior Tribunal Militar notabilizou-se como um administrador duro, que governava sem ouvir ninguém.

Estabeleceu-se quatro objetivos a serem atingidos durante o seu governo: no primeiro plano em relação a corporação militar, era precisa reduzir a influência dos militares de linha-dura, ao mesmo tempo que conseguia apoio suficiente do meio militar que lhe desse uma sólida base de apoio, o segundo objetivo era manter os subversivos sobre controle. O terceiro objetivo era restabelecer a democracia. O quarto e último objetivo era garantir altas taxas de crescimento econômico.

Analisando o desenrolar do governo Geisel, pode-se afirmar que o mesmo obteve algumas vitórias, tendo como referência os objetivos precisamente estabelecidos. A distinção política por ele inaugurada é o eixo sobre o qual os outros objetivos devem buscar a sua realização por meio dessa política pretendia-se um afrouxamento das tensões políticas e sociais que vinham do governo anterior, especialmente a oposição ao regime. O próprio general Golbery do Couto e Silva, chefe do gabinete Civil de Geisel, já previra anteriormente a necessidade de uma liberalização política que evitasse uma tensão crescente na sociedade. Associava-se sempre a figura da panela de pressão, que para não explodir requeria uma diminuição do calor.⁴⁶ Portanto, a abertura ou distensão política iniciada por Geisel é parte de uma estratégia de institucionalização do próprio Estado Autoritário. Inicia-se uma fase de desmantelamento gradativo dos mecanismos mais evidentes de coerção política, como por exemplo, o Ato Institucional nº 05.

O próprio sistema eleitoral já tantas vezes violado passa a ser alvo de novas alterações, sobretudo depois dos resultados das eleições de 1974. Neste pleito, o MDB saltou, na Câmara dos Deputados, de 87 representantes para 165. A ARENA governista, caiu de 223 para 199.

No Senado, o MDB subiu de 7 para 20, enquanto a ARENA caía de 59 para 46. Não bastassem estas derrotas políticas o governo ainda se vê com problemas econômicos, como o choque do petróleo que trouxe dificuldades no sentido energético do país. Outro problema era a balança de pagamentos, já que o país passava por um crescimento acelerado de suas importações, atingindo o percentual de 24% entre 1970 a 1973.

⁴⁶ - Estas idéias são desenvolvidas por Golbery do Couto e Silva no Livro Conjuntura Política Nacional, o poder Executivo e Geopolítica do Brasil, 2000.

Outro dado que atua como um complicador é o aumento da dívida externa, uma vez que somente em 1974 o país praticamente duplica a sua dívida líquida, passando de 6,2 bilhões de dólares, para 11,9 bilhões de dólares.

No conjunto, este quadro econômico representava a continuidade de um opção de desenvolvimento, continuaria o arrocho sobre os trabalhadores. A resposta a derrota de 1974, veio em abril de 1977, com o famoso pacote de abril. Geisel fecha o Congresso e aprova uma série de reformas constitucionais: a partir daí as emendas constitucionais exigiram maioria simples apenas; todos os governadores de estado e um terço dos senadores seriam escolhidos indiretamente em 1978, por colégios eleitorais estaduais. O acesso ao rádio e TV, rigorosamente controlado, com base na Lei Falcão aprovada em 1976.

Com tais reformas da legislação eleitoral, realiza-se o pleito de 1978, garantindo a ARENA e ao governo maioria. Geisel, ainda adota algumas medidas visando a liberalização política: revisão da Lei de Segurança Nacional, restauração do Habeas Corpus, revogação do AI-5, anistia aos refugiados políticos.

Mas por outro lado, o aparato repressivo como o SNI, DOI-CODI e Serviços de Inteligência das Três Forças continuavam intocados. No campo econômico a situação econômica se complicara: apesar de manter entre 1974 a 1978 o PIB crescesse a taxa anual média de 7 por cento a inflação saltara a 90,8 por cento. No tocante a dívida externa, no fim de 1978, está ao volume de 43,5 bilhões de dólares, o que representava mais de três vezes o seu valor em 1974.

Esse é o legado deixado por Geisel ao seu sucessor, o general João Batista Figueiredo, que é eleito tendo como vice o mineiro Aureliano Chaves, militar da reserva. Esta sucessão, como, as anteriores, dá-se num quadro de crise dentro das forças que compõem o governo: a ponto do chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, General Hugo Abreu, pedir exoneração do cargo. O General Figueiredo para ele é um dos piores frutos da revolução de 1964. (ABREU, 1980, p. 20)⁴⁷

Pois é nesse quadro que a abertura de Geisel vai se desenvolvendo, como uma alternativa para transformar o regime militar em um estado policial⁴⁸ garantindo um mínimo de legalidade nas ações do governo.

⁴⁸ - Onde o autor faz um relato de suas divergências com a escolha do general Figueiredo para suceder a Ernesto Geisel.

⁴⁹ - Expressão utilizada por Kucinski, Bernardo, no livro *Abertura histórica de uma crise*, Coleção Brasil hoje, São Paulo, Editora Brasil debates, 1982, p. 16.

É necessário notar que a expressão estado policial representa melhor a situação que se origina em 1979, uma vez que há a tentativa de institucionalização do Estado, evitando-se, sempre que possível, a utilização de meios extra-legais de ação política.

Com a abertura política, a UNE volta a legalidade, como se vê no documento a seguir:

Figura 23: Reconstrução da UNE, 1979

Unidade
NA RECONSTRUÇÃO DA UNE

A UNE É UNIDADE TODOS A ELEIÇÃO DIRETA EM 3 E 4 DE OUTUBRO

A UNE voltou. A UNE conquistou a sua unidade nas eleições e eleições governamentais. A UNE que em 1962, através de uma poderosa greve nacional, barrou o aumento das instituições, que lutou bravamente ao lado do povo pela entrada do Brasil na guerra contra o nazifascismo; que, nesse "presente", na campanha do "voto útil", antes que estevesse presente em todas as instituições populares. A UNE do Centro Popular de Cultura, que, pelo meio de Paulo Freire, ajudou milhares de brasileiros. A UNE de Paulo Penteado, Ferreira Gullar e Carlos Lyra. A UNE voltou. Voltou para barrar a implantação do ensino pago nas universidades públicas e lutar pela melhoria da qualidade de ensino, para conquistar a sua passagem nos debates, para estar ao lado dos setores democráticos e populares da sociedade em todos os momentos de luta pelo fim do regime militar.

Por mais verbas para a Educação Pelo ensino público e gratuito para todos Pela democratização da universidade Pela anistia ampla geral e irrestrita Pelas liberdades democráticas

CHAPA UNIDADE

PRESIDENTE: PAULO ROBERTO MASSOCA — SÃO PAULO — USP — SÃO CARLOS

VICE-PRESIDENTE: JOSÉ HUMBERTO (ZÉ-BETO) — RIO DE JANEIRO — PUC — RJ

SECRETÁRIO-GERAL: ARNALDO BUCCIOLI FILHO — SÃO PAULO — PUC — SOROCABA

TESOUREIRO: MOYSES CORRÊA — RIO DE JANEIRO — UFRJ

VICE-PRESIDENTE DA REGIÃO NORTE: JOÃO CARLOS BATISTA — PARÁ — UFPA

VICE-PRESIDENTE DA REGIÃO NORDESTE: ANTONIO FILINTO NETO (POMBAL) — UFPE — Campina Grande

VICE-PRESIDENTE DA REGIÃO SUDESTE: MARIA DE FÁTIMA DE OLIVEIRA — MINAS GERAIS — UFMG

VICE-PRESIDENTE DA REGIÃO SUL: CARLOS ALBERTO GONZAGA — PARANÁ — UFPR

VICE-PRESIDENTE DA REGIÃO CENTRO-OESTE: ELIAS RASSI NETO — GOIÁS — UFGO

SECRETARIA DE BIOMÉDICA: ERNESTO NEGRIS NETO — ESPÍRITO SANTO — UFES

SECRETARIA DE EXATAS: EDUARDO AUGUSTO QUINTÃO — MINAS GERAIS — PUC-MG

SECRETARIA DE HUMANAS: VALDECK CAPIBARBA FILHO — CEARÁ — UFCE

SECRETARIA DE CULTURA: EDIVALDO MENDES ARAÚJO (ZULU) — BAHIA — UFBA

SECRETARIA DE ESPORTES: LUIZ FERNANDO SCHILP — RIO GRANDE DO SUL — UFRS

SECRETARIA DE IMPRENSA: GERALDO BARBOSA — SANTA CATARINA — UFSC

Existência de 3 chapas amplia o debate político, civiliza diferentes propostas e métodos de trabalho o que nos será de grande valia, pois estamos colocando no mesmo processo de discussão cerca de um milhão e meio de estudantes. Para nós esta eleição pelo momento e condições em que se realizou assumem características de uma luta, em que o único derrotado deve ser o regime militar fascista.

UNE É UNIDADE

Fonte: Projeto Memória – UNE, 2009.

Pode-se constatar que as lutas travadas pela UNE a partir de 1979, estão vinculadas à defesa de mais verbas para a educação, democratização da universidade, anistia ampla, geral e irrestrita. Estas reivindicações serão apoiadas por diversos partidos e entidades da sociedade civil, culminando com a anistia.

Por sua vez, os limites do processo de distensão e abertura, são estipulados nos próprios objetivos do governo Geisel e Figueiredo: pretende-se a institucionalização do Estado, sem, contudo permitir que setores de esquerda ou oposicionista não confiável viessem a ter acesso ao poder.

É uma democracia adjetivada: segura, gradual e concedida na visão dos militares e assessores. A transição entre o Estado Autoritário e uma tutela mais amistosa se faz como uma concessão, do ponto de vista do governo.

No entanto, ao mesmo tempo em que é uma estratégia do governo, visando a manutenção do domínio dos setores que hegemonizam o Estado no pós-1964, convém não perder de vista que a abertura se torna também uma necessidade em virtude das constantes oposições nas lutas dos trabalhadores, como nas greves de 1978 no ABC paulista, nas manifestações estudantis e partir de 1977, com a reorganização da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1979, ou mesmo nas eleições de 1970, 1974 e 1978, onde o partido do governo sofre sucessivas derrotas, ou quando vence é com base em manipulações das regras eleitorais. A abertura é pois uma estratégia de governo que surge como alternativa para controlar as pressões populares, visando a preservação do governo em seus traços essenciais, mas trás em seu bojo importantes conquistas, que são consideradas como vitórias pelo movimento popular. Como a própria garantia de eleições em alguns períodos e a da anistia.

Veja-se a continuidade desse processo no governo do general João Batista de Oliveira Figueiredo. O perfil de João Batista de Oliveira Figueiredo indica uma figura de porte extremamente militar: filho do General Euclides de Figueiredo teve uma carreira, que se pode dizer completa uma vez que passou pelo colégio militar, Escola Militar, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e Escola de Estado Maior. Tendo sido um dos jovens oficiais mais ativos na conspiração anti-Jango, participou no governo da direção no SNI, tendo exercido a chefia do gabinete militar na presidência do general Médici.

Figueiredo montou uma equipe de governo que daria continuidade ao que se vinha executando anteriormente, pontificando elementos Mário Simonsen, Delfim Neto, Mário Andreazza, e Golbery do Couto e Silva, como Ministro do Exército destacava-se o general Walter Pires, que além de ter participado da conspiração em 64, era grande amigo de Figueiredo. Ao iniciar o ano de 1979, dando prosseguimento a política de Geisel, visando a abertura, surge uma tentativa de negociação, que teria respaldo em alguns elementos de oposição, com a retomada das mobilizações em 1977, 1978 e 1979, o clima do país já é de maior participação, dando lugar ao surgimento de muitos líderes sindicais autênticos e a disposição dos empresários em negociar com as lideranças sindicais. A negociação, não caminha muito.

Em meio a essa situação, em agosto de 1979, o Congresso aprova a Lei da Anistia beneficiando todos os presos ou exilados políticos desde 02 de setembro de 1961. Com a volta de figuras de oposição que tinham projeção nacional, como Leonel Brizola, Luís Carlos Prestes, Miguel Arraes entre outros, auxiliaram a criação de um clima crescente de liberalização política.

Os estrategistas do governo, tendo Golbery a frente, articulam ao fim de 1979 uma reformulação partidária, visando manter a base parlamentar do governo. A ARENA transmuda-se em Partido Democrático Brasileiro (PMDB), surgindo novos partidos como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido dos Trabalhadores (PT), e Partido Popular (PP). O intuito da reforma partidária é dividir a oposição. Em 1980 o Congresso adia as eleições para 1982, quando deveriam ser eleitos os governadores dos estados, um terço do Senado, a Câmara dos Deputados e as Assembléias Legislativas.

No ano de 1981, é realizado o congresso da UNE de Cabo Frio, sob a presidência de Aldo Rebelo, a entidade define um programa de lutas contra o regime militar, representado pelo governo Figueiredo:

Figura 24: Congresso da UNE, 1981



Fonte: Projeto Memória – UNE, 2009.

O congresso da UNE a que se refere o documento acima, é realizado em Cabo Frio com enormes dificuldades, devido ao boicote do Governo Federal.

Na conjuntura política, em 2002, o resultado das eleições é uma derrota sobre o partido do governo: as oposições conseguem maioria na Câmara dos Deputados e conquistam importantes governos estaduais como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná.⁴⁹

Em meio a esta vitória das oposições a crise econômica prossegue, tendo o Brasil que recorrer ao Fundo Monetário Internacional - FMI, e no ano seguinte, 1983 uma série de Decretos-Leis são expedidos pelo governo no sentido de limitar os reajustes salariais.

Foram expedidos os Decretos-Leis 2012, 2024 e o 2045, todos com o objetivo de impor limites aos aumentos salariais. Por outro lado a crise econômica se acentua: a inflação atinge o recorde de 211 por cento.

As oposições se unificam a partir de 1985 com o objetivo de aprovar Emenda Constitucional do Deputado Dante de Oliveira restabelecendo as eleições diretas para Presidência da República. A campanha das diretas, como ficou conhecida, mobilizou milhões de pessoas em todo o país. Contudo como o governo tinha maioria no Congresso Nacional conseguiu rejeitar a Emenda. A partir de então, os mesmos setores da oposição moderada que buscavam as eleições diretas iniciam um processo de negociação com indivíduos dissidentes do governo, para viabilizar candidatura no colégio eleitoral, que deveria se reunir em 15 de janeiro de 1985 para eleger o novo Presidente da República.

O candidato das oposições era Tancredo Neves tendo o senador José Sarney como vice. O candidato do PDS é Paulo Maluf, que ao lograr-se candidato explode o seu próprio partido, como demonstra a presença de Sarney na chapa de Aliança Democrática. A UNE se posiciona, em seu congresso nacional, contrária à candidatura de Paulo Maluf:

⁵⁰ - Ao todo as oposições conquistaram nove governos estaduais. Na câmara dos Deputados a oposição somada (PMDB, PDT e PTB), ultrapassava o PDS em 5 membros (24 a 235), porém no Senado a maioria era do PDS 45 a 23.

Figura 25: Todos contra Maluf, 1984

NOSSA VOZ
— ÓRGÃO OFICIAL DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES UNE —
ANO V N.º 6 — OUTUBRO DE 84

TODOS CONTRA MALUF



Manifestação popular em Goiás contra o regime

Companheiros, aproxima-se o 36º Congresso da UNE que se realizará nos dias 25 a 28 de outubro, num momento de grande importância para o nosso país. O regime aprofunda seu isolamento na mesma medida em que cresce a insatisfação popular e o anseio do povo brasileiro em por fim ao governo dos generais.

A posição da UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, aprovada no Vº CONEB, encaminhada pelo conjunto das entidades estudantis é pela continuidade da campanha pelas DIRETAS JÁ, pela aprovação da Emenda Teodoro Mendes e pelo Boicote ao Colégio Eleitoral.

A diretoria da UNE, reunida em Brasília no dia 10 de setembro, discutiu suas propostas para o 36º Congresso, que se realizará nos dias 25, 26, 27 e 28 de outubro.

Neste momento, convocamos o conjunto dos estudantes brasileiros a discutirem estas propostas e elegerem os delegados com uma ampla preparação, para que este Congresso seja um marco na luta dos estudantes brasileiros.

Na certeza de que as propostas apresentadas pela diretoria da UNE são as mais justas e as que mais contribuem para o avanço do movimento democrático do país, esperamos que seja este o maior Congresso da União Nacional dos Estudantes.

Um grande abraço e até outubro
Aelton Mattos Pae
Presidente

Como participar do Congresso da UNE

A participação no Congresso da UNE é aberta a todos os estudantes, quer se inscrevam como observadores (com direito a voz), quer se inscrevam como delegados (com direito a voz e voto).

Os estudantes delegados devem ser eleitos em suas escolas em assembleias com quórum de 30% ou através de votação em urnas com quórum de 30%, em relação ao número de alunos matriculados. A eleição terá como base as propostas defendidas, e o número de delegados para representar a escola ou curso deve respeitar a proporção de um delegado para 200 estudantes e mais um para a fração de 200.

As propostas terão delegados defendendo-as de acordo, proporcionalmente, com o número de votos que receberem. Para garantir a

litura das eleições serão confeccionadas atas padronizadas para todo o país e deverão ser encaminhadas pelas entidades ou por um grupo de estudantes com o aval de uma entidade geral. Não serão aceitas inscrições dos delegados com apresentação de ata padronizada.

A TAXA DE INSCRIÇÃO POR DELEGADO SERÁ DE CR\$ 15.000,00.

36º Congresso: de 25 a 28 de Outubro

Maracananzinho — Rio de Janeiro

Fonte: Projeto Memória – UNE, 2009.

Todas as entidades estudantis do país unificam-se na campanha contra a candidatura de Paulo Maluf. De tal forma que, a 15 de janeiro de 1985, o colégio eleitoral elegeu Tancredo Neves e José Sarney por 480 votos de um total de 686. Maluf por sua vez obteve apenas 180 votos, havendo 17 abstenções. A situação da economia melhorava um pouco em 1984, porém o legado deixado por Figueiredo é trágico: alta violenta de preços, dívida externa imensa, desemprego, grandes desigualdades regionais e setoriais. Segundo a revista Veja de 14 de março de 1984, 67% dos brasileiros desaprovam o governo.

É, pois num clima de crise econômica e de instabilidade política que se dá a eleição de um presidente civil, o primeiro desde a eleição de Jânio Quadros em 1961.

O governo da Nova República tem o seu primeiro abalo antes da posse de Tancredo, que vitimado por uma infecção (cujo diagnóstico até hoje é confuso), morreu antes de assumir a Presidência da República. Os dirigentes da Aliança Democrática

conseguem fazer um acerto político, empossando o vice-presidente José Sarney, que se transforma em presidente eleito a partir da morte de Tancredo. A vice-presidência seria eventualmente ocupada pelo Presidente da Câmara dos Deputados, conforme preceitua a constituição federal. (no caso o Deputado Ulisses Guimarães).

Veja-se o que foi a Nova República em seus dias iniciais e o significado dessa transição política, que mais tarde se revelaria conservadora e elitista.

3.4 – A nova república de Tancredo a Sarney (1985 a 1989)

Tancredo Neves é considerado como o grande artífice da Aliança Democrática que daria condições do surgimento da Nova República. O significado deste processo de transição tem sido objeto de vivos debates até os dias presentes.⁵⁰

Os objetivos estabelecidos pelo programa da Aliança Democrática sobre o nome de compromisso com a nação, tinha como pontos básicos:

- a) Restabelecer a plena liberdade de organização partidária;
- b) Reconhecimento das Centrais Sindicais;
- c) Eleições diretas para os municípios das capitais e aqueles considerados de interesse da Segurança Nacional;
- d) Convocação da Assembléia Nacional Constituinte.

Estes objetivos foram perseguidos e atingidos pelo presidente José Sarney. Contudo, outros pontos essenciais que diziam respeito a limitação do poderes do Executivo, como o uso do Decreto-Lei, a aprovação de Leis por decurso de prazo, a revogação das lei de Segurança Nacional, não foram tocados.

⁵¹ - O significado da transição e da nova República tem sido debatido por cientistas políticos, sociólogos e historiadores. Trata-se segundo muitos de uma transição pelo alto, excluindo as massas trabalhadoras ou um pacto de elite. Contudo é consensual que a Nova República representa um avanço na luta, pela organização de um país democrático e moderno. A esse respeito é importante mencionar o simpósio organizado pela USP: a transição política e necessidade e limites da negociação, coordenado pelos professores Eurici Durham e Guilhon Alburquerque, USP/1987. Ainda o artigo de Eli Diniz, "A transição política no Brasil: uma reavaliação da dinâmica da abertura", in Revista Dados, Revista de ciências Sociais, Rio de Janeiro, Editora Campus, vol. 28, nº 3, 1985.

Quanto a biografia dos indivíduos que realizaram a transição, Ver Camargo, Aspásia "As gerações políticas e a transição brasileira", in Dados e Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Editora Espaço e Tempo, nº 4, 1987 e para uma análise crítica ver Oliveira, Francisco e Além da transição, a quem da imaginação, Revista Novos Estudos, São Paulo, Editora CEBRAP, nº 12, 1985. Fernandes, Florestan, Nova República. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 3ª edição, 1986.

A partir do momento em que Tancredo não consegue levar avante este programa, em virtude de seu falecimento, os parceiros da Aliança Democrática organizam a distribuição de cargos e favores dentro do aparelho do Estado. A transição desvirtua-se em transação. O comportamento do governo, durante os anos de 1985/1986 é de tentar a todo custo obter base de apoio que lhe dê sustentação, para tanto se utiliza com abundância das concessões aos sócios que participam da coalizão no governo. Como em toda transição há uma continuidade muito grande mesmo excessiva entre o novo que surge e o velho que desapareça. Desse ponto de vista, grande parte dos indivíduos que ocupam cargos no primeiro escalão, é remanescente dos governos anteriores, como Aureliano Chaves, Marco Maciel, Antônio Carlos Magalhães, Prisco Viana e o próprio presidente Sarney. O choque que se estabelece entre as pressões em favor do aprofundamento das mudanças e os que se dão no sentido da continuidade dos indivíduos e dos métodos do governo anterior dão o tom desse período.

Tem-se então duas dinâmicas básicas no processo político: uma que propõe a negociação, e o pacto social a ser conduzido pelas elites dirigentes e outra dos setores populares que se propõe a remoção efetiva de autoritarismos.

É o mesmo processo que se inicia em 1979: a Nova República é o desaguadouro da abertura. Naquele período tínhamos dois movimentos que impulsionavam o desenvolvimento político: o primeiro se referia a reformulação da estrutura legal do governo com o objetivo de eliminar gradualmente a legislação de exceção. Utilizou-se abundantemente das reformulações da legislação eleitoral, e em segundo lugar, impunha-se a criação de instrumentos legais de coerção, com o objetivo de manter a liberalização sob controle para garantir e expandir o espaço das forças situacionistas.

A convivência com o Governo da Nova República, em seu início é promissora, conforme documento a seguir:

Figura 26: Reconhecimento da UNE, Lei nº 7.395 de 1985

A convivência democrática

Presidente José Sarney

É um instante, este, em que a Nova República reafirma a construção de todos os mecanismos democráticos do País.

Pagador de promessas, venho, com firmeza e com determinação, resgatando todos os compromissos que foram assumidos por todos nós na memorável campanha da Aliança Democrática.

E, como é do meu estilo, faço-o na fluência da rotina de governar, para que toda a Nação saiba que é através da convivência democrática que se constitui a verdadeira democracia.

Por isso, recebi, aqui no Palácio, todos os dirigentes dos partidos que não tiveram o direito de lutar à luz do dia. Por isso, estou sancionando hoje a lei que restitui à luz dos debates do País a União Nacional dos Estudantes.

A democracia é um regime de conflitos e cabe a todos nós harmonizar esses conflitos. O conflito não é uma forma patológica; é um sinal de vida e de vitalidade. A democracia se robustece no

debate, no embate das idéias. E ninguém mais do que os moços pode e está destinado a ser uma busca constante, efervescente, de idéias novas, caminhos novos e de melhores dias.

A União Nacional dos Estudantes tem um lugar na história das lutas democráticas do País. Muitas gerações ali passaram como uma casa de formação de lideranças, como o lugar em que o idealismo dos moços é colocado a todas as provas, desde a coragem até a vida. Eu mesmo, nos fins da década de 40 e no princípio dos anos 50, participei da direção da União Nacional dos Estudantes.

E hoje, aqui, neste momento, como Presidente da República, desejo congratular-me com todos aqueles que lutaram para que se tornasse realidade este dia em que nós estamos reunidos, nesta festa dos moços, mostrando a verdadeira face do Brasil, que é a da convivência democrática, da convivência de todos os brasileiros, cada um defendendo as suas idéias. Mas preservando, acima de tudo, a palavra e o legado que Tancredo nos deixou: da paz e da conciliação nacional.

Discurso do Presidente José Sarney na solenidade de sanção da lei que dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior – Brasília – 31/10/85

Fonte: Projeto Memória – UNE, 2009.

A legalização da UNE, antiga reivindicação do ME, anunciava um período de convivência democrática. Entretanto, a Nova República se revela, a partir de 1986, como um governo elitista, que não consegue e não quer desvencilhar-se da tradição autoritária dos governos anteriores. Em lugar de um governo militar tem-se um paisano tutelado pelos militares.

No campo econômico a inflação dispara, atingindo no ano de 1988, a casa dos 1.000% ao ano. O governo vira desgoverno. No afã de continuar, Sarney compra o mandato de 5 anos, através da concessão de canais de rádio e televisão e outras benesses aos constituintes.

Em suma, a Nova República envelheceu sem conseguir solucionar os problemas em virtude dos quais fora criadas. A continuidade entre o passado e o que está por vir coloca o país numa situação caótica e desesperadora.

A tutela militar é tão evidente que o sociólogo e deputado federal Florestan Fernandes (1986, p. 11) afirma categórico:

Uma ditadura em crise, que logra determinar o que vem depois, assegurando a seus pares e a seus aliados uma transição e conferindo-lhe um teor especificamente político é uma ditadura semiglória, que amarga uma derrota com sabor de vitória.

Portanto, um balanço crítico da Nova República, em seus contornos gerais, aponta para uma situação em que os fatores de continuidade são grandes. Contudo, o espaço de atuação das forças populares como partidos, sindicatos e associações, é maior que em períodos anteriores.

Com isto, pode-se dizer que a democracia está onde sempre esteve em nosso país: na capacidade de tais setores lutarem a conseguirem fazer valer as suas aspirações, que coincidem com a da maioria da sociedade.

Veja-se em poucas linhas a conjuntura política brasileira de 1989 a 1992 - O Governo Collor.

3.5 – O governo Collor (1990 a 1992)

O breve governo de Fernando Collor de Mello foi marcado por denúncias de corrupção na máquina administrativa federal que culminaram com seu afastamento da presidência.

Ninguém, naquele período que antecedia as eleições, poderia, no início de 1989, imaginar que o jovem governador de Alagoas, aos 40 anos de idade, viesse a se eleger presidente da República, conforme salienta Geneton Moraes Neto em sua obra *Dossiê Brasília - Os segredos dos Presidentes*:

(...) Pois quando se realizou a primeira eleição direta para presidente, depois de longuíssimo jejum de 29 anos, Collor era governador de Alagoas, Estado sem peso político nacional. Ainda assim, resolveu lançar-se candidato por uma sigla desconhecida, o Partido da Reconstrução Nacional (PRN), contra gente que há tempos estava na fila para subir a rampa do Planalto - Leonel Brizola e Ulysses Guimarães, por exemplo. Derrotou a todos nas urnas: teve 26.611.011 votos no primeiro turno, contra 11.622.673 de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), 11.168.228 de Leonel Brizola (PDT), 7.790.392 de Mário Covas (PSDB), 5.986.575 de Paulo Maluf (PDS), 3.272.462 de Guilherme Afif Domingos (PL), 3.204.932 de Ulysses Guimarães (PMDB), 769.123 de Roberto Freire (PCB), 600.838 de Aureliano Chaves (PFL) e 488.846 de Ronaldo Caiado (PSD). A vitória foi confirmada no segundo turno, no dia 17 de dezembro de 1989: 35.089.998 brasileiros deram a Collor a presidência da República, contra 31.076.364 que preferiram Lula. O triunfo indiscutível não prenunciava o naufrágio que o aguardava. Dois anos e meio depois de subir a rampa do Palácio do Planalto como o mais jovem presidente já eleito para o cargo, Fernando Collor fez a trilha inversa. A Câmara dos Deputados apontou-lhe o caminho da rua no dia 29 de setembro de 1992: por 441 votos a favor e 38 contra, os deputados votaram pela abertura de um processo de *impeachment* contra o presidente. (NETO, 2005, P. 112)

O próprio Fernando Collor de Mello assim se expressa a propósito de sua eleição:

Aquele foi um momento mágico porque o que nos movia, a mim e a um grupo pequeno de pessoas, era fundamentalmente o idealismo. Era o ideal de que o Brasil tinha jeito: nós, aqueles poucos que ali estávamos, haveríamos de mudar o estado de coisas com nossa determinação, com nossa obstinação, com nosso conhecimento. Aquilo era, também, fruto da extrema juventude: aos 40 anos de idade, cheguei à Presidência da República pelo voto direto, depois de quase trinta anos sem que o povo pudesse participar da escolha do presidente.

O momento que melhor traduz o que senti naquele instante foi meu discurso no parlatório: um momento de muita emoção e de muita vontade de acertar. É o momento que marca realmente a redemocratização do País. Comete-se um erro histórico quando se junta a idéia da redemocratização do Brasil com a eleição no Colégio Eleitoral (que, em janeiro de 1985, elegeu por via indireta a chapa Tancredo Neves-José Sarney à sucessão do general João Baptista Figueiredo). Ora, democracia, o próprio nome já diz, é tudo aquilo que os democratas queriam: a extinção do Colégio Eleitoral, que era a negação e a antítese do processo democrático. A redemocratização, portanto, inicia-se com a eleição direta para Presidente da República, não com a eleição do Colégio Eleitoral. (NETO, 2005, p. 112)

Alguns eventos são importantes para compreender o percurso que levou ao *impeachment* de Collor, consubstanciados em ações desastradas politicamente no meio militar, sindical, consoante Jorge Zaverucha, em sua obra *Frágil Democracia - Collor, Itamar, FHC e os Militares* (2000).

No início do ano, Tereza Lajolo, ex-secretária dos Transportes da Prefeitura de São Paulo, membro do PT, foi acusada de usar dinheiro público em cursos de formação política para funcionários municipais. A secretária acusou o Serviço Nacional de Informações (SNI) de esquadrihar sua vida e responsabilizou tal instituição pela referida denúncia. O Comando Militar do Sudeste confirmou a embaraçosa ocorrência, mas não tomou nenhuma atitude. O chefe deste Comando Militar era o general Carlos Tinoco, que viria a ser nomeado ministro do Exército por Collor.

Durante a campanha presidencial, Collor irritara-se com o ácido dossiê preparado pelo SNI sobre ele a pedido do então presidente José Sarney, que estava sendo alvo de pesadas críticas do caçador de marajás. O dossiê do SNI tinha 88 páginas e finalizava com uma definição sobre Collor: “Um Al Capone moderno e discípulo aplicado de Goebbels” (COSTA, 1992). A respeito do Serviço Nacional de Informações (SNI), afirmou Collor: “O SNI é uma mácula que precisamos eliminar” (março de 1990).

Eleito, cumpriu o prometido, em termos. No dia 14 de março de 1990, o presidente Collor anunciou que desmantelaria o SNI no dia seguinte. E foi que fez através da Medida Provisória (MP) nº 150. Frise-se que o ministro-chefe do SNI era um general da reserva; que o chefe da Agência Central do SNI e o diretor da Escola Nacional de Informações (ESNI) eram generais da ativa, e que diversos oficiais da ativa lá trabalhavam como requisitados e vários oficiais da reserva eram contratados (Bitencourt, 1992, p. 129).

No mesmo dia em que tomou posse, 15 de março de 1990, o presidente Collor, através da MP nº 150, também extinguiu as Divisões de Segurança e Informações (DSI) dos ministérios civis e as Assessorias de Segurança Interna (ASI) das repartições públicas. Estas três instituições serviam para filtrar do serviço público as pessoas tidas como politicamente indesejáveis. Este governo enfrentou diversas crises de confronto com os militares.

No início de maio de 1990, ocorreu a primeira crise militar do governo Collor. A reação de um dos membros da comunidade de inteligência logo se fez sentir. O general-de-brigada Pedro de Araújo Braga, ao assumir o Comando Militar do Sudeste, falando de costas para três palanques repletos de autoridades civis e militares e convidados, e de frente para 80 mil homens, declarou:

Aqueles que nela (área de informação) mourejam, não obstante sérios, dignos e profissionais, são invariavelmente apontados como rábulas, deformados moralmente e praticantes de atos que violentam o caráter de um homem de bem e dos princípios cristãos. Eu repilo esta afronta!... No meu comando, as informações, como arma do chefe, indispensável à tomada de decisões, serão incentivadas sempre à luz de normas legais e em padrões compatíveis com a pureza da nossa instituição e com a dignidade daqueles que a integram... Quero liderar-vos... (dessa maneira) não haverá intriga, não haverá difamação, não haverá campanha capaz de nos dividir. (Zaverucha, 2000, p 76)

No dia 9 de maio de 1990, Collor encontrou a oportunidade para rebater as palavras do general Braga. Falando para homens do Batalhão da Guarda Presidencial e do 1º Regimento de Cavalaria de Guarda (Dragões da Independência), afirmou:

Os senhores representam a obediência leal e disciplinada àquele que, além de chefe de Estado e do governo, por livre escolha dos brasileiros, é também, por disposição constitucional, comandante supremo das nossas Forças Armadas. (Zaverucha, 2000, p. 82)

Um dia depois do presidente Collor ter exigido obediência e disciplina dos militares, o general da reserva Newton Cruz, ex-chefe da Agência Central do SNI, atacou pessoalmente o presidente. Cruz foi sarcástico com Collor: Não consigo conceber como estadista alguém que diz só ter uma bala na agulha.

Os conflitos Collor-militares não pararam nestes eventos, tendo choques com os militares a propósito das declarações de militares da reserva, que são tratadas ao sabor da conveniência política. Isto porque há duas regras conflitantes. A primeira é o Regulamento Disciplinar do Exército (RDE). O seu artigo 106 proíbe o militar de censurar ato de superior ou procurar desconsiderá-lo seja entre militares ou entre civis. O presidente da República é o Comandante-em-Chefe das Forças Armadas. Já a Lei nº 7.524, de 17 de junho de 1986, estabelece no artigo 1º: Respeitando os limites estabelecidos na lei civil, é facultado ao militar inativo, independentemente das disposições constantes nos Regulamentos Disciplinares das Forças Armadas, opinar livremente sobre o assunto político e externar pensamento e conceito ideológico, filosófico ou relativo a matéria pertinente ao interesse público. Parágrafo único - A faculdade assegurada neste artigo não se aplica aos assuntos de natureza militar de caráter sigiloso e independe de filiação político-partidária. (ZAVERUCHA, 2000)

Em 18 de setembro de 1990, Collor tomou mais uma atitude que desagradaria a certos segmentos militares. O presidente realizou uma cerimônia de fechamento do campo de provas nucleares, obra provavelmente iniciada em 1983, na Serra do Cachimbo, no Pará (OLIVEIRA, 1995:219). O poço foi simbolicamente fechado com uma pá de cal colocada pelo presidente, segundo Malheiros (1993, p. 114), Collor teria afirmado: “Esses caras são uns malucos. Eles iam explodir a bomba mesmo. Isto é absolutamente verdadeiro”.

A questão salarial, tão presente ao longo do ano, tomaria novo vulto. A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Melo, anunciara em julho sua intenção de manter congelado, até o final de 1990, o salário do funcionalismo público civil e militar. A justificativa era que um aumento salarial impediria que o governo obtivesse superávit nas contas públicas (SOUZA, 1990). Sarney tentara algo parecido, mas foi obrigado a ceder ante a pressão verde-oliva. Conseguiria Collor ser diferente?

À medida que os militares perceberam que o único tiro que derrubaria o tigre da inflação falhara, as insatisfações começaram a vir a público. O capitão da reserva do Exército e vereador pelo Rio de Janeiro Jair Bolsonaro, irritado com o baixo vencimento

dos militares, chegou a afirmar que Collor não era mais moralmente o comandante das Forças Armadas. O Ministro do Trabalho, Antonio Rogério Magri, propôs que fosse dado um reajuste somente para o funcionalismo militar. Sua proposta não sensibilizou nem a equipe econômica nem o Congresso.

O então deputado federal Néelson Jobim qualificou de intolerável a proposta de Magri. Segundo Jobim, o texto do artigo 37 da Constituição foi redigido tendo em vista a experiência pós-1964, em que os aumentos beneficiavam os militares. O curioso é que o deputado virou Ministro da Justiça do governo FHC e usou a tática de conferir abonos salariais exclusivamente para os militares, parte deles depois incorporada sob a forma de salário, como modo de driblar a Constituição.

No dia 4 de abril, Collor, fazendo valer o artigo 231 da Constituição, assinou o Decreto nº 22, homologando a demarcação do parque indígena. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI), ficou apenas com a responsabilidade técnica de propor a demarcação. O poder de rever demarcações anteriores e de decidir pelas demarcações propostas ficou com o Ministro da Justiça, coronel Jarbas Passarinho. Mesmo assim, este decreto não agradou aos militares. Eles continuam vendo a Amazônia sob a ótica da segurança nacional (SCHMINK E WOOD, 1992, p. 122). Os militares temem, também, que um dia seja criada uma nação independente Ianomâmi. Por isso, são contrários à concessão de um território contínuo aos índios.

Outros grupos também ficaram insatisfeitos com Collor. A União das Nações Indígenas e vários indigenistas ligados a organizações não-governamentais (ONGs) criticaram o referido decreto pelo poder discricionário dado ao Ministro da Justiça (ALBERT, 1992, p. 60). O fato é que o governo Collor avançou ao homologar o Decreto nº 22 e ao revogar, em 19 de abril, a delimitação das terras Ianomâmis feita pela Saden - órgão comandado pelo general Bayma Denis durante o governo Sarney. Porém, o Ministro da Justiça, em 2 de maio, ordenou um novo estudo para demarcação das terras indígenas enquanto as terras dos Ianomâmis ficavam interditadas. A decisão do ministro, sem a contestação presidencial, pareceu dirigida a ganhar tempo, pois a FUNAI já havia feito, após uma longa pesquisa, um projeto de demarcação em 8 de janeiro de 1985, logo após a primeira interdição das terras Ianomâmis em 1982. (ALBERT, 1992, p. 62)

Acentua-se a pressão militar sobre Collor quando, em maio, o almirante Mário César Flores, temendo ser atropelado pela insatisfação castrense, tratou de dividir com o Congresso o ônus de uma possível revolta militar. Na Comissão de

Defesa Nacional da Câmara de Deputados, advertiu que algo teria de ser feito de imediato para se corrigir o salário dos militares. Exorto que os congressistas se preocupem com o problema, disse o ministro. A mensagem era clara: caso o presidente Collor envie uma Medida Provisória que conceda apenas aumento para os servidores militares, tratem de apoiá-la.

Em 15 de abril, um documento sigiloso, preparado pelos ministérios do Exército, Marinha e Aeronáutica e entregue a Collor, advertia para a crescente insatisfação nos quartéis. De acordo com o documento, banheiros e muros são pichados com palavras de protesto contra o presidente e seus ministros militares (DIMENSTEIN, 1991). No início de junho, o vice-almirante Wandyr das Neves Siqueira foi eleito presidente do Clube Naval com uma mensagem de luta por melhores salários, tal qual a vitoriosa campanha do general Nilton Cerqueira. Siqueira venceu nada menos que o ex-ministro da Marinha do governo Sarney, almirante Henrique Sabóia, além do almirante Bonoso, ambos apoiados por Mário César Flores, conforme Buebo (1991).

No dia 26 de junho, o Congresso rejeitou por 329 votos contra 111, a MP nº 296, que daria um reajuste salarial de 20% aos militares, nenhum aumento para alguns servidores civis e 100% aos diplomatas. O deputado Humberto Souto, líder da bancada governista, propôs uma fórmula de possível acordo mas recebeu ordem do governo para retirá-la. Note-se, também, que homens de confiança de Collor, Cleto Falcão e Augusto Farias, votaram pela derrubada da MP nº 296, conforme Freitas (1991). Tudo indica que Collor quis jogar sobre o Congresso o ônus da decisão.

Os ministros militares resolveram agir, pois acharam mais importante mostrar solidariedade aos seus subordinados do que ao comandante-em-chefe das Forças Armadas, o presidente Collor. De acordo com o ministro da Justiça Jarbas Passarinho, caso os ministros militares não agissem, aventureiros poderiam levantar a bandeira da defesa da classe, os ministros planejaram uma discussão com 150 generais das três armas com posto em Brasília. Surpreendido, Collor agiu rapidamente ao sugeriu que fosse redigida uma nota militar, contra essa decisão do Congresso.

Em lugar de patrocinar a idéia de que os ministros militares deveriam externar suas insatisfações, seja através de boletins internos, seja mediante a transmissão de mensagens durante a formação da tropa, o presidente adotou explicitamente o estilo Sarney: sem base parlamentar juntou-se aos ministros militares para intimidar o Congresso Nacional, conforme Pontes (1991). Collor estava a contradizer sua declaração feita, no início de abril, em Juazeiro do Norte:

Não nasci com medo de assombração, nem tenho medo de cara feia. Isso meu pai já me dizia desde quando eu era pequeno, que eu havia nascido com aquilo roxo, e tenho mesmo, para enfrentar todos aqueles que querem conspirar contra o processo democrático. (Jornal Folha de São Paulo, 1991)

Indagado se a manifestação militar poderia ser vista como um ato de insubordinação ou uma ameaça à estabilidade democrática, Collor respondeu:

Absolutamente não, absolutamente não. Foi apenas uma reunião dos oficiais-generais sediados em Brasília, que fizeram um estudo sobre a repercussão no que tange às Forças Armadas e levaram (os ministros militares) o documento que iriam distribuir aos oficiais-generais e me comunicaram a reunião. E eu achei conveniente que eles o fizessem, inclusive porque seria necessária uma palavra de tranquilidade para o corpo da tropa que compõe as Forças Armadas brasileiras. (Jornal Folha de São Paulo, 1991)

Sob influência militar, em 23 de julho de 1991 foi aprovada a Lei Complementar nº 669 que tratou de consertar parcialmente os vícios do artigo 42 da Constituição de 1988. Este artigo foi resultado de uma negociação entre os militares e os constituintes. Como na primeira versão da Constituição os constituintes se mostraram dispostos a tirar dos militares a tarefa de manutenção da lei e da ordem, o então ministro do Exército, general Leônidas Gonçalves, ameaçou zerar a Constituição.

Os constituintes cederam o principal aos militares. Mantiveram o papel das Forças Armadas como garantidoras da lei e da ordem, mas estenderam ao Legislativo e ao Judiciário, sem especificar qual instância, o poder de chamar as Forças Armadas, achando que com isto estavam combatendo a autonomia castrense ao limitar o poder do Executivo.

A morte de três operários na tomada da usina de Volta Redonda e a péssima repercussão do ocorrido na caserna e na sociedade civil fizeram com que tal artigo fosse repensado. A partir da LC nº 69, estabeleceu-se que somente o presidente do STF e o presidente do Congresso Nacional, no âmbito de suas respectivas áreas, podem pedir a intervenção militar. No entanto, o presidente da República tem o direito de vetar o pedido. Na prática, voltou-se ao que estabelecia a Constituição de 1967 a 1969. Além do mais, manteve-se inalterado o papel militar de garantidor da lei e da ordem, o que significa dizer que quando os militares acharem que a lei e a ordem estão sendo violadas, mesmo que o presidente discorde, eles encontram amparo constitucional para intervir.

No entanto, houve um significativo avanço. A LC nº 69 determinou que a atuação das Forças Armadas ocorrerá de acordo com as diretrizes do Presidente da República após esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública

e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Ou seja, em época de paz as Forças Armadas são a reserva da polícia, e em período de guerra a polícia passa a ser reserva das Forças Armadas. A LC não especificou que deveria haver uma graduação no uso das Forças Armadas: de tropas de infantaria a tropas blindadas.

O presidente Collor anunciou no início de seu governo um projeto de privatização de empresas públicas deficitárias. A idéia era livrar o Estado do fardo deficitário que drenava intermináveis recursos públicos. Collor esqueceu de dizer que as regras de privatização do mundo civil não eram semelhantes às do mundo militar. A fábrica de armas Engesa tinha uma dívida de US\$ 450 bilhões mas possuía, em Brasília, um monte de amigos civis e fardados. Tais amigos encontraram uma solução para a empresa deficitária: ela se livraria das dívidas contraídas com o governo simplesmente virando governo, ou seja, a Imbel - Indústria de Material Bélico do Exército - incorporou o patrimônio da Engesa, incluindo suas dívidas. A conta foi para o bolso do contribuinte.

Este não foi o primeiro socorro concedido à Engesa. De acordo com Simonetti (1992), nos últimos cinco anos a empresa foi socorrida três vezes com dinheiro público, até que o rombo ficou grande demais. Numa delas, a Engesa pleiteou um empréstimo público, pois estava na iminência de concretizar uma encomenda de tanques Osório da Arábia Saudita no valor de US\$ 2,2 bilhões. A encomenda nunca se concretizou e, como os documentos da empresa não são documentos públicos, não se sabe onde foi parar o empréstimo público concedido.

À medida que Collor ia sendo alvejado por denúncias de corrupção através do esquema PC, o ressentimento militar pelos baixos salários e minguate dotação militar se avolumava. No dia 1º de junho, uma comissão parlamentar de inquérito do Congresso foi criada com o intuito de investigar acusações de corrupção contra Paulo César Farias. No mesmo mês, o Grupo Guararapes, que reúne 36 oficiais da reserva, incluindo ex-chefes de unidades militares, analisou a situação do país, afirmando no texto “A história brasileira e o poder político”, a existência de um descalabro administrativo no Brasil e adverte: marchamos a passos largos para uma crise grave. Serão as nossas Forças Armadas que serão chamadas para solucioná-la.

O senador FHC procurou jogar água na fervura ao escrever que: neste panorama desalentador, só um aspecto é positivo: as instituições não estão a perigo. Ninguém pensa em golpes, nem teme a desestabilização, conforme Cardoso (1992). O ex-presidente Figueiredo, por sua vez, ao ser indagado se havia clima para um golpe

militar, respondeu ironicamente que os militares golpistas não avisam antes que vão dar um golpe: explicam depois. O almirante Flores deu o tom do que seria o comportamento dos militares. Disse que a discussão sobre o afastamento presidencial era antecipada, mas que as Forças Armadas apoiariam o Congresso. Em bom português, se o Congresso derrubasse o presidente, os militares nada fariam para impedir sua queda, pois Collor vinha ferindo interesses castrenses. Ficar quieto significava dizer que Collor não tinha como se apoiar nos militares para intimidar o Congresso. Flores tornar-se-ia o principal elo entre Itamar Franco e a caserna.

No primeiro dia de setembro, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) pediram à Câmara dos Deputados o *impeachment* do presidente. No dia seguinte, o semanário *Veja*, também, concluiu que o presidente deveria deixar o cargo. Com seu índice de popularidade no chão, Collor teve que mudar o ritual presidencial praticado durante o desfile militar do dia da Pátria, receoso da eclosão de conflitos de rua.

Em vez de passar a tropa em revista antes de se dirigir ao palanque oficial, Collor chegou em um helicóptero ao quartel-general do exército. De onde foi diretamente para o palanque oficial através de um túnel. Tudo para evitar contato com a população. O governo do Distrito Federal colaborou ao decidir, juntamente com as Forças Armadas, pela não-construção de outros palanques em frente ao QG do Exército. Deste modo, não se fez necessário distribuir convites aos parentes de autoridades civis e militares. Além de não revisar as tropas, Collor abandonou uma outra tradição, a de desfilarem em carro aberto. Mesmo assim foi vaiado, caso continuasse na presidência, Collor estaria em débito com as Forças Armadas. Estas atuaram durante o jogo do *impeachment* de um modo muito inteligente: qualquer que fosse a decisão do Congresso, saíam fortalecidas.

Na análise de Zaverucha, Collor caiu, em boa parte, por falta de articulação política nas esferas civil e militar. Na verdade, caso não tivesse hostilizado o Congresso e as Forças Armadas, haveria boas chances de ter terminado o seu mandato.

Sobre a queda de Collor, finaliza Zaverucha:

Julgo necessário fazer-se uma distinção entre falta de intervenção explícita no processo político de apego à democracia ou adaptação aos mecanismos democráticos. Citaria dois exemplos: da Venezuela e do Equador. Em 1993, o presidente Carlos Andrés Pérez sofreu um *impeachment*. Ao contrário do Brasil, não se ouviu dizer que os militares venezuelanos tiveram apego à democracia. No Equador, o vice-presidente Alberto Dahik renunciou ao cargo e fugiu, em

outubro de 1995, para a Costa Rica, ao saber da decretação de sua prisão preventiva devido à manipulação de fundos secretos do governo. Dahik havia conseguido responder a todas as acusações no Congresso, que não conseguiu destituí-lo. Pesou a atuação sutil mas decisiva do Exército equatoriano, que fez ver aos políticos seu desejo de que Dahik renunciasse.

Posteriormente, tivemos o caso do presidente Abdalá Bucaram, que foi destituído da presidência, em 6 de fevereiro de 1997, pelo Congresso, sob a alegação de incapacidade mental. Como a Constituição equatoriana é omissa na questão sucessória, surgiu uma disputa pelo poder em três frentes: a do próprio Bucaram, que considerou ilegal sua destituição; a do presidente do Congresso, Fabián Alarcón, que tomou posse como presidente interino; e o da vice-presidente Rosalía Arteaga, que reivindicou seu direito de ocupar a presidência. O Equador teve, momentaneamente, três presidentes, mas nenhum deles governando de fato. (ZAUERUCHA, 2000, p. 104)

Tarcísio Costa, em seu ensaio intitulado *Os Anos 90: O Ocaso do Político e a Sacralização do Mercado* (in Mota, 2000, p. 86), faz uma avaliação interessante do governo Collor:

Inaugurada em março de 1990, a gestão do primeiro presidente eleito por voto direto após o regime militar não poderia ter sido mais desalentadora para os democratas. Voltado para uma agenda marcadamente econômica, Collor de Mello fez do mandato uma negação da política, que reduziu a gestos voluntaristas e manobras publicitárias, a serviço de metas definidas arbitrariamente, ainda que em conformidade com o discurso dominante. Estabilização da moeda, liberalização da economia e integração do país ao comércio internacional eram as metas que compunham a receita de modernidade oferecida ao país pelo presidente Collor. Alcançados os objetivos, o Brasil seria alçado ao Primeiro Mundo, ingressaria no concerto das nações civilizadas. Quem se oporia a isso senão os arcaicos, os amigos do passado, incapazes de perceber a direção do fluxo da história, para onde convergiam desde a Rússia ao Vietnã? Sem interlocutores que reputasse como legítimos, Collor de Mello ensaiou essa peça de uma só nota até outubro de 1992, quando foi destituído do cargo e teve os direitos políticos cassados pelo Senado Federal, por crime de responsabilidade.

O estilo desse presidente é midiático, criava fatos políticos para que sua imagem fosse projetada nos meios de comunicação, como se vê:

O estilo de Fernando Collor se fez patente desde a campanha eleitoral. A estridência no ataque aos marajás e o discurso de satanização dos políticos eram indicativos claros do gosto do futuro presidente pela política-espetáculo, pela teatralização da vida pública, que se acentuou nos dois primeiros anos de mandato. A cada semana, e com forte apoio publicitário, Collor fazia questão de colocar em destaque sua juventude e dinamismo, ora em corridas pelo cerrado, ora pilotando jatos supersônicos, sempre com gestualidade cênica. A imagem presidencial passou a ser associada aos atributos de vontade e força física, como se deles dependesse o exercício eficiente do cargo, a superação dos problemas nacionais. A inflação seria vencida com um só tiro, ou por um golpe de caratê. Questões que exigiam solução racional, discursiva, foram transpostas para o campo do voluntarismo, ou da simples força bruta. A população ficou a acompanhar as façanhas de Collor de Mello pelo vídeo, no papel de passiva espectadora, a quem se pródiga o fascínio mas se nega a ação, na feliz caracterização de Renato Janine

Ribeiro. O público não poderia ir além do aplauso ou da vaia. O palco seria exclusivo do presidente e de seu círculo íntimo, senhores do enredo, com autonomia plena para definir a agenda pública.

Em sua atuação política, Collor ultrapassava a esfera privada, suas aventuras esportivas eram motivo para manchetes nos jornais, invadindo a dimensão pública do cargo, como se fosse um artista, assim:

Ao dramatizar a política, Fernando Collor diluiu as fronteiras entre público e privado. Os códigos da vida pública passaram a ser determinados por categorias e práticas da vida privada - de apelo publicitário mais imediato, por dispensarem crítica mais imediato, por dispensarem crítica, deliberação. A começar pela construção da imagem pública do adversário a partir de aspectos de sua vida pessoal: uma suposta irresponsabilidade conjugal, uma alegada rejeição do papel paterno. Assumidos de antemão como verídicos, pela presumida credibilidade de quem os trouxe à baila, tais aspectos seriam suficientes para desqualificar Luís Inácio Lula da Silva como homem público, independentemente de suas posições políticas. O anti-herói era convertido *ipso facto* em mau governante. Já o presidente eleito, apresentado à exaustão como marido fiel e pai dedicado, seria inelutavelmente bom líder, dirigente virtuoso, amparado, de resto, como lembra Marilena Chauí, por uma estreita identificação com o modelo *yuppie*, sempre com respostas prontas, tom resolutivo. Ao contrário de seu opositor na campanha, Collor de Mello estaria apto a pautar sua gestão pelos critérios de administração e mando característicos da burocracia empresarial. A coisa pública passaria a ser regida pelos padrões hierárquicos e competitivos do mundo empresarial, sem preocupação maior com o princípio da isonomia, com a legitimidade dos conflitos ou com outras noções caras ao discurso democrático. No topo da máquina do Estado estaria um jovem executivo, soberano para dispor sobre os recursos públicos como se inscrites em seu patrimônio pessoal. (Costa, 2000, p. 86)

Como se depreende da leitura do supracitado autor, esse governo, que durou de 1990 a 1992, foi marcado pelo uso do *marketing* político e a confusão entre as esferas pública e privada no alto escalão do Governo Federal, redundando em seu prematuro afastamento do cargo, antes de vencido o seu mandato, com um final melancólico, haja vista o comportamento imperial do presidente, enquanto durou o seu governo.

Assim, durante a análise de todo o período que descrevi, de 1930 a 1990, alguns pontos se impõem como permanentes, ou como traços essenciais de nossa história. Indicarei alguns deles:

a) a história brasileira se mostra como um processo onde diversos setores e classes sociais disputam a hegemonia do Estado. Se retrocedermos a 1930, veremos um movimento civil-militar, que irá depor o presidente Washington Luís (ou revolução de 1930); logo a seguir em 1932, um novo movimento; em 1935 a Aliança Nacional Libertadora (Congregando militantes do PCB e Setor do operariado e camponeses. Contou com a participação de militares) tenta derrubar Vargas, em 1937 surge o Estado Novo e sucessivamente, temos movimentos civis-militares em 1938, ação integralista; 1945 deposição de Vargas; 1954 deposição de Vargas frustrada com seu suicídio, em 1955 é

necessário um movimento civil-militar para garantir a posse de Juscelino. Em 1961, com a renúncia de Jânio Quadros há o movimento da legalidade. E por último, em 1964 o golpe militar, com a retomada democrática de 1985, e a consolidação em 1990.

b) O movimento popular, inclusive o movimento estudantil, em todos esses períodos não tem conseguido direcionar a ação política do Estado, ou influenciá-la a partir de suas mobilizações, de maneira significativa, cabendo indagar as razões que levam os movimentos sociais a capitularem frente aos sucessivos governos, ao estabelecerem suas políticas de aliança, nem sempre resguardando a independência das entidades em relação ao governo.

c) A situação que se coloca a partir de 1985, facilita uma maior atuação dos setores populares e oposicionistas, o que possibilitou a organização de um governo composto por setores populares, eliminando o poder decisório das forças militares, a partir da redemocratização - 1986/1990, culminando no afastamento de Collor.

Tendo em consideração cada período aqui descrito e analisado e tendo como referência a sua dinâmica, é que o Movimento Estudantil tem atuado historicamente, pautando sua atuação conforme a conjuntura, indo da contestação ao compromisso.

Entendo que o exercício das atividades de direção do Estado brasileiro se faz de maneira patrimonialista, onde se destacam a personalização do poder e a busca de benefícios pessoais para os seus dirigentes, conforme Weber (2004).

3.6 – Do governo FHC a Lula – 1994 a 2009

Os dois Governos de Fernando Henrique Cardoso, têm sido objeto de vários estudos no sentido de compreender as mudanças implementadas na economia, na política e na educação. Para muitos analistas, este período é representado por uma supremacia do capital privado no país. Critica-se as medidas adotadas por este governo entendendo que se trata de uma reedição do liberalismo, onde o mercado passa a regular a atividade econômica.

Segundo Maria Z. Alice E. N. Souto (2008), Fernando Henrique Cardoso e o candidato a vice-presidente de sua chapa, Marco Antônio de Oliveira Maciel, foram eleitos em primeiro turno com 34.377.198 votos (54,3%) e tomaram posse em 1º de janeiro de 1995. O término de seu mandato seria em 31 de dezembro de 1998.

Logo depois de eleito, FHC, forma pela qual o Presidente passou a ser chamado pelos jornalistas e por toda a população, batalhou para ampliar a sua base no Congresso Nacional e, com isso, conseguir dos parlamentares a aprovação das suas propostas de emendas constitucionais. Essas emendas visavam a modernização do país e a retomada do crescimento econômico.

O Movimento Estudantil, representado pela UNE, vai se opor à ação política do Governo FHC:

Figura 27: A UNE contra o Governo FHC, 1994



Fonte: Projeto Memória – UNE, 2009.

A UNE se opõe ao Governo FHC entendendo que este provocava o desmonte da Universidade e do Serviço Público no Brasil, chamando-o de Neo-Liberal.

Em 1997, o Senado aprovou uma emenda que instituiu a reeleição para os cargos do Poder Executivo, como prefeitos, governadores e presidente da República: foram 64 votos a favor e 12 contra, tendo havido duas abstenções.

Quanto às reformas econômicas, necessárias para a definitiva estabilização da moeda e a retomada do crescimento econômico, foi sancionada a quebra do monopólio do petróleo, das telecomunicações, do gás canalizado e da navegação de cabotagem. Estas medidas foram consideradas essenciais para atrair o capital externo e adaptar o país ao mercado internacional.

Para dar continuidade ao processo de saneamento econômico, iniciado com o Plano Real, o presidente tomou medidas para a realização de ajustes econômicos, tais como o aumento da taxa de juros, para desaquecer a demanda interna, e a desvalorização do câmbio, para estimular as exportações e equilibrar a balança comercial.

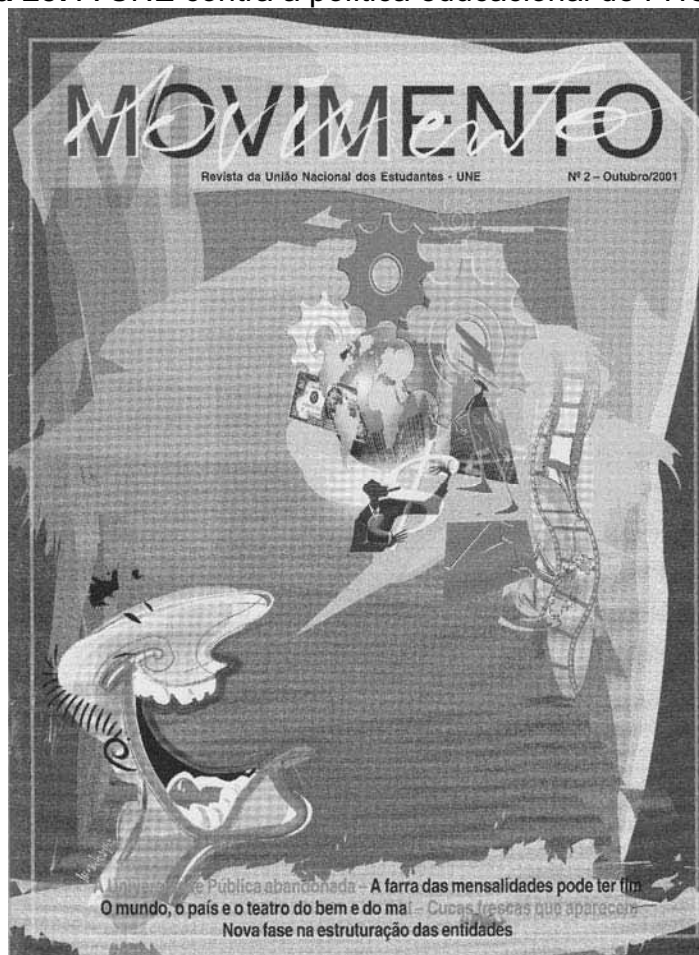
No ano de 1995, o PIB (Produto Interno Bruto), cresceu, levando o presidente a ter um alto índice de popularidade.

Em 1998, houve novas eleições para a presidência. Fernando Henrique Cardoso foi reeleito em primeiro turno, com 35.936.918 votos (53,06%). Foi a primeira vez no Brasil em que um presidente foi escolhido democraticamente para dois mandatos consecutivos.

O início dessa segunda gestão como presidente deu-se em 1º de janeiro de 1999, com término em 31 de dezembro de 2002.

A posição da UNE em relação ao Governo FHC, no que se refere à política educacional é expressa na revista Movimento, de outubro de 2001, como a seguir:

Figura 28: A UNE contra a política educacional de FHC, 2001



Fonte: Revista Movimento da UNE – 2001.

O segundo mandato não foi tranquilo na área econômica. Imediatamente após a posse do presidente, o Brasil estava renegociando um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), quando o governador de Minas Gerais, o ex-presidente

Itamar Franco, declarou moratória por 90 dias. Este fato abalou a credibilidade do país no mercado internacional. As reservas financeiras do país sofreram dano por causa de ataques especulativos ao real, o que levou o governo a abandonar a política de sobrevalorização cambial. Fernando Henrique Cardoso substituiu o presidente do Banco Central, Gustavo Franco, por Francisco Lopes.

Mas o acordo com FMI foi concluído e o Brasil conseguiu empréstimo de 41,5 bilhões de dólares. Obrigou-se, porém, a reduzir os gastos públicos, a aumentar a arrecadação por meio de impostos e a incentivar a exportação. Com isso, a taxa de juros foi elevada e a Câmara dos Deputados aceitou que fosse aumentada a alíquota da Contribuição Provisória sobre? Movimentação Financeira (CPMF), de 0,20% para 0,38%.

O dólar, cuja cotação vinha correspondendo a R\$ 1,21, passou a valer mais de R\$ 2,00 em poucos dias, para depois recuar para aproximadamente R\$ 1,80. Novamente o presidente substituiu o responsável pelo Banco Central, agora pelo economista Armínio Fraga.

Frente a esse panorama que fez cair muito a popularidade do presidente, Fernando Henrique Cardoso criou o Plano Plurianual (PPA), que supõe investimentos de 1,1 trilhão de reais. Esse programa foi batizado *Avança Brasil* e inclui a definição de metas para o desenvolvimento nas áreas da educação, da saúde, do esportes e da cultura.

A partir da eleição de Lula para presidência criou-se a expectativa de uma mudança substancial na ação do Estado, imaginando-se que, pelo fato deste governante ter ligações com o Movimento Operário, haveria maiores investimentos na educação, com transformações no Ensino Superior, conforme antigas reivindicações do Movimento Estudantil.

Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito no segundo turno com mais de 52 milhões de votos (61,3%), tendo como vice-presidente em sua chapa o empresário José Alencar, em clima de segurança política e democracia estável no Brasil, sendo um exemplo mundial, não só pela tecnologia empregada (urna eletrônica) com apuração incontestável e rápida de votos), mas também pela civilidade demonstrada em todo o país.

A vitória teve significado e importância maiores do que se imagina, pois a eleição de um ex-metalúrgico e ex-líder sindical, além da consolidação da democracia no Brasil com reflexos em toda a América Latina, demonstra que não são apenas as elites que se revezam no poder.

A história mostra que as qualidades individuais de qualquer presidente são mais decisivas para o sucesso do governo do que as circunstâncias políticas e econômicas do país, o que demonstra a responsabilidade do eleito.

Nos primeiros dias de governo, Lula manteve o discurso de campanha: confirmando a estabilidade institucional e econômica do Brasil, negociando com o Fundo Monetário Internacional (FMI) – propondo inclusive um superávit primário maior do que o estabelecido pelo governo anterior -, declarando respeito aos contratos firmados e controle rigoroso da inflação.

Formou um ministério com integrantes dos partidos que o apoiaram na campanha eleitoral, iniciando uma extensiva negociação com o Congresso Nacional para poder implantar as reformas previdenciárias, trabalhista e fiscal com o intuito de fazer o país crescer novamente e assim poder aumentar o nível de emprego e diminuir a taxa de juros.

Dando ênfase a sua plataforma de campanha eleitoral, com o objetivo de ampliar programas sociais, lançou o “Fome Zero”, para eliminação da fome no Brasil. O Fome Zero mobilizou inicialmente a iniciativa privada, que fez doações para se somar as verbas públicas empenhadas. Contudo, por erros estratégicos, o programa teve de ser substituído e criou-se um programa bastante conhecido do governo Lula, o “Bolsa Família”. A finalidade deste é a transferência direta de renda do governo para Famílias pobres e em extrema miséria. O Bolsa Família, no entanto, foi uma reformulação e ampliação de programas do governo anterior, como Bolsa-Escola, Vale-Gás etc.

Na educação básica o governo procurou aumentar a inclusão de crianças nas escolas, com a criação do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), com o aumento da transferência de verbas para estados e municípios, inclusive para elevação do salário do professorado, vinculada a elevação dos índices de evasão e desempenho escolar.

Para o ensino superior criou o PROUNI (Programa Universidade para Todos), concedendo bolsas de estudo nas faculdades particulares e possibilitando o acesso de milhares de jovens de baixa renda à educação para estimular o processo de inclusão social.

Passados vários anos do mandato deste Presidente percebe-se que há uma continuidade da política econômica implementada por FHC, cuja a preocupação central é com o pagamento dos juros da dívida externa. No que pertine às políticas sociais este Governo aprofunda o clientelismo, com a distribuição de bolsas e auxílios financeiros de toda a espécie para a população mais pobre do país.

O programa de governo de Lula foi elaborado tendo como eixo um novo modelo de desenvolvimento para o país, voltado para a solução dos problemas sociais, rompendo com a política econômica do governo FHC. O então candidato,

Lula, tinha um discurso suave, diferente de seu partido, no qual afirmava que a mudança deveria ocorrer sem traumas, respeitando os contratos assumidos pelo governo anterior.

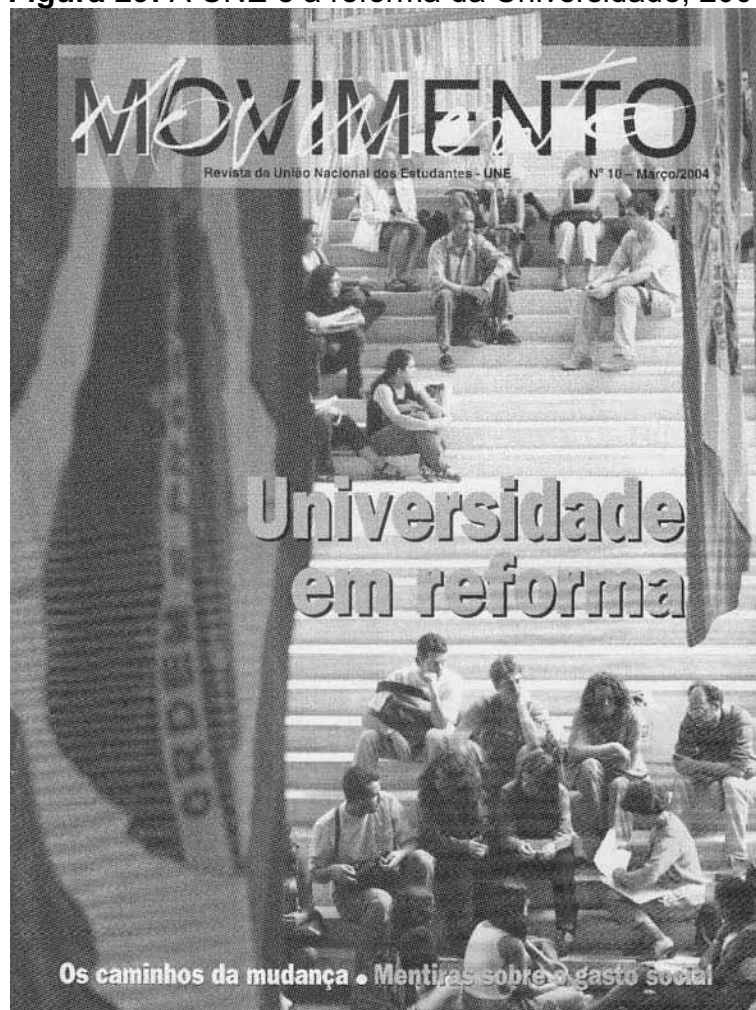
As alianças estabelecidas pelo PT, em 2002, representaram um alargamento de sua percepção política, unindo-se com PCdoB, PMN, PL, PPS, PSB, e PMDB, no segundo turno. Essa aliança vai dividir os cargos públicos e a sua gestão durante os dois mandatos de Lula, levando muitos militante históricos do PT a abandonarem o partido, por discordância política e ideológica. Alguns são expulsos por não aceitarem as alianças, que consideravam espúrias, como a Senadora Luiza Helena. (DA SILVA, 2005)

Pode-se constatar que, no que se refere ao Ensino Superior, não são implementadas mudanças substantivas, prevalecendo o jogo do mercado, tendo em vista que as instituições particulares de ensino continuam com ampla liberdade de atuação e as públicas permanecem com os mesmos problemas e deficiências constatadas na década de 1980, ou seja, falta de verbas, ausência de vencimentos justos para professores e servidores. Quanto a estrutura física e ao aparelhamento continua a situação de penúria há muito denunciada pelo Movimento Estudantil.

Nos depoimentos das lideranças estudantis e das autoridades universitárias procurarei realizar a reconstrução desse passado, tendo o cuidado de perceber que a memória é influenciada pelo momento presente, pela identidade do sujeito no presente, em razão de seus compromissos com as forças políticas que atuam no momento em que prestaram seus depoimentos.

No ano de 2004, fazendo críticas ao governo passado, de FHC, entendendo que referida gestão foi responsável pelo desmonte das Universidades brasileiras. Na edição de março desse ano a revista Movimento da UNE apresenta suas propostas iniciais e as supostas mentiras divulgadas pelo governo anterior a Lula, no que se refere aos gastos com as áreas sociais, a UNE concentra seu discurso na luta pela reforma da Universidade, conforme a seguir:

Figura 29: A UNE e a reforma da Universidade, 2004



Fonte: Revista Movimento da UNE – 2004.

3.7 – A discussão da reforma da universidade

O processo de reformulação da universidade brasileira passa por diferentes etapas, como se pode perceber a partir do documento “*Anteprojeto da Reforma da Universidade*”, divulgado pelo MEC em 2005:

2. AS REFORMAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA REPÚBLICA BRASILEIRA
 16. O desenvolvimento da educação superior brasileira, embora tardia, teve um forte impulso com a instauração da República. Embora tenha havido sucessivas legislações sobre a matéria, as duas principais reformas (1931 e 1968) foram elaboradas em períodos autoritários. Estes contextos históricos e as principais propostas neles contidas permitirão melhor compreender a complexidade da construção do Anteprojeto ora apresentado, que resultou de um amplo debate com todos os segmentos representativos da comunidade universitária e da sociedade. É possível afirmar que a realização de uma reforma da educação superior democrática representa uma experiência inédita na história da República brasileira.
 - 2.1 Reformas em tempos de autoritarismo

17. No curso da história da República no Brasil, duas leis gerais sobre educação superior tiveram uma longa vigência: a primeira, em 1931, de Francisco Campos, durante o Governo Provisório de Vargas, pós-Revolução de 1930; a segunda, em 1968, pelo Ministro da Educação, Tarso Dutra, durante a ditadura militar de 1964 e que ainda está em vigor.

2.1.1. A Reforma de 1931

18. O Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, instituiu o “Estatuto das Universidades Brasileiras”, definindo que o ensino superior “obedecerá, de preferência, ao sistema universitário”, podendo ainda ser ministrado por “institutos isolados”. Define como “fins do ensino universitário” “elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica em quaisquer domínios; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior; enfim concorrer pela educação do indivíduo e da coletividade (...) para a grandeza da Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade” (Art.1º). Segundo o mencionado Decreto, a organização das universidades “atenderá primordialmente ao critério dos reclamos e necessidades do país” e “será orientada pelos fatores nacionais de ordem psíquica, social e econômica” (Art.2º).

Sobre a organização das universidades o documento faz um relato histórico caracterizando-as desde o início das primeiras universidades, com o controle estatal, como o seus dirigentes escolhidos pelo executivo, como se vê:

19. A organização das universidades exigia congregar pelo menos três das seguintes unidades: Direito, Medicina, Engenharia e Educação, Ciências e Letras; dispor de “capacidade didática” (professores, laboratórios etc) e “recursos financeiros concedidos pelos governos, por instituições privadas e por particulares” (Art.5º). Estas poderiam ser mantidas pela União, Estados ou “sob a forma de fundações ou de associações, por particulares, constituindo universidades federais, estaduais e livres” (Art.6º) e seus estatutos aprovados pelo Ministro da Educação e Saúde Pública.

20. Neste contexto de forte controle estatal, “as universidades gozarão de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, didática e disciplinar” nos limites do Decreto (Art. 9º), admitindo-se “ampliar pela incorporação de novos Institutos, com prévia aprovação do Conselho Universitário” (Art. 11). Com relação às instâncias decisórias, as universidades seriam administradas: “por um Reitor e por um Conselho Universitário, sendo que Reitor, nas universidades federais e estaduais, será de nomeação dos respectivos governos, devendo a escolha recair em nome de listas triplas, votadas pelos respectivos Conselhos Universitários” (art. 17). Foi prevista uma Assembléia Universitária “constituída pelo conjunto dos professores de todos os Institutos Universitários” (art 24). Também a “vida social universitária” foi organizada prevendo associações de docentes (“Sociedade de Professores Universitários”) e discentes (“Diretório Central dos Estudantes”), cujos estatutos seriam aprovados pelo Conselho Universitário. (MEC, 2005)

Esta escolha dos dirigentes universitários ficava restrita àqueles que tinham a aceitação do regime, uma vez que a escolha não era efetivada por eleição direta, assim:

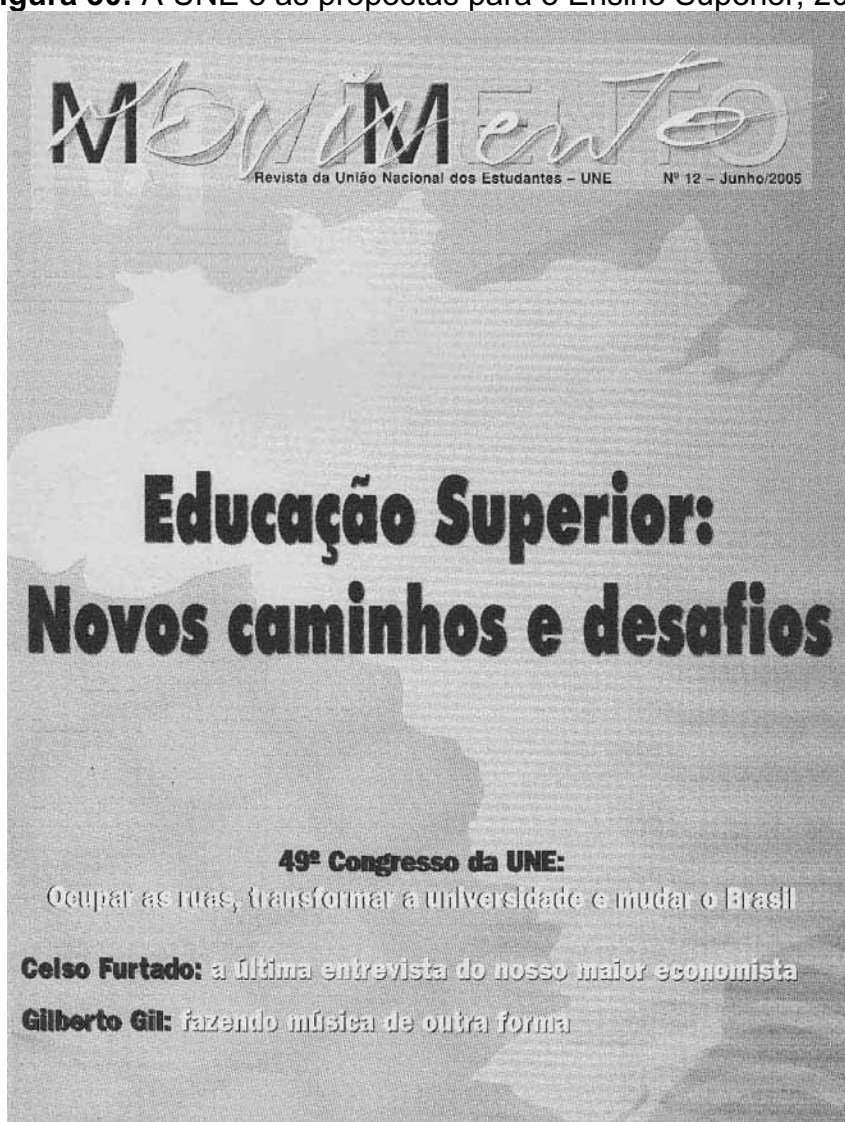
21. Até 1934, havia cinco universidades no país, todas públicas estaduais; em 1954 já havia dezesseis universidades (das quais 5 confessionais) e, em 1964, este número cresceu para trinta e nove (29 públicas e 5 confessionais). A partir de 1950, houve a federalização da maioria das universidades estaduais, salvo a

Universidade de São Paulo (Lei nº 1.254, de 1950; e Lei nº 1.523, de 1951). O número de estudantes multiplicou-se mais de quatro vezes (de 27.253 para 142.386 entre 1954 e 1964) e a matrícula manteve-se majoritária nas instituições públicas (59,7%, em 1954, e 61,3%, em 1964). A expansão crescente das instituições públicas e privadas será um processo posterior à reforma de 1968. (MEC, 2005)

Este relato do processo de reforma da universidade brasileira pode ser confirmado pelos documentos mencionados no capítulo II, deste trabalho, bem como nos depoimentos que coletei com objetivo de historiar o surgimento e desenvolvimento da universidade e do ME.

A UNE divulga as suas propostas para a reformulação do Ensino Superior conforme se segue:

Figura 30: A UNE e as propostas para o Ensino Superior, 2005



Fonte: Revista Movimento da UNE – 2005.

Este processo é desenvolvido no regime militar nos seguintes termos:

2.1.2. A Reforma de 1968

22. O ideário da Reforma Universitária de Córdoba (1918) chegou no Brasil tardiamente, através da União Nacional dos Estudantes - UNE, no início dos anos 1960. A mobilização em torno da reforma universitária, associada às “reformas de base”, politizou o movimento estudantil. Esse processo foi interrompido pelo golpe de 1964. Encerrada a primeira fase das medidas repressivas nas universidades, o governo militar proporia uma reforma modernizadora inspirada no modelo das universidades americanas.

23. Dois Decretos prévios já indicavam essa direção. O Decreto-Lei nº 53, de 1966, vedava a duplicação de meios para fins idênticos; propunha a indissociabilidade entre ensino e pesquisa; o fim das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras; a criação das Faculdades (Centros) de Educação; e também a suspensão das garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade dos funcionários públicos para assegurar a remoção dos respectivos titulares. O Decreto-Lei nº 252, por sua vez, implantou os departamentos como a menor fração da estrutura universitária. (MEC, 2005)

Percebe-se, no texto acima, conforme mencionado anteriormente que o movimento de Córdoba repercutiu bastante em nosso país, a partir da criação da UNE, em 1937, e não somente a partir de 1960, como citado, ou seja, pode-se afirmar que as propostas de reforma da universidade são formuladas a partir da década de 1930, juntamente com o ideário de um Estado Nacional.

Com o golpe militar de 1964, várias medidas são adotadas para a reformulação da universidade, sobre tudo no ano de 1968, com as seguintes iniciativas:

24. A Lei nº 5.540, de 1968, resultou de um “Anteprojeto de Lei” elaborado por um “Grupo de Trabalho”, designado pelo Presidente Costa e Silva e presidido pelo Ministro da Educação, Tarso Dutra. O Grupo de Trabalho recebeu a incumbência de “estudar a Reforma da Universidade brasileira visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país” (art.1º). A proposta transformada em lei deixou em aberto o regime jurídico e administrativo “admitindo que as universidades se organizassem sob a forma de autarquia, fundação ou associação” e mesmo “sob a forma jurídica de direito privado, não se desvinculassem do poder público, na hipótese de serem por ele mantidas”.

25. Entre o Anteprojeto do Grupo de Trabalho e a Lei nº 5.040/68, houve, porém, uma série de vetos que modificaram sua forma original. A própria definição de “ensino superior”, por exemplo, foi vetada parcialmente. No Anteprojeto, previa-se que “o ensino superior, indissociável da pesquisa, será ministrado em universidades”; já na Lei, estipulou-se que “o ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e arte e a formação de profissionais de nível universitário”.

26. A Lei de 1968 foi acompanhada de uma série de anteprojetos: Estatuto de Magistério Superior Federal; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; incentivos fiscais e adicional do Imposto de Renda para o financiamento de pesquisas relevantes para a tecnologia nacional entre outros. Se a nova Lei, por um lado, modernizou e profissionalizou as universidades públicas, acoplando-as a um sistema de pós-graduação e de financiamento da pesquisa, por outro, permitiu que a forte demanda por educação superior se fizesse pela expansão desordenada do setor privado.

27. Hoje, o sistema de educação superior brasileiro está fragmentado: banalizou-se o conceito de universidade e expandiram-se as instituições privadas com critérios frouxos de regulação e supervisão. Essa combinação entre uma forte expansão do setor privado sem qualquer planejamento e um sistema público com universidades de pequeno porte em termos latino-americanos é uma das questões centrais enfrentadas pela presente proposta de Reforma da Educação Superior. (MEC, 2005)

Com o fim do regime militar, nos governos que se sucedem tem-se a seguinte avaliação:

2.2. A reforma da educação superior em tempos de democracia

28. No governo do Presidente Lula a “Reforma Universitária” foi reinserida na agenda das prioridades nacionais depois de várias décadas de retardamento do debate na Nova República. Com esta iniciativa, o governo assume uma tarefa inédita na história Republicana posterior à redemocratização. É fato por si mesmo significativo que, transcorridas duas décadas desde a transição democrática, o sistema brasileiro de educação superior continue regido por um estatuto legal herdado do regime autoritário. A proposta de Lei de Reforma ora apresentada cumpre, portanto, uma tarefa inadiável para o país e para as novas gerações de estudantes que, de todas as origens sociais, aspiram legitimamente por um acesso mais democrático à educação superior.

29. A instituição do Grupo Executivo da Reforma Universitária, em 2004, desencadeou um processo de reforma com cronograma definido, prevendo um calendário de debates com entidades representativas de todos os segmentos acadêmicos e sociais. Apesar da complexidade da metodologia adotada, o debate interno e externo desenvolveu-se num ritmo intenso e regular. Ao promover o diálogo com uma multiplicidade de atores institucionais e sociais, o Ministério da Educação reconhece que, em educação, o método e o processo são tão importantes quanto os seus resultados. (MEC, 2005)

Percebe-se que, por ser um documento oficial, a crítica quando é externada, se dá em relação a períodos passados, como se a história fosse reiniciada com a ascensão do PT ao Governo Federal.

A partir deste momento, o silêncio da UNE lembra que ela chegou ao seu objetivo, participa do governo, compartilha do ideário que move esse governo.

A prevalência de um posicionamento novo por parte do Governo Lula é acentuado no documento da seguinte forma:

30. Os diagnósticos e as propostas construídas coletivamente mediante debate público e crítico, responderam em grande medida aos compromissos do governo Lula no campo da educação superior. A articulação entre o programa do governo e o debate amplo das propostas foi traduzida em duas versões preliminares, que mostraram a disposição em acolher as contribuições dos mais variados interlocutores. O presente Anteprojeto é a expressão desse amplo debate e propõe-se a estabelecer diretrizes para reestruturar a complexa e fragmentária situação da educação superior brasileira, tendo como parâmetros a qualidade acadêmica e a efetividade social.

31. Diante de um quadro de hegemonia do setor privado e de uma universidade pública em crise por seu desfinanciamento progressivo, coube ao atual governo responder a uma expectativa legítima de que o novo projeto de reforma corresponda a uma proposta Republicana para a educação superior. Neste sentido, a proposta a ser submetida ao Congresso Nacional respeita a identidade e a vocação própria de cada tipo de instituição de ensino, assegurada sua missão pública, com qualidade e compromisso social independentemente de sua estrutura jurídica.

32. A evolução recente da educação superior brasileira mostra a necessidade urgente de reestruturar um sistema atomizado (44% das instituições têm menos de 500 estudantes) para que ele cumpra, sob a supervisão do Poder Público, a missão prevista para os setores público e privado na Constituição de 1988. Dados do último Censo da Educação Superior revelam de forma eloquente essa realidade.

33. O fenômeno mais saliente é a rápida expansão das instituições privadas nas últimas décadas, que colocou o Brasil na liderança na América Latina em número de instituições e de alunos matriculados em estabelecimentos privados. Na última década, em termos percentuais, estes cresceram de 74,4% para 88,9%, entre 1994 e 2003, enquanto o setor público, já minoritário (25,6%), ficou reduzido a 11,1%. (MEC, 2005)

Os dados divulgados pelo MEC, conforme se verá a seguir, comprovam meu argumento de que tem havido uma crescente privatização do ensino superior no Brasil, independentemente do grupo político-partidário que tem o controle do Estado. No período do Governo FHC houve uma abertura acentuada para a iniciativa privada em todos os setores da economia, mediante o processo de privatização das empresas estatais, com reflexo direto no setor educacional, conforme se vê a seguir:

Tabela 1. Evolução da Distribuição das Instituições Públicas e Privadas (1994-2003)

Instituições (em %)	1994	1998	2002	2003
Públicas	25,6	21,5	11,9	11,1
Privadas	74,4	78,5	88,5	88,9

Fonte: Censo da Educação Superior (2003).

Tabela 2. Distribuição das Instituições segundo o perfil institucional

Instituições	Número	%
Universidades	163	8,7
Centros universitários	81	4,3
Faculdades Integradas	119	6,5
Faculdades Isoladas, Escolas e Institutos	1.403	75,5
Centros de Educação Tecnológica	93	5,0
Total	1.859	100

Fonte: Censo da Educação Superior (2003).

34. Os dados da distribuição da matrícula confirmam a hegemonia incontestada do setor privado: para um total de 1.661.034 de alunos em 1994, havia 41,6% no setor público e 58,4% nas instituições privadas. A evolução da matrícula entre 1994 e 2003 mostrou um crescimento exponencial da participação das instituições privadas. De acordo com o Censo da Educação Superior, as instituições privadas concentram 70,8% dos 3.887.771 alunos matriculados, cabendo ao setor público uma modesta participação de 29,2%.

Tabela 3 - Matrículas nos Cursos de Graduação

Ano	Total	Público %	Privado %
1994	1.661.034	690.450 (41,6)	970.584 (58,4)
1998	2.125.958	804.729 (37,9)	1.321.229 (62,1)
2002	3.482.069	1.053.811 (30,3)	2.428.258 (69,7)
2003	3.887.771	1.137.119 (29,2)	2.750.652 (70,8)

Fonte: Censo da Educação Superior (2003)

35. Nesta perspectiva analítica, é importante ressaltar que os estudantes brasileiros do ensino superior, além de estarem em sua grande maioria em instituições privadas, frequentam cursos noturnos, segmento no qual o domínio destas é ainda mais marcante, representando 82,1% das matrículas.

Tabela 4 – Matrículas de Graduação por Turno

Turno	Brasil	Público %	Privado %
Diurno	1.617.118	729.675 (45,1)	887.443 (54,9)
Noturno	2.270.653	407.444 (17,9)	1.863.209 (82,1)
Total	3.887.771	1.137.119 (29,2)	2.750.652 (70,8)

Fonte: Censo da Educação Superior (2003)

Diante deste quadro o Governo Federal coloca as seguintes questões para orientar a reforma da Universidade:

36. Os dados acima são reveladores da urgência nacional de uma reforma da educação superior que, respeitando a legitimidade, a diversidade e a identidade das instituições públicas e privadas, aponte para sua necessária reestruturação e estabeleça as bases de um sistema de educação superior.

2.3 Objetivos da Reforma

37. O Anteprojeto de reforma da educação superior aponta para a construção de um sistema nacional de educação superior que supere a fragmentação atual e busque responder a algumas questões fundamentais, tais como:

- a) Qual o papel do Estado na avaliação e supervisão de um sistema de educação superior público/privado tão heterogêneo?
- b) Que nível de massificação seria aceitável para o sistema público de educação superior para que ele continue a cumprir suas funções na pós-graduação e na pesquisa fundamental e aplicada?
- c) Qual a função estratégica das universidades na geração de conhecimentos científicos e tecnológicos e na construção de um projeto de Nação soberana e inserida na competição internacional? (MEC, 2005)

Depreende-se da leitura acima a preocupação do Governo Federal em manter as situações estabelecidas preservando, inclusive, o ensino particular.

Colocadas estas questões, vale lembrar os pressupostos da reforma da Universidade na proposta governamental:

3. PRESSUPOSTOS POLÍTICOS E ACADÊMICOS

3.1. A educação como direito e bem público

47. Uma nova política de educação superior precisa apoiar-se em pressupostos epistemológicos, acadêmicos e políticos que indiquem claramente sua fundamentação. O enfoque adotado pelo Anteprojeto direciona-se a uma nova política capaz de refundar a missão pública do

sistema de educação superior, respeitando sua diversidade, mas tornando-o compatível com as exigências de qualidade, relevância social e autonomia universitária e acadêmica.

48. No Brasil, a educação foi definida constitucionalmente como “direito de todos e dever do Estado” há mais de quatro décadas. Esse direito social e humano é fundamental num país que ainda enfrenta o desafio do analfabetismo e onde o sistema educacional ainda reflete e reproduz as hierarquias e divisões sociais. Como patrimônio cultural, a educação em todos os seus níveis é, por excelência, um instrumento poderoso de formação de cidadãos e de profissionais voltados para a construção e consolidação desse patrimônio. A educação superior é igualmente portadora de referência à identidade, à ação, à memória dos grupos formadores da nação, incluídas todas as formas de expressão, as criações artísticas, científicas, tecnológicas, assim como as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, entre outros.

49. Vista da esfera pública, a educação superior tem compromisso, pois, com a criação, conservação e comunicação dos saberes com o sentido de fecundar a cultura e dotar a sociedade brasileira de bens culturais relevantes para o seu desenvolvimento. (MEC, 2005)

A educação superior é considerada como bem público, porém, nenhuma ressalva é feita em relação ao ensino particular, que continua ampla liberdade de atuação.

Destaca o aludido documento que é dever do Estado a manutenção da educação nos seguintes termos:

3.2. Razões de Estado

50. Em sentido amplo, a educação é dever do Estado e da família (art 205 da Constituição Federal) mediante o “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208). Reza a Carta Magna que: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (art 215). “Constituem patrimônio cultural brasileiro (...) as criações científicas, artísticas e tecnológicas” (art 216, III). “A pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional” (§ 2º do art 218).

51. Sendo assim, o Estado deve propiciar, ele próprio, a educação superior como um de seus atributos não apenas em benefício dos que a recebem diretamente das instituições públicas de educação superior, mas também em favor do conjunto da sociedade pelos serviços que lhes prestarão os profissionais por elas formados, pelo conhecimento que geram e comunicam à sociedade, aí incluído o desenvolvimento e aperfeiçoamento de técnicas produtivas com repercussão econômica direta. (MEC, 2005)

A manutenção da educação como dever do Estado e da família é reafirmado no documento, sem mencionar os seus mecanismos concretos asseguradores.

O esforço do Estado é destacado no documento, do seguinte modo:

52. É notável o esforço do Estado brasileiro em propiciar a educação superior. Todos os Estados da Federação e o Distrito Federal são dotados de pelo menos uma universidade federal, cujo desenvolvimento se fez em período

relativamente curto, equiparando-se em qualidade a universidades de bom nível no mundo desenvolvido. Entretanto, é ainda escassa a presença da universidade pública no interior do país, onde quase não há fontes laicas de geração de cultura, salvo quando iniciativas estaduais e municipais tentam atender a demandas de formação superior. A tendência de interiorização da educação superior tem sido, em grande medida, comandada pelo setor privado. 53. A Reforma da Educação Superior visa, nesse sentido, a ampliação da rede pública de educação superior e a oferta de melhores condições acadêmicas nas instituições existentes para que elas cumpram suas finalidades, conforme o previsto no § 3º do art 218 da Constituição. Refere-se ao papel do Estado como provedor da educação superior pública e como supervisor da educação superior privada realizada legitimamente, conforme art 209 da Carta Maior. Entretanto, a educação privada não se exime das finalidades da educação superior a que se submete a educação superior pública. (MEC, 2005)

No discurso é ressaltado o poder do Estado de submeter o ensino privado à regulamentação oficial, sem estabelecer diretrizes concretas para esse fim.

A propósito do interesse da sociedade na criação e manutenção do ensino destaca o seguinte:

3.3. Razões da sociedade

54. Se as razões do Estado em promover políticas de autorização, avaliação, e supervisão de instituições de ensino superior são legítimas e pertinentes, atendendo ao interesse público é preciso considerar também a importância das razões da sociedade, que se beneficia diretamente da boa educação superior ou sofre os efeitos do ensino de má qualidade.

55. Em outros termos, é em relação à formação adequada dos profissionais que servem à sociedade que se torna importante a supervisão do Estado sobre a educação superior, tanto pública como privada. Essa acepção dá base de legitimação para o sistema nacional de avaliação da educação superior e sustenta os requisitos previstos no Anteprojeto para autorização, credenciamento, renovação de credenciamento e descredenciamento de instituições ou cursos. (MEC, 2005)

As Instituições de Ensino Superior que não formam bons profissionais devem ser combatidas, segundo o documento, da seguinte forma:

56. Cabe ao Estado proteger a sociedade da ação perniciosa de instituições de educação superior que não formam bons egressos. Os serviços prestados por graduados de nível superior, quando de má qualidade, causa riscos à sociedade e prejuízos aos cidadãos. Então, o sistema de avaliação da qualidade e os efeitos regulatórios dela decorrentes a serem exercidos pelo Estado é uma ação preventiva em benefício da coletividade. Por sua vez, ao exercer a regulação e a supervisão à luz dos resultados da avaliação, instituída pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o Estado atua em defesa do interesse público.

57. Cabe ao Poder Público assegurar que as instituições, públicas e privadas, cumpram sua função acadêmica e social.

58. Nessa perspectiva, é de grande importância que as políticas de Estado dimensionem adequadamente a expansão de ensino superior público no interior do país para dar uma resposta justa e legítima para os jovens nelas nascidos e que, pelo menos, com a sua formação possam contribuir para o seu desenvolvimento social e cultural, buscando novas inserções no mercado do trabalho. As associações entre o poder público, no plano local, e a iniciativa

privada, sob supervisão do Estado, poderão orientar em quais áreas de conhecimento prioritárias esse investimento poderia ocorrer de forma a expandir e a atender melhor às demandas dos estudantes por educação superior.

(Ministério da Educação – Exposição de Motivos – Anteprojeto de Lei da Educação Superior, Brasília, 29 de julho de 2005)

Os pressupostos contidos no documento acima estão fundamentados no texto da Constituição Federal de 1988, consubstanciados na defesa de uma universidade que seja um direito público, porém, não exclusivamente prestado pelo Estado, ou seja, abre-se a possibilidade de atuação da iniciativa privada, nos mesmos moldes atualmente existentes.

O Governo do Presidente Lula mantém-se fiel ao princípios do liberalismo em matéria de educação superior, permitindo a livre organização das instituições privadas.

Esta proposta sofreu inúmeras críticas por parte das entidades que representam os professores, funcionários e estudantes das universidades. Veja-se, a seguir, como se posicionou a UNE e as entidades a ela filiadas.

Na investigação a respeito do ensino superior, alguns aspectos que despertaram meu interesse de maneira diferenciada, ou seja, a questão relativa ao financiamento, à autonomia e ao papel desempenhado pelo Banco Mundial no aporte de recursos e direcionamento das políticas educacionais.

O que me parece ainda mais interessante é perceber, na discussão acima proposta, quem são os atores políticos que se articulam em busca do financiamento, as Agências de Fomento, tendo como referência o Banco Mundial e as propostas de autonomia que são colocadas pelos referidos agentes.

De forma mais específica, circunscrevi minha preocupação em perceber como os estudantes são vistos pelo Banco Mundial, no contexto das políticas educacionais propostas.

O trinômio financiamento, autonomia e influência externa remete à deliberação do Conselho da Universidade do Rio de Janeiro, em 1934:

...o grau de autonomia didática e administrativa de instituições de educação e ensino se mede pela amplitude da autonomia financeira que lhes é proporcionada. (Amaral, 2003)

Partindo desta premissa que a autonomia encontra-se vinculada à forma de financiamento possibilitada às instituições superiores de ensino, pode-se deduzir que a ingerência dos organismos multilaterais (FMI, BANCO MUNDIAL, BID, OMC, entre outros) condicionam o grau de autonomia das mencionadas instituições.

No que tange às políticas públicas, tem-se que as políticas públicas são resultantes do seguinte:

Este estudo afirma que as políticas para a educação pública são resultantes, em primeiro lugar, das imposições das instituições internacionais, particularmente do Banco Mundial, nas prescrições sócio-educacionais, não apenas pelo montante financeiro de que dispõe, mas pela capacidade de gerenciar e manipular o consentimento dos governados; em segundo lugar, resultam da capacidade de as entidades, associações, organizações e sindicatos avançarem na direção almejada pelas forças sociais opositoras; e, em terceiro, das práticas pedagógicas inventadas, confrontadas e inovadas no interior da escola pública, em que se conjugam histórias de vida, identidades, valores, concepções teóricas, culturas e saberes. (ABÁDIA, 2002, p. 123)

Neste sentido, as diretrizes para o ensino superior contidas no documento *La Enseñanza Superior: las lecciones derivadas de la experiencia*, do Banco Mundial, aponta para a vinculação universidade-mercado.

Segundo o denominado estudo, a finalidade desse Banco é difundir lições, como se vê:

La finalidad de este estudio es destacar y difundir en forma amplia las lecciones derivadas de la experiencia en relación con la enseñanza superior en muchos países. En él se combinan los resultados de un gran número de informes temáticos y estudios de casos regionales, ya sea encargados específicamente para el estudio o preparados como parte de las actividades normales de los departamentos de operaciones del Banco Mundial.

En la preparación del estudio se dió mucha importancia a las consultas externas. El programa de trabajo se basó en una serie de reuniones internacionales y regionales en las que participaron dirigentes de la enseñanza superior de países industrializados y en desarrollo, representantes de organismos crediticios y de asistencia, y miembros de asociaciones de educación superior. Este proceso de consulta demostró ser una manera valiosa de compartir información y recibir opiniones constructivas para llevar a cabo el estudio. Los Directores Ejecutivos del Banco Mundial examinaron este documento el 15 de octubre de 1993.

A importância do ensino superior é assim destacada:

Las instituciones de nivel terciario tienen la responsabilidad principal de entregar a las personas los conocimientos que se requieren para desempeñar cargos de responsabilidad en los sectores público y privado. Estas instituciones entregan nuevos conocimientos através de la investigación, sirven de medio para transferir, adaptar y divulgar los conocimientos que se generan en otras partes, y apoyan a los gobiernos y a los círculos empresariales prestándoles servicios de asesoría y consultoría. En la mayoría de los países, las instituciones de educación postsecundaria también desempeñan importantes funciones puesto que contribuyen a plasmar la identidad nacional y sirven de foro para un debate pluralista. El desarrollo económico: las tasas de matrícula tienen un promedio de 51% en los países que pertenecen a la Organización de Cooperación y Desarrollo Económicos (OCDE), en comparación con el 21% en los países de ingreso

mediano y 6% en los de ingreso bajo. Las tasas de rentabilidad social estimadas en 10% o más en muchos países en desarrollo también indican que las inversiones en este nivel de la educación contribuyen a aumentar la productividad laboral y a producir un crecimiento económico más alto a largo plazo, elementos que son fundamentales para el alivio de la pobreza. (BANCO MUNDIAL, WASHINGTON, 1995)

A dependência do financiamento interno e externo, é responsável pela existência de amarras à liberdade acadêmica das instituições (Amaral - 2003).

Nesse passo, as reformas que tenham como elemento norteador o mercado têm apoio prioritário do Banco Mundial, desde que sejam vinculadas aos projetos macroeconômicos de desenvolvimento do país que recebe o financiamento.

Nos governos FHC (1995-2002), a reforma da educação superior teve por base uma política de diversificação e diferenciação que associou três princípios fundamentais: flexibilidade, competitividade e avaliação, objetivando uma expansão acelerada do sistema. (Dourado, Catani e Oliveira - Políticas Públicas e Reforma da Educação Superior no Brasil: impasses e perspectivas, 2005).

Quanto ao Movimento Estudantil, o objetivo era controlar e reprimir o Movimento Estudantil. Este objetivo foi traduzido de várias formas nas propostas, desde a oferta de um tipo específico de "extensão universitária" que procurava muitas vezes apenas "ocupar" os estudantes, canalizando suas energias e seu intuito de transformação e, até mesmo, buscando tornar obrigatória a prática de educação física.

O controle sobre o Movimento Estudantil foi também, para além das reivindicações das elites, peça-chave da política para o ensino superior na ditadura, e permitiu que o regime unisse duas necessidades em uma só: a do controle sobre as práticas supostamente subversivas dos estudantes, ao mesmo tempo em que tal controle era utilizado como instrumento de legitimação do regime, pois parte dessas práticas eram revestidas de um caráter assistencialista e caritativo, nos moldes dos referidos programas de "extensão universitária", conforme Germano (2000).

Sobre a ação do Governo Federal após o Golpe 1964, a sua atuação repressiva em relação ao Movimento Estudantil e a reação dos estudantes é oportuno o depoimento de Aldo Arantes (1992), ex-presidente da UNE, que afirma:

Nós sabemos que o Golpe Militar de 1964 foi motivado pelas classes dominantes brasileiras, em acordo com as grandes empresas Multinacionais e o apoio expressamente com as grandes empresas Multinacionais e o apoio expressamente com os Norte-Americanos. Quer dizer, a CIA organizou a Organização "Brother Sam, a Operação Brother Sam", foi uma operação

articulada pela CIA e o sentido que dava cobertura ao Golpe Militar no Brasil. E o Golpe Militar no Brasil visava exatamente interesses econômicos dos latifundiários, dos grandes capitalistas.

Na sua visão o golpe militar volta-se contra a população e tem na juventude um ponto de resistência importante, em suas palavras:

... por um lado, um amplo processo de participação, popular que eu já disse pra você, destacadamente da juventude, tanto assim que o Golpe se volta contra o Movimento popular de uma forma geral mas muito destacadamente, contra o Movimento Estudantil. Logo após o Golpe Militar veio à tona a Lei Suplicy. O quê que era a Lei Suplicy? Era uma lei que colocava a UNE na ilegalidade e procurava criar o chamado Diretório Nacional dos Estudantes e eram os Diretórios Estaduais de Estudantes. Era tentar impor uma estrutura ao Movimento Estudantil Brasileiro. Os estudantes rechaçou esse alternativa, a UNE, evidentemente, estava na ilegalidade, perdeu a sua sede. Aliás, não foi falado, a sede da UNE foi fruto de um processo de luta, realizado na, no curso da luta do Eixo do Nazi-fascismo, em que os estudantes ocuparam a antiga Embaixada da Alemanha. A sede da UNE era o antigo (?) Germânico, era exatamente a sede da UNE. (ARANTES, A., 1992)

A fase considerada heróica da UNE, pelo próprio ME, com a luta contra o Regime Militar, está sempre presente no discurso dessa ex-liderança, como se pode ver:

Essa sede da UNE, com o Golpe Militar de 64, ela é incendiada e saqueada pelos militares. E a UNE fica, portanto, quer dizer, sem base material para o seu funcionamento, fica na ilegalidade, mas continua (?). os estudantes continuam a luta. Em 66, há o assassinato do Edson Luís que vocês devem ter vistos aí, com os anos rebeldes”, com movimento de grandes proporções e que a manifestação dos “Cem Mil” e o Movimento Estudantil continua crescendo e, é nesse processo, contra os acordos MEC-USAID, que era a tentativa exatamente de colocar a Universidade brasileira em função do projeto mais geral, quer dizer, do desenvolvimento do Capitalismo na América Latina. (ARANTES, A., 1992)

Os acordos do governo brasileiro com as agências norte-americanas para a educação, são criticados por ele, nos seguintes termos:

Então, contra o acordo MEC-USAID, e que depois (?) de uma maneira bastante significativa e luta contra a Ditadura Militar. Isso então, caiu das grandes manifestações estudantis de 68 que por sinal, coincide com manifestações estudantis que tem na Europa que tem em vários países do mundo, quer dizer, é um momento interessante pra gente refletir: “O que aconteceu em 68 que essa grandes manifestações estudantis que deram, estava no curso da Guerra do Vietnã, uma grande rebeldia da juventude, a nível mundial, pelo massacre que se fazia ao povo do Vietnã né? Mas havia também outros fatores de crises, de problemas enfrentados nesses países. O fato é que, em 68 ficou como marco de um levante da juventude, aí não só nos países latino-americanos, mas, quer dizer em vários países de todo o mundo. É um fato interessante, na França, na Alemanha, grandes manifestações estudantis se deram no ano de 68. (ARANTES, A., 1992)

A repressão ao movimento e sua desarticulação são efetivadas após 1968, conforme ele:

O fato é que depois de 68 vem o ato Institucional nº 4 e o Ato Institucional nº 5, então, ele impõe uma ditadura militar fascista. Se eles prendiam, torturaram, localizadamente, estudantes, esse gesto passou a ser generalizado. E, aí, passaram a assassinar. A questão do assassinato de lideranças populares estudantis passou a ser o débito de todos, o terrorismo passou a ser débito do Governo sobre o povo, a partir de 68. E, aí, então, a UNE que era ilegal passou a ser clandestina. A UNE teve que entrar na clandestinidade. Agora, evidentemente, não é possível uma entidade de massa, sobreviver na clandestinidade. Então, vários líderes estudantis são presos, torturados, assassinados. Quer dizer, vocês sabem, eu fui preso, fui torturado. Inúmeros líderes estudantis foram presos e inúmeros foram assassinados. Nós temos o Honestino Guimarães que era de Goiás, era também goiano, foi o penúltimo Presidente da UNE que foi assassinado. Quer dizer, até hoje, não se sabe exatamente o que aconteceu com o Honestino Guimarães. Nós sabemos que ele foi assassinado, né? (ARANTES, A., 1992)

O chamado “refluxo do movimento”, no qual há uma diminuição da atuação política do ME, é acentuada por ele, atribuindo tal fato à repressão do governo militar, deste modo:

Bom o fato é que nesse período, depois de 68, sobretudo a partir da década de 70, quer dizer, aí há um reflexo muito grande no Movimento Estudantil. Há um reflexo muito grande. Há um período exatamente das ações armadas, da resposta armada, da rebeldia armada da juventude; quer dizer, que várias organizações desenvolvem ações armadas e que há a guerrilha do Araguaia etc. e o Movimento Estudantil volta retoma a sua ação de massa aí, a partir de 75, é com o processo realmente de reorganização do Movimento Estudantil, de reorganização da UNE. (ARANTES, A., 1992)

Nesse depoimento Aldo Arantes faz uma ampla explanação sobre os eventos que ocorreram no Brasil no período posterior ao Golpe de 1964, até as proximidades do término da década de 1970, onde se pode constatar que sua representação desse passado está demarcada pelo enfrentamento com a Ditadura Militar. Há uma visão extremamente negativa em relação aos militares e aos organismos internacionais, ligados aos EUA que apóiam o movimento militar.

Na década de 1980, as políticas educacionais vem desempenhando um papel de suma importância dentro do quadro geral das ações do Estado brasileiro.

A partir de início da década 1980, a UNE entra em novo conflito com o Governo Federal, conforme se pode ver no Ofício que é encaminhado em 12 de janeiro de 1981 ao Ministro da Educação General Rubem Ludwig, dada a sua importância histórica transcreve-se:

Exmo. Sr. Ministro

A imprensa nacional divulgou, no dia 08 de janeiro último, declarações atribuídas a V. Exa. E ao seu porta-voz, recusando a audiência solicitada pelo Presidente da UNE, bem como formulando opiniões e idéias sobre minha pessoa e o relacionamento da entidade com O MEC.

Segundo o porta-voz, V. Exa. surpreendeu-se com o que nós dissemos sobre os critérios usados para a substituição do professor Eduardo Portella e as credenciais, qualificações e méritos do general Rubem Ludwing para ocupar o cargo.

Do nosso lado, ao contrário, não nos surpreendeu o mínimo sequer a resposta do Ministro. Surpresa haveria, se, quem acostumado a reinar acima de qualquer Juízo, assimilasse agora a diversidade das idéias.

Se nossas declarações “feriram” o Ministro só pode ser por um destes dois motivos: por serem levianas e caluniosas, ou por traduzirem verdades cristalinas que o poder autoritário, arrogante e pretensioso rejeita e repugna. É sobre esse ângulo que gostaríamos que V.Exa. comentasse e julgasse nossas declarações. E o que temos declarado? Declaramos e continuaremos a declarar para esclarecer os estudantes e por ser esta a posição das entidades estudantis do país: a escolha do general Ludwing não poderia ser mais autoritária e infeliz. Autoritária, por passa ao largo da consulta a estudantes, professores e funcionários impondo um general, e um general ligado à comunidade de segurança, de tão tristes lembranças na memória da nação. Infeliz, por recair sobre quem menos atribuições e méritos tinha para ocupar o posto e, portanto, o julgamos um estranho no MEC. Se é injusta, não respeita a pessoa humana, ou não tem referência na realidade, como tem afirmado V.Exa., a nossa interpretação de que sua escolha ocorreu porque a opção não foi pela educação, mas pela repressão e intimidação; dê-nos V.Exa., ou seu governo, um arrazoado que justifique o fato, e nos dobraremos, se necessário, diante dele. (Arquivo do Autor, 2009)

E continua o presidente da UNE, Aldo Rebelo, a elencar os motivos pelos quais a direção do movimento reprovava a escolha do general Rubem Ludwig para Ministro da Educação:

Se durante todo esse tempo nenhuma justificativa foi dada a comunidade estudantil, qual a surpresa General Ludwing? Queria então V.Exa. que o considerássemos mais habilitado que Paulo Freire, Darci Ribeiro e tantos outros educadores brasileiros para ocupar o posto máximo da Educação e da Cultura no nosso país? Queria que seu “estágio” na Escola de Guerra de Paris, sua passagem pelo Conselho de Segurança Nacional e outros cargos militares fossem por nós considerados mais valiosos e currículo mais credenciado que o de cientistas e professores brasileiros de renome internacional? Só poderia ser “não” a nossa resposta.

Por isto, então, V.Exa. vem a público dizer que o Presidente da UNE não tem “equilíbrio” para o diálogo e é um jovem “em busca da auto-afirmação”? e ainda por isto cancela abruptamente uma audiência solicitada com um mês de antecedência, inclusive com o testemunho de um Senador da República, Marcos Freire, de Pernambuco? (Arquivo do Autor, 2009)

Ele assume, em nome da história da UNE, um tom de superioridade moral em relação ao governo, que considera ilegítimo, uma vez que era produto de um movimento militar, afirmando o seguinte:

Não somos desequilibrados nem buscamos a auto-afirmação. Temos a afirmação de 44 anos de história de lutas e glórias que toda a nação reconhece e o equilíbrio de 400 mil estudantes que votaram nas nossas últimas eleições, apesar das pressões governamentais, e quase um milhão que paralisaram as escolas, em setembro último, ouvindo nossa voz de greve. Não nos excitamos ou enervamos diante do debate com a imprensa ou a opinião pública, e por mais este motivo não precisamos de maior equilíbrio ou afirmação. Quanto a V.Exa., mire-se no exemplo de seus antecessores, que anoiteceram e não amanheceram ministros.

Lembramos ainda que o caminho escolhido começa a trazer resultados que V.Exa. devia esperar: o Seminário Nacional dos Estudantes de Direito, realizado em Curitiba, aprovou por unanimidade, no último dia 11, um voto da repúdio a atitude de V.Exa., situação que pode ser agravada caso V.Exa. insista na via transversa do ataque à UNE e aos estudantes.

Finalmente, nos desculpe V.Exa. se não adquirimos o dom sobrenatural que na certa o possui V.Exa. e seu governo do diálogo da palavra única e nos permita arrolar mais este fato como testemunho da intransigência que vimos denunciando.

Por não discriminarmos nem pela raça, pelo sexo, pela cor, pela ideologia ou pela crença religiosa, continuamos dispostos ao diálogo e as portas da UNE abertas a todos os que interessam debater os problemas da educação e do país, inclusive o general Ludwig. Não exigiremos o passaporte da concordância antecipada com nossas idéias ou propósitos. (Arquivo do Autor, 2009)

Em seguida, o documento assinado pelo então presidente da UNE Aldo Rebelo, relaciona a reivindicações dos estudantes, conforme se pode ver:

1. Mais verbas para a educação – mínimo de 12% do orçamento federal para o MEC.
2. Estabelecimento de um índice anual único de aumento a ser negociado entre estudantes, escolas e MEC.
3. Fim do repasse, taxas, sobretaxas e taxas ilegais.
4. Garantia de matrícula para todos os estudantes que frequentam escolas particulares.
5. Suplementação de verbas para as escolas públicas.
6. Dotação orçamentária para as escolas com correção mínima do índice inflacionário dos últimos 12 meses.
7. Anistia ao crédito educativo e sua transformação em bolsa não reembolsável.
8. Subsídio para as escolas particulares em fins lucrativos.
9. Federalização das escolas falidas.
10. Democracia na universidade com eleições diretas para Reitores e demais cargos de direção; 1/3 de representação estudantil nos órgãos colegiados; garantia de 1/5 que especifica a legislação. (Arquivo do Autor, 2009)

Percebe-se no expediente supracitado que a relação do Movimento Estudantil com o Governo Federal é de confronto, situação que vai perdurar até aproximadamente o ano de 1984.

A partir de 1985, com o processo de redemocratização há uma mudança significativa na relação política das lideranças estudantis com o Governo Federal, conforme demonstrado por meio do Ofício da União Estadual dos Estudantes de Goiás,

de 3 de maio de 1985, assinado pela presidente da entidade na época Denise Carvalho, endereçado ao ministro da educação senador Marco Antônio de Oliveira Maciel, que reproduzo nas partes relacionadas ao assunto:

Preocupados com a grave situação a que foi conduzida a Universidade brasileira nos últimos anos e em especial as instituições de ensino superior do Estado de Goiás, os estudantes goianos trazem à V.Exa., alguns dos nossos problemas de maior relevância e urgência na sua solução.

As demonstrações já feitas por V.Exa., de postura democrática à frente deste Ministério ao receber a União Nacional dos Estudantes e demais entidades nos dá a confiança de que teremos nossas preocupações ouvidas e reivindicações atendidas nos aspectos que dependerem de vosso empenho e influência pessoal.

No momento, três grandes questões abordando a problemática do financiamento da Universidade e sua democratização envolvem e mobilizam a comunidade universitária goiana. (Arquivo do Autor, 2009)

O documento, em tom bem mais ameno que aquele firmado pelo presidente da UNE, relaciona os principais problemas enfrentados pelo ensino superior no estado de Goiás, da seguinte forma:

Em primeiro lugar, como já é de vosso conhecimento, nos defrontamos com a escassez de recursos que hoje ameaça de fechamento a Universidade Federal de Goiás (...).

O segundo grande problema que aflige a maioria dos universitários goianos se situa na rede particular de ensino superior. V.Exa., com certeza tem comprovado o quanto a implementação dos aumentos abusivos as mensalidades tem forçado milhares de estudantes a abandonarem as salas de aula por não poderem pagar o alto preço do ensino. Semestralmente, o Conselho Federal de Educação, ao fixar o índice máximo extremamente elevado para o reajuste das mensalidades, permite às instituições particulares repassarem aumentos extraordinários aos estudantes. por isso hoje, quando nasce em todo o Brasil a esperança da mudança, os universitários goianos esperam que a definição do primeiro índice máximo do CFE no governo da Nova República seja de acordo com sua pregação de que a educação é um direito de todo o povo brasileiro (...).

Chegamos agora à terceira grande questão que hoje mobiliza dezenas de milhares de jovens universitários em Goiás: a democratização da Universidade. O período prolongado de autoritarismo vivido no Brasil distorceu a Universidade e o Ensino, colocando-os sob os desígnios dos que controlavam a economia nacional, à revelia da Nação brasileira. Temos a convicção de que somente a universidade verdadeiramente autônoma e democrática poderá servir aos interesses nacionais. (Arquivo do Autor, 2009)

Esta universidade autônoma e democrática a qual se reporta o documento é bandeira de luta do ME desde 1918, conforme visto no Manifesto de Córdoba, expresso da seguinte forma:

As Universidades foram objeto de normas rígidas e de esmagamento administrativo e financeiro. A autonomia universitária não pode ser entendida como autonomia para seus dirigentes, mais sim para a comunidade universitária.

Dessa forma, é necessário garantir aos estudantes, professores e funcionários, o direito de escolherem livremente seus representantes e caminharem para a democratização da Universidade, passo indispensável para a verdadeira democratização do país (...). (Arquivo do Autor, 2009)

Fica evidente no expediente acima uma mudança de expectativa dos dirigentes estudantis em relação ao Estado, representado pelo Ministério da Educação, ao qual apresenta uma pauta de reivindicações partindo do pressuposto que o governo da chamada “Nova República” representaria um avanço na democratização do país, e que se prestaria a atender seus pleitos.

Alguns documentos podem ilustrar a expectativa existente no Movimento Estudantil que, na década de 1960 elaborou propostas de reforma da Universidade, contemplando a mudança da sociedade, por exemplo a “Declaração da Bahia”, de 1961 e a Carta do Paraná de 1962, respectivamente do 1º e 2º Seminários Nacionais de Reforma Universitária, promovidos pela UNE, os quais analiso no capítulo anterior.

Nas décadas de 1970 e 1980 existe uma mudança gradativa da UNE em relação às propostas sobre a conjuntura nacional onde se evidencia uma tendência de aglutinação de forças para derrubar a Ditadura Militar. Este processo vai culminar no entendimento de que a mudança da Universidade depende da transformação da sociedade e que essa transformação somente se efetiva mediante a aliança com as chamadas forças progressistas, representada pelos partidos da ordem constituída.

Estas diferentes propostas de mudança da sociedade remete à interpretação sociológica do processo de mudança social. Para alguns autores, que adotam uma linha de pensamento ligada ao positivismo, como Augusto Comte e Émile Durkheim, entendem que a mudança da sociedade deve ocorrer de maneira gradual, sem o uso da violência pelos agentes políticos. Outros autores, ligados ao pensamento dialético, como Karl Marx, Lênin e Gramsci, entendem que a mudança da sociedade deve ocorrer mediante o uso da força pelas classes populares, por meio da revolução armada. Uma terceira corrente de pensamento, cujo principal autor seria Max Weber, compreende que a mudança da sociedade deve ocorrer por meio da modernização da relações sociais, políticas e econômicas, dando ênfase especial no papel da mentalidade do ator político, que deve possuir uma orientação modernizante da sociedade.

Para ilustrar este argumento apresento cópia de alguns documentos produzidos pelas entidades estudantis, como se vê nas ilustrações a seguir:

Figura 32: Documentos do Movimento Estudantil



A luta contra a Ditadura Militar passa, em 1984, pelo apoio à Tancredo Neves, contra a vontade da liderança estudantil ligada ao PT. Este jornal foi criado para divulgar as ações da UNE e da UEE para os estudantes e a sociedade no estado de Goiás. A matéria em destaque refere-se ao apoio da UNE à eleição de Tancredo Neves para Presidente da República no Colégio Eleitoral.

Fonte: Jornal da UEE-GO, outubro de 1984.

O Jornal da UEE-GO, cuja primeira página registrada acima, foi criado como instrumento de divulgação das propostas da entidade e da UNE. O diretor de imprensa e divulgação nessa gestão era Romualdo Campos Filho, então estudante de história na UFG, sendo um dos depoimentos analisados nesta tese. Esse jornal tem uma importância estratégica para o ME: tinha-se, naquele período, a percepção da necessidade da mídia escrita como um meio eficiente para a representação ou transmissão das idéias e visões de mundo da direção das entidades estudantis. Esse documento é importante por retratar a maneira como as direções das entidades vivenciaram os eventos das ascensão de Tancredo Neves à Presidência da República e refletem, também, as opiniões das direções dos partidos políticos que tinham o controle da entidade à época, ou seja, o PCdoB e PMDB.

Figura 33: Documentos do Movimento Estudantil

SITUAÇÃO NACIONAL

Fora Maluf e o regime militar

"Têm tanques e canhões metralhadoras e granadas. (não falemos da goma de mascar!) Têm policiais e soldados que recebem muito dinheiro e estão dispostos a tudo. Bem! É para quê? Têm por acaso inimigos tão poderosos? Crêm que devem ter uma muleta para apoiar-se, pois estão caindo."
(Bertold Brecht)

A sucessão presidencial agita o país de norte a sul. Está em jogo o controle do poder político, e isto faz com que todos os setores da sociedade participem deste acalorado debate. Nesta empreitada, o General Figueiredo coleciona um amontoado de derrotas, mesmo dentro de seu próprio partido, o PDS.

O Regime Militar tudo fez e tudo faz para impedir a aprovação das eleições diretas, mesmo porque sabe de sua situação de extremo desgaste e isolamento. Todas as medidas truculentas foram acionadas para impedir que o Congresso Nacional devolvesse ao povo o seu direito de decidir sobre a escolha do seu dirigente maior da nação. Mesmo assim, o Brasil inteiro foi às ruas e praças exigir este direito em vigorosas manifestações dantes nunca visto. Contudo, prevaleceu a covardia de alguns parlamentares do PDS e a servidão de outros.

O povo brasileiro foi às ruas para exigir não apenas o seu direito de votar para presidente, foi também e principalmente exigir o fim da situação caótica e desesperadora em que se encontra o país. Exigia-se nas ruas e praças do Brasil o fim do atropcho salarial, o rompimento com o FMI, liberdade sindical, liberdade partidária, fim da lei de greve e várias outras bandeiras defendidas pela população.

Este desejo de mudanças profundas na situação política, econômica e social do país não findou com a derrota da Emenda Dante de Oliveira; ou a retirada da Emenda Figueiredo. Pelo contrário, este desejo cresceu no seio da população que repudia o Regime instalado pela força em 64.

A sucessão de transições e fraudes promovidas pelo regime de 64 fez com que fosse unido a candidato do PDS à Presidência da República a pior cria desses anos de

arbitrio, o Sr. Paulo Salim Maluf, conhecido fascista que conquistou vitórias a troco de subornos.

Diante deste quadro, fez-se necessário criar formas para que a oposição unida impedisse a continuidade deste regime em podridão e impedisse a ascensão do fascismo. O lançamento de um candidato único das oposições, munido de um programa mínimo contendo as principais e mais sentidas aspirações do povo é o instrumento para colocar um fim na obsessão continuista do regime propalante dos generais.

Um candidato único das oposições, tendo como programa de governo soluções para os problemas mais graves por que passa o país, deservindo uma campanha de grandes mobilizações de massa e disposto a enfrentar e derrotar o regime em todas as trincheiras de luta possíveis, desde as eleições diretas, desejo maior do povo, até o trapaceado Colégio Eleitoral, que serviria como túmulo do regime em frangalhos, eis o caminho a ser seguido pelos oposicionistas. Consequentemente,

Aos brasileiros, que sofreram na carne estes 20 anos de tirania, interessa muito mais do que o fortalecimento desta ou daquela agremiação partidária, a derrota do corrupto Maluf, e do prepotente Figueiredo que mais de uma vez alimentou-se de sonhos continuistas.

É patente a profunda desagregação no seio do regime que a cada dia vê-se em atrito com antigos acólitos, muitos dos quais o dinheiro de Maluf não conseguiu comprar. É patente também que ao regime não interessa a vitória do candidato das oposições e por esta razão, todos os instrumentos desonestos e espúrios têm sido usados para impedir a debandada de antigos serviais insatisfeitos com os rumos do barco desgovernado de Figueiredo.

Cabe a nós colegas, lutar com arrojo para que Maluf seja derrotado e mais do que isto, lutar para que o candidato das oposições assuma compromissos com as mudanças que tanto almejamos. Cabe a nós exigir do candidato das oposições um compromisso com a educação brasileira, com a mudança da universidade falida que hoje temos.

Mas também é do nosso interesse as mudanças mais profundas a nível de todo o país como a convocação de uma Constituinte Livre e Soberana, o rompimento com o FMI, o fim de todo aparato repressivo e a garantia das mais amplas liberdades políticas. Esta é nossa tarefa e estamos certos de que a realizaremos.



Como propostas iniciais definidas em convenção, as seguintes atividades:

Cultura

a) Dar continuidade às festas culturais, procurando estimular ainda mais a participação dos estudantes.

b) Criação do Cine-Clube do DCE.

c) Realizar uma amostra universitária de música.

d) Encaminhar discussão sobre a realização de um festival universitário de música.

Esporte

1 - Realização de torneios internos de todas as modalidades: vôlei, basquete, futebol de salão e de campo, xadrez, tênis, atletismo, etc.

2 - Manifestação esportiva para os estudantes.

3 - Participação ativa nas Olimpíadas de UFG.

4 - Apoio às atividades esportivas dos cursos: Agromédicas, Interrel., Odontologia, etc.

5 - Deflagração da campanha: GINÁSIO JÁ no DCE.

Fonte: Jornal do DCE UFG, setembro de 1984.

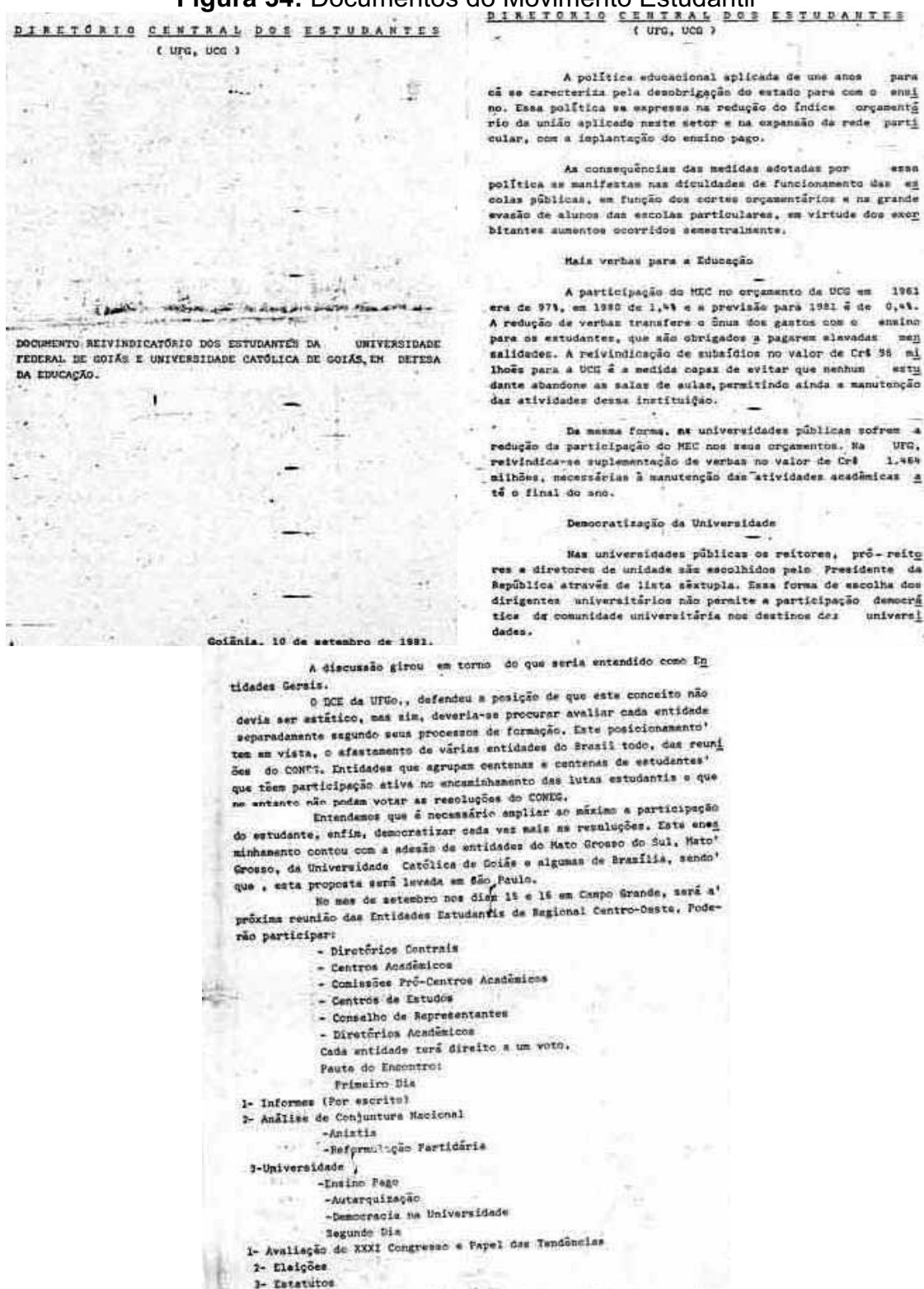
É interessante assinalar que os grupos políticos que atuavam no ME em 1984, não estavam de acordo em relação ao apoio à eleição indireta de Tancredo Neves, por meio do colégio eleitoral. O congresso da UNE realizado nesse ano definiu por esse apoio, considerando que havia um mal maior a ser combatido: a candidatura de Paulo Maluf.

As entidades acima, vinculadas à UNE, têm idêntico posicionamento, ou seja, a redemocratização poderia solucionar os problemas sociais e educacionais no Brasil.

Havia então a ideia generalizada de que com a redemocratização da sociedade e a retomada do poder político do Estado pelos civis, seria possível o encaminhamento de soluções para os problemas sociais. Como não foi aprovada a emenda das diretas, conforme proposta do Deputado Federal Dante de Oliveira, o caminho passou a ser o apoio ao candidato do PMDB no colégio eleitoral, Tancredo Neves.

Em documentos anteriores o tom de enfrentamento ainda existia como se pode ver a seguir.

Figura 34: Documentos do Movimento Estudantil



Fonte: Informativo Conjunto DCE, UFG E UCG, setembro de 1981.

Os documentos presentes neste trabalho são citados no corpo do texto, e visam apoiar o entendimento de que há uma mudança nos enunciados do discurso das entidades estudantis em relação ao Estado. É importante explicar que o

enunciado é concebido como uma unidade de comunicação, de significação contextualizada. Uma frase pode adquirir diferentes significações, dentro de contextos e situações específicas, dependendo, inclusive, da vinculação ideológica do agente político. Os enunciados podem ser verbais e, também, verbo-visuais, a exemplo dos contidos nos documentos de propaganda do ME, conforme Brait (2008).

Assim no período que vai de 1964 a 1985 há uma oposição sistemática ao governo militar, que somente é interrompida com a desarticulação das entidades pelo uso da força pelos militares. A retomada se dará em 1979 com a reconstrução da UNE, no congresso de Salvador, eventos já mencionados. Em Goiás, a reconstrução da entidade estadual, denominada União Estadual dos Estudantes, ocorre em 1984, conforme documento a seguir:

Figura 34: Reconstrução da UEE-GO, 1984



Fonte: Jornal da Pró-UEE, arquivo UNE, 2009.

O congresso de reconstrução da UEE-GO foi realizado em Goiânia, no ginásio da Escola Superior de Educação Física de Goiás – ESEFEGO, contando com delegados eleitos em todo o estado. Foi o marco da reorganização do ME em Goiás.

Este Congresso foi realizado com extrema dificuldade devido à falta de estrutura material do ME. Além disso havia a oposição dos militantes do PT que eram contra a eleição de uma diretoria de reconstrução da UEE-GO em congresso, defendiam a realização de eleições diretas, posição que se revelou minoritária. A diretoria eleita foi encabeçada pela estudante de engenharia à época, Denise Carvalho, militante do PCdoB.

O congresso definiu uma pauta de lutas que seria desenvolvida pela entidade em questão, incluindo a retomada do seu patrimônio, no qual se incluía a sede no setor universitário, que fora transferida para o domínio da União no período da ditadura militar e estava sendo ocupada pela UFG.

A partir de 1985, com a redemocratização, entendo que há uma colaboração ou participação efetiva dos ex-dirigentes estudantis no Estado. Os discursos de uns e de outros se mesclam, produzindo negociações com partidos políticos aliados ao Estado que ditam normas e introduzem diretrizes. Uma delas é proposta de privatização do Ensino Superior no Brasil.

Vale lembrar que o processo de redemocratização que menciono acima teve como marco o início da década de 1980, quando 1982 ganhou destaque a campanha eleitoral de 1982, que trouxe de volta ao cenário político nacional as eleições diretas para governadores. Nesse sentido merece destaque a campanha pelas Diretas Já, cujo evento inicial foi realizado em Goiânia, no mês de junho de 1983, campanha esta dirigida pelo PMDB com o apoio da OAB, CNBB e UNE, tendo reunido 200 mil pessoas. Na sequência desta campanha houve dois grandes comissios em Cuiabá, no ano 1984, reunindo aproximadamente 40 mil pessoas. No palanque que coordenava estes eventos estavam lideranças políticas como Lula, Tancredo Neves, Ulysses Guimarães e Leonel Brizola, todos unidos na luta pelo restabelecimento de eleições diretas para Presidente da República, conforme se constata na obra *Vozes da Democracia* (2006).

No que se refere especificamente à evolução do ensino universitário o quadro geral do ensino superior no Brasil - 1960/2003, dá uma idéia da privatização, como se vê a seguir:

TABELA 21 – Quadro Geral do Ensino no Brasil – 1960/2003

ANO	IES	CURSO	MATRÍ- CULAS	DOCENTES	VAGAS OFERECIDAS	INGRESSOS	CONCLUIN- TES
1960	260	1.115	93.202	21.064	35.381	-	16.893
1965	372	1.224	155.781	33.126	57.459	47.219	20.793
1970	619	2.166	425.478	54.389	145.125	107.723	64.049
1975	860	3.602	1.072.548	83.386	348.227	-	161.183
1980	882	3.782	1.377.286	109.788	404.814	356.667	222.896
1985	859	3.923	1.367.609	113.459	430.482	346.380	227.824
1990	918	4.712	1.540.080	131.641	502.784	407.148	230.206
1991	893	4.908	1.565.056	133.135	516.663	426.558	236.377
1992	893	5.081	1.535.788	134.403	534.847	410.910	234.267
1993	873	5.280	1.594.668	137.156	548.678	439.801	240.269
1994	851	5.562	1.661.034	141.482	574.135	463.240	245.887
1995	894	6.252	1.759.703	145.290	610.355	510.377	254.401
1996	922	6.644	1.868.529	148.320	634.236	513.842	260.224
1997	900	6.132	1.945.615	165.964	699.198	573.900	274.384
1998	973	6.950	2.125.958	165.122	776.031	651.353	300.761
1999	1.097	8.878	2.369.945	173.836	894.390	787.638	324.734
2000	1.180	1085	2.694.245	197.712	1.216.287	897.557	352.305
2001	1.391	1255	3.030.754	219.947	1.408.492	1.036.690	395.988
2002	1.637	1499	3.479.913	242.475	1.773.087	1.205.140	466.260
2003	1.859	1653	3.887.771	268.816	2.002.848	1.262.904	528.10
60/1980	239,2	239,2	1.377,7	421,2	1.044,2	-	1.219,5
80/1990	4,1	24,6	11,8	19,9	24,2	14,2	3,3
90/2003	102,5	249,2	152,4	104,2	298,4	210,18	129,4

Fonte: Minto, 2006

O grande crescimento de vagas no ensino superior deveria fortalecer a UNE, mas não há uma relação direta, com esse fortalecimento, uma vez que a expansão se dá por meio da privatização e fragmentação, enfraquecendo a capacidade de atuação da UNE, que não possui meios materiais e humanos de se fazer presente em todas as instituições de Ensino Superior que são criadas. Veja-se o quadro geral do Ensino Superior Público no Brasil, 1960/2003, por instituição:

TABELA 22 – Quadro Geral do Ensino Superior Público no Brasil

ANO	IES	CURSO	MATRI- CULAS	DOCENTES	VAGAS OFERECIDAS	INGRESSOS	CONCLUIN- TES
1960	146	505	51.915	12.089	19.105	-	8.335
1965	129	640	87.587	22.208	30.936	-	10.161
1970	184	1.152	210.613	33.374	69.670	-	35.011
1975	215	1.549	410.225	46.195	106.741	-	56.076
1980	200	1.656	492.232	60.337	126.940	117.414	74.967
1985	233	1.785	556.600	64.449	141.274	123.744	55.166
1990	222	2.001	578.625	71.904	155.009	126.139	77.854
1991	222	2.139	605.736	72.123	162.506	142.857	81.271
1992	227	2.244	629.662	72.242	171.048	149.726	80.190
1993	221	2.293	653.516	72.594	171.627	143.689	84.882
1994	218	2.412	690.450	75.285	177.453	159.786	87.862
1995	210	2.782	700.540	76.268	178.145	158.012	94.951
1996	211	2.978	735.427	74.666	183.513	166.494	99.820
1997	211	2.698	759.182	84.591	193.821	181.859	106.082
1998	209	2.970	804.729	83.738	205.725	196.365	105.360
1999	192	3.494	832.022	80.883	218.589	210.473	112.451
2000	176	4.021	887.026	88.154	245.632	233.083	116.641
2001	183	4.401	939.225	90.950	256.498	244.621	132.616
2002	195	5.252	1.051.655	92.215	295.354	280.491	151.101
2003	207	5.662	1.137.119	95.863	281.328	267.031	169.038
60/1980	36,99	227,92	848,15	399,11	564,43	-	799,42
80/1990	11,00	20,83	17,55	19,17	22,11	7,43	3,85
90/2003	.6,76	182,96	96,52	33,32	81,49	111,70	117,12

Fonte: Minto, 2006

A vagas nas instituições públicas também crescem porém, em escala muito menor que nas instituições privadas. A consequência desse processo é a precarização do ensino e das condições de trabalho de professores e funcionários das universidades públicas e mesmo das instituições privadas. Nota-se também que o aumento expressivo de vagas no ensino superior cria uma dificuldade para a UNE se fazer presente em todas as instituições, como afirmei anteriormente. A UNE não possui recursos financeiros para arcar com os custos do deslocamento de seus diretores para se fazer presente em todas as instituições universitárias, que são fragmentadas em todo o território nacional.

Nesse sentido, o quadro geral do ensino superior privado no Brasil, 1960/2003, demonstra o seu crescimento:

TABELA 23 – Quadro Geral do Ensino Superior Privado no Brasil

ANO	IES	CURSO	MATRÍCULAS	DOCENTES	VAGAS OFERECIDAS	INGRESSOS	CONCLUIN- TES
1960	114	610	41.287	8.975	16.276	-	8.558
1965	243	584	68.194	10.918	26.533	-	10.632
1970	435	1.014	214.865	21.015	75.455	-	29.038
1975	645	2.053	662.323	37.191	541.486	-	105.107
1980	682	2.126	885.054	49.451	277.874	239.253	147.929
1985	626	2.138	811.009	49.010	289.208	222.636	172.658
1990	696	2.711	961.455	59.737	347.775	281.009	152.352
1991	671	2.769	959.320	61.012	354.157	283.701	155.106
1992	666	2.837	906.126	62.161	363.799	261.184	154.077
1993	652	2.987	941.152	64.562	377.051	286.112	155.387
1994	633	3.150	970.584	66.197	396.682	303.454	158.025
1995	684	3.470	1.059.163	69.022	432.210	352.365	159.450
1996	711	3.666	1.33.102	73.654	450.723	347.348	160.404
1997	689	3.434	1.186.433	81.373	505.377	392.041	168.302
1998	764	3.980	1.321.229	81.384	570.306	454.988	195.401
1999	905	5.384	1.537.923	92.963	675.801	533.551	212.664
2000	1.004	6.564	1.807.219	109.558	970.655	664.474	235.664
2001	1.208	7.754	2.091.529	128.997	1.151.994	792.069	263.372
2002	1.442	9.147	2.428.258	150.260	1.477.733	924.649	315.159
2003	1.652	10.791	2.750.652	172.953	1.721.520	995.873	359.064
60/1980	498,25	248,52	2043,66	450,99	1607,26	-	1628,55
80/1990	2,05	57,52	8,63	20,80	25,16	17,45	2,99
90/2003	137,36	298,05	186,09	189,52	395,01	254,39	135,68

Fonte: Minto, 2006

O ensino superior privado constitui-se em maioria além de se dar pela ampliação de vagas em instituições superiores isoladas: expansão – privatização e fragmentação – a UNE tem dificuldade em mobilizar os estudantes, também por uma questão de logística, não consegue chegar a todas as instituições de ensino superior.

São mais de 2 milhões de estudantes, em milhares de instituições isoladas, o que torna muito difícil a presença física dos diretores da UNE em todas elas. Este fato auxilia na compreensão das debilidades da UNE em transmitir suas propostas para todos os estudantes, tendo em vista que existem aproximadamente 2 mil e 200 Instituições de Ensino Superior no Brasil.

O ME se caracterizou historicamente por divulgar suas propostas em sala de aula, o que hoje, neste contexto, é quase impossível.

Instituições de Ensino Superior por categoria administrativa - Brasil,
1960/2003 - Predomínio do Ensino Privado:

TABELA 24 – Instituições de Ensino Superior

<i>ANO</i>	<i>TOTAL</i>	<i>IES PÚBLICAS</i>	<i>%</i>	<i>IES PRIVADAS</i>	<i>%</i>
190	260	146	56,0	114	44,0
1965	372	129	34,7	243	65,3
1970	619	184	29,7	435	70,3
1975	860	215	25,0	645	75,0
1980	882	200	22,7	682	77,3
1985	859	233	27,1	626	72,9
1990	918	222	24,2	96	75,8
1991	893	222	24,9	671	75,1
1992	893	227	25,4	666	74,6
1993	873	221	25,3	652	74,7
1994	851	218	25,6	633	74,4
1995	894	210	23,5	684	76,5
1996	922	211	22,9	711	77,1
1997	900	211	23,4	689	76,6
1998	973	209	21,5	764	78,5
1999	1.097	192	17,5	905	82,5
2000	1.180	176	14,9	1.004	85,1
2001	1.391	183	13,2	1.208	86,8
2002	1.637	95	11,9	1.442	88,1
2003	1.859	207	11,1	1.652	88,9

Fonte: Minto, 2006

Nesse contexto, a reforma do estado direciona-se para o seu escolhimento, na perspectiva neoliberal do estado mínimo, e, em consequência, com a diminuição dos recursos públicos para o ensino superior, com o consequente desmonte de universidades, programas e projetos importantes para o desenvolvimento do país.

3.8 – A posição da UNE na discussão da reforma universitária

A UNE divulgou, em 2005, um importante documento condensando a sua análise sobre o ensino superior, no qual formulou propostas conforme abaixo:

UMA OUTRA UNIVERSIDADE É POSSÍVEL, EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA

Manifesto em defesa do debate da Reforma Universitária

A Universidade é o espaço onde as nações buscam sua autonomia, construindo seus referenciais, seus valores e sua cultura. É instituição comprometida fundamentalmente com os destinos da Nação e das futuras gerações. É por isso que sem Universidade pública, autônoma e de qualidade não pode existir um autêntico projeto nacional. Torna-se também indispensável o papel do Estado na regulamentação do Ensino Privado garantindo assim sua função social e estratégica.

Apesar disso, nunca se depreciou tanto a Universidade Brasileira como na década neoliberal que compreende os governos Collor e FHC. Nesse período – quando vingou a ilusão de que nosso país poderia abdicar de um projeto próprio para atrelar seu destino aos das nações centrais – o sistema brasileiro de ensino superior passou por processo de privatização através da imposição de uma (contra) reforma de caráter conservador, que atacou as universidades públicas como centros de produção e difusão do conhecimento e expandiu de forma desordenada e desregulada o ensino privado.

Em função dessa realidade, durante muito tempo a luta por um novo sistema de educação superior ficou circunscrita à resistência às “reformas” de cunho conservador. Hoje, porém – em grande medida devido ao sucesso dessa resistência e ao acúmulo de forças que ela suscitou – a luta pela Reforma Universitária entra em novo patamar. (UNE, 2009)

Nesse documento a UNE vai caracterizar as reformas anteriores do ensino superior como conservadoras, deste modo:

Acreditamos que uma reforma de caráter progressista é elemento indispensável para a mudança dos rumos neoliberais aos quais foi submetido o nosso país. Uma reforma com esse perfil também é estratégica para o estabelecimento de uma transição para um novo projeto nacional. Esse projeto – que precisa ter como conteúdo, a ampliação da democracia, o reforço da soberania nacional e o resgate de nossa secular dívida social – passa necessariamente pela retomada do papel do Estado como autêntico agente indutor do desenvolvimento econômico e social.

A fim de abrir caminho para o aprofundamento das mudanças em nosso país nos próximos anos, a reforma da educação superior deve atacar dogmas basilares da política neoliberal imposta pelo governo anterior. O primeiro e mais fundamental desses dogmas diz respeito ao papel do Estado, que deve ser revigorado como motor do desenvolvimento. É necessário – ao contrário do que propugnam os cânones neoliberais – fortalecer o compromisso do Estado como agente indutor da educação superior. No mesmo sentido, uma reforma de cunho progressista deve reafirmar o princípio de que a educação é direito, e não mercadoria. (UNE, 2009)

Como representante dos estudantes universitários a UNE reivindica para si o poder de falar em seu nome:

Neste sentido, nós representantes de mais de dois milhões de estudantes universitários de Instituições privadas apoiamos o debate em curso sobre a Reforma Universitária entendendo que ainda será necessária a ampliação do debate junto à comunidade universitária e à sociedade em geral. Repudiamos veementemente, a tentativa de alguns empresários da educação de impedir as discussões em curso. As IES privadas não são representadas somente por seus donos, são representadas principalmente por sua comunidade composta também por estudantes, funcionários e professores que hoje apóiam pontos significativos no anteprojeto, vendo nele a possibilidade de sintonizar as instituições privadas no país

ao nosso desenvolvimento. Portanto, será necessária uma ampla mobilização da comunidade para impedir que o projeto seja modificado no Congresso Nacional pela pressão dos donos das instituições como no caso do PROUNI, no qual perdemos porcentagem significativa de bolsas. (UNE, 2009)

Em seguida apresenta aquelas propostas constantes do projeto do MEC que consideram positivos:

Para que possamos assegurar esses objetivos consideramos como sendo positivo no anteprojeto apresentado pelo MEC a indicação de:

1 - Constituição de um Sistema Federal de Educação Superior. As Instituições de Ensino Superior (IES) devem ser parte de um Sistema Nacional de Educação unificado, tendo como referência para o conjunto do sistema as universidades públicas. O compromisso social deve ser assegurado, tanto para as públicas quanto para as particulares.

Qualquer proposta de Lei Orgânica da Educação Superior não pode ficar restrita apenas às instituições públicas. Construir um marco regulatório único que recoloca o papel estratégico da educação superior pressupõe que as instituições particulares não se mantenham com regras próprias desvinculadas das exigências colocadas para a educação pública. Ao contrário disso, as particulares devem ser regulamentadas com rigor, de forma a garantir a qualidade do ensino e o compromisso com o desenvolvimento econômico social e regional do país. (UNE, 2009)

A concepção de Estado que sobressai deste documento, é de um Estado regulador ao qual compete o estabelecimento de normas para o ensino superior.

Sobre a gestão das Universidades, que se pretende democrática, diz o documento:

2 – AUTONOMIA PARA AS UNIVERSIDADES com Gestão Democrática. O novo projeto para a educação superior deve garantir uma efetiva autonomia de gestão com responsabilidade social. A autonomia, porém, deve ser concedida apenas às INSTITUIÇÕES UNIVERSITÁRIAS, questão que passa pela reformulação do conceito de Universidade – atribuindo-se esse status apenas às instituições que trabalham efetivamente com o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A autonomia também deve estar associada à exigência de gestão democrática, e por isso apoiamos a criação de Conselhos Universitários com a garantia que os integrantes das Mantenedoras não excedam 20% dos integrantes, a criação do Conselho Comunitário Social com caráter consultivo, a liberdade de Organização estudantil com garantia de espaços físicos para as entidades e livre acesso nas instituições para as representações estudantis. (UNE, 2009)

O capital estrangeiro deve ser limitado em sua atuação no ensino superior, deste modo:

3- LIMITE DE 30% À PARTICIPAÇÃO DO CAPITAL ESTRANGEIRO NA EDUCAÇÃO.

Apresentamos também para o debate as propostas de:

1-CRIAÇÃO DE UMA OUVIDORIA DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO com o objetivo de receber reclamações, sugestões e denúncias sobre abusos cometidos nas IES privadas. A Ouvidoria deverá apontar medidas no sentido de responder os questionamentos através de inspeções, auditorias tendo sintonia com o processo de avaliação das instituições.

2-REGULAMENTAÇÃO DAS MENSALIDADES com o sentido de impedir os abusos nos reajustes, garantindo negociação entre as partes envolvidas, através da abertura detalhada das planilhas de custo das instituições. Garantir que o anúncio da mensalidade do ano seguinte seja feito 120 dias antes do último dia da matrícula e o condicionando a negociação com a representação estudantil.

3- Garantia de um **processo democrático na reformulação estatutária**.

Assinam este documento:

União Nacional dos Estudantes - UNE

UEE's

1. UEE/MT
2. UPE/PR
3. UEE/GO
4. UEE/SP
5. UEE/RJ
6. UEE/MG
7. UEE/AM
8. UEE/RS

DCE's

1. AESA
2. CATÓLICA - UBERLÂNDIA
3. CESUPA
4. ESTÁCIO DE SÁ - ES
5. ESTÁCIO DE SÁ - RJ
6. FABEJA
7. FACAPE
8. FACOL
9. FACULDADE DE FILOSOFIA E LETRAS DE CARUARU
10. FACULDADE SÃO LUÍS
11. FACULDADE SOCIAL DA BAHIA
12. FACULDADES CURITIBA
13. FADIVALE
14. FAFICA
15. FAFIRE
16. FAGA
17. FAIT - ITAPEVA
18. FAFIC - CAMPOS
19. FARN
20. FEEVALE
21. FEI
22. FIR
23. FTC
24. FUNESO
25. FURB
26. IBES
27. IESB
28. IMES
29. LOGATTI
30. MARTHA FALCÃO
31. MOACIR BASTOS
32. PIO XII
33. PUC – CAMPINAS
34. PUC - Contagem
35. PUC/BH
36. PUC/PR

37. PUC/RS
38. SÃO MARCOS
39. TUIUTI
40. UBM
41. UCG
42. UCL
43. UCP
44. UCPEL
45. UCSAL
46. UGF
47. ULBRA
48. UNAERP
49. UNAMA
50. UNERJ
51. UNIARA
52. UNIARAXÁ
53. UNIBRASIL
54. UNI-BH
55. UNIC
56. UNICAP
57. UNICARIOCA
58. UNIDAVI
59. UNIFEB
60. UNIFOR
61. UNIGRANRIO
62. UNOESC
63. UNILESTE
64. Unilinhares
65. UNIMEP
66. UNIMINAS
67. UNIP
68. UNIPAC
69. UNIRITTER
70. UNISANTA
71. UNISANTOS
72. UNISC
73. UNISINOS
74. UNITAU
75. UNIUBE - UBERLÂNDIA
76. UNIVAG
77. UNIVALE
78. UNIVERSO - GO
79. UNOCHAPECÓ
80. UNOESC - SÃO MIGUEL
81. UNOESC – XANXERÊ
82. IESB-BSB
83. UPIS CAMPUS II
84. UVV
85. VISCONDE DE CAIRÚ

(Uma outra Universidade é possível, educação não é mercadoria
Manifesto em defesa do debate da Reforma Universitária – UNE, 2005.)

Pode-se perceber que as entidades dos estudantes fazem uma crítica ao anteprojeto, entendendo que é necessário assegurar a gratuidade do ensino superior, a democracia e autonomia da universidade, a limitação à participação do capital estrangeiro na educação (limite de 30%).

A UNE conduziu esta discussão com as entidades a ela filiadas, tendo elaborado o documento já transcrito, sem grandes mobilizações públicas para se opor ao projeto governamental que se encontra no congresso nacional, optando pela negociação com o governo.

3.9 – A atuação da UNE – inconformismo e submissão ao Estado

Dos depoimentos colhidos, que aqui transcrevo, sobressai um ponto em comum: a visão dos militantes e autoridades universitárias que veem no Movimento Estudantil Universitário a expressão da rebeldia juvenil, é a imagem construída pela liderança estudantil. Nesse sentido, (ZANETI, 2001), faz uma pesquisa de âmbito nacional sobre a juventude e seu anseio revolucionário. Para ele, toda a história da humanidade, em quase todas as civilizações pode-se constatar o potencial do jovem para provocar ações políticas transformadoras. Para a civilização ocidental moderna, um dos exemplos mais marcantes desse fenômeno foram os acontecimentos de maio de 1968 na França, cujos efeitos têm servido como inspiração dos jovens para muitas manifestações políticas em diferentes países do mundo.

Na China, na Coreia, na ex-URSS, na África do Sul e em vários outros países, os jovens têm sido atores de cenas políticas que interferem a fundo na realidade social e política. Na Europa, eles têm promovido manifestações para influenciar a situação política de outros países do mundo.

Em várias situações, as manifestações jovens não estão ligadas às estratégias de partidos políticos. Já em outras estão fortemente direcionadas por esse tipo de organização, dependendo muito do momento histórico ou de um sistema de valores com os quais eles se identificam. Esse potencial da juventude no sentido de uma ação transformadora não é, necessariamente, positivo para a humanidade. Diferentes motivações têm despertado o vigor da juventude e funcionado como um verdadeiro motor propulsor para rumos muito diferentes, considerados de uma perspectiva político-ideológica ou sob um determinado conjunto de valores. As

motivações que levaram os jovens a apoiar Hitler e Mussolini não foram, com certeza, as mesmas dos jovens de maio de 1968 em Paris, até porque os primeiros respaldaram líderes com propostas totalitárias e os outros conduziram seu próprio movimento e forçaram mudanças políticas no sentido coletivo e que emergiram de suas próprias aspirações e necessidades.

O Movimento Estudantil na década de 1960, tem grande destaque no panorama político, em virtude da ação política do Estado ser marcada pela repressão ao movimento operário. Este ponto de vista pode-se verificar conforme o depoimento de Maciel (2003), que salienta a respeito dos acontecimentos de 1968, assim:

Não dá para negar que entre os acontecimentos que marcaram a segunda metade do século XX, está assinalado o ano de 1968. Embora não tenha havido nenhuma revolução que tenha tomado o poder e instaurado uma nova ordem social, ele é emblemático. Marcado por revoltas de jovens em diversas partes do mundo, especialmente estudantes, ele marcou a vida e mexe com a memória daqueles que viveram os acontecimentos que vieram a configurar 68 como um ano muito especial.

É o ano do Maio francês, da Primavera de Praga, de grandes manifestações norte-americanas contra a Guerra do Vietnã, de lutas estudantis na Alemanha, Itália, México e Japão, como também em outros países. No Brasil, ele é o ano das grandes mobilizações contra a ditadura, finalizado com o AI-5 e o acirramento da repressão. De alguma forma, os jovens de todo o mundo sentiam que tinham algo em comum. A Guerra do Vietnã repercutiu em todo o mundo e a revolta contra ela era perceptível em todos os lugares. Não por causa de um envolvimento particular, mas por que se tratava de uma guerra movida por um grande e poderoso país contra um pequeno país que há décadas lutava contra invasores. Uma guerra que levava à morte justamente a juventude, fazendo com que a idéia de paz marcasse muito fortemente essa geração nesse período.

O ano de 1968 condensa diferentes acontecimentos de rebeldia e de opressão em todo o mundo, deste modo:

Assim, por este número - 68 - englobam-se acontecimentos que irrompem quase ao mesmo tempo em diversas partes do mundo e que tinham na juventude seu contingente mais importante. Como movimento de juventude, encontra-se dentro dos quadros de rebeldia e inconformismo que já estavam sendo gestados anteriormente. Embora os acontecimentos tenham irrompido em vários países, cada qual assumindo formas particulares e singulares em decorrência das condições dadas em cada lugar, a idéia de transformação social, de uma mudança revolucionária e do socialismo foram colocados na ordem do dia. (MACIEL 2003, p. 78)

A consciência de que vivemos uma época nova, que leva a repensar os acontecimentos de 1968 sob uma ótica diferente, é assim assinalada por ele:

Trinta anos depois - 1998 - nas atividades as mais diversas que foram promovidas para revisitar e tentar pensar (ou repensar) os eventos de 68, salta aos olhos a importância que foi dada às mudanças naquilo que se conhece por "costumes". Os aspectos políticos dos acontecimentos daquele ano foram e ainda são motivo de discussões e divergências, porém, há uma tendência a assinalar certas mudanças sociais no que se refere ao comportamento e estilo de vida, mudanças que já vinham se prenunciando, mas que se fizeram sentir de forma mais evidente ou, talvez, de forma mais profunda, a partir de 68". (MACIEL 2003, p. 78)

No mesmo sentido, Zemor (2003), em seu estudo "Da primavera de praga às barricadas de Paris", salienta que os eventos de 1968 foram marcados pela contestação ao *status quo* da época em todo o mundo:

No panorama histórico, o ano de 1968 salienta-se por sua efervescência político-social. Com o estalo de uma miríade de importantes - por vezes, vultosas - mobilizações: Estados Unidos, México, Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, Japão, Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Espanha, Itália, Polônia, Tchecoslováquia, União Soviética etc. Foi uma autêntica comoção telúrica, cujo epicentro situou-se na Europa. Talvez quantitativa, sobretudo qualitativamente, em função da conjunção do famoso *Maio francês* e da notável *Primavera de Praga* que foram os eventos de maior densidade política e social do ano, movimentos prenhes de autênticas revoluções. É sobre eles que vamos, aqui, nos debruçar.

Seu estopim encontrava-se nas especificidades da conjuntura de cada país, mas seu vulto e alcance excepcionais só podem ser entendidos situando-os na conjuntura mundial, como os magníficos frutos, as expressões mais poderosas de mais de vinte anos de ofensiva e de conquistas do movimento operário e democrático, em nível mundial. (ZEMOR, 2003, p. 112)

Estas percepções do real, em diferentes autores, são interessantes para que se possa entender o discurso das lideranças estudantis e das autoridades universitárias.

As autoridades trazem um pouco da história do ME no período que se estuda, e são respaldadas pelo histórico que desenvolvemos no capítulo dois, a partir de fontes documentais e pesquisa bibliográfica. É um processo de longa duração, que não tem sido percebido enquanto tal pelo Movimento Estudantil, que centra suas críticas no governo ditatorial (1964 a 1985), esquecendo que os democratas, a partir de 1985, viabilizam o que foi apenas tentado pela ditadura.

A UNE concilia com os Partidos Democráticos, representantes da ordem burguesa, a partir da redemocratização, em 1985, e participa, por meio de suas ex-lideranças, de tais governos, compactuando, assim, na prática, com a política de privatização do ensino superior, implementada desde então.

A perspectiva para atuação revolucionária da juventude estudantil universitária deve passar por uma análise crítica do sistema de produção atual. Nesse sentido, Wood (2003), apresenta importantes elementos. Segundo ela, a esquerda atual abraça o capitalismo:

Há algo estranho na premissa de que o colapso do comunismo representa a crise terminal do marxismo. Podia-se esperar, entre outras coisas, que um período de triunfalismo capitalista devesse oferecer mais espaço, em relação a qualquer outra época, para o principal projeto marxista: a crítica do capitalismo. Ainda assim, a crítica do capitalismo anda fora de moda. O triunfalismo capitalista da direita espelhava-se na esquerda por meio de uma nítida contração das aspirações socialistas. Os intelectuais de esquerda, quando não abraçam o capitalismo como o melhor dos mundos possíveis, limitam-se a sonhar com pouco mais que um espaço nos seus interstícios e prescrevem apenas resistências locais e particulares. No exato momento em que se necessita urgentemente de uma compreensão crítica do sistema capitalista, grandes seções da esquerda intelectual, em vez de desenvolver, enriquecer e refinar os instrumentos conceituais necessários, dão amplos sinais de que pretendem abandoná-los. O "pós-marxismo" deu lugar ao culto do pós-modernismo, e a seus princípios de contingência, fragmentação e heterogeneidade, sua hostilidade a qualquer noção de totalidade, sistema, estrutura, processo e "grandes narrativas". Mas se essa hostilidade se estende à própria idéia de capitalismo como sistema social, ela não evita que essas correntes intelectuais tratem "o mercado" como se ele fosse uma lei natural, universal e inevitável, enquanto, paradoxalmente, bloqueiam o acesso crítico a esse poder totalizador pela negativa de sua unidade sistêmica e pela insistência na impossibilidade de conhecimentos "totalizadores". A fragmentação e a contingência pós-modernistas se unem aqui à estranha aliança com a "grande narrativa" do "fim da história". (Wood, 2003, p. 126)

Os embates históricos, no período de 1960/2009, são analisados como o choque dos dois sistemas, assim,

Veio então o colapso do comunismo. A condição da esquerda parece ser hoje tão diferente de seu estado em 1981, quando publiquei o primeiro dos ensaios em que se baseia este volume, quanto a nova ordem mundial difere do mundo antes do colapso. Poucos críticos da direita, além daqueles mais empedernidos, negam que essa ruptura histórica causou uma transformação na cultura intelectual da esquerda, quando as pessoas entraram numa fase de reavaliação e de exame de consciência inédita na história do socialismo.

Ainda assim, mesmo sem pretender questionar o impacto desses acontecimentos históricos no pensamento dos socialistas ocidentais, fiquei impressionada pelas continuidades fundamentais entre a cultura intelectual dominante na esquerda às vésperas do colapso e o estado atual dessa cultura. (Wood, 2003, p. 126)

A autora aponta a existência de teóricos e militantes do socialismo em escala mundial, que vêm com um discurso de pós-modernidade para justificar a permanência do sistema capitalista de produção como hegemônico, ou mesmo, único:

Não quero com isso afirmar a mesma coisa que os críticos da direita gostam de dizer - ou seja, que mesmo diante de todas as evidências ainda existem pessoas na esquerda que se recusam a enfrentar a realidade e se prendem a idéias velhas e desacreditadas. Pelo contrário, estou pensando nas tendências políticas e teóricas que, já bem antes que o colapso do comunismo e o "triunfo do capitalismo" aparecessem como um brilho distante aos olhos dos neoconservadores, já se afastavam da crítica do capitalismo e permitiam sua dissolução conceitual em fragmentos e contingências pós-modernos. A "nova ordem mundial", junto com a reestruturação da economia capitalista, teve profundos efeitos, mas as modas que hoje prevalecem entre as esquerdas intelectuais estão de certa forma se limitando a esgotar as correntes teóricas e políticas dos anos 1960 e 1970 em vez de começar o confronto dos problemas do final dos anos 1980 e 1990". (WOOD, 2003, p. 152)

Essa nova ordem mundial, plenamente capitalista absorve a liderança que, antes do fim chamado socialismo real, representado pela ex-União Soviética, defendia ardorosamente a construção de uma sociedade socialista.

No meio estudantil os dirigentes da UNE passam a criticar, no máximo, as escolas particulares de ensino superior. Não há um discurso relativo a um novo tipo de sociedade.

Ellen Wood (2003), faz uma análise inovadora das proposições do marxismo clássico, sem render-se ao mercado, paraíso dos liberais, de esquerda e de direita. É interessante sobretudo a constatação que a autora faz dos enfrentamentos da questão política nas décadas de 1960, 1970, 1980 e 1990.

Nesse período - 1960/2009, no Brasil, constitui-se o processo denominado de transição democrática de 1964, a partir do Golpe de Estado, até 1985, fim da ditadura e 1986/2009, reconstrução da democracia com a retomada do processo eleitoral.

O confronto com a ditadura encerrou, melancolicamente, no Colégio Eleitoral, com a eleição de Tancredo Neves e José Sarney, dando início a denominada Nova República.

As forças de esquerda, que atuaram em frente democrática com os partidos liberais, a exemplo do PCdoB, PCB dentro do PMDB, e o PT em área própria, apostaram na via eleitoral para a constituição da democracia.

Wood, ao propor que se retome os conceitos elementares essenciais do materialismo histórico, relações sociais de produção, classes sociais, aponta a perspectiva de reconstrução de uma perspectiva socialista, hoje em desuso por todas as forças políticas. Acredita que o marxismo possui vitalidade e atualidade suficiente para reorientar a constituição de uma nova sociedade, porém, faz-se necessário rediscutir o conceito e o papel do Estado e dos partidos políticos, numa orientação revolucionária.

O intervalo histórico assinalado por Wood, coincide, em parte, com aquele que estudo: a dialética existente no confronto da atuação da UNE com o governo e a discussão das políticas públicas para o ensino superior no período de 1960 a 2009.

Nesse estudo, que consiste no núcleo de minha tese doutoral, é necessário compreender a natureza do Estado, o significado de suas políticas para a universidade e, ainda, do entendimento manifestado pelos estudantes por meio de sua entidade maior, a União Nacional dos Estudantes - UNE. Permeia este estudo a concepção de democracia e de sociedade existente nos partidos políticos que se constituem em instâncias fundamentais para a articulação de propostas para o Movimento Estudantil e para a sociedade.

Na década de 1960, o Partido Comunista Revolucionário produziu um documento intitulado “Sobre o Movimento Estudantil”, no qual apresenta o seu entendimento sobre o papel histórico desse movimento, conforme se vê abaixo:

Figura 35: Documento obtido durante o CONEG da UNE em São Paulo-SP, março de 2009



Fac-símile da 1ª edição, 1968

Fonte: Arquivo do Autor.

Nesse documento o PCR formula o seguinte posicionamento:

O povo brasileiro, sob a hegemonia do proletariado, tem como honrosa e difícil tarefa histórica derrubar a ditadura anti-popular instaurada no país a partir de abril de 1964 e formar um governo que suprima para sempre a exploração imperialista no Brasil, que, a longo prazo, aniquile toda exploração social em decorrência da implantação do sistema socialista. Para tanto, nosso povo se empenhará em luta difícil e prolongada. Nesta luta, cada classe, camada social ou categoria profissional desempenhará seu papel. Ao proletariado, “que nada tem a perder, a não ser os seus grilhões” (Karl Marx), caberá o glorioso papel de direção do processo revolucionário através de um partido revolucionário marxista-leninista. Por outro lado, apesar do ME se caracterizar após o golpe como o movimento de massas mais combativo é profundamente absurdo considerá-lo como destinado a dirigir os trabalhadores, a atuar como vanguarda da revolução brasileira. (Arquivo do Autor, 2009)

Esta formulação de estratégia da revolução socialista no Brasil, com base na aliança popular sob a direção do proletariado remonta aos autores que se colocam como continuadores de Marx, no caso desse partido a matriz é o pensamento de Lênin, assim:

A experiência histórica tem demonstrado cabalmente que o movimento estudantil não é capaz de avançar além dos limites impostos pelas vacilações inerentes à essência pequeno-burguesa de sua composição de classe. Um Movimento Estudantil bem organizado e dirigido pode contribuir valiosamente para a destruição de um regime apodrecido, no entanto, nunca aniquilá-lo por si só ou à frente das massas trabalhadoras. No ano de 1968, o Movimento Estudantil Brasileiro conseguiu, em memoráveis lutas conduzir às ruas Cem mil estudantes no Rio de Janeiro atingindo o clímax de sua capacidade de mobilização. A partir de uma luta específica (Restaurante Calabouço), o Movimento Estudantil levantou as massas no país inteiro contra a repressão da ditadura que assassinara o estudante Edson Luiz Souto. O vigor desse protesto se fez sentir quando a ditadura foi obrigada a legalizar, temporariamente, as passeatas estudantis. A arrancada do Movimento Estudantil Brasileiro em 1968 gerou estimulou a visão errônea de que o ME está fadado à supremacia do processo revolucionário, sua missão histórica consiste numa dúbia “integração nas lutas dos trabalhadores” ou “em ser força auxiliar dos trabalhadores das cidades e dos campos”. Para os verdadeiros revolucionários, a experiência do Movimento Estudantil Brasileiro em 1968 evidencia sua limitação, torna patente que as lutas do ME caracterizam-se por um fluxo e refluxo contínuo, por um fluxo incapaz de, desligado de um fluxo geral do processo revolucionário, levar à derrubada de um sistema. (Arquivo do Autor, 2009)

Os estudantes são considerados por esse partido como pertencentes às classes médias e, em consequência, são portadores da mesma ideologia que se atribui a essa classe, que valoriza a educação superior como meio de ascensão social.

No que tange ao comportamento político desse grupo social o PCR considera a pequena burguesia ou classes médias como vacilantes, indecisas.

A massa estudantil anseia basicamente melhorar o ensino, aprimorá-lo para valorizar a capacidade profissional. Esse anseio esbarra constantemente numa estrutura que não permite sua concretização. Os estudantes são obrigados a lutar por reivindicações parciais e, quando bem orientados, concluem na própria evolução da luta que a realização de seus desejos é impossível sem a derrubada das estruturas arcaicas. Essa dedução gera a frustração e a revolta, não obstante a constante luta entre o desejo de mudança das estruturas e o medo advindo dos sacrifícios inerentes a tal mudança, conduz à vacilação, à consequente adaptação ao regime. O estudante passa a defender a pusilânime filosofia do “é melhor pouco que nada”, “quem tudo quer tudo perde” etc. passa a considerar que tudo está errado mas os sacrifícios de uma transformação não compensam; esse estado de espírito, essa psicologia característica daqueles “que oscilam constantemente entre o capital e o trabalho” (Karl Marx) impede a aceitação por parte da massa estudantil de uma radicalização limitada de suas lutas. A pequena-burguesia situa-se na realidade com um pé no futuro (necessidade de transformação das estruturas) e outro no presente (adaptação a essas estruturas pela necessidade ambiciosa de subir de categoria social), mas as dificuldades para um futuro melhor afastam-na da luta, engendram a acomodação de classe. (Arquivo do Autor, 2009)

A atuação das classes médias é criticada no documento da seguinte forma:

A partir da vacilação pequena-burguesa inerente ao Movimento estudantil, defendemos que o papel principal do ME no processo revolucionário da presente etapa histórica é desgastar a ditadura e forjar quadros para revolução na medida em que os estudantes lutam pela melhoria do ensino, no momento em que denunciam os crimes praticados pela ditadura contra o povo. Esse luta age sobre a massa estudantil provocando a descreça nas “boas intenções” da ditadura, gerando na maioria a crença de que só a substituição do poder político poderá trazer o atendimento das reivindicações mais sentidas dos estudantes. Por outro lado, uma parte minoritária da massa aprofunda sua conscientização e se transforma num quadro político a serviço da revolução brasileira. Exemplo claro desse grandioso papel do ME, forjar quadros para o processo revolucionário mundial, são quadros do valor de Fidel Castro, Ernesto Che Guevara (El Che), Lênin e Stalin. Os campos da América Latina, Ásia e África estão manchados com o sangue de inúmeros patriotas que foram forjados no ME. (Arquivo do Autor, 2009)

A atuação combativa dos estudantes é ressaltada nesse documento como tributo aos que tombaram em diversos países, na luta contra os regimes autoritários.

A atuação dos partidos políticos de esquerda (PT e PCdoB) no Movimento Estudantil é orientada por essas organizações da forma seguinte:

1. PCdoB – Este partido em resolução do Comitê Central de agosto de 1999 sobre o assunto diz:

Resolução do Comitê Central, de agosto de 1999

Sobre o relançamento da UJS e a organização dos jovens comunistas

Uma das marcas principais do PCdoB é a presença juvenil na sua militância, fonte de crescimento e renovação. Para o Partido a inserção na juventude tem sido uma forte evidência de sua vitalidade política e ideológica.

O Partido considera importante o trabalho entre a juventude brasileira. No entanto é preciso que todos os quadros e militantes compreendam, com mais nitidez e profundidade, o significado estratégico dessa frente para o movimento

revolucionário e para a construção partidária. Na situação política atual, com o desmanche da nação e a crise social em agravamento, a juventude surge como importante força de combate.

Desde o final dos anos 70, e em particular a partir de 1992, temos acumulado força e prestígio em nosso trabalho juvenil, principalmente no Movimento Estudantil. Muitos jovens simpatizam com nossas idéias e nossa política. Uma boa parte dos atuais dirigentes e militantes do partido veio dessa frente.

Esse partido, que tem na juventude a origem dos seus principais quadros políticos, percebe a necessidade de aprimorar o trabalho nessa área, como se vê:

Aperfeiçoar a direção partidária na frente juventude

É também responsabilidade dos Comitês partidários em todos os níveis impulsionar a construção da UJS em sua área de atuação.

O acompanhamento especializado do Partido é imprescindível. É preciso designarmos responsáveis pelo trabalho com a juventude em todos os níveis de direção.

O acompanhamento especializado do Partido é imprescindível. É preciso designarmos responsáveis pelo trabalho com a juventude em todos os níveis de direção. Estes precisam se dedicar, especializar-se e conhecer profundamente o trabalho da UJS; saber das condições de atuação e da psicologia da juventude; orientar política e ideologicamente e ter autoridade para unificar os jovens comunistas em sua atuação na UJS. Não devem ser dirigentes da UJS para poderem se dedicar mais ao trabalho executivo e cotidiano de direção partidária, principalmente ao acompanhamento da frente juvenil.

Os dirigentes do Partido precisam desenvolver métodos e estilos apropriados para tratar com os jovens. Ter maior abertura, relação cordial, paciência, diálogo sobre os problemas próprios da geração, sensibilidade para problemas familiares, financeiros, profissionais e morais. Superar preconceitos, e ao mesmo tempo não serem considerados com os jovens.

A UJS é criada como uma organização destinada a congregar os estudantes que se identifiquem com os ideais do socialismo. Esta agremiação atua como auxiliar do Partido Comunista do Brasil no meio universitário, e busca o controle das entidades estudantis.

Para materializar essa intenção de melhoria do trabalho partidário anuncia a seguintes medidas:

Medidas para aperfeiçoar a direção partidária no trabalho com a juventude e regulamentar a organização dos jovens comunistas no Partido:

1. Os jovens comunistas que realizam atividade juvenil – movimento estudantil, movimento juvenil de bairros e municípios do interior, departamentos juvenis de sindicatos e outras entidades – se organizam e têm tarefa na UJS. Quando completam 25 anos, os jovens comunistas que não exercem tarefas de direção na UJS, em regra, desfiliam-se da organização juvenil e passam a ser organizar somente no Partido.

2. Ao completarem 25 anos, os jovens comunistas dirigentes da UJS em qualquer nível, devem cumprir até o fim o seu mandato e depois discutir na UJS e com direção do Partido em nível correspondente a sua perspectiva de militância.

3. A transferência de jovens comunistas para outra tarefa partidária, sendo estes dirigentes da UJS ou jovens que atuam no movimento juvenil, deve ser discutida com a fração da direção da UJS em nível correlato e comunicada ao Comitê partidário imediatamente superior, que pode pedir a revisão da transferência. Esse controle deve ser feito também pelas Secretarias e Comissões de Organização.

4. Organizar o jovem comunista por local de trabalho, moradia e estudo, conforme o Estatuto do PCdoB. Não serão permitidos Comitês ou OBs setoriais de jovens. O jovem comunista discute a atuação da UJS e os temas especificamente juvenis na própria UJS e, quando necessário, no Partido.

5. Nas universidades o jovem comunista deve se organizar no núcleo da UJS e deve haver a coordenação entre a fração da direção do núcleo da UJS e a direção do Comitê/OB do Partido. Caso seja necessário, alguns jovens podem ser transferidos, transitoriamente, para implantar o Partido na Universidade.

6. Os Comitês partidários em todos os níveis devem designar, entre os membros da Comissão Política, um responsável que deve ter como tarefa principal a direção, o acompanhamento e o controle do trabalho com a juventude. O dirigente do Partido responsável pelo trabalho com a juventude não deve ser dirigente da UJS, pois tem tarefa executiva e cotidiana na direção partidária. Deve ainda respeitar as decisões e a autonomia organizativa da UJS.

O responsável na Comissão Política deve fazer a coordenação entre o organismo dirigente do Partido e a fração na direção da UJS, e devem haver reuniões periódicas para o acompanhamento coletivo da direção do Partido. As frações respondem perante o Comitê partidário de mesmo nível pelo trabalho da UJS.

A articulação entre a organização da juventude e o partido é destacada como forma de melhorar a atuação no próprio Movimento Estudantil, e de fortalecimento do partido como se vê:

7. Recomendar a eleição do jovens comunistas dirigentes da UJS para os Comitês e Comissões Políticas do Partido, como forma de maior participação na vida do Partido e reforço da direção partidária no trabalho da UJS. Esses jovens, mesmo os eleitos para as Comissões Políticas, devem ter como tarefa a militância na UJS, e não deverão assumir quaisquer outras funções de direção partidária do Comitê e Comissão Política de que farão parte.

Sempre que necessário, deve ser feito o convite para membros da fração da direção da UJS participarem das reuniões mais importantes dos Comitês partidários e de suas Comissões Políticas em nível correlato.

8. Na escolha dos principais quadros do Partido que irão compor a direção da UJS, em cada nível, a fração de jovens comunistas deve discutir uma proposta com a direção do Partido em seu nível.

9. Encarregar as Comissões de Formação, em todos os níveis, de planejar e realizar atividades de formação partidária adaptadas aos jovens comunistas, como cursos especiais, debates e seminários. Ao mesmo tempo o Partido precisa orientar e acompanhar o trabalho de formação da UJS.

São Paulo, 30 de agosto de 1999
Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, PCdoB
Partido na Ação Política e de Massas

As diretrizes partidárias não deixam dúvidas: trata-se de uma atividade profissional e orientada para a máxima eficiência, nos termos em que Weber analisa a operacionalidade da burocracia e da fidelidade que se espera do titular do cargo em relação ao partido, conforme Tragtenberg (2006).

Resolução específica sobre o trabalho com os jovens reafirma a importância do trabalho nessa área:

Resolução do 10º congresso do PCdoB sobre o trabalho partidário entre os jovens

Na última década, o Partido enfrentou a ofensiva neoliberal, deflagrada pelo governo Collor e consolidada pelo governo de Fernando Henrique, com uma proposta de unidade em defesa da soberania, da democracia e dos direitos sociais. Teve papel decisivo na construção da Frente Brasil Popular, aliança eleitoral de 1989 em torno da candidatura de Lula, que valorizou o papel das forças de esquerda no cenário nacional.

Investiu, de forma pioneira, na campanha do Fora Collor, estimulando, através de sua influência no seio da juventude, o movimento dos Caras Pintadas, liderado pelo União Nacional dos Estudantes (UNE) e União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES).

Imprimiu sua marca na elaboração do manifesto Em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho, ao qual aderiram democratas de todo o país. Em torno dessas bandeiras de mobilização nacional, empenhou-se na busca de construir a frente única contra o neoliberalismo e um amplo movimento político de massas para dar sustentação à luta geral. Articulou e mobilizou para todos os grandes atos políticos ocorridos contra o neoliberalismo e seus efeitos sociais mais perversos. (...)

(Acesso em <<http://www.vermelho.org.br/pcdob/secraterias/juventude>>)

2. PT - Por sua vez, veja-se como o Partido dos Trabalhadores cuida da intervenção política na área da juventude:

ESTATUTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Seção V – Dos Setoriais, Secretarias Setoriais e Grupos de Trabalho

Art. 121: Os Setoriais são instâncias partidárias integradas por filiados que atuam em determinada área específica, com o objetivo de intervir partidariamente junto aos movimentos sociais organizados.

Parágrafo único: A qualquer tempo, de acordo com a avaliação dos filiados de que trata esse artigo, poderão ser extintos ou criados outros Setoriais.

Art. 122: Os Setoriais podem ser organizar em âmbito municipal, estadual ou nacional, mediante autorização das instâncias de direção correspondentes.

Parágrafo único: Somente o Diretório Nacional poderá instituir ou alterar a composição dos setores de atuação partidária reconhecidos como nacionais.

Art. 123: As Secretarias Setoriais, consideradas como formas organizativas dos Setoriais, são as seguintes: Combate ao Racismo, Mulheres, Juventude, Agrária, Meio Ambiente e Desenvolvimento, e Sindical.

Parágrafo único: Os demais Setoriais estarão vinculados às Secretarias de movimentos Populares, tais como: Educação, Saúde, Esporte e Lazer, Comunicação Comunitária, Pessoas Portadoras de Deficiência, Gays e Lésbicas, Religiosos, Criança e Adolescente, Política Urbana, Assistência Social, Assuntos Indígenas, Transporte, ressaltado o disposto no parágrafo único do artigo 122 deste Estatuto.

Como se vê, também neste partido, há uma preocupação em organizar a estrutura burocrática para atuar especificamente na área da juventude e do Movimento Estudantil, desta forma:

Art. 124: Os Setoriais e Secretarias Setoriais devem ter atuação permanente, enquanto instância de formulação e articulação partidárias.

Esse partido, organiza-se, internamente, em tendências, que são subgrupos políticos, que vão atuar no interior das entidades estudantis:

Art. 233: O direito de filiados organizam-se em tendências vigora permanentemente no Partido, observadas as normas previstas neste Estatuto.

§ 1º: Tendências são agrupamentos que estabelecem relações entre militantes para defender, no interior do Partido, determinadas posições políticas, não podendo assumir expressão pública e declarar-se de vida permanente.

§ 2º: Todo e qualquer agrupamento de filiados que não se constitua em organismo partidário ou instância previstos neste Estatuto deverá solicitar à instância de direção correspondente o seu registro como tendência interna do Partido.

§ 3º: Os agrupamentos que não cumprirem a exigência prevista no “caput” deste artigo serão considerados irregulares, estando seus integrantes sujeitos às medidas disciplinares previstas neste Estatuto.

§ 4º: O Partido não reconhece o direito de suas filiados organizarem-se em frações, públicas ou internas.

Art. 234: As tendências podem ser de âmbito municipal, estadual ou nacional, ter atuação em todas as áreas de interesse do Partido ou resumirem-se a um determinado setor ou tema.

Parágrafo único. As tendências deverão solicitar seu registro na instância correspondente ao seu âmbito de atuação.

(ESTATUTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES
Aprovado pelo Diretório Nacional, em 11/03/2001)

A aceitação de que tendências se organizem dentro do partido é um diferencial dessa organização política em relação ao PCR e PCdoB: este dois últimos, de matriz leninista, primam pela observância do “Centralismo Democrático”, que, ao final, significa a submissão da maioria (militantes), a uma minoria (dirigentes).

Os partidos políticos assumem o controle das entidades estudantis, sobretudo, a UNE, para viabilizar a aplicação de seus programas partidários.

Esta interferência partidária vem de longa data, como pode ser visto no depoimento do senador Pedro Simon, que atuou no Movimento Estudantil na década de 1950:

Quem era a favor do Assis Brasil, era Assis Brasil; quem era contra, era contra. Mas o Rio Grande do Sul se dividia radicalmente. E na política, até hoje, de certa forma. Se você olhar o MDB [Movimento Democrático

Brasileiro] de mais conteúdo, de mais seriedade, é do Rio Grande do Sul. Se você olhar o PDT [Partido Democrático Trabalhista], é o do Rio Grande do Sul. Se você olhar o PT [Partido dos Trabalhadores], quem tem toda essa confusão que está aí, o que tem mais consistência é o do Rio Grande do Sul. Isso vale para o PSDB [Partido da Social Democracia Brasileira], vale para tudo. Na política era assim. E na mocidade também era assim. Então, na mocidade a gente era... No fundo, nem se fingia... No PTB, na ala moça, em nosso grêmio estudantil, nos reuníamos e era exatamente aquilo: nós do PTB e os caras da Aliança Democrática. Aí, viemos para os congressos da União Estadual de Estudantes, que eram feitos nesse sentido. E nós, de certa forma, tivemos uma vida intensa. Tem gente importante! Foi presidente de UEE [União Estadual dos Estudantis] o hoje jornalista Flávio Tavares, um jornalista importante. Lauro Hageman, deputado hoje, também foi importante presidente da UEE. Na UNE, nós Rio Grande do Sul não parecíamos coesos. Eu chegava com meu grupo e nos aproximávamos de um lado e o lado de lá se aproximava do outro lado. A gente passava o ano inteiro esperando o congresso. E o congresso é uma coisa fantástica... nunca me esqueço de um congresso... (SIMON, P., 2004)

Na década de 1960, também há uma grande influência das organizações partidárias no Movimento Estudantil, conforme pode-se perceber no depoimento de Alfredo Sirkis:

Esse universo eu fui descobrindo pouco a pouco depois. Em 1967, eu tinha uma vaga noção de que havia um bando de pessoas de esquerda: alguns eram comunistas, outros não; eu era de centro e a ditadura era de direita. A dona Irene, diretora do colégio, era de direita e tinha alguns alunos de direita lá no Aplicação também, só que eles eram muito babacas. Depois, entrei no grupo de estudo, comecei a me aproximar do movimento estudantil organizado, e já no meio de 1968 eu estava na AMES, a Associação Metropolitana dos Estudantes Secundários. Cheguei até a ser vice-presidente da AMES num certo momento, numa das muitas chapas que teve ali, porque aquilo era uma confusão dos diabos. Na verdade, em 64 os partidos de esquerda no Brasil eram o Partido Comunista, de linha pró-soviética, o Partido Comunista do Brasil, que era uma separação do Partido que havia ocorrido em 1962 e era pró-chineses maoístas. Havia também a Ação Popular, que era católica; o Partido Operário comunista (POC), que era bem trotskista; e o Movimento Nacionalista Revolucionário, o Grupo dos 11, que eram brizolistas. Com o golpe de 1964, esses grupos começaram a sofrer cisões, começaram a se pulverizar e a gerar várias organizações muito mais radicais, que contestavam e criticavam pelo fato de não terem conseguido se opor com eficácia ao golpe de 1964.

Os famosos “rachas” ou divisões dos partidos de esquerda, criam no ME uma grande variedade de agremiações políticas, segundo ele:

Então, o Partido Comunista teve a famosa cisão do Marighela, que resultou na União Libertadora Nacional, teve a chamada Corrente, que resultou no PCBR, e ainda as dissidências que resultaram depois no segundo MR-8 e numa pequena organização chamada DDD – parece até nome de inseticida, mas era a Dissidência da Dissidência ou Dissidência de São Paulo, que por acaso foi a primeira organização na qual mais ou menos me aproximei. A AP, por sua vez, se separou. Dessa cisão um grupo chamado

Núcleo Marxista-leninista. O POC também sofreu uma cisão: o pessoal do POC se juntou com o de São Paulo no Movimento Nacionalista revolucionário e formou a primeira PPR, e o grupo de Minas formou a COLINA, Comando de Libertação Nacional. O PCdoB, por sua vez, se fragmentou, e daí saiu o grupo chamado Ala Vermelha... enfim, isso grosso modo. Outras dissidências ainda aconteceram. Assim, aquelas grandes organizações de esquerda que existiam em 1964 se fragmentaram e, na verdade, o movimento estudantil passou a ser trabalhado pelos grupos dissidentes dessas organizações. De modo geral, no movimento estudantil no Rio de Janeiro havia três facções: duas maiores e uma menor. Uma das maiores era a facção que a gente apelidava “Os Tigres”, por causa do ‘tigre de papel’, formada basicamente pelo pessoal da AP e do PCdoB. o pessoal da AP era liderado pelo Luís Travassos, presidente da UME; junto com o pessoal do PCdoB, eles formavam o grupo dos Tigres, cuja palavra de ordem era: “Derrubar a ditadura, expulsar o imperialismo.”

Este aglomerado de organizações partidárias, que atuam no campo de forças de esquerda, vão entrar em conflito com a Ditadura Militar na década de 1970. Com a reconstrução da UNE em 1979, esses partidos adquirem um meio eficaz de fazer propaganda de suas idéias no meio universitário.

Figura 36: Plenária do Congresso de Reconstrução da UNE



Salvador, 1979.

A foto acima refere-se ao congresso de reconstrução da UNE, ocorrido na Bahia. Foi um marco na retomada do Movimento Estudantil.

Fonte: Portal da UNE – 2009.

Sobre os grupos políticos de maior influência afirma Sirkis:

A outra das facções maiores era um grupo mais local, formado pela dissidência da Guanabara, uma cisão do Partido Comunista, liderada na época pelo Wladimir Palmeira, pelo Franklin Martins, Carlos Alberto Moniz,

Cid Benjamin; a esse grupo depois se vinculou o Fernando Gabeira – Eles eram um grupo mais local, que se articulava no âmbito nacional com o pessoal do José Dirceu, lá em São Paulo. E havia também um grupo bem menor, de um pessoal ligado ao PCBR que ora apoiava uns, ora apoiava outros, cujo líder estudantil mais importante era o Marcos Medeiros. Os líderes estudantis eram: o Travassos, pelo Tigres; O Wladimir, o Daniel Araújo Reis, Franklin Martins e o Carlos Alberto Moniz, pela União Metropolitana dos Estudantes, que era controlada pela dissidência da Guanabara; e o Marco Medeiros, que estava ali no meio. Depois, você tinha um grupo meio autônomo, que era a Frente Unida dos Estudantes do Calabouço, a FUEC, que se organizava em torno dos estudantes do Calabouço, cujo líder era o Elinor Brito (que hoje trabalha na Comlurb). E havia os secundaristas, a Associação Metropolitana dos Estudantes Secundários (AMES), onde um lado atuavam os Tigres e de outro o nosso grupo de secundaristas, que era mais ou menos ligado ao grupo universitário do Wladimir e do Franklin. Tanto que alguns, como é o caso do próprio Franklin, tinham estudado no Aplicação. Então, no ano de 1968 era mais ou menos essa a configuração. O ano de 68 foi cheio de paradoxos, tudo aconteceu nesse ano. (SIRKIS, A., 2005)

Na década de 1970, período de reconstrução da UNE a influência partidária é assim descrita pelo ex-presidente da entidade Renildo Calheiros:

Quando eu disse três grandes correntes, me referia às bandeiras, na verdade o número de forças era maior. Na Universidade de Pernambuco, você tinha quem dominava o movimento estudantil – o MR-8. Ele tinha duas lideranças muito importantes na época, Luiz Falcão (estudantes da Economia) e uma menina que foi presidente do DCE. Esse era o período em que o PT [Partido dos Trabalhadores] ainda estava sendo articulado; havia um movimento de pessoas que se afastavam do MDB, mais à esquerda, e que depois veio a desembocar no PT. Essa organização que participava do movimento estudantil da Ufpe era conhecida como Polop [Política Operária] e era uma organização de matriz trotskista e tinha muita força mais especificamente no Centro de Saúde. Uma das principais lideranças políticas dessa organização era o estudante de medicina chamado Jarbas Barbosa. Uma outra liderança importante era o Umberto Costa. No Centro de Ciências Sociais, mais especificamente no curso de sociologia, você tinha uma participação do PCB [Partido Comunista Brasileiro]. Era um partido de pequena penetração entre os estudantes, embora tivesse uma influência maior entre os professores. O PCdoB [Partido Comunista do Brasil], que é o meu partido, na época não existia dentro da universidade. (CALHEIROS, R., 2004)

Renildo Calheiros salienta a existência de outras organizações partidárias de esquerda “menores”, ou seja, que não tinham a mesma influência de seu partido (PCdoB), no meio estudantil:

E havia outras forças menores. No curso de química tinha o que hoje é o PSTU [Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado], mas na época era Convergência Socialista; na Sociologia havia uma presença do PCB. Muitos estudantes participavam desses movimentos mas não estavam ligados diretamente a nenhuma dessas organizações. Estavam mais ligados ao diretório acadêmico, às chapas. Eu me enquadrava aí. Mais tarde, a Polop assume, no movimento estudantil, a denominação de ‘Travessia’, que depois veio dar origem ao PT dentro da universidade. Depois, houve uma divisão e quem ficou

com mais força lá foi a Caminhando – a corrente estudantil de um partido, que surgiu em alguns estados do Brasil (sobretudo no Rio Grande do Sul) e teve muita força no movimento estudantil de Pernambuco como PRC. Um dos idealizadores deste movimento era o José Genoíno. Na universidade, tive notícias quentes. Não se tinha muito acesso a informação como hoje, e nós, um grupo de estudantes, resolvemos divulgar esse jornal dentro da universidade. Ficamos conhecidos como “tribuneiros” e chegamos a vender 500 jornais por semana. Depois, surgiu a corrente à qual o PCdoB era ligado, a Viração, organizada por nós, os tribuneiros. (CALHEIROS, R., 2004)

Aldo Rebelo (2004), que foi presidente da UNE em 1980, comenta sobre o quadro político-partidário da época o seguinte:

Quando entrei na universidade, a esquerda já havia realizado certa transição. Já tinha deixado o caminho do enfrentamento da ditadura pela luta armada e tinha assimilado o caminho da luta institucional, da luta democrática de participar do MDB [Movimento Democrático Brasileiro], de organizar comitês de direitos humanos, de fazer a luta pela anistia, pela Constituinte. Havia a escolha desse caminho, ou seja, não do voluntarismo, da luta armada, mas o caminho da luta democrática. E isso nos obrigou a ter uma política muito ampla, a entrar em contato com todos os setores da sociedade alagoana. Mesmo o caso de governadores que eram nomeados – o governador de Alagoas era o Guilherme Palmeira, irmão de Vladimir, da Arena – mas procuramos o Guilherme para pedir ajuda para realizar a reconstrução do movimento estudantil. Então, dialogávamos amplamente. Num estado muito conservador, com forte presença oligárquica, ou você faz uma política ampla, ou se isola e se torna, portanto, um alvo fácil daqueles que querem reprimir o movimento democrático. Então, tínhamos essa consciência. Procurávamos fazer a política mais ampla possível: organizamos o teatro universitário e os jogos universitários de Alagoas. Eu e os militantes de esquerda participávamos ativamente das equipes de esporte. Éramos enxadristas, jogávamos futebol de salão, futebol de campo, atividade de atletismo, atividades culturais.

Rebelo enfatiza a estratégia utilizada para conquistar a adesão dos estudantes: o esporte e as atividades culturais eram utilizados como atrativos, em seguida vinha o trabalho político. Todas as atividades tinham como objetivo “ganhar” os estudantes para o partido que dominava a entidade estudantil, como se vê:

Então, isso tudo fez com que tivéssemos uma influencia grande no meio dos estudantes através das atividades esportivas, culturais. E reorganizamos o movimento estudantil, mas não como a USP [Universidade de São Paulo], e sim por dentro da velha estrutura que acabou com os centros acadêmicos e criou os diretórios acadêmicos. Entramos nos diretórios acadêmicos, fizemos eleição indireta para o DCE, com delegados dos diretórios, e dividimos o DCE com as forças conservadoras. O Renan Calheiros, que hoje é líder do PMDB, e eu pusemos na diretoria do DCE. Ele fora eleito numa composição com aquilo que chamávamos de direita. Isso porque não tínhamos força, tínhamos votos, mas sabíamos que se propuséssemos uma diretoria de esquerda, o DCE iria sofrer uma intervenção da Polícia Federal, e achávamos que era melhor preservar o DCE. E para preservá-lo, o dividimos com as forças que estavam no DCE que a ditadura não podia retirar. Inclusive, eles ficaram com a presidência, e ficamos com a secretaria geral e a tesouraria. E foi isso que fizemos para reconstruir o movimento estudantil de Alagoas e entrar em contato com o movimento nos demais estados. (REBELO, A., 2004)

Nas décadas de 1990 a 2000, a intervenção partidária é uma constante conforme relata Felipe Maia (2004), ex-presidente da UNE:

O congresso que me elegeu foi em Goiânia, em junho de 2001 – o maior congresso da UNE até então. Os congressos da UNE, da metade de 1990 para 2000, foram gradativamente crescendo, porque o número de estudantes universitários no país, nesse período, cresceu muito e as regras de eleição de delegados para o congresso não foram alteradas. Assim, aumentou o número de participantes, o movimento cresceu e os congressos começaram a ficar muito grandes. O congresso em que fui eleito tinha mais de cinco mil pessoas; foram seis ou sete chapas e disputar a eleição, além de dois blocos principais e um terceiro já sem muita força. A nossa chapa chamava-se “Agora só falta você” e era composta por nós, pela UJS, por um pessoal ligado ao PPS, outro ligado ao PTB do Rio Grande do Sul (que diferentemente do PTB nacional fazia oposição ao Fernando Henrique), tinha o pessoal do PDT do Brizola e outros grupos menores de universidades. A bandeira da nossa chapa era construir uma ampla unidade contra o neoliberalismo e contra o governo Fernando Henrique Cardoso.

Ele apresenta um mapa político das forças que o apoiaram no Congresso da UNE realizado em Goiânia em 2001, que tinham fator de aglutinação a oposição ao Governo FHC, assim:

Esse era o mote, dizíamos o seguinte: “Com todo mundo que for contra o Fernando Henrique, contra o neoliberalismo, nós topamos compor. Precisamos unir todo mundo contra esse projeto.” O outro grupo chamava-se “Rompendo a massa”, movimento de oposição nucleado pelas correntes da esquerda do PT e pelo PSTU. Eles diziam: “Olha, contra o Fernando Henrique tudo bem, mas só pode participar dessa aliança quem for da esquerda revolucionária”, ou seja, não era só a esquerda, era a esquerda revolucionária, porque qualquer outra aliança prejudica os objetivos mais estratégicos da revolução. E nós dizíamos: “Tudo bem, nós também nos consideramos esquerda revolucionária, mas a revolução não está para amanhã, não está na ordem do dia, para chegar lá, primeiro é preciso lutar contra o neoliberalismo, então vamos juntar quem topa derrotar o Fernando Henrique e depois a gente vê como é que faz, discute e disputa.” Essa foi a polêmica principal que marcou aquele congresso: deve-se fazer a aliança? Não deve? Que tipo de aliança fazer? Havia muita diferença de programa também, de luta entre as duas chapas, essa turma – até por essa visão deles – sempre pensou que o lance da UNE era só ocupar reitoria e fazer greve. Essa era uma visão muito radicalizada do movimento e que levava ao sectarismo. (MAIA, F., 2004)

Desse modo, pode-se afirmar que a juventude universitária atua, não por instinto natural, mas, a partir de um discurso ideológico, devotando-se às causas sociais e revolucionárias. Porém, em certas sociedades, pelos condicionamentos históricos, políticos e ideológicos, pode-se também aderir ao conformismo, como na Alemanha Nazista ou nos Estados Unidos. A motivação consciente que o militante tem de seus atos não serve como explicação de suas atuação, tendo em vista o seu caráter ideológico, nos termos da análise de Bakhtin (2004).

A liderança estudantil vale-se de um discurso padronizado, que é, antes de tudo, partidário e não coletivo. O particular, específico, se torna geral, numa inversão prática da dialética hegeliana, levada a efeito pelas direções partidárias e burocráticas que, originárias da esquerda socialista, adere à social democracia e ao liberalismo, como forma de acomodação ao Estado burguês, que muda sua aparência mas conserva a essência privatista através de um discurso reprodutivista. Essa inversão daquilo que é particular, de um grupo político, colocado como geral, conduz a UNE ao conformismo, e a participação de seus dirigentes no Estado.

Os depoimentos apresentados comprovam a tese de que há uma modificação no conteúdo da ação estudantil universitária no período de transição da ditadura militar de 1964 a 1985, para a redemocratização no período de 1986 a 1992, caracterizada pela colaboração do movimento com o Estado, a partir desta segunda fase, evidenciando a dialética do inconformismo à submissão ao Estado.

A atuação dos partidos políticos, segundo Weber (2004), tem como meta a conquista do poder político, representado pela dominação da máquina burocrática do Estado, que é tido como uma forma de organização racional-legal, caracterizada pela existência de normas jurídicas de cumprimento obrigatório, hierarquizada, funcional e estruturada com base na distribuição das atividades em um quadro administrativo, composto por funcionários profissionais.

No Brasil, os dois principais partidos de esquerda que atuam no ME, PT e PCdoB, estruturam-se em moldes de organização burocrática, com um comando nacional, regional e municipal, tendo como referência as organizações políticas existentes na extinta União Soviética, de matriz leninista, no caso do PCdoB, e social-democrata, no caso do PT.

O discurso de tais agremiações políticas, durante a década de 1980, era diferente no que tange à concepção de Estado e ao caminho a seguir para a transformação da sociedade brasileira. O PT, através de um discurso de defesa da ética na política, trilhou o caminho eleitoral, com candidatos próprios, criticando a elite política do país e a política tradicional.

O PCdoB seguiu a linha da frente única contra a ditadura militar, aliando-se ao PMDB, e outros partidos da ordem estabelecida.

Com a chegada do PT ao poder em 2002, passou a existir uma aliança entre as duas organizações partidárias, que dividem entre si e com os demais partidos da base aliada os cargos públicos.

No sistema político que se estabelece desde então os postos políticos passam a ser uma fonte de renda fundamental para os dirigentes e militantes partidários, que deixam de lado a atuação no movimento social, centrando as suas atuações no Estado, conforme Pennacchi (2008).

A chegada ao poder, representada pela conquista da máquina do Estado, via eleição, é o objetivo de todo partido, qualquer que seja sua orientação ideológica. Na administração pública federal existem milhares de cargos a serem preenchidos pelo partido vencedor, que deve distribuí-los com seus aliados.

Divergências postas de lado, estes partidos conduzem o Estado brasileiro na atualidade e hegemonomizam a UNE desde a sua reconstrução, muito embora comece a serem questionadas as suas propostas para a universidade.

Como se percebe, os estatutos dos partidos mencionados refletem perspectivas diferentes de organização, entretanto, em nome da gestão do estado e do exercício da política por meio do estado, ocupando cargos públicos, constroem um discurso unificador capaz de justificar as ações do governo que passam a integrar, de maneira pragmática.

Esta participação pode ser entendida como uma continuidade da prática política dos dirigentes do Movimento Estudantil, que durante o período que estão à frente das entidades estudantis lutam contra o arbítrio, no período da ditadura militar, e desenvolvem suas carreiras políticas na administração pública, durante a fase de redemocratização do País.

Esta mudança se dá pela passagem da condição de dirigente da UNE para dirigente do Estado, por meio de acesso aos cargos públicos, via eleição ou nomeação para cargos de confiança distribuídos aos partidos políticos que apóiam o governo.

As propostas do governo Lula para acelerar o crescimento econômico do País foram consolidadas no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, cujas as metas são as seguintes:

TABELA 25 – Investimentos em Infra-Estrutura

(Investimentos do PAC: 2007-2010)

	Em R\$ bilhões 2007-2010
Logística	58,3
Orçamento Fiscal e da Seguridade	33,0
Estatais Federais e demais Fontes	25,3
Energia	274,8
Orçamento fiscal e da Seguridade	-
Estatais Federais e Demais Fontes	274,8
Infra-Estrutura Social	170,8
Orçamento Fiscal e da Seguridade	34,8
Estatais Federais e Demais Fontes	136,0
Total do PAC	503,9
Orçamento Fiscal e da Seguridade	67,7
Estatais Federais e Demais Fontes	436,1

Fonte: Programa de Aceleração do Crescimento – Governo Federal – 2009.

A afinidade do discurso da UNE com do Governo brasileiro pode ser constatada nas revistas Movimento publicadas em abril e agosto de 2006, conforme a seguir:

Figura 37: A UNE e a proposta de desenvolvimento nacional, 2006

Fonte: Revistas Movimento da UNE, nº 14 e 15 – 2006.

Essas propostas de desenvolvimento do país são convergentes com o discurso do Governo Federal, que foram materializadas no chamado Plano de Aceleração do Crescimento – PAC.

Por outro lado, discurso recente do Presidente Lula (2009), é bastante ilustrativo da colaboração da UNE com o Estado:

Eu queria aproveitar este momento para, de público, agradecer a algumas pessoas por esses seis anos de convivência com o governo federal. Eu queria começar agradecendo, ou reconhecendo, o trabalho que a União Nacional dos Estudantes fez no primeiro mandato do meu governo, quando o companheiro Petta presidia a Direção da UNE.

Vocês sabem que toda vez que um jovem chega à mesa para comer e o prato está pronto, é muito mais fácil do que fazer o prato. O Petta, como presidente da UNE, ajudou no debate extraordinário para que nós pudéssemos mandar ao Congresso Nacional o projeto de lei de reforma universitária. O Petta contribuiu de forma extraordinária para que nós pudéssemos aprovar o ProUni. Eu não consigo entender a cabeça de meia dúzia de pessoas que, se dizendo de esquerda, eram contra o ProUni, porque diziam... Vejam que, de vez em quando, a extrema esquerda se junta à extrema direita nos argumentos. Tanto a extrema esquerda dizia que o ProUni iria nivelar o ensino por baixo, como alguns setores de direita diziam que nós íamos nivelar o ensino por baixo porque estávamos colocando nas universidades brasileiras jovens da periferia que não tinham tido a oportunidade de fazer os cursinhos caros que uma parte da elite brasileira pode fazer.

A fala do presidente Lula ilustra e mostra o caminho percorrido pela relação do Estado brasileiro com a UNE: acredita-se que nesse momento as reivindicações dos estudantes serão atendidas, por meio do diálogo, sem necessidade do confronto. Porém, lembrando Hannah Arendt (1995), se cada geração tem o poder de escrever sua história, não parece legítimo que o faça para recompor os fatos em harmonia com os seus próprios interesses políticos e materiais, já que o discurso contradiz-se quando comparado com a realidade.

E continua o presidente:

A minha alegria é que, depois de quatro anos, em qualquer avaliação que seja feita sobre o ProUni e sobre o grau de aprendizado dos estudantes brasileiros, nós vamos ter, entre os melhores alunos de todas as áreas e entre os mais dedicados, exatamente aqueles que são os pobres da periferia, que eram acusados de nivelar a educação por baixo. E por que esses jovens são mais dedicados? É porque esses jovens já tinham perdido a esperança de estudar. O ProUni foi uma engenharia que permitiu que esses jovens voltassem a ter esperança e a acreditar no seu País e no seu futuro.

Quero agradecer também aos companheiros da UNE, e aí já à companheira Lúcia, quando nós resolvemos criar o Reuni. Eu sei que a UNE perdeu alguns DCEs porque tem gente que prefere o discurso fácil. O cidadão que não sabe como a mãe sofreu para fazer a comida, não sabe quantas vezes ela se queimou, não sabe o trabalho que ela teve ao se sujar de óleo à beira de um fogão, se senta à mesa e fala: “não gostei”.

Quase todas as reitorias foram invadidas, a pretexto de quê? De que nós iríamos colocar muitos alunos por professor. Nós queríamos aumentar a média de 12 para 18 alunos por professor, e alguém dizia: “é demais, vai baixar o nível. O ideal é que tivesse apenas um aluno por cada professor”. É gente assim que atrapalha o desenvolvimento deste país, que aposta no insucesso deste país que já jogou muitas oportunidades fora.

No ano de 2007, as preocupações da UNE estavam voltadas para a reconstrução de sua sede na Praia do Flamengo, cujo projeto foi esboçado pelo arquiteto Oscar Niemeyer e conta com o apoio do Governo Federal. A direção da UNE reuniu-se no dia 24 de maio de 2007, com o citado arquiteto para que ele reformule o projeto original, que inclui um prédio de 13 andares e um teatro. A UNE e a UBES querem incorporar uma nova estrutura ao local: um auditório com tecnologia audiovisual, uma biblioteca e um centro de memória do Movimento Estudantil, onde ficará guardada para consulta pública toda a história das entidades.

Em que pese a justeza da reivindicação de uma nova sede no Rio de Janeiro, acredito que o ME deveria buscar junto aos estudantes o apoio necessário para realizar esse objetivo e não somente o apoio do Estado.

Esta meta, relativa à nova sede, é central para a UNE no ano de 2007, conforme se pode ver nas imagens a seguir:

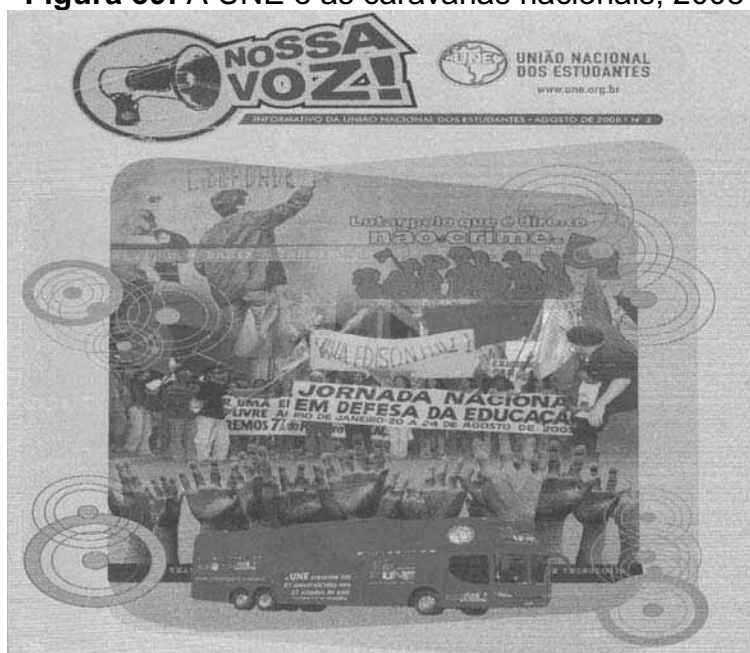
Figura 38: A UNE e a comemoração dos 70 anos da entidade, 2007



Fonte: Revistas Movimento da UNE, nº 16 e 17 – 2007.

A colaboração com o Governo Federal vai se acentuando, inclusive em caravanas que a UNE desenvolve pelo país, conforme a seguir:

Figura 39: A UNE e as caravanas nacionais, 2008



Fonte: Jornal Nossa Voz, informativo oficial da UNE, 2008.

Nas caravanas desenvolvidas pela UNE existia o apoio oficial do Ministério da Saúde e da Educação. Nesse sentido as divergências existentes na sociedade e no ME são escamoteadas no discurso, quem não concorda com o Governo Lula é porque defende a burguesia.

É curioso o posicionamento de parte da intelectualidade brasileira que, por opção ideológica, defende o referido governo, afirmando que o atual Presidente da República não pertence à classe dominante, não concede benefícios pontuais e assegura direitos, com os quais se institui a democracia. (CHAUI, 2009, p. 19)

É o verniz intelectual necessário à legitimação de uma prática política baseada na distribuição de favores, denominada de clientelista.

Meus agradecimentos também aos companheiros da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. Nesses seis anos nós nunca tivemos uma relação que parecesse que o governo estava cooptando qualquer entidade, e nem as entidades tiveram qualquer relação achando que estavam cooptando o governo. O que nós fizemos foi uma relação de homens e mulheres civilizados que se determinaram a construir um projeto de nação em que todos deveriam participar. (LULA, 2009)

O discurso acima do Presidente da República, demonstra a relação atualmente existente entre o Estado e a UNE: trata-se de uma relação de colaboração, evidenciada na forma do tratamento dispensado à mencionada entidade, uma vez que seus dirigentes são chamados de “companheiros”.

Este fato, a colaboração com a dominação burocrática no Estado, remete-me, novamente, à Tariq Ali (2008, p. 30), que diz:

Muitos dos que sonharam um dia com um futuro melhor desistiram. “Se você não evoluir, não ganhará” é a máxima que se defende e, ironicamente, a intelligentsia francesa está hoje entre as piores e preside um declínio na cultura desse país. Os renegados participam de todos os governos europeus e fazem-me lembrar da educada resposta de Shelley a Wodsworth, que depois de dar as boas-vindas à Revolução Francesa regrediu para um conservantismo grosseiro: “Em honrada pobreza tua voz teceu Músicas consagradas à verdade e à liberdade, Desertando-as, tu me entristeces, Assim tendo sido, deverias cessar de ser.” Penso em outro poeta, o norte-americano Thomas McGrath, que em meados do século passado defendeu o radicalismo dos anos 1930. Seu poema “Carta para um amigo imaginário” poderia ser aplicado anos dias hoje, bem como aos anos 1960: “Conversa selvagem, e fácil o suficiente para rir. Esse não é o ponto, nem nunca foi. O que era real era a generosidade, esperança expectante, O claro e verdadeiro desejo de fazer o bem. Agora, em outro outono, em nossa nova desobrigação De uma antiga escuridão enregelante, a geada cai sobre As ruínas estreladas do meu jardim. Sobre a minha esperança. Sobre os mortos generosos dos meus anos. Agora, nas ruas frias, Ouço a caçada e o longo trovão do dinheiro...”

Essa a metamorfose da ação da juventude estudantil universitária: de rebeldes a colaboradores na gestão do estado burocrático contemporâneo.

A atuação dos dirigentes das entidades estudantis é orientada pelos partidos políticos que almejam a conquista do poder de Estado, conforme Weber (2004):

Mas os “partidos” vivem sob o signo do “poder”. Sua reação é orientada para a aquisição do “poder” social, ou seja, para a influência sobre a ação comunitária, sem levar em conta qual possa ser o conteúdo. Em princípio, os partidos podem existir num “clube” social, bem como num “Estado”. Em contraposição às ações das classes e estamentos em que isso nem sempre é o caso, as ações comunitárias dos “partidos” sempre significam uma socialização, pois tais ações voltam-se sempre para uma meta que se procura atingir de forma planificada. A meta pode ser uma “causa” (o partido pode visar à realização de um programa de propósitos ideais ou materiais), ou a meta pode ser “pessoal” (sinecuras, poder e, daí, honras para líder e os seguidores do partido). Habitualmente, a ação partidária visa a tudo isso, simultaneamente. Portanto, os partidos são possíveis apenas dentro de comunidades de algum modo socializadas, ou seja, que têm alguma ordem nacional e um “quadro” de pessoas prontas a assegurá-la, pois os partidos visam precisamente a influenciar esse quadro, e, se possível, recrutá-lo entre os seus seguidores.

Os partidos que atuam no ME, sobretudo a partir de sua reconstrução em 1979, são, em sua maioria, ligados à esquerda. Estas organizações atuam como grupos fechados e defendem os interesses partidários acima de qualquer outro interesse. Vale lembrar Weber, (2002. p. 136):

Em qualquer caso individual, os partidos podem representar interesses determinados através da “situação classista” ou “estamental”, e podem recrutar seus membros de uma ou de outra. Mas não precisam ser partidos exclusivamente de “classe”, nem “estamentais”. Na maioria dos casos, são até certo ponto partidos de classe, e até certo ponto partidos estamentais, mas algumas vezes não são nenhuma das duas coisas. Podem representar estruturas efêmeras ou duradouras. Seus meios de alcançar o poder podem ser variados, indo desde a violência pura e simples, de qualquer espécie, à cabala de votos através de meios grosseiros ou sutis: dinheiro, influência social, a força da argumentação, sugestão, embustes primários, e assim por diante, até as táticas mais duras ou mais habilidosas de obstrução parlamentar.

Nesse sentido, esses partidos que atuam no Movimento Estudantil a partir da redemocratização em 1986, passam a viver sob o signo do poder do qual nos fala Weber.

O PT mantém-se afastado das alianças políticas com o PMDB, até que tornando governo com o Lula em 2002, passa a aliar-se com esse partido, como estratégia para manter-se no poder.

Os interesses partidários se sobrepõem aos interesses dos estudantes. Convém salientar que o processo social mudou nas últimas décadas, os projetos e as utopias unificadoras, sob o signo do socialismo não mais encontram apoio entre os jovens, a juventude volta-se para projetos individuais, consubstanciados na ocupação de posições no mercado de trabalho. Por sua vez, a direção da UNE se identifica, cada vez mais com as elites políticas que dirigem o Estado, havendo uma assimilação de seus dirigentes pelos partidos políticos da ordem estabelecida.

Percebe-se, então, que o discurso dos dirigentes se iguala àquele produzido pelo Estado, uma vez que os dirigentes são elevados à condição de gerentes desse mesmo Estado. O discurso se desdobra, transmuta-se, adaptando-se sem se transformar, ou seja, adquire nova coloração: não se fala mais em transformação das estruturas sociais, mas, apenas, em programas e projetos de inclusão social, por si mesmos reveladores da dominação, sob novas formas.

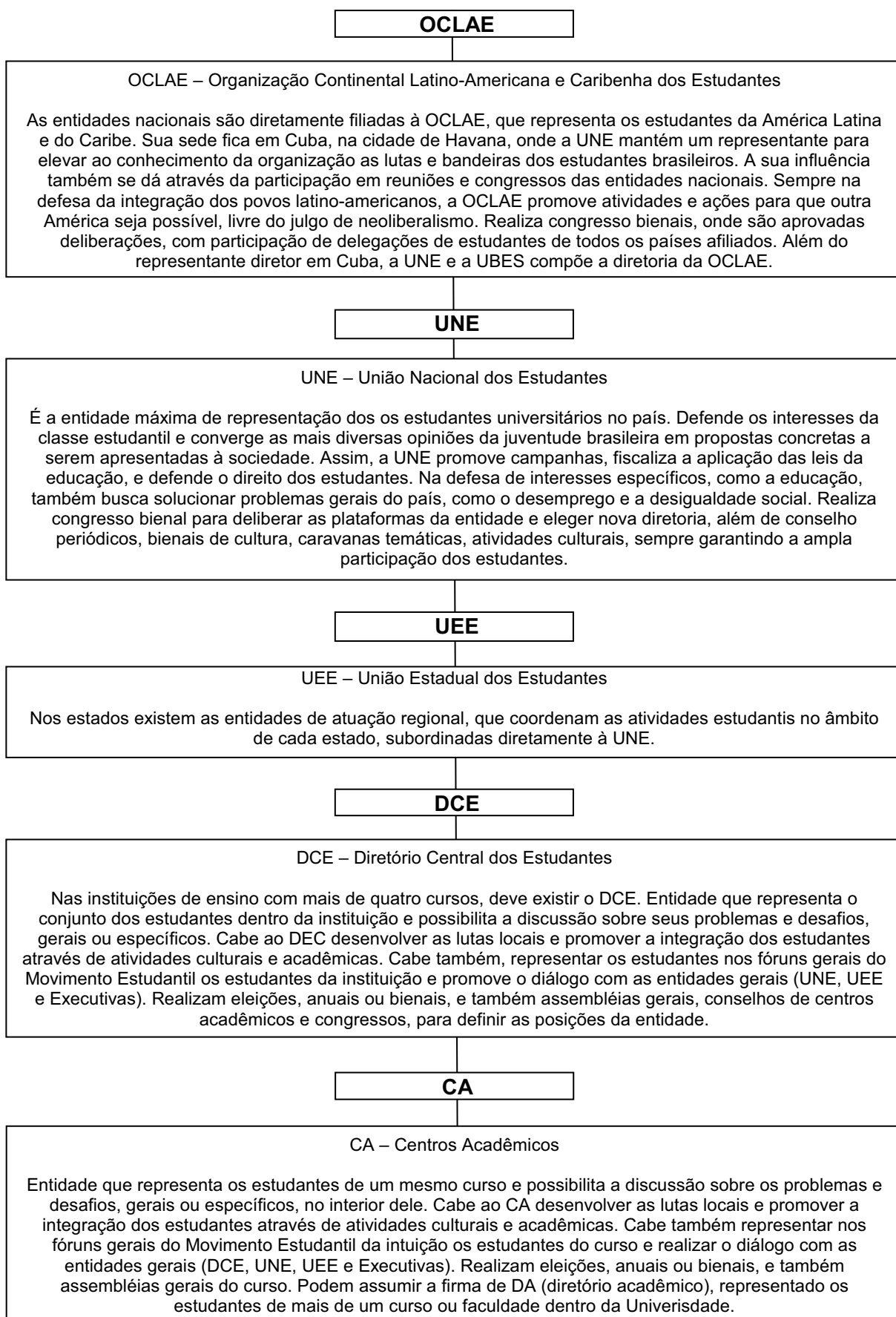
Nesse contexto, ocorre o silenciamento da oposição, lembrando que o silêncio não é ausência de palavras, conforme Orlandi (1992), mas o efeito de sentidos para impedir que o interlocutor sustente outro discurso. A supremacia de um conjunto de idéias, consubstanciadas nos programas dos partidos políticos e sua divulgação, por

diversas formas, não elimina a produção de outros discursos, uma vez que todo discurso é suportado pela polissemia, pela intertextualidade, pela polifonia, ou seja, não é falado por uma única voz, mas por muitas, geradoras de muitos textos que se entrecruzam no tempo e no espaço, tornando-se necessária uma investigação filológica-semiótica para alcançar os significados dessa polifonia, consoante Blikstein (2003).

Nesse aspecto existem outras possibilidades de atuação para as entidades estudantis que não sejam vinculadas ao aparelho burocrático do Estado. Porque todo enunciado é suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, de se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para outro, a não ser que exista proibição explícita, nos termos da análise de Pêcheux (1990).

Assim, no ME, os partidos ou grupos políticos que se opõem à dominação burocrática do PCdoB e PT, a exemplo do PSTU, são rotulados de xiitas, radicais. Esse partido faz várias críticas à gestão de Lula, no documento “Reforma do Governo Lula: Privatização das universidades públicas e benefícios aos tubarões do ensino privado” - PSTU (2005), no qual afirmam seus dirigentes que a proposta desse governo é de privatização do ensino superior, por meio das chamadas Parcerias Público-privadas, cujo expoente seria o PROUNI, mudança no financiamento das universidades públicas e privadas, autonomia entendida como subordinação ao governo e avaliação como instrumento para adaptar as universidades à reforma do governo. Para o PSTU a reforma de Lula é a continuidade do projeto de FHC.

A própria estrutura do ME é similar à do partido político, de matriz ideológica Leninista, como se vê:



Essa estrutura, vertical, é semelhante a existente nos partidos políticos anteriormente mencionados, nos quais existe um comitê ou diretório nacional, direções regionais e setoriais, os denominados comitês ou seções de empresa. Os órgãos situados na base da estrutura devem obediência aos superiores, no que se convencionou chamar centralismo democrático.

O Estatuto da UNE reflete esta mesma concepção, onde as entidades de base: DECs, UEEs e CAs são submetidas ao controle da entidade nacional, conforme se pode ver:

SEDE

Art. 1º - A União Nacional dos Estudantes (UNE), com sede no Rio de Janeiro, na Rua do Catete nº. 243, CEP: 22220-001 e com duas sub-sedes, uma em São Paulo, na rua Vergueiro nº. 2.485, Vila Mariana, CEP: 04101-000 e outra em Goiânia, na Avenida Universitária 1.533, Setor Universitário, CEP: 74610-100, é uma associação estudantil sem fins lucrativos, entidade máxima de representação de todos os estudantes de graduação dos estabelecimentos de ensino superior do País.

Em março deste ano tive a oportunidade de visitar a sede da UNE em São Paulo, constatando que ela encontra-se em condições precárias, como se pode ver na fotografia de sua sede, conforme consta da figura 43.

Parágrafo Único – toda ação efetuada em nome deste estatuto e de conformidade com seus artigos, provem do poder delegado pelos estudantes e em seu nome será exercido.

FINALIDADES

Art. 2º - São finalidades da UNE:

- a) Congregar e representar os estudantes do Brasil, promovendo a sua união em torno da solução de seus problemas;
- b) Defender os interesses gerais dos estudantes e de cada um em particular;
- c) Manter relações e promover atividades conjuntas com associação congêneres, sempre que necessário e conveniente aos interesses e aspirações dos estudantes;
- d) Cooperar com as entidades representativas dos estudantes do ensino fundamental e médio, e também com as organizações juvenis do país;
- e) Incentivar as relações amistosas entre as organizações estudantis de todo o mundo;
- f) Pugnar em favor da gratuidade e melhoria do ensino no País;
- g) Lutar pela contínua adequação da Universidade às necessidades científicas, culturais, sociais e econômicas de nosso povo;
- h) Lutar pelo livre acesso à educação;
- i) Pugnar pela democracia e liberdade fundamental do Homem, sem distinção de raça, cor, nacionalidade, orientação sexual, convicção política ou religiosa;
- j) Defender os interesses coletivos e difusos dos estudantes brasileiros de nível superior.

Participei, para levantar novos documentos sobre a atuação da UNE, do seu Conselho Nacional de Entidades Gerais – CONEG, ocasião na qual entrevistei a presidente da entidade, conforme fotografia denominada figura 40. O CONEG, conforme se vê seguir, é uma das instâncias de deliberação da UNE:

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 6º - São instancias deliberativas da UNE:

- a) Congresso;
- b) Conselho Nacional de Entidades de Base;
- c) Conselho Nacional de Entidades Gerais;
- d) Diretoria;
- e) Diretoria Executiva.

O congresso, como instância de maior poder decisório somente é convocado uma vez por ano, geralmente para aprovar o plano de lutas e eleger a diretoria da entidade.

A atuação cotidiana da entidade é dirigida pela diretoria executiva, sob a direção do presidente, figura de maior destaque e cargo mais disputado pelas forças políticas que atuam no movimento.

Seção I – Do CONGRESSO

Art. 7º - O Congresso Nacional dos Estudantes é a instância máxima de deliberação da UNE e compõe-se de membros delegados votantes.

Parágrafo Primeiro – Os membros delegados devem ser eleitos em cada curso, obedecendo aos seguintes critérios:

- a) Assembléia Geral;
- b) Voto em urna.

COMPETÊNCIA DA DIRETORIA DA UNE

Art. 19 – Compete à Diretoria da UNE:

- a) Orientar e dirigir as atividades dos estudantes, de acordo com este estatuto e com as deliberações emanadas de suas instâncias;
- b) Deliberar em quarta instância acerca de teses, moções e propostas desde que não conflitantes com as deliberações do Congresso, CONEB e CONEG;
- c) Manter constantemente informados os estudantes e a população acerca de suas deliberações e das atividades da UNE;
- d) Fazer-se representar em conclave nacionais e internacionais;
- e) Apresentar ao CONEG, ao CONEB e ao Congresso o seu relatório de atividades e prestação de contas;
- f) Convocar, quando necessário, em caráter ordinário e extraordinário, realização de atividades e prestação de contas, sendo que a convocação do Congresso será possível em caso absolutamente extraordinário.
- g) Propor toda e qualquer Ação Civil Pública, Mandato de Segurança e qualquer outra medida processual de caráter coletivo existente, ou que porventura venha a ser estabelecida, no ordenamento jurídico nacional. (Estatuto da UNE, 2005)

Como se vê, a estrutura burocrática da UNE têm como instância superior o congresso nacional da entidade que deve traçar as diretrizes de atuação para o correspondente mandato da Diretoria, as forças políticas que controlam a maioria dos cargos na diretoria da entidade se empenham para eleger os delegados que participarão do congresso, pois é nele que a diretoria é eleita.

Na luta pela hegemonia dos cargos de direção, os partidos políticos atuam abertamente, a partir de suas organizações denominadas tendências, utilizando as entidades como instrumento de transmissão de suas propostas partidárias, o que, muitas vezes leva ao distanciamento dos estudantes, confundindo aquilo que é do partido, portanto, da esfera da vida privada, com a esfera pública, representada pela atuação política na defesa dos interesses dos estudantes, conforme a Arendt (2004, p. 16):

Quando falamos de mentiras e especialmente de mentiras entre homens atuantes, é bom lembrar que ela não se insinuou na política por algum acidente de pecaminosidade humana. A afronta moral, por esta única razão, não consegue fazê-la desaparecer: A falsidade deliberada trata com fatos contingentes: ou seja, com coisas que não trazem em si nenhuma verdade inerente, nenhuma necessidade de ser como são. A veracidade dos fatos nunca é forçosamente verdadeira. Os historiadores sabem como é vulnerável a textura de fatos na qual passamos nossa vida cotidiana: está sempre em perigo de ser perfurada por mentiras comuns, ou ser esvaçada pela mentira organizada de grupos, classes ou nações, ser negada e distorcida, muitas vezes encoberta cuidadosamente por camadas de falsidade, ou ser simplesmente deixada cair no esquecimento.

A atuação da UNE confunde, muitas vezes, os interesses partidários de seus dirigentes com os interesses efetivos dos estudantes, privilegiando os primeiros, o que prejudica a representatividade da entidade, levando ao esvaziamento do Movimento Estudantil.

A década de 1990, se apresenta como um momento de retomada do movimento, com a mobilização contra Collor, para, depois, caminhar para a acomodação como salienta Andreza Barbosa:

Para muitas pessoas, o ano de 1992 parece ter sido um importante exemplo da reaproximação efetiva dos jovens da política, através da participação no processo de *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello, incluindo a participação dos jovens em uma das maiores manifestações políticas da história do país. Em todas as capitais houve protestos contra a corrupção, pela ética e a favor do *impeachment*. O movimento estudantil parecia ressurgir, no entanto, com características muito diferentes do movimento das décadas anteriores. Apesar de ainda ser comparado às décadas de 60 e 70, várias características os diferenciam. Nesses períodos, os estudantes enfrentavam uma ditadura militar altamente

repressiva e violenta. Na década de 90, os estudantes encontravam, geralmente, nas ruas a aceitação do seu protesto, e as forças policiais agora os protegiam, organizando o trânsito para as suas manifestações. Ao contrário do movimento estudantil de 20 anos atrás, os estudantes pareciam ter ganho a simpatia da grande maioria da população, dando margem à participação de outros setores que aderiram ao movimento *pró impeachment*. As passeatas liderada tanto por estudantes secundaristas como universitários eram caracterizadas por um misto de repúdio, saudosismo e irreverência, ao som de músicas que mobilizaram os estudantes em anos anteriores e também levando faixas que continham críticas ferozes ao presidente e seus assessores diretos. Os rostos foram pintados, num gesto simbólico, com as cores verde e amarela, ficando essas manifestações conhecidas como o “movimento dos cara-pintadas”. (Souza, 1999, p. 53)

O Movimento dos Cara-Pintadas durou o tempo suficiente para contribuir com o afastamento de Collor, o ME, contudo, voltou a estagnar-se passado esse evento como se vê:

Tudo isso remetia a pensar que o Brasil contava com o renascimento político do movimento estudantil, mas isso não aconteceu de fato, visto que essas manifestações foram episódicas, caracterizando alguns momentos de euforia coletiva sem muita articulação sólida de sustentação, ou ainda, sem perspectiva de se manter como forma organizativa mais permanente ou como eventual possibilidade de interferência histórica nos processos que se seguiriam.

De acordo com Sousa (1999), os estudantes, assim como a juventude no geral, não pareciam querer se envolver mais efetivamente com questões políticas e sociais, estavam muito influenciados pelo espírito individualista da sociedade, não vendo espaço para esse tipo de participação, pois agora seus interesses pareciam ser outros, como a carreira profissional e sua inserção no mercado. (BARBOSA, 2002, p. 9)

Como se vê, o processo de acomodação dos dirigentes da UNE, e por consequência, do Movimento Estudantil começa a ser percebido pelos estudiosos do tema, bem como dos dirigentes que se opõem à atual liderança hegemônica da UNE.

No ano de 2008, a UNE formalizou o seu Anteprojeto de Reforma da Universidade, que tem como pressupostos:

3. Financiamento público para o Ensino Superior;
4. Gestão democrática, com eleição direta para Reitor, com paridade entre a comunidade universitária;
5. Garantia da qualidade do ensino;
6. Regulamentação do funcionamento das universidades privadas;
7. Produção acadêmica e pesquisa voltadas para a demanda da sociedade.

Nesses pressupostos fica evidenciada a relação da UNE com o Estado no sentido de atribuir a ele a responsabilidade de manutenção do ensino superior.

O mencionado documento estrutura-se com base nos seguintes aspectos:

8. Autonomia Universitária;
9. Financiamento;
10. Democracia;
11. Acesso;
12. Assistência Estudantil;
13. Regulamentação do Ensino Privado;
14. Reestruturação Acadêmica e Curricular;
15. Ensino Profissional e Tecnológico;
16. Pesquisa;
17. Extensão.

A estruturação do ensino superior, repetindo documentos anteriores da UNE, defende a autonomia da Universidade, sem indicar os mecanismos para obter esse fim.

A UNE na parte inicial de seu anteprojeto faz uma análise da necessidade de reformulação do ensino superior, entendendo que no período histórico atual, que predomina no país o Estado Democrático, deve ocorrer uma ampla discussão de tais propostas.

É interessante notar que para a UNE o governo FHC, é responsável pelo agravamento da situação do Ensino Superior, com a privatização dessa área da educação. Ressalta que, vivemos um período importante de reversão deste estado de coisas, com o governo Lula.

As propostas apresentadas no anteprojeto podem ser assim sistematizadas:

1. Quanto à Autonomia Universitária:

PROPOSTAS:

- a. Garantia de autonomia didática, científica, pedagógica, de gestão financeira, administrativa e patrimonial, regulamentando o artigo 207 da Constituição Federal;

- b. Seguir o princípio da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão e garantia de liberdade de pensamento, produção e transmissão do saber;
- c. Restrição total do capital estrangeiro nas universidades pagas;
- d. Auditoria e regulamentação sobre as fundações privadas de apoio, tendo como consequência a sua extinção;
- e. A garantia da autonomia universitária passa pelo fim das fundações.

Vários são os assuntos abordados nesse tópico, chamando atenção para a referência à restrição ao capital estrangeiro em relação ao ensino superior.

2. Quanto ao Financiamento

PROPOSTAS:

- a. Fim dos vetos ao PNE que destina 7% PIB para a educação com perspectiva de chegar a 10% até 2011;
- b. Pela retirada da folha de pagamento de inativos do orçamento da educação, permanecendo como responsabilidade da União;
- c. Pelo fim imediato da DRU na educação;
- d. Reestruturação dos Hospitais universitários garantindo um maior financiamento e compartilhando sua manutenção também com o ministério da Saúde através do financiamento do SUS;
- e. Travar ampla discussão com os movimentos educacionais sobre a atualização das necessidades orçamentárias da educação, afixando em mecanismos mais consolidados e menos instáveis, como é o caso do PIB;
- f. Implementação do orçamento global nas universidades.

A UNE defende maior investimento na educação sem, contudo, indicar as fontes de financiamento.

Nesse sentido, é importante salientar que os investimentos do Governo Federal na educação superior, comparando o ano de 2004 com o ano de 2007, foram reduzidos consideravelmente. A prioridade do governo Lula tem sido a aplicação de recursos nos programas denominados de inclusão social, consubstanciados nas bolsas que são destinadas à população carente.

3. Quanto à Democracia

PROPOSTAS:

- a. Eleição direta para reitor nas universidades com eleição paritária. Pelo fim da lista tríplice;
- b. Paridade em todos os órgãos colegiados com 1/3 para cada representação: discente, docentes e técnico-administrativos;
- c. Criação de unidades acadêmicas nas universidades privadas, que possibilite um espaço democrático entre a comunidade acadêmica para discutir currículo, contratação e demissão de professores de acordo com o projeto pedagógico do curso e não feitos diretamente pela universidade sem critérios claros;
- d. Livre organização estudantil e sindical com garantia de espaço para o funcionamento das entidades de participação.
- e. Definir que as mantenedoras não poderão exceder 20% da representação total dos colegiados, independente do cargo ou atividade que exerçam na instituição.

4. Quanto ao Acesso

PROPOSTAS:

- a. Buscar a expansão qualificada do sistema público de educação superior através de interiorização das universidades que já existem e criação de novas em regiões estratégicas para o desenvolvimento nacional e regional, com atenção especial ao curso noturno;
- b. Estabelecer novas formas de acesso à universidade, sem o caráter excludente com o qual se apresenta o vestibular, que garanta o ingresso de estudantes de baixa renda e permita a universidade se comprometer mais com o sistema de educação e ajude a aferir a qualidade do ensino no nível básico, tendo como bandeira também o fim do vestibular;
- c. Pela implementação imediata do PL 73/99 que garante Reserva de Vagas para estudantes de escola pública, e cotas para negros nas universidades públicas que ajude a reparar a dívida histórica do estado brasileiro com a população afro descendente.

Em relação ao acesso a UNE defende as cotas, assunto controvertido no meio universitário, que acredito mereça maior discussão com os estudantes.

5. Quanto à Assistência Estudantil

PROPOSTAS:

- a. Criação de um Fundo Nacional de Assistência Estudantil que represente 14% das verbas de custeio das universidades federais e verba adicional para essas políticas nas universidades pagas;
- b. O Plano Nacional de Assistência Estudantil deverá abarcar ações que garanta desde alimentação através dos restaurantes universitários, transporte, moradia estudantil, bolsas de estudos até disponibilização de atendimento médico e psicológico, dentre outras medidas;
- c. Criação em todas as universidades as Pró-Reitorias de Assistência estudantil, assegurando uma instância responsável por essas políticas com financiamento específico;
- d. Criar, manter e ampliar programas que garantam a alimentação dos estudantes das públicas e pagas, através de bandejões que permita uma vivência maior do estudante no espaço da universidade e bolsas de auxílio alimentação;
- e. Ampliação de programas acadêmicos remunerados estimulando a inserção de estudantes nas atividades de ensino-pesquisa-extensão;
- f. Política de transporte através de passe estudantil em todo o país;
- g. Disponibilização de equipes multidisciplinares e interdisciplinares para atendimento médico e psicológico dos estudantes;
- h. Investimento nas bibliotecas universitárias, com ampliação de acervo, da capacidade, do horário de atendimento e da viabilização de novas técnicas de acesso à informação;
- i. Ampliação de programas culturais, esportivos e de lazer para as comunidades internas e externas à universidade;
- j. Desenvolver políticas e ações de inclusão digital;
- k. Implementar políticas de acesso à línguas estrangeiras para estudantes;
- l. Criação de programa de emprego para estudantes e recém graduados;

- m. Garantia de mais direitos e acesso a cultura e lazer. Pela derrubada da MP 2208 e aprovação imediata de legislação que confira aos estudantes – através de suas entidades representativas – a responsabilidade pela emissão da carteira estudantil;
- n. Ampliação e fortalecimento da Ouvidoria da UNE para todo o país garantindo auxílio aos estudantes;
- o. Constituição de Ouvidoria nas Universidades, com eleição direta pela comunidade, de forma a perceber as principais demandas dos estudantes;
- p. Realizar pesquisa a cada quatro anos para identificar perfil sócio-econômico e cultural dos estudantes brasileiros;
- q. Construção de creches nas universidades;
- r. Criar condições básicas para atender os estudantes portadores de necessidades especiais;
- s. Realização de concurso público para técnico-administrativos como assistentes sociais, psicólogos, nutricionistas e até cargos que não existem mais como cozinheiro e copeiro, para as demandas de assistência;

As propostas relativas à assistência estudantil demonstram a preocupação com a manutenção do aluno carente na universidade, porém sem indicar as fontes de financiamento dos programas pertinentes.

6. Quanto à Regulamentação do Ensino Privado

PROPOSTAS:

- a. Criação de marcos regulatórios, através da discussão da LDB e/ou outros mecanismos, que dêem maior controle por parte do Estado sobre as instituições privadas;
- b. Contra a mercantilização e desnacionalização da educação. Implementação imediata de lei que restrinja a participação do capital estrangeiro nas universidades privadas;
- c. Pela aprovação imediata do PL 6489/06 de mensalidades da UNE que regulamenta a cobrança de mensalidades. Contra o aumento de mensalidade;

Nesse aspecto percebe-se a idéia de que cabe ao estado a função de regulação do mercado relativo ao ensino superior.

7. Quanto à Reestruturação Acadêmica e Curricular

PROPOSTAS:

- a. Fim dos departamentos nas universidades públicas. Pela constituição de estruturas acadêmicas mais amplas comportando o desenvolvimento do conhecimento interdisciplinar;
- b. Atribuição de créditos visando a integralização curricular de atividades extra-sala-de-aula, como os estágios de vivência;
- c. Estabelecimento de novos paradigmas e métodos de ensino, rompendo com a antiga fórmula da unilateralidade na relação professor-aluno de transmissão de conhecimento, entendendo todos os segmentos da comunidade acadêmica como iguais contribuintes no processo de construção de políticas acadêmicas e do conhecimento em aulas interativas e participativas;
- d. Estimular e formular programas de intercâmbio em âmbito regional, nacional e internacional entre universidades, promovendo mobilidade estudantil e cooperação entre acadêmicos e pesquisadores de outras vivências;
- e. Promover ações que permitam o desenvolvimento cultural, científico e tecnológico nas universidades.

O destaque maior é para o fim da organização departamental, reivindicação que remonta ao período anterior à reforma universitária de 1968.

8. Quanto ao Ensino Profissional e Tecnológico

PROPOSTAS:

- a. Criação Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Profissional – o FUNDEP, de forma a unificar os diversos fundos e programas de financiamento da área;
- b. Criar bolsas de pesquisa e extensão para ensino tecnológico e cefets;

A UNE não faz considerações sobre o ensino técnico, apoiando investimentos neste setor de modo a proporcionar a formação de mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho.

9. Quanto à Pesquisa

PROPOSTAS:

- a. Ampliação e aperfeiçoamento do sistema de pós-graduação para formar recursos humanos voltados às necessidades de desenvolvimento tecnológico do país;
- b. Incentivo à criação de pólos regionais de alta tecnologia;
- c. Reforço do ensino de matemática e de ciências na educação básica com ênfase nas atividades de laboratório;
- d. Criação de instituições de pesquisa científica e tecnológica para a execução de projetos estratégicos;

A ênfase da proposta é na formação de mão-de-obra para o desenvolvimento do país.

10.Quanto à Extensão

PROPOSTAS:

- a. Garantia de carga horária mínima de atividades de extensão nas grades curriculares dos cursos de graduação.
- b. Garantia de recurso de financiamento a atividades de extensão em instituições federais como CAPES e CNPQ.

(CASSIANO, T., 2008)

No que se refere à extensão a proposta limita-se a defender o seu financiamento pelo Estado, sem maiores considerações sobre o assunto.

O documento acima sintetizado, representa um avanço na concepção da UNE quanto à sua relação com o Estado, saindo de uma posição de coadjuvante, para de protagonista, ao apresentar propostas concretas para a reforma da Universidade.

No que é pertinente ao conteúdo de tais propostas, percebe-se que retomam muitas das reivindicações históricas do Movimento Estudantil Latino Americano, que pode-se encontrar no manifesto de Córdoba, de 1918 na Argentina, principalmente no que se refere à autonomia, democracia e financiamento público para o Ensino Superior.

Entretanto, pode-se identificar um compromisso político da UNE com o atual Governo Federal, uma vez que no diagnóstico que precede a apresentação das propostas, fica evidente a simpatia da entidade com o governo Lula e sua aversão ao governo FHC.

O projeto de Lei nº 7200/2006, que se encontra em tramitação no Congresso Nacional e que estabelece normas gerais da educação superior e regula a educação superior no sistema federal de ensino, já recebeu mais de 300 emendas de parlamentares, o que demonstra tratar-se de um projeto polêmico que merece uma ampla discussão por parte da comunidade universitária e da sociedade em geral.

Além disto, conforme apresentado anteriormente, este projeto do MEC para a reforma da Universidade Brasileira, pouco difere das propostas implementadas pelo governo FHC, ou seja, o Estado não assume, de forma exclusiva, a responsabilidade pela prestação do Ensino Superior no Brasil, abrindo a possibilidade para a atuação da iniciativa privada nesse ramo de atividade.

Em meu entendimento, a UNE deve avançar no sentido de compreender que as entidades dos estudantes devem manter um posicionamento de independência e crítica ao Estado, não importando qual seja o partido político que, momentaneamente, hegemoniza a direção do aparelho burocrático do Estado.

É o momento da entidade nacional dos estudantes reassumir o seu papel de articuladora das reivindicações dos estudantes, sem compromissos políticos com o Estado, mas com independência e autonomia, procurando influenciar no debate sobre os rumos da universidade brasileira, ouvindo os estudantes que diz representar.

3.10 – A UNE na atualidade (2009): as várias faces de uma entidade

Em março deste ano, como já mencionei, tive a oportunidade de participar do 57º Conselho Nacional de Entidades Gerais da UNE (CONEG), realizado nos dias 20 a 22 do referido mês, em São Paulo-SP.

Figura 40: São Paulo, 22 de Março de 2009: o autor presente no 57º CONEG da UNE e a Presidente da Entidade Lúcia Stumpf



As fotos acima referem-se ao CONEG da UNE e registram o encontro do Autor com a Presidente da UNE. Este fato merece registro em virtude da dificuldade em falar pessoalmente com um presidente da UNE, haja vista os inúmeros compromissos assumidos pelo dirigente que exerce esse cargo. É interessante, também, mencionar que a participação nesse evento aconteceu 24 anos depois do autor ter atuado no ME.

Fonte: Arquivo do Autor.

No mencionado encontro entrevistei a Presidente da entidade, Lúcia Stumpf, que deu o seguinte depoimento sobre a atuação da UNE:

Estamos no momento de avançar nas conquistas para a educação e o interesse da juventude em nosso país, um momento diferente que o governo atual nos propicia um espaço de diálogo bastante amplo, e nós temos aproveitado muito bem esse espaço para exigir avanços no que diz respeito a democratização radical da universidade pública brasileira que passa pela ampliação do investimento dessa universidade pública para que ela possa oferecer mais vagas, mas além de mais vagas democratizar a universidade hoje necessariamente passa pela discussão do formato de acesso do vestibular, queremos medidas sobre aprovação de reserva de vagas para estudantes oriundos das escolas públicas para que a universidade tenha um recorte social mas amplo e não seja mas voltada exclusivamente para as elites brasileiras como a universidade pública ainda é, e queremos democratizar radicalmente a universidade também construindo um plano de assistência estudantil capaz de manter o estudante de baixa renda estudando até a conclusão do seu curso, porque hoje o que acontece é que o estudante mais carente mesmo quando consegue passar no vestibular na universidade pública é muitas vezes obrigado a abandonar a universidade pública no meio do caminho, porque não tem dinheiro para pagar condução, transporte até a

universidade, a refeição ou mesmo uma moradia próxima do local de estudo, então nós queremos que a universidade pública seja acessível para o conjunto da juventude, da população brasileira, esse é o grande desafio da UNE, e acredito que temos dado passos importantes nesse sentido quando por exemplo quando aprovamos o REUNE, que é um projeto do governo, uma lei que amplia o número de vagas da universidade pública, que duplica o número de vagas até 2012, isso é uma grande conquista desse período da UNE. (STUMPF, L., 2009)

Há, no momento atual, uma euforia da direção da UNE com o Governo Federal, acredita-se que muitas conquistas são ou serão efetivadas em seu transcorrer. Lúcia Stumpf (2009), também destaca as diferenças na composição da juventude universitária nos dias de hoje, comparando com a década de 1960, segundo ela:

Outra conquista importante dessa democratização de certo foi o PROUNI, também um projeto do governo que oferece vagas públicas para universidade privadas para estudantes de baixa renda e essas são medidas que foram feitas para mudar a cara e o perfil do estudante universitario brasileiro, que na década de 60 eram 1% da juventude todos eles filhos da elite, filhos da classe média que podiam passar o dia na universidade que não tinham que trabalhar, então estudavam de manhã, faziam parte do centro acadêmico a tarde, organizando atividades culturais a noite, viviam a universidade de forma mais plena, hoje nós somos 10% da juventude brasileira e grande parte dos estudantes universitários com outro perfil, o perfil de jovem trabalhador, com responsabilidade com a sua família e que além dos estudos precisa trabalhar para sustentar e pagar sua mensalidade, também a responsabilidades que têm com seus familiares, então é um jovem que eu acredito que tenha um esforço maior de poder estar na universidade, isso tudo em geral a noite, tem menos tempo de dedicar ao Movimento Estudantil, mas nem por isso um jovem menos engajado ou menos crítico, menos capaz de ajudar construir um país mais justo, que é o ideal da UNE há varias décadas e continua sendo até os dias de hoje.

Mesma com essa diferença na composição social, ela acredita que a juventude universitária continua a ser combativa, a seu modo. A atuação radical dos estudantes depende de vários fatores, conforme analiso no primeiro capítulo, mas não resta dúvida que a existência de dirigentes comprometidos com os reais interesses dos estudantes é fator primordial, tendo em vista que não basta possuir um discurso engajado, é necessário que a prática seja voltada para a autonomia e independência dos atores políticos, cujas entidades são representativas à medida em que conseguem traduzir os anseios dos estudantes em ações concretas.

Figura 41: A UNE comemora a proximidade com o Governo – 2008



A revista Movimento é editada pela UNE como instrumento de divulgação de suas teses sobre os diversos assuntos que são debatidos no Movimento Estudantil. São artigos que pretendem aprofundar temas como a conjuntura nacional e internacional e a reforma da Universidade.

Fonte: Revista Movimento da UNE, novembro de 2008.

Sobre a relação da UNE com o Estado Brasileiro, afirma ainda Stumpf (2009) que:

Desde a nossa fundação em 1937, a UNE sempre manteve uma postura de autonomia e independência frente a qualquer governo que se coloque no nosso Estado, o que acontece é que ao longo da história os diferentes governos ofereceram propostas e espaço de diálogo diferenciados, por exemplo, quando a UNE foi fundada, foi fundada por um Decreto do então Presidente Getúlio Vargas, em 1937 dava uma grande abertura e destacava o papel da União Nacional do Estudantes na construção do processo democrático do país instaurado naquele período, depois disso tivemos um outro momento muito próximo aos governos quando na época do então Presidente João Goulart, propondo as reformas de base, chamou a UNE para formular a reforma de base da universidade, a reforma universitária que então teria sido implementada caso João Goulart não tivesse sido deposto alguns anos depois pelo golpe militar, mas a UNE naquela época tinha um diálogo muito próximo com o governo e conseguiu muitos avanços na educação naquele período graças a esse diálogo, desde da instauração da Ditadura Militar até o período recente a UNE teve que enfrentar várias décadas de resistência, resistência aos anos de chumbo, resistência heróica que fizeram pagando caro por isso, dezenas de seus líderes presos, torturados inclusive assassinados como foi o caso do Honestino Guimarães, Presidente da UNE, depois do período de Ditadura Militar que durou 20 anos no país, nós ainda tivemos que enfrentar com bastante luta o período de desmonte do Estado

representado ao longo de toda década de 1990 pelos sucessivos governos neoliberais que passaram pelo País, Fernando Collor, aos dois governos de Fernando Henrique que não oferecia nenhum canal de diálogo com a UNE, Fernando Henrique mesmo para falar do período mais próximo, em 8 anos de governo nunca convidou ou nunca aceitou sentar numa mesa com os dirigentes da UNE em 8 anos de governos nunca fomos recebidos pelo Presidente Fernando Henrique para poder pautar as reivindicações dos estudantes, então nossa única forma de luta era resistência nas universidades e nas ruas contra o desmonte do Estado que o Presidente então implementava.

Essa autonomia e independência é mantida, segundo ela, em toda a história da UNE, desde a sua criação em 1937. O discurso em análise é bastante articulado e parece formatado no meio estudantil, pois é encontrado, também, na pessoa do Vice-Presidente da entidade Tales de Castro Cassiano que concedeu entrevista para o autor, conforme será citada na sequência. Sobre a relação com o Estado diz Stumpf (2009):

A partir da eleição do Governo Lula, um Presidente que tem uma identidade muito maior e mais próxima dos movimentos sociais, porque é oriundo desses movimentos, sem dúvida nós temos construído canais de diálogo mais uma vez próximos do governo, canais abertos pela UNE e que tem nos oferecidos grandes possibilidades de avanços concretos nesse último período, mas é importante frisar que esse diálogo com os governos seja ela com a fundação da UNE em 1937, na época de Jango em 1962 ou nesse período da era do Presidente Lula, todos esses canais de diálogo não interferem na autonomia e nem independência da UNE, o que justamente quer pela sua formatação, quer pelo perfil que a entidade tem de agregar jovens das mais diferentes correntes de pensamento partidários e políticos do país, hoje nós temos essa diretoria atual da UNE, representantes do PSDB, do Democrata e também de oposição a esquerda do governo como PSOL e outros partidos aqui instituídos justamente por essa formatação democrática da UNE, nós temos a garantia da manutenção da nossa autonomia, da nossa independência, fazendo as críticas ao governo sempre que são necessárias e ampliando os espaços de diálogo que nos são oferecidos, porque nós sabemos que por ali as conquistas também podem ser obtidas.

Essa independência e autonomia não são obstáculos a que a UNE se sinta à vontade em negociar com o Governo Federal comandado por Lula: o diálogo é ponto central no discurso. Vale lembrar que o diálogo é harmônico, desprovido de enfrentamento, de confronto onde as mobilizações de rua são imagens do passado. A análise dos discursos até aqui realizadas mostra o seu conteúdo ideológico, reflexo das estruturas sociais subjacentes aos sujeitos que os proferem. Evidenciando que cada entrevistado fala para o entrevistador aquilo que vivenciou, mas também aquilo que quer deixar registrado para um auditório social bem definido em sua mente, conforme Weedwood (2008).

Assim, a realidade nem sempre é contemplada no ato discursivo, por isso a necessidade de análise de documentos escritos nesse trabalho, inclusive dados estatísticos constantes das tabelas mencionadas.

Na atualidade, a UNE centra o seu discurso no combate aos efeitos da crise econômica mundial identificando como responsáveis pela crise os países ricos, sem levar em consideração a atuação do governo brasileiro, que é isentado de responsabilidades, conforme a seguir:

Figura 42: A UNE e suas propostas para enfrentar a crise mundial, 2009



Fonte: Revista Movimento da UNE, nº 21 – 2009.

Percebe-se que a UNE evita responsabilizar o Estado Brasileiro pela crise mundial, não identificando com clareza os responsáveis pela crise, porém defende a atuação do Estado como agente econômico para superar a crise.

Por outro lado, na visita à sede da UNE, em março de 2009, surpreendeu-me a situação precária da sede da UNE, incoerente com o peso ou representatividade que a entidade tem no país:

Figura 43: Rua Vergueiro, 2485 – Vila Mariana – São Paulo – SP: 2009 – A Sede da UNE: o improviso é característica permanente do Movimento Estudantil



Nas fotos acima verificamos as condições precárias do prédio da UNE em São Paulo e a preparação do material que seria distribuído no CONEG, já com atraso de várias horas, quando chegamos à sede.

Fonte: Arquivo do Autor – 2009.

O atual Vice-Presidente da UNE, Talles de Castro Cassiano concedeu a seguinte entrevista, onde se destacam as atividades desenvolvidas pela UNE, no período de 1992 a 2009:

De 1992 a 2002 a UNE teve papel protagonista em defesa da Educação, contra o desmantelamento do ensino público e a proliferação desenfreada sem qualquer regulamentação do ensino privado.

Como acontece ainda hoje, a entidade foi atacada por diversos meios de comunicação que, no meu entender, servem de aparelhos ideológicos da elite brasileira, que vêm no estado mínimo e auto regulação do mercado as bandeiras centrais de desenvolvimento do país.

Aparelhos ideológicos que criminalizam os movimentos sociais como é feito ainda hoje principalmente com o MST. Mas voltando a análise sobre a atuação da UNE, de 1992 das grandes passeatas e caras pintadas, que derrubaram Fernando Collor de Melo, a 2002, quando os movimentos sociais de esquerda e progressistas contribuíram na vitória de Lula à presidência da República, a UNE sempre esteve ao lado dos movimentos sociais, apresentando pautas políticas importantes no que diz respeito ao desenvolvimento do país.

A UNE participou ativamente da elaboração do Plano Nacional de Educação apresentado para o governo federal em 2001, fez várias manifestações e passeatas contra as privatizações desencadeadas pelo governo FHC, organizou neste período a maior atividade de produção cultural e artística da juventude da América Latina, que é a Bial da UNE tendo sua primeira edição em 1999, participou das greves de 1998 e 2001 nas universidades federais, enfim esteve cotidianamente organizando a luta em defesa de um Brasil mais justo e soberano. (CASSIANO, 2009)

Como se percebe, o discurso é desdobrado e unificado no ME: o Governo atual é entendido, pelas lideranças do ME como democrático, ou seja, recebe a liderança dos estudantes e promete atender às suas reivindicações. Durante todo período anterior, principalmente de 1992 a 2001, temos confrontos com o Estado, tido como neoliberal. Agora tudo se resolve pelo diálogo.

Partindo do pensamento de Bakhtin (1998), pode-se perceber no discurso da presidente da UNE, e de seu vice-presidente, a ponderação em relação aos conflitos sociais, que são amortecidos no discurso, carregado de ideologia de seus partidos, aliados na gestão do Estado na atualidade. Seus depoimentos devem ser lidos tendo em mente que o discurso é socialmente ativo, formado pela intereção com outros discursos, conforme Marques (2007).

Se o discurso direto, seguindo Bakhtin (1998), trazido passo a passo ao texto, é a forma que preserva a sua unidade estrutural, sem a mediação do pesquisador no momento da citação, deixando o leitor livre para refletir sobre o seu conteúdo, considero importante permitir, neste trabalho, o seu afloramento.

Os comentários que faço buscam preservar a veracidade do que foi dito e relacionar os diversos depoimentos entre si e com outros documentos, conforme a seguir.

Em 2003, foi possível observar que boa parte dos movimentos sociais tiveram um decenso tático de organização.

Com a vitória de Lula, a esquerda teve dificuldades de se posicionar frente ao governo federal, pois era um governo que a maioria esmagadora dos movimentos sociais tinha apoiado e ajudado a construir o programa de governo.

Porém o governo Lula se mostrou um governo de contradições, tendo em seu interior ministérios e dirigentes progressistas, avançados e de esquerda, e outros conservadores e que atendem aos interesses da minoria do país.

Dessa forma o erro tático foi não ter continuado o ascenso das lutas populares e disputado o governo com mais afinco através de mobilizações, passeatas, atos políticos e houve um certo acomodamento dos movimentos sociais. Além disso a postura, que ao meu ver foi acertada, de fazer a defesa de algumas políticas governamentais como a reforma universitária, dividiu o movimento social, e alguns setores equivocados por sua leitura internista e abstrata, causou que outros setores fossem taxados como governistas, algo que fragmentou ainda mais as lutas em nosso país. (CASSIANO, T., 2009)

Com a vitória de Lula a aposta da UNE é no processo de negociação, como se vê:

Com a crise política de 2005, os movimentos sociais perceberam a reorganização da direita no país, e este momento foi fundamental para que houvesse uma unidade de ação contra o golpe que estava sendo preparado pela classe dominante. Além disso os movimentos inclusive a UNE, começaram a apresentar a leitura de que a disputa do governo deveria ser mais acirrada, e que deveríamos voltar a protagonizar lutas importantes. Algo que no meu entender se dá de forma mais clara e consistente nos dias de hoje. Como protagonista com certeza. A UNE, a CUT, o MST, a marcha mundial de mulheres, organizam a maioria das atividades e defesa políticas através da

CMS (Coordenação dos movimentos sociais). A CMS se reúne todo mês e faz avaliações sobre a conjuntura e define bandeira e agendas de mobilizações. Temos uma imprensa que faz de tudo para não noticiar estas agendas de mobilizações e ainda criminaliza as mobilizações colocando o povo contra os movimentos sociais. (CASSIANO, T., 2009)

A apresentação de propostas ao Estado é ressaltada por Cassiano (2009), como uma das principais estratégias da UNE na atualidade:

Porém estamos cotidianamente debatendo e apresentando possibilidades para os rumos do país, sempre à luz dos estudantes brasileiros, em defesa da educação de qualidade, emancipadora, crítica e cidadã.

Todo mês de março organizamos a jornada de lutas das públicas e todo mês de novembro das particulares. Durante toda a gestão organizamos atos em defesa da democracia, pela abertura dos arquivos da ditadura, em defesa da expansão com qualidade da universidade pública, em defesa da reserva de vagas nas universidades públicas, pela regulamentação do ensino privado, pela legalização do aborto e das drogas, pelos direitos da mulheres (contra o machismo na sociedade), pelo combate às opressões, pelo aumento substancial do investimento público nas universidades públicas, pela soberania do país e defesa da Amazônia, pela democratização dos meios de comunicação, pela reforma política no país, enfim sempre estivemos pautando o desenvolvimento sustentável do país com soberania e justiça social.

Alem disso estamos na luta pela reconstrução da casa dos estudantes brasileiros que é nossa sede, na praia do Flamengo 132 no Rio de Janeiro.

Espero que as próximas gestões possam aprofundar a luta estudantil no país e lutar cada vez mais contra esta cultura hegemônica do individualismo, competitividade e consumismo que reina nos valores de nossa sociedade.

A partir de 2005 a UNE retoma suas mobilizações nas universidades, o que não é divulgado pela mídia, segundo ele. O discurso oficial da UNE se confunde com a propaganda do atual Governo Federal, o que me leva a afirmar que esse discurso é elaborado na esfera dos partidos políticos que conduzem a UNE, ou seja, PCdoB e PT, perdendo o senso crítico necessário a uma atuação independente.

O grande crescimento no número de Instituições de Ensino Superior no Brasil que se constata no ano de 2004, dificulta a atuação da UNE, conforme quadro abaixo:

TABELA 26 – Instituições de Ensino Superior por categoria, 2004

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	Instituições		
	Total Geral		
	Total	Capital	Interior
Brasil	1.859	665	1.194
Pública	207	76	131
Federal	83	52	31
Estadual	65	24	41
Municipal	59	-	59
Privada	1.652	589	1.063
Particular	1.302	472	830
Comun/Confes/Filant	350	117	233

Fonte: INEP, 2009.

Os dados acima demonstram a dificuldade que tem a UNE para chegar a cada sala de aula nas Instituições de Ensino Superior no país, ao todo são 1859 instituições, tendo como base a estatística do INEP relativa ao ano de 2003. Obviamente que diretoria da UNE não consegue se fazer presente em todas elas, diminuindo o seu poder de mobilização. Destaque-se que a maioria absoluta das instituições são privadas, em geral frequentadas por alunos que são trabalhadores, sem tempo para uma atuação nas entidades estudantis.

A situação se agrava no decorrer do ano de 2007, conforme Censo do MEC:

TABELA 27 – Instituições de Ensino Superior por categoria, 2007

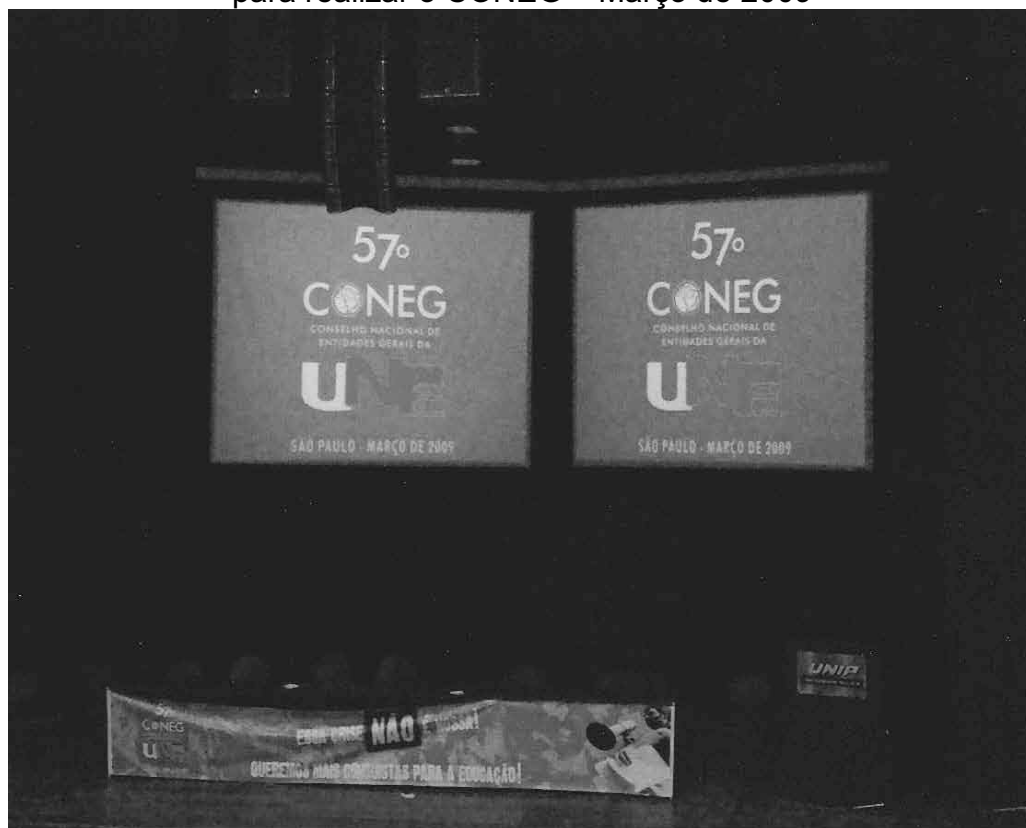
Unidade da Federação/Categoria Administrativa	Instituições		
	Total Geral		
	Total	Capital	Interior
Brasil	2.281	825	1.456
Pública	249	83	166
Federal	106	55	51
Estadual	82	28	54
Municipal	61	-	61
Privada	2.032	742	1.290
Particular	1.594	590	1.004
Comun/Confes/Filant	438	152	286

Fonte: INEP, 2009.

Há um aumento significativo das instituições de Ensino Superior Privadas, demonstrando que o discurso do governo Lula não tem comprovação na realidade, trata-se de uma propaganda que tem o objetivo de mascarar o fato de que seu governo concorda com a gestão do ensino superior sob ótica do mercado.

O festejado aumento de vagas nas instituições públicas de ensino superior, com o PROUNI, não leva em consideração a qualidade do ensino. Na UFG, por exemplo, os concursos para provimento de cargos de professor são realizados, em sua maioria, para o exercício de tais cargos com jornada de trabalho de 20 horas semanais. Ou seja, serão professores horistas, da mesma forma que aqueles contratados pela iniciativa privada, sem pagar as horas atividades necessárias ao preparo das aulas, o estudo e o desenvolvimento de pesquisas; nesse sentido, veja-se o teor do edital nº 109/2009, publicado no Diário Oficial da União de 01/12/2008, pela UFG.

Figura 44: Auditório da Universidade Paulista – UNIP: o palco escolhido pela UNE para realizar o CONEG – Março de 2009



A escolha da UNIP é simbólica?

O CONEG realizou-se nas dependências de uma universidade particular (UNIP), quando havia em São Paulo outras opções em universidades públicas. O simbolismo deste ato pode ser o de demonstrar que a UNE se relaciona normalmente com as escolas particulares.

Fonte: Arquivo do Autor – 2009.

As bandeiras de luta da UNE para 2009, definidas no CONEG acima mencionado, em momento algum questionam a atuação do Governo Federal sob a direção de Lula, o que evidencia a concordância com os projetos desse governo.

A UNE volta-se para a defesa de questões relacionadas às chamadas minorias, luta contra a discriminação, sem perceber que o Estado Brasileiro mesmo na gestão de Lula, continua a privilegiar os interesses do capital.

É interessante observar que as bandeiras de lutas definidas no 57º CONEG, realizado em março deste ano, são relacionadas ao combate à homofobia, ao racismo, ao machismo à crise e ao trote violento contra os calouros, sem identificar qualquer vínculo dos problemas sociais, como a violência, o desemprego, a má qualidade do ensino universitário com a inércia do governo federal. Há um silenciamento sobre tais questões, produzindo um discurso voltado para aspectos que não têm relação direta de enfrentamento com o Estado.

As bandeiras de luta adotadas podem ser percebidas nos documentos a seguir:

Figura 45: Bandeiras de Lutas – UNE 2009



Fonte: Arquivo da UNE – 2009.

A pauta de lutas definida pela UNE, conforme documentos acima, se assemelha à agenda política do governo Lula, centrada em questões relativas às minorias, o combate à discriminação e o enfrentamento da crise econômica mundial, esta última tratada com um fato alheio à ação do governo brasileiro, ou seja, a UNE alia-se, na prática, ao Estado, há uma adesão ao governo.

Neste leque de bandeiras de luta não há questionamento da política do Governo Federal para a educação superior. Tendo como referência tais documentos pode-se afirmar que existe uma afinidade muito grande entre as propostas defendidas pela UNE e aquelas que são implementadas pelo governo Lula.

A UNE, a partir do CONEG de março deste ano, cujas propostas expus, divulgou a Resolução Política daquele Conselho, na qual faz um diagnóstico da situação econômica mundial, reputando tais acontecimentos à ganância dos grandes especuladores.

Nesse documento, a UNE convocou eleições diretas para a escolha de delegados, que, no congresso que foi realizado em julho de 2009, no qual foi eleita a nova diretoria da entidade. A eleição dos delegados de forma direta é um evento raro, uma vez que as eleições dessa entidade são, tradicionalmente, realizadas em congresso, e os delegados eleitos em assembléias.

Atendendo ao referido congresso, o Congresso Nacional prestou uma homenagem à UNE, conforme matéria abaixo:

Homenagem aos 30 anos do congresso de reconstrução da UNE inicia o 51º CONUNE



Um ato multipartidário realizado na manhã desta quarta-feira, no plenário da Câmara dos Deputados, homenageou a trajetória da UNE nestes 72 anos de história e relembrou os 30 anos do Congresso que reconstruiu a entidade em 1979, na Bahia. Convocada pelas Deputadas Federais Alice Portugal (PC do B/BA) e Manuela D'Ávila (PC do B/RS), a

sessão solene reuniu diversos parlamentares e lideranças políticas que ressaltaram a característica combativa que permeou a atuação dos estudantes brasileiros na luta por um país democrático.

A mesa foi presidida pelo deputado Marco Maia, que representou o presidente da Câmara, Michel Temer. Em seu discurso, repassou a história dos estudantes lembrando que desde o século XVIII estiveram presentes em episódios decisivos da história do país, como a inconfidência mineira e a abolição da escravatura. "A UNE, desde sua criação, colocou em cena a disposição e seu caráter combativo", disse Maia.

A deputada Alice Portugal, que em 1979 era dirigente do DCE da Universidade Federal da Bahia e participante daquela edição do congresso, afirmou que o momento foi de extrema relevância, já que a UNE foi a primeira entidade de massas a combater a ditadura. "Sem dúvida, a UNE tem sua digital impressa na história de nossa nação. Marcar os 30 anos da reconstrução da entidade é revalidar nosso compromisso por um Brasil soberano". Em uma intervenção durante a sessão, o deputado José Genoíno (PT/SP) lembrou seu momento como dirigente da UNE 15 anos antes. "Naquele momento a diretoria da UNE foi instituída em pleno AI-5, um retrato da nossa luta pela liberdade", declarou. Saudar os 30 anos de nossa reconstrução reaviva a memória dos que hoje estão no movimento estudantil. A geração de 79 tem sua luta honrada quando assististe a série de mobilizações promovidas pela UNE no último período. As delegações que estão chegando em Brasília farão deste o Congresso mais representativo da entidade, prova de que o protagonismo da juventude continua o mesmo. O 51º Congresso da UNE é o retorno que damos à geração de 79", declarou a presidente da entidade, Lúcia Stumpf.

Para Ministro dos Esportes, Orlando Silva, que presidiu a UNE em 1995, o perfil da entidade continua o mesmo. "A UNE tem papel chave na manutenção da participação social e consolidação da democracia. Celebramos, também, o compromisso com o país que queremos. Que a UNE seja cada vez mais a nossa força e a nossa voz".



Demonstrando a pluralidade que representa a UNE, a sessão solene contou com as presenças do deputado Efraim Filho (DEM/PB), Lobbe Neto (PSDB/SP), Edinho Bez (PMDB/SC), Maria do Rosário (PT/RS), além dos ex-presidentes da entidade Gisela Mendonça e Claudio Langoni, e do reitor da Universidade de Brasília, José Geraldo Souza Júnior.

Fonte: Portal da UNE, 2009

No evento acima, é reafirmado o discurso sobre importância da atuação da UNE em nosso país. O congresso da UNE realizado logo após essa homenagem definiu as principais resoluções que irão nortear a atuação dessa entidade, no período de 2009 a 2011, nos seguintes termos:

RESOLUÇÃO DE CONJUNTURA APROVADA NO 51º CONGRESSO DA UNE

A crise econômica, financeira e ambiental que assola o mundo é fruto de décadas de implementação das políticas neoliberais e revela que o capitalismo, por sua natureza predatória, representa cada vez mais um risco à Humanidade. O epicentro da atual crise econômica está nos EUA, nação mais rica e poderosa, mas enredou rapidamente outros países e espalhou seus efeitos perversos pelo mundo. Nações como China, Rússia, Índia e Brasil ganham papel de destaque na solução da crise e sua ação conjunta, assim como de outros países em desenvolvimento, pode ajudar a dirimir seus efeitos, buscar mais espaços em organismos multilaterais e acelerar a transição para um mundo multipolar. O continente latino-americano é ponta de lança desse processo de contestação ao poder unilateral dos EUA, pois tem vivido nos últimos anos a ascensão de governos progressistas em diversos países. O Brasil, a partir da eleição de Lula, deu contribuição decisiva nesse processo.

A adesão ao governo Lula fica demonstrada no trecho acima, no qual, expressamente, dá destaque a esse governo no que se refere ao enfrentamento da crise econômica mundial.

Em relação à América Latina, também, faz coro com a política externa do referido governo:

A união dos países da América Latina tem produzido a integração solidária entre essas nações e povos, buscando apoio mútuo ao desenvolvimento e resistência à crise, como são exemplos a Alba, a Unasul e o Mercosul. Juntas, as nações têm defendido a

reintegração de Cuba a OEA bem como a suspensão do criminoso embargo dos EUA à Ilha. Contudo, as elites ainda detêm muita força e estão dispostas a tudo para retomar posições. Prova disso foi golpe militar em Honduras, que apeou do cargo Manuel Zelaya por realizar consulta popular sobre a constituição. Outros exemplos são a derrota parlamentar das forças progressistas na Argentina, a dificuldade enfrentada por Fernando Lugo para obter uma maioria parlamentar no Paraguai e as constantes ameaças de divisão do território boliviano enfrentadas por Evo. Por isso, é importante intensificar a integração dos países do Continente e ampliar os processos de mudanças, respeitando as particularidades de cada país, pois assim será fortalecida a luta anti-imperialista e serão revigorados os ânimos dos povos para construir um continente mais justo, com nações soberanas e livres dos ditames dos EUA.

A partir do segundo semestre de 2008, o Brasil passou a sentir os efeitos da crise econômica mundial. De lá para cá, foi interrompida a rota de crescimento econômico aberta nos últimos anos, devido à falta de crédito, diminuição do comércio internacional, juros altos, fatores que afetaram a produção e o consumo, trazendo dificuldades para vários setores da economia e gerando perda de empregos. Mesmo assim, a situação brasileira é bem melhor do que em crises anteriores, até porque, em contraste com a época neoliberal, dessa vez o Brasil tem procurado investir mais, garantido os programas sociais, buscado aumentar o crédito e realizado programas como o de construção de um milhão de moradias. Além disso, preservou bancos estatais como o BB, a CEF e o BNDES, que ajudam nesse processo. No entanto, há entraves que só dificultam os interesses do país e do povo, como política monetária extremamente conservadora do Banco Central, baseada em taxa de juros elevadíssima, câmbio livre, além da liberdade de fluxo de capitais. Mesmo obrigado pela pressão dos movimentos sociais a baixar os juros nas últimas reuniões do Copom, estes continuam entre os maiores do mundo, o que sabota a retomada do crescimento.

Sobre a sucessão presidencial de 2010, a UNE já se posiciona em defesa da estratégia do atual Governo Federal, combatendo as candidaturas adversárias, como se vê:

A disputa de rumos que o país viverá nas eleições de 2010 já começou. É preciso consciência do desafio para assegurar que o caminho das mudanças e dos avanços não seja interrompido. Devemos fazer com que as eleições realizem uma grande discussão de projetos e que as propostas avançadas saiam consagradas das urnas. A mídia e a oposição conservadora se movimentam tentando jogar a paternidade da crise no colo do

governo federal e, ao mesmo tempo, torcem e agem para que ela se agrave. Liderado pelo PSDB, esse bloco foi o implementador das políticas neoliberais em nosso país por ocasião dos governos de Fernando Henrique Cardoso. Para influenciar nesse debate e mobilizar a força criadora dos estudantes, a UNE deve realizar uma consulta com os universitários sobre as eleições 2010 e tirar uma posição da UNE.

A oficialização da posição da entidade poderá acontecer em CONEG, a fim de movimentar e engajar a rede do movimento estudantil na defesa de um projeto que contemple as necessidades do povo, tais como as Reformas Agrária e Urbana, a democratização dos meios de comunicação – pauta na ordem do dia a ser discutida na Conferência Nacional -, além da Reforma Universitária, tema central na agenda da UNE, dentre outros. Outro ponto importante diz respeito a Reforma Política Democrática, que amplie a participação direta do povo nas decisões, fortaleça as instituições e os partidos, combata a corrupção e a influência do poder econômico nos processos eleitorais.

Nos últimos meses, vários casos têm demonstrado o quanto tal medida é urgente: doações ilegais para campanhas, denúncias de banqueiros corruptos, favorecimento a empresas em obras públicas, a recente crise no Senado Federal. A UNE deve exigir o combate à corrupção, a apuração das denúncias e a punição de todos os culpados, independente de opções partidárias. Deve ainda lutar para que efetivamente seja feita uma discussão mais ampla e que vá a raiz do problema, que é a necessidade de fazer a Reforma Política Democrática, que limite a influência do poder econômico, fortaleça os partidos e amplie mecanismos de participação popular, tantas vezes discutida e adiada. A oposição neoliberal, a pretexto de investigar contratos da estatal com ONGs, aprovou a CPI da Petrobras no Senado.

O apoio ao atual governo é reafirmado na defesa da Petrobrás, inclusive no que se refere à exploração do petróleo em águas profundas, o chamado “pré-sal”:

A UNE, entidade que lançou a campanha “O Petróleo é nosso”, defende a transparência total na gestão de seus recursos. No entanto, não guarda nenhuma ilusão quanto aos reais interesses dos setores conservadores, que à época do governo FHC tentaram privatizá-la por todos os meios. A descoberta de enormes reservas de petróleo na camada de pré-sal tem potencial para impulsionar sobremaneira o desenvolvimento do Brasil. Esse fato aumenta a importância de um novo marco regulatório da questão energética no Brasil, capaz de favorecer o desenvolvimento de maneira sustentável, favorecer investimentos em energia renovável e proteger os interesses soberanos da Nação. O movimento estudantil vê nessa riqueza uma

possibilidade de proporcionar os recursos necessários às profundas transformações educacionais que o país necessita. Sendo assim, a UNE deve lutar pela criação de um Fundo Constitucional que destine vultosas parcelas dos recursos oriundos da exploração do pré-sal para a educação. Ao mesmo tempo, é preciso agir em defesa do patrimônio nacional, ampliando a participação estatal nas ações da Petrobras e dizendo não aos leilões de concessão na camada de pré-sal.

Fonte: Portal da UNE, 2009

No que se refere especificamente à educação, a resolução aprovada no congresso defende o seguinte:

RESOLUÇÃO DE EDUCAÇÃO APROVADA NO 51º CONGRESSO DA UNE

Em 2010, o Brasil encerrará um ciclo de políticas educacionais que romperam com uma trajetória de duas décadas de descaso com a educação e sucateamento das instituições públicas de educação superior. Como conquistas das décadas de lutas do movimento estudantil brasileiro, a UNE reconhece o saldo positivo nas metas de expansão do ensino superior, recomposição do orçamento público federal para a educação e na inclusão de setores historicamente excluídos do meio acadêmico.

A UNE defende a destinação de 10% do PIB para a educação com aplicação mínima de 75% do orçamento da União para a educação superior. Para alcançar esses níveis, exigimos o fim da DRU. Também é preciso vincular vultosas parcelas da arrecadação do Estado com o petróleo da camada pré-sal para a educação pública.

A criação do Reuni representa um grande avanço na política de expansão de vagas e democratização do acesso, mas é necessário que a UNE articule o conjunto da rede do movimento estudantil para que, em cada instituição federal, a ampliação das verbas continue e que a expansão de vagas não se converta em precarização do ensino. A UNE defende que, até 2020, se atinja a proporção mínima de 50% das vagas no ensino superior oferecidas na rede pública e gratuita. Para continuar avançando na ampliação e democratização do acesso é preciso lutar pelo fim do vestibular e a implementação imediata do PL73/99, que garante a reserva de vagas para estudantes de escola pública, em especial para negros e indígenas.

Porém, mais que garantir o acesso, é preciso criar condições para a permanência destes estudantes nas IES. Para isso, a UNE não abre mão do Plano Nacional de Assistência Estudantil e a criação de um Fundo Nacional de Assistência Estudantil, passe estudantil e a criação de Pró-Reitorias de Assistência Estudantil nas universidades.

Sobretudo, queremos a presença do povo em uma universidade democrática. A criação de mecanismos que garantam a democracia e a livre participação dos estudantes é essencial para que estes interfiram nos rumos da universidade a fim de garantir que ela cumpra seu papel e promova brasileiros com inserção crítica em suas realidades.

As propostas acima, defendidas pela UNE, são condizentes com os projetos apresentados pelo Governo Federal:

Estamos em meio a uma crise internacional que traz impactos concretos na educação do país. Para impedir que a agenda conservadora de corte de gastos nas universidades públicas e as demissões de professores e queda na qualidade do ensino nas pagas, a UNE e o conjunto das entidades estudantis devem se preparar para um forte enfrentamento: é hora de impedir retrocessos, consolidar avanços e aprofundar as transformações na educação brasileira. Portanto, intensificando o questionamento do paradigma neoliberal, é essencial retomar a educação para espaços públicos sob a orientação e a gestão do Estado, retirando-a dos ditames do mercado. Isso significa restringir a entrada do capital estrangeiro na educação, aprovar o PL de mensalidades da UNE, abertura das planilhas das IES privadas, impedir o SPC da Educação e reforçar o controle público sobre o ensino privado.

Após um processo de debate e formulação propositiva a UNE entra em um novo período de sua luta histórica. Devemos lutar pela aprovação da Reforma universitária da UNE, discutida por mais de 2.300 Centros e Diretórios Acadêmicos participantes no 12º CONEB, que garante plena autonomia na definição do projeto didático-pedagógico-científico da Universidade, implementando o princípio da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão com garantida de liberdade de produção e circulação do saber. Tanto para a pesquisa como para a extensão o montante de recursos públicos destinados para tais devem ser ampliados e precisam estar na direção de Um espaço privilegiado para apresentar nosso projeto de reforma e disputar nossas propostas para a educação brasileira é a Conferência Nacional de Educação, momento em que a UNE deve mobilizar estudantes de todo o Brasil para participar de todas as suas fases de construção. Em aliança com movimentos e demais setores progressistas, devemos lutar pela elaboração de um PNE 2011-2020 e pela criação do Sistema Integrado de Educação, que promova a sinergia entre os esforços dos Municípios, dos Estados e da União para o bem da educação brasileira.

As propostas referentes ao ensino superior combate, no discurso, o que a UNE denomina de propostas conservadoras e neoliberais, isentando o governo atual de responsabilidades por esse processo.

Outro aspecto importante, refere-se à percepção de que o ME “deverá reafirmar o seu papel de condutor da unidade dos movimentos sociais brasileiro”, na busca de melhores condições de vida. A propósito a resolução sobre o Movimento Estudantil aponta para a necessidade de fortalecimento das entidades estaduais:

RESOLUÇÃO DE MOVIMENTO ESTUDANTIL APROVADA NO 51º CONGRESSO DA UNE

Um elemento chave para o enraizamento da rede do movimento estudantil é o fortalecimento das entidades estaduais. Para que elas joguem papel político relevante, é preciso que tenham pautas locais e específicas. É preciso que a UNE esteja presente e colabore para o fortalecimento e consolidação das entidades estaduais existentes e atue para a organização de entidades nos locais em que elas não existem.

Outro ponto importante merecedor de reconhecimento é o novo método de eleição de delegados para o Congresso da UNE, estabelecido no congresso anterior – com as bancadas eleitas através do voto, por universidade –, o que tem proporcionado contato direto e mais permanente entre a UNE e os estudantes, em especial os das maiores universidades. Prova disso é que estudantes de mais de duas mil faculdades estiveram presentes no último Congresso, o que significa representação dos alunos da quase totalidade das Instituições de Ensino Superior do país. Neste 51º Congresso, a dose se repete: a mobilização supera expectativas e o movimento busca se organizar e enraizar mais através de um calendário de Congressos de 14 entidades estaduais.

É necessário também continuar democratizando cada vez mais a estrutura da UNE, com a manutenção das reuniões mensais de sua diretoria executiva, além de uma maior periodicidade de reuniões de sua diretoria plena. Os dois Conselhos Nacionais de Entidades Gerais (CONEGs) e o Conselho Nacional de Entidades de Base (CONEB), também mostram a importância de se avançar na institucionalidade da entidade, na sua democracia interna, e na amplitude de participação de todas as correntes de opinião. Mas é preciso mais, e como forma de garantir uma gestão ainda mais transparente dos recursos da entidade, devemos instituir o Conselho Fiscal da UNE, eleito neste congresso, que terá a responsabilidade de acompanhar a gestão orçamentária e aprovar as contas da entidade. Seus membros não devem ser diretores para garantir a isenção.

A resolução acima demonstra a percepção de que as entidades estudantis não possuem força de articulação suficiente na atual conjuntura, necessitando de um trabalho para o seu fortalecimento e democratização de sua estrutura.

A utilização dos veículos de comunicação da UNE para facilitar o debate com os estudantes é, também, salientada na resolução:

Outro passo é ampliar a participação nas pautas e discussões propostas pelos veículos de comunicação da entidade. Devemos avançar na criação de um Conselho Editorial, envolvendo diretores e até não diretores, para discutir meios para dinamizar e modernizar as mídias utilizadas, bem como os critérios, formatos e assuntos a serem abordados nos materiais produzidos pela UNE, como o site e a revista *Movimento*. Uma demonstração das novas manifestações que surgem no meio universitário está expressa no sucesso que têm sido as **Bienais de Cultura e Arte da UNE**, espaço em que estudantes de todo o país podem mostrar seu talento artístico, que na sua última edição levou mais de 10 mil estudantes a Salvador, teve novecentos trabalhos inscritos nas mais diferentes áreas e provou que são compatíveis as atividades culturais, de diversificação, com os fóruns deliberativos da entidade.

Outras atividades, tais como os Encontros de Estudantes do ProUni, que permitiram que se pautasse essa política pública e apontasse as deficiências que precisam ser sanadas para seu melhor funcionamento; as Caravanas realizadas pela UNE que percorreram o Brasil e conseguiram aproximar ainda mais a entidade de sua base, e os diversos encontros temáticos como o **Encontro de Mulheres Estudantes**, o **Encontro Nacional de Estudantes Negros, Negras e Cotistas da UNE (ENUNE)**, além de projetos como o Rondon, entre outros, devem ser ainda mais apoiados e incentivados. Por último, a UNE reitera sua posição contrária ao estabelecimento de cotas de 40% na meia-entrada como quer o projeto de lei em tramitação no Senado. Na nova lei da meia-entrada, a Carteira de Identificação Estudantil unificada (CIE) deve ser emitida somente pela rede das entidades estudantis (UNE, UBES, entidades estaduais, DCES e UMES), já que é uma conquista histórica dos estudantes e deve ser preservada, jamais limitada.

Antigos projetos do estado brasileiro, como o Projeto Rondon, recebem o apoio da UNE, como se vê acima.

Sobre o Estado brasileiro, dirigido por Lula, silêncio, não existem críticas, o que remete ao pensamento de Orlandi (1992), segundo o qual o homem está condenado a significar, com ou sem palavras, há uma necessidade de interpretação: nessa perspectiva o silêncio da UNE sobre o atual Governo, pode-se afirmar que tal fato significa um alinhamento político com os partidos da ordem vigente, que dominam o aparelho burocrático do Estado.

É interessante assinalar que o Congresso da entidade em questão, conforme seu Regimento Interno, relativo ao 51º Congresso marcado para o período de 15 a 19 de julho, em Brasília-DF, prevê as competências e a forma de participação nesse fórum, do seguinte modo:

Art. 3º - Compete ao Congresso da UNE:

- I. Debater e aprovar as resoluções que irão orientar a atuação da próxima gestão da entidade;
- II. Eleger a diretoria da UNE, para mandato de dois anos;
- III. Eleger o Conselho Fiscal da UNE;
- IV. Modificar o estatuto da UNE, como o voto de no mínimo 3/5 dos delegados credenciados;

Art. 4º - Participam do Congresso da UNE, com direito à voz e voto, os estudantes de cursos regulares de graduação presencial ou a distancia, eleitos como delegados de acordo com os critérios constantes no presente regimento.

Parágrafo único – Participam ainda do Congresso da UNE com direito a voz os/as estudantes observadores/as credenciados/as e os convidados/as.

Fonte: Regimento do 51º Congresso da UNE, Brasília, julho de 2009.

O congresso é uma forma engenhosa de manter o controle da UNE nas mãos dos partidos que a dirigem, uma vez que estão estruturados nacionalmente e no poder de Estado em várias esferas de Governo. A eleição direta poderia ter um resultado inesperado, com a perda desse controle para outros grupos políticos de oposição.

Numa síntese retrospectiva pode-se perceber que diversos ex-direntes da UNE participam como gestores do Estado, mesmo aqueles que combateram o Regime Militar, como José Serra, atual Governador de São Paulo, Aldo Arantes, hoje Secretário Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado de Goiás. Para melhor demonstrar meu argumento, veja-se o quadro a seguir:

TABELA 28 – Ocupação Atual dos Ex-dirigentes da UNE – 1960/2009

NOME	PERÍODO DO MANDATO NA UNE	OCUPAÇÃO PROFISSIONAL EM 2009
Oliveiros Guanais	1960/1961	Médico Anestesista – BA, atuando no Conselho Federal de Medicina
Aldo Silva Arantes	1961/1962	Advogado – GO, Secretário Estadual do Meio Ambiente do Estado de Goiás
Vinícius José Caldeira Brant	1962/1963	Foi Professor de Sociologia na UFMG, faleceu em 1999
José Serra	1963/1964	Governador do Estado de São Paulo
Altino Dantas	1965/1966	Líder Histórico do PSB
José Luiz Moreira Guedes	1966/1968	Médico, membro do Conselho Regional de Medicina de São Paulo
Luis Travassos	1968/1969	Morto no exílio
Milton Santos	1968/1969	Ex-professor da USP, falecido em 2001
Jean Marc	1968/1969	Consultor da FAO
Doralina Rodrigues Carvalho	1969/1970	Psicóloga PUC-SP
Newton Sobrinho	1971/1972	Petrobras
Honestino Guimarães	1971/1973	Morto pela Ditadura Militar
Ruy Cézar	1979/1980	Presidente da Rede Brasil de Promotores Culturais e da Rede Cultural do Mercosul
Aldo Rebelo	1980/1981	Deputado Federal (PCdoB-SP)
Javier Alfaya	1981/1982	Deputado Estadual (PCdoB-BA)
Clara Araújo	1982/1983	Professora da UERJ
Acildon Paes Leme	1983/1984	Diretor-Presidente do E-Cursos
Renildo Calheiros	1984/1986	Prefeito de Olinda 2009-2012, PCdoB
Gisela Mendonça	1986/1987	Assesora de Comunicação Social (Embratur)
Valmir Santos	1987/1988	Diretor da Cooperativa Paulista de Teatro
Juliano Coberlini	1988/1989	Analista Político (PTB)
Cláudio Langone	1989/1991	Secretário-Executivo do Ministério do Meio-Ambiente
Patrícia De Angelis	1991/1992	Conselho de Ensino Superior do MEC
Lindberg Farias	1992/1993	Prefeito de Nova Iguaçu (PT-RJ)
Fernando Gusmão	1993/1995	Deputado Estadual (PCdoB-SP)
Orlando Silva Júnior	1995/1997	Ministro do Esporte (PCdoB)
Ricardo Capelli	1997/1999	Vereador (PCdoB-RJ)
Wadson Ribeiro	1999/2001	Secretário Executivo do Ministério do Esporte (PCdoB)
Felipe Maia	2001/2003	Deputado Federal (DEM-RN)
Gustavo Petta	2003/2005	Secretaria de Esporte de Campinas (PCdoB)

Fontes: Google, Lattes e Arquivo da UNE – Portal da UNE, 2009.

**TABELA 29 – Ocupação Atual dos Ex-dirigentes da UNE
que atuaram no Estado de Goiás**

NOME	PERÍODO DE ATUAÇÃO NO ME	OCUPAÇÃO PROFISSIONAL EM 2009
Pedro Wilson Guimarães	1960	Deputado Federal pelo PT
Aldo Silva Arantes	1961/1962	Advogado – GO, Secretario Estadual do Meio Ambiente do Estado de Goiás
Athos Magno	1967/1969	Professor Universitário e Pecuarista
Valdi Camárcio	1967/1971	Médico, Diretor da Agência Nacional de Saúde
Pedro Célio	1975/1980	Professor da UFG
Alda Maria Borges Cunha	1977/1980	Professora da UCG
Marina Santana	1978/1981	Vereadora pelo PT
Joselino Vieira dos Santos	1979/1981	Professor da UCG
Osmar Pires	1979/1984	Professor Adjunto da UNIP
Edmundo Galdino	1979/1984	Depultado Estadual do Tocantins
Wilson Batista Ferreira	1979/1985	Geografo, Empresário
Romualdo Pessoa	1979/1986	Professor da UFG
Enzo Lisita	1980/1984	Jornalista, Professor da UCG
João Carvalho de Matos	1980/1984	Advogado, Procurador Juridico da Câmara Municipal de Goiânia, Professor da UCG
João Salame Neto	1980/1985	Depultado Estadual no Pará
Marcos Antônio de Araújo	1981/1985	Dirigente do PCdoB
Júlio César Pacheco Duarte	1981/1985	Professor da UCG

Fontes: Projeto História do ME em Goiás – UCG/VAE, Google e Lattes, 2009.

Os quadros acima comprovam a tese de que os ex-dirigentes da UNE, sobretudo a partir do processo de redemocratização política do Brasil, passam a atuar como administradores do Estado, independentemente de qual força política que, em determinado momento assume o controle da máquina burocrática do Estado. Recorrendo a Weber (2004), pode-se afirmar que há duas maneiras de fazer política, ou se vive para a política, ou se vive da política. Os dirigentes da UNE, enquanto estudantes viveram a política, depois, como profissionais, vivem da política.

O prestígio da UNE junto às cúpulas dos partidos políticos pode ser percebido no documento referente à Sessão Especial realizada pelo Senado Federal em 5 de Julho de 2007, onde o Senador Inácio Arruda, do PCdoB fez constar do Diário Oficial a seguinte menção:

São vários altos dirigentes da República formados nos quadros da UNE, uma prova inquestionável da força do Movimento Estudantil. Registro aqui apenas alguns deles, entre tantas personalidades: Aldo Arantes, Haroldo Lima, José Serra, Renato Rabelo, José Gregori, José Frejat, Marco Maciel, Marcelo Cerqueira, Aldo Rabelo, Orlando Silva, José Dirceu, Juca Ferreira e Franklin Martins, entre tantas lideranças que ocuparam posições na Direção da União Nacional dos Estudantes e que se destacaram na vida pública e também nas suas atividades profissionais. (ARRUDA, I.. Diário do Senado Federal, 2007)

Percebe-se que o discurso oficial sobre a UNE, que já mencionei anteriormente, subsiste na atualidade, com vigor renovado pela ascensão dos partidos que a dominam, ao poder de Estado.

No mesmo sentido, a Deputada Federal de PCdoB, Alice Portugal, apresentou à Câmara dos Deputados requerimento para a realização de Sessão Solene daquela Casa, para o mês de outubro deste ano, para comemorar os trinta anos de reconstrução da UNE, com a seguinte justificação:

A história do Brasil registra a participação dos estudantes em todos os momentos em que se lutou por liberdades, pela democracia, em defesa do patrimônio nacional e contra qualquer tipo de injustiça partidária praticada em qualquer tempo em nosso país. A história da UNE é o espelho desta rebeldia em defesa de causas nobres que marca a atuação organizada dos estudantes brasileiros desde 1937.(...)

A partir de sua reconstrução, a UNE passou a figurar com destaque em todos os movimentos políticos e educacionais dos trinta anos que se seguiram. Por estas razões, pela brava trajetória de lutas e pela heróica resistência, a Câmara dos Deputados tem o dever de reverenciar os 30 anos de reconstrução da UNE, símbolo maior da rebeldia de nossa juventude. (Portugal, A.. Câmara dos Deputados, Brasília, 2009)

O discurso oficial, que durante muitos anos foi fundamental para a atuação coordenada nacionalmente pela UNE, continua o mesmo nos dias atuais, fazendo-me lembrar do conceito artístico de anamorfose, onde uma figura aparentemente disforme que, por reflexão num determinado sistema óptico (geralmente um espelho cilíndrico ou cônico, mas existem também piramidais), produz uma imagem regular do objecto que representa, ou seja, o que se diz da UNE hoje não condiz com a realidade que vejo nas universidades e nas ruas do país. Além de um processo de metamorfose, que vai do inconformismo para a submissão, mudando o conteúdo de sua atuação, a direção da UNE pode ser compreendida pelo conceito de anamorfose, onde a imagem criada por ela não corresponde ao seu reflexo na realidade.

Esta passagem dos dirigentes da UNE de uma posição crítica para uma de integração no Estado, pode ser compreendida a partir das mudanças ocorridas no interior da sociedade e na forma de estruturação do Estado contemporâneo.

Em tal conjuntura, conforme Marcuse (1997), existe o fortalecimento do aparato tecnológico da sociedade, que funciona como mediador e aplicador dos meios de unificação das finalidades ou objetivos do Estado com a sociedade, estabelecendo uma equação entre ambos, e destes com o indivíduo, surgindo o que ele denomina unidimensionalidade, ou poder total do Estado.

Muito embora existam diferenças de forma entre o Estado autoritário constituído a partir de 1964, com o golpe militar, e aquele que se organiza a partir de 1986, há uma continuidade no domínio do aparelho burocrático pelas forças do capital monopolista.

O aparato burocrático, entendido como as instituições, os dispositivos e organizações da indústria em sua situação social dominante, nos termos propostos por Marcuse (1999), implica numa continuidade do Estado, sob a forma democrática, que absorve os conflitos, impedindo o surgimento de uma oposição eficaz ao próprio sistema como um todo.

A utilização da técnica na produção econômica e cultural tem como objetivo a dominação, sendo ela própria, a técnica, dominação sobre a natureza e sobre os homens. A racionalidade técnica da administração burocrática do Estado consiste, neste caso, em organizar eficientemente o aparelho de dominação legal e política, compartilhando com os diversos partidos da ordem os espaços e cargos existentes.

O caráter racional desta forma de condução do Estado está vinculado à irracionalidade da produção capitalista no mundo atual, onde as criaturas se identificam com as coisas criadas, as mercadorias, sendo os postos de comando no Estado um meio de acesso a tais bens materiais e culturais.

A racionalidade da ação política, conforme Weber (2004), identificada na atuação dos ex-dirigentes da UNE que participam do Estado brasileiro, pode ser caracterizada como instrumental, visando a obtenção de prestígio e bens materiais, via remuneração do exercício do cargo público obtido por meios políticos.

Nessa metamorfose de dirigente de entidade estudantil para a condição de gerente do Estado a essência revelada é, sempre, a dominação política, precedida da unificação do discurso de oposição ao sistema, que é produzido e apropriado pelo partido que tem a hegemonia no ME em determinado momento histórico.

Como integrantes do “aparato” da sociedade capitalista estes atores políticos introjetam os ditames da ordem, sob o manto da rebeldia, absorvendo a contestação. O protesto, a oposição de idéias e de projetos de transformação social, são eliminados por meio da integração ao sistema.

A busca da eficiência gerencial do Estado submete-se à racionalidade tecnológica. A racionalidade transforma-se de força crítica em força de ajuste e submissão, coibindo a contestação.

Desse modo, perde-se a noção de projeto, enquanto possibilidade de novas formas de organização social: o discurso hegemônico no ME volta-se para explicar a necessidade das alianças com os partidos da ordem, qualquer que sejam esses partidos, desde que haja a contrapartida, a compensação em termos de cargos a serem ocupados pelos seus dirigentes.

O discurso não encontra ressonância na ação prática concreta: fala-se em liberdade e democracia, desde que em conformidade com o pensamento dominante, sem questionar os meios de acesso ao poder de Estado, reproduzindo a prática de seus antigos adversários.

Merece destaque o fato de que o governo Lula criou 12 Universidades Federais, conforme quadro abaixo:

TABELA 30 – Universidades Federais criadas no governo Lula

Universidade Federal do ABC (UFABC)	Santo André (SP)
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (FUFCSA)	Porto Alegre (RS)
Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)	Alfenas (MG)
Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)	Uberaba (MG)
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	Diamantina (MG)
Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa)	Mossoró (RN)
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	Curitiba (PR)
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	Dourados (MS)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)	Cruz das Almas (BA)
Universidade Federal do Pampa (Unipampa)	Bagé (RS)
Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf)	Petrolina (PE)
Universidade Federal do Tocantins (UFT)	Palmas (TO)

Fonte: MEC, 2009.

Este quadro demonstra um avanço na criação de Universidades Federais em nosso país. Entretanto, não se pode apreciar estes dados de forma isolada, uma vez que a política educacional do atual Governo Federal, materializada por meio dos

Decretos nº 6.095 e 6.096, ambos de 24 de abril de 2007, conduzem ao entendimento de que existe por parte do referido governo a intenção de favorecer o ensino tecnológico, com o intuito de preparar a força de trabalho para as necessidades do mercado, em prejuízo do Ensino Superior crítico. Nesse sentido, é importante ressaltar que os investimentos públicos para a educação sofreram redução a partir do início do governo Lula, conforme dados abaixo:

TABELA 31 – Despesa pública total com educação e relação com o PIB – Brasil, 2000 a 2005

Ano	PIB (nova metodologia)	Despesa com educação	Despesa com educação	Despesa com educação
	(Valores correntes – R\$ Bilhão)	(Valores correntes – R\$ Bilhão)	% PIB (nova metodologia)	% PIB (antigo)
2000	1.179,5	45,5	3,86	xxxx
2001	1.302,1	52,5	4,03	4,38
2002	1.477,8	59,0	3,99	4,38
2003	1.699,9	54,9	3,82	4,17
2004	1.941,5	66,8	3,44	3,78
2005	2.147,9	75,1	3,50	3,88

Fonte: Cadernos ANDES, nº 25, ago. de 2007

Os dados acima evidenciam uma diminuição no investimento brasileiro em educação sendo que em 2001 correspondia a 4,03% do PIB e em 2005 foi reduzido para 3,5% do PIB. A prioridade desse governo tem sido o pagamento do encargos da dívida pública, externa e interna, comprometendo em média 40% das despesas públicas da União, no período de 2003 a 2006, conforme dados da ANDES (2007).

Muitas lideranças do Movimento Estudantil que, em maio de 1968, armavam barricadas e entravam em conflito com a polícia pedindo mudanças no sistema por meio de uma revolução operária, deslocaram a sua atuação para o gerenciamento do Estado, o qual se torna a razão de suas vidas políticas, muito embora seja necessário assumir o discurso do capital, ainda que com uma vestimenta progressista. Estes gerentes do Estado reproduzem, muitas vezes, a mesma prática autoritária e patrimonialista que antes condenavam em relação aos partidos políticos tradicionais.

O olhar do outro, aquele que participa do mesmo tempo histórico que os protagonistas, nem sempre aparece nos estudos históricos, como assinala Perrot (2006). Ao se analisar a atuação dos dirigentes do ME deve-se levar em consideração que toda ação se insere num modo de representação do mundo, concretizado por uma simbologia.

As entidades, com a UNE no comando, produzem um discurso que norteia a prática de seus dirigentes de maneira convergente, afastando os que pensam diferente, construindo uma hegemonia, sustentada por um discurso de mudança social e da universidade. Porém, com uma atuação concreta fundamentada na negociação, no compromisso entendido como acordo, ajuste de interesses visando à preservação das posições políticas ocupadas no movimento, por meio do controle das entidades estudantis e por seu intermédio, de cargos na estrutura burocrática do Estado, razão maior da ação dos partidos políticos atuantes no ME.

A unificação do discurso que se percebe nas falas demonstra como a ideologia dominante está presente nos projetos que se colocam como de mudança e, também, nos que tendem a conservar e reproduzir as atuais relações sociais. A identidade discursiva é perceptível nas falas e nos documentos que analiso no decorrer desta tese, à medida em que constroem um universo comunicativo que exclui a alteridade, a divergência, no sentido proposto por Ponzio (2008).

Se, consoante afirmei, o lugar de produção do discurso é o partido, quando ocorre a negociação, que se efetiva pela aceitação de espaço político na estrutura burocrática do Estado, esse lugar transfere-se para o Estado, uma vez que os partidos que monopolizavam o discurso do novo e da mudança social assumem o papel de dirigentes e administradores públicos, via acordo político. Com isso, o próprio discurso passa por uma reformulação que dá sentido às posições assim adquiridas; o cargo dá prestígio e poder, a sua assunção implica em reproduzir o discurso hegemônico, formulado pelos partidos da ordem estabelecida.

Nesse contexto, não existe espaço para a divergência, quem pensa de maneira diferente é tido como opositor, devendo ser combatido, não podendo participar do Estado como dirigente. As críticas são vistas como tentativas de desestabilização política, portanto, são suprimidas.

Nesse quadro de mutação dos projetos políticos dos partidos que atuam no ME, é interessante perceber que eles deixam de utilizar os enunciados presentes no discurso de décadas anteriores, consistentes na perspectiva de transformação revolucionária da sociedade, mantendo o discurso de mudança social, porém gradual, via processo eleitoral. Muitos não utilizam mais os termos ou conceitos de classe social ou de capitalismo, preferindo palavras denotativas de uma certa neutralidade, tais como sociedade industrial, sociedade pós-capitalista e sociedade pós-industrial, num mundo de convergência semântica, no dizer de Mészáros (2008).

Esta convergência se dá no discurso e, sobretudo, na prática política, representando a aceitação da dominação burocrática e seu exercício de forma espontânea. A conquista do espaço político no Estado, qualquer que seja a sua orientação política e ideológica torna-se o objetivo da ação dos dirigentes do Movimento Estudantil quando afastam-se da Universidade.

A atuação da UNE nos diferentes períodos históricos que foram estudados demonstra a validade da hipótese de trabalho que foi elaborada nessa tese, ou seja, ocorre uma metamorfose, uma mudança no conteúdo da ação dos dirigentes estudantis, de forma sutil, sem transformar radicalmente o discurso, transmitindo para o conjunto dos estudantes a imagem de continuidade das lutas históricas desenvolvidas sob a direção da UNE, supostamente com independência em relação ao Estado.

Essa metamorfose se constitui como uma alternância do inconformismo, entendido como insubordinação contra a ordem estabelecida, que pode ou não manifestar-se sob a forma de ação política organizada, já que no meio estudantil existem grupos que questionam a ordem por meio de sátiras, valendo-se da música e das expressões artísticas, e que não desenvolvem ação política e partidária.

A submissão, como momento desta metamorfose, ocorre de forma violenta, com o uso da força pelo Estado, mas a violência física não é a única maneira de se obter a submissão, que pode ocorrer com o uso da coerção ideológica ou pela adesão voluntária dos dirigentes estudantis que pretendem fazer carreira política usando a projeção conseguida no meio universitário à frente da UNE.

A mudança de perspectiva na atuação das forças políticas que atuam no ME pode ser sintetizada na equação: revolução-pacificação, ou seja, nos anos 1960 havia a luta pela transformação revolucionária da sociedade quando na atualidade existe a adesão ao Estado, conforme Valle (1999).

Se o golpe militar de 1964 foi um abalo sísmico, com diz Oliveira (2007), que provocou uma nova forma de sociabilidade no país, a redemocratização foi um ajuste entre pares, pois levou a uma configuração do Estado que abrange revolucionários e golpistas. Nesse contexto, falar na atuação dos estudantes remete ao estudo da alienação pela política, fato atual, conforme salienta Mészáros (2006), já que o amplo espectro político existente na esquerda que atuou não ME está agora na direção do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A UNE articula-se no plano nacional e regional, sendo que as reivindicações de caráter específico, relativas à universidade, são absorvidas pelas reivindicações de natureza geral, de conteúdo político e partidário. A cooptação da liderança política do movimento leva-o ao conformismo e à submissão, consubstanciando-se na assunção de cargos públicos no Estado. Na relação entre Governo e o Estado com as entidades estudantis é nítida a existência de dois momentos distintos: sob o autoritarismo predomina o inconformismo (confronto); sob os governos democráticos, a submissão através da participação no Estado, por meio de negociação ou acordo.

O inconformismo, entendido como tendência, atitude ou procedimento de inconformidade com as condições ou situações incômodas caracteriza-se pela rebeldia contra a ordem estabelecida. Por sua vez, a submissão, como ato ou condição de quem é obrigado a submeter-se, mesmo que seja às regras do jogo, caracteriza-se pelo acolhimento dos contrários, e são dois momentos claramente identificáveis na história do ME, conforme demonstrei.

Os discursos dos ex-dirigentes da UNE, em sua maioria, negam a submissão da entidade ao Estado. Os documentos que localizei demonstram uma tendência em sentido contrário aos discursos. O período que se inicia no final de 1985, é consubstanciado na colaboração com o Estado, inclusive, com a assunção de cargos na burocracia da administração pública. A consciência crítica, seu desenvolvimento pela educação política e não pela influência ideológica, conforme a prática da liderança histórica, e a construção de novas utopias podem dar perspectiva e visibilidade ao movimento, a partir da construção de um novo projeto político-ideológico para a sociedade brasileira, sem a submissão ao Estado.

Os depoimentos colhidos quando confrontados com a literatura sociológica e pesquisas históricas, demonstram a tese de que a UNE atua, conjunturalmente, vale dizer, sob o autoritarismo – 1964 a 1985, tendo como característica o inconformismo e a rebeldia, insurgindo-se contra a dominação dos militares, sobretudo contra a política privatizante implementada em relação ao ensino superior. De outro lado, no período denominado de redemocratização, compreendido entre 1986 e 2009, o movimento passa a colaborar com os governos estaduais e com o governo central, numa política de participação, a pretexto de contribuir para a estabilidade democrática.

É importante salientar que outras entidades populares criam idêntica expectativa, excetuando-se os trabalhadores rurais sem terra que continuam com sua atuação independente neste mesmo período.

Não se pode reputar apenas ao equívoco político dos dirigentes da UNE este esmaecimento de sua atuação, já que todas as organizações da sociedade civil ficam na expectativa de uma atuação dos governos pós-militares em benefício da sociedade. Porém, é inegável que a colaboração conduz à participação dos representantes das principais tendências políticas de esquerda (PCdoB, PCB e PT) na organização estatal no plano municipal, estadual ou nacional, amortecendo as críticas e redirecionando o foco das entidades: a crença no poder da mobilização de rua se enfraquece e, gradativamente, até o advento do *impeachment* de Collor em 1992, é substituída pelos acordos de gabinete; a perspectiva transformadora é abandonada ou se metamorfoseia na participação e gerência da burocracia do Estado Democrático, com uma luta aberta por cargos públicos, a serem exercidos com ânsia patrimonialista. Esta percepção dos fatos não está presente na consciência das lideranças entrevistadas como um todo, mas apenas naqueles que estão na oposição ao grupo hegemônico na UNE, que é o PCdoB. Na oposição, basicamente, atua o Partido dos Trabalhadores, sendo predominante na imagem construída pelas lideranças estudantis a idéia de que os governos chamados de democráticos seriam parceiros das entidades estudantis na luta pela redemocratização da sociedade brasileira e de reestruturação da universidade.

Com a ascensão do PT ao Governo Federal, com o Presidente Lula em 2002, a relação entre a UNE e o Estado passa a ser de colaboração: diversos ex-dirigentes da entidade ocupam postos no Governo. Passa-se a priorizar as negociações de gabinete, em prejuízo das mobilizações dos estudantes.

Desse modo, inconformismo e participação no Estado são dois momentos de continuidade e negação da prática política dos estudantes universitários brasileiros, sob o autoritarismo e no processo de redemocratização, os quais constroem diferentes representações de seu passado histórico sobre a influência ideológica das organizações políticas, da igreja, de outros movimentos sociais que atuam no âmbito da Universidade.

Aqueles ex-dirigentes da UNE, conforme apresentei no decorrer deste trabalho, atuam, contemporaneamente, como gestores do Estado Burocrático no Brasil, fazendo parte da elite política dominante.

Os partidos políticos de esquerda, no caso, PT e PCdoB, são as principais organizações partidárias que interagem no Movimento Estudantil, submissos aos seus projetos políticos, que de oposição ao regime militar se constituiu em força hegemônica na direção do Estado brasileiro, contribuindo para a manutenção do *status quo* estabelecido pelos partidos da ordem burguesa, como, por exemplo, o PMDB, PFL e PSDB. Aqueles partidos reproduzem os discursos destes, discursos transvestidos com nova roupagem que procuram abafar, controlar qualquer outra forma de contra-discurso.

Os depoimentos dos dirigentes da UNE possibilitam constatar que existem diferentes concepções sobre a atuação dos estudantes, tendo em comum a idéia de que esta categoria social defende invariavelmente ideais libertários e progressistas. Trata-se de um padrão de discurso construído pelos partidos políticos que atuam no ME, sendo coincidente no plano local (regional) e geral (nacional). Ou seja, embora tenham eventos distintos em âmbito nacional e regional existe um discurso unificado, que produz uma ação uniforme em todo o país. O objetivo é assegurar o controle partidário sobre as organizações dos estudantes, da qual a UNE é a principal conquista.

Há um alinhamento, filiação ao interesse do Estado, mais que isso, existe uma assumência, na prática, da gestão do próprio Estado, no interesse político-partidário dos dirigentes da máquina burocrática estatal e dos dirigentes do Movimento Estudantil, que, muitas vezes são as mesmas pessoas.

Esta a metamorfose: do inconformismo com a situação estabelecida, que se manifesta no conflito, a UNE passa para a colaboração, que não pode ser considerada como submissão pela força, afinal ela não é compelida a participar do Estado, mas existe uma adesão às iniciativas do Estado, sobretudo no Governo Lula, que faz a cooptação dos seus ex-dirigentes e dos atuais, com o discurso de atendimento de suas reivindicações, o que não se efetiva, no que se refere aos problemas da universidade, conforme demonstram os dados estatísticos constantes deste trabalho.

A UNE atuou em determinadas conjunturas como protagonista, mas ao priorizar os acordos e negociações com o Estado tem figurado como coadjuvante na política nacional, aderindo ao projeto de universidade do governo, sobretudo a partir da ascensão de Lula à presidência da República.

Estas as conclusões desta tese que se espera possam contribuir para encaminhar discussões e outros trabalhos que procurem desvelar outras faces do Movimento Estudantil, sem deixar, no entanto, de dizer que ele já foi e poderá ainda se tornar uma força política e social relevante para o enfrentamento dos desafios da realidade brasileira.

REFERÊNCIAS

A Política Estudantil do Partido Comunista do Brasil - Resolução do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil - Maio de 1968.

A UNE Volta Para Ficar - Reportagem de capa da Revista Veja - São Paulo, Abril, 1979.

ABRAMO, H. W. & BRANCO, P. P. M.. *Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional*. 1º ed., SP; Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

ALBUQUERQUE, J.A. - *Classes médias e política no Brasil* - Coleção Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ALI, Tariq. *Margem Esquerda: ensaios marxistas*. nº 11, São Paulo; Boitempo, 2008.

_____. *O poder das barricadas: uma autobiografia dos anos 60*. São Paulo; Boitempo, 2008.

ALMEIDA, Maria Hermínia T. (org.) - *Sociedade e política no Brasil pós-1964* - São Paulo: Brasiliense, 1983.

ALVES, Giovanni - *Globalização e Trabalho no Brasil - uma perspectiva crítica*, in Caderno Técnico SESI/CNI - Brasília - 1997

ALVES, Giovanni. *Globalização e Trabalho no Brasil - uma perspectiva crítica in Caderno Técnico SESI/CNI* - Brasília – 1997.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil/1964/1984* – 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

ANTUNES, Américo - *Movimento estudantil crise e perspectivas para uma prática revolucionária*. São Paulo: Aparte, 1983.

ARANTES, Aldo. *Universidade Brasileira*, mimeografado, Goiânia, 1982.

ARAÚJO, Braz José - *Mudanças na estrutura social brasileira*. In *Classes médias e política no Brasil* - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. In Albuquerque, J. A. Guilhon - *Classes Médias e Política no Brasil* - Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias estudantis – da fundação da UNE aos nossos dias*. 1ª ed., Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

ARDUINI, Juvenal. *O marxismo*. Rio de Janeiro: Agir, 1965.

ARENDT, Hannah - *Entre o Passado e o Futuro* - São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. *A condição humana*. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

ARENDT, Hannah. *A promessa da política*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2008.

ARINOS, Afonso. *História e Teoria dos Partidos Políticos* - São Paulo: Alfa-Ômega, 2 ed., 1974.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 4ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. *O Freudismo*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BANDEIRA, Moniz Luiz Alberto. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. 7ª ed. – Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: EdUnB, 2001.

BARBOSA, Andreza. *A (Des)articulação do Movimento Estudantil: (Décadas de 80 e 90)*. Educação: Teoria e Prática – vol. 10, nº 18, jan-jun, 2002 e nº 19, jul-dez, 2002.

BARROS, Ivônio - *Reforma universitária e movimento estudantil*. In Revista Humanidades, nº 11. Brasília: UNB, novembro 1986/ janeiro 1987.

BARTOLETTI, Susan Campbell - *Juventude Hitlerista - A história dos meninos e meninas nazistas e a dos que resistiram* - Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 2006.

BASBAUM, Leôncio - *História sincera da república - de 1965 a 1967*, 4 vol. 3ª ed. Alfa-Ômega, 1983.

BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira - *Mitos da Globalização - Estudos Avançados*, 1998.

BETTO, FREI. *Diário de Fernando - Nos cárceres da ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

BERGER, Peter; BERGER, Brigitte - *Socialização: como ser membro de uma sociedade*. In FORACCHI, Marialice; MARTINS, José de Souza - *Sociologia e sociedade - leitura de introdução à sociologia*, 1 ed. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos, 1980.

BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BIANCO, Ricardo Roman - *Técnica da pesquisa científica* - Apud por Jan Magalinski.

BOMENY, Helena. *A reforma universitária de 1968, 25 anos depois*. Encontrado em: <<http://WWW.anpocs.org.br>> Acesso em: 12 de dezembro 2008.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: Lembranças de velhos*. 3. ed.; São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BRAIT, Beth. Bakhtin: *conceitos-chave*. 4 ed.. São Paulo: Contexto, 2008.

BRAUDEL, Fernand - *História e ciências sociais* - Editorial Estampa - Lisboa - 1983.

BRITO, Sulamita - *Sociologia da Juventude, IV Introdução - Os Movimentos Estudantis*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1968.

Cadernos ANDES. *As novas faces da reforma universitária do governo Lula e os impactos do PDE sobre a educação superior*. Brasília, 2007.

CAMARGO, Aspásia - *História oral - técnica e fonte de pesquisa - in Programa de História Oral - Catálogo de Depoimentos, Fundação Getúlio Vargas - CPDOC*, Rio de Janeiro, 1981.

CAMARGO, Aspásia - *O ator, o pesquisador e a história: impasses metodológicos na implantação do CPDOC - in A aventura sociológica* - Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. *Juventudes: as identidades são múltiplas*. IN. Movimento: Revista da Faculdade de Educação da UFF. 1º ed., RJ; Editora DP&A, 2000.

Carta de Porto Alegre - *Chamamento Contra a Transformação da Educação em Mercadoria*.

CARVALHO, Delgado de. - *História documental moderna e contemporânea* - Rio de Janeiro: Record Cultural, 1976.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma conônica do salário* / Robert Castel; tradução de Iraci D. Poleti. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

CASSIANO, Tales de Castro. *Anteprojeto de reforma universitária da UNE*. Goiânia, 2008.

CASSIMIRO, Maria do Rosário - *Desenvolvimento e educação no interior do Brasil* - Goiânia: Oriente, 1974.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. São Paulo, Contexto, 2008.

CHAUL, Nars N. Fayad - *A outra história dos construtores: os operários. In A construção de Goiânia e a transferência da Capital*. Tese de Mestrado, em História das Sociedades Agrárias, apresentada à Universidade Federal de Goiás, 1984.

COELHO, Ruy Galvão de Andrada - *Sociologia e história*. in Anais do 1º Encontro Brasileiro sobre Introdução aos Estudos da História - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1970.

CORREA, Carlos Humberto - *História Oral - teoria e técnica* - Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1978.

COSTA, Tarcísio - *Os anos 90 - O ocaso do político e a sacralização do mercado*. São Paulo, 2000.

CUNHA, Luiz Antonio - *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*, p. 238, Rio de Janeiro, Editora Francisco Alves, 4ª ed., 1979.

_____ - *A Universidade Temporã. O Ensino Superior da Colônia a Era de Vargas* Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1980.

DA SILVA, Paulo Sérgio. *Agenda-setting e a eleição presidencial de 2002 no Brasil*. USP, 2005

DANTAS, Altino Rodrigues - *História da UNE - Depoimentos*, São Paulo: Editora Livramento, 1980.

DANTAS, Walter - *Sobre o método e estilo de trabalho nas atividades do movimento estudantil*. In Seminário Nacional da Tendência Viração - Goiânia; 1982.

DE DECCA, Edgar. *1930: o silêncio dos vencidos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

DEMO, Pedro A. - *A universidade precisa renascer*. In Cadernos de Pesquisa. Coleção Temas em Debate- São Paulo, 1986.

DOEHRING, Karl. *Teoria do Estado*. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 6ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

DRÉZE, Jacques; DEBELLE, Jean - *Concepções da universidade* - Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1983.

DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

ECHEVARRIA, José Medina - *A Juventude Latino-Americana como Campo de Pesquisa Social - in Sociologia da Juventude*, São Paulo, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968, p. 194.

EGG, Ezequiel Ander - *Introducción a las técnicas de investigación social* - Buenos Aires, Editorial Humanitárias – 1974.

ELIAS, Norbert. *Envolvimento e alienação*. 1ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ENGELS, F. *A dialética da natureza*. 4ª ed.v.8. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____ *Anti-Duhring*. 2ª ed. v. 9. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

EVARISTO, Paulo (Cardeal Arns) *Brasil nunca mais* - Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

FALETO, Enzo - *Industrialização e classe operária na América Latina*. in Sindicalismo e Sociedade. RODRIGUES, Leôncio (org.) - São Paulo, 1968.

FAORO, Raymundo. *Os donos do Poder*. Porto Alegre, Editora Globo, 1958.

FAUSTO, Boris. *O crime do restaurante chinês: carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FÁVERO, Maria de Lourdes - *Universidade e poder* - Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

_____ - *A Educação Brasileira nas Constituições Ontem e Hoje in Educação Brasileira* Revista do CRUB Brasília. Editora Fundação Mariana: BSB/1985.

FERNANDES, Florestan - *A história de vida na investigação sociológica - A Seleção dos Sujeitos e suas Implicações* - In ensaios de sociologia geral e aplicada, São Paulo: Editora e Livraria Pioneira, 2ª ed.- 1978.

_____ - *A gratuidade do ensino superior - Versão condensada da conferência Escola paga, a atualidade brasileira* - In cadernos da J.C.E - Santa Catarina: Escola Paulista de Medicina, 1983.

_____ - *A ditadura em questão* - São Paulo: T.A Queiroz, 1982.

_____ - *Problemas de conceituação das classes sociais na América latina. In Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____ - *O Cachimbo e a Boca. In Que tipo de República?* São Paulo: Editora Brasiliense , 1987.

_____ - *Nova República?* - Rio de Janeiro: Zahar Editores, 3ª ed., 1986, p. 11.

FIGUEIREDO, Vilma - *Desenvolvimento dependente brasileiro -Industrialização, classes sociais e estado* - Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2006.

_____. *Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade*. São Paulo: Edusp, 2003.

FISCHER, Rosa M. B.. *Foucault e a análise do discurso em educação*. 2001.

FORACCHI, Marialice Mencarini - *A participação social dos excluídos*, São Paulo: Hucitec, 1983.

_____ - *O estudante e a transformação da sociedade brasileira* - São Paulo: Companhia Editora nacional, 1965.

_____ - *Aspectos da Vida Universitária na Sociedade Brasileira*, in A Participação Social dos Excluídos, São Paulo: Hucitec, 1983.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Editora Loyola, São Paulo, 1996.

FRANCO, Afonso Arinos de Mello - *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.

FREITAG, Bárbara - *Escola, Estado e Sociedade*. São Paulo: Editora Moraes. 6 ed., 1986.

GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1993.

GIANNOTI, José Arthur - *A Universidade - Folhetim*, 24 de abril de 1983.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. 14ª. ed.. Petrópolis, Vozes, 2007.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GÓMEZ, José Maria - *Política e Democracia em Tempos de Globalização* - Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO; Rio de Janeiro: LPP - Laboratório de Políticas Públicas, 2000.

GRAMSCI, Antonio - *Cadernos do Cárcere*. 3ª ed. V.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. - *Cadernos do Cárcere: Temas de Cultura. Ação Católica. Americanismo e Fordismo*. v.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. - *Caderno do Cárcere - Vol. 1 - Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce* – 3ª edição - Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2004.

_____. - *Caderno do Cárcere - Vol. 2 - Os Intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo*. 3ª edição - Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2004.

HABERMAS. J.; FRIEDEMBERG L. - *O Comportamento Político dos Estudantes Comparado ao da População em Geral*, in *Sociologia da Juventude*, vol. IV, p. 115/116.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. 1ª ed. São Paulo: Centauro, 2006.

HEGEL, Apud Henri LEFEBVRE, in *Introdução Crítica à Sociologia Rural*, São Paulo, Editora Hucitec, 1981.

História da Une - Depoimentos de ex-dirigentes - São Paulo: Livramento, 1980.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos - o breve século XX - 1914-1991*. 2ª ed. - São Paulo: Companhia das letras, 2008.

_____. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

HOLZMANN, Lorena & PRADÓS, Enrique Serra (Organizadores) - *1968 - Contestação e Utopia* - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor. *Conceito de Iluminismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. Coleção "Os Pensadores".

_____. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1985.

IANNI, Octávio - *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil* - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

_____. *O jovem Radical - in Sociologia da Juventude*, vol. 1, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

_____. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil* - Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 4ª ed., 1986.

_____. *O colapso do populismo no Brasil*, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2ª ed., 1971.

IASI, Mauro Luís. *O Dilema de Hamlet*. 1ª ed., São Paulo: Viramundo, 2002.

JAY, Martin. *A imaginação dialética: História da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisa Social-1923-1950*. São Paulo, Contraponto, 2008.

JOHNSTONE, Bruce - *Financiamiento y gestión de la enseñanza superior: Informe sobre los progresos de las reformas en el mundo* - 1998.

JÚNIOR BATISTA, Paulo Nogueira - *Mitos da Globalização - Estudos Avançados*, 1998.

KAUCHAKJE, Samira. *Movimentos Sociais na Academia; Um olhar sobre as teses e dissertações produzidas na UNICAMP e USP entre 1970-1995*. Tese defendida na Universidade Estadual de Campinas em 1997.

KOSMIWSKY, Ethel - *Pesquisas qualitativas - A utilização da técnica de história de vida e de depoimentos pessoais em Sociologia*, in Revista Ciência e Cultura da S.B.P.C, volume 21, nº 38 - 1986.

KRACAUER, Siegfried. *O ornamento da massa*. São Paulo; Cosac Naify, 2009.

KRAVETZ, MARX E GRISET, Antoine - *Sindicalismo e Movimento Revolucionário nos Movimentos Estudantis*, in Sociologia da Juventude IV, São Paulo, 1968.

KUCINSKI, Bernardo - *Abertura histórica de uma crise*, Coleção Brasil hoje, São Paulo: Editora Brasil debates, 1982.

La Enseñanza Superior - Las Lecciones Derivadas de La Experiencia - Banco Mundial, Washington, 1995.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5ª ed., Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

LENINE, Vladimir Ilitch - *Duas táticas da social-democracia na revolução democrática - Obras escolhidas*. Tomo 2 - São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

LEWIS, Oscar - *Los hijos de Sanchez - México, Fundo de Cultura Econômica* - 1964. Traduzido da Edição Inglesa *The Children of Sanchez - Autobiograph of a Mexican Family* - New York, Randon House – 1961.

LIMA, Tereza Cristina Medeiros Pinheiro de. *O ensino superior de administração no Brasil e em Goiás: Expansão, Privatização e Mercantilização no período de 1995 – 2007*. Goiânia – UFG, Tese de Doutorado.

LIPSET, Seymour Martin - *O comportamento político da juventude universitária*, in *Sociologia da Juventude II*.

LOPES, Juarez Brandão - *Desenvolvimento e mudança social* - São Paulo: Editora Nacional, 1971.

LUKÁCS, György - *A consciência de classe*. In VELHO, Guilherme Otávio (org.) - *Estrutura de classes e estratificação social* - Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

LUKACS, John. *Budapeste 1900: um retrato histórico de uma cidade e sua cultura*. Rio de Janeiro; José Olympio, 2009.

MAGALINSKI, Jan - *Introdução à técnica de história oral* - Goiânia-GO, UFGO/INDUR, 1984.

MARCUSE, Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARQUES, Marcia C. R. C.. *Bakhtin e a Análise do Discurso – Heterogeneidade do Discurso e Recuperação da Memória Social no Conto “Terça-Feira Gorda” de Caio Fernando Abreu*, 2007.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento Estudantil e Ditadura militar 1964/68*. São Paulo: Editora Papirus, 1987.

MARTINS, Carlos Benedito - *Privatização: A política do estado autoritário para o ensino superior - Texto apresentado à 23ª Reunião Mundial da SBPC na Seção de Comunicação Coordenada Ideologia e Educação*.

MARTINS, José de Souza. *Sociologia da fotografia e da imagem*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã I: crítica da filosofia alemã mais recente, na pessoa dos seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão na dos seus diferentes profetas*. 3ª ed. V. 1. Portugal: Editorial Presença. Brasil: Livraria Martins Fontes.

_____ - *Crítica Ao Programa De Gotha - Obras Escolhidas, Volume 2*, São Paulo: Editora Alfa-Omega: 1982.

MARX, Karl. *O capital (crítica da economia política): O processo de produção do capital*. Livro 1. 7ª ed. V.1. São Paulo: Difel, 1982.

_____ - *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*. In Karl Marx e Friedrich Engels. V.1. São Paulo: Alfa Ômega, 1980. Obras Escolhidas.

_____ - *Prefácio à contribuição à crítica da economia política*. In Karl Marx e Friedrich Engels. V.1. São Paulo: Alfa Ômega, 1980. Obras escolhidas.

_____ - *Sociologia*. IANNI, O (org). São Paulo: Ática, 1979.

_____ - *Miséria da filosofia: Resposta à filosofia da miséria do Sr. Proudhon*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.

_____ - *O 18 Brumário* - São Paulo, Editora Paz e Terra, 4ª edição, 1978.

MELO, Orlinda Carrijo. *Alfabetização e trabalhadores: o contraponto do discurso oficial*. SP – UNICAMP/Goiânia – UFG, 1997.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis, Vozes, 2001.

MENDES JÚNIOR, Antonio - *Movimento estudantil no Brasil* - Coleção Primeiros Passos, nº 23 - São Paulo: Brasiliense, 1980.

MENDONÇA, Gisela - *Movimento Estudantil precisa da maior atenção do partido*. In Classe Operária - Órgão oficial do Partido Comunista do Brasil - fevereiro de 1987.

MENEZES NETO, Paulo Elpídio de. *Universidade Ação e Reflexão* - Fortaleza Editora Universitária UFCE/1983.

MÉSZÁROS, István. *Filosofia, ideologia e ciência social*. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo. São Paulo: Boitempo, 2006.

MEYER, Eugênia; BONFIL, Alicia Oliveira de - *La história oral - Oríem, Metodología, Desarrollo y Perspectivas in História Mexicana*, Col. XXI – nº 2 - El Colégio del México, 1970.

MISCHE, Ann. *De estudantes a cidadãos*. Revista Brasileira de Educação, nº 6, 1997.

MORETTI, Serenito - *O Movimento Estudantil em Santa Catarina* - SC - Imprensa Oficial do Estado, 1985.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 3ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

NOBRE, Marcos (ORG). *Curso livre de teoria crítica*. Campinas, SP: Papius, 2008.

NOGUEIRA - Oracy - *Pesquisa Social - Introdução às suas técnicas*, Apud CORREA, Carlos Humberto. História Oral Teoria e técnica.

O LIVRO NEGRO DA USP: *O controle ideológico da universidade* - São Paulo: Brasiliense, 1979.

OJALA, Raísa. *Projetos de futuro de jovens universitários no Distrito Federal: Um Estudo de Caso*. UNB, 2008.

OLIVEIRA, Francisco. *Noiva da revolução; Elegia para uma re(li)gião*: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes, São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. *Além da transição, quem da imaginação*. Revista Novos Estudos. São Paulo: Editora CEBRAP, nº 12, 1985.

OLIVEIRA, Francisco; RIZEK, C. Saliba. *A era da indeterminação*. 1ª ed., São Paulo: Boitempo, 2007.

OLIVEIRA, João Ferreira de - Tese de Doutorado/USP - 2000 - *A Reestruturação da Educação Superior no Brasil e o Processo de Metamorfose das Universidades Federais: O Caso da Universidade Federal de Goiás (UFG)*.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

PATRICK, Charaudeau. *Discurso político*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PAULA, Benjamin Xavier de. *O Ensino Superior no Contexto da Luta Social*. XIII Encontro ANPUH-Rio. Rio de Janeiro, 2008.

PCdoB - *A Política Estudantil do Partido Comunista do Brasil - Resolução do Comitê Central* - Maio de 1968, in *Política e Revolucionarização do Partido*, Goiânia, Editora Araguaia, 1981.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 1990.

PENNACCHI, ANDREA. *Os partidos políticos e o "político profissional"*, 2008.

PEREIRA, Luiz; FORACCHI, Marialice Mencarini - *Educação e sociedade - Leituras de introdução à sociologia*. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos, 1979.

PEREIRA, Raimundo. *Eleições no Brasil Pós-1964*. São Paulo: Global Editora, 1983.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 4ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

PINO, Claudia Amigo. *Escrever sobre escrever: uma introdução crítica à crítica genética*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

POERNER, Arthur José - *O poder jovem*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PONZIO, Augusto. *A revolução bakhtiniana: o pensamento de Bakhtin e a ideologia contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2008.

QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de - *Relatos orais: do indizível ao dizível - Ciência e Cultura*, Revista da S.B.P.C - março de 1987.

RAO, Dileep; CARDOZO Richard - *Financiamento de Empresas - 25 Princípios para Captar Dinheiro e Crescer* - São Paulo: Publifolha, 2003.

REIS, Alessandra Martins dos. *O sentido do movimento estudantil contemporâneo pela voz dos estudantes da saúde*. Dissertação de Mestrado, UNIP. São Paulo, 2007.

RIBEIRO, Darcy - *A universidade necessária* – 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. 1ª ed., São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1993.

RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Elide rugai; ROLLAND, Denis. *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

RODRIGUES, José Honório - *Teoria da história do Brasil* - Cia. Editora Nacional, São Paulo – 5ª edição, 1979.

RODRIGUES, Leôncio Martins - *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil* - São Paulo: Difel, 1966.

ROMAGNOLI, Luiz Henrique - *A volta da UNE de Ibiúna a Salvador* – 1ª ed. Alfa-Ômega, 1979.

ROSENMAYR, Leopold - *A Situação Sócio-Econômica da Juventude* - in Sociologia da Juventude, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

RUY, Carolina. *70 anos da UNE: fundação em 37 altera história de duas décadas. Vermelho – a esquerda bem informada*. Acesso em <<http://www.pcdob.org.br>> Acessado em 27 agosto 2008

SAES, Décio - *Classe média e política na Primeira República* - Rio de Janeiro: Vozes, 1975.

_____. *República do Capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.

SANT'ANNA, Affonso Romano de.. *Drummond: o gauche no tempo*. 5ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTANA, Flávia de Angelis. *Atuação política do movimento estudantil no Brasil: 1964 a 1984*. Dissertação defendida na USP, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa - *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 4ª edição - São Paulo; Cortez, 1997.

SANTOS, Luís Fernando Messeder dos. *A atuação da burschenschaft na política brasileira durante a primeira república*. São Paulo; FAETEC, Disponível em: <<http://www.rj.anpuh.org/Anais/2002/Comunicacoes/Santos%20Luis%20F%20M%20dos.doc>> Acesso em: 30 de nov, 2008.

SAVAGE, Jon. *A criação da juventude: como o conceito de teenage revolucionou o século XX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

SAVIANI, Dermeval - *Onze teses sobre educação e política*. In Escola e democracia. 5ª ed. São Paulo: Cortez e autores associados, 1987.

_____. - *Sobre a natureza e especificidade da educação - Comunicação apresentada na mesa-redonda sobre educação realizada pelo INEP - Brasília, 1984*.

_____. - *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SCHWARTZMAN, Simon - *Ciência, universidade e ideologia: a política do conhecimento* - Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. - *Bases do autoritarismo brasileiro - Coleção temas brasileiros*. v.12, Distrito Federal, 1982.

SCHWARTZMAN, Simon. *América Latina: Universidades em transição*. Washington, Organização dos Estados Americanos. Coleção INTERAMER, nº 6, 1966.

SCHWARZ, Roberto. *Cultura e Política*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

SHIROMA, Eneida Oto. *Política educacional*. 4. ed.; Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SILVA, Maria Abádia da - *Intervenção e consentimento - A política educacional do Banco Mundial*, Campinas, SP: Fapesp, 2002.

SINGER, Paulo; BRANT, Vinícius Caldeira - *São Paulo: o povo em movimento* - Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

SKIDMORE, Thomas E.. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. 14ª ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

_____. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. 8ª ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. *O Brasil visto de fora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

SOARES, Gláucio - *Ideologia e Participação Política Estudantil*, in *Sociologia da Juventude I*.

SODRÉ, Nelson Werneck - *Síntese de história da cultura brasileira* – São Paulo; Difel, 1983.

_____. *Vida e morte da ditadura - 20 anos de autoritarismo no Brasil* – 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

SOUZA, Maria do Carmo Campello - *Estado e partidos políticos no Brasil (1930/1964)*. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1983.

SOUZA, Regina Magalhães de. *O discurso do protagonismo juvenil*. Tese de Doutorado, UNIP. São Paulo, 2006.

SPOSITO, Marília Pontes. *Espaços públicos e tempos juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras*. São Paulo: Global, 2007.

STAVENHAGEM, Rudolfo - *Classes Sociais e estratificação social*. In FORACCHI, Marialice Mencarini - *Sociologia e sociedade* - São Paulo, 1978.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. - *A formação da classe operária Inglesa*. 4ª ed.; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

TOURAINÉ, Alain. *Palavra e sangue - política e sociedade na América Latina*. São Paulo: UNICAMP, 1989.

_____. - *Pensar outramente. O discurso interpretativo dominante*. Rio de Janeiro; Vozes, 2009.

TRAGTENBERG, Maurício. *Burocracia e ideologia*. 2. ed. rev. e ampliada. – São Paulo: Editora UNESP, 2006.

TRAMONTIM, Raul; Braga, Ronaldo - *O Ensino Superior particular no Brasil: traços de um perfil*. Em Cândido Mendes e Cláudio Moura Castro (org.), *Qualidade, Expansão e Financiamento do Ensino Superior Privado* - São Paulo: Educar, 1984.

VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência. Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

VANSINA, Jan - *La tradición oral* - Barcelona, Espanha - Editorial Labor S/A, Nueva Colección Labor, 1966.

VICTOR, Mário. *5 anos que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

Vozes da Democracia: histórias da comunicação na redemocratização do Brasil. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Intervenções – Coletivo Brasil de Comunicação Social, 2006.

WEBER, M. *Metodologia das ciências sociais*. Parte 2. 3ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001.

_____. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. Coleção "Os Pensadores".

_____. *Ciência e Política Duas Vocações*. São Paulo: Editora Cultrix, 2004.

_____. COHN, G (org.) - *Sociologia*, 2ª ed. São Paulo: Ática, 1982.

_____. *Economia y sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

_____. *Ensaio de Sociologia*. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

WEEDWOOD, Barbara. *História concisa da linguística*. 6. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.

WOOD, Ellen Meiksins - *Democracia contra Capitalismo - A renovação do materialismo histórico* - São Paulo: Boitempo, 2003.

WU, Chin-Tao. *Privatização da Cultura - A intervenção corporativa nas artes desde os anos 80* - São Paulo: Boitempo, 2006.

ZANETTI, Hermes. *Juventude e Revolução - Brasília: Editora Universidade de Brasília*, 2001.

ZAPPA, Regina e SOTO, Ernesto. *1968: eles só queriam mudar o mundo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

Jornal Nossa Voz, da União Nacional dos Estudantes, nº 04, dezembro de 1983.

Jornal Nossa Voz. UNE Órgão Oficial, nº 5. agosto de 1984.

Jornal Nossa Voz - UNE nº 06, outubro de 1984.

Jornal Nossa Voz. UNE nº 09 e 13 de abril e outubro de 1986.

APÊNDICE

PERFIL DOS ENTREVISTADOS

1 - Professor Pedro Wilson Guimarães

- Atuou na década de 1960; formado em Ciências Sociais e Direito, foi vinculado à Juventude Estudantil católica; ajudou a fundar a Ação Popular e posteriormente o PT (Partido dos Trabalhadores); participou como dirigente do Grêmio Auri Verde do Ateneu Dom Bosco, do Grêmio Literário Félix de Bulhões do Liceu de Goiânia, do Centro Acadêmico XI de maio - CA XIM - da Faculdade de Direito da UFG, no CA XIV de dezembro da Faculdade de Filosofia e de Congressos da UNE e UEE. Atualmente é Deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores.

2 - Professor Pedro Célio Borges

-Participou do Movimento Estudantil entre 1975 e 1980, participando dos Diretórios de Ciências Humanas do ICHL; participou da reorganização do DCE, em 1979; foi vinculado ao Partido Comunista Brasileiro - PCB; trabalho como revisor e redator dos jornais O cinco de março e Jornal Opção; participou também da Campanha pela Anistia; atualmente é professor de Ciência Política, tendo realizado Mestrado em Ciências Sociais e Assessoria à Reitoria da UFG.

3 - Athos Magno

- Atuou no Movimento Estudantil entre 1967 e 1969, em Belo Horizonte, MG; professor universitário, vinculado ao Partido dos Trabalhadores, é Deputado Estadual em Goiás pelo mesmo partido. Atualmente é Professor na Universidade Católica de Goiás.

4 - D. Antônio Ribeiro de Oliveira

- Foi Arcebispo de Goiânia, Grão-Chanceler da Universidade Católica de Goiás. Atualmente encontra-se aposentado.

5 - Júlio César Pacheco Duarte-

Participou do Movimento Estudantil no período de 1985 a 1988, tendo sido Diretor do centro Acadêmico de História e Presidente do Diretório Central dos Estudantes na UCG. Atualmente é Professor na Universidade Católica de Goiás.

6 - Maria do Rosário Cassimiro

- Professora universitária, foi Reitora da UFG no período de 1982 a 1985. Atualmente é membro da Academia Goiana de Letras.

7 - Osmar Pires

- Participou do Movimento Estudantil no período de 1979 a 1984, tendo sido Presidente do DCE-UFG e Vice -Presidente Regional Centro-Oeste da UNE. Atualmente é Biólogo.

8 - Valdi Camárcio

- Participou do Movimento Estudantil no período de 1967 a 1971, fazendo parte do centro Acadêmico XXI de abril, da Faculdade de medicina da UFG; foi ainda membro do Conselho Universitário, como Representante Estudantil. Atualmente é médico e membro da Direção do Partido dos Trabalhadores.

9 - Licínio Leal Barbosa

- Advogado, Professor de Pós-Graduação na Universidade Federal; foi Diretor da Faculdade de Direito da UFG e Presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Penais, tendo obras publicadas na área de Direito Penal e Processual Penal; atuou no Movimento Estudantil na década de 1950. Atualmente é advogado em Goiânia.

10 - Aldo Arantes

- Ex-Presidente da UNE; ex-Deputado Federal pelo PC do B; Advogado; atuou na década de 1960. Atualmente é membro do Governo Lula, atuando na Administração Federal.

11 – Colemar Natal e Silva

- Ex-Reitor da Universidade Federal de Goiás, Professor Universitário. Falecido.

12 – Joel Pimentel de Uihôa

- Filósofo, Ex-Reitor da Universidade Federal de Goiás 1985 a 1989, Professor Universitário. Atualmente aposentado.

13 – João Salame Neto

- Jornalista, Diretor do Diretório Central dos Estudantes 1984 a 1985, Militante do PCB. Atualmente empresário.

14 – Edmundo Galdino

- Ex-Deputado Federal pelo Estado do Tocantins. Atualmente atua na política no Estado do Tocantins.

15 – Romualdo Pessoa Campos Filho

- Ex-diretor da UNE, Professor Universitário. Atualmente Professor na UFG, militante do PCdoB.

16 – Ruy Cezar

- Ex-Presidente da UNE 1989 – 1980, atual presidente da Rede Brasil de Promotores Culturais.

17 – Juarez Barbosa

- Professor Universitário aposentado pela UFG.

18 – Javier Alfaya

- Ex-Presidente da UNE no período 1981 a 1982, tendo atuado no movimento estudantil desde 1975, atualmente Deputado Estadual pelo PCdoB na Bahia.

19 – Wilson Batista Ferreira

- Geógrafo que atuou no Movimento Estudantil de 1979 a 1985, tendo sido Vice-Presidente Regional da UNE. Atualmente empresário.

20 – Vladimir Palmeira

- Eleito Presidente da União Municipal dos Estudantes em São Paulo em 1966 e atuou no movimento estudantil a partir de 1964

21 – Alda Maria Borges Cunha

- Professora Universitária na UCG.

22 – Joseleno Vieira dos Santos

- Professor Universitário, atuou no Movimento Estudantil no final da década de 1970 e início da década de 1980, tendo sido Pró-Reitor de Assuntos Comunitários e Estudantis da Universidade Católica de Goiás de 1990 a 1993. Atualmente Professor na UCG.

23 – Marcos Antônio de Araújo

- Comerciante, atuou no Movimento Estudantil de 1981 a 1985, Dirigente Regional do Partido Comunista do Brasil. Atualmente empresário.

24 – Padre José Pereira de Maria

- Professor Universitário, Ex-reitor da Universidade Católica de Goiás. Atualmente aposentado.

25 – Bianor Ferreira de Lima

- Líder estudantil universitário, no início da década de 1.960. Fundador e 1º Presidente do Centro Acadêmico Clóvis Bevilacqua, da ex-Faculdade de Direito da Universidade Católica de Goiás. Atualmente Promotor de Justiça e Professor na UCG.

26 – Marina Santana

- Advogada, Ex-vereadora em Goiânia pelo Partido dos Trabalhadores. Atualmente Vereadora pelo PT.

27 – Cláudio Langone

- Presidente da UNE de 1989 a 1991. Atualmente Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente.

28 – Patrícia De Angelis

- Presidente da UNE de 1991 a 1992. Atualmente pesquisadora Universitária e Conselheira do MEC.

29 – Lindberg Farias

- Presidente da UNE de 1992 a 1993. Atualmente Prefeito de Nova Iguaçu pelo PT do Rio.

30 – Pedro Jorge Simon

- Nasceu na cidade de Caxias do Sul – RS, em 31 de janeiro de 1930, atualmente é Senador da República de PMDB/RS.

31 – Alfredo Sirkis

- Nasceu no Rio de Janeiro, no dia 08 de 12 de 1950, atualmente é jornalista, membro do Partido Verde.

32 – Renildo Calheiros

- Nasceu em 20 de 04 de 1959, na cidade de Murici em Alagoas, atualmente é Deputado Federal pelo PCdoB/AL.

33 – Aldo Rebelo

- Nasceu em 23 de 02 de 1956, na Fazenda Maria Lia, em Viçosa, estado de Alagoas, atualmente é Deputado Federal pelo PCdoB/SP.

34 – Felipe Maia

- Nasceu no Rio de Janeiro, no de 22 de 01 de 1977, Foi presidente da UNE em 2001, atualmente Deputado Federal pelo DEM-RN.

35 – Gustavo Petta

- Nasceu em Campinas-SP, no de 26 de 12 de 1980, Foi presidente da UNE em 2002, atualmente Secretário de Esportes na Cidade de Campinas – SP.

36 – Talles de Castro Cassiano

- Vice-Presidente da atual da UNE (2009).

37 – Lúcia Stumpf

- É a atual Presidente da UNE (2009).

38 – Enzo Lisita – Jornalista

- Professor da UCG, área de comunicação, atuou no ME na década de 1980.

39 – João Carvalho de Matos – Advogado, Procurador Jurídico da Câmara Municipal de Goiânia.

- Professor da UCG, Departamento de Ciências Jurídicas, atuou no ME na década de 1980.